Jornal Oficial
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires 4
Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 4
Prefeitura Municipal de Alto Garças 6
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 9
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 11
Prefeitura Municipal de Apiacás 11
Prefeitura Municipal de Araputanga 12
Prefeitura Municipal de Arenápolis 12
Prefeitura Municipal de Aripuanã 13
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 17
Prefeitura Municipal de Campinápolis 17
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 18
Prefeitura Municipal de Campo Verde 21
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 23
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 24
Prefeitura Municipal de Canarana 24
Prefeitura Municipal de Carlinda 24
Prefeitura Municipal de Castanheira 26
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 29
Prefeitura Municipal de Cláudia 29
Prefeitura Municipal de Colniza 40
Prefeitura Municipal de Confresa 43
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 43
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 64
Prefeitura Municipal de Cuiabá 65
Prefeitura Municipal de Curvelândia 65
Prefeitura Municipal de Cáceres 65
Prefeitura Municipal de Denise 66
Prefeitura Municipal de Diamantino 96
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 100
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 111
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 111
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 116
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 117
Prefeitura Municipal de Guiratinga 117
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 118
Prefeitura Municipal de Itanhangá 121
Prefeitura Municipal de Itaúba 121
Prefeitura Municipal de Itiquira 121
Prefeitura Municipal de Jaciara 122
Prefeitura Municipal de Jauru 122
Prefeitura Municipal de Juruena 126
Prefeitura Municipal de Juína 127
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 128
Prefeitura Municipal de Luciara 128
Prefeitura Municipal de Marcelândia 129
Prefeitura Municipal de Matupá 129
Prefeitura Municipal de Nobres 138
Prefeitura Municipal de Nortelândia 138
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 139
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 141
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 142

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 143
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 146
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 147
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 147
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 149
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 152
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 153
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 153
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 154
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 155
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 155
Prefeitura Municipal de Paranatinga 156
Prefeitura Municipal de Paranaíta 161
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 172
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 173
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 176
Prefeitura Municipal de Poconé 179
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 181
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 181
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 183
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 190
Prefeitura Municipal de Poxoréu 197
Prefeitura Municipal de Querência 205
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 217
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 220
Prefeitura Municipal de Rondolândia 249
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 249
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 250
Prefeitura Municipal de Santa Carmem 251
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 253
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 257
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 257
Prefeitura Municipal de Sapezal 263
Prefeitura Municipal de Sinop 264
Prefeitura Municipal de Sorriso 280
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 286
Prefeitura Municipal de São José do Povo 286
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 287
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 289
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 293
Prefeitura Municipal de Tabaporã 294
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 295
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 306
Prefeitura Municipal de Vera 308
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 309
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 310
Prefeitura Municipal de Água Boa 316

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

EXTRATO DE CONTRATO 005/2015 PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO 005/2015 PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO TELES PIRES – CNPJ 00.832.086/0001-19

Contratado: RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS ME – CNPJ 03. 697.944/0001-58

Modalidade: CARTA CONVITE 002/2015 – Lei 8.666/93

Objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para apoio administrativo, assessoria e consultoria em contratações públicas e elaboração de defesas administrativas do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Teles Pires perante os órgãos de controle interno e externo, nas esferas judiciais municipal, estadual e federal.

Valor Global: R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais)

Dotação: 01.001.04.122.001.2001.33903900000 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Período: 01/06/2015 a 31/01/2016.

Sorriso MT 01/06/2015

Agostinho Roberto da Cruz

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OBRA - CONTRATO 181

Nono termo aditivo ao contrato: 181/2012

Contratada: Stalo Construtora ltda

Objeto: Construção de Academia de Saúde no Bairro Vila Aeroporto na cidade de Alto Araguaia.

Prazo: Fica o presente prorrogado seu prazo de vigência em 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 09/11/15 e o prazo de execução dos serviços em mais 60 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 06/08/15 prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 01/06/2015

Alto Araguaia 06/06/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2015 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2015 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010/2015

Informações específicas: Altera as especificações do termo de referencia do edital e tambem a data e hora da abertura.

Objeto: *Aquisição de uma* **PÁ CARREGADEIRA para manutenção de estradas rurais deste municipio.**

Entrega dos Envelopes: Até as **15:30** horas (horário de Brasília), do dia **16/06/2015.**

Editais original e complementar: Afixados no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.e site: altoaraguaia.mt.gov.br **Abertura do envelope Nº 01**: Às 15:30 horas (horário de Brasília) do dia 16 de Junho de 2015, no endereço acima.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, 8.666/93 e alterações.

Alto Araguaia – MT, 01/06/2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 055/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio Jose de Castro Maia, n.º 1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 por meio da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supracitado, cujo objeto trata-se de **Contratação de empresa para Locação, instalação e manutenção do software de gestão hospitalar para uso no hospital municipal,** tipo menor preço. Sagrou-se vencedora do certame aempresa:**SOFT-DATA SOFTWARES ADMINISTRATIVOS LTDA-para o Item 01, com o valor total de R$ 15.040,00 (quinze mil e quarenta reais); e Item 02 com o valor total de R$ 11.830,00 (onze mil e oitocentos e trinta reais)**. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3481-2885 ou 1165. E-mail: lici.altoaia@gmail.com.br. Alto Araguaia – MT, 01 de Junho de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Alto Araguaia/MT, no uso de sua competência, e em consonância com o artigo 22, § 1º, da Lei Municipal 1969/2006 informa aos interessados que se encontra afixado nos murais da Prefeitura Municipal e Secretaria de Assistência Social, bem como no site: www.altoaraguaia.mt.gov.br a relação de candidatos inscritos para ELEIÇÕES CONSELHO TUTELAR - 2015.

Alto Araguaia (MT), 01 de junho de 2015.

Maximilian José B. Gonsalez

Presidente do CMDCA de Alto Araguaia/MT

CANDIDATOS INSCRITOS – ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO (A) TUTELAR 2015

001- IVONEIDE GARCIA PAES

002- CLÁUDIA PARULA MOREIRA

003- LUCINEY ALVES DE REZENDE

004- MÁRCIA APARECIDA MARQUES ROSA

005- KATSYENNE CARVALHO CARRIJO

006- LINDINALVA DAVID PEREIRA

007- VALQUÍRIA GONÇALVES DE LIMA

008- JOSÉ CARLOS MONTEIRO

009- NIVALDO FRANÇA DOS SANTOS

010- IVAILTON REZENDE ALVES

011- SORAIA CRISTINA DOS SANTOS

012- CÉLIA APARECIDA DUARTE REZENDE

013- ROSELI DE MORAES

014- LORENA DE SOUZA GUIMARÃES

015- PAULA FERNANDA MOREIRA SANTOS XAVIER

016- GUILHERME LUSTIG JUNIOR

FICA ESTABELECIDO O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA IMPUGNAÇÃO, POR PARTE DE QUALQUER ELEITOR DO MUNICÍPIO DE ALTO ARAGUAIA, DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - 2015, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 22, §1º, DA LEI MUNICIPAL 1969/2006.

Alto Araguaia/MT, 01 de JUNHO de 2015.

Maximilian José B. Gonsalez

Presidente do CMDCA de Alto Araguaia/MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 054/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Rua Silvio Jose de Castro Maia, n.º 1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 por meio da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supracitado, cujo objeto trata-se de **Contratação de empresa para Locação de Cinco Caminhões Truco Caçamba,** tipo menor preço. Sagrou-se vencedora do certame aempresa:**JILSON REZENDE SANTIAGO-ME: no valor unitário mensal de R$ 32.500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos reais) e o valor total de R$ 227.500,00 (Duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais)**. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3481-2885 ou 1165. E-mail: lici.altoaia@gmail.com. br. Alto Araguaia – MT, 01 de Junho de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 051/2015 – REGISTRO DE PREÇO - RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PREGÃO PRESENCIAL 051/2015 – REGISTRO DE PREÇO - RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na R. Silvio José de Castro Maia, n.º1034 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da Pregoeira e sua equipe de apoio, torna público para conhecimento de todos que do julgamento do certame supra citado cujo objeto trata-se de **Registro de Preços para contratação de serviços de transporte terrestre em veículo com capacidade mínima para 46 passageiros.** *–EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE***, tipo** menor preço por Item, sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **VIAÇÃO MINEIROS TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME -** no valor total do item de **R$ 45.600,00 (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais**)**.** Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3481-2885. Email: lici.altoaia@gmail.com. Alto Araguaia – MT. 01 de Junho de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OBRA - CONTRATO 097

Sexto termo aditivo ao contrato: 097/2014

Contratada: Construtora BH ltda

Objeto: Contratação de empresa para construção e reforma de diversas obras neste município – lote 03 - Serviço de construção de piso em concreto e muretas na escola municipal Aníbal Pereira Junior. (assentamento Gato Preto);

Prazo: Fica o presente prorrogado o prazo de vigência em 180 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 24/03/16 e execução dos serviços para o lote 03 - Serviço de construção de piso em concreto e muretas na escola municipal Aníbal Pereira Junior (assentamento Gato Preto) em 180 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 30/11/15, prorrogável nos termos da Lei 8.666/93.

Data: 01/06/2015

Alto Araguaia 01/06/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2015 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2015 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2015

Informações específicas: Altera quantidades dos itens do termo de referencia do edital, o objeto e tambem a data e hora da abertura.

Objeto: **Registro de Preços para aquisição de britas para uso em diversas manutenções e obras neste município.**

Dessa forma **Onde se Lê**: Registro de Preços para aquisição de britas para uso em diversas manutenções e obras neste município. - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. **Deve se Lê: Registro de Preços para aquisição de britas para uso em diversas manutenções e obras neste município**

Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (horário de Brasília), do dia **18/06/2015.**

Editais original e complementar:

Afixados no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.e site: altoaraguaia.mt.gov.br

Abertura do envelope Nº 01: Às 09:00 horas (horário de Brasília) do dia 18 de Junho de 2015, no endereço acima.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, 8.666/93 e alterações.

Alto Araguaia – MT, 01/06/2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2015

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção, hidráulicos, postes de concreto e saco plástico para lixo superreforçado para serem utilizados em diversas localidades neste município. - COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Entrega dos Envelopes: Até as **09:00** horas (Brasília), do dia 17/06/2015.

Edital Completo: Afixado no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas, do dia **17 de Junho de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Alto Araguaia - MT, 01 de Junho de 2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°45/2015

Contratado**: EMERSON FRANCISCO BOHN**

CPF: 610.472.799-91

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS COMO CLÍNICO GERAL E PLANTONISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO P.A (PRONTO ATENDIMENTO) DO MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS-MT.**

Valor: *R$* R$ 56.800,00 (Cinquenta seis mil oitocentos reais)

Vigência: 26/05/2015 até 26/07/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°44/2015

Contratado**: TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP**

CNPJ: 12.538.397/0001-59

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL "CLEMÊNCIA MENDES DE OLIVEIRA" (LAVANDERIA E SALA), NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

Valor: *R$ 97.538,47 (noventa e sete mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos).*

Vigência: 21/05/2015 até 21/08/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°43/2015

Contratado**: DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA EPP**

CNPJ: 04.915.134/0001-93

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DA PREFEITURA, COM BASE EM IMAGEM DE SATÉLITE DE ALTA RESOLUÇÃO, COM SISTEMA AUTOMATIZADO PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DE DADOS IMOBILIÁRIOS DA CIDADE DE ALTO GARÇAS – MT.**

Valor: *R$ 107.000,00 (cento e sete mil reais)*

Vigência: 12/05/2015 até 12/10/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°42/2015

Contratado**: TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP**

CNPJ: 12.538.397/0001-59

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE II, PADRÃO 1, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.**

Valor: *R$ 475.746,88 (quatrocentos e setenta e cinco mil setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos)*

Vigência: 07/05/2015 até 07/12/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Contrato: N°41/2015

Contratado**: W. JOSÉ DE BARROS ME**

CNPJ: 36.955.458/0001-41

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA JUNTO AO PRONTO ATENDIMENTO, EM HORÁRIOS ESTIPULADOS POR ESCALA DEFINIDA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E JUNTO AOS POSTOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA, EM REGIME DE 40H SEMANAIS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO SUS, NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS**.

Valor: R$ 21.300,00 (vinte e um mil e trezentos reais)

Vigência: 28/04/2015 até 28/08/2015

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2015

O MUNICIPIO DE ALTO GARÇAS, Estado Mato Grosso, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria nº 01/2015, de 02 de janeiro de 2015, torna público aos interessados o resultado final do processo supracitado, cujo objeto é a "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL "CLEMÊNCIA MENDES DE OLIVEIRA" (LAVANDERIA E SALA), NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.*Temos a informar o seguinte: Após analisar as propostas apresentadas concluímos que sagra se vencedora a Empresa: TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 12.538.397/0001-59, localizada na Avenida Governador Julio José de Campos n°842, Sagrada Família, Rondonópolis - MT, com o valor de R$ 97.538,47 (Noventa sete mil quinhentos trinta oito reais quarenta sete centavos), conforme Edital do Processo.Alto Garças – MT, 13 de maio de 2015.**MARCIANA VILA ALVES-**Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 083, DE 21 DE MAIO DE 2015.

INSTITUI E REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE UNIFORMES PELOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS E CONTRATADOS PELO DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E LIMPEZA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que o desempenho produtivo das atividades depende de um ambiente físico-espacial com qualidades antropodinâmicas adequa-

das e com fluxos internos e facilidades otimizadas às necessidades organizacionais,

CONSIDERANDO que o uso de uniformes propicia aos servidores o desenvolvimento das atividades profissionais com identificação para diferenciá-los de outras pessoas,

CONSIDERANDO

que a utilização de uniformes também propicia aos servidores economia de recursos, já que eles passarão a utilizar vestimentas apropriadas durante a jornada de trabalho, evitando assim o desgaste das próprias roupas.

R E S O L V E:

Artigo 1º: Instituir e regulamentar a utilização de uniformes pelos Leiturista; Operadores de E.T.A; Agentes de Saneamento; Técnico em Química; Mecânicos, Agentes de Limpeza, Gerentes e Diretores lotados e/ou contratados pelo DAE (Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública) de Alto Garças Estado de Mato Grosso.

Parágrafo primeiro: Os uniformes são de uso obrigatório em serviço e serão fornecidos pelo DAE -Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública.

Parágrafo segundo: É vedada a utilização do uniforme fora do serviço, exceto em casos excepcionais, desde que devidamente autorizados pelo Diretor do Departamento.

Parágrafo terceiro: O disposto no parágrafo primeiro não se aplica aos casos em que o uso do uniforme possa comprometer o resultado do serviço, desde que devidamente dispensada a utilização pelo Diretor do Departamento.

Artigo 2º: O responsável pela guarda e distribuição dos uniformes deverá manter cadastro individual, atualizado, da quantidade de peças entregues a cada servidor e da quantidade porventura devolvida.

Parágrafo Primeiro: Os servidores deverão assinar Termo de Acautelamento com a descrição dos itens recebidos, conforme Anexo I desta Portaria.

Parágrafo Segundo: Os Gerentes do DAE deverão remeter cópia de todos os cadastros à Direção Geral do Departamento, para fins de controle.

Parágrafo Terceiro: No caso de remoção do servidor, o cadastro individual deverá ser repassado para a sua nova unidade de lotação.

Parágrafo Quarto: Nos casos de vacância do cargo ou do uniforme ser considerado impróprio para o uso, o servidor deverá devolvê-lo no prazo de 96 (noventa e seis) horas e assinar Termo de Devolução de Materiais, conforme Anexo II desta Portaria.

Parágrafo Quinto: A não devolução do uniforme no prazo previsto implicará na responsabilização administrativa do servidor e/ou contratado.

Artigo 3º: O uniforme considerado impróprio para o uso deverá ser destruído, por determinação do Diretor do DAE com o aval do Chefe do Executivo, na presença de duas testemunhas.

Parágrafo 1º: Considerar-se-á impróprio para o uso o uniforme que impossibilite as identificações do Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública e Prefeitura Municipal de Alto Garças, bem como aquele que apresentar desgastes que comprometam a imagem do servidor e do órgão.

Parágrafo 2º: Após a baixa no estoque da Unidade, o Termo de Destruição deverá ser encaminhado à Secretaria de Administração, conforme Anexo III desta Portaria.

Artigo 4º: O Município de Alto Garças, anualmente, dentro da disponibilidade orçamentária, fornecerá o uniforme aos servidores públicos municipais lotados no Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública – DAE.

Artigo 5º: As numerações dos uniformes deverão ser definidas no momento da aquisição.

Artigo 6º: A reposição dos uniformes deverá ser feita a cada ano, conforme dispõe o Art. 4º desta portaria.

Artigo 7º: Em caso de roubo, furto, extravio ou dano voluntário do uniforme o servidor deverá comunicar o DAE em 24 (vinte e quatro) horas, bem como fazer o ressarcimento, no valor correspondente ao da aquisição, mediante pagamento por meio de Guia de Recolhimento do Município.

Parágrafo único. O servidor deverá ser isentado do pagamento, quando do extravio ou danos no uniforme, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecido pelo Diretor do DAE.

Artigo 8º: Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do DAE.

Artigo 9º: O Diretor do DAE deverá cientificar, por ato formal, todos os servidores ali lotados quanto ao inteiro teor da presente Portaria.

Artigo 10º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, 21 de maio de 2015. CEZALPINO MENDES TEIXERIA JUNIOR.Prefeito Municipal

ANEXO I

Termo de Acautelamento

Aos _____dias do mês de _____, do ano de _____, nesta cidade de Alto Garças estado de Mato Grosso no Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública - DAE, o servidor _____, matrícula nº _____, CPF nº_____, acautela os itens abaixo discriminados, com a finalidade de serem utilizados em serviço ou em casos excepcionais, desde que devidamente autorizados pelo Diretor do Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública - DAE:

Item	Descrição	Quant.	Tamanho / Série / Obs
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

O referido servidor está ciente da responsabilidade, de acordo com o previsto na Portaria nº, dedede 2015.

Em caso de roubo, furto, extravio ou dano voluntário do uniforme o servidor deverá comunicar o Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública - DAE em 24 (vinte e quatro) horas, bem como fazer o ressarcimento, no valor correspondente ao da aquisição, mediante pagamento por meio de Guia de Recolhimento do Município - GRU.

O material foi conferido pelos responsáveis pelo recebimento e transmissão.

DATA / HORA DA ENTREGA:

_____

Nome:

Matrícula:

_____ RESPONSÁVEL PELA TRANSMISSÃO

Nome:

Matrícula:

ANEXO II

DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E LIMPEZA PÚBLICA

Termo de Devolução de Material

Eu,

_____

___, matrícula nº _____, CPF nº _____, declaro que devolvi ao Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública os itens abaixo discriminados:

Item	Descrição	Quant.	Tamanho / Série / Obs
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

Por estar de acordo, assino o presente termo.

_____

Servidor Público Municipal/Contratado

Alto Garças/MT _____de _____de_____.

De acordo,

Confirmo o recebimento do material acima.

_____

Gerente da Unidade

ANEXO III

DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E LIMPEZA PÚBLICA

Termo de Destruição

Aos _____dias do mês de _____, do ano de _____, nesta cidade de Alto Garças estado de Mato Grosso, no Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública - DAE, ocorreu a destruição dos seguintes itens abaixo discriminados, os quais estavam acautelados pelo servidor _____, matrícula nº _____, CPF nº _____:

Item	Descrição	Quant.	Tamanho / Série / Obs
1.			
2.			
3.			

Por estar de acordo, assino o presente termo.

_____

Diretor do DAE

Alto Garças/MT ____ de _____de_____.

De acordo,

Confirmo a destruição do material acima.

_____

Testemunha 1

_____

Testemunha 2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 050, DE 21 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 05 DE JUNHO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º: Fica decretado **Ponto Facultativo no dia 05 de Junho de 2015**, sexta-feira, nas repartições públicas municipais, devido ao feriado nacional do dia 04 de Junho de 2015, Corpus Christi.

Parágrafo Único - O "**caput**" deste artigo, não se aplica aos órgãos que desenvolvam atividades/serviços essenciais e emergenciais, tais como: saúde, limpeza pública e serviços de manutenção de água que, por sua natureza ou em razão do interesse público, tornem indispensável à continuidade do serviço, cujos respectivos Secretários deverão designar servidores para permanecer de sobreaviso, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º:

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças, 21 de Maio de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Aditivo:TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 039/2014

Contratado: C. S. I. CONSTRUTORA E INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 04.746.096/0001-92

Objeto: De conformidade com as motivações administrativas constantes no Processo n° 031/2014, Convite n° 003/2014, em consonância com o preconizado no art.57, inciso II, da Lei 8.666/93, este Termo Aditivo tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual.

Valor: 0,0.

Vigência: 05/04/2015 até 04/08/2015.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Aditivo:TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 074/2014

Contratado: TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP

CNPJ: 12.538.397/0001-59

Objeto: De conformidade com as motivações administrativas constantes no Processo n° 093/2014, Tomada de Preços n° 006/2014, em consonância com o preconizado no art.57, inciso II, da Lei 8.666/93, este Termo Aditivo tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual.

Valor: 0,0.

Vigência: 01/05/2015 até 30/06/2015.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Aditivo:TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 016/2015

Contratado: TRAMARIM DE OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA ME

CNPJ: 11.704.502/0001-10

Objeto: De conformidade com as motivações administrativas constantes no Processo n° 069/2014 de 23/06/2014, Tomada de Preços nº 004/2014 com abertura em 14 de julho de 2014, em consonância com o preconizado no art.57, inciso II, da Lei 8.666/93, este Termo Aditivo tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual.

Valor: 0,0.

Vigência: 27/04/2015 até 26/07/2015.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

Extrato de Aditivo:SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 063/2014

Contratado: MOACIR FERREIRA DUARTE JÚNIOR

CPF: 021.923.871-56

Objeto: De conformidade com as motivações administrativas constantes no Processo n° 086/2014, Dispensa n° 009/2014, em consonância com o preconizado no art.57, inciso II, da Lei 8.666/93, este Termo Aditivo tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual.

Valor: 0,0.

Vigência: 30/04/2015 até 30/08/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
TERMO CANCELAMENTO CONTRATO 083/2015

TERMO DE CANCELAMENTO

CONTRATO N. 083/2015

TERMO DE CANCELAMENTO

CONTRATO Nº 083/2015

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, respeitando os princípios gerais de direito, torna público que procedeu o cancelamento do CONTRATO N. 083/2015, referente a **Contratação Do Sr. ALEXANDRE SOUZA REIS, Prestação de Serviços Gerais junto a Sec. De Sinfra,** por pedido do CONTRATADO que não tem mais interesse em prestar serviços a esta municipalidade. E sendo assim, o referido CONTRATO encontra-se cancelado.

Publique-se, para que surta os efeitos legais.

Alto Paraguai - MT, 01 de Junho de 2015.

_____

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SMPG/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS 007/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro Oficial e a Comissão Permanente de Licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº.: 1536/2015

b) Tomada de Preço: 007/2015

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data da Homologação: 01/05/2015

e) Data da Adjudicação: 01/05/2015

f) Objeto da Licitação: **Construção de base física para implantação de agroindústria para processamento de mandioca no município de Alto Paraguai**

g) Proponentes Vencedores:

Empresa **PRONTO ENGENHARIA EIRELI – ME,** CNP: 17.312.185/0001-72 **sagrou-se vencedora no certame com valor de R$ 602.376,58 (Seiscentos e Dois Mil Trezentos e Setenta e Seis Reais e Cinquenta e Oito Centavos).**

Alto Paraguai – MT, 01 de Junho de 2015.

Silvio Leite da Silva JuniorPregoeiro

Adair José Alves Moreira Prefeito

SMPG/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS 006/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro Oficial e a Comissão Permanente de Licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº.: 1526/2015

b) Tomada de Preço: 006/2015

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data da Homologação: 01/05/2015

e) Data da Adjudicação: 01/05/2015

f) Objeto da Licitação: **Pavimentação asfáltica e drenagem superficial e execução de calçadas em vias urbanas na Rua Castelo Branco no município de Alto Paraguai**

g) Proponentes Vencedores:

Empresa **PRONTO ENGENHARIA EIRELI – ME,** CNP: 17.312.185/0001-72 **sagrou-se vencedora no certame com valor de R$ 272.857,53 (Duzentos e Setenta e Dois Mil Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais e Cinquenta e Três Centavos).**

Alto Paraguai – MT, 01 de Junho de 2015.

Silvio Leite da Silva JuniorPregoeiro

Adair José Alves MoreiraPrefeito

SMPG/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS 005/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro Oficial e a Comissão Permanente de Licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº.: 194/2015

b) Tomada de Preço: 005/2015

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data da Homologação: 01/05/2015

e) Data da Adjudicação: 01/05/2015

f) Objeto da Licitação: **Pavimentação asfáltica e drenagem superficial e execução de calçadas em vias urbanas no município de Alto Paraguai**

g) Proponentes Vencedores:

Empresa**PRONTO ENGENHARIA EIRELI – ME,** CNP: 17.312.185/0001-72 **sagrou-se vencedora no certame com valor de R$ 510.204,74**

(Quinhentos e Dez Mil Duzentos e Quatro Reais e Setenta e Quatro Centavos).

Alto Paraguai – MT, 01 de Junho de 2015.

Silvio Leite da Silva JuniorPregoeiro

Adair José Alves MoreiraPrefeito

SMPG/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO 014/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro Oficial e a Comissão Permanente de Licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº.: 1586/2015

b) Pregão Presencial: 014/2015

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data da Homologação: 01/06/2015

e) Data da Adjudicação: 01/06/2015

f) Objeto da Licitação: **Registro de preços para futura aquisição de equipamentos para implantação de agroindústria para processamento de mandioca.**

g) Proponentes Vencedores:

A empresa **CASA DA LAVOURA LTDA – EPP, CNPJ: 01.721.310/0001-98** sagrou-se vencedora nos seguintes itens: **02** no valor de **R$ 20.950,00** (Vinte Mil Novecentos e Cinquenta Reais), e Item

03

no valor de R$ 73.800,00 (Setenta e Três Mil e Oitocentos Reais).

A empresa AGRITECH LAVRALE S.A. – MAQUINARIO AGRICOLA E COMPONENTES, CNPJ: 88.658.984/0004-96 sagrou-se vencedora nos seguintes Itens: 01 no valor de R$ 400.000,00 (Quatro Centos Mil Reais).

Silvio Leite da Silva JuniorPregoeiro

Adair José Alves MoreiraPrefeito

JURIDICO
LEI 418/2015

LEI Nº 418/2015

Autoriza o Poder Executivo a promover abertura de créditos adicional suplementar por anulação.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso**, Adair José Alves Moreira**, no uso de suas atribuições legais ,FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica os Poderes Executivos e Legislativo autorizados a promover a abertura de Créditos Adicionais Suplementares por anulação, até o limite de 10%(dez por cento) das despesas orçada no Orçamento Anual do exercício de 2015.

Art. 2º - A Origem dos créditos para dar cobertura á suplementação referidas no artigo anterior **serão os saldos orçamentários contidos no Orçamento vigente;** podendo efetuar transposições e remanejamentos de dotações, entre categorias, elementos e Órgãos, até o limite mencionado no artigo anterior , conforme os parâmetros legais.

Art.3º - **A Aplicação** dos créditos serão para suprir demandas diárias da prefeitura municipal conforme necessidade e interesse público.

Art.4º -

Está Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Alto Paraguai-MT, 25 de maio de 2015

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

JURIDICO
LEI 417/2015

LEI Nº 417/2015,DE 25 DE MAIO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Adicional Especial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Senhor Adair José Alves Moreira,no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVA e ele SANCIONA a seguinte Lei.

ART.- 1ª- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial com finalidade de criar dotações orçamentárias inexistentes no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Secretarias Municipais de Infraestrutura-SMIES e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente, conforme disposto no anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único. A abertura do crédito especial que menciona o caput deste artigo terá como fonte a entrada na conta no município de recursos financeiros provenientes de Repasses do Estado/União/ contrapartida do tesouro municipal, podendo o Poder Executivo Municipal adequar os códigos das rubricas orçamentárias, caso necessário, para atender disposições legais pertinentes.

ART.-2ª- Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

ANEXO-I

Órgão- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMNETO –SMIES

Descrição	Códigos	Nomes	Valor
Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO-SMIES	
Unidade	002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO,OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Função	15	URBANISMO	
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa	0025	EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA	
Ação	1000	PAVIMENTAR E DRENAR VIAS PÚBLICAS	
Elemento da Despesa	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fontes de Recursos	0.1.02.0000	TRANSFERÊNCIA DE CONVENIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	1.000.000,00
Fontes de Recursos	0.1.02.0000	TRANSFERÊNCIA DE CONVENIOS DA UNIÃO FEDERAL	1.500.00,00
		TOTAL	R$2.500.00,00

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

Órgão-09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Descrição	Códigos	Nomes	Valor
Órgão	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO,AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	

Unidade	002	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
Função	20	AGRICULTURA	
Subfunção	661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	
Programa	0022	DESENVOLVIMENTO DA INDUSTRIA,COMERCIO E SERVIÇOS	
Ação	2161	INCENTIVO A INSTALAÇÃO E PROJETOS INDUSTRIAIS/COMERCIAIS NO MUNICIPIO	
Elemento de Despesa	449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	
Fonte de Recursos	0.1.01.000000	TRANSFERENCIA CONVENIOS COM A UNIÃO	700.000,00
Elemento de Despesa	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
Fonte de Recursos	0.1.01.000000	TRANSFERÊNCIA CONVENIOS COM A UNIÃO	300.000,00
Valor Total			R$1000.000,00

Adair José Alves Moreira

Prefeito Municipal

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 095/2015

CONTRATO N. 095/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

REPRES. ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

CONTRATADO: EXATA ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

CNPJ: 71358766/0001-90

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO

PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

VALOR: 7.900,00

VIGENCIA: 29/05/2015 A 29/06/2016

DOTAÇÃO: 333-040030412200032118339039

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
TOMADA DE PREÇOS 004/2015 – RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Comissão Permanente de Licitação no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.666 de 21 de junho de 1883 e 8.883 de 08 de junho de 1994, torna público, para conhecimento dos interessados, na modalidade supra, tendo como objeto:**contratação demicro empresa e/ou empresa de pequeno porte para acompanhamento na implantação de programas de gestão de pessoal, recursos humanos, avaliação de desempenho, elaboração e coordenação de processos seletivos simplificados para eventuais contratações temporárias, suporte interno e interlocução para desenvolvimento das atividades vinculadas ao programa jovem aprendiz.** Comunica aos interessados, que a licitação realizada no dia 25/05/2015, as 07h30min (horário de Mato Grosso) teve como vencedor a empresa: **SIMONE REZENDE BARBOSA PEREIRA - MEI**, com proposta no valor de **R$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)**por apresentar menor preço e atender os requisitos do processo licitatório. Alto Taquari – MT, 01 de junho de 2015. Cacilda Ferreira dos Santos. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2015

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 04/2015 de 01/01/2015, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2015, cujo certame se deu às 07h30min, (horário de mato grosso) do dia 29/05/2015; sagrou-se vencedor o proponente: a empresa, **LP COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA**, vencedora por apresentar o valor de **R$ 7.414,08 (Sete mil quatrocentos e quatorze reais e oito centavos)** A licitação foi realizada com Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço item, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 01 de Junho de 2015. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 01 de Junho de 2015. – Jusinéia Menezes de Carvalho – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 757/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1° - Fica nomeado o Sr. **LOURIVAL PASSOS**, para o cargo de **CHEFE DO SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,** lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 01 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
DECRETO Nº. 756/2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1° - Fica nomeado o Sr. **VALDIR PASSOS**, para o cargo de **CHEFE DO SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,** lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás MT, 01 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS**

CONTRATO Nº. **046/2015**

CONTRATADO – *ELIANA MOCKEWITZ*

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE ZELADORA

VALOR MENSAL: R$ 822,12 (Oitocentos e vinte e dois reias e doze centavos)

VIGÊNCIA-02/06/2015 à 31/12/2015

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 207/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Contratar a Sra. **ELIANA MOCKEWITZ** no cargo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2015 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 046/2015 em 02 de Junho de 2015.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 02 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS**

CONTRATO Nº. **045/2015**

CONTRATADO – *FRANCISCA WERLANICE COSTA PONTES*

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE ENFERMEIRA

VALOR MENSAL: R$ 3.024,57 (Três mil e vinte e quatro reias e cinquenta e sete centavos)

VIGÊNCIA-02/06/2015 à 31/12/2015

PREFEITURA MUNICIAL
PORTARIA Nº. 206/2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Contratar a Sra. **FRANCISCA WERLANICE COSTA PONTES** no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2015 - Contrato de Prestação de Serviços nº. 045/2015 em 02 de Junho de 2015.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 02 de Junho de 2015.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 009/2015- REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO Nº 009/2015- REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Pregoeiro, torna público, a que possa interessar, que o julgamento do certame supracitado realizado em 28/05/2015 cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Consumo. Resultou em: Empresa A. MILANI CARMO – ME, vencedora de diversos itens totalizado o valor Global de R$ 41.520,00. Empresa P. F. HONORATO –ME, vencedora de diversos itens totalizado o valor Global de R$ 140.575,00. Empresa COMERCIAL HF – COMERCIO DE PRODUTOS DESCARTAVEIS E LIMPEZA LTDA – EPP, vencedora de diversos itens totalizado o valor Global de R$ 110.141,39. Empresa M. CILENE DE SOUZA COMÉRCIO – ME, vencedora de diversos itens totalizado o valor Global de R$ 839.957,98. Empresa CLINICA DIETETICA LTDA, vencedora de diversos itens totalizado o valor Global de R$ 29.500,00. Empresa SETE COM. E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, vencedora de diversos itens totalizado o valor Global de R$ 152.268,88. Os itens códigos: 116, 127, 181, 4871, 5080, 5251, 7270, 7300, 8053, 8685, 8688, 8917, 10451, 10482, 12154, 13470, 14069, 14578, 14592, 15905, 16260, 17077, 17380, 17381, 21651, 21656, 21664, 22168, 22169, 22175, 22179, 22181, 22186, 23492, 23670, 25248, 25226, 25275, 25357,25428, 25920, 25921, 27097, 27110, 27112, 27141, 27158, 29041, 29211, 29215, 29742, ,29743, 32271, 32272, 32337, 32354, 32363, 32441, 230824, 230829, 230860, 230863, 230865, 230875, 230927, 232749, 234901, 234903, 234923,234939, 236253, 236254, foram declarados frustrados pelo pregoeiro um vez que se apresentaram com valores acima do termo de referencia e por não terem sido apresentado proposta pelas licitantes. Informa a todos os interessados que as documentações pertinentes ao edital e julgamento encontran-se nos autos do certame, desde já ficam disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga MT, 01 de Junho de 2015.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATOS 054, 055 057 E 058 DE 2015

EXTRATO DO CONTRATO: N° 054/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOYOTA DO BRASIL LTDA

OBJETO: AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS, TIPO ETIOS HATCH 1.5 XS TODOS NOVOS E DE PRIMEIRO USO.

PERIODO DE EXECUÇÃO:20/05/2015 ATÉ 30/06/2015

VALOR GLOBAL: R$ 73.848,00

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2015

EXTRATO DO CONTRATO: N° 055/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA TOYOTA DO BRASIL LTDA

OBJETO: O CONTRATO TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEDAN CAMPACTO, MODELO ETIOS SEDAN 1,5 XLS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT

PERIODO DE EXECUÇÃO: 20/05/2015 ATÉ 30/06/2015

VALOR GLOBAL: R$ 47.329,00

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2015

EXTRATO DO CONTRATO: N° 057/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA LAERCIO BONETTI EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL NAS RUAS PRESIDENTE VARGAS E SUAS TRAVESSAS, PROVENIENTE DO CONTRATO DE REPASSE Nº. 803423/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, E O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, OBETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MCID/PLANEJ URBANO – PAVIMENTAÇÃO

PERIODO DE EXECUÇÃO: 01/06/2015 ATÉ 31/10/2015

VALOR GLOBAL: R$ 474.919,53

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2015

EXTRATO DO CONTRATO: N° 058/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: EMPRESA LAERCIO BONETTI EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM SUPERFICIAL NAS RUAS FIRMINDO MENDES MARTINS, TANCREDO NEVES, SEBASTIAO GOMES SOARES E CIRILO LOPES, PROVENIENTE DO CONTRATO DE REPASSE Nº. 803870/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, E O MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MCID/PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO

PERIODO DE EXECUÇÃO: 01/06/2015 ATÉ 31/12/2015

VALOR GLOBAL: R$ 299.948,66

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.224/2015

Autor: Poder Executivo.

SÚMULA:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL COM A FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL – FAESPE, COM INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT, PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE BACHARELADO EM DIREITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênio de cooperação educacional com a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual – FAESPE, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.226.390/0001-85, com sede administrativa na Rua Comandante Balduíno, n.º 676, na cidade de Cáceres/MT, com interveniência da Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.367.770/0001-30, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, n.º 1.095, Bairro Cavalhada, cidade Cáceres/MT.

Parágrafo único. O presente convênio, tem como objetivo a cooperação e associação de esforços entre as partes no desenvolvimento do Ensino Superior no município de Aripuanã, visando a implantação e manutenção do Curso de Graduação com 100 vagas de Bacharelado em Direito**,** divididas em duas turmas de 50 vagas, uma matutina e outra noturna, na modalidade regular, em módulos disciplinares, em uma turma especial, na Sede do Município, instalando-se o Núcleo Pedagógico de Aripuanã - NPA, atendida a legislação constitucional e infraconstitucional federal e estadual, orgânica e ordinária municipal e a regulamentação pertinente.

Art. 2º. O convênio firmado alcançará em parte ou em sua totalidade, a cedência de até 02 (dois) servidores públicos municipais, instalação de salas de aula, laboratório, sala de coordenação e outras estruturas que se fizerem necessárias para o funcionamento do Núcleo Pedagógico de Aripuanã - NPA.

Art. 3º.

A execução do convênio autorizada por esta Lei se dará em conformidade com o termo de convênio a ser instrumentalizado, no qual se estabelecerão todas as obrigações das partes Concedente, Convenente e Interveniente Executora, incluindo o valor, a forma de repasse, as dotações orçamentárias, prestação de contas, os bens remanescentes, vigência, aditamentos, casos omissos, denúncia, rescisão e eleição do foro, consubstanciados no referido instrumento e de acordo com o respectivo plano de trabalho.

Art. 4º. O valor global do convênio autorizado por esta lei é de R$ 1.280. 116,11 (um milhão duzentos e oitenta mil cento e dezesseis reais e onze centavos) e o cronograma de execução e desembolso se dará em 66 (sessenta e seis) prestações mensais, de janeiro de 2016 à junho de 2021, que irão variar de preço conforme o semestre, conforme cronograma de desembolso, sem prejuízo do atendimento às demais obrigações do Município de que tratar o instrumento de convênio autorizado por esta lei.

Art. 5º. Deverão ser realizadas as devidas adequações nas peças de planejamento Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2016 e posteriores, conforme reza a legislação pertinente e o detalhamento constante nos termos do convênio.

Art. 6º. As despesas decorrentes da presente lei ocorrerão por conta de dotação específica nos orçamentos durante o período de vigência do convênio sob a respectiva função programática e projeto atividade:

07.002.12.364.0014.2049 – Apoio e Manutenção do Ensino Superior

Art. 7º. O convênio que trata está lei vigorará pelo período de 66 (sessenta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prevista a possibilidade de prorrogação, nas hipóteses legais.

Parágrafo único. O convênio, objeto desta lei, poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes ou por descumprimento de qualquer das cláusulas, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia do mês de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.223/2015

Autor: Poder Executivo.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇAO DE RECURSOS VINCULADOS E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por Excesso no Orçamento vigente, Lei n°. 1.190/2014 de 23 dias do mês de Dezembro de 2014, na função programática:
07.002.12.361.0013.1039 - Jogos Escolares da Juventude
3390.3000 - Material de Consumo - R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais);
Art. 2º
. Para cobertura do crédito ora autorizado serão utilizados recursos proveniente de excesso de arrecadação, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por conta do Convênio com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, fonte de recurso 01.00.
Art. 3º. O valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), por anulação da seguinte dotação orçamentária, em conformidade com o Art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964:
11.002.27.812.0029.1065 - Melhoria da Infraestrutura Esportiva
4490.5100 - Obras e Instalações - R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fonte de recurso 01.23 (recurso ordinário).

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1143/2014 aos 14 dias do mês de julho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015, e na Lei Municipal nº. 1044/2013, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia do mês de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.622/2015

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA CONFORME LEI COMPLEMENTAR N.º 099/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados o qual passarão a compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente - COMDEMA:

Poder Publico:

1 - Secretaria de Agricultura;

Titular: Luciran Pinheiro de Souza

Suplente: Heiji da Silva Kawatake

2 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio, Esportes e Lazer

Titular e Presidente do Conselho: Márcia Auxiliadora da Silva

Suplente: Percio Istone Gonçalves Santos

3 - DAE

Titular: João Barbosa de Melo Neto;

Suplente: Márcia Nunes Barbosa

4 - SEMA/MT;

Titular: Ernesto Francis Arantes Penteado;

Suplente: Edelso Ferreira Rodrigues;

5 - Câmara Municipal de Vereadores

Titular: Erasmo Carlos Contadini

Suplente: Luiz Carlos Leandro de Sousa

Sociedade Civil:

1 - Associação de produtores Rurais do Rio Branco/ Conselho Municipal de Segurança:

Titular: Francisco Araujo Bezerra;

Suplente: Claudiney da Silva Gonçalves

2 - Associação dos Produtores Rurais da Conselvan/Milagrosa

Titular: Edjalma Gomes do Nascimento

Suplente: Valdemar Anselmo Bordilhão Zuconelli

3 - Associação Comercial e Industrial de Aripuanã/Sindicato Rural

Titular: Ataide Paulo da Silva

Suplente: Aparecido Walsoir Piola

4 - Associação AMORAR (RESEX)

Titular: Ailton Pereira dos Santos

Suplente: Emerson Oliveira de Jesus

5 - ACAMARA - Associação dos Catadores de Material Reciclável de Aripuanã.

Titular: Paulo Sergio Marcelo

Suplente: Geraldo Lacerda

ARTIGO 2º Os membros ora nomeados exercerão um mandato de três anos, permitida uma recondução por igual período.

ARTIGO 3º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 28 dias do mês de maio de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto Municipal

1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual** *contratação de empresa para locação de veículos e maquinários em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestutura deste Município de Aripuanã.* Início da Sessão: **Dia 17/06/2015, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Junho de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.911/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 6.º Inciso II da Lei Complementar n.º 096/2014, Lei Complementar 105/2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

NOMEAR, o funcionário Sr *CELESTINO BATISTA PANHO*, portador da Cédula de Identidade RG nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS**, para exercer o cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor do Departamento de Saúde da Família-DESAF, DAÍ 01,** a partir de 1°/06/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.910/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TRANSFERIR, o funcionário Sr *CELESTINO BATISTA PANHO*, portador da Cédula de Identidade RG nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Cargo de Carreira de MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS**, **na Secretaria Municipal de Saúde**, a partir do dia 1°/06/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.910/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TRANSFERIR, o funcionário Sr *CELESTINO BATISTA PANHO*, portador da Cédula de Identidade RG nº. 384.625 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº. 388.434.989-91, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para o Cargo de Carreira de MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS**, **na Secretaria Municipal de Saúde**, a partir do dia 1°/06/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.912/2015

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE DE SERVIDORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e no Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT.

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado **estável** no serviço público municipal, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº. 001/1999 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aripuanã – MT, os servidores abaixo relacionados:

Funcionário	Admissão	Mat.	Cargo	Secretaria
Beatriz Cristina De Paula	02/05/2012	2985	Merendeira	SEMEC
Renata Cieslik	03/04/2012	2961	Agente Administrativo	SEMEC
Heliene Wandel Rei De Jesus	11/05/2012	2990	Zeladora	SEMEC

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.913/2015

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no artigo 81, inciso III da Lei Orgânica Municipal, no artigo 55 da Lei Complementar nº. 001/1999 e nas Leis Complementar 95 e 96/2014.

Considerando o disposto no artigo 1º da Lei Complementar nº. 27/2007, artigo 3º da Lei Complementar nº. 31/2008, e conforme dispõe os artigos 1º e 5º do Decreto nº. 1.389/2008:

RESOLVE:

Art. 1º PROGREDIR os servidores públicos municipais, devidamente aprovados na Avaliação de Desempenho Anual referente ao Qüinqüênio 2010 a 2015, nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 001/1999, nas Leis Complementar 95 e 96/2014 e conforme dispõe o Decreto nº 1. 389/2008:

Nome	Cargo	Data de Admissão	Referencia	A partir da Data
Benedita Salomão de Meneses	Zeladora	01/03/2004	03	01/06/2015
Francisca Marques dos Santos	Zeladora	01/03/2002	03	01/06/2015
Manoel de Souza Neves	Vigia	01/02/2007	02	01/06/2015
Maria Aparecida de Miranda Silva	Merendeira	01/10/2008	02	01/06/2015
Maria Aparecida de Souza	Zeladora	12/05/1998	10	01/06/2015
Silvio Lacerda Gomes	Vigia	01/08/2007	02	01/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.909/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ELEVAR de Classe,a funcionária. Srª **MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 712.882 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 593.725.691-91, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** Classe **A**, para Classe **B**, considerando a conclusão do **CURSO DE ENSINO MEDIO,** com amparo no Art 82 da Lei Complementar nº. 095/2014, a partir do dia 1°/06/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.908/2015

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ELEVAR de Classe,a funcionária. Srª **MARLI JOSÉ DOS SANTOS VIEIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1415785-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 469.274.332-87, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADORA,** Classe **A**, para Classe **B**, considerando a conclusão do **CURSO DE ENSINO MEDIO,** com amparo no Art 82 da Lei Complementar nº. 095/2014, a partir do dia 1°/06/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.907/2015

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 100 da Lei Complementar n.º 062/2011 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário sr *CLAYTON DE CARVALHO ESTEVES,* portador da Cédula de Identidade RG nº. M5696897 SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº. 797.209.946-49, ocupante do cargo de Carreira de DENTISTA**,** lotada na **Secretaria Municipal de Saúde, 02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO,** a partir da data de 1°/06/2015, conforme solicitado através de requerimento protocolizado sob o nº. 7.289/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.906/2015

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário **Sr. ADEMIR DE ALMEIDA**, portador da RG nº 558.693-SSP/MT e do CPF. 396.149.561-00, ocupante do cargo de Carreira de **MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS**, lotado na **Secretaria Municipal de Infraestrutura, 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** no período de 1°/06/2015 a 31/08/2015, com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº. 001/99 de 21/10/1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 7.565/2015, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993. **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço na Elaboração de Projeto de Sistema de Esgotamento sanitário em atendimento ao Departamento de Água e Esgoto deste Município de Aripuanã.** Início da Sessão: *Dia 16/06/2015, às 08h00min (oito horas),* horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no ho-

rário de 08h00min às 11h30min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Junho de 2015.

ANA CRISTINA DA SILVA CAPPELLESSO

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.905/2015

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária **Srª. CLEUZA ALVES DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de identidade RG n° 173.308 SSP/MT e inscrita no CIC sob o n° 162.290.701-97, ocupante do cargo de carreira de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**,**03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PRÊMIO,** no período de 1°/06/2015 a 31/08/2015, com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº. 001/99 de 21/10/1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 7.904/2015

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar n.º 001/99 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária **Srª. LAURENTINA FERREIRA DA CRUZ**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 776.096 SSP/MT e do CPF nº. 536.460.701-10, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR 3**, **CLASSE C**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 03 (TRÊS) MESES DE**

LICENÇA PRÊMIO,

no período de 1°/06/2015 a 31/08/2015, com amparo no Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº. 001/99 de 21/10/1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, ao 1° dia de junho de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE
EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2016

A Prefeitura do Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), convida a população em geral para, através dos seus diversos seguimentos sociais, para participarem da Audiência Pública que será realizada no Anfiteatro da Prefeitura Municipal situado a Praça Ângelo Masson, nº 1000, centro, no dia **16 de Junho (Terça-Feira)** do presente ano, a iniciar-se às **19:00 horas**, oportunidade em que serão debatidas e discutidas elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício financeiro de 2016.

Para que ninguém alegue Ignorância, vai este afixado no local de Costume nesta Prefeitura e publicado em jornal de circulação regional.

Barra do Bugres, 28 de Maio de 2015.

JULIO CESAR FLORINDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 014/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 1989 /2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015.

OBJETIVO: Hospedagem aos pacientes deste Município que necessitam de tratamento especializado em Goiânia, Goiás.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR

os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 014/2015 de 05 de maio de 2015, realizada para FUTURA contratação de empresa do ramo de hotelaria para proceder hospedagem aos pacientes deste Município que necessitam de tratamento especializado em Goiânia, Goiás. Em atendimento as demandas solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, sendo estas necessidades de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência; e HOMOLOGAR as propostas das empresas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
DIEGO ARAUJO OLIVEIRA ME	15.824.132/0001-05	R$ 50.000,04

Devendo ser pago mediante a entrega dos objetos com a fatura em documento válido, após o atesto do recebimento do objeto, pelo fiscal do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de junho de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 013/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 1700/2015.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015.

OBJETIVO: Aquisição de máquinas e equipamentos de laticínios montados, para favorecer pequenos produtores e fortalecer a bacia leiteira local no Município de Campinápolis - MT.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial n. º 013/2015 de 07 de maio de 2015, realizada para FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa do ramo de comercialização de máquinas e equipamentos de laticínios montados, para favorecer pequenos produtores e fortalecer a bacia leiteira local no Município de Campinápolis - MT, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comercio, contemplada com o Convênio: Convênio 782863/2013 – Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, com as configurações de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência; e HOMOLOGAR as propostas das empresas:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
HAICE – IND. COM. DE CENTRIFUGAS – EPP.	08.277.663/0001-60	R$ 188.000,00

Devendo ser pago mediante a entrega dos objetos com a fatura em documento válido, após o atesto do recebimento do objeto, pelo fiscal do contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de junho de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 6226 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA DE Nº. 6226 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO Sr. ***CONCEIÇÃO OLIVEIRA DE PAULA,*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

RESOLVE: I – Nomear o Sr.

CONCEIÇÃO OLIVEIRA DE PAULA

, para exercer o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EXTRAORDINÁRIOS, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar ao mesmo todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01de junho de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL RP N.º 018/2015.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial RP n.º 018/2015 para fornecimento de INTERNET, para atendimento das necessidades dos órgãos do Município com disponibilização de 20 MB de Internet com IP fixo. Contratação de empresa especializada no fornecimento e colocação de Película de Controle Solar para vidros (Insulfilme), que se deu às 13h:00min do dia 1º/06/2015, sagrou vencedora a proponente: INFOBARRA SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA LTDA – ME, CNPJ: 10.388.952/0001-88, com valor global de R$ 153.300,00 (cento e cinquenta e três mil e trezentos reais. Campinápolis-MT, 1º de junho de 2015.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 087/2015

ABERTURA: 23 de junho de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 23 de junho de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de expediente para atender as Secretarias Municipais.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 1 de junho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2015 27 DE MAIO DE 2015.

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR 058/2015 QUE DISPÕE SOBRE A TRANSAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS AJUIZADOS NO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO DO ANO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Complementar nº 058, de 9 de abril de 2015, que dispõe sobre a transação de débitos fiscais ajuizados no Mutirão da Conciliação do ano de 2015, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Ficam estabelecidas as condições em que o Município de Campo Novo do Parecis, por meio da Assessoria Jurídica Fiscal e os sujeitos passivos, pessoa física ou jurídica, poderão celebrar transação de débitos ajuizados para conciliação até 31 de outubro de 2015. "

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 27 dias do mês de maio de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de

Mato Grosso e Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 243, DE 26 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 021/2009 e suas alterações posteriores,

Considerando o disposto no Decreto Executivo nº. 035, de 11 de abril de 2011 que *regulamenta as atribuições e competências dos órgãos do Poder Executivo Municipal bem como as atribuições dos cargos em comissão de Campo Novo do Parecis e dá outras providências,*

Considerando o Memorando nº 125/2015/Gab.SEMEL, datado de 25 de maio de 2015,

R E S O L V E

1. NOMEAR, a partir de 1º de junho de 2015, a Senhora ANA CAROLINA PERIN DA SILVA, portadora do RG nº 10.832.803-7 SSP/PR e CPF nº 090.719.599-70, para ocupar o cargo em comissão de Treinador Desportivo – Projeto de Oficina Marechal Rondon e Guapirama, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de maio de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 244, DE 27 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando o requerimento da servidora Maria da Penha Alves de Barros,

Considerando o Memorando nº 560, de 21 de maio de 2015, proveniente da Secretaria Municipal de Educação,

Considerando os períodos aquisitivos 19.03.98 a 18.03.03 e 19.03.03 a 18.03.08,

R E S O L V E

1. CONCEDER, licença prêmio por assiduidade à Servidora Municipal MARIA DA PENHA ALVES DE BARROS, efetiva no cargo Professora, especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia, matrícula nº 595, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2. O período de gozo da licença concedida será de 90 (noventa) dias com início em 08 de junho de 2015 e término em 07 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 27 dias do mês de maio de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 247, DE 28 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.163, de 30 de março de 2007,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.260, de 24 de setembro de 2008, que altera dispositivos na Lei Municipal nº. 1.163/2007, de 30 de março de 2007, que cria o Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº. 589, de 27 de maio de 2015,

R E S O L V E

1. RETIFICAR, os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, biênio 2015/2017, passando a responder na seguinte forma:

"VI – Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

a) Titular – Danyele Gomes da Silva, CPF 112.255.084-79;

b) Suplente – Viviane Maria de Lira, CPF 117.786.594-70;

c) Titular – Karolina da Silva Duarte, CPF: 058.716.851-02; d) Suplente – Kátia Tanaka Pereira, CPF: 007.257.791-60."

2. Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes da Portaria nº 237/2015.

3. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de maio de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 245, DE 28 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto no Decreto Executivo nº 042, de 28 de maio de 2015, que convoca a II Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências,

R E S O L V E

1. **NOMEAR,**os membros que comporão a **Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**, na forma seguinte:

I – Presidente: Haige Heidemann, CPF: 378.466.711-20

II – Secretária: Vera Lucia de Freitas Silva, CPF: 395.128.196-00;

III – Membro: Susana Piva de Souza, CPF: 968.609.439-68;

IV – Membro: Janice Ronchi de Carvalho, CPF: 370.423.279-34;

V – Membro: Elizangela Borges de Freitas Foresteri, CPF: 016.918. 229-06.

2.A Comissão Organizadora terá as seguintes atribuições:

I- definir plano de ação e metodologia de trabalho;

II- elaborar documento contendo as diretrizes para conferências livres;

III- elaborar documento contendo diretrizes para a conferência municipal;

IV- elaborar a proposta metodológica e programação da II Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de maio de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 246, DE 28 DE MAIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Ofício nº 04/2015 do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa,

R E S O L V E

1. NOMEAR,os membros que comporão a Comissão para Construção da Casa do Idoso, na forma seguinte:

I – Presidente: Haige Heidemann, CPF: 378.466.711-20

II – Membro: Janice Ronchi de Carvalho, CPF: 370.423.279-34;

III – Membro: Elizangela Borges de Freitas Foresteri, CPF: 016.918. 229-06.

2. A Comissão Organizadora Municipal poderá convidar profissionais do setor público e privado que desenvolvem atividades relacionadas ao tema, quando entender relevante para consecução das suas finalidades.

3. A Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Novo do Parecis-SEMAS/CNP proporcionará o apoio administrativo e financeiro necessário ao funcionamento desta comissão.

4. O exercício da função de membro será gratuito e constituir-se-á em serviço público relevante.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 28 dias do mês de maio de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 001 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 010/2015

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Hecoservice Construções e Saneamento Limitada

Objeto: alterar a Cláusula Segunda – da Vigência, **do Contrato**.

Prazo: 60 dias

Data:27/05/2015

Procedimento Licitatório: Tomada de Preço n° 03/2015

Secretaria: Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 088/2015

ABERTURA: 24 de junho de 2015.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 24 de junho de 2015 às 08:00 horas.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição armários planejados para atender o Departamento de Fiscalização.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 1 de junho de 2015.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 039, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

Considerandoo interesse público,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica convocada a 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, a ser realizada nos dias 10 e 11 de junho de 2015, tendo como tema central: “OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLITICA

DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A TRANSVERSALIDADE COMO RADICALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS".

Art. 2º. A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDIPD, e Secretário Municipal de Assistência Social e na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDIPD ou representante legal.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Assistência Social expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento que norteará a conferência.

Art. 4º. As despesas com a realização da 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT ocorrerão a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Novo do Parecis/MT e de outros recursos estadual e nacional destinados para este fim.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 13 dias do mês de maio de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Municipio e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

CÍCERO DOS SANTOS SILVA

Secretário Municipal de Assistência Social

ANDRE NEWTON DE FIGUEIREDO CASTRO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 112/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ILUMINAÇÃO E SOM PROFISSIONAL.

PREGÃO: 057/2015

FORNECEDOR: EDERSON PECH, CNPJ 18.042.224/0001-21

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit.	Valor total
01	Locação de som profissional para eventos com até 1.000 PESSOAS incluindo mesa de 48 canais, sendo som periférico P.A. - 01 processador digital, 02 equalizadores de 31 bandas de equalização, 01 analisador de espectro digital, 04 efeitos digitais para voz, 08 canais de gate, 08 canais de compressor, 01 cd player, 01 dvd, 01 decibelímetro, 01 caixa de comunicação entre as mesas de P.A. e monitor, 01 mesa digital 48 canais ou mesa analógica 48 canais com 08 grupos de vca / P.A. - 16 caixas de line array, 16 caixas sub grave, 02 amplificadores digitais para as line array, 01 amplificador digital para as frequências de sub / monitor - 06 monitores amplificados / microfones - 24 sm 58, 16 sm 57, 04 sm 58 sem fio, 04 microfones condenser 81.	Diária	200	R$ 570,00	R$ 114.000,00
02	Locação de iluminação profissional para eventos com até 1.000 PESSOAS: 01 mesa digital que controla pelo menos 32movings, 160 refletores e 200 cenas, 01 intercom 04 vias, 12 refletores, foco 1 de 1000 watts, 12 refletores,foco 5 de 1000 watts, 02 mini brute de 6 lâmpadas, 01 máquinas de fumaça no mínimo 1500 watts, 01 ventilador, 24 canais de dimmer digital / main power iluminação -distribuidora de ac através de chave reversora 220 / 380 volts de 250a, disjuntor geral de 225a / treliças em alumínio -36 metros linear de p30 de 4 metros, 16 metros linear de p30 2 metros, 04 metros linear de p30 - ½ metro, 04 dobradiças dupla p30, 12 algemas duplas, 04 cubos p30 6 faces; 04 talhas 01 tonelada / corrente de 10 metros, 08 cintas para suportar 1000 kg cada cinta.	Diária	200	R$ 850,00	R$ 85.000,00
Total: Cento e noventa e nove mil reais.					R$ 199.000,00

VIGÊNCIA: 01/06/2015 a 01/06/2016.

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 343/2015

PORTARIA Nº 343/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA O COORDENADOR DE CONTROLE DE FROTAS ROBSON DE SOUZA PARA DELIBERAÇÃO DE ATOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO AO DETRAN REFERENTE À DOCUMENTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DESTA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 342/2015

PORTARIA Nº 342/2015, DE 26 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESTA MUNICIPALIDADE.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 057/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna público o resultado do PREGÃO Nº 057/2015 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ILUMINAÇÃO E SOM PROFISSIONAL: EDERSON PECH, CNPJ: 18.042.224/0001-21, foi vencedora do lote 01 e 02 com o valor total R$ 199.000,00 (Cento e noventa e nove mil reais). Campo Verde, 01 de junho de 2015. Leila Gubert - Pregoeira.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 341/2015

PORTARIA Nº 341/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA MUNICIPAL LEIA FERREIRA GUIMARAES AO CARTÓRIO DA 12ª ZONA ELEITORAL DE MATO GROSSO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 340/2015

PORTARIA Nº 340/2015, DE 25 DE MAIO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR MUNICIPAL EDUARDO SUZUKI MANUCCI AO CARTÓRIO DA 12ª ZONA ELEITORAL DE MATO GROSSO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 002/2015

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO - CORESS/MT

Objeto: Constitui objeto deste Termo Aditivo a compra do serviço de análise da qualidade da água para consumo humano nos municípios integrantes da região, através do Programa de Vigilância da Qualidade da Água – VIGIÁGUA.

Assinatura: 25 de maio de 2015;

Valor: R$ 9.782,29 (nove mil setecentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos).

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 013/2015

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE - APAE

Objeto: O presente termo tem como objeto a celebração de um Convênio, para Repasse de Recursos Financeiros destinados à cobertura das despesas com a realização de evento cultural beneficente.

Vigência: até 15 de junho de 2015;

Assinatura: 15 de maio de 2015;

Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 012/2015

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO VERDE - APAE

Objeto: O presente termo tem como objeto a celebração de um Convênio, para Repasse de Recursos Financeiros destinados à execução do Projeto de Atividade Física/Psicológica uma Missão APAExonante II.

Vigência: até 30 de novembro 2015;

Assinatura: 15 de maio de 2015;

Valor: R$ 26.670,00 (vinte e seis mil seiscentos e setenta reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 033/2015

Conveniente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Conveniado: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM

Objeto: O objeto do presente termo de filiação é o vínculo de representatividade institucional, a defesa dos interesses municipalistas e o estabelecimento de condições de cooperação entre as partes, visando o planejamento, a execução, a implantação e o desenvolvimento de atividades institucionais e culturais, por meio de ações conjuntas coordenadas pela Associação, bem como o apoio, orientações e o oferecimento de suporte técnico com profissionais especializados e permanentes de consultoria jurídicas nas áreas de Direito Civil, Administrativo, Constitucional e Tributário, Assessoria e Consultoria nas áreas de Engenharia Civil, Arquitetura, Elaboração e de Projetos, Orçamentos, laudos e fiscalização, divulgação de valores do ICMS e FPM para o Município, além de Assessoria de Imprensa para informações de interesse municipal, na distribuição aos órgãos da imprensa escrita, falada e televisionada e ainda a promoção de cursos de treinamento de pessoal para os servidores públicos municipais, incluindo-se a divulgação de informativos institucionais, dos atos oficiais da Administração Pública Municipal por meio do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso e das potencialidades econômicas do Município, conforme as finalidades estatutárias da AMM.

Vigência: até 31 de dezembro de 2015;

Assinatura: 01 de abril de 2015;

Valor: A contribuição a ser prestada pelo Município será efetuada em parcela fixa no valor mensal de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por meio de débito autorizado na conta do ICMS.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 349/2015

PORTARIA Nº 349/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA O SENHOR PEDRO PAULO MONTAGNER, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 348/2015

PORTARIA Nº 348/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

EXONERA O SENHOR APARECIDO RUDNICK DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

JORGE DE MATOS requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 07 da QUADRA 14, LOCALIZADO NA AVENIDA CAMPO GRANDE, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÕES: 122/2014 e 76/2014

1. Vimos através da presente *NOTIFICAR* a Empresa: **BRASIL DISTRIBUIDORA DE PROD. PARA SAÚDE LTDA., CNPJ Nº 07.344.150/0001-61,** pela não entrega dos itens constantes nas NAD – Nota de Autorização de Despesas abaixo descriminadas, **no prazo estipulado no Edital**:

-PREGÃO 76/2014 – **NAD 4140/2015 (parcial); 4545/2015 (parcial); 4551/2015 e 4694/2015**

- PREGÃO 122/2014 – **NAD 3815/2015 (parcial); 4538/2015**

2. **Fica estipulado o restabelecimento imediato (no prazo máximo de 24 horas), para que referida empresa entregue no almoxarifado central os dos itens constantes nas Notas de Autorização de despesa acima citadas,** sob pena de responder pelas penalidades constantes no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8. 666/93 e suas alterações.

3. Considerando que o Almoxarifado Central comunicou da não entrega no prazo estipulado e que a empresa esta deixando de cumprir suas obrigações quanto à entrega dos produtos solicitados. Informamos que o não cumprimento do prazo a empresa estará sujeita as penalidades e multas estabelecida no edital, ficando ainda sujeita a rescisão contratual/ata de registro de preços, com aplicação das penalidades cabíveis, inclusive impossibilidade de contratar com a administração publica pelo prazo de ate 2(dois) anos conforme as leis supracitadas. Informamos ainda, que caso a empresa não se manifeste, dentro do prazo estipulado, esta notificação será considerada como aviso de penalidade.

4. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa

NOTIFICADA

a partir desta data.

Campo Verde, 01 de junho de 2015.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 028/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) MÉDICO CLINICO GERAL PARA ATENDER E REALIZAR PLANTÃO A UNIDADE MISTA INTEGRADA LEOCYR LAZARETTE

Contratado: ANDRE BORGES DE OLIVEIRA.

Valor global: R$32.950,00 (trinta e dois mil e novecentos e cinquenta reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Dispensa de Licitação: 028/2015

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 24 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 29 de Maio de 2015.

Rosimeire C. Favero

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 029/2015

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Contratação, em caráter de emergência, de um farmacêutico para atender na Farmacia Básica do Municipio no período de 30 dias.

Contratado: FRANCIANE KIPP FERRÃO.

Valor global: R$4.690,00 (quatro mil seissentos e noventa reais).

Fundamento Legal :Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93

Dispensa de Licitação:029/2015.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 24 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 29 de maio de 2015.

Rosimeire C. Favero

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 025/2015

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 002/2015 vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº. 025/2015, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 15/05/2015, às 08h00, horário local, objetivando futura e eventual aquisição de medicamentos, sendo declaradas vencedoras do certame as empresas: **ALL MEDICA DIST. DE MAT. HOSPITALARES LTDA**, CNPJ n.º 07.095.969/0001-32 com valor total de R$292.357,04(duzentos e noventa e dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos), **ANGAI DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA EPP,** CNPJ n.º 04.217.590/0001-60 com valor total de R$317.970,00 (trezentos e dezessete mil, novecentos e setenta reais), *CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA*, CNPJ n. º 03.652.030/0001-70 com valor total de R$262.100,00 (duzentos e sessenta e dois mil e cem reais), **PRO-REMEDIOS DISTR. DE PRODUTOS**, CNPJ n.º 05.159.591/0001-68 com valor total de R$390.742,10 (trezentos e noventa mil, setecentos e quarenta e dois reais e dez centavos), **RINALDI & COGO LTDA ME**, CNPJ n.º 07.269.677/0001-79 com valor total de R$153.180,00 (cento e cinquenta e três mil e cento e oitenta reais) e **ROTILLI & MACHADO LTDA ME**, CNPJ n.º 08.833.844/0001-25 com valor total de R$54.146,00 (cinquenta e quatro mil e cento e quarenta e seis reais).

Campos de Júlio, 28 de Maio de 2015.

Rosimeire C. Favero

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 030/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2015, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Contratação de serviços para edição, confecção e distribuição de jornal de circulação diária nos municípios de Campos de Júlio, Comodoro e Nova Lacerda, no período de 07(sete) meses.

Contratado: FREITAS OLIVEIRA & CIA LTDA ME, CNPJ n.º 08.208.776/0001-03

Valor global: R$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

Fundamento Legal : Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93

Dispensa de Licitação:030/2015.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 24 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 01 deJunho de 2015.

Rosimeire C. Favero

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 423/2015

DECRETO Nº 423/2015 _____ DE: 01/06/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 83 INCISO V E XXX QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado De Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em Lei:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 05 de Junho de 2015**,** no Município de Canabrava do Norte – MT, devido o feriado de Corpus Christi. Lembrando que o expediente voltará funcionar normalmente no dia 08 de Junho do corrente ano.

Artigo 2º.Ficam excluídos do presente Decreto:

I – Serviços Essenciais de Saúde,

II - Vigilância Municipal,

III - Serviços de Limpeza Pública,

Artigo 3º. A Secretaria de Obras e Infra Estrutura exercerá suas atividades normalmente no dia 04 de Junho de 2015 (Quinta - Feira).

Artigo 4º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº2551/2015

De 29 de maio de 2015

Prorroga prazo para o pagamento do IPTU.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, com base no Art 172 da Lei Municipal Complementar nº 116/2013 de 19 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de pagamento do IPTU, exercício 2015.

I – O contribuinte terá benefícios fiscais acumulados quando enquadrado nas condições estabelecidas neste parágrafo e efetuando o pagamento em cota única até 10 de junho de 2015 da seguinte forma:

a) 5% (cinco por cento), com pagamento em cota única até a data do vencimento;

b) 20% (vinte por cento), como abono de adimplência com os tributos municipais;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de maio de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 253/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - A pedido fica **EXONERADA** a Senhora **MARÍLIA GABRIELA CAVALIERI VICENTE CIRINEU** do cargo de **DIRETOR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 255/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **ANTONIO JUNIOR DE SOUZA** no cargo CHEFE DE GERENCIAMENTO lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 250/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - A pedido fica **EXONERADA** a Senhora **ALANA CURIONI** no cargo de **CHEFE DE GERENCIAMENTO** lotado na Secretaria de Administração e Finanças.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 22 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 237/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **VINICIUS DUARTE CIRINEU** do cargo de MÉDICO POR JORNADA DE 40hs lotado na Secretaria Municipal Saúde.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 210/2015

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 91, da Lei Municipal n°. 266/2004.

RESOLVE:

Artigo1º- Fica CONCEDIDO Licença Prêmio ao Servidor AMERICO GONÇALVES no cargo de Motorista Operador de Maquinas Rodoviária Pá Carregadeira Patrol, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

Artigo 2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício dos anos 2007/2012, fica compreendido que o período de concessão será dos dias 25 de maio de 2015 a 24 de agosto de 2015

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 25 de maio de 2015

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 184/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal em exercício de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 44, da Lei Municipal n°. 266/2004,

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **EXONERADO** o Senhor **VINICIUS DUARTE CIRINEU** efetivo no cargo de Medico por Jornada de 20hs, lotado na Secretaria Municipal de Saúde , investido via aprovação em Concurso Público Municipal nº. 001/2011 nomeado pela Portaria nº. 161/2012 de 03 de abril de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revoga se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de maio de 2015

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 199/2015 - ERRATA

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 77 da Lei Municipal nº. 266/2004.

RESOLVE:

Art. 1º- A PEDIDO, fica concedido à servidora ELIANE SEVERINO DE LIMA no Cargo de SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, a ser gozada sem ônus para o Município.

Art. 2º - O período de gozo será de 02 (dois) anos e terá início em 18 (dezoito) de maio de 2015 e término em 17 (dezessete) de maio de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 170/2015

SÚMULA: "DESIGNAR SERVIDOR PÚBLICO PARA RESPONDER PARA FISCAL DE CONTRATO"

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Designa o servidor público **COSMO DE SOUZA**, para ser responsável pela fiscalização de contratos de nº 9/2015, CAE 11/2015 CORREIOS E BANCO DO BRASIL.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 10 de abril de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 261/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **JURACI TORQUATO** do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotado na Secretaria Municipal de Educaçao.

Artigo 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 31 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em 27 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 260/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **JOSÉ AFONSO SOARES LIMA BISPO** do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotado na Secretaria Municipal de Educaçao.

Artigo 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em 27 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 259/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **FABIANO ALVES PEREIRA** do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotado na Secretaria Municipal de Educaçao.

Artigo 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 31 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em 27 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 258/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **EXONERADO** o Senhor **AGNALDO DA SILVA** do cargo de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA ESTAÇÃO DE TRABALHO** lotado na Secretaria Municipal de Educaçao.

Artigo 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de 31 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em 27 de maio de 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 256/2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **DANIEL DE SOUZA BRITTO** no cargo CHEFE DE GERENCIAMENTO lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio 2015.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 023/2015

CONTRATO N°: **23/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **NIVALDO ALVES PEREIRA- CPF n.º 002.847. 207-12**

OBJETO: ***Aquisição de*** **Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.**

VALOR: **R$ 2.354,30 (Dois mil trezentos e cinqüenta e quatro reais e trinta centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 021/2015

CONTRATO N°: **21/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **LUIZ BARBON - ME- CPF n.º 058.451.499-91**

OBJETO: ***Aquisição de*** **Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**.

VALOR: **R$ 1.091,70 (Hum mil noventa e um reais e setenta centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 022/2015

CONTRATO N°: **22/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **LUIZ GONZAGA EVANGELISTA- CPF n.º 904.191. 031-04**

OBJETO: ***Aquisição de*** **Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.**

VALOR: **R$ 5.417,96 (Cinco mil quatrocentos e dezessete reais e noventa e seis centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 020/2015

CONTRATO N°: **20/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **ADONES MURCIO PROCÓPIO -** *CPF n.º 441.366. 766-20*

OBJETO: ***Aquisição de*** **Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**.

VALOR: **R$ 3.392,10 (três mil trezentos e noventa e dois reais e dez centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 019/2015

CONTRATO N°: **19/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **VIAÇÃO BRASIL LTDA** - **CNPJ/MF sob o n.º 03.533. 254/0001-63**

BJETO: **Aquisição de Passagens Rodoviárias e Fretes.**

VALOR: **R$ 198.030,00 (cento e noventa e oito mil e trinta reais)**

VIGÊNCIA: 14.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 14.05.2015

PORTARIA N.º 192/2015

PORTARIA N.º 192/2015.

Designa servidor a exercer a função de Pregoeiro Municipal e a respectiva Equipe de Apoio do Poder Executivo do Município de Castanheira-MT, para o Exercício Financeiro de 2015, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 3.º, inciso IV, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE

Art. 1.º Fica designada para atuar como Pregoeiro Municipal do Poder Executivo, em procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão, para o Exercício Financeiro de 2015, a partir da data de 22 de maio de 2015, o seguinte servidor público municipal:

NOME	FUNÇÃO	MATRICULA
ROSANA DA SILVA	SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	395/2013

Parágrafo Único. O Pregoeiro Municipal designado por esta Portaria poderá atuar em qualquer Processo de Licitação na modalidade Pregão instaurado pelo Poder Executivo do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Compete ao Pregoeiro Municipal:

I - a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II - o credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

III - o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes-proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

IV - a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

V - a seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4.º, da Lei Federal n.º 10.520/ 2002;

VI - a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço;

VII - a negociação do preço com vistas à sua redução;

VIII - a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

IX - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante;

X - a elaboração da ata da sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação de preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XII - propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

Art. 3.º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio do Pregoeiro, no Exercício Financeiro de 2015, nas licitações na modalidade de Pregão, no âmbito do Poder Executivo do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, os seguintes servidores públicos municipais:

NOME	FUNÇÃO	MATRICULA
ROSA MARIA DA SILVA PERUCCI	SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	06.001.066.001
ROGERIO PEDRO GRAEFF	SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	09.25.006
APARECIDA MARIA DE LIMA	SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	03.001.239.002
CLAYTON ALVES NOBERTO	SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	04.07.011
JACO ALFONSO HORN	SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL	03.34.106

§ 1.º Para cada processo de licitação na modalidade Pregão, deverão atuar, no mínimo, de 2 (dois) integrantes da Equipe de Apoio, dentre eles 1 (um) servidor público municipal investido em cargo efetivo, convocados pelo Pregoeiro no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ante do início da sessão.

§ 2.º Excluídos os atos que importem em julgamento ou deliberação, compete a Equipe de Apoio:

I - prestar assistência ao pregoeiro, dando suporte às atividades que lhe incumbem executar;

II - formalizar atos processuais, por determinação do Pregoeiro;

III - realizar diligências diversas, determinadas pelo Pregoeiro;

IV - assessorar o Pregoeiro nas sessões do certame, na redação de atas, relatórios, pareceres, entre outros;

V - realizar o exame de propostas quanto aos aspectos formais, sugerindo ao Pregoeiro a classificação ou a desclassificação; e,

VI - em relação à habilitação em cada certame licitatório, analisar os documentos à luz do que estatuir o edital, emitindo parecer destinado a subsidiar a decisão a ser adotada pelo Pregoeiro.

Art. 4.º O Pregoeiro e os integrantes da Equipe de Apoio, na atuação que lhes foi designada, devem observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, inscritos no art. 37, da Constituição Federal, que orientam toda a atividade estatal, atuando sempre com diligência, competência e eficiência, evitando atos que importem em lesão ao interesse público, sob pena de responderem por tais atos nas esferas administrativa, cível e *criminal*.

Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria Municipal n.º 034, de 07 de janeiro de 2015.

Castanheira-MT, 22 de maio de 2015.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 028/2015

CONTRATO N°: **28/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **MARCIO SOUZA FARIA EIRELI** - **CNPJ nº 20.151.547/0001-03**

OBJETO:**Contratação de Profissional Engenheiro Sanitarista.**

VALOR: **R$ 32.800,00 (Trinta e dois mil e oitocentos reais)**

VIGÊNCIA: 21.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 21.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.• 029/2015

CONTRATO N°: **29/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **EXTRA MÁQUINAS S/A** - **CNPJ/MF n.º 19.293.041/0002-22**

OBJETO:**Aquisição de 01 (um) Caminhão Basculante zero KM, com Caçamba de no mínimo 10/12MT³.**

VALOR: **R$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais)**

VIGÊNCIA: 25.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 25.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 027/2015

CONTRATO N°: **27/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **JAIME BRUNO** - **CPF n.º 208.832.269-87**

OBJETO: ***Aquisição de* Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.**

VALOR: **R$ 5.377,40 (Cinco mil trezentos e setenta e sete reais e quarenta centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 026/2015

CONTRATO N°: **26/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **EDSON FERREIRA DA SILVA- CPF n.º 458.634.901-87**

OBJETO: ***Aquisição de* Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.**

VALOR: **R$ 4.343,20 (Quatro mil trezentos e quarenta e três reais e vinte centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 025/2015

CONTRATO N°: **25/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **WALDIR DOS REAIS DA SILVA- CPF n.º 551.093. 811-00**

OBJETO: ***Aquisição de* Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.**

VALOR: **R$ 1.313,20 (Hum mil trezentos e treze reais e vinte centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

EXTRATO DO CONTRATO N.º 024/2015

CONTRATO N°: **24/2015** CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): **VILDA LUZIA FELIPE- CPF n.º 593.739.541-72**

OBJETO: ***Aquisição de* Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.**

VALOR: **R$ 2.838,64 (Dois mil oitocentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**

VIGÊNCIA: 19.05.2015 a 31.12.2015

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Nota Fiscal:

DATA DE ASSINATURA: 19.05.2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL N.º024/2015

DECRETO MUNICIPAL N.º024/2015

DETERMINA O DIA MUNICIPAL PARA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO PME.

LIZÚ KOBERSTAIN,Prefeito Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o dia 02 de junho de 2015 para a realização da **CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME.**

Parágrafo Único: O horário da realização da Conferência iniciar-se-á às 19h00 no Salão Paroquial, localizado nas mediações da Praça Dom Wunibaldo no Centro de Chapada dos Guimarães.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 01 de junho de 2015.

LIZÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 080/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 080/2015

DO OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE DOIS VEICULOS TIPO KOMBI PARA TRANSPORTE ESCOLAR NA ZONA RURAL, PARA ATENDER A ESCOLA MUNICIPAL AGUA BRANCA, SENDO A LINHA 1 FAZENDA FARTURA , LINHA 2 RONCADOR DOS MENDES.**

DO VALOR GLOBAL: R$ 42.912,00 (quarenta e dois mil e novecentos e doze reais)

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: YVETE PEREIRA DE ARAUJO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 122/2009

CONTRATADA: JJ CONSTRUTORA LTDA

OBJETIVO: Fica prorrogado o prazo do referido contrato por mais 180 (cento e oitenta) dias, encerrando, assim, em 25/11/2015.

DATA: 29/05/2015

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA A MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CRECHES MUNICIPAIS, ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DIVA RODRIGUES, PARA A MANUTENÇÃO DA CANTINA DA SECRETARIA MUNICIPAI DE EDUCAÇÃO E CULTURA. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que até 08:00 hrs do dia 15 de Junho de 2015, estará recebendo propostas, para abertura do pregão presencial, para a aquisição supracitada. O Edital poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100. Cláudia/MT, 01 de Junho de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 013/2015

CONTRATADA: ATOS CONSULTORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL EIRELLI

OBJETIVO: O valor do presente aditivo é de R$ 4.972,50 (quatro mil novecentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

DATA: 29/05/2015

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 032/2014

CONTRATADA GABRIELA ZEN

OBJETIVO: Aditivar o prazo de vigência, bem como o valor e a forma de pagamento, conforme Cláusulas Segunda e Terceira

DATA: 29/05/2015

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 018/ 2014

CONTRATADA ALEXANDRE JOSE DE SOUZA LOPES - EPP

OBJETIVO: Prorrogar o Prazo de Vigência e aditar o Valor e Condições de Pagamento, previstos nas Cláusulas Quarta e Quinta

DATA: 14/05/2015

LICITAÇÃO
EDITAL Nº 001/2015

ANEXO

EDITAL Nº 001/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CLÁUDIA – CMDCA, no uso dasatribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 567/2015, faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada paramembros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 567/2015 e Resolução nº 002/2015/CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1. O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 05 (cinco) vagas para membros titulares e 05 (cinco) vagas para seus consequentes suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com o disposto editado pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação emDiário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meioequivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I – a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II – as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV – a regulamentação quanto às fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Em Data Unificada; e

V – as vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DAFUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

3.1. Reconhecida idoneidade moral;

3.2. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos na data da posse;

3.3. Comprovação da conclusão do Ensino Médio;

3.4. Noções Básicas em Informática (para operacionalização do sistema SIPIA/CT)

3.5. Residir no municípioa mais de 02 anos;

3.6. Não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar no período vigente;

3.7. Estar no gozo dos direitos políticos;

3.8. Não exercer mandato politico;

3.9. Não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;

3.10. Não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;

3.11. Ter perfil compatível para exercer a função, sendo o referido perfil psicológico avaliado por profissional competente a cargo do Município.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais, devendo ter disponibilidade para os plantões, em escala, divididos em noturno, feriado e fins de semana.

4.2. O valor do vencimento será de 1,6 (Um inteiro e seis décimos de salário mínimo).

4.3. Aos membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município de Cláudia - MT, será assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda.

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação.

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1. São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3. Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1. As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Avaliação Psicológica;

IV - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V - Quinta Etapa: Formação inicial;

VI - Sexta Etapa: Diplomação e Posse.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se á pela inscrição por meio de requerimento feito pessoalmente, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Tutelar, localizada na Rua Ferreira Mendes nº 401, Bairro Centro, logo após apublicação do Edital do Processo de Escolha dos pretendentes à função deconselheiro tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do ConselhoNacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

9.3. As inscrições serão realizadas de acordo com o cronograma do Edital 001/2015, Anexo I.

9.4. A veracidade das informações prestadas na Inscrição é de total responsabilidade do candidato.

9.5. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos.

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigidaprevista na Resolução e no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 05 (cinco) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1. A partir da publicação da lista dos candidatos inscritos a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.3. O candidato terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

11.5. No dia 03 de agosto de 2015, conforme cronograma Anexo I serápublicado a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

12. DA TERCEIRA ETAPA –AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

12.1. A avaliação psicológica será de caráter eliminatório, e será aplicada por um profissional devidamente qualificado na área de Psicologia. Com avaliação e acompanhamento da Comissão que decidirá pela aptidão ou não do candidato. A avaliação psicológica será aplicada no período de 20/07/2015 à 26/07/2015 na sede do CRAS.

13. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

13.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

13.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

14. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DEESCOLHA EM DATA UNIFICADA

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

15. DO EMPATE

15.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que tiver comprovado na documentação apresentada na oportunidade do pedido de registro de pré-candidatura, maior tempo de experiência em instituição de assistência a infância e a juventude, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada.

16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

16.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

17. DOS RECURSOS

17.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situado na Rua Castelo Branco nº 1201, Centro, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

17.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

17.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

17.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

17.5. As decisões proferidas nos recursos efetuadas pelo Pleno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são irrecorríveis na esfera administrativa.

17.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

18. DA QUINTA ETAPA - FORMAÇÃO

18.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos.

18.2. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadosaos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

19. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

19.1. A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Municipal nº 567/2015 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

20.2. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

20.3. O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláudia - MT, 01 de Junho de 2015.

_____

EVERSON CÉSER KONZEN

Presidente CDMCA

_____

ISAIAS CAVALCANTE DA SILVA

Presidente da Comissão Especial do Processo de

Escolha dos Candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar

ANEXO I

Cronograma Referente ao Edital nº 001/2015 do CMDCA

	EVENTOS	DATA
01	**Publicação do Edital**	02/06/2015
02	**Inscrições na sede do Conselho Tutelar, situado na Rua Ferreira Mendes nº 401, Centro, das 07 as 11 e das 13 às 17 horas.**	02/06 a 19/06
03	**Análise de pedido de registro de candidatura**	22/06 a 26/06
04	**Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas**	29/06/2015
05	**Recurso à impugnação de candidatura (Pode ser proposta por qualquer cidadão, cabendo indicar os elementos probatórios (art. 11, § 2º, da Resolução nº170/2014 – CONANDA)**	Até 03/07
06	**Notificação dos impugnados quanto ao prazo de defesa**	06/07 a 08/07
07	**Apresentação de defesa pelo candidato impugnado**	09/07 a 13/07
08	**Analise e decisão dos pedidos de impugnação**	14/07 a 17/07
09	**Avaliação Psicológica**	20/07 a 26/07
10	**Interposição de Recurso referente ao resultado da Avaliação Psicológica**	Até 29/07
11	**Resposta da Interposição**	Até 31/07
12	**Publicação dos candidatos habilitados à eleição**	03/08/2015
13	**Reunião para firmar compromisso**	04/08/2015
14	Processo de Escolha (Eleição)	04/10/2015
15	**Divulgação do resultado da escolha**	Imediatamente após a apuração
16	**Posse dos Conselheiros**	10/01/2016

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA REGISTRO DE CANDIDATURA

a) Cópia da Cédula de Identidade;

b) Cópia do Titulo eleitoral;

c) Cópia do CPF;

d) Cópia da certidão de conclusão do Ensino Médio ou equivalente;

e) 02 (duas) fotos 3x4;

f) Apresentar comprovante de residência no município de Cláudia;

g) ApresentarCertidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

h) Ter 21 (vinte e um) anos até a data da posse.

ANEXO III

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA CONCORRER A VAGA DE

CONSELHEIRO TUTELAR – PRIMEIRA FASE

NOME:_____

ESTADO CIVIL:_____

DATA DE NASCIMENTO:_____

PROFISSÃO:_____IDENTIDADE nº_____

CPF:_____TELEFONES:_____

ENDEREÇO:_____

_____

Vem REQUERER sua inscrição como candidato(a) a vaga de Conselheiro Tutelar, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e Leis Municipais nº 567/2015. Para tanto, declara conhecer os requisitos contidos no Edital nº 001/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia/MT, aceitando-os, desde já, sob pena de indeferimento de seu pedido de inscrição, caso não sejam comprovados.

Termos em que pede e espera deferimento.

Cláudia/MT,_____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura do requerente

ANEXO IV

Processo de Escolha Unificada a candidato a Conselho Tutelar / 2015

REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

NOME:_____

ESTADO CIVIL:_____

DATA DE NASCIMENTO:_____

PROFISSÃO:_____IDENTIDADE nº_____

CPF:_____TELEFONES:_____

ENDEREÇO:_____

_____

Vem REQUERER a impugnação da candidatura a vaga de Conselheiro Tutelar, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e Leis Municipais nº 567/2015. Para tanto, declara conhecer os requisitos contidos no Edital nº 001/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia/MT.

Termos em que pede e espera deferimento.

Cláudia/MT,_____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura do requerente

(anexar justificativa e documentos comprobatórios)

LICITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 002/2015/CMDCA.

RESOLUÇÃO nº 002/2015/CMDCA.

"Dispõe sobre deliberação referente àaprovação do Edital do Processo de Escolhaem Data Unificada do Conselho Tutelar."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –CMDCA, do município de Cláudia - MT, criado pela lei nº 567/2015, órgão deliberativo de todas as ações de atendimento à Política Municipal de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, no uso de suas legais atribuições,

RESOLVE:

Artigo 1º - APROVAR o Edital do Processo de Escolha em Data Unificada do Conselho Tutelar, conforme anexo.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura, revogada as disposições em contrário e será afixado em local de costume.

Cláudia - MT, 01 de Junho de 2015.

_____

EVERSON CÉSER KONZEN

Presidente CMDCA

RH
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT CONCURSO PÚBLICO 001/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05 AO EDITAL Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Cláudia - MT, Sr. **João Batista Moraes De Oliveira**, através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pelo Decreto 06/2015, torna público o edital complementar do Concurso Público 001/2015.

Art. 1º - Torna público o **Gabarito Preliminar ANEXO I,** da prova realizada no dia 31 de Maio de 2015 do Concurso Público 001/2015 da Prefeitura Municipal de Cláudia, abrindo prazo de recurso contra a divulgação do gabarito das questões objetivas de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação, sendo o prazo final para o candidato protocolar o seu recurso eletrônico até as 23:00 horas do dia 03 de Junho de 2015.

Art. 2º - Os recursos deverão estar de acordo com o **Edital de Abertura 001/2015**

do Concurso Público

conforme segue abaixo:

16 – Dos Recursos:

16.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível;

16.3 – Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso;

16.4 – Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações;

16.5 – O recurso contra publicação do gabarito e questões deverá ser digitado através requerimento eletrônico, via sistema de inscrição online, o qual será destinado à Comissão Organizadora e protocolado automaticamente via sistema.

Art. 3º - O Candidato que desejar protocolar um recurso deverá acessar o link abaixo:

http://www.consultoriaatos.com/concursos/

Art. 4º - O edital completo contendo os ANEXOS I - GABARITO PRELIMINAR, estão disponível para consulta no mural e no site da Prefeitura Municipal de Cláudia http://www.claudia.mt.gov.br

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do EDITAL n. º 001/2015. Este Edital Complementar 05 do Concurso Público 001/2015, entra em vigor na data de 01 de Junho de 2015.

Cláudia – MT, 01 de Junho de 2015

João Batista Moraes De Oliveira Esdra Nunes de Andrade

Prefeito Municipal Presidente da Comissão Conc. Publico 001/2015

ANEXO - I
GABARITOS PRELIMINAR - NÍVEL SUPERIOR

QUESTÕES	Advogado	Assistente Social	Bioquímico	Contador	Controlador Interno	Educador Físico	Enfermeiro	Engenheiro Civil	Engenheiro Sanitarista
01	B	B	B	B	B	B	B	B	B
02	C	C	C	C	C	C	C	C	C
03	B	B	B	B	B	B	B	B	B
04	A	A	A	A	A	A	A	A	A
05	A	A	A	A	A	A	A	A	A
06	A	A	A	A	A	A	A	A	A
07	D	D	D	D	D	D	D	D	D
08	C	C	C	C	C	C	C	C	C
09	A	A	A	A	A	A	A	A	A
10	C	C	C	C	C	C	C	C	C
11	C	C	C	C	C	C	C	C	C
12	C	C	C	C	C	C	C	C	C
13	A	A	A	A	A	A	A	A	A
14	A	A	A	A	A	A	A	A	A
15	C	C	C	C	C	C	C	C	C
16	C	C	C	C	C	C	C	C	C
17	C	C	C	C	C	C	C	C	C
18	D	D	D	D	D	D	D	D	D
19	A	A	A	A	A	A	A	A	A
20	B	B	B	B	B	B	B	B	B
21	A	A	A	A	A	A	A	A	A
22	C	C	C	C	C	C	C	C	C
23	D	D	D	D	D	D	D	D	D
24	C	C	C	C	C	C	C	C	C
25	C	C	C	C	C	C	C	C	C
26	B	B	B	B	B	B	B	B	B
27	B	B	B	B	B	B	B	B	B
28	C	C	C	C	C	C	C	C	C
29	A	A	A	A	A	A	A	A	A
30	C	C	C	C	C	C	C	C	C
31	D	B	C	C	A	D	B	B	A
32	B	C	A	A	B	B	B	A	B
33	D	A	C	D	D	C	A	C	D
34	A	B	C	B	B	D	B	C	C
35	B	B	D	D	C	A	C	C	D
36	B	D	B	B	C	C	B	D	B
37	C	A	D	D	B	D	B	D	C

38	D	C	D	C	C	B	B	D	D
39	B	D	A	C	D	C	C	A	A
40	D	C	A	D	D	B	C	B	B

ANEXO - I
GABARITOS PRELIMINAR - NÍVEL SUPERIOR

QUESTÕES	Fisioterapeuta	Médico	Médico Veterinário	Nutricionista	Odontólogo	Psicólogo
01	B	B	B	B	B	B
02	C	C	C	C	C	C
03	B	B	B	B	B	B
04	A	A	A	A	A	A
05	A	A	A	A	A	A
06	A	A	A	A	A	A
07	D	D	D	D	D	D
08	C	C	C	C	C	C
09	A	A	A	A	A	A
10	C	C	C	C	C	C
11	C	C	C	C	C	C
12	C	C	C	C	C	C
13	A	A	A	A	A	A
14	A	A	A	A	A	A
15	C	C	C	C	C	C
16	C	C	C	C	C	C
17	C	C	C	C	C	C
18	D	D	D	D	D	D
19	A	A	A	A	A	A
20	B	B	B	B	B	B
21	A	A	A	A	A	A
22	C	C	C	C	C	C
23	D	D	D	D	D	D
24	C	C	C	C	C	C
25	C	C	C	C	C	C
26	B	B	B	B	B	B
27	B	B	B	B	B	B
28	C	C	C	C	C	C
29	A	A	A	A	A	A
30	C	C	C	C	C	C
31	B	B	B	B	B	B
32	D	B	C	B	B	B
33	C	D	A	D	C	A
34	D	B	D	B	C	C
35	A	B	B	C	B	D
36	B	B	D	D	B	B
37	D	D	A	C	C	C
38	A	C	A	C	D	D
39	C	D	A	C	D	B
40	B	B	B	B	A	C

ANEXO - I
GABARITOS PRELIMINAR - NÍVEL MÉDIO

QUESTÕES	Agente de Saúde Bucal	Auxiliar Administrativo	Fiscal de Obras e Postura	Fiscal de Solo e Meio Ambiente	Fiscal de Tributos e Arrecadação	Professor - Magistério	Recepcionista	Técnico em Contabilidade
01	B	B	B	B	B	B	B	B
02	C	C	C	C	C	C	C	C
03	B	B	B	B	B	B	B	B
04	C	C	C	C	C	C	C	C
05	B	B	B	B	B	B	B	B
06	D	D	D	D	D	D	D	D
07	D	D	D	D	D	D	D	D
08	C	C	C	C	C	C	C	C
09	B	B	B	B	B	B	B	B
10	B	B	B	B	B	B	B	B
11	A	A	A	A	A	A	A	A
12	C	C	C	C	C	C	C	C
13	D	D	D	D	D	D	D	D
14	C	C	C	C	C	C	C	C
15	C	C	C	C	C	C	C	C
16	B	B	B	B	B	B	B	B
17	B	B	B	B	B	B	B	B
18	C	C	C	C	C	C	C	C
19	A	A	A	A	A	A	A	A
20	C	C	C	C	C	C	C	C
21	C	D	A	C	A	D	A	B
22	B	A	B	B	D	D	D	A
23	B	C	C	C	A	A	A	C
24	D	B	D	B	D	B	B	A
25	C	B	D	A	D	B	B	D

26	B	B	B	A	D	C	C	D
27	C	B	D	D	C	C	C	A
28	D	C	D	C	C	C	C	D
29	C	B	B	C	B	D	D	D
30	B	C	A	B	B	C	B	B

ANEXO - I
GABARITOS PRELIMINAR - NÍVEL MÉDIO

QUESTÕES	Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial	Técnico em Enfermagem	Técnico em Informática	Técnico em Meio Ambiente	Técnico em Vigilância Sanitária
01	B	B	B	B	B
02	C	C	C	C	C
03	B	B	B	B	B
04	C	C	C	C	C
05	B	B	B	B	B
06	D	D	D	D	D
07	D	D	D	D	D
08	C	C	C	C	C
09	B	B	B	B	B
10	B	B	B	B	B
11	A	A	A	A	A
12	C	C	C	C	C
13	D	D	D	D	D
14	C	C	C	C	C
15	C	C	C	C	C
16	B	B	B	B	B
17	B	B	B	B	B
18	C	C	C	C	C
19	A	A	A	A	A
20	C	C	C	C	C
21	A	C	D	B	A
22	B	B	A	A	B
23	D	A	C	D	C
24	C	D	C	B	C
25	C	B	C	A	A
26	C	B	D	C	D
27	C	B	B	C	B
28	B	B	A	A	D
29	A	D	B	D	B
30	B	C	C	C	A

ANEXO - I
GABARITOS PRELIMINAR - NÍVEL FUNDAMENTAL

QUESTÕES	Auxiliar de Mecânico	Auxiliar de Serviços Gerais	Eletricista Automotivo	Gari	Jardineiro	Mecânico	Merendeira	Motorista
01	C	C	C	C	C	C	C	C
02	C	C	C	C	C	C	C	C
03	B	B	B	B	B	B	B	B
04	A	A	A	A	A	A	A	A
05	D	D	D	D	D	D	D	D
06	C	C	C	C	C	C	C	C
07	B	B	B	B	B	B	B	B
08	A	A	A	A	A	A	A	A
09	C	C	C	C	C	C	C	C
10	A	A	A	A	A	A	A	A
11	A	A	A	A	A	A	A	A
12	C	C	C	C	C	C	C	C
13	D	D	D	D	D	D	D	D
14	C	C	C	C	C	C	C	C
15	C	C	C	C	C	C	C	C
16	D	D	D	C	D	C	C	B
17	C	B	C	B	A	A	A	D
18	B	D	C	A	C	A	B	B
19	D	D	D	C	A	B	D	C
20	B	C	A	C	B	D	C	D

ANEXO - I
GABARITOS PRELIMINAR - NÍVEL FUNDAMENTAL

QUESTÕES	Operador de Máquinas I	Operador de Máquinas II	Pedreiro	Vigia	Zelador(a)
01	C	C	C	C	C
02	C	C	C	C	C
03	B	B	B	B	B
04	A	A	A	A	A
05	D	D	D	D	D
06	C	C	C	C	C
07	B	B	B	B	B
08	A	A	A	A	A
09	C	C	C	C	C
10	A	A	A	A	A

11	A	A	A	A	A
12	C	C	C	C	C
13	D	D	D	D	D
14	C	C	C	C	C
15	C	C	C	C	C
16	A	A	C	D	D
17	B	B	D	D	B
18	D	D	C	C	C
19	D	D	B	A	D
20	C	C	D	B	D

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO-RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015.

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **O.W. Zago Construtora ME**, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **"Contratação de Empresa para execução de Obra de engenharia civil para construção de uma quadra coberta no Município de Cláudia – MT**."

Cláudia/MT; 01 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Presidente da C.P.L.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO-RESULTADO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2015.

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa **O.W. Zago Construtora ME**, sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a **Contratação de Empresa para execução de Obra referente a Implantação de Iluminação Pública na Praça Dos Três Poderes no Município de Cláudia – MT**.

Cláudia/MT; 01 de Junho de 2015.

João Batista Moraes De Oliveira

Prefeito Municipal

Shirley Yotzchetz

Presidente da C.P.L.

RH
DECRETO N° 042/2015

Data: 26 de maio de 2015

Súmula: DISÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVERA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação dos representantes de cada Entidade que atuarão junto ao Conselho;

CONSIDERANDO a transparência e a publicidade que pautam a administração municipal;

CONSIDERANDO o interesse público e a atuação do Conselho na promoção do bem estar da população.

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com prazo de vigência de 02 (dois) anos, com inicio na data 23 de Maio 2015 e término dia 24 de maio de 2017, podendo ser prorrogado havendo interesse dos membros e da Administração, composto pelos seguintes membros:

REPRESENTANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA:

TITULAR:Maria Aparecida Bueno

RG

: 1694423-2 SSP/MT

CPF: 011.842.501-38

END: Rua Floriano Peixoto n° 279- Bairro – Rotary Club – Cláudia/MT.

SUPLENTE: Idalina Aparecida de Oliveira

RG: 45307263 SSP/PR

CPF: 641.057.099-68

END: Rua, Professor José Magno, n° 969.

REPRESENTATES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA:

Titular: Oldemar Ivanio Ortiz

CPF: 886.467.779-87

RG: 699958 SSP/MT

Rua Arthur Bernardes n° 1826– Cláudia/MT

Suplente: Claudir Celoni

CPF: 849.963.318-87

RG: 10767793 SSP/SP

Rua Hermes da Fonseca, n° 543- Cláudia/MT

REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT:

Titular: Davi Schleicher

CPF: 581.716.731-04

RG: 699.978 SSP/MT

Rua Ferreira Mendes n° 1232 – Bairro Centro – Cláudia/MT

Suplente: Rosinete de Souza

CPF: 011.009.211-25

RG: 1436596-0 SSP/MT.

Rua Manoel Corsino do Amarante, n° 1909 – Campo Verde-Cláudia/MT.

REPRESENTANTES DO ROTARY CLUB DE CLÁUDIA/MT.

Titular: Cleverton Andrey Nicaretta

CPF: 260.757.738-19

CIRG: 330625603 SSP/SP

Rua Washinhton Luiz, n° 432 – Cláudia/MT.

Suplente: Edson Pereira.

CPF:057.506.688-19

CIRG:12.954.243 SSP/SP

Rua José de Mesquita, n° 1249- Centro – Cláudia/MT.

REPRESENTANTES DO GAPA- GRUPO AGROFLORESTAL E PROTEÇÃO AMBIENTAL:

Titular: Sidney Camargo Scheffer

CPF: 815.430.509-72

RG:2.036.809-7 SSP/MT

Av. Eurico Gaspar Dutra, n°335- Centro- Cláudia/MT.

Suplente: Rosana Centenário.

CPF: 411.297.841-34

RG: 737.812-2 SSP/MT

Rua Arthur Bernardes n° 1077– Cláudia/MT.

REPRESENTANTES DO SINDICATO RURAL DE CLÁUDIA/MT.

Titular: Denes Berticelli

CPF: 780.778.261-72

RG:939.730 SSP/MT

Estrada Alexandra KM 35 – Cláudia/MT

Suplente: Sergio Dalmaso Ferreira.

CPF: 498.931.229-53

RG: 3.534.262-1 SSP/PR

Estrada Renata, s/n° - Sítio 2 Irmãos – Cláudia/MT.

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Titular: Joel Bstian

CPF: 026.475.641-08

RG: 18324509 SSP/MT

Estrada Darlene KM 03 – Cláudia/MT.

Suplente: Gean Lima Gonçalves.

CPF: 026.475.641-08

RG:1727712-721561958 SSP/MT

Rua Getulio Vargas n° 1540 – Cláudia/MT.

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA:

Titular: Valdir José de Paula

CPF: 407.932.739-00

RG: 2.192.567 SSP/PR

Av. Marechal Cândido Rondon, n° 1047 – Cláudia/MT.

Suplente: Geordano Mattei

CPF:637.028.510-20

RG:106330676

Av. Gaspar Dutra, n° 981 – Cláudia/MT

REPRESENTANTES DO LIONS CLUBE DE CLÁUDIA/MT.

Titular: Carlos Roberto Lazarin

CPF: 789.892.059-72

RG: 12R2852749 SSP/SC

Rua Castro Dória, n°1668- Cláudia/MT

Suplente: Volmir Luiz Maffisoni

CPF: 617.932.999-00

RG: 4.396.057-1 SSP/PR

Rua Campos Sales n° 1602 – Cláudia/MT

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia, 26 de Maio de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RH
DECRETO N°. 45/2015

Data: 29 de Maio de 2015

SÚMULA: ESTABELECE MUDANÇA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, **Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:**

DECRETA:

Art. 1° O horário de expediente nos órgãos e entidades da administração pública municipal a partir do dia oito de Junho de dois mil e quinze será das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00.

Art. 2º

Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Cláudia, 29 de Maio de 2015.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº: 001/2015.

RESOLUÇÃO Nº: 001/2015.

DATA: 01 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia/MT (CMDCA), em cumprimento ao Art.139 da Lei nº 8.069/90 e da Resolução nº 170/2014 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, **RESOLVE**:

Art.1º.FICA INSTITUIDA,a partir desta data, a **COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA CONSELHEIROS TUTELARES,** destinada ao planejamento, organização, julgamento e demais atos necessários à realização do Processo de Escolha Unificada no município de Cláudia/MT, previsto para 04 de Outubro de 2015.

Art. 2º. A Comissão Especial do Processo de Escolha terá a seguinte composição:

Presidente: ISAIAS CAVALCANTE DA SILVA	CPF: 146.555.351-72
Membro: VARLI CASSINI ASSIS	CPF: 567.205.721-72
Membro: NAIR RODRIGUES PERONDI	CPF: 010.543.861-88
Membro: GEORDANO MATEI	CPF:637.028.510-20
Membro: ELOI MUCK	CPF: 362.679.101-72
Membro: MARISSA LIMA PUTON	CPF: 044.506.331-99
Membro:SUZANA BROIANO DUARTE	CPF:815.958.751.15
Membro: ESDRA NUNES DE ANDRADE	CPF: 843.363.581.68
Membro: DAIANE SANTOS SILVA	CPF: 029.493.161-90

Art. 3º.A Comissão ora instituída terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei nº 8.069/90, Lei Municipal 567/2015 e da Resolução

nº 170/2014 do CONANDA e o respectivo Edital do Processo de Escolha Unificada 001/2015.

Art. 4º - Este Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláudia-MT, 01 de Junho de 2015.

_____

EVERSON CÉSER KONZEN

Presidente CMDCA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 160/GP/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 160/GP/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a pedido Senhora **VANESSA CRISTINA CASTRO SILVA,** portadora do RG n.º 2436073-2 SSP/MT e CPF n° 060.538.911-00, do cargo de

ASSESSORA DE DIVISÃO,

vinculado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de maio de 2015, ficando revogado o Decreto nº. 387/GP/2014 e demais disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 13 de maio de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 13/05/2015 a 13/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 141/GP/15, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 141/GP/15, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 617/2014, de 22 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, no orçamento vigente, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

013 - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza

0100 - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza

009 – Previdência Social

272 – Previdência do Regime Estatutário

013 – Previdência dos Servidores Municipais

0103 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

2.035 - Atividade a Cargo do Gerenciamento de Recursos do Fundo

3.1.90.01.00.00 Aposentadorias, reserva remunerada e reformas..... R$ 126.000,00.

3.1.90.03.00.00 Pensões..... R$ 35.000,00.

3.1.90.05.00.00 Outros benefícios previdenciários..... R$ 107.000,00.

3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica..... ..R$ 30.000,00.

Total.....
R$ 298.000,00.

Art. 2º - A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

013 - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza

0100 - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Colniza

009 – Previdência Social

272 – Previdência do Regime Estatutário

013 – Previdência dos Servidores Municipais

0103 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

9998 - Reserva de Contingência

9.9.99.99.99.00.00 – Reserva de Contingência.....
R$ 298.000,00.

Total.....
R$ 298.000,00.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 22 de Abril de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

Prefeito Municipal

SILVIO VAHL

Secretário Municipal de Administração

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 159/GP/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 159/GP/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT.

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia

a Senhora CIRLENE CAMPOS RAMALHO, portadora do RG n.° 880.616 SSP/RO e CPF n° 656.355.742-20, para exercer o cargo de SUPERVISORA DE DEPARTAMENTO, responsável pela Supervisão e Coordenação do Hospital Municipal André Maggi, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento desta municipalidade.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 13 de maio de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 13/05/2015 a 13/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 158/GP/2015, DE 13 MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 158/GP/2015, DE 13 MAIO DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **ELIZANGELA TOLENTINO DE OLIVEIRA**, portadora do RG n.° 1796868-2 SSP/MT e CPF n° 015.520.871-31, para exercer o cargo de

SUPERVISORA DE DEPARTAMENTO,

responsável pela Supervisão e Assessoramento do Gabinete do Prefeito, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 13 de maio de 2015.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 13/05/2015 a 13/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 157/GP/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 157/GP/2015, DE 12 DE MAIO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **CIRLENE CAMPOS RAMALHO**, portadora do RG n.° 880.616 SSP/RO e CPF n° 656.355.742-20, do cargo de

SUPERVISOR DE DEPARTAMENTO,

vinculado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 12 de maio de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 12/05/2015 a 12/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 156/GP/2015, DE 12 MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 156/GP/2015, DE 12 MAIO DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **ELIZANGELA TOLENTINO DE OLIVEIRA**, portadora do RG n.° 1796868-2 SSP/MT e CPF n° 015.520.871-31, do cargo de

SUPERVISORA DE DEPARTAMENTO

vinculada a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 12 de maio de 2015.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 12/05/2015 a 12/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 154/GP/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 154/GP/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.

*Súmula: **Designa** servidora como Fiscal de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Resolve:

Art. 1º - Designar

a Servidora Sonia Souza Rocha, efetiva no Cargo de Agente de Vigilância Sanitária, matricula nº. 003973, portadora do RG nº.000783670 SSP/RO e do CPF nº. 711.966.092-68, para exercer a função de Fiscal de Vigilância Sanitária, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, sem ônus para a Administração.

Art. 2° - **E**ste Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de maio de 2015.

.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/05/2015 a 08/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 153/GP/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 153/GP/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.

*Súmula: **Designa** servidora como Fiscal de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Resolve:

Art. 1º - Designar

a Servidora Lucia Santana da Silva, efetiva no Cargo de Agente de Vigilância Sanitária, matricula nº. 003234, portadora do RG nº.1558775-4 SSP/MT e do CPF nº. 003.381.111-31, para exercer a função de Fiscal de Vigilância Sanitária, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, sem ônus para a Administração.

Art. 2° - **E**ste Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de maio de 2015.

.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/05/2015 a 08/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 152/GP/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 152/GP/15, DE 08 DE MAIO DE 2015.

*Súmula: **Designa** servidor como Fiscal de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Resolve:

Art. 1º - Designar

o Servidor Jose de Ribamar Araujo, efetivo no Cargo de Agente de Vigilância Sanitária, matricula nº. 001186, portador do RG nº. 261.847 SSP/RO e do CPF nº. 242.157.832-91, para exercer a função de Fiscal de Vigilância Sanitária, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, sem ônus para a Administração.

Art. 2° - **E**ste Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 08 de maio de 2015.

.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 08/05/2015 a 08/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 151/GP/2015, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 151/GP/2015, DE 04 DE MAIO DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora

LAIS CLAUDIA DOS SANTOS

, portadora do RG n.º 3120200-4 SSP/AL e CPF n° 077.500.174-02, para exercer o cargo de CHEFE DE DIVISÃO, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 04 de maio de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 04/05/2015 a 04/06/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 144/GP/15, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 144/GP/15, DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Súmula: ***Designa*** *servidora para responder pelo* ***Departamento de Recursos Humanos****, e dá outras providências.*

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Resolve:

Art. 1º - Designar a Servidora Elvira Mund, efetiva no Cargo de Agente Administrativo, matricula nº. 000919, portadora do RG nº. 298271 SSP/RO e do CPF nº. 312.805.872-53, para responder pelo Departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração desta Municipalidade.

Art. 2° - **E**ste Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 30 de abril de 2015.

.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 30/04/2015 a 30/05/2015

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 111/GP/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº. 111/GP/2015, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Súmula: "Dispõe sobre nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor

SEBASTIAO LAUDELINO MENDES,

portador do RG N.º 668.127 SSP/ES e CPF nº. 798.440.907-25, para exercer o cargo de Assessor de Divisão, vinculado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 01 de abril de 2015.

JOÃO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO VAHL

SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 01/04/2015 a 01/05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura de Confresa-MT, declara que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 06/2015 Resultante do Pregão Presencial nº 005/2015 da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Econômico-Tributária no levantamento, identificação e recuperação de receitas, provenientes dos Fundos FESP, FETHAB e FUNGEFAZ; recolhimentos feitos junto ao INSS e ao FGTS; e receitas provenientes dos contribuintes do ISSQN da pessoa jurídica Rodrigo Rosa Paes Parreira - ME. CNPJ: 08.954.873/0001-45, no valor de R$ 389.200,00 (Trezentos e oitenta e nove mil e duzentos Reais).

Confresa 01/06/2015.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura de Confresa-MT, declara que aderiu a Ata de Registro de Preços nº 06/2015 Resultante do Pregão Presencial nº 005/2015 da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria Econômico-Tributária no levantamento, identificação e recuperação de receitas, provenientes dos Fundos FESP, FETHAB e FUNGEFAZ; recolhimentos feitos junto ao INSS e ao FGTS; e receitas provenientes dos contribuintes do ISSQN da pessoa jurídica Rodrigo Rosa Paes Parreira - ME. CNPJ: 08.954.873/0001-45, no valor de R$ 389.200,00 (Trezentos e oitenta e nove mil e duzentos Reais).

Confresa 01/06/2015.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2015

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 044/2015 Pregão Presencial 033/2015, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS EM IMPRESSOS E UNIFORMES EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS**, a empresa: ARIOVALDO LUIZ PERONDI - ME. no valor Global de R$ 78.154,60.

Confresa 01 de Junho 2015.

José Carneiro da Silva,

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 36/2015

CONTRATO Nº 36/2015

"Contratação de empresa para fornecimento de Veículo que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** e a empresa **TOYOTA DO BRASIL LTDA**."

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de maio de 2015, **O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, inscrito no CNPJ sob nº. 04.219.688/0001-56 com sede à Avenida dos Oitis nº 1.200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Walmir Guse, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado de **CONTRATANTE,** e a empresa **TOYOTA DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 59.104.760/0001-91, estabelecida na Avenida Piraporinha, nº 1111 – Bairro: Piraporinha – São Bernardo do Campo /SP, CEP 09891-002, representada neste ato por seu Gerente de Operações de Vendas Diretas o Srº Rubens Cezar Freire de Oliveira, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 20.204.514-6 SSP/SP, CPF: 057.888.908-02, residente e domiciliado na cidade de São Bernardo do Campo /SP, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de PREGÃO 15/2015 que adere a ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2014, PLANEJAMENTO SRP 017/2013 DO PREGÃO ELETRONICO Nº2013036 – DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG - FORTALEZA ESTADO DO CEARÁ, referente ao Processo 8013870/2013, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes resolvem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 02 (dois) veículo TOYOTA ETIOS HATCH 1.5 XS, zero quilometro, fabricação nacional, ano/modelo 2015, com capacidade para 05 (cinco) pessoas inclusive o motorista, pintura metálica na cor prata, motor 1,4 litros, com potência mínima de 92 CV, bicombustível, direção hidráulica, câmbio sincronizado com 5 marchas à frente e 1 a ré, freio com sistema ABS original de fábrica, ar condicionado, radio AM/FM CD player com MP3 e equipamentos de fábrica, 05 portas, apoios de cabeça nos bancos, cintos de segurança, e todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, garantia de 12 meses sem limite de quilometragem,

1.2 O veículo objeto deste contrato se destina ao atendimento a Secretaria Municipal de Saúde;

1.3 A presente aquisição tem origem na adesão, pelo CONTRATANTE a ata de registro de preço nº 11/2014, planejamento SRP 017/2013 do pregão eletrônico nº2013036 – da secretaria do planejamento e gestão - Seplag - Fortaleza estado do Ceará julgada em 25 de junho de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor do presente contrato é de R$ 73.848,00 (setenta e três mil oitocentos e quarenta e oito reais) que será pago pelo CONTRATANTE á CONTRATADA mediante a apresentação do respectivo documento fiscal devidamente atestado pelo fiscal do contrato, do recebimento do veículo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

3.1 Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 15/2015, seus Anexos e a adesão a ata de registro de preço nº 11/2014, planejamento SRP 017/2013 do pregão eletrônico nº2013036 – da secretaria do planejamento e gestão - Seplag - Fortaleza estado do Ceará.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura tendo como termino a data 22 de maio de 2016.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo de Servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93. 5.2 O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: I. Fiscalizar e atestar o fornecimento do veículo, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; II. Comunicar eventuais falhas no fornecimento do veículo, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias; III. Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento do veículo. IV. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo. 5.3 A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a: I. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Nona deste Contrato. II. Comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial e no presente Contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

I. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições; II. Atender as demais condições descritas na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

8.1 O veículo será considerado como definitivamente recebido depois de confirmado em comparação com as especificações ofertadas pela CONTRATADA em sua proposta, e atestados por servidor responsável designado pela Administração para tal fim. 8.2 Em conformidade com os artigos 73 e 75 da Lei nº 8.666/93, o objeto do presente Contrato será recebido por representante do CONTRATANTE, especialmente designado para tal, nas dependências da concessionária da CONTRATADA na cidade de Cuiabá-MT.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado através de transferência bancária do valor correspondente de R$ 73.848,00 (setenta e três mil oitocentos e quarenta e oito reais), após a efetivação da entrega do veiculo. 9.2 No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação. 9.3 Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de entrega do veículo (Termo de Recebimento definitivo), apensado a Ficha de Inspeção e Aceitação do veículo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

10.1 A CONTRATADA terá que apresentar DOCUMENTO DE GARANTIA DOS VEÍCULOS com cobertura de no mínimo 12 (doze) meses, contados da entrega do veículo. 10.2 A CONTRATADA deverá ofertar ainda 2 (duas) manutenções preventivas obrigatórias, constante do Manual de Operações, nas oficinas das concessionárias do fabricante, e a periodicidade deverá levar em consideração a quilometragem e/ou o tempo. 10.3 No caso em que o local de entrega estiver situado a mais de 200 km de distância da rede de concessionárias do fabricante, as manutenções preventivas obrigatórias deverão ser feitas pelo fabricante (concessionárias ou prepostos) no próprio local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Atribui-se ao presente contrato o valor global de R$ 73.848,00 (setenta e três mil oitocentos e quarenta e oito reais). 11.2 Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão de obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer ou-

tros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes neste contrato; 11.3 As despesas decorrentes da aplicação deste contrato correrão, neste exercício, à conta da seguinte dotação orçamentária

06	Secretaria de Saúde
002	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica
0023	Atenção Básica
1017	Reequipamento das Unidades Básicas de Saúde
4.4.9.0.52	Adquirir Veículo Tipo hatch com 05 lugares
230	Dotação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida: I. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave; II. Multas: a) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos veículos entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total. b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global deste contrato, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas. c) 1% (um por cento) por dia sobre o valor da garantia contratual, pela não apresentação/atualização, no prazo estabelecido neste instrumento, da garantia de execução contratual. d) 5% (cinco por cento) por dia sobre o valor dos veículos questionados, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecido no contrato. e) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório. f) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, se a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, caso o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a" ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA. III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não inferior a 2 (dois) anos;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as conseqüências previstas abaixo. 13.2 A rescisão contratual poderá ser: I. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93. II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência do CONTRATANTE. III. Judicial, nos termos da legislação. 13.3 Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 A publicação resumida deste instrumento, será publicado na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 O Foro para dirimir questões relativas à presente contratação será da Comarca de Pontes e Lacerda, para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independentemente de outro mais privilegiado.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Conquista D'Oeste, 22 de maio de 2015.

WALMIR GUSE

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

TOYOTA DO BRASIL LTDA.

RUBENS CEZAR FREIRE DE OLIVEIRA

Gerente de Operações de Vendas Diretas

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 035/2015

Contrato que entre si celebram o *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE*, e a empresa **AQUARELA PARQUES LTDA - ME**, tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de parques infantis (playgrounds), conforme condições que as cláusulas abaixo especificam.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de maio de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07, doravante denominado simplesmente

CONTRATANTE

e AQUARELA PARQUES LTDA - ME, empresa com sede na Rua Atílio Bigoto nº 85, Distrito Industrial Valdir Pala na cidade de Nova Aliança, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 10.433.905/0001-09, neste ato representada pela bastante procuradora NELCI DE FÁTIMA MOREIRA ROLIM, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada na Rua José Musegante nº 347, Jardim Urano, na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, portadora da Cédula de identidade nº 2760443 expedida pela SSP – SP, inscrita no CPF sob nº 750.617.679-34, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade expressas nas clausulas e condições a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

1.1 O presente CONTRATO fundamenta-se no pedidos nº 967/2015, licitado através do PREGÃO PRESENCIAL nº 013/2015, com a ADESÃO A ATA DE REGITRO DE PREÇO N°026/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº035/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA – MT, ratificado em 14/05/2015 que são parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 A CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE 1 (um) parque infantil (Playground) e a respectiva instalação, confeccionados em madeira sintética, conforme especificações e quantidades discriminadas no TERMO DE RATIFICAÇÃO do Pregão Presencial nº 013/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura, e como termo 31/12/2015, ficando adstrito à existência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado, havendo interesse das partes, até a conclusão da entrega do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL

4.1 Da-se a este contrato o valor de R$ 29.333,34 (vinte nove mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.005.12.365.0018.2026.44.90.52.00 (128)

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES - R$ 29.333,34;

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão do laudo de recebimento definitivo emitido pelo responsável técnico de engenharia do município, atestando que os objetos licitados estão de acordo com as descrições do Termo de referência;

6.2 Os pagamentos pelo fornecimento e instalação do objeto deste contrato serão efetuados através de depósito em conta bancária em nome da CONTRATADA sendo a seguinte conta: BANCO: Caixa Econômica Federal AGÊNCIA: 2214 CONTA POUPANÇA Nº: 022.001-9 6.3 Não será aceito a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas; 6.4 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação; 6.5 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ; 6.6 A Nota Fiscal deverá ser emitida para: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D' OESTE CNPJ n°04.219.688/0001-56 Endereço: AV. DOS OITIS, N° 1200 – CENTRO CONQUISTA D' OESTE - MT – CEP: 78.254-000. 6.7 No corpo da Nota Fiscal deverá constar: Descrição do objeto licitado. Item, descrição, valor unitário, valor total. N° do Processo Licitatório. CLÁUSULA SETIMA – DO REAJUSTE 7.1 O valor deste contrato não sofrerá reajuste no período de vigência.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Efetuar o pagamento a contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula Oitava deste CONTRATO; 8.2 Emitir as autorizações de fornecimento e realizar o controle efetivo sobre as mesmas; 8.3 Indicar os locais onde serão montados e instalados os parques infantis, garantindo as condições adequadas às instalações dos mesmos;

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A CONTRATADA obriga-se a: a) Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas; b) Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93; c) Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE; d) Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Conquista D' Oeste, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas; e) Fornecer os materiais, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

f) Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE; h) Realizar a entrega dos equipamentos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, devidamente assinada e deverão ser entregues e montados nos locais indicados pelas Secretarias solicitantes. 9.2 A CONTRATADA deverá: a) comunicar a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste/MT, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações do contrato, em especial ao descumprimento do fornecimento dos equipamentos adjudicados, que deverá ser solucionado em período de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado; b) a Contratada não efetuará a montagem e instalação dos equipamentos sem requisição formal expedida pela CONTRATANTE; c) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas enumeradas na Lei Federal n.º 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

10.2 À CONTRATADA caberá fornecer os parques infantis com a montagem e instalação dos equipamentos de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE;

10.3 A CONTRATADA deverá manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos ao fornecimento e instalação dos equipamentos objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93); 11.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do CONTRATO enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações; 12.2 Poderá, ainda, ser rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que

justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As sanções administrativas aplicadas por este instrumento estão elencadas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei 8666/93; 13.2 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida na cláusula 8.4 deste instrumento, incorrerá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor contratado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação; 13.3 Sem prejuízo das sanções previstas na cláusula 13.1, pela inexecução total ou parcial do objeto aqui contratado, a poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado;

13.4 As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste;

13.5 Das decisões proferidas pela Administração cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA/MONTAGEM

14.1 A contratada deverá fornecer garantia de no mínimo 12(doze) meses e atendimento a ABNT – NBR 16.071/2012, para os materiais; 14.2 Durante o período de garantia, os componentes que apresentarem defeito deverão ser reparados ou substituídos por novos, sendo que todas as despesas inerentes à reposição e transporte destas e do objeto contrato correrão por conta da licitante vencedora, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus; 14.3 A assistência técnica deverá ser prestada na cidade de Conquista D' Oeste, sendo que, em caso de defeito, a licitante vencedora deverá atender o chamado no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sem ônus para o Município; 14.4 A montagem dos equipamentos ficará por conta da empresa Contratada;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

15.1 Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. 16.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 14 de maio de 2015

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Contratante

PP Melciane de Souza Rolim – ME

Nelci de Fátima Moreira Rolim

Contratada

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico - OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 027/2015

Primeiro Termo Aditivo do contrato de prestação de serviços que entre si fazem o *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE*, Estado de Mato Grosso e a empresa **EVENTUS PRODUÇÕES EIRELI - EP"**.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio do ano de 2015 (dois mil e quinze), o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE,** Estado de Mato Grosso, estabelecido na Avenida dos Oitis n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n. º 04.219.688/0001-56, representado neste ato por seu Prefeito, **WALMIR GUSE,** brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538–07, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado empresa

EVENTUS PRODUÇÕES ERELI - EPP

Pessoa Jurídica com sede na cidade de Campos de Júlio, estado de Mato Grosso, na Avenida Adelino José Zamo, S/N, Centro, CEP 78307-000, inscrita no CNPJ sob Nº 10.016.387/0001-28, neste ato representada por ÁLVARO FABRÍCIO CAVALHEIRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Avenida Adelino José Zamo, S/N, Centro, CEP 78307-000, município de Campos de Júlio estado de Mato Grosso, portador da cédula de identidade nº 1.453.743-5 expedida pela SSP/MT e CPF nº 899.98.631-04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, signatários da ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 027/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014 C/SRP DA PREFEIURA MUNICIPAL DE SAPEZAL que gerou o contrato 27/2015 assinado em 16 de abril de 2015 e que tem vencimento em 08 de junho de 2015, tendo como prestação de serviços especializados de locação e montagem de infraestruturas de palcos, de instrumentos de sonorização, iluminação, camarins e painel de LED, necessários para realização de eventos diversos no município de CONQUISTA D' OESTE, de conformidade com a Lei n. 8666/93 e respectivas alterações, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com o Artigo 57, incisos II, da Lei n.º 8.666/93, que possibilita o aditamento contratual dos serviços a serem executados de forma que devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente, que poderão ter a sua duração prorrogada por prazo suficiente para obtenção da conclusão do objeto contratado, e com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a administração, resolvem as partes alterar seu prazo de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO 2.1 O prazo de vigência estabelecido na clausula 6.1 do termo inaugural fica prorrogado por 206 dias, com vencimento para 31 de dezembro de 2015;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

1.1 Permanecem inalteradas as demais clausulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

Pôr estarem justos e convencionados, as partes firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor que passam a ser peças integrantes e necessárias ao Contrato a que este se refere.

Conquista D'Oeste MT, em 29 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

KLC – Consultoria em Gestão Pública Ltda.

SILVIA DE OLIVEIRA CARVALHO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 15.160.513/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico – OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 022/2015

"Primeiro Termo Aditivo do contrato de prestação de serviços que entre si fazem o *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE*, Estado de Mato Grosso e a empresa **KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA"**.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio do ano de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE,** Estado de Mato Grosso, estabelecido na Avenida dos Oitis n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representado neste ato por seu Prefeito, **WALMIR GUSE,** brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538–07, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado empresa

KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICALTDA

com sede na cidade de Lobato - PR, com endereço na Praça Monteiro Lobato nº 94 inscrita no CNPJ sob nº 11.761.650/0001-76, neste ato representada pelo seu representante legal SILVIA DE OLIVEIRA CARVALHO, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Princesa Izabel nº 818, centro, na cidade de Lobato, estado do Paraná, portadora da cédula de identidade nº 6.076.763-7 expedida pela SSP – PR e do CPF nº 018.142.799 – 03, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, signatários do contrato 22/2015 assinado em 17 de março de 2015 que tem vencimento em 30 de maio de 2015, tendo como prestação de serviços técnico especializado para realização de concurso público para provimento de cargos públicos e execução de processo seletivo para emprego público e processo seletivo simplificado, consistente em planejamento, organização, gerenciamento e realização dos procedimentos, para atendimento deste município, de conformidade com a Lei n. 8666/93 e respectivas alterações, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com o Artigo 57, incisos II, da Lei n.º 8.666/93, e nos termos permissivos da cláusula 4.1 do contrato inaugural, que possibilita o aditamento contratual dos serviços a serem executados de forma que devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente, que poderão ter a sua duração prorrogada por prazo suficiente para obtenção da conclusão do objeto contratado, e com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a administração, resolvem as partes alterar seu prazo de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO 2.1 O prazo de vigência estabelecido na clausula 4.1 do termo inaugural fica prorrogado por 45 dias, com vencimento para 14 de julho de 2015;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

1.1 Permanecem inalteradas as demais clausulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

Pôr estarem justos e convencionados, as partes firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor que passam a ser peças integrantes e necessárias ao Contrato a que este se refere.

Conquista D'Oeste MT, em 21 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

KLC – Consultoria em Gestão Pública Ltda.

SILVIA DE OLIVEIRA CARVALHO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 15.160.513/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico – OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1 º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 107/2014

"Primeiro Termo Aditivo do Contrato de execução de obra, que entre si fazem o *MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE* e a Empresa **CONSTRUTORA EMA LTDA.– EPP".**

Ao 22 (vinte e dois) dias do mês de maio do ano de 2015 (dois mil e quinze) , o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1.248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538–07, doravante denominado **CONTRATANTE** e

CONSTRUTORA EMA LTDA. – EPP

, empresa com sede na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, Centro, na cidade de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 09.321.093/0001-20 representada pelo seu sócio ADALBERTO DE FREITAS ARANTES, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda, na Avenida Florispina Azambuja, nº 766, portador da cédula de identidade nº 800.7696 expedida pela SSP – MT e do CPF 063.888.171-49, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, vencedora da licitação na modalidade de Tomada de Preços n°. 006/2014, signatários do contrato 107/2014 firmado em 28 de novembro de 2014, com vencimento em 26 de junho de 2015 que tem por objeto, obras inerentes à AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS, a obra está contratada no valor de R$ 217.266,07 (duzentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e seis reais e sete centavos), conforme orçamento e Projeto Básico de Engenharia, que se encontra anexado ao correspondente edital de licitação, têm entre si justo e avençado e celebram por força do presente instrumento em conformidade com a Lei n. 8666/93 e respectivas alterações, o presente termo aditivo, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO DIREITO

1.1 Em conformidade com o Artigo 57, §1º incisos II da Lei n.º 8.666/93, e nos termos permissivos da cláusula 8.4 do contrato inaugural, que possibilita o aditamento contratual em razão de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, resolvem as partes alterar seu valor e prazo de vigência.

CLAUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO

2.1 Os prazos estabelecidos nas clausulas 8.1 do termo inaugural fica prorrogados por 120 dias, com vencimento para 26 de setembro de 2015; 2.2 Os prazos estabelecidos nas clausulas 8.2 do termo inaugural fica prorrogados por 120 dias, com vencimento para 26 de outubro de 2015; 2.3 O valor do aditivo firma-se em R$ 49.168,34 (quarenta e nove mil, cento e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos) totalizando o valor dos serviços contratados em R$ 266.434,41 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e um centavos). 2.4 As des-

pesas decorrentes com a execução do aditivo descrito em planilha anexa a este termo correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

06 - SECRETARIA DE SAÚDE

002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.1016 – CONST. AMPL. OU REFORMA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

4490.51.00.00.00 (229) – OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 22 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito

CONTRATANTE

Adalberto Freitas Arantes

Construtora Ema Ltda. - EPP

CONTRATADA

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1 º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 81/2014

"Primeiro Termo Aditivo do Contrato de execução de obra, que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** e a Empresa **MANOEL CORDEIRO DA SILVA COMÉRCIO - ME".**

Aos 30 (trinta) dias do mês de dezembro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** estabelecido na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, portador da cédula de identidade n.º 3/R 1. 248.224 expedida pela SSI – SC e do CPF 060.590.538–07, doravante denominado

CONTRATANTE

e MANOEL CORDEIRO DA SILVA COMÉRCIO – ME, empresa com sede na Rua Pernambuco nº 513, na cidade de Pontes e Lacerda, neste Estado, inscrita no CNPJ sob nº 11.263.708/0001-51, neste ato representada pelo seu titular MANOEL CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Pontes e Lacerda, na Rua Luiz Carlos Soares, nº 196, bairro São Cristóvão, portador da cédula de identidade nº 864.287 expedida pela SSP – MT e do CPF nº 567.605.661-49 doravante denominado simplesmente CONTRATADA, vencedora da licitação na modalidade de Tomada de Preços n°. 004/2014, signatários do contrato 43/2014 firmado em 01 de agosto de 2014, com vencimento em 31 de dezembro de 2014 que tem por objeto, implantação de Iluminação Pública com fornecimento e instalação de Lâmpadas de LED e Braço Longo de luminária pública ornamental, têm entre si justo e avençado e celebram por força do presente instrumento em conformidade com a Lei n. 8666/93 e respectivas alterações, o presente termo aditivo, mediante as disposições expressas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO DIREITO

1.1 Em conformidade com o Artigo 65, inciso I, letra a, § 1º da Lei n.º 8.666/93, e nos termos permissivos da cláusula 9.2 do contrato inaugural, que possibilita o aditamento contratual, em razão alheias às partes deste instrumento, resolvem as partes alterar os prazos do contrato.

CLAUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO

2.1 O prazo de vigência estabelecido nas clausulas 9.1 do termo inaugural fica prorrogado por 365 dias, com vencimento para 31 de dezembro de 2015;

2.2 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

001 – COORDENADORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

25.751.0040.1036 – AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4490.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste, 30 de dezembro de 2014.

Walmir Guse

Prefeito

CONTRATANTE

MANOEL CORDEIRO DA SILVA COMÉRCIO – ME

Manoel Cordeiro Da Silva

CONTRATADA

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 474/2015

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A CâmaraMunicipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, aprova e o Prefeito Municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, a fim de garantir sua efetividade, consoante previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º do artigo 37 e no § 2º, do artigo 216, da Constituição Federal, bem como os regramentos encartados na Lei nº 12. 527/2011.

Art. 2º. A informação pública deverá estar acessível a todos, adotando esta Câmara Municipal as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

CAPITULO II

DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 3º. O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

§ 1º. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 2º. Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer a Presidência da Câmara Municipal, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 3º. Verificada a hipótese prevista no § 2º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.

Art. 4º. É dever da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.

§ 1º. Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; Registros de despesas; Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras; e, Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º As informações constantes dos incisos do § 1º, deverão estar disponíveis no Portal Transparência da Câmara Municipal de Conquista D' Oeste

Art. 5º. O acesso a informações públicas será assegurado mediante:

Criação de Serviço de Informações ao Cidadão, vinculado à Ouvidoria da Câmara Municipal de Conquista D'Oeste em local com condições apropriadas para:

a) Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

b) Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

c) Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Seção I

Do Pedido de Acesso

Art. 6º. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações a Câmara Municipal por qualquer meio legítimo.

§ 1º. O pedido de acesso a informação deve observar os seguintes requisitos:

Ter como destinatário o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, junto a Ouvidoria da Câmara Municipal de Conquista D'Oeste; Conter a identificação do requerente (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e a especificação da informação requerida; Ser efetuado preferencialmente por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no Portal Transparência do Município; e Alternativamente, ao inciso III, ser formulado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) junto à Ouvidoria, por intermédio dos demais canais de comunicação.

§ 2º. Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

§ 3º. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Art. 7º. O pedido de acesso à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.

§ 1º. Caso não seja possível atender de imediato ao pedido, haverá comunicação ao interessado, fixando-se o prazo para resposta não superior a 20 (vinte) dias, admitida prorrogação por 10 (dez) dias, nos termos da Lei Federal nº 12.527/ 2011.

§ 2º. A eventual prorrogação será devidamente justificada ao requerente, se este assim solicitar.

§ 3º. A informação armazenada em formato digital será assim fornecida, ressalvado pedido expresso do requerente.

§ 4º. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 8º. Não serão atendidos pedidos de acesso a informação:

Genéricos; Desproporcionais ou desarrazoados; ou Que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Seção II

Da Tramitação Interna

Art. 9º. O pedido de informação formulado pelo interessado será encaminhado ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria da Câmara Municipal de Conquista D'Oeste o qual disciplinará acerca das demais etapas de tramitação, bem como prazos a serem respeitados, dentro do órgão.

Seção III

Dos Recursos

Art. 10. Negado o acesso a informação o requerente poderá recorrer contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência à Controladoria-Geral da Câmara Municipal, se:

O acesso a informação não classificada como sigilosa for negado; A decisão de negativa de acesso a informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação; Os procedimentos de classificação de informação sigilosa, estabelecidos nesta Lei, não tiverem sido observados; e Estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º. O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da Câmara Municipal depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.

§ 2º. Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da Câmara determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

Art. 11. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, a Lei no 7.692, de 1º de julho de 2002, ao procedimento de que trata este Capítulo.

CAPÍTULO IV

DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 12. Não poderá ser negado acesso a informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Art. 13. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o Poder Público.

Seção II

Das Informações Pessoais

Art. 14. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

Terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º. Aquele que obtiver acesso as informações de que trata este artigo responsabiliza-se pelo seu uso indevido.

§ 3º. O consentimento referido no inciso II do §1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

À prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico; À realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem; Ao cumprimento de ordem judicial; ou À proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º. Observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, a restrição de acesso a informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que estiver envolvida ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 15. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública; Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação; Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal; Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem; Ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e Destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

Art. 16. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:

Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei; Monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento; Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Art. 18. O Poder Legislativo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de Maio de 2015

Walmir Guse

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 056/2014

"Convoca Servidor em gozo de férias para reassumir suas funções no período que menciona.**"**

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001, e

CONSIDERANDO a necessidade urgente de procedimentos inerentes às suas atividades,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora CLENISMAR ARCANJO GONÇALVES portadora da Cédula de Identidade nº RG. 00033588 SSP/MT e do CPF nº 208.090.426-49, lotada na Secretaria de Educação, em gozo de férias, para reassumir suas funções no período de 01 a 10 de junho do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de junho de 2015.

WALMIR GUSE

Prefeito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 055/2015

"Exonera servidor do cargo que menciona."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, usando das atribuições legais, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar, a pedido, do cargo de Enfermeira II - Plantonista, a servidora **GARLA PATRÍCIA RANGEL GASPAR ALVARES**, portadora da cédula de identidade nº 1414861-7 expedida pela SSP/MT e do CPF: 001. 770.571-14, matricula nº 1007, a partir de 31 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 22 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 056/2015

"Altera as datas de vencimentos para pagamentos do IPTU fixados pelo decreto n°: 036/2015."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - O vencimento da cota única do IPTU 2015 será 10/08/2015 e as demais parcelas obedecerão ao seguinte cronograma:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª	08/07/2015
2ª	07/08/2015
3ª	11/09/2015
4ª	09/10/2015

Parágrafo único - Os contribuintes que não receberem o carne referente ao IPTU de seu imóvel até dia 24 do mês junho deverão retirá-los no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º 043/2015

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55doravante simplesmente denominado

CONTRATANTE

e por outro lado SEVERINO JERÔNIMO DA SILVA NETO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município no Sítio Boa Esperança, portador da cédula de identidade nºRG – 1.454.869-0 – SSP MTe do CPF 513.161.701-44, inscrita no DAP sob numero SDW05131617 01441504151013, doravante denominadaCONTRATADOfundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE, gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
BANANA	KG	7.200	2,70	19.440,00
SOMA				19.440,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 19.440,00(dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso "b" dacláusula sétima, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da CONTRATADA no Banco SICREDI - AGENCIA – 0805, CONTA: POUPANÇA 0100 10805216011. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 (vinte) de Dezembro de 2015. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2015. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2021 – MERENDA ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

33.90.30.00.00.00 (103) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 7.776,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2022 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INDÍGENA

33.90.30.00.00.00 (104) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 6.480,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.005 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0018.2077 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

33.90.30.00.00.00 (125) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 5.184,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20 de dezembro de 2015. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 **São Obrigações doCONTRATANTE:**

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D’ Oeste, 27 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Severino Jerônimo da Silva Neto

Contratado

Testemunhas

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG: 1516051-3 - SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º 042/2015

Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060.590.538-07 doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**e por outro lado

SEBASTIÃO SILVA LIMA

, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município, portador da cédula de identidade nº561.190 - SSP MT e do CPF 142.182.911-87 inscrito no DAP sob numero SDW014218291 1870902090452, doravante denominado CONTRATADO fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE, gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
RAPADURA	KG	800	R$ 21,90	R$ 17.520,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 17.520,00 (dezessete mil, quinhentos e vinte reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

2.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso "b" dacláusulasétima, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 (vinte) de Dezembro de 2015. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2015. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2021 – MERENDA ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

33.90.30.00.00.00 (103) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 6.570,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2022 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INDÍGENA

33.90.30.00.00.00 (104) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 7.665,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.005 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0018.2077 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

33.90.30.00.00.00 (125) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 3.285,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20 de dezembro de 2015. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de "Termo Aditivo", resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de

Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações doCONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 27 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Sebastião Silva Lima

Contratado

Testemunhas

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG: 1516051-3 - SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico –

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º041/2015

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2015, o ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55 doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE** e por outro lado

MARIA DO SOCORRO ALVES CORDEIRO da SILVA

, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliado neste município no Sítio Coração do Brasil, portadora da cédula de identidade nº: 1.332.776-3 SSP – MT e do CPF: 904.242.201-72, inscrita no DAP sob numero SDW0904242201 720210140451, doravante denominada CONTRATADA

fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE, gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ALFACE	MAÇO	2.890	2,00	5.780,00
CHEIRO VERDE	MAÇO	1.100	2,00	2.200,00
COUVE	MAÇO	1.610	2,00	3,220,00
MANDIOCA	KG	2.040	2,30	4.692,00
POCÃ	KG	1.320	2,10	2.772,00
SOMA				18.664,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 18.664,00 (dezoito mil, seiscentos sessenta e quatro reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso “b” dacláusula sétima, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da CONTRATADA no Banco SICREDI, agência 0805, conta nº 21.899-5. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 (vinte) de Dezembro de 2015. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2015. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2021 – MERENDA ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

33.90.30.00.00.00 (103) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 12.666,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.005 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0018.2077 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

33.90.30.00.00.00 (125) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 5.998,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20 de dezembro de 2015. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formalentre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRA-

TANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações doCONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 27 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Maria do Socorro Alves Cordeiro Silva

Contratado

Testemunhas

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1516051-3 - SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º040/2015

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2015, o ***MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE***, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55 doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE** e por outro lado

LUIZ CARLOS BIANCO

, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município, portador da cédula de identidade nº1.417.685- - SSP SP e do CPF 142.182.911-87 inscrito no DAP sob numero SDW00444405 58552503150406, doravante denominado CONTRATADO fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE, gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CHUCHU	KG	2.310	2,70	6.237,00
PEPINO	KG	1.430	2,50	3.575,00
ABOBRINHA	KG	1760	2,30	4.048,00
INHAME	KG	690	5,15	3.553,50
SOMA				17.413,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 17.413,50 (dezessete mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta centavos), preço esse que será pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso “b” dacláusula sétima, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 (vinte) de Dezembro de 2015. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2015. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2021 – MERENDA ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

33.90.30.00.00.00 (103) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 11.554,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.005 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0018.2077 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

33.90.30.00.00.00 (125) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 5.859,50

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20 de dezembro de 2015. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações doCONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 27 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Luiz Carlos Bianco

Contratado

Testemunhas

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG: 1516051-3 - SSP-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º039/2015

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2015, o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55 doravante simplesmente denominado

CONTRATANTE

e por outro lado ANTONIO VIEIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município no Sítio Pé da Serra, portador da cédula de identidade nº RG - 7.433.923 – SSP SP e do CPF 868.451.448-34 inscrita no DAP sob numero SDW08684514 48342005151024, doravante denominado CONTRATADO fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADO fornecerá para o CONTRATANTE, gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
MEL	KG.	1550	12,90	19.995,00
SOMA				19.995,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 19.950,00 (dezenove mil, novecentos noventa e cinco reais) preço esse que será pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

2.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso "b" dacláusula sétima, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da CONTRATADO no Banco SICREDI - AGENCIA – 0805, CONTA: 21514-7. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 (vinte) de Dezembro de 2015. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2015. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2021 – MERENDA ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

33.90.30.00.00.00(103) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 8.385,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2022 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INDÍGENA

33.90.30.00.00.00 (104) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 7.740,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.005 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0018.2077 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

33.90.30.00.00.00 (125) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 3.870,00

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20 de dezembro de 2015. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de “Termo Aditivo”, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação. 12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADO a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D’ Oeste, 27 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Antonio Vieira de Souza

Contratado

Testemunhas

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1516051-3 - SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO N.º038/2015

"Termo de contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar"

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2015 (dois mil e quinze), o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecido na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n. º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1.594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 044.440.558-55doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**e por outro lado ANTENOR RUFINO BENTO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado neste município no Sítio Esplendor, portador da cédula de identidade nº RG – 1.671.527-0 SSP – MT e do CPF 177.952.141-34, inscrita no DAP sob nº SDW01779521 41343005090441, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATADA fornecerá para o CONTRATANTE, gêneros alimentícios da AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, destinado a merenda escolar dos alunos da educação básica pública, matriculados nas Escolas Municipais, com recursos da verba FNDE/PNAE, consistentes em:

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LEITE	LITRO	10.150	1,75	17.762,50
SOMA				17.762,50

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

2.1 O presente contrato é celebrado com base no processo de Chamada Pública nº 001/2015, respeitado os preceitos da Lei 11.947/2009, e o dispositivo que a regulamento, Resolução FNDE/CD 038/2009 e Resolução FNDE/CD 026/2013

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO:

3.1 Os produtos contratados estão orçados em R$ 17.762,50 (dezessete mil, setecentos sessenta e dois reais e cinquenta centavos), preço esse que será pago pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, mediante apresentação de termo de recebimento e o correspondente documento fiscal, devidamente atestado pela Secretaria de Educação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1 O presente instrumento não terá seus preços reajustados no período de sua vigência.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1 O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no inciso "b" dacláusula sétima, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, mediante deposito em nome da CONTRATADA no Banco BRADESCO, agência 1887-2 conta nº 850724-4. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA SEXTA – DOS LIMITES

6.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, será de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 (vinte) de Dezembro de 2015. a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 001/2015. b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0016.2021 – MERENDA ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

33.90.30.00.00.00(103) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 9.275,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.005 - DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.0018.2077 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

33.90.30.00.00.00 (125) MATERIAL DE CONSUMO – R$ 8.487,50

CLÁUSULA NONA -PRAZO DE DURAÇÃO

9.1 O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20 de dezembro de 2015. 9.2 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, mediante lavratura de "Termo Aditivo", resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

10.1 No valor mencionado na cláusula terceira estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

11.1 O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação. 11.2 O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 12.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 12.3 A rescisão deste contrato poderá ser: I) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 II) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração III) Judicial, nos termos da legislação.

12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUPREMACIA DO PODER PUBLICO

13.1 O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá: a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO; b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO; c) Fiscalizar a execução do contrato; d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; 13.2 Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PARTES

14.1 São obrigações da CONTRATADA a) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. b) Comunicar a Administração, por escrito, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de suas obrigações, relativos à execução dos serviços contratados, por motivos supervenientes; c) Assumir a responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social, tributaria e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes com a execução dos serviços aqui contratados; 14.2 É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização. 14.3 São Obrigações doCONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento na forma do pactuado na cláusula quinta deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DAS MULTAS

15.1 A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 16.2 A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMUNICAÇÃO

17.1 As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

18.1 Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais. 18.2 O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, pelo mesmo preço e mesmas condições deste instrumento, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO

19.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93. 19.2 Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 19.3 A rescisão deste contrato poderá ser: a) Determinada por ato unilateral e por escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei 8.666/93 b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração c) Judicial, nos termos da legislação. 19.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 É competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Conquista D' Oeste, 27 de maio de 2015.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

Antenor Rufino Bento

Contratado

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 SSP/MT RG nº 1.516.051-3 SSP-MT

Visto Assessoria Jurídica

Dr. Hélio José Garcia Mendes

OAB-MT 3383-A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 037 /2015

Contratação de empresa para gerenciamento sustentável de resíduos urbano gerados no município, que entre si celebram o município de **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE** e a empresa **R. TECH ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP.**

Aos 26 (dias) dias do mês de maio de 2015 (dois mil e quinze), o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** estabelecido na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, inscrita no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, **WALMIR GUSE**, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida dos Oitis nº 1. 594, portador do RG: 3/R 1.248.224 expedida pela SSP – SC e CPF: 060. 590.538-07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e

R. TECH ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

, empresa com sede na Rua Vieira dos Santos, nº 412, CEP 80540-000, na cidade de Curitiba, estado de Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 11.127.184/ 0001-71, neste ato representada pelo seu Procurador LEONARDO CHEMIN ROSENMANN, brasileiro, solteiro, tecnólogo em química ambiental, residente e domiciliado na avenida V15 nº 538, residencial Proença, na cidade de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e avençado as disposições contidas no presente contrato conforme vontade e condições expressas nas clausulas a seguir, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA executará para o CONTRATANTE serviço especializado para operacionalização, com responsabilidade técnica e gerenciamento dos resíduos sólidos existente no Município, sendo: Estação de Tratamento de Agua (ETA), Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), viveiro

de mudas, horta comunitária, Resíduos de construção civil, Resíduos orgânicos e Resíduos de jardins e podas de árvores, com controle e responsabilidade técnica do processo de compostagem, classificação e destinação dos resíduos recicláveis, conforme especificações e quantidades discriminadas: 1.1. Os serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos consistem em:

Resíduos de Construção Civil: recebimento dos resíduos, segregação e trituração em equipamento fornecido pela Prefeitura;

Resíduos orgânicos: operação e controle de processo de compostagem;

Resíduos de podas de árvores: recebimento dos resíduos, armazenamento e trituração em equipamento fornecido pela Prefeitura;

Resíduos volumosos (sofás, armários, etc...): desmonte dos resíduos e encaminhamento dos materiais resultantes conforme indicação da Prefeitura;

Pneus inservíveis: recebimento dos resíduos, armazenamento e controle quantitativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato fundamenta-se no pedido nº 655/2015, licitação realizada na modalidade pregão presencial nº 012/2015, adjudicado em 21/05/2015 e homologado em 22/05/2015, onde este instrumento é parte integrante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato é celebrado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento em vigor:

08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

003 – DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

18.542..0037.2070 – MANUTENCAO DOS SERVICOS DE MEIO AMBIENTE

3390.39.00.00.00 (425) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA – DE VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Os serviços contratados estão estimados em R$ 63.000,00 (sessenta e três mil) reais e que serão pagos em 07 (sete) parcelas iguais, consecutivas e mensais no valor de R$ 9.000,00 (nove mil) reais. 5.2 O pagamento será efetuado mensalmente, após a execução dos serviços e entrega do relatório de acompanhamento e execução de todas as atividades realizadas, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal e comprovação da regularidade junto à seguridade Social e ao FGTS. 5.3 Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual. 5.4 O pagamento, pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma. 5.5 O não cumprimento do previsto no contrato permitirá ao CONTRATANTE a retenção do valor da fatura até que seja sanada a irregularidade. CLÁUSULA QUINTA - DA VEGÊNCIA 5.1 Este contrato vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31/12/2015.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada. 6.2 O CONTRATANTE se responsabilizará pelo transporte e destinação dos resíduos. 6.3 Efetuar o pagamento de acordo com a clausula quarta deste contrato.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA obriga-se a:

7.1.1 Executar os serviços definidos como objeto na cláusula primeira deste instrumento contratual, na forma e condições previstas no edital de pregão presencial nº 012/2015 e em seu anexo I (Termo de Referência), do pedido nº 655/2015, do CONTRATANTE e proposta apresentada pela CONTRATADA;

7.1.2 Aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93. 7.1.3 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE; 7.1.4 Responsabilizar-se pela execução dos serviços inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor. 7.1.5 Reparar ou corrigir, à suas expensas, no todo ou em parte, os vícios resultantes da má execução do objeto deste contrato.

7.1.6 Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços objeto deste contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais.

7.1.7 Responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar ao Município de Conquista D'Oeste - MT ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeitas.

7.1.8 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho.

7.1.9 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

7.1.10 Efetuar a execução dos serviços de acordo com a necessidade e o interesse do CONTRATANTE, no ato do recebimento da requisição expedida pelo CONTRATANTE;

7.1.11 Os serviços serão desenvolvidos de acordo com a necessidade da Sacretaria de Desenvolvimento Sustentado. 7.1.12 Elaborar relatório de acompanhamento e execução de todas as atividades realizadas mensalmente; 7.1.13 Emitir ART pelo CREA para todas as atividades realizadas; 7.1.14 Fornecer suporte técnico para todas as atividades ligadas ao gerenciamento de resíduos sob responsabilidade do Município de Conquista D'Oeste; 7.1.15 Executar o serviço pactuado na forma requisitada e no prazo estabelecido no processo licitatório. 7.1.16 A Responsabilidade Técnica de todos os resíduos sólidos será por conta da CONTRATADA. 7.2. A CONTRATADA deverá: 7.2.1 Comunicar a contratante por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da execução dos serviços solicitado, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado.

7.2.2 Manter contato com o CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos à execução dos serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

7.2.3 Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com o CONTRATANTE, para o fluxo operacional da execução dos serviços objeto deste contrato; 7.2.4 A Contratada não efetuará os serviços sem requisição formal expedida pelo CONTRATANTE. 7.2.5 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato. 7.3 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos en-

cargos estabelecidos nos itens acima, não transfere à Administração da Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas enumeradas na Lei Federal n.º 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1 Constatando-se problemas na qualidade dos serviços a contratada fica obrigada a substituí-los e ressarcir eventuais prejuízos causados;

8.3 A CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário, que impeça o cumprimento das obrigações deste contrato, em especial ao descumprimento da execução dos serviços solicitado, que deverá ser solucionado imediatamente, salvo motivo de força maior que deverá ser comprovado. 8.4 A CONTRATADA deverá manter contato com a CONTRATANTE sobre quaisquer assuntos relativos ao fornecimento dos serviços objeto deste contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso; 8.5 A prestação dos serviços será até dia 31 de dezembro do corrente ano.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da execução dos serviços será exercida por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93). 9.2 A Fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. 10.2 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (meio por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação. 11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.3 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município De Conquista D'oeste, por prazo de até 2 (dois) anos, e,

11.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.5 A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o CONTRATANTE proceder a cobrança judicial da multa.

11.6 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste.

11.7 Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93. 11.8 A multa prevista no item 13.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber. 11.9 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município De Conquista D'oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão do Município De Conquista D'oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO FORO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. 12.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente. E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

CONQUISTA D'OESTE – MT, 26 de maio de 2015.

Walmir Guse Prefeito CONTRATANTE R. TECH ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP LEONARDO CHEMIN ROSENMANN CONTRATADA	CONTRATADA

Testemunhas:

Luiza Tenório Cavalcante Luciano Aparecido da Silva

RG: 1.306.462-2 – SSP/MT RG nº 1.516.051-3/SSP-MT

Hélio José G. Mendes

Assessor Jurídico

OAB-MT 3383-A

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
RESULTADO DA CHAMADA PUBLICA Nº 006/2015

PROCESSO Nº 033/2015.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, **CHAMADA PÚBLICA n° 006/2015** – OBJETO: "**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRI-**

CULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS: PEQUENO CIDADÃO, PAULO FREIRE, SANTA MARIA(CENTRO) E ESCOLA 07 DE SETEMBRO(OURO VERDE DOS PIONEIROS)", – PRAZO: 31/12/2015; MENOR PREÇO POR ITEM CONFORME DESCRITO ABAIXO:

Srª : ELIDIANE TEREZINHA CAMARGO, CPF: 938.607.811-20, foi vencedor nos itens seguintes:

2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
BOLACHA DE POLVILHO	KG	975	R$ 7,49	R$ 7.302,75
		TOTAL GERAL		R$ 7.302,75

Srº : NILSON LOPES DOS SANTOS, CPF: 631.357.016-20, foi vencedor nos itens seguintes:

2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
PÃO DE MANDIOCA	KG	480	R$ 6,30	R$ 3.024,00
		TOTAL GERAL		R$ 3.024,00

Srº : PROTASIO BORCHERT CPF: 297.329.059-72 , foi vencedor nos itens seguintes:

2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
BANANA MAÇA	KG	1500	R$ 3,30	R$ 4.950,00
BANANA NANICA	KG	1500	R$ 2,35	R$ 3.525,00
LARANJA	KG	640	R$ 1,65	R$ 1.056,00
LIMÃO	KG	180	R$ 1,50	R$ 270,00
		TOTAL GERAL		R$ 9.801,00

Srº : JOÃO LOPES DA SILVA CPF: 052.018.612-53, foi vencedor nos itens seguintes:

2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço/Unidade	6.Valor Total
ABOBRINHA	KG	135	R$ 2,00	R$ 270,00
ALFACE	KG	960	R$ 4,00	R$ 3.840,00
ALMEIRÃO	KG	90	R$ 3,66	R$ 329,40
PEPINO	KG	135	R$ 2,60	R$ 351,00
VAGEM	KG	75	R$ 4,00	R$ 300,00
		TOTAL GERAL		R$ 5.090,40

DATA 01/06/2015

Rosangela Aparecida Nervis .

Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA *Nº.* 015/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG38.962/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - SMCET

Objeto: contratação de empresa especializada na área de construção do complexo com a integração dos espaços adjacentes da Lagoa Paiaguás, que totalizam 249.050,23 m² de área destinada ao Parque das Águas, com o intuito de promover o convívio social e a prática de esporte e lazer, bem como transformar o local em ponto de atração turística do município de Cuiabá, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas no Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 06/07/2015 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2015

Magda Rossi

Presidente da Comissão

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Municipal de Gestão Adjunto

Cuiabá/MT, 01 de junho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

O Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições e com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei 10.520/2001 e art. 43, VI, da Lei 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação do Pregoeiro e de acordo com o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, Resolve, *HOMOLOGAR* o presente processo licitatório n° 023/2015 na modalidade Pregão nº 005/2015, cujo objeto é a cujo objeto é a contratação de especializada na prestação de serviços de pedreiro, eletricista de baixa tensão, encanador, pintor e outros serviços necessários para efetuar pequenos reparos nos prédios públicos no município de Curvelândia-MT, e DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da empresa vencedora OTACILIO DA SILVA PEREIRA-EI, inscrita no CNPJ: 14.884.128/0001-70, com o valor global de R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).

Curvelândia-MT, 01 de junho de 2015.

Eli Sanchez Romão

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015

Protocolo Nº 9481 de 13 de Março de 2015

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos

Objeto: **TOMADA DE PREÇO** visando a contratação de empresa especializada em engenharia visando para a reforma do mercado produtor para implantação do Almoxarifado Central da Prefeitura Município de Cáceres – MT.

Despesas: Recursos ordinários.

Vencedor: GM10 CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA –EPP;

CNPJ: 20.812.737/0001-16

Valor total: R$ 193.076,25 (cento e noventa e três mil e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

Valter de Andrade Zacarkim

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Prefeitura de Cáceres, 01 de Junho de 2015.

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 18 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a criação da Comissão para reformulação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM no uso de suas atribuições legais que confere a Lei Federal n.° 7.353 de 29 de agosto de 1985, alterada pela Lei nº 8.028 de 12 de março de 1990 e Lei Municipal n.º 1.996 de 28 de março de 2006, diante da DELIBERAÇÃO

DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 18 de Maio de 2015, com registro em Ata nº 73 e,

CONSIDERANDO o Artigo 1º do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, de Cáceres/MT, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, regido pela Lei Municipal 1.996 de 28 de Março de 2006, está vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social e tem por finalidade elaborar e implementar ações de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, voltadas à promoção dos direitos das mulheres em todas as esferas da administração Pública no âmbito Municipal, sendo seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

CONSIDERANDO o Artigo 2º do Regimento Interno que rege o CMDM – de Cáceres tem as seguintes competências, dentre outras:

XV – Fazer alteração no Regimento Interno do CMDM, quando necessário, e dar publicidade através dos meios oficiais do Executivo Municipal;

XIX – Instituir comissões permanentes e grupos de trabalho.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar por unanimidade pela plenária a criação da Comissão para reformulação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, composta por:

Angelina de Oliveira Costa

Marly de Fátima Ferreira

Jaqueline Rodrigues da Silva

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor a partir da data da publicação.

Cáceres, 18 de Maio de 2015.

Angelina de Oliveira Costa

Presidente do CMDM

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 18.2015
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM REFRIGERADOR(AR CONDICIONADO)

Interessada: DiversasSecretarias desta Prefeitura.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de refrigeração (ar condicionado de janela e Split), com fornecimento de peças (exceto compressor) quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso.

Realização: 15 de Junho 2015 às 08h00minmin horário de Cuiabá.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 01 de Junho de 2015.

ROSANGELA MARTINS CARDOZO

PREGOEIRA OFICIAL

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 22/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Considerando o Edital nº 01/2015 de Abertura de Processo Seletivo Simplificado para atender à necessidade de Temporária de Excepcional Interesse Público, da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT**;**

A Prefeitura de Cáceres – MT, através da Secretaria Municipal de Ação Social e a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 02/2015, designada através do Decreto nº 032/2015 para atender a necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público - conforme o Edital nº 01/2015. Informa a convocação dos (as) Candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo Simplificado 02/2015

Convocação do(s) candidato(s) classificado(s) do Processo Seletivo Simplificado 02/2015 abaixo citado. Considerando que o(s) candidato(s) classificado(s) deverá comparecer a esta secretaria para entrega de documentação no prazo de 05 (cinco) dias a partir da data da publicação para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria.

Candidato convocado:

Cargo: Auxiliar de Cuidador/SAIP – Cód. 09			
Ordem	Nome	RG	Código
19	Valdete Marques da Silva	1649078-9	09

Isso é o que nos cabe informar.

Cáceres-MT, 01 de junho de 2015.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 02/2015 (Decreto nº 032/2015)

Higor Fauber Lemes de Oliveira

Odilei Gomes de Campos

Franciane da Silva Lopes

Claudio Henrique Donatoni

Secretário Mun. De Ação Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

DECRETO N.º 006/2015

DECRETO N.º 006/2015.

EMENTA: O PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE- MT, EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE AVALIAR E PROPOR DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO,

DECRETA:

ART. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 19 de junho de 2015, tendo como tema central: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RIMO A 2016”.

ART. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

ART. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 28 (três) dias do mês de Maio do ano de 2015.

PEDRO TERCY BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

JOCELINO RODRIGUES NETO

PRESIDENTE DO CMAS

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT**, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, torna público a **REVOGAÇÃO** da licitação na modalidade *PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 – REGISTRO DE PREÇOS*, que seria realizada no dia **10/06/2015** às 08:00 horas; pelo motivo de erros verificados posteriormente na elaboração do Termo de Referência.

Denise/MT, 02 de Junho de 2015.

ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO

Presidente da C.P.L.

CONTABILIDADE
LRF 2015 - 1º QUADRIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio/2014 a Abril/2015 - Consolidado

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.698.856,28	
Pessoal Ativo	7.698.856,28	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.698.856,28	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		7.698.856,28

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		TOTAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		10.497.884,40
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		73,34
LIMITE MAXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) -	60,00 %	6.298.730,64
LIMITE PRUDENCIAL (§ único do art. 22 da LRF) -	51,30 %	5.385.414,70
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) -	90,00 %	5.668.857,58

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL		
1º Quadrimestre de 2015		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)
60,00 %	73,34 %	13,34 %

Emissão: 29/05/2015 14:43:19 PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE Page 1 de 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
CNPJ: 03953718000190
PRACA BRASILIA - 0000111 - CENTRO
Telefone 06533421527
tributacao@denise.mt.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2015 à 04/2015

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.903.727,75	2.330.665,56	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.247.909,56	2.459.140,95	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.000,65	1.566,02	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	346.182,46	130.041,41	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.903.727,75	-2.330.665,56	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.963.990,46	10.497.884,40	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-14,68	-22,20	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00
DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	212.420,00	215.656,99	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.147.010,36	687.358,54	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

PEDRO TERCY BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TC CRC-MT 007244/O-0

Emissão: 29/05/2015 14:45:19

Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Abril de 2015

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.963.990,46	10.497.884,40		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF *				
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				

Emissão: 29/05/2015 14:46:00 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Abril de 2015

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: MUNICÍPIO DE DENISE

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

PEDRO TERCY BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TC CRC-MT 007244/O-0

Emissão: 29/05/2015 14:46:00 Page 2 de 2

Homologado

MUNICÍPIO DE DENISE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Primeiro Quadrimestre - Janeiro à Abril de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.497.884,40	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	0,00	90,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: MUNICÍPIO DE DENISE

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Primeiro Quadrimestre - Janeiro à Abril de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

MUNICíPIO DE DENISE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2015

LRF, art . 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V — R$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	2.459.140,95	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.033.056,94
Caixa	119.196,63	Depósitos	215.656,99
Bancos	2.339.944,32	Restos a Pagar Processados	130.041,41
Conta Movimento	170.632,04	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	2.169.312,28	De Exercícios Anteriores	130.041,41
Aplicações Financeiras	0,00	RP não Processados de Exercícios Anteriores	687.358,54
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Débitos de Tesouraria	0,00
Créditos Intragovernamentais	0,00	Contas Pendentes	0,00
Devedores Diversos	0,00		
Aplicações Financeiras Médio e Longo Prazo	0,00		
Depósitos Judiciais	0,00		
Créditos Intergovernamentais	0,00		
Contas Pendentes	0,00		
SUBTOTAL	2.459.140,95	SUBTOTAL	1.033.056,94
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.426.084,01
TOTAL	2.459.140,95	TOTAL	2.459.140,95
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			**1.426.084,01**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Vinculadas	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
	-	RP não Processados de Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00	Encargos Sociais a Recolher	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Obrigações Tributárias	0,00
	-	Precatórios a Pagar	0,00
	-	Débitos Diversos a Pagar	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VII)			**0,00**
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			**0,00**

Emissão: 29/05/2015 14:24:44 — Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro à Abril / 2015

RGF – ANEXO 06 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R$ 1,00

ORGAO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
CAMARA MUNICIPAL DE DENISE	0,00	1.035,00	0,00	39.000,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	20.725,00	5.435,68	0,00	43.138,39	0,00
SEC MUNIC DE ACAO SOCIAL	0,00	7.106,24	45.700,00	250.955,06	0,00
SEC MUNIC DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	7.623,00	0,00	586.581,56	0,00
SEC MUNIC DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTO	0,00	70.066,18	436.466,42	232.821,37	0,00
SEC MUNIC DE FINANCAS	0,00	10.248,04	6.966,00	245.081,40	0,00
SEC MUNIC DE OBRAS VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	249.748,41	53.794,73	178.910,00	1.799.273,94	0,00
SEC MUNICIP DE ADMINISTRACAO	0,00	15.656,96	14.358,33	200.525,99	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	50,00	50.431,26	4.957,79	226.445,87	0,00
TOTAL	270.523,41	221.397,09	687.358,54	3.623.823,58	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	1.836.666,63

FONTE	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
000-Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Ilumin	0,00	12.000,00	0,00	23.739,88	0,00
000-Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	50,00	58.235,18	48.157,79	318.192,33	0,00
000-Recursos Ordinários	129.991,41	102.023,81	44.602,26	825.004,64	0,00
000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Ass	0,00	1.000,00	700,00	22.179,20	0,00
000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Des	0,00	1.005,00	388.525,75	39.102,83	0,00
000-Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	0,00	7.358,73	4.100,00	22.059,01	0,00
000-Transferencias de Convenios - Educacao	0,00	0,00	640,67	2.759,80	0,00
000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacion	140.482,00	0,00	200.632,07	2.370.785,89	0,00
000-Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneraç	0,00	39.774,37	0,00	0,00	0,00
TOTAL	270.523,41	221.397,09	687.358,54	3.623.823,58	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibiliade de Caixa)	1.836.666,63

Emissão: 29/05/2015 14:48:30

Page 1 de 1
Homologado

MUNICIPIO DE DENISE - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE O 1 QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 48 – Anexo 07 R$ 1,00

DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-2.330.665,56	-22,20 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)		1.836.666,63

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

PEDRO TERCY BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TC CRC-MT 007244/O-0

Emissão: 29/05/2015 14:49:14 Page 1 de 1

Homologado

CONTABILIDADE
LRF 2015 - 2º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.417.463,06	14,56	5.330.678,67	32,11	11.269.321,33
RECEITAS CORRENTES	16.200.000,00	16.200.000,00	2.417.463,06	14,92	4.868.655,33	30,05	11.331.344,67
RECEITA TRIBUTARIA	643.459,50	643.459,50	162.874,08	25,31	237.206,94	36,86	406.252,56
Impostos	477.459,50	477.459,50	145.721,96	30,52	205.965,21	43,13	271.494,29
Taxas	166.000,00	166.000,00	17.152,12	10,33	31.241,73	18,82	134.758,27
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	342.300,00	342.300,00	120.048,90	35,07	134.404,08	39,26	207.895,92
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	227.300,00	227.300,00	114.952,72	50,57	114.952,72	50,57	112.347,28
Contribuição de Iluminação Pública	115.000,00	115.000,00	5.096,18	4,43	19.451,36	16,91	95.548,64
RECEITA PATRIMONIAL	144.144,00	144.144,00	35.066,87	24,32	63.821,26	44,27	80.322,74
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	4.300,00	4.300,00	786,98	18,30	1.589,16	36,95	2.710,84
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	139.844,00	139.844,00	34.279,89	24,51	62.232,10	44,50	77.611,90
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	361.000,00	361.000,00	58.298,86	16,14	101.888,84	28,22	259.111,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.498.196,50	14.498.196,50	2.025.946,01	13,97	4.309.958,43	29,72	10.188.238,07
Transferências Intergovernamentais	14.111.700,50	14.111.700,50	2.025.946,01	14,35	4.285.331,03	30,36	9.826.369,47
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	386.496,00	386.496,00			24.627,40	6,37	361.868,60
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	210.900,00	210.900,00	15.228,34	7,22	21.375,78	10,13	189.524,22
Multa de Juros de Mora	77.400,00	77.400,00	5.865,76	7,57	8.011,35	10,35	69.388,65
Indenizações e Restituições	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Receita da Dívida Ativa	113.500,00	113.500,00	8.945,57	7,88	11.316,91	9,97	102.183,09
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	417,01	4,17	2.047,52	20,47	7.952,48
RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00			462.023,34	115,50	-62.023,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS					30.000,00		-30.000,00
Alienação de Bens Móveis					30.000,00		-30.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00			432.023,34	108,00	-32.023,34
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	400.000,00	400.000,00			432.023,34	108,00	-32.023,34
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.417.463,06	14,56	5.330.678,67	32,11	11.269.321,33
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.417.463,06	14,56	5.330.678,67	32,11	11.269.321,33
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	16.600.000,00	16.600.000,00	2.417.463,06	14,56	5.330.678,67	32,11	11.269.321,33

Emissão: 29/05/2015 14:50:57

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 29/05/2015 14:50:57

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015 / BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.360.455,00	3.673.436,03	21.033.891,03	2.782.351,22	8.292.546,70	2.691.258,35	4.668.723,12	22,19	16.365.167,91
DESPESAS CORRENTES	15.528.150,00	215.526,71	15.743.676,71	2.616.540,22	5.665.518,86	2.486.286,40	4.449.887,17	28,26	11.293.789,54
Pessoal e Encargos Sociais	8.331.758,00	9.200,00	8.340.958,00	1.310.406,29	2.546.854,92	1.310.406,29	2.546.854,92	30,53	5.794.103,08
Juros e Encargos da Dívida	9.000,00		9.000,00						9.000,00
Outras Despesas Correntes	7.187.392,00	206.326,71	7.393.718,71	1.306.133,93	3.118.663,94	1.175.880,11	1.903.032,25	25,73	5.490.686,46
DESPESAS DE CAPITAL	1.674.805,00	3.457.909,32	5.132.714,32	165.811,00	2.627.027,84	204.971,95	218.835,95	4,26	4.913.878,37
Investimentos	1.615.805,00	3.477.909,32	5.093.714,32	165.811,00	2.627.027,84	204.971,95	218.835,95	4,29	4.874.878,37
Inversões Financeiras	26.250,00	-20.000,00	6.250,00						6.250,00
Amortização da Dívida	32.750,00		32.750,00						32.750,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	157.500,00		157.500,00						157.500,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	17.360.455,00	3.673.436,03	21.033.891,03	2.782.351,22	8.292.546,70	2.691.258,35	4.668.723,12	22,19	16.365.167,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.360.455,00	3.673.436,03	21.033.891,03	2.782.351,22	8.292.546,70	2.691.258,35	4.668.723,12	22,19	16.365.167,91
SUPERÁVIT (XIII)							661.955,55		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.360.455,00	3.673.436,03	21.033.891,03	2.782.351,22	8.292.546,70	2.691.258,35	5.330.678,67	25,34	15.703.212,36

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 29/05/2015 14:50:57

Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - MARÇO a ABRIL de 2015
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.600.000,00	20.273.436,03	2.782.351,22	8.292.546,70	2.691.258,35	4.668.723,12	100,00	23,02	15.604.712,91
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	760.455,00	748.333,31	172.863,97	281.245,13	134.883,97	242.245,13	5,18	32,37	506.088,18
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	958.750,00	958.750,00	59.853,38	483.004,31	118.276,57	237.922,91	5,09	24,81	720.827,09
ADMINISTRACAO GERAL	3.942.500,00	3.968.658,40	729.652,45	1.667.624,18	662.284,82	1.200.227,32	25,70	30,24	2.768.431,08
CONTROLE INTERNO	102.900,00	102.900,00	17.207,08	33.290,48	17.207,08	33.290,48	0,71	32,35	69.609,52
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	21.000,00	21.000,00							21.000,00
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
ADMINISTRACAO GERAL	654.750,00	658.855,00	117.714,14	232.379,08	120.794,78	191.987,95	4,11	29,13	466.867,05
ASSISTENCIA AO IDOSO	21.000,00	21.000,00							21.000,00
ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	21.000,00	21.000,00	563,93	563,93					21.000,00
ASSISTENCIA COMUNITARIA	40.575,00	340.575,00		255.000,00	45.000,00	45.000,00	0,96	13,21	295.575,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE									
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	842.415,00	842.415,00	173.670,12	277.158,29	130.806,59	218.645,59	4,68	25,95	623.769,41
ATENCAO BASICA	2.761.500,00	3.000.390,00	525.747,28	1.056.011,03	589.993,11	907.494,67	19,43	30,24	2.092.895,33
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	115.500,00	115.500,00	19.416,81	28.014,55	8.597,74	8.597,74	0,18	7,44	106.902,26
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	10.500,00	10.500,00							10.500,00
VIGILANCIA SANITARIA	294.000,00	297.200,00	70.464,04	133.995,18	70.464,04	133.995,18	2,87	45,08	163.204,82
TRABALHO									
EDUCAÇÃO									
ADMINISTRACAO GERAL	118.200,00	118.200,00	22.168,54	43.927,32	21.910,05	42.491,85	0,91	35,94	75.708,15
ALIMENTACAO E NUTRICAO	168.000,00	168.000,00	21.042,50	29.615,12	18.562,62	26.684,62	0,57	15,88	141.315,38
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	8.400,00	8.400,00							8.400,00
EDUCACAO INFANTIL	44.100,00	46.100,00	11.018,00	11.709,00	664,00	816,00	0,01	1,77	45.284,00
ENSINO FUNDAMENTAL	4.076.040,00	5.075.376,16	721.899,16	1.410.038,45	677.806,19	1.269.629,32	27,19	25,01	3.805.746,84
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	15.750,00	16.950,00	2.094,60	2.388,00	2.094,60	2.388,00	0,05	14,08	14.562,00
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	346.500,00	346.500,00	90.623,53	90.623,53	22.343,04	22.343,04	0,47	6,44	324.156,96
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	257.665,00	1.370.106,56		1.244.941,28					1.370.106,56
HABITAÇÃO									
HABITACAO URBANA	42.000,00	42.000,00							42.000,00
SANEAMENTO									
INFRA-ESTRUTURA URBANA	21.000,00	21.000,00							21.000,00

Emissão: 29/05/2015 14:52:31 Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - MARÇO a ABRIL de 2015
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

SANEAMENTO BASICO RURAL		324.000,00		187.464,61					324.000,00
SANEAMENTO BASICO URBANO		156.000,00		150.780,00					156.000,00
SERVICOS URBANOS	52.500,00	52.500,00							52.500,00
GESTÃO AMBIENTAL									
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ABASTECIMENTO	42.000,00	42.000,00							42.000,00
ADMINISTRACAO GERAL	267.750,00	268.850,00	47.523,34	90.974,88	49.569,15	81.993,32	1,75	30,49	186.856,68
EXTENSAO RURAL	36.750,00	670.500,00	-22.400,00	577.600,00					670.500,00
PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	105.000,00	68.376,60		2.970,00		2.970,00	0,06	4,34	65.406,60
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
ENERGIA ELETRICA	52.500,00	52.500,00	1.228,35	1.228,35					52.500,00
TRANSPORTE									
TRANSPORTE RODOVIARIO	99.750,00	99.750,00							99.750,00
DESPORTO E LAZER									
DESPORTO COMUNITARIO	110.250,00	60.250,00							60.250,00
LAZER	31.500,00	1.500,00							1.500,00
ENCARGOS ESPECIAIS									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	157.500,00	157.500,00							157.500,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 16.600.000,00	R$ 20.273.436,03	R$ 2.782.351,22	R$ 8.292.546,70	R$ 2.691.258,35	R$ 4.668.723,12	100,00	23,02	R$ 15.604.712,91

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 29/05/2015 14:52:31 Page 2 de 2

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.489.413,45	1.118.545,84	1.263.671,18	1.295.475,47	1.207.875,73	1.357.815,33	1.451.477,73		1.470.135,67	1.330.950,43	1.268.462,18	1.453.959,45	14.707.782,46	18.252.300,00
Receita Tributária	71.621,44	23.585,67	43.662,31	42.513,97	70.887,71	38.580,72	43.825,17		28.806,81	44.286,10	55.531,98	106.568,81	569.870,69	647.459,50
IPTU	28.195,36	8.120,76	7.320,61	2.858,67	1.434,07	2.245,76	1.743,66		1.534,51	210,34	35,00	1.766,39	55.465,13	85.000,00
ISS	12.305,29	10.034,37	10.151,06	13.239,21	14.378,78	10.914,14	16.729,77		16.264,99	17.498,33	15.667,73	18.131,85	155.315,52	145.000,00
ITBI	700,00	57,96	621,60	1.543,90	35.584,21	3.600,00	4.215,87			1.823,29	10.387,85	23.025,39	81.560,07	50.500,00
IRRF	20.613,08	905,78	20.291,71	22.530,75	18.601,92	17.213,58	20.374,23		1.984,91	20.926,88	19.511,57	57.104,12	220.058,53	199.959,50
Outras Rec. Tributarias	9.807,71	4.466,80	5.277,33	2.341,44	888,73	4.607,24	761,64		9.022,40	3.827,26	9.929,83	6.541,06	57.471,44	167.000,00
Receita Contribuições	5.879,45	11.914,35	15.468,72	4.459,07	6.786,68	13.976,08	14.168,21		8.401,48	5.953,70	5.096,18	114.952,72	207.056,64	342.300,00
Receita Patrimonial	12.188,27	11.031,70	13.614,43	12.277,64	12.172,81	12.855,27	11.716,95		14.144,97	14.609,42	18.701,70	16.365,17	149.678,33	144.144,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	32.662,18	33.793,23	33.760,46	30.331,86	35.585,01	30.930,88	25.913,82		22.228,61	21.361,37	29.455,64	28.843,22	324.866,28	361.000,00
Transferências Correntes	1.347.717,96	1.025.382,89	1.143.027,29	1.195.825,39	1.072.363,10	1.243.789,98	1.341.904,97		1.393.623,67	1.241.729,23	1.153.776,37	1.181.859,24	13.341.000,09	16.500.996,50
Cota Parte do FPM	545.885,33	409.378,77	351.604,57	427.139,72	374.423,69	353.868,93	468.390,79		571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	4.968.741,48	5.567.000,00
Cota Parte do ICMS	292.948,34	270.330,66	393.923,01	333.456,70	347.390,70	346.186,68	331.659,17		288.950,79	238.555,08	306.232,01	267.678,16	3.417.311,30	3.810.000,00
Cota Parte do IPVA	34.383,70	37.029,38	26.020,46	20.281,20	10.768,48	13.123,24	6.623,07		5.525,07	57.003,46	28.168,45	38.206,69	277.133,20	360.000,00
Cota Parte do ITR			1.576,48	97,71	2.331,71	96.891,62	27.186,42		8.137,49	2.262,95	41,19	510,18	139.035,75	9.500,00
Transf. LC 87/1966	1.400,08	1.400,08	1.400,08	1.400,08	1.400,08	1.400,08	1.400,08					5.850,51	15.651,07	20.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	215.905,23	184.938,77	189.772,02	247.130,77	202.377,54	233.540,62	212.599,91		218.690,72	216.255,21	221.770,76	207.815,82	2.350.797,37	2.605.000,00
Outras Transf. Correntes	257.195,28	122.305,23	178.730,67	166.319,21	133.670,90	198.778,81	294.045,53		300.917,99	144.362,19	172.722,62	203.281,49	2.172.329,92	4.129.496,50
Outras Receitas Correntes	19.344,15	12.838,00	14.137,97	10.067,54	10.080,42	17.682,40	13.948,61		2.930,13	3.010,61	5.900,31	5.370,29	115.310,43	256.400,00
DEDUÇÕES (I)	181.846,76	146.914,07	159.132,96	159.940,54	150.336,90	168.321,25	171.090,12		174.802,93	175.090,90	151.387,02	153.571,55	-1.792.435,00	1.953.300,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	181.846,76	146.914,07	159.132,96	159.940,54	150.336,90	168.321,25	171.090,12		174.802,93	175.090,90	151.387,02	153.571,55	-1.792.435,00	1.953.300,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.307.566,69	971.631,77	1.104.538,22	1.135.534,93	1.057.538,83	1.189.494,08	1.280.387,61		1.295.332,74	1.155.859,53	1.117.075,16	1.300.387,90	12.915.347,46	16.299.000,00

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 29/05/2015 14:53:14

Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE DENISE
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á ABRIL 2015 / Bimestre MARCO-ABRIL

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
PREVIDÊNCIA					
Pessoal Civil					
Aposentadorias					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
Pessoal Militar					
Reformas					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)					

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					
Plano Financeiro					
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras					
Recursos para Formação de Reserva					
Outros Aportes para o RPPS					
Plano Previdenciário					
Recursos para Cobertura de Déficit					
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial					
Outros Aportes para o RPPS					

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0

BENS E DIREITOS DO RPPS	MÊS ANTERIOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			
INVESTIMENTOS			
OUTROS BENS E DIREITOS			

Emissão: 29/05/2015 14:54:07 Page 1 de 2

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE DENISE
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro á ABRIL 2015 / Bimestre MARCO-ABRIL

RREO – ANEXO 04 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)					
Receita de Contribuições					
Patronal					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Militar					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Receita Patrimonial					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)					
Alienação de Bens					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS INTRA-ORÇAMENTARIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIARIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)					

Fonte:CAMARA MUNICIPAL DE DENISE

[1] Capítulo do artigo 212 da CF/1988
[2] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 29/05/2015 14:54:07 Page 2 de 2

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á ABRIL 2015 / BIMESTRE JANEIRO-ABRIL

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
Executivo	R$ 154.266,41	R$ 191.916,05	R$ 236.866,05		R$ 109.316,41	R$ 158.066,44	R$ 988.943,92	R$ 459.651,82	R$ 438.926,82		R$ 708.083,54
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 154.266,41	R$ 191.916,05	R$ 236.866,05		R$ 109.316,41	R$ 158.066,44	R$ 988.943,92	R$ 459.651,82	R$ 438.926,82		R$ 708.083,54

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE Emissão: 29/05/2015 às 15:08 Page 1 de 1

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	440.400,00	440.400,00	82.149,75	123.386,42	28,02%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	242.000,00	242.000,00	13.557,72	19.129,33	7,90%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	83.000,00	83.000,00	1.891,46	3.636,31	4,38%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	5,14	503,74	50,37%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	7.149,31	9.212,45	9,21%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	4.601,88	5.866,90	9,78%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.000,00)	(2.000,00)	(90,07)	(90,07)	(4,50)%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	49.500,00	49.500,00	33.413,24	35.236,53	71,18%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	33.413,24	35.236,53	70,47%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	(500,00)	(500,00)	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	148.900,00	148.900,00	35.178,79	69.020,56	46,35%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	144.500,00	144.500,00	33.801,57	67.564,89	46,76%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	900,00	900,00	270,79	349,24	38,80%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	3.000,00	3.000,00	901,18	901,18	30,04%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	207,24	207,24	20,72%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	(500,00)	(500,00)	(1,99)	(1,99)	(0,40)%
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.766.500,00	9.766.500,00	1.530.044,92	3.285.171,71	33,64%
2.1- Cota-Parte FPM	5.567.000,00	5.567.000,00	883.357,73	2.038.049,68	36,61%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.567.000,00	5.567.000,00	883.357,73	2.038.049,68	36,61%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	3.810.000,00	3.810.000,00	573.910,17	1.101.416,04	28,91%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	5.850,51	5.850,51	29,25%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	9.500,00	9.500,00	551,37	10.951,81	115,28%
2.6- Cota-Parte IPVA	360.000,00	360.000,00	66.375,14	128.903,67	35,81%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.206.900,00	10.206.900,00	1.612.194,67	3.408.558,13	33,39%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	295.000,00	295.000,00	49.070,58	114.796,52	38,91%
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	28.853,35	84.206,91	42,10%
5.2- Outras Transferências do FNDE	95.000,00	95.000,00	20.217,23	30.589,61	32,20%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	216.496,00	216.496,00		24.627,40	11,38%
6.1- Transferência de Convênios	216.496,00	216.496,00		24.627,40	11,38%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	409.244,00	409.244,00	48.778,07	521.511,54	127,43%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	920.740,00	920.740,00	97.848,65	660.935,46	71,78%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.953.300,00	1.953.300,00	304.958,57	654.852,40	33,53%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.113.400,00	1.113.400,00	176.671,50	407.609,85	36,61%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	762.000,00	762.000,00	113.731,79	218.101,54	28,62%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	1.170,10	1.170,10	29,25%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.900,00	1.900,00	110,26	2.190,33	115,28%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	72.000,00	72.000,00	13.274,92	25.780,58	35,81%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.609.300,00	2.609.300,00	430.373,56	866.121,67	33,19%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.605.000,00	2.605.000,00	429.586,58	864.532,51	33,19%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.300,00	4.300,00	786,98	1.589,16	36,96%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	651.700,00	651.700,00	124.628,01	209.680,11	32,17%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 29/05/2015 15:09:08 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO – Anexo 08 (LDB, Art. 72) — R$1,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	20.703,59
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015[2]	20.703,59

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	2.551.725,00	2.551.725,00	403.048,67	852.139,53	33,39%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	209.680,11
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	1.589,16
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[4]	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	211.269,27
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	-211.269,27
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	-6,20

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	20.703,59	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	864.532,51	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.589,16	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	886.825,26	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 29/05/2015 15:09:08 — Page 2 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE JANEIRO-ABRIL

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.027.984,32	218.835,95		4.809.148,37
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.027.984,32	218.835,95		4.809.148,37
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.027.984,32	-218.835,95		-4.809.148,37

Fonte: MUNICÍPIO DE DENISE

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 29/05/2015 15:10:09 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/BIMESTRE JANEIRO-ABRIL

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)

Fonte: Município de DENISE

PEDRO TERCY BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL

PEDRO HEMING DOS SANTOS
TC CRC-MT 007244/O-0

Emissão: 29/05/2015 15:12:39 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE DENISE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RREO - ANEXO XIV(LRF , art 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESADAS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) - (Ib - (IIe +IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	R$ 128.332...	R$ 30.000,00	R$ 158.332,16

Fonte: Município de DENISE

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320 / 64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, incritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320 / 64

PEDRO HENRIQUE DA SILVA PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS

Emissão: 29/05/2015 15:14:43 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE DENISE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CONSOLIDADO

JANEIRO A ABRIL/2015 - Bimestre MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	10.171.900,00	10.171.900,00	3.405.596,97	33,48
Impostos	274.500,00	274.500,00	106.345,67	38,74
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	62.900,00	62.900,00	6.927,12	11,01
Divida Ativa dos Impostos	68.000,00	68.000,00	7.152,47	10,52
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais	9.766.500,00	9.766.500,00	3.285.171,71	33,64
Da Uniao	5.596.500,00	5.596.500,00	2.054.852,00	36,72
Do Estado	4.170.000,00	4.170.000,00	1.230.319,71	29,50
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	1.899.728,00	1.899.728,00	614.632,78	32,35
Da Uniao para o Municipio	1.711.228,00	1.711.228,00	545.496,09	31,88
Do Estado para o Municipio	188.500,00	188.500,00	69.136,69	36,68
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	302.100,00	302.100,00	65.996,53	21,85
TOTAL	**12.373.728,00**	**12.373.728,00**	**4.086.226,28**	**33,02**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.845.415,00	3.912.505,00	1.350.233,05	34,51
Pessoal e Encargos Sociais	1.990.308,00	1.993.508,00	547.751,82	27,48
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes	1.855.107,00	1.918.997,00	802.481,23	41,82
DESPESAS DE CAPITAL	178.500,00	353.500,00	144.946,00	41,00
Investimentos	178.500,00	353.500,00	144.946,00	41,00
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**4.023.915,00**	**4.266.005,00**	**1.495.179,05**	**35,04**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS	
			Até o Semestre (e)	% (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)	4.023.915,00	4.266.005,00	1.495.179,05	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE	1.982.382,00	2.180.232,00	948.214,00	63,42
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS				
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos	1.982.382,00	2.180.232,00	948.214,00	63,42
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	**2.041.533,00**	**2.085.773,00**	**546.965,05**	**36,58**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2015 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÃOES E SERVIÃOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	0,00	0,00

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÃOES E SERVIÃOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ** [(VI - VII f) / I]	16,06

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS	
			Até o Semestre (g)	% (g/total g)
Atencao Basica	2.761.500,00	3.000.390,00	1.056.011,03	70,62
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	842.415,00	842.415,00	277.158,29	18,53
Suporte Profilatico e Terapeutico	115.500,00	115.500,00	28.014,55	1,87
Vigilancia Sanitaria	294.000,00	297.200,00	133.995,18	8,96
Vigilancia Epidemiologica	10.500,00	10.500,00		
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes				
TOTAL	**4.023.915,00**	**4.266.005,00**	**1.495.179,05**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

[2] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

PEDRO TERCY BARBOSA

TC CRC-MT 007244/O-0

PEDRO HEMING DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Emissão: 29/05/2015 15:17:21

Page 1 de 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE
CNPJ: 03953718000190
PRACA0000111CENTRO
Telefone 06533421527
tributacao@denise.mt.gov.br

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 - 2º Bimestre - Março/Abril

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2015)	2016	2017	2018	2019
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	12.963.990,46	12.915.347,46				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2020	2021	2022	2023	2024
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

Emissão: 29/05/2015 15:18:11 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE DENISE.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A ABRIL de 2015

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		16.600.000,00
Previsão Atualizada da Receita		16.600.000,00
Receitas Atualizadas	2.417.463,06	5.330.678,67
Déficit Orçamentário		
Saldos de Exercícios Anteriores		1.413.750,00
Despesas		
Dotação Inicial		16.600.000,00
Créditos Adicionais		3.673.436,03
Dotação Atualizada		20.273.436,03
Despesas Empenhadas	2.782.351,22	8.292.546,70
Despesas Liquidadas	2.691.258,35	4.668.723,12
Superávit Orçamentário		661.955,55

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.782.351,22	8.292.546,70
Despesas Liquidadas	2.691.258,35	4.668.723,12

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	12.915.347,46

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-4.659.856,75	0,00%
Resultado Primário		-2.993.457,19	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	346.182,46		236.866,05	109.316,41
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.147.010,36		438.926,82	708.083,54
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**1.493.192,82**		**675.792,87**	**817.399,95**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Imposto em MDE	-211.269,27	25,00	-6,02
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.		60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	218.835,95	4.809.148,37

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	30.000,00	-30.000,00
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.268.733,18	15,00	37,27

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

PEDRO TERCY BARBOSA
Prefeito

PEDRO HEMING DOS SANTOS
CONTADOR

Emissão: 29/05/2015 15:19:10 — Page 1 de 1
Homologado

PORTARIA 022/2015

PORTARIA N° 022/2015 EM 04 DE MAIO DE 2015

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR JOZIAS DE SOUZA GOMES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA.

R E S O L V E:

I – **NOMEAR** a servidora abaixo relacionada para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DOS CONTRATOS** celebrados pela Câmara Municipal de Denise-MT, no ano de 2015.

a)

- A servidora ficará responsável por fiscalizar o Contrato Administrativo nº 004/2015.

Fiscal Titular: Ângela Aparecida Alves Peres da Silva, CPF: 481.841. 521-91

II – O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contatos passo a passo dos serviços prestados.

III – O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instancia, defender o interesse público.

IV – O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como conseqüência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade, poderá ainda levar, em última instancia, à rescisão do contato.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, AOS 04 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2015.

JOZIAS DE SOUZA GOMES

CPF/MF Nº. 031.343.991-56

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Geral da Câmara e publicada na forma da lei, na data supra.

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA

PORTARIA Nº. 126/2015

PORTARIA Nº. 126/2015

Denise-MT, 28 de Maio de 2015.

SÚMULA:NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO MUNICIPIO DE DENISE – MT.

O SENHOR PEDRO TERCY BARBOSA,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 562/2010 de 17 DE MARÇO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLITICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE DENINISE-MT.

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Denise - MT, para o biênio 2015 a 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 562/ 2010, conforme composição abaixo:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

Secretaria Municipal de Ação Social

Titular: Roseane dos Santos Silva

Suplente: Bianca Carolina Bras

Titular: Heliete Rodrigues Batista

Suplente: Viviane Pereira da Silva

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Dilza Ferreira da Silva Pinheiro

Suplente: Maria das Dores Prates dos Santos Silva

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Juliana Bernardes Barbosa da Silva

Suplente: Regina do Rosário Cabral

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Titular: Edinoan Rios do Carmo Matos

Suplente: Rosangela machado de Castro

Igreja Evangélica Assembléia de Deus

Titular: Edneia dos Santos Benasse de Albuquerque Suplente: Josilene do Nascimento Santos

Pastoral da Criança

Titular: Gilnair Alves Batista

Suplente: Elizabeth das Dores Rodrigues

Igreja Católica

Titular: Joscelino Rodrigues Neto

Suplente: Maria Celeste da Costa Martins

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Denise-MT será presidido pela Presidente Srª. Edinoan Rios do Carmo Matos e Vice-Presidente Srª. Gilnair Alves Batista.

Art. 3º - O mandato dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 02 (dois) anos, vedada à prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

Parágrafo Único – Os serviços prestados pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Denise – MT, serão considerados de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 4º - As competências, funcionamento, impedimentos e demais disposições, conforme previsto na mencionada Lei do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Denise-MT, serão tratadas e definidas no Regimento Interno.

Art. 5º - O não comparecimento do conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Denise-MT, a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, sem comunicação prévia ou sem justificativa, ensejará sua exclusão sendo substituído automaticamente pelo respectivo Suplente.

Art. 6º - Este portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Maio de 2015.

Registre-se e publique-se, na data supra, na forma da lei.

PEDRO TERCY BARBOSA Prefeito Municipal SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE 05/2015 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DENISE/MT

No dia vinte oito de maio de dois mil e quinze as treze horas e trinta minutos da tarde , reuniu – se na sede do Conselho Municipal de Saúde os conselheiros municipais para uma reunião Ordinária , tendo como pauta : Aprovação do Relatório de Gestão dois mil e quatorze , finalização dos detalhes da Confêrencia Municipal de Saúde, Posse dos novos Conselheiros de Saúde, Aprovação da Pactuação de Diretrizes , Objetivos , metas e indicadores -2015. Apresidenta Elizabeth das Dores Rodrigues Ramos da Cruz da inicio a reunião dando um boa tarde a todos e passa a palavra para a senhora conselheira Natalicia de Jesus onde a mesma fez uma reflexão em uma leitura que se encontra no livro (Gn 32. 26,29) juntamente com todos, falando das benção concedida pelo Senhor e que quando uma coisa é impossível a nos a Deus tudo é possível ao que crer . A presidenta da posse aos novos Conselheiros ficando a senhora PatriciaDarolt Xavier como Suplente representando trabalhador da Saúde no seguimento NivelMédio , o senhor Raphael Perim Mendes como titular representando Secretaria Municipal de Saúde no seguimento Governo, a senhora Nangela Sampaio Pereira Almeida suplente representando trabalhador da saúde no seguimento Nivel Elementar. Em seguida a comissão da seu parecer favorável a aprovação do relatório de Gestão dois mil e quatorze , a PresidentaElizabeth das Dores Rodrigues Ramos da Cruz coloca em votação e fica aprovado em plenária o Gelatório de Gestão dois mil e quatorze por unanimidade, em seguida a mesma passa a palavra para a conselheira Natalicia de Jesus dar uma breve explicação , sobre a vice- presidente do Conselho , onde a senhora natalícia explica a todos que a senhora Gilnair Alves Batista não poderá ficar como vice- Presidente pois conforme Art. 7° do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, inciso 1° - O Presidente e o Vice-Presidente tem que ser um usuário e um trabalhador ou vice versa e como a senhora Gilnair Alves Batista é do mesmo seguimento , faz –se necessário escolher outra seguimento para fazer parte da vicepresidência. A presidenta Elizabeth Dores Rodrigues Ramos da Cruz indicaa conselheira Natalicia de Jesus para vice- presidência, colocando em votação, ficando aprovado por todos os Conselheiros presentes. A senhora Natalícia de Jesus aceita de bom grato e ficando assim como vice- Presidenta deste Conselho de Saúde. E em retificação a ata de nº 02/2015 a senhora Elizabeth das Dores Rodrigues Ramos da Cruz na representação Pastoral Da Criança no seguimento usuário ficando como Presidenta, e a senhora Natalícia de Jesus representando Trabalhador da Saúde no seguimento Nível Elementar ficando com Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde. A Presidenta dá continuidade a sua fala e apresenta a todos a pactuação Dois Mil e Quinze, o conselheiroWitsner Carlo Pinheiro Benevides explana a todos os conselheiros presentes e colocado em votação a Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores -2015. Ficando a provado em plenária por unanimidade. A Presidenta Elizabeth das Dores Rodrigues Ramos da Cruz apresenta a pauta finalização dos detalhes da organização da Conferência De Saúde, onde será em caminhado a Secretaria de Saúde um ofício com pedidos de tudo que se vai precisar para que ocorra a VIII Conferência Municipal de Saúde, como camisetas com tema da conferência, alimentação, parte gráfica, convites, crachás, pastas, material pra limpeza, material para decoração , local etc..., não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a reunião Ordinária de dois mil e quinze , transcrita e redigida por Natalícia de Jesus conforme está no regimento interno deste Conselho em Art 9º V Secretario “ad-hoc” no qual assinamos .

PORTARIA Nº. 125/2015

PORTARIA Nº. 125/2015

Denise-MT, 28 de Maio de 2015.

EMENTA:NOMEIA OS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE DENISE-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR PEDRO TERCY BARBOSA,

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 580/2010, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA,

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social e Bolsa Família do Município de Denise-MT, para o biênio 2015 a 2016, conforme composição abaixo:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Viviane Pereira da Silva

Suplente: Heliete Rodrigues Batista

Secretaria Municipal de Finanças

Titular: João Carlos Carneiro da Silva

Suplente: Vanubia Rangel da Cruz

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Dilza Ferreira da Silva Pinheiro

Suplente:Maria das Dores Prates dos Santos Silva

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Juliana Bernardes Barbosa da Silva

Suplente: Regina do Rosário Cabral

Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos Urbanos

Titular: Audelino de Oliveira Primo

Suplente: Gilberto Martins de Albuquerque

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL/ OU DEFESA DE DIREITOS DOS USUÁRIOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Titular: Edinoan Rios do Carmo Matos

Suplente: Maria Lucia da Silva

Sindicato do Trabalhadores Rurais

Titular: Cicero Alexandre da Silva

Suplente: Angelino de Oliveira Primo

Igreja Evangélica Assembléia de Deus Missões

Titular: Laura Cristina Dias da Silva

Suplente: Sirlene Maria Matias da Silva

Igreja Católica

Titular: Joscelino Rodrigues Neto

Suplente: Maria Celeste da Costa Martins

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social e Bolsa Família de Denise-MT será presidido pelo Presidente Senhor Joscelino Rodrigues Neto, Vice-Presidente Senhor João Carlos Carneiro da Silva.

Art. 3º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social e Bolsa Família de Denise-MT será exercido gratuitamente, e terá o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

Parágrafo Único - Os serviços prestados pelos membros do Conselho Municipal de Assistência Social e Bolsa Família de Denise-MT serão considerados como serviços públicos relevantes não remunerados.

Art. 4º - As competências, funcionamento, impedimentos e demais disposições, conforme previsto na Lei Municipal nº. 580/2010, do Conselho Mu-

nicipal de Assistência Social e bolsa família de Denise-MT, serão tratadas e definidas no Regimento Interno.

Art. 5º - O não comparecimento do conselheiro de Assistência Social e bolsa Família a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, sem comunicação prévia ou sem justificativa, ensejará sua exclusão sendo substituído automaticamente pelo respectivo Suplente.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Maio de 2015.

Registre-se e Publique-se, na data supra, na forma da lei.

PEDRO TERCY BARBOSA Prefeito Municipal SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRATAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 031/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o **RESULTADO** do **PREGÃO PRESENCIAL 031/2015**, cujo objeto é *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO* **MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Onde se sagrou vencedora a empresa **AUTO ELETRICA CASTANHEL LTDA ME,** CNPJ: 01.967.846/0001-68, totalizando **R$ 126.045,90** (Cento e vinte e seis mil e quarenta e cinco Reais e noventa centavos).

Diamantino - MT, 01 de Junho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 030/2015 – SMEC

O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legaise considerando a necessidade de Remanejamento de Pessoal para atender as necessidades das Unidades de Ensino,

R E S O L V E,

Artigo 1º - *Designar* a servidora **CLAIR CRUZ DE ALMEIDA,** Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar, Matrícula nº 3108, CPF nº 942. 136.231-49, RG nº 1420945-5 – SSP/MT, lotada na Escola Municipal Prefeito João Batista de Almeida, para exercer suas funções na Escola Municipal de Educação Infantil **Criança Feliz**, localizada no Bairro Novo Diamantino, neste Município de Diamantino - MT, a partir de 07 de Maio de 2015.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de sua assinatura. Revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

REGISTRA-SE

CUMPRA-SE

Diamantino – MT, em de 26 de Maio de 2015.

Prof. Nilvo Pedro Lanza

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO N° 05 DE 29 DE MAIO DE 2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n. 126/94 e alterado pelas leis 141/94 e 619/06, de 14 de março de 1994;

Considerando a Reunião Ordinária do dia 26 de Julho de 2013;

Considerando o artigo 1° da lei Federal o artigo 1° da Lei Federal n° 8. 142, de 28 de dezembro de 1990 e artigos 14, 15 da Lei complementar Estadual n° 22, de 09 de novembro de 1992 e artigo 180 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de novembro de 1990;

Resolve:

Art. 1° O Conselho Municipal de Saúde em análise do Relatório de Gestão do ano de 2014 tem em seu Parecer como Favorável as informações relatadas e com algumas considerações necessárias a apontar conforme ocorrido no município quanto aos serviços de saúde em especial a Programação Anual de Saúde:

ITEM: PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE.

Diretriz 01: Metas: Fortalecer a atenção à Saúde Bucal no município, ampliar os serviços de saúde Bucal; Garantir o funcionamento da Unidade de Saúde Bucal garantindo Melhoria do Acesso e qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

Não foi realizado a contento, como pode ser observado nos resultados dos Indicadores de Saúde (n.º 05 e 06) que foram insatisfatórios. Faltaram materiais de consumo, insumos, para atender as demandas/ações da saúde bucal nas Unidades Básicas de Saúde.

Diretriz 06: Metas: Manter em funcionamento a UDR com atendimentos de fisioterapia.

As duas Unidades de Reabilitação (Diamantino e Novo Diamantino) está em funcionamento, mas, há necessidade de equipar as Unidades com aparelhos e equipamentos novos, pois os existentes encontram-se em condições ruim de uso.

Diretriz 08: Metas: Fortalecer a atenção ambulatorial especializada. Manter os atendimentos ambulatoriais especializados.

Alguns serviços da atenção ambulatorial especializada não foram realizados a contento, como por exemplo, atendimento do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, algumas ações não foram executadas por falta de veículo para realizar visitas domiciliares, faltou materiais/insumos, gerenciamento da Unidade (não foi ativa) prejudicando o andamento dos serviços e equipe. O CTA/SAE – Centro de Testagem e Aconselhamento/Serviços de Atendimento Especializado em DST/AIDS, também não realizaram todas as ações programadas para o ano, como o SPE - Serviços de Prevenção nas Escolas não realizou trabalho educativo de prevenção em DST/AIDS nas escolas do município.

Diretriz 10: Metas:

Garantir acesso da população a assistência hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade.

O acesso da população aos serviços hospitalares foi deficiente, não tivemos 100% do atendimento proposto. Durante o ano de 2014 o Hospital São João Batista, que é a nossa referência, ficou com seus atendimentos reduzidos ou até mesmo sem atendimento por alguns meses, isso se deu pela ausência de profissionais médicos que o Hospital sem condições de contratá-los por falta de recursos financeiros devido ao atraso do repasse financeiro pelo Estado que mantêm convênio.

Diretriz 11: Metas: Garantir o funcionamento da Vigilância Ambiental. Fortalecer as ações da Vigilância Ambiental.

As ações programadas pela Equipe da Vigilância Ambiental foram prejudicadas pela falta de veículo para realização das atividades de campo tanto na zona urbana como na rural e também pela falta de insumos.

Diretriz 12: Metas: Garantir o funcionamento da Vigilância Sanitária; Fortalecer as ações da Vigilância Sanitária.

As ações programadas pela Equipe da Vigilância Sanitária foram prejudicadas pela falta de veículo para realização das atividades (inspeções, visitas, etc), recursos humanos insuficientes (equipe incompleta), pela falta de EPI e equipamentos como máquina fotográfica, filmadora, etc.

Diretriz 13: Metas: Garantir o funcionamento da Vigilância Epidemiológica. Fortalecer as ações da Vigilância Epidemiológica.

Houve deficiência quanto ao funcionamento da Vigilância Epidemiológica durante o ano de 2014 devido à falta de veículo para atender as programações, prejudicando a realização das ações, também deficiência de técnicos para compor a equipe (necessidade de ampliar o quadro de Recursos Humanos para Vigilância Epidemiológica).

Diretriz 14: Metas: Fortalecer as ações e funcionamento adequado da Farmácia Municipal; Fortalecer a Assistência Farmacêutica; Garantir o atendimento da demanda de medicamentos padronizados pela RENAME e REMUME.

Durante o ano de 2014 faltou medicamentos para atender a demanda da assistência farmacêutica. Quanto à padronização da REMUME, ainda não foi legalizado até início de 2015, encontra-se em análise pela equipe de saúde.

Diretriz 15: Metas: Disponibilizar os medicamentos dos pacientes que necessitam da farmácia de auto custo e medicamentos pela 172. Garantir informatização das farmácias básicas municipais; Garantir o funcionamento adequado das farmácias.

Quanto ao funcionamento da farmácia vem desenvolvendo suas atividades a contento, porém, a infra-estrutura física do prédio necessita de reparos.

Diretriz 17 – Metas: Fortalecer as ações da gestão.

Para fortalecer as ações da gestão necessidade se faz: prédio próprio/adequado para a sede da Secretaria Municipal de Saúde; ampliar a frota de veículo, de equipamentos de informática.

Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Diamantino-MT, 29 de maio de 2015.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino-MT

Homologo a Resolução nº 05 de 29 de maio de 2015 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA RESOLUÇÃO N° 10 DE 01 DE JUNHO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Diamantino/MT em sua 5ª reunião ordinária realizada em 23 de junho de 2010, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Leis nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990; nº. 8. 142, de 28 de dezembro de 1990, pela lei municipal n° 126/94 de 14 março de 1994 e alterado pelas leis municipais 141/94 e 619/06 e,

CONSIDERANDO:

A necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde CICIS, de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões Intersetorial deste colegiado.

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º Aprovar a reestruturação da Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde CICIS, para o exercício do mandato de 2013 a 2015, com a composição de 04(quatro) titulares e 04(quatro) suplentes constituída da seguinte forma:

Titulares: Jacildo de Siqueira Pinho, Katia Regina da Silva Lara, Ana Francisca Silva, Silvanete Almeida da Silva, Dilma da Conceição Araújo. Suplentes: Fátima Maria P. de Lima, Madalena F. de Santana Vaz, Celia Barbara do Couto, Josairton Santana de Arruda.

Atribuições: tem por objetivo assessorar o Conselho Municipal de Saúde em temas que buscam a democratização da comunicação e informação, em todos os aspectos, bem como a interlocução permanente entre os usuários do SUS para o fortalecimento do controle social. Dentre as atribuições da CICIS destaca-se: a busca pelo aperfeiçoamento da capacidade de comunicação e informação, coordenação, gestão e operacionalização de políticas e ações públicas dirigidas à qualidade de saúde e vida da população, mediante a compatibilização das bases de dados de comunicação e de informação sobre os fatores condicionantes e determinantes da saúde e a garantia do acesso dos conselhos de saúde às informações necessárias à sua atuação.

Diamantino, 01 de junho de 2015.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino/MT

Homologo a Resolução nº 10 de 01 de junho de 2015 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA RESOLUÇÃO N° 09 DE 01 DE JUNHO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Diamantino/MT em sua 5ª reunião ordinária realizada em 23 de junho de 2010, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Leis nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990; nº. 8. 142, de 28 de dezembro de 1990, pela lei municipal n° 126/94 de 14 março de 1994 e alterado pelas leis municipais 141/94 e 619/06 e,

CONSIDERANDO:

A necessidade de dotar a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador-CIST de representação institucional, condizente com as competências estabelecidas para as comissões Intersetorial deste colegiado.

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º Aprovar a reestruturação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador-CIST, para o exercício do mandato de 2013 a 2015, com a composição de 06(seis) titulares e 6(seis) suplentes constituída da seguinte forma:

Titulares: Jacildo de Siqueira Pinho, Josairton Santana de Arruda, Katia Regina da Silva Lara, Fátima Maria P. de Lima, Silvanete Almeida da Silva, Dilma da Conceição Araújo. Suplentes: Cácio Alves Pinheiro, Ana Francisca Silva, Rosa Almeida Castoldi, Madalena F. de Santana Vaz, Itamar Jose Pissolato, Adelita Barros de Aguiar.

Atribuições: A CIST tem como objetivo assessorar o Conselho Municipal de Saúde – CMS no acompanhamento dos temas relativos à saúde do trabalhador. Anualmente, apresenta ao CMS o plano de trabalho e o calendário de reuniões, com base no planejamento do CMS, nas propostas da Conferência Municipal de Saúde, na Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador e na Política Municipal de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Diamantino, 01 de junho de 2015.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino/MT

Homologo a Resolução nº 09 de 01 de junho de 2015 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO N° 06 DE 01 DE JULHO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Diamantino/MT em sua 3ª reunião extraordinária realizada em 16 de março de 2011, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Leis nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990; nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela lei municipal n° 126/94 de 14 de março de 1994 e alterado pelas leis municipais 141/94 e 619/06 e,

CONSIDERANDO:

- Que o Presidente **Vanessa Califani Merino Catunda** pediu afastamento do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino e o Pleno decidiu em nomear a vice-presidente.

RESOLVE:

- Art. 1º Nomear Dilma da Conceição Araújo, representante do segmento trabalhador da saúde, para o Cargo de Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

- Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Diamantino, 01 de junho de 2015

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino/MT

Homologo a Resolução nº 06 de 01 de junho de 2015 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO N° 08 DE 01 DE JUNHO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Diamantino/MT em sua 5ª reunião ordinária realizada em 23 de junho de 2010, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Leis nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990; nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela lei municipal n° 126/94 de 14 março de 1994 e alterado pelas leis municipais 141/94 e 619/06 e,

CONSIDERANDO:

- A necessidade de reformulação, organização e definição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Comissão de Satisfação do Usuário.

Os membros da desta Comissão são formados pelos próprios conselheiros do Plenário, eleitos em votação aberta podendo contar ainda auxilio técnico de outras pessoas, se assim desejarem, que não fazem parte do pleno;

Atribuições:

Acompanhar todo o funcionamento do Sistema Local de Saúde. Visitar sistematicamente as unidades de saúde vinculadas ao SUS, apresentando ao colegiado relatório com indicação de sugestões de medidas a serem adotadas, bem como realizar a avaliação da qualidade das ações e serviços a nível ambulatorial e hospitalar;

Apurar denúncias e fazer os encaminhamentos devidos no caso de prejuízos à saúde do usuário.

Membros:

Celia Barbara do Couto, Josairton Santana de Arruda, Regina Santana Sampaio, Alcione Oliveira de Souza.

Diamantino, 23 de junho de 2010.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino/MT

Homologo a Resolução nº 08 de 01 de junho de 2015 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 011/2015

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **INVIOLAVEL DIAMANTINO ALARMES LTDA - EPP,** CNPJ: 07.642.396/0001-10, no valor previsto de **R$ 7.780,00** (Sete mil setecentos e oitenta Reais), Objetivando a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE QUATRO CÂMERAS DE SEGURANÇA COM MONITORAMENTO 24HS NO PATIO DA PREFEITURA MUNICIPAL*. Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 29 de Maio de 2015.

_____

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 010/2015

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **LEO CONSTRUTORA LTDA - EPP,** CNPJ: 20.044.709/0001-04, no valor previsto de **R$ 7.980,00** (Sete mil novecentos e oitenta Reais), Objetivando a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TINTA ESPECIALPARA PINTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA*. Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 29 de Maio de 2015.

_____

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RESOLUÇÃO N° 07 DE 01 DE JUNHO DE 2015

O Plenário do Conselho Municipal de Diamantino/MT em sua 5ª reunião ordinária realizada em 23 de junho de 2010, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelas Leis nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990; nº. 8. 142, de 28 de dezembro de 1990, pela lei municipal n° 126/94 de 14 de março de 1994 e alterado pelas leis municipais 141/94 e 619/06 e,

CONSIDERANDO:

- A necessidade de reformulação, organização e definição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Comissão de Gestão do SUS.

Os membros desta Comissão são formados pelos próprios conselheiros do Plenário, eleitos em votação aberta podendo contar ainda auxilio técnico de outras pessoas, se assim desejarem, que não fazem parte do pleno;

Atribuições:

Propor estratégias e mecanismos de coordenação, gestão, acompanhamento e fiscalização do Sistema Local de Saúde;

Propor critérios para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde; Fiscalizar a movimentação de recursos financeiros repassados ao Fundo Municipal de Saúde e apresentar respectivos relatórios ao colegiado do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Membros:

Dilma Conceição de Araújo, Adelita Barros de Aguiar, Jacildo de Siqueira Pinho e Alcione Oliveira de Souza.

Diamantino, 23 de junho de 2010.

Jacildo de Siqueira Pinho

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino/MT

Homologo a Resolução nº 07 de 01 de junho de 2015 do Conselho Municipal de Saúde de Diamantino.

Adélia Maria dos Santos

Secretária Municipal de Saúde e VISA de Diamantino/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 029/2015 - SMEC

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de DIAMANTINO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são confere por Lei e, considerando entendimentos jurisprudenciais,

R E S O L V E:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO, a **Rescisão de Contrato** da Servidora CELIA MARIA DA ROSA, pelo motivo da servidora comprovar, através de exames de Ultrassonografia Obstétrica, a Certidão de nascimento da Filha, que se encontrava em estado Gestacional antes do término de seu contrato.

Art. 2º A servidora supracitada deverá retornar ao quadro funcional desta Secretaria e gozar estabilidade até 06 (seis) meses após o seu parto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de 22 de Abril de 2015.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE

Diamantino – MT, em 26 de maio de 2015

Prof. Nilvo Pedro Lanza

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 073/2015/GAB

Dispõe sobre a concessão do beneficio auxilio doença aos profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, *JUVIANO LINCOLN,* no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E,

Artigo 1º - Conceder o benefício do auxilio doença, a servidora **ANA PULCHERIA DOS SANTOS LIMA**, exerce a função de Professora, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, lotada na Escola Municipal Prefeito João Batista de Almeida, matricula nº 401, a partir do dia 12/05/2015, tendo em vista que foi constatada incapacidade para o trabalho e encaminhada a Reabilitação Profissional.

Artigo 3º - Esta Portaria passa a vigorar a partir data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE

REGISTRA-SE

CUMPRA-SE

Diamantino – MT, em 22 de Maio de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 072/GAB/2015

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Art. 76 da Lei nº 006/90 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Diamantino-MT.

RESOLVE:

Art. 1° – **Conceder** 24 (vinte e quatro) meses de Afastamento sem remuneração e por motivos particulares, conforme o requerimento protocolado no dia 30/04/2015, a servidora publica **ELIANE MARIA DO PRADO**, matricula nº 426, ocupante do cargo Professora – Series Iniciais, nomeada pelo Decreto Municipal nº 003/1998, tomou posse no dia 02 de março de 1998, sendo que o período de seu afastamento é de:

INICIO - 04/05/2015

TÉRMINO - 04/05/2017

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se e Cumpre-se.

Diamantino – MT, em 22 de Maio de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 071/2015/GAB

Dispõe sobre a concessão das Licenças Maternidade as profissionais da Educação Básica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, *JUVIANO LINCOLN,* no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E,

Artigo 1º - Conceder a Licença Maternidade, a servidora publica **CELIA MARIA DA ROSA**, exerce sua função como Apoio Administrativo Educacional – Manutenção de Infraestrutura, contratada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, lotada na Escola Municipal Castorina Sabo Mendes, matricula nº 4223, encontra-se de licença maternidade por 180 dias, a partir do dia 18/04/2015.

Artigo 2º - Conceder a Licença Maternidade, a servidora publica **THAISA MARIA DIAS DA SILVA**, exerce sua função como Professora de Educação Infantil, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil Carinha de Anjo, matricula nº 2980, encontra-se de licença maternidade por 180 dias, a partir do dia 04/05/2015.

Artigo 3º - Conceder a Licença Maternidade, a servidora

SUELLEN HOFFMEISTER

, exerce sua função como Técnico Desenvolvimento Infantil, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contratada para a Biblioteca Municipal Monteiro Lobato, matricula nº 3847, encontra-se de licença maternidade por 180 dias, a partir do dia 30/03/2015.

Artigo 4º - Esta Portaria passa a vigorar a partir data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE

REGISTRA-SE

CUMPRA-SE

Diamantino – MT, em 22 de Maio de 2015.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 001/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

AVISO DE RESULTADO - PREGAO PRESENCIAL Nº. 001/2015

A Câmara Municipal de Diamantino, através de seu Pregoeiro Oficial, Portaria n. 010/2015, torna publico aos interessados, o resultado do Pregão Presencial, cujo objeto trata-se da Aquisição de Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Filtros e Óleo Lubrificantes.

Data da realização: 29/05/2015.

Empresa vencedora: Auto Posto J. P. Ltda ME foi vencedora em todos os lotes perfazendo um total de R$ 167.260,00 (Cento e sessenta e sete mil duzentos e sessenta reais);

Diamantino-MT, 01 de junho de 2015.

Paulo Cezar da Cruz Fonseca

PREGOEIRO OFICIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 035/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **16/06/2015 às 08h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL (SRP), tipo “Menor Preço por lote”, cujo objetivo é: *Registro de preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA BENEFICIAMENTO DO LEITE PARA ATENDer A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.* O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 02 de Junho de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2014

LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2014 QUE CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA/SOFTWARE, ATRAVÉS DE LOCAÇÃO E OU CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR, COM SUPORTE AO FUNCIONAMENTO E ASSISTÊNCIA PERMANENTE, EM CONFORMIDADE COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉO-MT.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo de adesão transcorreu em todas as fases e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Resolve:

HOMOLOGAR e em consequência ADJUDICAR a Empresa SERPREL ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA ME CNPJ Nº 05.403.765/0001-96, valor global de R$ 27.576,00 (vinte sete mil quinhentos setenta e seis reais).

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino - MT em 29 de maio de 2015.

Barbara Maria do Nascimento Coutinho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO N.º 002/2015

CONTRATO Nº 002/2015

CONTRATO Nº 002/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL

DE DOM AQUINO – MT, E DE OUTRO SERPREL ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA, NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO, com sede na avenida Pedro Celestino n° 127, CEP 78830-000, Dom Aquino, MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.975.051/0001-00, neste ato representado pelo Presidente, Sra. BARBARA MARIA DO NASCIMENTO COUTINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Dom Aquino- MT, portador, CPF n° 459.481.511-15, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**,

CONTRATADO:

SERPREL ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA

, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, CNPJ nº. 05.403.765/0001-96, estabelecido na Rua “F”, n°. 90, piso, Parque Eldorado, Cuiabá-MT, Cep. 78.050-000, neste ato representado pelo Sr. PEDRO APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, inscrito no CPF 061.804.001-30, Rg nº. 297.899 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Professora Tereza Lobo, nº. 92, Apto. 401, Bairro Consil, Cuiabá-MT, que tendo em vista o que consta no Processo Administrativo no 10.127**/2013**, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei no 8.666/93, alterada pela Lei no 8.883/94, demais legislações pertinentes e também pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente contratação é o fornecimento de Sistema/software de gestão pública, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, bem como no fornecimento de 02 (duas) Unidade de Atendimento - UA, na forma definida no mencionado Termo de Referências, para o atendimento dos seguintes sistemas, conforme especificado no item 4.1 da Ata de Registro de Preços nº 196/2013, que faz parte integrante do presente contrato independente de transcrição, na quantidade de 02 (duas) UA - Unidades de Atendimento/mês, compreendendo os seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO POR ITEM	QUANT (UA)	PREÇO UNIT.	PREÇO MENSAL
01	01. Sistemas/softwares para o atendimento dos serviços e das atividades de gerência e gestão, composto de: -Sistema de Planejamento e Orçamento; -Sistema de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública; -Sistema de Administração Financeira e Tesouraria; -Sistema de Gestão das atividades de Compras e licitação; -Sistema de Gestão do Patrimônio; -Sistema de Gestão de Almoxarifado; -Sistema de Gestão da Frota de Veículos e equipamentos pesados; -Sistema de Gestão do Portal da Transparência WEB; -Sistema de RH e Folha de Pagamento. Total:.....	02	1. 148,00	2.296,00 2.296,00

1.2 Fica a CONTRATANTE ciente de que os softwares objeto deste contrato são de propriedade única e exclusiva da CONTRATADA, ficando proibido qualquer sublocação dos mesmos por parte da CONTRATANTE, sendo os direitos da CONTRATANTE restritos ao uso de tais sistemas.

CLÁUSULA SEGUNDA – SUPORTE E MANUTENÇÃO DOS SOFTWARES

Para os fins contratuais avençados, conceituam-se:

2.1. SUPORTE TÉCNICO: Atividade de orientação acerca do funcionamento e operação dos sistemas:

a) Normalmente aplicado a usuários de programas de computadores que deparem com situações inesperadas, onde os manuais de uso são omissos;

b) Que viabiliza ao usuário solicitar orientação a outros usuários mais experientes ou a empresa fornecedora do software, com visitas a dar prosseguimento diante de tais situações.

2.2. MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS: Atividades de alterações dos programas de computador motivadas por:

a) Erro observado no processamento do programa;

b) Atualização do programa;

c) Situação não prevista originalmente que requer adequação desses programas, desde que:

1) Não desconfigure as características originalmente propostas;

2) Não caracterize funções de outro programa, que represente o desenvolvimento e não a sua manutenção;

2.3. DESENVOLVIMENTO: Quando necessário o desenvolvimento de novos módulos do sistema, que poderão ser contratados mediante solicitação da CONTRATANTE, com análise de conveniência e oportunidade, após encaminhamento, pela CONTRATADA, de propostas de valores e prazos.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1. Os serviços de responsabilidade da Contratada serão executados de forma indireta, no regime de empreitada por preço global, na forma de locação dos sistemas, com pagamento mensal do valor contratado.

CLAUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO

4.1. Conforme proposta apresentada, o valor global do contrato é de R$ 4.592,00 (quatro mil e quinhentos e noventa e dois reais), em 2 parcelas mensais de R$ 2.296,00.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DAS VISITAS TÉCNICAS

5.1 No valor do contrato estão inclusas as visitas técnicas a serem realizadas na sede da Contratante, na quantidade determinada pela contratada, necessária ao fiel cumprimento dos serviços acordados neste contrato. Visitas técnicas agendadas pela contratante, cujo atendimento possam ocorrer por outros meios técnicos a serem adotados pela contratada, terão os custos de transporte, estadia e alimentação cobertos pela contratante no momento do evento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O presente contrato terá vigência de 01/03//2014 a 30/04/2015, podendo ser prorrogado segundo a legislação vigente.

6.2. Em conformidade com o disposto no art. 57 da lei 8.666/93, o presente contrato poderá no seu vencimento ser prorrogado através de Termo Aditivo entre as partes, desde que solicitado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do seu término, comprovados os motivos elencados, para tal medida.

6.3. A CONTRATANTE é ciente que o prazo de validade das licenças de uso dos softwares objetos deste contrato cessa no momento do término do mesmo, o seu uso posterior sem a devida prorrogação ou contratação, constitui ofensa a lei 9.069/98.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. É obrigação da CONTRATADA, prestar os serviços de conformidade com a cláusula primeira e com todo o disposto no Processo Administrativo n.º 10.127/2013, pelo prazo de vigência deste contrato, de forma adequada, proporcionando segurança ao acessarem dados e informações contidas nos programas.

7.2. Implantar versões atualizadas dos programas, corrigirem erros, defeitos ou falhas que os sistemas possam apresentar.

7.3. Executar durante a vigência deste contrato os treinamentos necessários aos usuários responsáveis pela operacionalização dos programas, na sede da Contratante.

7.4. Colocar seus consultores técnicos internos e externos a disposição da CONTRATANTE, quando necessário.

7.5. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causarem aos terceiros em virtude da execução dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores.

7.6. Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução dos serviços objeto deste contrato.

7.7. Em caso de erros, defeitos ou falhas detectados no sistema fornecido, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da comunicação feita pela CONTRATANTE para a correção da falha.

7.8. Efetuar as modificações decorrentes de imposição legal a serem inseridas no sistema, sem ônus para a CONTRATANTE, de modo que a implementação ocorra a tempo de ser atendida a determinação contida na lei, decreto ou regulamento pertinente.

7.9. Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, auditoria dos órgãos responsáveis, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços.

7.10. Garantir durante a execução, a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.

7.11. Guardar absoluto sigilo sob todas as informações recebidas da CONTRATANTE, tal qual como daquelas por si levantadas aos quais não poderão ser utilizadas para finalidades outras que não a do cumprimento do contrato.

7.12. Arcar com despesas de deslocamento até a sede da Contratante, quando a situação assim o exigir, bem como todas aquelas decorrentes da execução do presente instrumento.

7.13. Manter, durante a vigência da prestação dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com art.55, inciso XIII, da lei nº. 8. 666/93.

7.14. Aceitar nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

7.15. Indenizar terceiros e/ou a CONTRATANTE, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência de falhas nos serviços prestados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

8.1. Realizar os pagamentos pagamento através de ordem bancária, até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, conforme a entrega de documentação fiscal da Empresa (Nota Fiscal/Fatura discriminativa e os comprovantes do translado) em 2 (duas) vias, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

8.2. Para realizar o pagamento de que trata o item anterior, a CONTRATANTE deverá exigir da CONTRATADA a apresentação dos comprovantes de regularidade, sendo, no mínimo: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários; Certificado de Regularidade do FGTS; Certidão Conjunta Negativa de Débitos da União; Certidão Negativa de Débitos Estadual – ICMS IPVA; Certidão Negativa de Débitos Municipal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.3. Comunicar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, quanto à necessidade de fornecimento de versões atualizadas dos sistemas e situação não prevista originalmente que requer adequação desses programas, solicitando a CONTRATADA para que a mesma designe seus técnicos.

8.4. É de inteira responsabilidade da CONTRATANTE a manutenção, segurança e realização de Backup do banco de dados.

8.5. A perda de dados, informações armazenadas ou destruição dos sistemas por negligência, mau uso do equipamento ou pessoas inabilitadas, é inteira responsabilidade da CONTRATANTE, isentando a CONTRATADA de indenização por quaisquer prejuízos causados.

8.6. Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, uso e obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA.

8.7. Não utilizar os programas em evidência, em quaisquer eventos, promoções ou publicações, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATADA.

8.8. Criar um ambiente operacional adequado e de acordo com a especificação da CONTRATADA, sem nenhuma interferência e/ou responsabilidade da mesma.

8.9. Estabelecer orientações e determinações adequadas junto a seus empregados ou pessoas ás quais venha a ser facilitado o acesso, no sentido de que os materiais e dados do sistema sejam corretamente manuseados, de modo a não violar qualquer dos compromissos aqui estabelecidos relativos ao uso, proteção e segurança do sistema. No caso de alguma violação se consumar contra a sua vontade e sem seu conhecimento prévio, a CONTRATANTE dará conhecimento dos fatos à CONTRATADA, além de empreender as ações necessárias no sentido de sustar ou anular a situação de violação.

8.10. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços e atividades desempenhadas com a utilização dos sistemas locados

8.11. Responsabilizar-se pela origem, procedência e legalidade de todo e qualquer aplicativo instalado nos computadores ou na rede local da mesma.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES NO SISTEMA

9.1 Quando solicitado à CONTRATADA, alterações nos programas que se caracterizem como manutenção, desde que tais situações não alterem a estrutura dos mesmos, serão realizadas sem custo algum para a CONTRATANTE, dentro do cronograma fornecido pela CONTRATADA.

9.2 Quando as alterações dos programas alterar toda estrutura, necessitar de novas tecnologias, novos programas, que não forem cobertas pela manutenção e pelo suporte técnico, haverá um custo para ser discutido pelas partes, que deverá, em qualquer caso, atender aos limites legais atinentes à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: 01.001.01.031.0001.2.080. 3.3.90.39. 00.00 – Outras pessoas jurídica - do orçamento vigente,

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Em conformidade com o art. 65, II da Lei 8.666/93, caso sejam necessárias alterações no presente contrato, as mesmas serão objeto de estudo mútuo entre as partes e poderão ser realizadas mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa equivalente a 1% (um por cento) por dia de atraso na prestação do serviço, calculada sobre o valor da nota fiscal correspondente aos serviços em atraso, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do Contrato;

III - Suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da subcláusula 01 (um) poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante o CONTRATANTE.

12.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta do CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da multa, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA HIPÓTESE DE RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 A rescisão contratual poderá ocorrer por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos elencados no art. 78, inciso I a XII e XVII, da lei 8.666/93;

13.2 Poderá ainda ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

13.3 Por decisão judicial, nos termos da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

14.1 Os preços dos serviços e produtos aqui contratados são fixos e irreajustáveis durante a execução deste contrato, exceto em caso de aditamento do objeto e prorrogação do prazo de vigência.

14.2 Se, para promover a defesa de seus interesses e direitos decorrentes do presente contrato, ou para haver a satisfação do valor, em caso de mudança da moeda corrente no país, ou da economia, poderá ocorrer o reajustamento dos preços estabelecidos no presente contrato, após cada período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, mediante documentação analítica da variação dos custos previstos no Contrato, tomando como parâmetros básicos à manutenção da qualidade dos serviços e os preços vigentes no mercado, em conformidade com o texto permissivo do Art.58 § 2º da lei 8.666/93.

14.3 Havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverá ser observados o estabelecido nos artigos 58 e 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 O presente contrato obedecerá à lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, aplicando-se as sanções nela prevista por qualquer descumprimento com as obrigações assumidas em decorrência do presente instrumento.

15.2 O CONTRATANTE designa o Sr(a). Kenia de Araújo Pombal, como Fiscal da execução deste Contrato, que ficará responsável pelo controle e acompanhamento deste Instrumento, em todas as suas fases, para o cumprimento INTEGRAL das cláusulas contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 Em exigência ao disposto no art. 55 § 2º da Lei 8.666/93, as partes elegem de comum acordo o foro da comarca de Campo Verde-MT para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando expressivamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja à que título será considerado fora de sua jurisdição.

E assim por estarem justos e contratados, na forma acima, assina o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas idôneas que tudo presenciaram, comprometendo-se por si e seus sucessores legais o fiel cumprimento de todos os dispositivos.

Dom Aquino-MT, em 09 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

BARBARA MARIA DO NASCIMENTO COUTINHO

Presidente

SERPREL A. E CONSULT. EM ADM. PÚBLICA LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

01)_____

Sebastiana Borgas da Costa Luzia

CPF..: 387.986.111-00

2)_____

Lazaro Alves Moreira

CPF. 916.630.321-49

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

Órgãos: Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

Identificação: Pregão Presencial nº 010/2015

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada, para a realização de manutenção de motores de caminhões e tratores, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 15/06/2015

Horário: credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso)

Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/ 1202, fax (0xx66) 3451-1236 ou ainda pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com

Dom Aquino-MT, 01 de junho de 2015.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 003/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 003/2015 QUE CONSISTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE VEICULO DE COMUNICAÇÃO – RÁDIO, EM CONFORMIDADE COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 172/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2014 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo de adesão transcorreu em todas as fases e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme a Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, e com base no Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica, bem como em cumprimento aos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

RESOLVE:

HOMOLOGAR e em consequência **ADJUDICAR** a Empresa: RÁDIO XAVANTES DE JACIARA LTDA-ME, CNPJ Nº 00.171.728/0001-86, valor global de R$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais).

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 01 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 002/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 002/2015 QUE CONSISTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE VEICULO DE COMUNICAÇÃO – TELEVISÃO, EM CONFORMIDADE COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 121/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2014 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo de adesão transcorreu em todas as fases e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme a Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, e com base no Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica, bem como em cumprimento aos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

RESOLVE:

HOMOLOGAR e em consequência **ADJUDICAR** a Empresa: SÃO LOURENÇO COMUNICAÇÕES LTDA ME CNPJ Nº 03.052.816/0001-57, valor global de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 01 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE DOM AQUINO-MT

EDITAL 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE DOM AQUINO-MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DOM AQUINO/MT – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 1315/2013, faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.

I - DO OBJETO

Art.1º - O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 1. 315 de 2013, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

II - DO CONSELHO TUTELAR

Art. 2º - O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.1 - Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos.

2.2 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 5 (cinco) vagas para seus consequentes suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I – a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II – as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV –a regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Em Data Unificada; e

V – as vedações.

III- DOS REQUISITOS DOS CANDIDATOS

Art. 3º - Somente poderão concorrer os candidatos que preencherem os requisitos abaixo:

3.1 - Reconhecida idoneidade moral;

3.2 - Idade superior a vinte e um anos;

3.3 - Residir e ser eleitor no município de Dom Aquino;

3.4 - Ter no mínimo ensino médio completo;

Parágrafo Único – Considera-se portador de idoneidade moral o candidato que não apresentar envolvimento em atos que desabonem a sua conduta perante a sociedade, tais como: uso ou envolvimento com drogas, exploração de trabalho infanto-juvenil, prostituição, maus tratos e outras situações de risco envolvendo crianças e adolescentes.

Art. 4º - A JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1 - Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais, e em regime de plantão, conforme escala definida pelo colegiado, para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento, e conforme disposto o art. 6º, da Lei 1.274/2012.

4.2 - O valor do vencimento será de: R$: 1.555,00 (um mil quinhentos e cinquenta e cinco Reais), bem como gozarão dos Direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e art. 3º, da lei municipal 1.274/2012.

Parágrafo único - Na qualidade de membros eleitos, os conselheiros tutelares não serão funcionários públicos dos quadros da Administração Municipal.

Art. 5º - DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1 - As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º - DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1 - A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2 - É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3 - A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4 - A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5 - Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6 - Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7 - A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda.

6.8 - A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9 - A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10 - O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

6.11 - O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12 - A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

Art.º 7 - DOS IMPEDIMENTOS

7.1 - São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 - Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

IV - DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 8º - As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

8.1 - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

8.2 - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

8.3 - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico, nos termos do Parágrafo Único, do art. 12, da lei municipal 1.274/2012, homologação e aprovação das candidaturas;

8.4 - Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

8.5 - Quinta Etapa: Formação inicial;

8.6 - Sexta Etapa: Diplomação e Posse

Parágrafo Único – O CMDCA fará divulgar os editais integrantes do processo de escolha dos conselheiros tutelares e fará a remessa dos mesmos para as seguintes autoridades: I. Poderes Executivo e Legislativo do Município. II. Juiz de Direito da Comarca de Dom Aquino - MT

V- DA PRIMEIRA ETAPA

Art. 9º - DA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA/ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento pessoal e presencial, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2 - A inscrição provisória dos candidatos será efetuada do dia 05/06/2015 a 12/07/2015, na sede do CRAS, com endereço a Avenida Júlio Muller, s/ nº, Bairro Ferreira Mendes, na cidade de Dom Aquino/MT, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, horário de expediente.

9.3 - A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9.4 - Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia para fé e contrafé, dos seguintes documentos:

a) Certidões negativas criminais;

b) Curriculum vitae acompanhado de documentos comprobatórios;

c) Documentos pessoais (RG e CPF);

d) Uma foto 3x4, colorida, com fundo branco;

§ 1º - O pedido de inscrição que não atender às exigências deste edital será cancelado, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

§ 2º – Não será admitido à entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§ 3 º – Não poderá se inscrever o candidato que já tenha ocupado o cargo de Conselheiro Tutelar e tenha sido demitido, deste cargo, por processo disciplinar.

Art.10º - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

10.1 - Ao candidato com necessidade especial é assegurado o direito de candidatar-se, devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de inscrição, bem como as condições especiais necessárias para realização da prova.

10.2 - Será garantido o direito ao candidato com necessidade especial, de investidura do cargo, desde que as atribuições sejam compatíveis com a deficiência apresentada, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

10.3 - Será considerada pessoa com necessidade especial aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, e na Lei Federal nº 7.853/1989.

10.4 - O candidato com necessidade especial deverá entregar no ato da inscrição o laudo médico especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

10.5 - O candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalíssimo, terá sua inscrição invalidada.

10.6 - O candidato com necessidade especial participará desta eleição em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação.

10.7 - Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

VI - DA SEGUNDA ETAPA

Art. 11 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

11.1 - A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista neste Edital.

11.2 - A análise dos documentos será realizada até 15 de julho de 2015, contados da data do encerramento do prazo para recebimento da documentação.

Art. 12 - DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

12.1 - Encerrado o prazo das inscrições, o CMDCA divulgará, através de publicação a relação com os nomes dos candidatos inscritos. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 03 (três) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

12.2 - Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

12.3 - O candidato impugnado terá 03 (três) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

12.4 - Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem da 3ª etapa - Processo de Conhecimento Específico.

11.5. No dia 25 de julho de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o Processo de Conhecimento Específico, após os devidos recursos.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

VII- DA TERCEIRA ETAPA

Art. 13 - DO EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

13.1 - O exame de conhecimento específico será aplicado no dia 23 de agosto de 2015 (domingo), e terá duração de 03 (três) horas, com inicio às 08:00 horas e término às 11:00 horas, no endereço a ser estabelecido pela CDMA, até 29 de julho de 2015, qual dará publicidade, através de afixação na sede do Conselho Tutelar e CRAS.

13.2 - Considerar-se-á aprovado nesta etapa o candidato que responder acertadamente no mínimo 50% (cinquenta por cento) do questionário apresentado, de acordo com o Parágrafo Único, do art. 12º, da lei 1.274/2012.

13.3 - A prova de aferição de conhecimento, de caráter eliminatório, versará sobre artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e conterá 50 (cinquenta) questões objetivas, valendo 1,0 (ponto) cada, num total de 50 (cinquenta) pontos, sendo considerado aprovado neste, o candidato que obtiver o mínimo de 25 (vinte e cinco) pontos.

§ 1º - Os candidatos deverão chegar ao local da prova com a antecedência de no mínimo 30 (trinta) minutos, munidos de caneta esferográfica azul ou preta e documento de identidade.

§ 2º - O candidato que não comparecer ao local da prova para a sua realização será considerado automaticamente excluído do processo de eleição.

§ 3º - Os dois últimos candidatos só poderão sair juntos, será considerada nula a prova do (a) candidato (a) que se retirar do recinto, durante sua realização sem a autorização da Comissão Organizadora.

Art. 14 – O (a) candidato (a) que necessitar de condição especial para a realização da prova solicitará, por escrito, apenas no ato da inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.). Após esse período, a solicitação será indeferida.

Parágrafo único – A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

VIII - DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Art. 16 - A entrada nos locais de prova só será admitida mediante apresentação de documento oficial com foto.

Art. 17 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) se exime de qualquer responsabilidade inerente a transporte de objetos de valores tais como relógios, celulares, etc.

Art. 18 - O candidato deverá transcrever suas respostas para o cartão resposta, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

Art. 19 - O candidato é responsável pela conferência dos dados do seu cartão resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão resposta e pela transcrição correta da letra correspondente a cada resposta correta.

§ 1º - Será atribuída nota 0 (zero) às respostas de questões objetivas que contenha(m), emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), espaço(s) não assinalado(s) no cartão resposta, resposta preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta, e resposta marcada com caneta esferográficas de tinta, cuja cor difere de azul ou preta não serão consideradas.

§ 2º - Será divulgado gabarito preliminar, no primeiro dia útil, após aplicação das provas, ou seja, até 24 de agosto de 2015, a serem afixados da sede do Conselho Tutelar e do CRAS.

§ 3º - O resultado das provas será divulgado no quinto dia útil após sua aplicação, ou seja, até 28 de agosto de 2015.

§ 4º. Após divulgação do resultado os candidatos terão até o segundo dia útil para interpelar recurso sobre o resultado das provas, ou seja, de 31/08/2015 a 01/09/2015.

§ 5º - Não serão aceitos recursos após o prazo estipulado no parágrafo anterior.

§ 6º - Havendo recurso este será julgado no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou seja, ou seja, até 02/09/2015, pela Comissão Especial. Após, a presente Comissão publicará e/ou ratificara a lista dos aprovados que participarão do processo de escolha Unificada, até a data de 03 de setembro de 2015.

IX - DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA.

Art. 20 - Para realização da prova os candidatos com inscrições homologadas deverão apresentar documento oficial com foto.

§ 1º - A não apresentação de documento oficial com foto, nos termos deste Edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

§ 2º - Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como documento oficial: Documento de Identidade, expedido pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Cédula de Identidade fornecida por Órgãos ou Conselhos de Classe; Passaporte; Carteira de Trabalho; todos originais.

§ 3º - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas o documento oficial com foto, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial.

§ 4º - Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

X - NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Art. 21 - Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais: canetas esferográficas com tinta das cores azul ou preta; documento de identificação; caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

Art. 22 - É vedada, durante a realização de qualquer uma das provas, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

Art. 23 - Também é proibida a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés.

Art. 24 - Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

Parágrafo único - A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato, sendo atribuída nota zero à prova já realizada.

Art. 25 - É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem acompanhamento de um fiscal.

Art. 26 - Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas escritas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

Art. 27 - O candidato ao encerrar a prova, entregará ao fiscal de sua sala o cartão resposta com seu nome, número de inscrição e número de RG, devidamente registrados.

XI - DA SAÍDA DA SALA

Art. 28 - O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

Art. 29 - O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

Art. 30 - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

Art. 31 - O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

Art. 32 - Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão resposta devidamente preenchido com o número de inscrição e número de RG com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

Art. 33 - Os 02 (dois) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

XII - DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

Art. 34 - Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

34.1. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, no endereço a ser determinado pela CDMA, e afixados na sede do CRAS e Conselho Tutelar de Dom Aquino/MT, participando, como candidatos, todos os inscritos que tiverem obtido aprovação na prova de aferição de conhecimentos e entrevista.

I – Poderá ser utilizada para votação, Urna Eletrônica ou Cédula Eleitoral.

Parágrafo Único – No caso de utilização da Cédula, esta conterá espaço para o nome, apelido e/ou número do candidato.

II - Nas cabines de votação serão afixadas listas com o nome, apelido e número, do candidato.

34.2 – Poderão participar da eleição os eleitores inscritos no Município, mediante a apresentação do título de eleitor e da carteira de identidade.

34.3 - O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

XIII – DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

Art. 35 - Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 5º da lei municipal 1.274/2012, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, com pena de ser impedido a sua eleição e posse.

Art. 36 – Será permitido:

I. Pleitear o voto do eleitor para que este compareça aos locais de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

II. A apresentação do candidato em qualquer entidade da sociedade civil organizada, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura, desde que para tal seja convidado ou autorizado pela Entidade.

XIV – DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Art. 37 - Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes, conforme previsto no art. 4º, da lei municipal 1.274/2012.

§ 1º - Em caso de empate no número de votos, terá preferência na classificação, conforme art. 4º da lei municipal 1.274/2012, o mais idoso e não desclassificando o candidato do páreo, continuando o próximo mais votado; prevalecendo empate, será considerado eleito o candidato que tiver obtido maior número de pontos na prova de aferição de conhecimentos; se ainda assim prevalecer empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

§ 2º - Os 5 (cinco) primeiros mais votados serão os titulares do Conselho Tutelar e os 5 (cinco) seguintes serão os suplentes.

§ 3º - Os conselheiros eleitos tomarão posse no dia 10/01/2016.

XV - DOS RECURSOS

Art. 38 - Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos prazos de 02 (dois) dias, a contar da divulgação do resultado.

38.1 - Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo (a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

38.2 - O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

38.3 - Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

38.4 - A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

38.5 - Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos eleitos, com cópia ao Ministério Público.

XVI - DA QUINTA ETAPA – DA FORMAÇÃO

Art. 39 – Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos.

Art. 40 - As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentadas aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

XVII - DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

Art. 41 - A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

XVIII- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.274/2012 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 43 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

Art. 44 - O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

Art. 45 - Compõe o presente edital, os anexos I, II e III

Publique-se

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal, Administração Publica e Cartório Eleitoral.

Dom Aquino, MT, XX de Maio de 2015

Willian Sousa Barbosa

Presidente do CMDCA

ANEXO 01

Cronograma Referente ao Edital 001/2015 do CMDCA

Eventos básicos	Data
Publicação do Edital	01/06/2015
Inscrições na sede do CMDCA	05/06/2015 a 12/07/2015
Análise dos Requerimentos de inscrições	12/07/2015 a 15/07/2015
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas	15/07/2015
Prazo para recurso – Impugnação da candidatura	16/07/2015 a 18/07/2015
Análise dos recursos	20/07/2015 a 23/07/2015
Divulgação do resultado dos recursos	24/07/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética.	25/07/2015
Divulgação do local e horário de realização da Prova Objetiva	29/07/2015
Realização da prova escrita	23/08/2015
Divulgação gabarito preliminar	24/08/2015
Divulgação do resultado da prova	28/08/2015
Prazo para recurso – Resultado da Prova	31/08/2015 a 01/09/2015
Resultado de interposição dos recursos	03/09/2015
Divulgação definitiva lista de candidatos aptos a eleição	04/09/2015
Campanha dos candidatos	05/09/2015 a 30/09/2015 (até as 22:00 horas)
Processo de eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado oficial da eleição	05/10/2015
Cerimônia de posse dos conselheiros eleitos	10/01/2016

ANEXO II

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FICHA DE INSCRIÇÃO A CANDIDATO AO CONSELHO TUTELAR Nº DE INSCRIÇÃO_____ (PREENCHIDO PELA COMISSÃO) NOME _____

ESCOLARIDADE:_____FILIAÇÃO:_____
_____

ENDREÇO:_____
MUNICIPIO:_____FONE_____CPF:_____RG_____ORG. EXPEDIDOR_____

TITULO:_____SEÇÃO:_____ZONA_____

DECLARO ter tomado conhecimento de todas as atribuições e ou responsabilidades que o cargo de Conselheiro Tutelar me confere e concordo com as disposições do edital 001/2015 expedido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Dom Aquino/MT, _____ de _____ de 2015.

_____ Assinatura do (a) Requerente

(Para uso exclusivo da Comissão Especial CMDCA)

Indeferido ( ) Deferido ( )

Dom Aquino – MT, _____ /_____ /2015.

Assinatura dos membros da Comissão Especial:

ANEXO III

MODELO DE FORMULÁRIO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Nome: _____

Número de inscrição: _____ Cargo/Função: _____

SOLICITAÇÃO: À Comissão Organizadora. Como candidato à vaga do cargo de Conselheiro Tutelar, solicito revisão:

[ ] da Prova de Conhecimentos específicos, questão _____

[ ] do Resultado da Prova de conhecimentos específicos.

[ ] Outros – Epecificar_____

[ ] Contra candidatura de: _____

Fundamenta-
ção_____
_____

Documentos anexos: _____

_____

Dom Aquino, _____ de _____ de 2015.

_____

Assinatura do Candidato

INSTRUÇÕES - O candidato deverá: 1. Protocolar o documento na secretaria dos conselhos. 2. Datilografar, digitar ou escrever em letra de forma, com letra legível. 3. Usar formulário de recurso individual para cada questão.

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 001/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO 001/2015 QUE CONSISTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DE VEICULO DE COMUNICAÇÃO – JORNAL IMPRESSO, EM CONFORMIDADE COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 125/2014 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2014 REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA-MT.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo de adesão transcorreu em todas as fases e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme a Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, e com base no Parecer emitido pela Procuradoria Jurídica, bem como em cumprimento aos termos do art. 43, VI, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

RESOLVE:

HOMOLOGAR e em consequência **ADJUDICAR** a Empresa: AGNELO JOSE MELO SILVA ME **CNPJ Nº 19.745.141/0001-61**, valor global de R$ 17.850,00 (dezessete mil, oitocentos e cinquenta reais).

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 01 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 006/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 006/2015, TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR a Empresa: DIMAQ CAMPOTRATA CUIABÁ COMERCIAL LTDA portador do CNPJ: 05.220.404/0001-04, **registrada no valor global de** R$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais), destinado a atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, conforme condições e especificações constantes no edital do Pregão 006/2015 e seus anexos.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 01 de junho de 2015.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
AVISO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 021/2015 REGISTRO DE PREÇOS 020/2015

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS A SEREM UTILIZADOS PELOS ATLETAS DE BASE DAS ESCOLHINHAS MUNICIPAIS E PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS DO VALE DA MADEIRA EM FELIZ NATAL – MT, NO PERÍODO DE 26 DE JUNHO A 04 DE JULHO DE 2015. O Município de Feliz Natal - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que às 07:30 horas do dia 16 de junho de 2015, estará recebendo propostas para a abertura ás 08:00 horas, do Pregão Presencial para a aquisição supra citada. O Edital completo poderá ser retirado com o Departamento de Licitações, sito à Avenida Maravilha s/nº, Praça da Bíblia, na Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, e pelo site: www.feliznatal.mt.gov.br.

Feliz Natal- MT, 01 de junho de 2015.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 023/2015.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 023/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 023/2015

DATA ASSINATURA: 14 DE MAIO DE 2015

CREDOR: GDA CONSTRUTORA LTDA – EPP

VIGENCIA: 09 DE JANEIRO DE 2016

VALOR: R$ 1.335.373,22 (UM MILHÃO, TREZENTOS E TRINTA E CINCO MIL, TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS REMANESCENTES DE UMA CRECHE PROINFÂNCIA – TIPO B, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, NO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL – MT, CONFORME DESENHOS TÉCNICOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 094/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

SUMULA: Designar Comissão Especial baseada na Lei 663/2015 de 20 de maio de 2015 e amparados pelo parágrafo único do artigo 2º Da Emenda Constitucional n. 51/06, de 14 de fevereiro de 2006, e pela Lei Federal 11.350/06, de 05 de outubro de 2006.

O Exmo. SR. Lino Cupertino Teixeira, Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste – MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os profissionais não ocupantes de cargo efetivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Figueirópolis D'Oeste-MT que, em 14 de fevereiro de 2006, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 51/06, a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias é assegurado a dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do artigo 198 da Constituição, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pelo município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos demais entes da federação e mediante a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Considerando que caberá ao Município certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 51/06, de 14 de fevereiro de 2006, e caput do presente artigo, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no caput do artigo supracitado.

RESOLVE:

Art. 1° - Designar Comissão Especial para Apuração, visando a verificação da efetiva realização de seleção pública para os Cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias :

1 Esvanio Édipo da Silva Ferreira – Presidente

2 Maria Aparecida de Oliveira Souza – Secretária de Finanças e Planejamento

3 Rosangela Ferreira Matos – Procuradoria do Município

4 Tayana Tasso Franco – Secretaria de Saúde

5 Luciano Dolci Almeida – Conselho Municipal de Saúde

6 Nicéia Coelho Nunes Ourives – Agente Comunitários de Saúde

7 Dalcilene Borges da Silva – Agente de Combate as Endemias

Art. 2°- Caberá a Comissão Especial de Apuração analisar os procedimentos inscritos no Art. 14 da Lei Municipal N.º 663/2015, de 20 de maio de 2015.

Art. 3°- . A Comissão Especial terá 30 (trinta) dias para concluir os trabalhos a partir da publicação desta portaria

Art. 4 ° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 01 de Junho de 2015

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 093, EM 01 DE JUNHO DE 2015

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT.

Excelentíssimo Senhor LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições;

Resolve:

Art. 1º De acordo com Art. 9º da lei Municipal nº 073 de maio de 1992, ficam nomeados e empossados os membros abaixo para comporem o **CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, do Município de Figueirópolis D'Oeste, MT, para o biênio de 2015 a 2017.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO.

TITULAR

1 – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PRESIDENTE

NOME: Elíude Soares Campos

RG: 2654719-8

CPF: 793.545.561-91

ENDEREÇO: **Rua: Minas Gerais, nº 90, Centro.**

FONE: 8495 5491 – 9926 8819

E-MAIL: eliudeoliveira@hotmail.com

NOME: Maria José de Paula

RG: 1381633-0

CPF: 835.769.751-87

ENDEREÇO: **Rua: Guanabara, nº 381, Cohab.**

FONE: 8427 1814

E-MAIL: lia.kfg@outlook.com

2 - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO.

NOME: Rosângela Ferreira de Matos

RG: 1393031-1

CPF: 010.351.431-78

ENDEREÇO: **Rua: Rio de Janeiro – Centro.**

FONE: 8451 8842

E-MAIL: rosinhacacerense@hotmail.com

NOME: Vanuza Beariz da Silva

RG: 1377946-0

CPF: 925.194.071-15

ENDEREÇO: **Rua: Rio de Janeiro, nº 133, Centro.**

FONE: 8419 2333

E-MAIL: vanusa.beatriz@hotmail.com

3 – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

NOME: Maria Aparecida Silva

RG: 854.841

CPF: 550.921.791-04

ENDEREÇO: **Rua: Aparecida Miguel, Q-D, Lote 9 – Jardim Paraiso.**

FONE: 8406 8440

E-MAIL: nenzinhaprof@hotmail.com

NOME: Maria Neuda dos Reis Brito

RG: 0528078-8

CPF: 459.158.651-00

ENDEREÇO: **Minas Gerais, nº 413.**

FONE: 3235 1268 – 8451 8450

E-MAIL:

4 – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NOME: Maria Uelk Costa Nunes

RG: 01588568-2

CPF: 006.795.173-24

ENDEREÇO: **Rua: São Paulo, nº 342, Centro.**

FONE: 8421 8497

E-MAIL: soliindassp@gmail.com

NOME: Josimerie Ferreira Serpa

RG: 01588568-2

CPF: 016.811.191-88

ENDEREÇO: **Rua: São Paulo, n º 87, Centro.**

FONE: 8457 5915

E-MAIL: meirejserpa@gmail.com

REPRESENTANTES DAS SOCIEDADES CIVIS ORGANIZADAS.

TITULAR

1 – REPRESENTANTES DA COOPERATIVA RURAL.

NOME: Edilson Siqueira de Souza

CPF: 834.521.331-68

RG: 360.853

FONE: 8427 7473 ou 8428 5812

ENDERECO: Comunidade rainha da Paz, Sitio Bela Vista.

NOME: Divair Tavares da Costa

CPF: 931.786.621-20

RG: 951.643

ENDEREÇO: Comunidade Rainha da Paz

FONE: 8436 9268

2 – REPRESENTANTES DA PATORAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

NOME: Madalena Furieri Brum

RG: 1566507-0 SSP/MT

CPF: 527.008.957-20

ENDEREÇO: **Minas Gerais, nº 104**

FONE: 8445 6568

E-MAIL: madalenafurieri@gmail.com

NOME: Carmem Ângela Rodrigues Silva

RG: 525.456

CPF: 383.449.551-49

ENDEREÇO: **Rua: Pernambuco, nº 341**

FONE: 3235 1520

E-MAIL:

3 – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS.

NOME: Niceia Coelho Nunes Ourives

RG: 147.8790-0

CPF: 007.962.481-25

ENDEREÇO: **Rua: maranhão, nº 842**

FONE: 8445 6572

E-MAIL: niceia.fig@hotmail.com

NOME: Luzenilda Dias de Oliveira

RG: 156.6534-8

CPF: 010.200.601-66

ENDEREÇO: **Jardim Paraiso**

FONE: 8446 9995

E-MAIL:

4 – REPRESENTANTES DO COMERCIO LOCAL.

NOME: Rosana das Dores Veríssimo Luna

RG: 912.110 SSP/MT

CPF: 580.724.461-34

ENDEREÇO: **Rua: São Paulo, nº 497**

FONE: 8412 1861

E-MAIL:

NOME: Floripes Aparecida das Neves Silva

RG: 217.956 SSP/MT

CPF: 207.91.131-15

ENDEREÇO: **Rua: Rio Grande do Sul, nº 499**

FONE: 3235 1227

E-MAIL

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT, EM 01 DE JUNHODE 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 092/GAB EM 01 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT.

O Excelentíssimo Senhor LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º-Nomear os membros abaixo para compor o Conselho Municipal da SAÚDE do município de Figueirópolis D'Oeste-MT.

MEMBROS TITULARES

1 – REPRESENTANTES DO COMERCIO LOCAL

A) ROSANA DAS DORES VERISSIMO LUNA

CPF: 580.724.461-34

RG: 912.110 SSP/MT

FONE: 8412 1861

RUA: SÃO PAULO, Nº 497.

2 -REPRESENTANTE DA COOPERATIVA RURAL

A) EDILSON SIQUEIRA DE SOUZA

CPF: 834.521.331-68

RG: 360.853

FONE: 8427 7473 ou 8428 5812

RUA: COMUNIDADE RAINHA DA PAZ, SITIO: BELA VISTA

3 – REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA

A) MADELENA FURIERI BRUM

CPF: 527.008.957-20

RG: 1566507-0 SSP/MT

FONE: 8445 6568

RUA: MINAS GERAIS, Nº 104

E-MAIL: madalenafurieri@gmail.com

4 – REPRESENTANTE DOS EVANGELICOS

A) DANIEL CARDOSO DE SÁ

CPF: 898776081-20

RG: 1204453-9

COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO – SITIO SANTA MARIA

FONE: 8474 6718

5 – REPRESENTANTES DOS SERVISDORES DE AGENTES COMUNITARIOS

A) NICEIA COELHO NUNES OURIVES

CPF: 007.962.481-25

RG: 147.8790-0

RUA: MARANHÃO, Nº 842

FONE: 8445 6572

E-MAIL: niceia.fig@hotmail.com

6 – REPRESENTANTE DA CAMARA MUNICIPAL

A) .....

CPF: .....

RG: .....

RUA: .....

FONE: .....

7 – REPRESENTANTE DA SAÚDE NIVEL SUPERIOR - PRESIDENTE

A) LUCIANO DOLCI ALMEIDA

CPF: 838.087.361-00

RG: 91.094 SSP/MT

RUA: ACRE Nº 331

FONE: 8452 9602

E-MAIL:

8 – REPRESENTANTE DOS TRABALHASDORES DA SAÚDE NIVEL MEDIO

A) ROSELI SOARES DE SOUZA

CPF: 340.266.221-34

RG: 20.699-SSP/MT

CHACARA SÃO JOSÉ

FONE: 8468 9031

9 - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A) MARIA APARECIDA SILVA

CPF: 550.921.791-04

RG: 854841 SSP/MT

RUA: Aparecida Miguel Ribeiro, nº 162, Jardim Paraiso

FONE: 8406 8440

10 – REPRESENTANTE DA SEC. MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

A) WÉLIDA SOARES DE SOUZA

CPF: 004.865.971-13

RG: 13233513

CHACARA SÃO JOSÉ

FONE: 8474 3059

11 – REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL

A) DALCILENE BORGES DA SILVA

CPF: 035.505.501-54

RG: 2138817-2

RUA: HOTEL

FONE: 8433 9228

EMAIL: dalcileneMT@hotmail.com

12 – REP. DA IGREJA CATÓLICA

A) ELAINE CLÁUDIA DO NASCIMENTO FREITAS

CPF: 626.790.581-00

RG: 912.089/SSP/MT

RUA: MINAS GERAIS, Nº 217

FONE: 8471 8526

MEMBROS SUPLENTES

1– REPRESENTANTES DO COMERCIO LOCAL

A) FLORIPES APARECIDA DAS NEVES SILVA

CPF: 207.91.131-15

RG: 217.956 SSP/MT

FONE: 235 1227

RUA: RIO GRANDE DO SUL, Nº 499

2 – REPRESENTANTE DA COOPERATIVA RURAL

A) DIVAIR TAVARES DA COSTA

CPF: 931.786.621-20

RG: 951.643

RUA: COMUNIDADE RAINHA DA PAZ

FONE: 8436 9268

3 – REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA

A) CARMEM ANGELA RODRIGUES SILVA

CPF: 383.449.551-49

RG: 525.456

RUA: PERNAMBUCO, Nº 341

FONE: 3235 1520

4 – REPRESENTANTE DOS EVANGELICOS

A) DAVI PEREIRA DA SILVA

CPF: 883.149.791-04

RG: 1290951-3

RUA: MARANHÃO, N°144

FONE: 8477 8501

EMAIL: aventureirodavid@gmail.com

5 – REPRESENTANTES DA CAMARA MUNICIPAL

A) DIVINO FERREIRA DA COSTA

CPF: 572.257.881-91

RG: 558.216

RUA: ALAGOAS, Nº 204

FONE: 8479 3387

6- REPRESENTANTES DA SAUDE NIVEL SUPERIOR

A) GIULIANO RESENDE OLIVEIRA -

CPF: 017.737.171-46

RG: 1389511-7

RUA: SANTA CATARINA, Nº601

FONE: 8417 1268

EMAIL: giuresendeoliveira@hotmail.com

7– REPRESENTANTE DA SAUDE NIVEL MEDIO

A) VANUZA SOARES COSTA MEDEIROS

CPF: 627.759.121-04

RG: 0997928-0

RUA: Sitio Nossa Senhora Aparecida, Córrego do Macaco

FONE: 8436 6903 OU 3235 1486

8 – REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DE AGENTES COMUNITARIOS

A) MARIA UELK COSTA NUNES

CPF: 006.795.173-24

RG: 2441224-7

RUA: SÃO PAULO Nº 342

FONE: 8421 8197

9 – REPRESENTANTE DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A) MARIA ESPERANÇA BARBOSA ROSAN

CPF: 459.169.771-15

RG: 717.331

RUA: ACRE, Nº 166

FONE: 8401 2826

10 – REPRESENTANTE DAS SEC. MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

A) ELÍUDES SOARES CAMPOS

CPF: 793.545.561-91

RG: 265.479-8 SSP/MT

RUA: Minas Gerais Nº 90

FONE: 8419 5491 – 9926 8819

E-MAIL: eliudeoliveira@hotmail.com

11 – REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL

A) SEBASTIÃO PAULA COSTA

CPF: 717.331

RG: 154.552

RUA:MINAS GERAIS, S/N

FONE: 3235 1182

12 – REPRESENTANTE DA IGREJA CATOLICA

A) REGIANE CRISTINA GASPARETO

CPF: 829.288.861-68

RG: 26761970-4

CHACARA SANTA LUZIA

FONE: 3235 1423

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT, EM 01 DE JUNHODE 2015

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 095/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT.

Excelentíssimo Senhor LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D'Oeste, MT, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º-Nomear os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Assistência Social do município de Figueirópolis D'Oeste-MT.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MEMBROS TITULARES

1. Rep. Da Sec. De Ação Social

Wélida Soares Souza

CPF: 004.865.971-13

RG: 132.3351-3

Endereço: Chácara São José

Fone: 8436 1635

E-mail: welida05@hotmail.com

2. Rep. Da Secretaria de Administração

Vanderlei de Souza

CPF: 461.084.081-20

RG: 717.384 SSP/MT

Endereço: Rio Grande do Sul, n º 499

Fone: 8417 3240

E-mail: vando@figueiropolis.mt.gov.br

3. Rep. Da Sec. Mun. De Saúde

Tayana Tasso Franco

CPF: 218.022.048-06

RG: 32.248.649-3

Endereço: Amazonas, nº 95

Fone: 8438 6071

E-mail: tay.tasso@hotmail.com

4. Rep. Sec. Mun. De Educação

Rosane Antunes dos Santos

CPF: 969.557.241-34

RG: 1251421-7

Endereço: Rua: Santa Catarina, nº335

Fone: 8419 6771

E-mail: rosaneas1@hotmail.com

5. Rep. Da Secretaria de Finanças

Maria Aparecida de Oliveira Souza

CPF: 773.416.191-04

RG: 0951632-8

Endereço: Rua, Rio Grande do Sul, nº 495

Fone: 8417 5307

E-mail: bfmaos@hotmail.com

6. Rep. Dos Trabalhadores/Sociedade Civil

Rosana das Dores Verissimo Luna

CPF: 580.724.461-34

RG: 912110

Endereço: Rua São Paulo s/n

Fone: 3235 1131 - 8412 1861

E-mail:

7. Rep. Dos Usuários

Maria Laura de Oliveira

CPF: 626.736.291-49

RG: 997.925 SSP/MG

Endereço: Rua: Rio Grande do Sul, nº 425

Fone: 8433 0253

8. Rep. das Entidades Religiosas

Eunice da Silva Teixeira Rodrigues

CPF: 070.707.346-46

RG: 1370378-1

Endereço: Rua, Paraná, nº 908

Fone: 8438 8037

E-mail: eunice_str@hotmail.com

9. Rep. Dos Profissionais Liberais

Ana Karla dos Santos Amaral

CPF: 021.306.411-13

RG: 196.818-52

Endereço: Rua: Alagoas, nº 231

Fone: 9996 2120 (Vivo)

E-mail: psicoanakarla@outlook.com

10. Rep. Da Pastoral da Criança.

Maria Rodrigues Garcia

CPF: 867.881.081-53

RG: 654.776 SSP/MT

Endereço: Santa Catarina, nº 444

Fone: 3235 1190

MEMBROS SUPLENTES

11. Rep. Da Sec. De Ação Social

Maria José de Paula

CPF: 835.769.751-87

RG: 1381633-0

Endereço: Rua: Guanabara, nº 381

Fone: 8413 2004

E-mail: lia.kf@hotmail.com

12. Rep. Do da Secretaria de Administração

Dásio José dos Reis

CPF: 861.332.418-53

RG: 9483891

Endereço: Sitio dos Reis

Fone: 3235 1275

E-mail:

13. Rep. Da Sec. Mun. De Saúde

Roseli Soares de Souza

CPF: 340.266.221-34

RG: 20.699-SSP/MT

Endereço: Chácara São José

Fone: 8468 9031

14. Rep. Sec. Mun. De Educação

Maria Esperança da Silva Rosan

CPF: 459.169.771-15

RG: 07173318

Endereço: Rua, Acre, nº 166

Fone: 8401 2826

E-mail:

15. Rep. Da Secretaria de finanças

Leandro Diniz Gomes

CPF: 045.836.071-64

RG: 22138196 SSP/MT

Endereço: Sitio Jauru

Fone: 9904 2646

E-mail: leandrodinizfig@hotmail.com ou leandrodinizfig@gmail.com

16. Rep. Dos Trabalhadores/Sociedade Civil

Maria Braga de Freitas

CPF: 819.275.761-72

RG: 363568

Endereço: Rua, Paraná nº 285

Fone: 3235 1242

17. Rep. Dos Usuários

Divanete Loureda da Silva

CPF: 350.760.448-52

RG: 36.000.367-9

Endereço: Rua: Maranhão s/n

Fone:

E-mail:

18. Rep. das Entidades Religiosas

Sandra Márcia de Souza Zago

CPF: 000.726.541-71

RG: 1508644-5

Endereço: Rua, Goiás s/n

Fone: 8433 9183

19. Rep. Dos Profissionais Liberais

Giuliano Resende Oliveira

CPF: 017.737.171-46

RG: 138.9511-7

Endereço: Rua: Santa Catarina, nº 601

Fone: 8417 1268

E-mail: giuresendeoliveira@hotmail.com

20. Rep. Da Pastoral da Criança

Marcia Custódia de Souza

CPF: 536.112.921-68

RG: 820.854 SSP/MT

Endereço: Rua: Alagoas, nº 204

Fone: 8417 9084

E-mail:

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE-MT, EM 01 DE JUNHO DE 2015.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

RESULTADO DE JULGAMENTO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015.

A Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA RECONSTRUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO BRIGADEIRO NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DA GUIA. Que a empresa **CONSTRUMANÁ CONSTRUÇÕES LTDA – EPP** sagrou-se vencedora por decisão unânime da CPL *no Valor Total de R$ 179.047,51 (Cento e setenta e nove mil quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos)*. Informa ainda que o prazo de recurso foi desconsiderado visto que a licitante vencedora presente renunciou do direito de interposição de recursos, ficando os autos dos certames à disposição de qualquer interessado que queira examiná-los. Maiores informações com a CPL.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 01 de Junho de 2015.

VANDERLEY DE SOUZA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 054/2013

Contratante: Município de Glória D' Oeste – MT, CNPJ 37.464.955/0001-00.

Contratado: A *firma AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA* , estabelecida a Avenida São Paulo n.º 2598, Jardim Alvorada na Cidade de São José dos Quatro Marcos Estado de Mato Grosso, inscrita no CGC/MF sob n.º 06.936.513/0001-95m neste ato representada pelo seu sócio, Senhor CLAUDIO HENRIQUE TEODORO DE ALMEIDA, residente á rua Brasília, n.º 1065 em São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral n.º 827. 899 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob n.º 523.386.901-25.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por Objeto - Aditivar a Cláusula OITAVA – **DOS PRAZOS**.

JUSTIFICATIVA: A Administração se sentiu na obrigação de promover a renovação do contrato em epigrafe por razões de necessidades da Prestação de Serviços para a Construção de Unidades Habitacionais, atendendo a Secretaria Municipal de Administração, conforme solicitação da Empresa.

VIGÊNCIA: 01/05/2015 á 31/07/2015.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 010/2013

Contratante: Município de Glória D' Oeste – MT, CNPJ 37.464.955/0001-00.

Contratado: A Empresa *Alternativa Assessoria Contábil, Administrativa e Tributária LTDA-ME*, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n.º 10.676.722/0001-14, estabelecida na avenida Dr. Guilherme Pinto Cardoso n.º 563, Bairro Residencial Escobar, CEP: 78.285-000 em São José dos Quatro Marcos/MT, representado neste ato selo Senhor **ANTONIO AGNALDO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade – RG n.º 726.442 SSP/MT e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob n.º 483.350.021/34.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por Objeto prorrogar a vigência do presente contrato n.º 10/2013 pelo período de mais 12 (meses).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas totalmente no exercício de 2015, conforme a Lei Municipal e ocorrerão por conta da dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00 Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas

VIGÊNCIA: 25/03/2015 á 25/03/2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 08/2015

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pelo Decreto Municipal Nº 588/2014, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.

520/02 e Subsidiado pela Lei 8.666/93 Objeto: Objeto: Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisiçãode Gêneros Alimentícios, destinados as secretariais municipais. Início da Sessão: Dia 15/06/2015, às 9 (Nove) horas, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital completo e anexos poderá ser adquirido pelo telefone (65) 3275- 1179 das 7 às 13:00 horas no paço da Municipal de Glória D'Oeste – MT ou site www.gloriadoeste.mt.gov.br.

Glória D'Oeste – MT, 01 de Junho de 2015.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA COSTA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 271/2015 DE 29/05/2015.

PORTARIA Nº 271/2015 *de 29/05/2015***.**

"DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 247/2015, DE 15/05/2015, QUE "DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, NÃO CONCOMITANTE, EM FAVOR DO SRA. DIONICIA PIRES DE MORAES, SERVIDORA PÚBLICA DESTE MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão de Tempo de Contribuição do Governo do Estado de Mato Grosso em nome da Sra. Dionicia Pires de Moraes.

Art. 2º - Fica averbado o tempo de contribuição de 1123 dias líquidos equivalente a 3 (anos) 0 (meses) e 28 (dias).

PERIODO	ORGÃO	DIAS LIQUIDOS
DE 06/03/1984 A 02/01/1986	Prefeitura Municipal de Diorama	665
DE 01/02/1990 A 01/05/1991	Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte	458

Art. 3º - Compete a Prefeita Municipal, acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Guarantã do Norte/MT, 29 de maio de 2015.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 29/05/2015.

NP 435/2015.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 AG. DE INSPEÇÃO AUXILIAR - FRIGORIFICO

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 AG. DE INSPEÇÃO AUXILIAR - FRIGORIFICO

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
ODAIR BAHR FEILER	AGENTE DE INSPEÇÃO AUXILIAR	20/05/2015	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
VALDECIR PEREIRA	AGENTE DE INSPEÇÃO AUXILIAR	20/05/2015	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 TESTE SELETIVO PUBLICO 001/2010

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 TESTE SELETIVO PUBLICO 001/2010

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
FRANCIELE CORDEIRO PINTO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	04/05/2015	PEDIDO DE DEMISSAO SEM JUSTA CAUSA

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DE CONTRATO – MAIO 2015 – TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014

RESUMO DE CONTRATO – MAIO 2015 – Teste seletivo simplificado 002/2014

OBJETIVO: Contratação temporária por excepcional interesse Público, Teste seletivo simplificado 002/2014 (PROFESSORES)

Nº CONTRATO	NOME	CARGO
107/2015	**JANAINA FERREIRA PIMENTEL**	**Professor 20 h. Ens. Médio Curs. nível Sup. áreas da Educação** **Vigência: 06/05/2015 à 31/12/2015** Valor mensal: 1.510,74 Carga horária: 20 h.

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 TESTE SELETIVO PUBLICOS/N

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 TESTE SELETIVO PUBLICOS/N

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
NELIO GONÇALVES DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	30/05/2015	PEDIDO DE DEMISSAO SEM JUSTA CAUSA

RECURSOS HUMANOS
DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 TESTE SELETIVO PUBLICO 014/2008

DEMONSTRATIVO DAS RESCISÕES MAIO 2015 TESTE SELETIVO PUBLICO 014/2008

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
LUCYENE DA SILVA CORREIA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	05/05/2015	PEDIDO DE DEMISSAO SEM JUSTA CAUSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE CONTRATOS REF MES 05-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT Resumo de Contratos firmados no mês 05/2015

N. Cont.	Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor R$	Vigência	Proc. Licitatório
083/2015	29.05.2015	Pref. M. Guiratinga	Gilmar Moura de Souza - ME	Prest. de serv. téc. Esp. de consultoria jurídica p/ município de Guiratinga-MT	90.000,00	29.05.15 a 29.05.16	Inexig. 003/2015

Guiratinga/MT, 01 de junho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS REF MES 05-2015

PREFEITURA

MUNICIPAL DE GUIRATINGA-MT

Resumo de Termos Aditivos firmados no mês 05/2015

Número do Termo	**Data**	**Número Contrato**	**Contratante**	**Contratado**	**Cláusula Alterada**	**Prazo**	Vl. do Aditivo R$
5º T. Aditivo	28.05.2015	056/2014	Pref. M. Guiratinga	Bruno Nunes de Souza	3ª - Dest. Veículo e 5ª - Preço		6.377,28

Guiratinga/MT, 01 de junho de 2015.

HÉLIO ANTONIO FILIPIN GOULART

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 242/2015, DE 29 DE MAIO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade em favor da Srª Janiclei de Oliveira".

O Senhor *PEDRO FERRONATTO*, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - conceder o benefício de Salário Maternidade em favor da servidora Srª **Janiclei de Oliveira,** efetiva no cargo de Professor de Pedagogia Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, com a remuneração integral a partir de 25/05/2015 e término em 21/09/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais para o dia 25 de maio de 2015.

Art. 3º

- Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria.

Registre, Publique e Cumpra-se

Ipiranga do Norte/MT, 29 de Maio de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 245/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Deferir a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2010 à 2015 a servidora Aparecida do Carmo dos Santos Oliveira.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Municipal nº. 008 de 05 de janeiro de 2005 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Deferir a servidora Aparecida do Carmo dos Santos Oliveira, matrícula nº. 723, ocupante do cargo efetivo Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2010 à 2015, a ser indenizado no mês de junho/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 01de junho de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 246/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIANº. 246/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Deferir a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2010 à 2015 ao servidor André Rodrigues Ferreira.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 161 da Lei Municipal nº. 008 de 05 de janeiro de 2005 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Deferir ao servidor André Rodrigues Ferreira, matrícula nº. 728, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista 40 H, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio referente ao qüinqüênio de 2010 à 2015, a ser indenizado no mês de junho/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2015.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS MAIO/2015

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, *TORNA PÚBLICO*, para fins de cumprimento do disposto no Parágrafo Único do Art. 61, da Lei Federal Nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, que o Município de Ipiranga do Norte/MT, firmou os seguintes Contratos e Aditivos e Congêneres, no mês de Maio de 2015:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015. DETENTORA: JADERSON MAGNAGNAGNO - ME. **OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios de Panificadora, Padaria e Confeitaria destinados a Coffee Break, lanches e Outros, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ipiranga do Norte - MT. **PERÍODO DE VIGÊNCIA**: 05/06/2015 á 05/06/2016. **VALOR TOTAL**: R$ 59. 110,50 (Cinquenta e Nove Mil Cento e Dez Reais e Cinquenta Centavos).

CONTRATO N.° 040/2015

. CONTRATADO: RETISOL RETIFICA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA – ME. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresas Especializadas na prestação de serviços de Auto Elétrica, Tornearia e Soldagem, e Retifica de Motores e Bombas Injetoras, destinados a manutenção preventiva e corretiva de caminhões, máquinas, veículos e motocicletas da frota municipal de Ipiranga do Norte. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 05/05/2015 à 31/12/2015. VALOR TOTAL: R$ 651.175,00 (Seiscentos e Cinquenta e Um Mil e Cento e Setenta e Cinco Reais).

CONTRATO N.° 041/2015. CONTRATADO: AUTO ELETRICA BAQUER LTDA - EPP. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresas Especializadas na prestação de serviços de Auto Elétrica, Tornearia e Soldagem, e Retifica de Motores e Bombas Injetoras, destinados a manutenção preventiva e corretiva de caminhões, máquinas, veículos e motocicletas da frota municipal de Ipiranga do Norte. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 05/05/2015 à 31/12/2015. VALOR TOTAL: R$ 71.380,98 (Setenta e Um Mil Trezentos e Oitenta Reais e Noventa e Oito Centavos).

CONTRATO N.° 042/2015. CONTRATADO: J. ROBERTO DA SILVA – TORNEARIA – ME. OBJETO: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresas Especializadas na prestação de serviços de Auto Elétrica, Tornearia e Soldagem, e Retifica de Motores e Bombas Injetoras, destinados a manutenção preventiva e corretiva de** *caminhões, máquinas, veículos e motocicletas* da frota municipal de Ipiranga do Norte. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 05/05/2015 à 31/12/2015. VALOR TOTAL: R$ 32.709,00 (Trinta e Dois Mil e Setecentos e Nove Reais).

CONTRATO N.° 043/2015. CONTRATADO: DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviço em manutenção preventiva e corretiva, para Recuperação de Bomba hidráulica principal e Bicos Injetores da máquina da marca Komatsu, Escavadeira Hidráulica PC 160LC-7B, pertencente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 11/05/2015 à 31/12/2015. VALOR TOTAL: R$ 14.890,00 (Quatorze Mil, Oitocentos e Noventa Reais).

CONTRATO N.° 044/2015. CONTRATADO: APUI CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada em Obras de Infraestrutura, para Execução de obras/serviços, sob regime de empreitada global, destinada a DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, em diversas vias Urbanas, neste Município de Ipiranga do Norte/MT. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12/05/2015 à 10/08/2015. VALOR TOTAL: R$ 3.867.811,84 (Três Milhões Oitocentos e Sessenta e Sete Mil Oitocentos e Onze Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

CONTRATO N.° 045/2015. CONTRATADO: GABIATTI E GABIATTI LTDA - ME. OBJETO: Contratação de empresa para Obra de Execução Civil de Construção de Ponte de Madeira, sobre o Rio Branco, com a extensão de 24 metros. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 19/05/2015 à 20/07/2015. VALOR TOTAL: R$ 14.730,99 (Quatorze Mil Setecentos e Trinta e Noventa Reais e Nove Centavos).

CONTRATO N.° 046/2015. CONTRATADO: IRONE L. MAZONETTO-ME. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Aspersão de Água junto as Ruas e Avenidas da Cidade de Ipiranga do Norte, por meio de Veículos com Carroceria Tanque (Tipo Pipa). PERÍODO DE VIGÊNCIA: 19/05/2015 à 31/12/2015. VALOR TOTAL: R$ 129.485,00 (Cento e Vinte e Nove Mil e Quatrocentos e Oitenta e Cinco Reais).

CONTRATO N.° 047/2015. CONTRATADO: ECOL MELHORAMENTOS AMBIENTAIS LTDA – ME. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Aspersão de Água junto as Ruas e Avenidas da Cidade de Ipiranga do Norte, por meio de Veículos com Carroceria Tanque (Tipo Pipa). PERÍODO DE VIGÊNCIA: 19/05/2015 à 31/12/2015. VALOR TOTAL: R$ 74. 850,00 (Setenta e Quatro Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais).

CONTRATO N.° 048/2015. CONTRATADO: JOSÉ MARGREITER – ME. OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada para conserto de pneus (serviços de borracharia) e serviços de Recapagem, para atender a frota Municipal de Ipiranga do Norte – MT. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 19/05/2015 à 20/07/2015. VALOR TOTAL: R$ 32.609,70 (Trinta e Dois Mil Seiscentos e Nove Reais e Setenta Centavos).

CONTRATO N.° 049/2015. CONTRATADO: LAERCIO BONETTI EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada em Obras de Infraestrutura, para Execução de obras/serviços, sob regime de empreitada global, destinada a PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, em vias Urbanas, na Rua dos Lírios, neste Município de Ipiranga do Norte/MT. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 20/05/2015 à 18/08/2015. VALOR TOTAL: R$ 443.043,86 (Quatrocentos e Quarenta e Três Mil Quarenta e Três Reais e Oitenta e Seis Centavos).

CONTRATO N.° 050/2015. CONTRATADO: L. H. C. CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada em Obras de Construção Civil, para Execução de obras/serviços de engenharia sob regime de empreitada global para: CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE IMAGENS, neste Município de Ipiranga do Norte/MT. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 25/05/2015 à 24/08/2015. VALOR TOTAL: R$ 314.136,83. (Trezentos e Quatorze Mil Cento e Trinta e Seis Reais e Oitenta e Três Centavos).

SEGUNDO TERMO DE REVISÃO DE PREÇOS: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 039/2014. DETENTORA: TRR RIO BONITO TRANSP. REV. RET. DE PETROLEO LTDA. OBJETO: Rever, a partir da presente data, o preço registrado ao Item n.° 01 - Óleo diesel S-10, automotivo em conformidade com as características constantes no regulamento técnico da ANP em vigor, entregue na secretaria municipal de obras de Ipiranga do Norte – MT. Litro, cujo valor unitário passa de R$ 3,13 (Três Reais, e Treze Centavos), para R$ 3,17 (Três Reais e Dezessete Centavos). PERÍODO DE VIGÊNCIA: 27/05/2015. VALOR TOTAL: R$ 5.740,00 (Cinco Mil Setecentos e Quarenta Reais).

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 017/2015. CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS IPIRANGA – LTDA – ME. OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objetivo: alteração do valor contratual constante na “Clausula Oitava” do Contrato Administrativo nº 017/2015. Adita-se o Contrato nº 017/2015 para suprimir do valor total a importância de R$ 8.356,52 (Oito Mil, Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta e Dois Centavos), relativo à inexecução de parte do objeto contratado, e aditar o valor de R$ 32.373,43 (Trinta e Dois Mil, Trezentos e Setenta e Três Reais, e Quarenta e Três Centavos), em função da necessidade apresentada com atendimento à população. O valor global do contrato ori-

ginal passa a ser de R$ 274.013,09 (Duzentos e Setenta e Quatro Mil, Treze Reais e Nove Centavos). PERÍODO DE VIGÊNGIA: 27/05/2015. VALOR TOTAL: R$ 24.016,91 (Vinte e Quatro Mil, Dezesseis Reais, e Noventa e Um Centavos).

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 028/2014. CONTRATADO: GIUSTTI E GIUSTTI LTDA – ME. OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objetivo: Alterar a "cláusula quarta" do contrato nº 028/2014 alterando o valor contratual. O valor do presente aditivo corresponde a R$ 12.175,80 (Doze Mil, Cento e Setenta e Cinco Reais, e Oitenta Centavos), relativo ao acréscimo de serviços ao preço inicialmente contratado, incidentes sobre os mesmos. O valor global do contrato originário na cláusula sexta, fica alterado para R$ 434.768,58 (Quatrocentos e Trinta e Quatro Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais, e Cinquenta e Oito Centavos), em função do acréscimo do valor inicialmente pactuado. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 27/05/2015. VALOR TOTAL: R$ 12.175,80 (Doze Mil, Cento e Setenta e Cinco Reais, e Oitenta Centavos).

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 032/2014. CONTRATADO: GIUSTTI E GIUSTTI LTDA – ME. OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objetivo: Alterar a cláusula quarta do contrato nº 032/2014 alterando o valor contratual. O valor do presente aditivo corresponde a R$ 5. 038,32 (Cinco Mil, Trinta e Oito Reais e Trinta e Dois Centavos), relativo ao acréscimo de serviços ao preço inicialmente contratado incidentes sobre os mesmos. O valor global do contrato originário na cláusula sexta, fica alterado para R$ 202.850,32 (Duzentos e Dois Mil, Oitocentos e Cinquenta Reais e Trinta e Dois Centavos), em função do acréscimo do valor inicialmente pactuado. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 27/05/2015. VALOR TOTAL: R$ 5.038,32 (Cinco Mil, Trinta e Oito Reais e Trinta e Dois Centavos).

Ipiranga do Norte – MT, 02 de Junho de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 249, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DESIGNA A SERVIDORA CARINE LAGEMANN PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO REFERENTE A INSCRIÇÕES DE 58 PROFESSORES PARA A PARTICIPAÇÃO NO "II CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO", QUE OCORRERÁ NOS DIAS 15 A 17 DE JULHO DE 2015, NA CIDADE DE LUCAS DO RIO VERDE – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e considerando a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º.

Designo a servidora Carine Lagemann para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, cujo objeto é "Inscrições de 58 professores para a participação no "II Congresso Internacional de Educação", que ocorrerá nos dias 15 a 17 de Julho de 2015, na cidade de Lucas do Rio Verde – MT".

Art. 2º. Na ausência ou em caso de impedimento do servidor acima designada, fica designado como suplente a servidora Lediane Tenedin de Castilho.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015

À Vista dos elementos contidos no presente processo, e no uso das atribuições que me foram conferidas, e ainda de acordo com o disposto no artigo 25, inciso II da Lei Federal 8.666/93, em consonância com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico, declaro que fica **RATIFICADA** a contratação por Inexigibilidade de Licitação sob n.º 005/2015.

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos seguintes termos:

Contratada: SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO / **CNPJ:** 92.741.990/0029-38

Objeto: Inscrições de 58 professores para a participação no "II Congresso Internacional de Educação", que ocorrerá nos dias 15 a 17 de Julho de 2015, na cidade de Lucas do Rio Verde – MT.

Valor: R$ 12.122,00 (Doze Mil, Cento e Vinte e Dois Reais)

Dotação Orçamentária

: 05.002.12.361.0012.2028.339039000000.0.1.01.000000

Período de vigência: 02/06/2015 a 31/07/2015.

Fundamento legal: art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Determino que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Ipiranga do Norte-MT, 02 de Junho de 2015.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 243/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº. 243/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração a pedido do Senhor Neori Barp, do cargo efetivo de motorista – cat B, junto a Secretaria Municipal de Saúde de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Senhor **Neori Barp,** do cargo efetivo de motorista – cat B, junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, nomeado através da Portaria nº. 026/2010 de 02 de março de 2010.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 01 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 014/2015

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-Mt, com sede na Rua Florianópolis, n°. 200, centro – Itanhangá/MT, através do seu Pregoeiro, torna público que encontra-se aberto o Registro de Preço na Modalidade Pregão Presencial 014/2015, tipo menor preço por Item, com finalidade de: **Objeto: Futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transbordo e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Itanhangá-MT;.** Regem a presente licitação a lei Federal 10. 520/02, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia *16 de Junho de 2015, às 08:00hs (oito horas), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá*. O Edital completo poderá ser obtido no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br. Para maiores informações procure o setor de licitações de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br.

Itanhangá(MT) 01 de Junho de 2015.

GENOTAN ROBERTO CHAVES HETKOWSKI

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 015/2015

A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, torna público aos interessados que o vencedor do Pregão Presencial nº 015/2015, para **Contratação de Empresa para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças de máquinas pesadas, visando o suprimento das necessidades da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Urbanismo do Município de Itaúba-MT,** foram as empresas: (A) NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA – ME, CNPJ Nº09.619. 626/0001-55; (B) CARTRAC COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA – ME , CNPJ nº 15.831.169.0001-60; (C) DIMAQ CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA, com CNPJ nº05.220.404/0001-04

ITAÚBA-MT, 01 de Junho de 2015.

OTÁVIO LUIZ FIEL

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 016/2015

A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, torna público aos interessados que o vencedor do Pregão Presencial nº 016/2015, para **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fabricação e fornecimento de uniformes escolares, uniformes esportivos, camisas, camisetas polo, calças, jalecos e camisetas para campanhas educativas para atender as Secretarias do Município Itaúba – MT,** foi as empresas (A) MV PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA nº19.071.896/0001-28; a empresa (B) PERSONALITE COMUNICAÇÃO VISUAL E BRINDES LTDA, CNPJ nº 00.941.401/ 0001-46

ITAÚBA-MT, 01 de junho de 2015.

OTÁVIO LUIZ FIEL

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 041, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 041, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 029/2014 de 02 de junho de 2014;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 016, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocadas as candidatas classificadas no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, Itiquira, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - A candidata convocada é a seguinte:

QTD	CANDIDATO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
1	INIVALDO PAULO DOS SANTOS FILHO	Inseminador De Animais - Itiquira	3º Colocado – Classificado

Art. 3º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts., 12 e 37, I da CF/ 88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21- Exames Laboratoriais:

a) Urina tipo I;

b) Hemograma completo;

c) VDRL;

d) Protoparasitológicos;

22 –Conta Corrente Banco do Brasil.

Parágrafo Único: Todas as Declarações solicitas deverão ser reconhecido firma em cartório.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 01 de junho de 2015.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N° 044 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO MUNICIPAL N° 044 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"Decreta Luto Oficial e Ponto Facultativo no dia 1º de junho de 2015, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o falecimento da Sra. Alice Nunes Silveira, ocorrido em 1º de junho de 2015;

CONSIDERANDO que a falecida foi Professora, servidora pública municipal de Itiquira/MT;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial e Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 1º de junho de 2015, em virtude do falecimento do Sra. Alice Nunes Silveira.

Parágrafo Único. **O ponto facultativo de que trata o caput deste artigo não abrange os órgãos/unidades da Área da Saúde que prestam serviços de relevante interesse público, considerados essenciais para a população.**

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 1º de junho de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO N. 047/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através de Pregoeira designada, torna público que, a sessão referente ao **PREGÃO n.º. 047/2015.** OBJETO: "**Registro de preços para eventual prestação de serviço de Locação de Caminhonete com capacidade mínima de 4.000 kg, com motorista, para transporte do lixo doméstico para transbordo do lixo no Aeroporto e Eco Ponto",** foi declarada *DESERTA*, pois não acudiram interessados. Jaciara-MT, 01 de Junho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
RESUMO DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS E APLICADOS NO MUNICÍPIO REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quinze, às 14 horas e 10 minutos no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento as metas fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de 2015, nos termos do artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos a população as atividades desenvolvidas por cada secretaria no referido quadrimestre. A audiência contou com a presença de representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, da Secretaria de Educação, Cultura, Lazer e Desporto, da Secretaria de Gestão Social, da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria de Saúde. O sr. Felipe Motta, representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico iniciou a audiência e após a apresentação das referidas secretarias e o questionamento e/ou colocação dos presentes a audiência foi encerrada.

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2015

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeira nomeada, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o"**Registro de preços para eventual prestação de serviço de Locação de Caminhonete com capacidade mínima de 4.000 kg, com motorista, para transporte do lixo doméstico para transbordo do lixo no Aeroporto e Eco Ponto",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **18 de JUNHO de 2015 - 12h30min - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12h00min até 18h00min. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 01 de junho de 2015.

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO SILVA OLIVEIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

CONVITE 02/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 693/2015

Eu, ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS, prefeita municipal, faço saber, a todos os interessados que à partir desta data fica homologada a licitação modalidade CONVITE Nº 02/2015, cujo objeto é a '**contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria ao projeto de regularização fundiária rural'**, com a empresa **G F PLANEJA-**

MENTOS ASSESORIA RURAL E MEIO AMBIENTE - ME, com o valor global de *R$ 49.000,00* (quarenta e nove mil reais).

Jauru – MT, 01 de Junho de 2015

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA 007/2015

PORTARIA Nº 007/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre o controle e a baixa do material permanente e de consumo no âmbito do Poder Legislativo e nomeia a Comissão de Reavaliação, Baixa, Registro, Controle, Carga, Supervisão, Depreciação e Avaliação do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Jauru-MT., para o ano de 2015, e dá outras providências."

MAURO ANTÔNIO DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais do Direito Público, expede a seguinte Portaria resolvendo, e ainda,

CONSIDERANDO, o disposto no § 3º. do art. 106, da Lei Federal nº. 4. 320/64;

CONSIDERANDO a necessidade de implantar uma forma mais ágil e eficaz de controle patrimonial do Poder Legislativo Municipal e de propiciar meios mais eficientes na realização do inventário anual;

CONSIDERANDO que o controle dos materiais permanentes pode ser feito em relação ao local onde o bem se encontra instalado e não somente em relação ao servidor;

CONSIDERANDO, a baixa de materiais permanentes e de consumo que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade necessita ser reeditada, para facilitar sua aplicabilidade;

A

r

t. 1º. Fica nomeada a COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO, BAIXA, REGISTRO, CONTROLE, CARGA, SUPERVISÃO, DEPRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO da Câmara Municipal de Jauru-MT, composta pelos seguintes componentes:

SERVIDORES	CARGO
LUCIENE MANSANO	Presidente
ALOISIO COSTA DE ABREU	Suplente
CLAUDIO GONZAGA DA SILVA	Membro

Art. 2º. Estabelece os seguintes conceitos nesta Portaria:

I) Alienação - Processo pelo qual o município transfere o domínio de seus bens a terceiros, mediante venda (leilão), permuta ou doação, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, obedecidas as exigências legais pertinentes.

II) Autorização de Saída de Material Permanente do Órgão - Documento de formalização da saída de bens patrimoniais móveis do órgão.

III) Avaliação - Valor monetário atribuído a um bem patrimonial para fins de aquisição, contabilização e alienação, observadas as normas técnicas e legais específicas.

IV) Baixa de Bens - É a retirada oficial de um bem patrimonial móvel do cadastro de patrimônio do município, gerando contabilmente a diminuição do saldo patrimonial, em decorrência de alienação, descarte, roubo, furto ou sinistro.

V) Bem de Terceiro - Bem que não integra o patrimônio do município, mas que, em decorrência de negócio jurídico celebrado com terceiro, recebe codificação diferenciada dos bens patrimoniais do Município, e sobre o qual não incide processamento financeiro, mas apenas controle físico.

VI) Bem Inservível - É todo bem desativado pelo órgão que utiliza, danificado ou obsoleto, encaminhado para o depósito de inservíveis da Câmara Municipal de Santo Afonso-MT, para fins de alienação, podendo, ou não ser reaproveitado por outros órgãos ou entidades do Município.

VII) Bem Patrimonial Antieconômico - Todo bem patrimonial com manutenção onerosa, rendimento precário ou com recuperação economicamente inviável.

VIII) Bem Patrimonial Obsoleto - Todo bem patrimonial em desuso, considerado antiquado ou antieconômico para o fim a que se destina.

IX) Bem Permanente - Todo material que, em razão do uso, não perca sua identidade física e autonomia de funcionamento, mesmo quando incorporado a outro bem e tenha durabilidade prevista superior a dois anos.

X) Bem Plaquetável/Etiquetável - Aquele em que é possível a colocação de plaqueta/etiqueta de identificação patrimonial.

XI) Bem Não Plaquetável/Etiquetável - Aquele que não possui local para fixação de plaqueta ou etiqueta de identificação patrimonial ou que não seja adequada a sua colocação. O fato não impede que o mesmo deixe de receber uma numeração para registro, logo, todos os bens, independentemente de colocação de plaqueta, receberão um número de registro patrimonial.

XII) Bem Próprio - Todo bem adquirido com recursos próprios, do tesouro ou convênios, que não exijam a vinculação do bem à unidade financiadora, ou ainda todo aquele recebido por doação, premiação, bem como os incorporados através de inventários.

XIII) Bem Relacionado - Bem permanente que, em razão de sua estrutura física não podem ser marcados ou gravados seus respectivos números de tombamento.

XIV) Cessão de Uso - Disponibilização de um bem patrimonial móvel, por tempo determinado, para utilização gratuita ou em condições especiais, para entidades da administração indireta do município ou a outras entidades externas à CMS (entidades ou órgãos externos ao poder público municipal) ou, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal

XV) Comissão de Avaliação - Grupo de pessoas nomeadas para avaliar bens da Instituição.

XVI) Descarte - Processo pelo qual o município desfaz-se de um bem patrimonial móvel em razão do seu estado de conservação, inservível e/ou irrecuperável, bem como sem que haja arrematamento em pelo menos um leilão.

XVII) Depreciação - Perda progressiva de valor econômico ou do preço de um bem patrimonial em decorrência do seu uso, levando-se em consideração, além de exigências legais, o valor de aquisição e o tempo de vida útil, em face das condições objetivas de sua utilização.

XVIII) Entrada de Materiais - Documento de confirmação da entrada de bens patrimoniais móveis no órgão, emitido pelo sistema informatizado de gestão de materiais e patrimônio.

XIX) Etiqueta de Identificação Patrimonial - Identificação colocada no bem patrimonial móvel que, pelo seu formato, não comporta plaqueta de identificação patrimonial, tendo as mesmas informações que as plaquetas.

XX) Extravio - É o desaparecimento de um bem, sem que seja identificada a origem do fato.

XXI) Incorporação - Registro contábil da inclusão ou entrada de um bem patrimonial, em decorrência de aquisição, nas suas diversas modalidades.

XXII) Inventário - Instrumento de controle que permite a conciliação dos registros do cadastro de bens patrimoniais móveis com a posição física, bem como dos valores cadastrados e os escriturados. Tem como objetivo o controle quantitativo e qualitativo dos bens patrimoniais móveis do município.

XXIII) Plaqueta de Tombamento - Identificação que é colocada no bem patrimonial móvel, personalizada, com numeração individual única e código de barras.

XXIV) Registro Patrimonial - Processo de cadastramento de um bem patrimonial móvel no Sistema Integrado de Gestão de Material e Patrimônio, após o seu tombamento.

XXV) Sinistro - Acontecimento de qualquer natureza que sobrevém ao bem patrimonial móvel, causando-lhe danos, perda total ou parcial.

XXVI) Termo de Cessão de Uso - Instrumento de formalização da cessão de uso de bens patrimoniais móveis do município.

XXVII) Termo de Responsabilidade - Documento no qual um bem patrimonial móvel ou um conjunto de bens patrimoniais móveis é posto sob a guarda, conservação e controle do gestor de uma unidade administrativa, mediante sua assinatura.

XXVIII) Tombamento - Processo constituído de identificação do bem patrimonial móvel, por intermédio de plaquetas ou etiquetas de identificação, com o levantamento de todas as características e dados relacionados ao mesmo, para que seja efetuado registro patrimonial.

XIX) Transferência - Movimentação dos bens patrimoniais móveis entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou de diferentes órgãos da Administração Direta Municipal, exigindo-se emissão e assinatura do termo de Transferência, anotação da mudança de guarda do bem e atualização do registro patrimonial.

XXX) Unidade Administrativa - Toda unidade integrante da estrutura organizacional formal de um órgão, que responde pelas ocorrências com os bens patrimoniais móveis sob sua responsabilidade.

Art. 3º - Compete à Comissão de Levantamento e Avaliação:

I – Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da Câmara;

II – Promover a avaliação e controle dos bens integrantes do acervo da Câmara Municipal, através de seu cadastro central e de relatórios de situação sobre sua alteração enviada pela Secretaria Geral da Câmara Municipal;

III – Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

IV - Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;

V - Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio;

VI - Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição;

VII – Emiti Ata circunstanciada após realização de todo trabalho;

VIII – Realizar outras atividades correlatas.

Art. 4º. – Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º - O procedimento contábil, no momento da avaliação dos ativos já existentes no patrimônio legislativo municipal, terá sua variação patrimonial em contrapartida direta ao Patrimônio Liquido.

I - A entidade deve observar que, quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado. O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado.

Art. 6º - As categorias citadas no Art. 5º, inciso I- serão utilizadas para classificar os ativos, e ainda servirão de parâmetros para realização das depreciações, são:

Nome da Categoria	Vida Útil	Percentual Residual
APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS.	10	10%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	-	-
COLEÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE DADOS	5	10%
MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
PEÇAS NÃO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%
VEICULOS DE TRAÇÃO MECANICA	15	10%
VEICULOS DIVERSOS	15	10%
ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVEIS	5	10%
PEÇAS NÃO INCORPORAVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Art. 7º - Em caráter excepcional, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características peculiares e necessitem de critérios específicos para estipulação dos seus valores, devendo tal fator divulgado em nota explicativa.

Art. 8º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, em 02 de Março de 2015.

MAURO ANTÔNIO DE LIMA

Presidente do Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO DE Nº 048/2015

DECRETO Nº 48 , DE 16 DE ABRIL DE 2015 - LEI N.629

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Resolve:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$18.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU

15 01.031.0001.2001.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 8.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

16 01.031.0001.2001.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:Anulação:

01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU

1 01.031.0001.1001.0000 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS -3.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

2 01.031.0001.1002.0000 AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL -3.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

3 01.031.0001.1003.0000 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO -3.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4 01.031.0001.1004.0000 AQUISIÇÃO DE IMOVEIS -4.000,00

4.4.90.61.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

01 01 01 CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU

5 01.031.0001.1186.0000 REFORMA DO PRÉDIO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL -3.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

18 01.031.0001.2002.0000 PUBLICIDADE OFICIAL DOS ATOS DO LEGISLATIVO -2.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Artigo 3º.- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAURU, 16 de abril de 2015

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO DE Nº 042/2015

DECRETO Nº 42 , DE 23 DE MARÇO DE 2015 - LEI N.629

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

Resolve:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$2.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 01 01 CAMARA MUNICIPAL DE JAURU

9 01.031.0001.2001.0000 MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO 2.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:Anulação:

01 01 01 CAMARA MUNICIPAL DE JAURU

12 01.031.0001.2001.0000 MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO -2.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL

Artigo 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAURU, 23 de março de 2015

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº. 641/2015

LEI Nº 641 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAURU/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES **LEGAIS,**

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2015, Crédito Adicional Especial no Secretaria de Saúde, no valor de R$ 219.000,00 (Duzentos e Dezenove Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.122.0075.2.613 – Manutenção com o PMAC

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 10.000,00

3.3.90.14 – Diárias Civil..... R$ 5.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... ...R$ 10.000,00

Fonte: 0.1.14.000000 – Recurso Federal

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.2.092 – Manutenção com Agente Comunitário de Saúde PACS E PASCAR

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 3.000,00

3.3.90.14 – Diárias – Civil.....R$ 2.000,00

Fonte: 0.1.42.012000 – Recurso Estadual

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.2.093 – Manutenção com o PAB – Programa Atenção Básica

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 6.000,00

3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... .R$ 10.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... ...R$ 10.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... .R$ 15.000,00

Fonte: 0.1.14.008000 – Recurso Federal

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.2.094 – Manutenção com a ESF. Estrat. De Saúde da Família PSF e PASF

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 10.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... ...R$ 10.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... .R$ 5.000,00

Fonte: 0.1.14.010000 – Recurso Federal

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 4.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica..... ...R$ 7.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... .R$ 10.000,00

Fonte: 0.1.42.010000 – Recurso Estadual

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.2.095 – Manutenção com o Programa Saúde Bucal

3.3.90.30 – Material de Consumo..... R$ 4.000,00

Fonte: 0.1.00.011000 – Recurso Próprio

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....
..R$ 6.000,00

Fonte: 0.1.14.011000 – Recurso União

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.302.0075.2.099 – Manutenção do Centro de Reabilitação

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....
..R$ 5.000,00

3.1.90.13 – Obrigações Patronais.....
R$ 2.000,00

3.1.91.13 – Obrigações Patronais.....
R$ 2.000,00

3.3.90.14 – Diárias – Civil.....R$
1.000,00

3.3.90.30 – Material de Consumo.....
R$ 6.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....
...R$ 2.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....
.R$ 6.000,00

Fonte: 0.1.42.000000 – Recurso Estadual

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....
..R$ 5.000,00

3.1.90.13 – Obrigações Patronais.....
R$ 2.000,00

3.1.91.13 – Obrigações Patronais.....
R$ 2.000,00

3.3.90.14 – Diárias – Civil.....R$
1.000,00

3.3.90.30 – Material de Consumo.....
R$ 6.000,00

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.....
...R$ 2.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....
.R$ 5.000,00

Fonte: 0.1.00.000000 – Recurso Próprio

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.303.0075.2.102 – Manutenção com Assistência Farmacêutica

3.3.90.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....
.R$ 10.000,00

Fonte: 0.1.42.013000 – Recurso Estadual

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.304.0075.2.103 – Manutenção do Programa VISA – Vigilância Sanitária

3.3.90.30 – Material de Consumo.....
R$ 5.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....
.R$ 5.000,00

Fonte: 0.1.14.015000 – Recurso União

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.305.0075.2.104 – Manutenção do Programa ECD – Endemias e Controle de Doenças

3.3.90.30 – Material de Consumo.....
R$ 5.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....
.R$ 5.000,00

Fonte: 0.1.14.016000 – Recurso União

Órgão: 10 – Secretaria de Saúde

Unidade: 01– Fundo Municipal de Saúde

10.301.0075.2.626 – Manutenção com PIAMAB (Programa de Incentivo ao Alcance de Metas da Atenção Básica)

3.3.90.30 – Material de Consumo.....
R$ 5.000,00

3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.....
...R$ 5.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....
.R$ 5.000,00

Fonte: 0.1.42.000000 – Recurso Estadual

Art. 2º - Para dar cobertura na suplementação ao crédito aberto no artigo anterior, será utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de planejamento, (

PPA/LDO

), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Presidente “Tancredo de Almeida Neves” Gabinete da Prefeita Municipal, em Jauru - MT, 01 de junho de 2015.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

PORTARIA N.º 136, DE 25 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

RAIMUNDO MANSKE, Prefeito Municipal de Juruena-MT,em exercício,no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, combinada com a Lei Municipal nº. 679/2006 e a Lei Municipal nº. 865/2011,

R E S O L V E:

ART. 1º Nomear o Sr. MARCOS ANDRE RAUBER, portador do RG nº. 1062196-2 SSP/MT e CPF nº. 849.717.031-87, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças.

ART. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 25 de maio de 2015.

RAIMUNDO MANSKE

Prefeito Municipal

em exercício

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

NAIR BACKES FONTOLAN Coord. *de Recursos* Humanos e Serviços

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 026/2015

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 026/2015

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 001/2015, de 13/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 27/05/2015, às 08:00 horas, no endereço, AVENIDA QUATRO DE JULHO, 360, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Inexigibilidade de Licitação Nº. 007/2015 na modalidade INEXIGIBILIDADE.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA.

Juruena, 27 de Maio de 2015.

ROBSON GOMES DIAS

PREGOEIRO OFICIAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 028/2015

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 028/2015

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2015, de 13/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 15/06/2015, às 08:00 horas, no endereço, AVENIDA QUATRO DE JULHO, 360, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 18/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, e/ou Serviços Especializados em Acessória, Consultoria e Softwares de Gestão Educacional, para Locação Incluindo Conversão de Dados, Implantação e Treinamento para a Secretaria Municipal de Educação.

Juruena, 29 de Maio de 2015.

ROBSON GOMES DIAS

PREGOEIRO OFICIAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

Ratifico a **Dispensa de Licitação nº 007/2015** em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 24 inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e determino que se proceda a

aquisição de imediato

, por se tratar de natureza continuada e imprescindível para o município.

Juruena – MT, 01 de junho de 2015.

Raimundo Manske

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 027/2015

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 027/2015

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2015, de 13/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 12/06/2015, às 09:00 horas, no endereço, AVENIDA QUATRO DE JULHO, 360, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 17/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES PARA ATENDER AS NECESSECIDADES DAS SECRETARIAS E DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Juruena, 29 de Maio de 2015.

ROBSON GOMES DIAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 542/2015.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em **Concurso Público n° 001/2012** do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juína em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do Concurso Público n° 001/2012 realizado nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2012, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na Relação dos Candidatos Convocados constantes do ANEXO ÚNICO, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto, deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Travessa Emmanuel, N.º 605, Centro, no Município de Juína-MT, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferên-

cia da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juína/MT, aos 01 de junho de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal de Juína

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 542/2015.

Concurso Público n.º 001/2012.

RELAÇÃO DO CANDIDATO CONVOCADO

I – FISCAL DEF. CONSUMIDOR (PROCON) – SEC. ADMINISTRAÇÃO:

Classificação	Inscrição	Candidato
05°	01226	WISNER ANTONIO SILVA MORAES

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2015

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Juína, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública para Discussão da Elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual, do Exercício de 2016, bem como Revisão do PPA referente ao Quadriênio 2014/2017, conforme cronograma abaixo :

DATA	HORARIO	LOCAL	PARTICIPANTES
13/06	08:30	Distrito de Terra Roxa – Escola Álvares de Azevedo	Comunidade de Terra Roxa
14/06	08:30	Distrito de Filadelfia – Escola Oswaldo Cruz	Comunidade de Filadelfia
16/06	19:30	Camara de Vereadores	Comunidade Bairros Padre Duilio e Palmiteira
17/06	19:30	Camara de Vereadores	Comunidade Bairros S.J.Operário e Setor Industrial;
18/06	19:30	Camara de Vereadores	Comunidade Bairros Módulo 5 e Módulo 6
19/06	19:30	Camara de Vereadores	Comunidade Bairros módulos 1, 2, 3 e 4
20/06	08:30	Distrito de Fontanillas – Escola Vinicius de Moraes	Comunidade de Fontanillas.

Assim, todos ficam devidamente convocados para, querendo, participem da referida audiência pública.

Juína-MT, 29 de Maio de 2015.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 023/2015

DECRETO Nº 023/2015

DE 29 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a nomeação de candidata aprovada e classificada no Concurso Público Nº 001/2014., para investidura em cargo público.

A Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste-MT, Srª MARIA MANEA DA CRUZ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2014. e no disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público n.º001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado concurso por meio do Decreto n.º019/2014, de 03 de setembro de 2014;

Considerando a existência de vagas nos órgãos desta prefeitura municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto n.º 018/2015 que, convocou a candidata aprovadaeclassificada e;

Considerando finalmente o disposto nas normas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais que regem o direito do trabalho;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo para exercer o respectivo cargo, a candidata abaixo relacionada:

Nome do candidato	Cargo	Classificação
JOSEFA TORQUATRO DE ARAÚJO	**ASSISTENTE SOCIAL**	4º LUGAR

Art. 2°. Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação do presente

DECRETO

para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município e aceita pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A posse da candidata acima nomeada, fica condicionada a sua avaliação médica, realizada por médico perito contratado pela Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste-MT, a ser realizado, previamente agendado com a candidata no ato de entrega dos documentos necessários para a sua nomeação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PROCESSO 022/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 010/2015

A Prefeitura Municipal de Luciara, através do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, TORNA PÚBLICO que Pregão Presencial 010/2015, para Prestação de Serviços de Instalação de Piso Cerâmico, Confecção e Instalação de Forro em Gesso e Pintura no Prédio da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, cuja abertura, deu-se às 08:00h do dia 29/05/2015, foi considerado DESERTO, pois não houveram licitantes interessados no certame.

Prefeitura Municipal de Luciara, em 01 de Junho de 2015.

AGEO FONSECA BRITO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
OFICIO N° 164/2015

Do

Departamento de Licitação e Contratos

Para

Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste - Adesco

Prezados Senhores,

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 03.238.987/0001-75, com sede à Rua Guaíra, n.º 777, CEP n.º 78535-000, Centro, Marcelândia/MT, neste ato representada por sua Pregoeira Oficial, Sra. Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle, portadora do RG n.º 1071316-6 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob n.º 285.515.208-90, residente e domiciliado no município de Marcelândia/MT, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria informar que conforme decisões tomadas pela equipe de licitação na sessão ocorrida no dia 01/06/2015 as 08h:00m referente ao Processo Licitatório Concurso de Projetos nº 001/2015 para seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conforme ata da sessão e por orientação jurídica resolvem redesignar a abertura da sessão marcando nova data para o dia 09/06/2015 as 8h:00m, e notifica a Agência de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste - Adesco, cadastrada no CNPF/MF sob nº 08.175.039/0001-51, para comparecer à sessão ou apresentarem antecipadamente requerimento de desistência.

Atenciosamente,

_____

Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle

Pregoeira Oficial

PREFEITURA/LICITAÇÃO
OFICIO N° 163/2015

Marcelândia-MT, 01 de junho de 2015.

Oficio n° 163/2015

Do

Departamento de Licitação e Contratos

Para

Associação Plante Vida

Prezados Senhores,

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA/MT, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF, sob o n.º 03.238.987/0001-75, com sede à Rua Guaíra, n.º 777, CEP n.º 78535-000, Centro, Marcelândia/MT, neste ato representada por sua Pregoeira Oficial, Sra. Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle, portadora do RG n.º 1071316-6 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob n.º 285.515.208-90, residente e domiciliado no município de Marcelândia/MT, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria informar que conforme decisões tomadas pela equipe de licitação na sessão ocorrida no dia 01/06/2015 as 08h:00m referente ao Processo Licitatório Concurso de Projetos nº 001/2015 para seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conforme ata da sessão e por orientação jurídica resolvem redesignar a abertura da sessão marcando nova data para o dia 09/06/2015 as 8h:00m, e notifica a Associação Plante Vida, cadastrada no CNPF/MF sob nº 08.774.653/0001-30, para comparecer à sessão ou apresentarem antecipadamente requerimento de desistência.

Atenciosamente,

_____

Geisi Glaucia da Silveira Tirapelle

Pregoeira Oficial

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

A Prefeitura Municipal de Marcelândia, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que fará realizar, **no dia 20 de julho de 2015, às 08h00min horas**, na sede da Prefeitura Municipal, Rua Guaira, 777, centro, Marcelândia - MT, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015 Constitui objeto da presente licitação a contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT. Difundir ideias informando e conscientizando o público em geral; Elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como programação visual; Execução de serviços complementares aos trabalhos especializados pertinentes: I - planejamento, execução de pesquisas e outros instrumentos de avaliação, geração de conhecimento sobre o público-alvo, dos meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas;** II- produção, execução técnica das peças e de projetos publicitários criados; III - criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT.

O edital completo está disponível no site da Prefeitura Municipal de Marcelândia, no endereço www.marcelandia.mt.gov.br.

Maiores informações na Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min e das 13h:00m as 14h:00m, ou através do telefone: (66) 3536-3100/3104, e-mail: licitacao@marcelandia.mt.gov.br.

Marcelândia – MT, 01 de junho de 2015.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 4818 DE 20 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DAS OBRAS A SEREM REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os servidores municipais, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão Municipal para recebimento provi-

sório e definitivo das obras a serem realizadas no ano de 2015, nos moldes estabelecidos no Art. 73, Inciso I, Alínea B, da Lei nº 8.666/93 - Licitações e Contratos:

- Arquiteto e Urbanista – Eder dos Santos – Secretário Adjunto de Obras

- Antonio Darley Hipólito da Luz– Secretário de Obras

- Adilton Pio da Silva Nogueira – Secretária de Educação

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Registre-se; Publique-se.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2043 DE 20 DE MAIO DE 2015

Convoca a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATUPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser realizada em Matupá-MT, no dia 19 de junho de 2015, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Matupá do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º

A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como tema "Os Desafios na Implementação da Politica da Pessoa com Deficiência: A transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos.

Art. 3º A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será precedida de etapas municipais e/ou regionais, nas quais serão escolhidos e indicados os delegados participantes para participar da etapa Estadual.

Parágrafo único. A não realização das etapas preparatórias de que trata o caput não inviabilizará a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 4º A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Matupá e, em sua ausência ou impedimento eventual, pelo Presidente da Comissão Organizadora.

Art. 5º O Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência de Matupá.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre a composição das delegações de participantes, na proporção de 60% (sessenta por cento) de representantes da sociedade civil – pessoas idosas ou pessoas que atuam junto a pessoas idosas ou entidades não governamentais que atendem a pessoas idosas - e 40% (quarenta por cento) de representantes do governo.

Art. 6º As despesas com organização e realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência correrão à conta das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Matupá.

Art. 7º As despesas de deslocamentos dos delegados (as) municipais ou regionais, para a participação na III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, serão custeados pelo seu município de origem.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze.

Registre-se Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2042 DE 20 DE MAIO DE 2015

Convoca a IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATUPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente, a ser realizada em Matupá-MT, no dia 03 de junho de 2015, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matupá do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como tema "da Política e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir do fortalecimento dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º

A IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente será precedida de etapas municipais e/ou regionais, nas quais serão escolhidos e indicados os delegados participantes para participar da etapa Estadual.

Parágrafo único. A não realização das etapas preparatórias de que trata o caput não inviabilizará a realização da Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do adolescente.

Art. **4º A I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matupá e, em sua ausência ou impedimento eventual, pelo Presidente da Comissão Organizadora.**

Art. 5º O Regimento Interno da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente será aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matupá.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre a composição das delegações de participantes, na proporção de 60% (sessenta por cento) de representantes da sociedade civil – pessoas idosas ou pessoas que atuam junto a pessoas idosas ou entidades não governamentais que atendem a crianças e adolescentes - e 40% (quarenta por cento) de representantes do governo.

Art. 6º As despesas com organização e realização da IV Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente correrão à conta das dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Matupá.

Art. 7º As despesas de deslocamentos dos delegados (as) municipais ou regionais, para a participação na Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, serão custeados pelo seu município de origem.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de Maio do ano de dois mil e quinze.

Registre-se Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2041 DE 20 DE MAIO DE 2015.

"Dispõe sobre a revogação e alteração dos membros do Conselho Municipal de Habitação – CMH, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e, em especial, ao cumprimento da Lei Municipal nº 415 de 02 de Setembro de 2003;

DECRETA

Art. 1º - Ficam revogadas as nomeações feitas nos incisos VI do artigo 2º. do Decreto nº **1917** de

05 de Setembro de 2014

.

Art. 2º - Ficam nomeados para composição do Conselho Municipal de Habitação – CMH, de acordo com a Lei Municipal nº 415/2003:

Órgãos governamentais

I - Representando a Secretaria Municipal de Obras Titular: Antonio Darlei Hipolito da Luz Suplente: José Ferreira da Silva

II - Representando a Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Reinaldo Schneider Suplente: José Aparecido de Oliveira

III - Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Juliana Fatima Carbonera Suplente: Rosângela Aparecida da Silva

IV - Representando a Secretaria Municipal de Administração

Titular: Lelia Laura da Silva Suplente: Edna Zanette Giusti

V - Representando a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Valdecir Noronha Suplente: Vanessa Ferreira da Silva

VI - Representando o Poder Legislativo,

Titular: Marinilde Bernardi Dal'Acqua Suplente: Alzenir Oliveira Gomes

Órgãos não governamentais

VII - Representando o CREA/MT,

Titular: Alexandre Barbieri Suplente: Rute de Almeida Lara

VIII - Representando a ASCOMIN

Titular: Aline Menezes Pantaleão

Suplente: Luciléia Carvalho

IX - Representando as associações de moradores

Titular: Monica Picolo Bertinetti Suplente:José Dutra Rodrigues

X - Representando o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais,

Titular: Adilson Luiz Lippi Suplente: José dos Santos

XI - Representando o Lions Clube,

Titular: Douglas Aparecido Picotte Batista

Suplente: Luiz Paulo Liberalli

XII - Representando o Rotary Clube,

Titular: Reginaldo Ricieri Suplente: José Antonio Ricieri

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2039, DE 20 DE MAIO DE 2015.

"Dispõe sobre a Nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO: A aprovação da Lei Municipal nº 483 de 09 de Junho de 2004, que instituiu os Direitos das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais;

CONSIDERANDO: As Leis Municipais nºs 508/2005 e 705/2009 em seu Artigo 5º e Artigo 1º que institui a Composição do Conselho

DECRETA

Art. 1º - Ficam revogadas as nomeações feitas nos incisos II, IV, VII do Decreto nº 2020 de 23de março de 2015.

Art. 2º - Ficam nomeados para composição do Conselho Municipal de Direitos das Pessoas com Deficiência – CMDPD, de acordo com a Lei Municipal nº 483 de 09 de junho de 2004

I - Representante do Poder Executivo

Titular: Maria Ângela dos Reis

Suplente: Eder dos Santos

II - Representante do Poder Legislativo

Titular: Marinilde Bernardi Dall'Acqua

Suplente: Alcione de Moraes Zattar

III - Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Leandro Moura de Lima

Suplente: Emanuelle de Meira Scatola

IV - Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Marlene Messias Cardoso de Souza

Suplente: Adenil Peres Bandeira

V - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Cides Semprebom Bezerra

Suplente: Zizian Zolforoso

VI – Representante da APAE

Titular: Antonia Fior Daguis Frediane

Suplente: Janete Aparecida Teruel

VII – Representante das Igrejas Evangélicas

Titular: Adão Lopes da Luz

Suplente: Edvandro Luiz Menegon

VIII – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Adilson Luiz Lippi

Suplente: Agenor Antonio de Matos

IX – Representante da Pastoral da Criança

Titular: Janete dos Santos

Suplente: Luciana Rodrigues Gomes

X - Representando o Rotary Clube

Titular: Heraldo Rodrigo Ricieri

Suplente: José Valmir Barbieri

XI - Representando o Lions Clube

Titular: Dalva Aparecida Cardoso

Suplente: Douglas Aparecido Picotti Batista

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2027 DE 13 DE ABRIL DE 2015

"Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015, (Lei nº. 899 de 18/12/2014) e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Fica aberto no Orçamento do Município de Matupá/MT, Crédito adicional Suplementar, nos termos do Art. 43, § 1º da Lei 4.320/64, no valor de

R$ 748.000,00 (Setecentos e Quarenta e Oito Mil Reais),

para atender as seguintes Dotações Orçamentárias.

Órg	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.	Valor
03	03.001	04.122.0004.2005.33903900000	33.000,00
06	06.001	20.601.0010.1013.44905200000	400.000,00
08	08.002	10.301.0017.2032.33903900000	4.000,00
08	08.002	10.302.0020.2038.33903000000	20.000,00
08	08.002	10.302.0020.2038.33903900000	20.000,00
10	10.001	15.452.0035.2061.33903000000	150.000,00
12	12.001	04.606.0040.2066.33903600000	1.510,72
13	13.001	13.392.0041.1109.44905100000	14.888,27
13	13.001	13.392.0041.1109.44905100000	104.601,01
TOTAL			748.000,00

Artigo 2º - Os recursos disponíveis, necessários à cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo anterior, serão obtidos em consonância com o Art. 43, § 1º, III da lei 4.320/64 pela anulação parcial das seguintes dotações consignadas no vigente orçamento:

Órg.	Órg./Unidade	Funcional – Prog. Categ. Econ.	Valor
04	04.001	04.122.2007.2007.3390390000	118.000,00
06	06.001	20.601.0010.1117.4490510000	20.000,00
06	06.001	20.601.0010.1117.4490510000	20.000,00
07	07.001	12.361.0015.2027.3390390000	50.000,00
07	07.002	12.361.0013.1037.4490520000	20.000,00
07	07.002	12.361.0013.1037.4490520000	180.000,00
08	08.001	10.302.0020.2038.3390390000	70.000,00
08	08.002	10.302.0020.2038.3390390000	50.000,00
09	08.001	08.0244.0028.2054.339039000	15.000,00
10	10.001	15.452.0035.2061.3390390000	15.000,00
10	10.002	15.451.0036.1096.4490510000	20.000,00
10	10.002	15.451.0036.1096.4490510000	10.000,00
15	15.001	23.695.0045.1120.4490510000	75.000,00
15	15.001	23.695.0045.1120.4490510000	85.000,00
		TOTAL	748.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos Treze dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2040 DE 20 DE MAIO DE 2015.

"Dispõe sobre a revogação e alteração de membros do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e em especial ao comprimento da Lei Municipal nº 706 de 07 de Outubro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - Fica revogada a nomeação feita no incisos **II , VI, XI, XIII e XIV** do Artigo 2º do Decreto municipal nº 1966 de 24 de Novembro de 2014.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros para composição do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em conformidade com a Lei Municipal 706/2009:

I - Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social Titular: Rosangela Apda. da Silva

Suplente: Geni Teixeira Ferreira

II - Representando a Secretaria Municipal de Educação

Titular: Marcela Dias dos Santos

Suplente: Juciane Rodrigues Figueredo

III - Representando a Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Janara de Souza Soares Suplente: Rita de Cássia Andrade

IV – Representando a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

Titular: Monica Picolo Bertinetti Suplente: Douglas Aparecido Picotte Batista

V - Representando a Secretaria Municipal de Administração

Titular: Lélia Laura da Silva Suplente: Cristiane da Silva Oliveira

VI – Representando a Secretaria Municipal de Planejamento

Titular: Cristiane Pereira Serra Suplente: Maria Angela dos Reis

VII - Representando a Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: Valdecir Noronha Suplente: Vanessa Ferreira da Silva

VIII - Representando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE:

Titular: Iolanda Lazarotto Jarosesky Suplente: Antonia Fior Daguis Frediani;

IX - Representando a Pastoral da Criança

Titular: Leila Borges Carvalho Parrião

Suplente: Sueli Aparecida de Almeida

X - Representando a Associação da 3ª Idade "Tia Celina"

Titular: Terezinha de Moura Trzinski Suplente: Zeleide Antonia Z. Giordani

XI - Representando o Centro Social Maria Missionária

Titular: Rosimere da Silva Suplente: Marilei Terezinha Trevisan

XII - Representando os Clubes de Serviço

Titular: Janete Martins Suplente: Celso Martin Costin

XIII - Representando os Trabalhadores do Setor de Assistência Social

Titular: Célia Aparecida Matos da Silva

Suplente: Erika Nobre Carneiro

XIV - Representando os Psicólogos

Titular: Sandra da Rocha Figueiredo

Suplente: Marlene Terezinha Tomas Borges

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de Maio de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA - Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 043/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 18 de JUNHO de 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS ESPORTIVOS REALIZADO PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO". Maiores informações através do Edital nº. 068/2015, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 02 de Junho de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 114/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: VEIGA & SANTOS LTDA - ME

OBJETO: **Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para Execução de Obras de Ampliação de um total de 75,83 m² do USF Comunidade União Padovani (Lote 02) do Município de Matupá, contidas nos anexos do edital 145/2013, TOMADA DE PREÇO 020/2013, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **30 DE AGOSTO DE 2015,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 113/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: VEIGA & SANTOS LTDA - ME

OBJETO: **Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para Execução de Obras de Ampliação de um total de 72,20 m2 do PSF da Comunidade Flor da Serra (Lote 01) do Município de Matupá, contidas nos anexos do edital 145/2013, TOMADA DE PREÇO 020/2013, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em *30 DE AGOSTO DE 2015,* podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 060/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: VEIGA & SANTOS LTDA - ME

OBJETO: **Contratação, Prorrogação dos Serviços e Recebimento da Obra do Contrato do Contrato nº. 060/2013,** cujo objeto é*Execução de Obras para Ampliação de 04 (quatro) salas de aula, mais instalação elétrica da Ampliação na E. E. SENADOR JONAS PINHEIRO, localizada no interior do Município de Matupá - MT. Conforme Termo de Convênio nº. 192/2011, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o Município de Matupá – MT****, contidas nos anexos do presente edital, com fornecimento pela empresa contratada de todos os materiais, equipamentos, peças e serviços Edital 057/2013, TOMADA DE PREÇO 007/2013.***

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em **28 DE NOVEMBRO DE 2015,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 040/2013

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: IURGUEN ARAI SCHWIRCK - ME

OBJETO: Contratação de Empresa para Elaboração de Projetos, conforme termo de referência devidamente especificado no Anexo I do Edital n° 041/2013 da respectiva Tomada de Preço n° 002/2013**: Lote 01** - Elaboração de Projeto Executivo de Pavimentação Asfáltica e Drenagem de águas pluviais profundas em Ruas e Avenidas**, Lote 04 -** Elaboração de Projeto Arquitetônico e Paisagístico, com elementos auxiliares e acessórios, do Lago 03 e **Lote 05 -** Elaboração de Projeto Arquitetônico para ampliação da sede do Paço Municipal de Matupá**.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em

28 DE NOVEMBRO DE 2015,

podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 123/2012

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA

OBJETO: **Contratação de Empresa de Engenharia, com Comprovada Capacidade Técnica, Administrativa e Financeira, para Execução de Pavimentação Asfáltica em Tsd e Drenagem Superficial nas Vias: Avenida Rua 1h5 Rua 16 H5, Rua 17 H5, nos Bairros Cidade Alta e Industrial, conforme Termo de Convênio 051/2012/SETPU, conforme justificativa do Departamento de Engenharia em anexo.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em *28 DE NOVEMBRO DE 2015,* podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 138/2011

CONTRATANTE O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA

OBJETO: **Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para Execução de Serviços de Drenagem de Águas Pluviais em vias urbanas do Bairro ZH3-001 do Município de Matupá/MT, conforme Convênio nº. 027/11, entre Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana e o Município de Matupá.**

OBJETIVO: Aditar o prazo de vigência e execução do contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura com término em *28 DE NOVEMBRO DE 2015,* podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 01/06/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 037/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PATRULHA MECANIZADA – 01 (UMA) RETRO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRA" de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do respectivo *Pregão Presencial nº 017/2014.* Da Prefeitura Municipal de Auto Paraguai - MT.

CONTRATADA: TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor/Global: R$ 450.000,00

Assinatura: 27/05/2015 Vigência: 31/12/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 06.060.0.1.20.601.0010.1013 – Aquisição de Patrulha Mecanizada – 4490.52.000 – Equipamento e Material Permanente – Recursos Ordinário - R$ 10.547,00

Código Geral: 06.060.0.1.20.601.0010.1013 – Aquisição de Patrulha Mecanizada – 4490.52.000 – Equipamento e Material Permanente – Recursos Vinculado - R$ 439.453,00

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 4817 DE 20 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATUPÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso;

Considerando a realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no período de 19 de junho de 2015, no Município de Matupá/MT,,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e definir orientações gerais quanto a sua organização interna e distribuição de atribuições:

Art. 2º – Distribuir a referida Comissão Organizadora em grupos de trabalho, conforme especificações abaixo:

I – Grupo de elaboração do Regimento Interno: este grupo será responsável por convocar, tomar notas e registrar todas as deliberações dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quanto aos aspectos gerais e as minucias que deverão constar no Regimento Interno da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como esclarecer as dúvidas existentes quanto ao Regimento Interno;

II – Grupo de Mobilização e Divulgação: este grupo será responsável pela sistematização de todas as informações sobre a I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, articulação com os delegados das Conferências Municipais, catalogação de contatos ligados à defesa dos direitos da pessoa com deficiência, convite por meio de Ofícios às instituições governamentais e não governamentais, divulgação via e-mail, telefone e imprensa, bem como pelo recebimento das fichas de inscrição e confirmação de participação dos inscritos;

III – Grupo de Definição de Programação e Palestrantes: este grupo coordenará as discussões, decisões e prazos para a definição da programação da referida Conferência, escolha de palestrantes, coordenadores, relatores e facilitadores e fará a distribuição destas informações aos demais grupos, bem como será responsável por todos os assuntos relacionados aos palestrantes, como elaboração dos convites oficiais, comunicação direta com os mesmos, apresentações culturais, etc.;

IV – Grupo de Apoio Logístico: este grupo será responsável pela organização e realização do credenciamento, providências quanto ao material a ser distribuído e a montagem das pastas, local de realização do evento, hospedagem, alimentação, material multimídia, salas de apoio, pedido de diárias para os conselheiros que farão articulação nos municípios, cerimonial e transporte dos palestrantes com o apoio do Grupo III (quanto aos dias e horários de transporte em relação a cada palestrante);

V – Grupo de Assessoramento e Sistematização: este grupo será responsável pela elaboração, correção e divulgação das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias referentes à organização da conferência, construção e revisão do texto base da conferência, relatoria das propostas das conferências municipais, bem como a elaboração e encaminhamento do Relatório Final da referida Conferência;

Art. 3º - Nomear para compor a referida Comissão Organizadora os seguintes representantes:

I – Grupo de Elaboração do Regimento Interno:

- Dalva Aparecida Cardoso

- Rosilene Luperini Zanco

II – Grupo de Mobilização e Divulgação

- Rosilene Luperini Zanco

- Dalva Aparecida Cardoso

- Rosangela Aparecida da Silva

III – Grupo de Definição de Programação e Palestrantes

- Dalva Aparecida Cardoso

- Leandro Moura de Lima

-Yolanda Lazarotto

- Marcos Giustti

- Rosilene Luperini Zanco

IV – Grupo de Apoio Logístico

- Rosilene Luperini Zanco

- Dalva Aparecida Cardoso

- Rosangela Aparecida da Silva

V – Grupo de Assessoramento e Sistematização

- Dalva Aparecida Cardoso

- Rosangela Aparecida da Silva

- Rosilene Luperini Zanco

§ 1º A comissão Organizadora poderá convidar a qualquer tempo no interesse da realização da I Conferência novo membros para comporem os grupos de trabalho.

Art. 4º - A função de membro da Comissão Organizadora não será remunerada.

Art. 5º - O período de validade desta Portaria será de (300) trezentos dias.

Art. 6º - Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com deficiência.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Registre-se - Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI

PORTARIA Nº. 029/2015.

DATA: 01 DE JUNHO DE 2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIOO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DA SERVIDORA SRª. JOANA DARC DA SILVA"

O Diretor Executivo do PREVI-MUNI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Considerando o disposto na Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, que acrescentou o Artigo 6-A a Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com o Art. 12, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal n.º 058 de 29 de abril de 2011, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de MATUPÁ-MT e o anexo VII da Lei Complementar 097 de 13 de abril de 2.015

, que dispõe sobre o reajuste do Plano de Cargos, Carreiras dos Profissionais da Educação Básica do Município de Matupá–MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o benefício de Aposentadoria Por Invalidez em favor da servidora Srª. JOANA DARC DA SILVA, portadora do RG nº.1. 650.437 SSP-GO, inscrita no CPF nº.810.415.511-34, efetiva no cargo de Manutenção e Limpeza, Classe "C", Nível "6", cadastrada sob o RE nº. 62 e Matrícula Previdenciária nº. 62, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, com proventos proporcionais, conforme processo do PREVI-MUNI nº.2015.03.00000002.

Art. 2° - O benefício de Aposentadoria Por Invalidez será com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 6.258(seis mil duzentos e cinquenta e oito) dias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

Omar Antônio Chisté

- Diretor Executivo –

HOMOLOGADO POR: _____

Valter Miotto Ferreira

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI

PORTARIA Nº. 028/2015.

DATA: 01 DE JUNHO DE 2015

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIOO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DA SERVIDORA SRª. IRIS MARIA DOS SANTOS"

O Diretor Executivo do PREVI-MUNI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Considerando o disposto na Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, que acrescentou o Artigo 6-A a Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com o Art. 12, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal n.º 058 de 29 de abril de 2011, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de MATUPÁ-MT e o anexo VII da Lei Complementar 097 de 13 de abril de 2.015

, que dispõe sobre o reajuste do Plano de Cargos, Carreiras dos Profissionais da Educação Básica do Município de Matupá–MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o benefício de Aposentadoria Por Invalidez em favor da servidora Srª. IRIS MARIA DOS SANTOS ALVES, portadora do RG nº.0871998-5 SSP-MT, inscrita no CPF nº.344.755.321-91, efetiva no cargo de Manutenção e Limpeza, Classe "A", Nível "9", cadastrada sob o RE nº. 56 e Matrícula Previdenciária nº. 56, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, com proventos proporcionais, conforme processo do PREVI-MUNI nº.2015.03.00000001.

Art. 2° - O benefício de Aposentadoria Por Invalidez será com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 8.887(oito mil oitocentos e oitenta e sete) dias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Omar Antônio Chisté

- Diretor Executivo –

HOMOLOGADO POR:

Valter Miotto Ferreira

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 909, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar termo de cessão de uso de bem público com o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado Mato Grosso - INDEA MT através da Unidade Regional de Supervisão de Matupá - URS/Matupá, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de cessão de uso de bem público com o Instituto de Defesa Agropecuária do

Estado Mato Grosso - INDEA MT através da Unidade Regional de Supervisão de Matupá - URS/Matupá, inscrita no CNPJ sob nº 14.939.979/0001-72, objetivando a cessão de uso de um AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS, pelo período de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por interesse das partes.

Art. 2º O INDEA se responsabiliza pela administração e conservação do bem objeto da cessão de uso de modo a atender a finalidade social e manter a integridade do patrimônio.

Art. 3º No caso de descumprimento pelo INDEA das cláusulas e condições estabelecidas no termo de cessão de uso, o mesmo poderá ser revogado unilateralmente pela Administração Pública.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 908, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover Concurso de Desenho denominado "Belezas de Matupá" com aquisição de prêmios para os três melhores desenhos, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito do Município de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover Concurso de Desenho denominado "Belezas de Matupá", com os alunos do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental, das Escolas Municipais, Estaduais e Particular do município, com aquisição de prêmios para os três melhores desenhos.

Art. 2º A campanha que se refere o artigo anterior tem como incentivo à doação sob a forma de premiação de um notebook, um tablet e uma câmera digital.

Art. 3º Os contemplados com os prêmios mencionados no artigo anterior são os três alunos inscritos no concurso que elaboraram os melhores desenhos, escolhidos por comissão nomeada pelo Executivo Municipal, formada por representantes da Secretaria Municipal de Educação, Núcleo da Assessoria Pedagógica de Matupá e profissionais da sociedade matupaense ligados à arte.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária, própria do orçamento municipal vigente na Secretaria Municipal de Cultura e Lazer:

13 – Secretaria Municipal de Cultura e Lazer

13.001 – Gabinete do Secretário

13.001.13 – Cultura

13.001.13.392 – Difusão Cultural

13.001.13.392.0041 – Produção e Expansão Cultural

13.001.13.392.0041.2068 – Manut. do Fundo Municipal de Cultura

3390.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2045 DE 01 DE JUNHO DE 2015

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, pelo Decreto nº 1992 de 28/01/2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º.

Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

5. Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6. Cartão do PIS/PASEP;

7. Carteira de Trabalho;

8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

9. Título de Eleitor;

10. Certidão Negativa dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e mental expedido por um Médico de Saúde do Trabalhador, que será determinado pelo município;

13. 02 (dois) fotos 3x4, coloridas e recentes;

14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15. Certidão de Reservista (sexo masculino);

16. Comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração contendo endereço residencial;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Declaração de bens;

20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

ANEXO II

CARGO: ENFERMEIRO

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
DANUBIA BATISTA SOARES	40.975.058-X	21	2º

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 4816 DE 20 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATUPÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso;

Considerando a realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 03 de Junho de 2015, no Município de Matupá/MT,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e definir orientações gerais quanto a sua organização interna e distribuição de atribuições:

Art. 2º – Distribuir a referida Comissão Organizadora em grupos de trabalho, conforme especificações abaixo:

I – Grupo de elaboração do Regimento Interno: este grupo será responsável por convocar, tomar notas e registrar todas as deliberações dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, quanto aos aspectos gerais e as minucias que deverão constar no Regimento Interno da IV Conferência Municipal Direitos da Criança e do Adolescente , bem como esclarecer as dúvidas existentes quanto ao Regimento Interno;

II – Grupo de Mobilização e Divulgação: este grupo será responsável pela sistematização de todas as informações sobre a IV Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, articulação com os delegados das Conferências Municipais, catalogação de contatos ligados à defesa dos direitos da pessoa idosa, convite por meio de Ofícios às instituições governamentais e não governamentais, divulgação via e-mail, telefone e imprensa, bem como pelo recebimento das fichas de inscrição e confirmação de participação dos inscritos;

III – Grupo de Definição de Programação e Palestrantes: este grupo coordenará as discussões, decisões e prazos para a definição da programação da referida Conferência, escolha de palestrantes, coordenadores, relatores e facilitadores e fará a distribuição destas informações aos demais grupos, bem como será responsável por todos os assuntos relacionados aos palestrantes, como elaboração dos convites oficiais, comunicação direta com os mesmos, apresentações culturais, etc.;

IV – Grupo de Apoio Logístico: este grupo será responsável pela organização e realização do credenciamento, providências quanto ao material a ser distribuído e a montagem das pastas, local de realização do evento, hospedagem, alimentação, material multimídia, salas de apoio, pedido de diárias para os conselheiros que farão articulação nos municípios, cerimonial e transporte dos palestrantes com o apoio do Grupo III (quanto aos dias e horários de transporte em relação a cada palestrante);

V – Grupo de Assessoramento e Sistematização: este grupo será responsável pela elaboração, correção e divulgação das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias referentes a organização da conferência, construção e revisão do texto base da conferência, relatoria das propostas das conferências municipais, bem como a elaboração e encaminhamento do Relatório Final da referida Conferência;

Art. 3º - Nomear para compor a referida Comissão Organizadora os seguintes representantes:

I – Grupo de Elaboração do Regimento Interno:

- Ana Lucia de Souza

- Rosilene Luperini Zanco

II – Grupo de Mobilização e Divulgação

- Luana Sherosesk

- Ana Lucia de Souza

-Tatiane Ferreira

-Vanessa Dorigom

III – Grupo de Definição de Programação e Palestrantes

- Ana Lucia de Souza

- Rosilene Luperini Zanco

- Kassio Roberto Pereira

- Carlos André Alves e Lafaiete Adriano Oliveira Mendonça

- Sandra Rocha, e Marilde Frigeri.

IV – Grupo de Apoio Logístico

- Rosilene Luperini Zanco

- Ana Lucia de Souza

- Rosangela Aparecida da Silva

V – Grupo de Assessoramento e Sistematização

- Rosangela Aparecida da Silva

- Ana Lucia de Souza

- Rosilene Luperini Zanco

- Heraldo Rodrigo Ricieri

§ 1º A comissão Organizadora poderá convidar a qualquer tempo no interesse da realização da I Conferência novo membros para comporem os grupos de trabalho.

Art. 4º - A função de membro da Comissão Organizadora não será remunerada.

Art. 5º - O período de validade desta Portaria será de (300) trezentos dias.

Art. 6º - Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Comissão Organizadora da I Conferência municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Registre-se - Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RETIFICAÇAO

ESTADO DO MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 040/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO 79/2015

O Município de Nobres - MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público que foi alterada a data de abertura do **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 040/2015**, cujo Objeto é *Aquisição de Cestas Básicas para Atender a Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS* para o dia **16/06/2015 as 09:00hs**. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m ou através do telefone (65) 3376-4200 Ramal 4215.

Nobres - MT, 01 de Junho de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES

NADIR DA SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO PREGÃO 13/2015 – CARONA – ADESÃO Nº 002/2015 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015.

EXTRATO DO PREGÃO 13/2015 – CARONA – ADESÃO Nº 002/2015 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015.

A Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, torna público para conhecimento dos interessados que ratificou processo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2015, realizada por meio do Pregão Presencial nº 002/2015/Prefeitura de Mirasol D'oeste-MT, para aquisição de Fogos de Artifícios. Fornecedor: ERICA SALLAS LOPES - MT, inscrita o CNPJ sob o nº 05.082.661/0003-99. Valor: 355.640,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta reais). Fonte dos recursos: recursos próprios.

Nortelândia-MT, 01 de junho de 2015.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA N.º 438/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1.º Nomear a Senhora **Glaucia Pereira do Nascimento,** Portadora da Cédula de Identidade **RG nº 1461090-6 SSP/MT** e do **CPF nº 017. 350.131-10** para o **Cargo em Comissão Nível DAS-3 "Coordenadora de Gestão Administrativa da Saúde"** do Departamento de Gestão Administrativa da Saúdeda Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de Junho de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 01/06/2015.

Neurilan Fraga

Prefeito Municipal

Edivaldo de Sá Teixeira

Secretário de Administração, Planejamento e Gestão.

Norma Firmiano Rodrigues Barradas

Secretária Municipal de Saúde

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 431/2015

PORTARIA Nº 431/2015

Concede férias de 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Senhor **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados:

Atilana Lins Ferreira Formighieri, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 09/01/2014 a 09/01/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Daniel Rodrigues Nogueira,Vigia, lotado na Secretaria de Administração Planejamento e Gestão- Departamento de Segurança do Patrimônio Público da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 02/05/2012 a 02/05/2013, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Everton Soares Figueiredo, Controlador Interno, lotado na Secretaria Gabinete do Prefeito, Dep., Controladoria Geral do Município da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 29/03/2014 a 29/03/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

João Tibaldi da Silva, Motorista, lotado na Secretaria de Administração Planejamento e Gestão, Departamento de Transporte da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 01/01/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Lucia Helena dos Santos Silva, Técnica em Infraestrutura Material e Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 17/05/2014 a 17/05/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Luciana Alves Marinho dos Santos, Agente de Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 13/03/2014 a 13/03/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Luzia Rosa da Silva Santos, Técnica em Alimentação Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 03/05/2014 a 03/05/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Renato Coelho Portela, Técnico Agrícola, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão - Departamento de Agricultura da Pre-

feitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 23/12/2013 a 23/12/2014, cujo gozo de dará a partir desta data.

Robiston Reis da Silva, Técnico Agrícola, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão – Departamento de Limpeza Pública e Serviços da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 23/12/2014 a 23/12/2015, cujo gozo de dará a partir desta data.

Vanildo Silva do Nascimento, vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 15/02/2012 a 15/02/2013, cujo gozo se dará a partir desta data.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 64, caput e seus parágrafos da Lei Municipal n.º 021/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia - MT) e Art. 78 da Lei n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 4º dia do mês de maio de 2015, 62º da Emancipação Político-Administrativa. 04.05.2015.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

Dr. EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretario de Administração, Planej.e Gestão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº. 146/2015

Portaria nº 146/2015

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Administração, Sr. **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248.761-72,residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do contrato nº 039/2015 – Prestação de serviços de locação de caminhões e maquinários, a partir de 08/05/2015.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 08 de maio de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 130/2015

PORTARIA Nº. 130/2015

Maria Auxiliadora da Silva Cunha Secretaria de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença por interesse particular sem ônus por período de 01 (um) ano a partir de 14/05/2015, a Rosana Aparecida Figueiredo do Prado, Apoio Administrativo Educacional, lotada na Escola Municipal Ana Antonia de Almeida Leite, com base no Processo 851/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 14 de maio de 2015.

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 129/2015

PORTARIA Nº. 129/2015

Maria Auxiliadora da Silva Cunha Secretaria de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Conceder elevação da Classe **A** para Classe **B** a Fernando Antonio Gavioli, Profissional de Nível Superior Municipal/Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente a partir de maio de 2015, com base no Processo 552/2015.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 14 de maio de 2015.

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 127/2015

PORTARIA Nº. 127/2015

Otarci Nunes da Rosa, Secretari**o** Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Retornar Simão Jorge da Silva da licença por interesse particular sem ônus as atividades normal do cargo de Agente Municipal na Secretaria de Administração Planejamento e Finanças a partir de maio de 2015. O retorno da licença por interesse particular sem ônus se da por motivo de termino do afastamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 13 de maio de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 125/2015

PORTARIA Nº. 125/2015

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Conceder Elevação da Classe A para Classe B aos servidores do cargo de Apoio e Agente Municipal abaixo relacionado com base nos Processos Administrativos e parecer Jurídico a partir de maio de 2015.

Auxiliadora de Morais

Celia Maria de Campos

Deijaney Ferraz de Oliveira

Denerval Ferraz de Oliveira

Edilaine Gonçalina Campos

Hiago Silva de Queluz

Jose Cerilo de Morais

Jose Rodolfo Muniz Filho

Jucileide Silva Campos

Leidinho Jose de Barros

Rosalina Maria Espirito Santo

Silvana Maria da Silva

Suely Maria de Jesus Asunnção

Nossa Senhora do Livramento - MT, 08 de maio de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 124/2015

PORTARIA Nº. 124/2015

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder licença premio a partir de maio de 2015 aos seguintes servidores:

Helena Clara Ferreira de Arruda, 01 (um) período a partir de 01/05/2015.

Odinei de Campos Curado, 01(um) período a partir de 04/05/2015.

Ronaldo Cesar de Carvalho, 30 (trinta) dias a partir 04/05/2015.

Dulce Ferraz de Oliveira Magalhães, 01 período a partir de 14/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 08 de maio de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 123/2015

PORTARIA Nº. 123/2015

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finançasda Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença por interesse particular sem ônus com base em Processos Administrativos aos seguintes servidores:

Cristiane Maria de Barros Assunção, Técnica de Enfermagem, por período de 03 (três) anos a partir de 01 de maio de 2015.

Maria Auxiliadora de Arruda, Professora, prorroga por mais 01(um) ano a partir de 12/05/2015.

Cirley Matildes de Figueiredo, Apoio Municipal, por período de 03 (três) anos a partir de 15/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 08 de maio de 2015.

Otarci Nunes da Rosa

Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº. 128/2015

PORTARIA Nº. 128/2015

Maria Auxiliadora da Silva Cunha, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Transferir os servidores abaixo citados entre Departamentos da mesma Secretaria a partir de maio de 2015:

Ataíde Ferreira da Silva Neto para o Departamento da Assistência Social

Simão Jorge da Silva para o Departamento de Finanças

Karolina Aparecida de Figueiredo para Gestão da Educação

Katia Jesuela de Oliveira para o Laboratório/Hospital e os seguintes para o Departamento do Fundeb 40/Transporte Escolar

Paulo Luciano das Dores Campos

Osmar José de Campos Curado

Jose de Almeida Prado

Luzeu Alexandrino da Silva Filho

Judelson José de Oliveira

Hugo Lubiana

Oswaldo Pinho

Erlete dos Santos Rebeca Soyama

José Iraci Lorena Castro

Jorge Batista de Barros

José Rosa Nascimento

Domingos Sávio Metelo

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 13 de maio de 2015.

Maria Auxiliadora da Silva Cunha

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

DECRETO Nº 32/2015

DECRETO N.32/2015

“Atendendo ao disposto no Art.139 do ECA e Art. 7º da Resolução CONANDA e na pendência de alteração da legislação municipal relativa ao Conselho Tutelar autoriza a expedição de edital para lançando do processo de escolha dos novos membros do conselho tutelar, atendendo ao cronograma nacional”

CARLOS ROBERTO DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, nos termos das Leis n. 8.069/1990 e Lei 12.696/2012 e,

Considerando a necessidade de se adequar a legislação Municipal em relação às alterações do ECA referentes aos direitos e eleição dos Conselheiros Tutelares;

Considerando que o processo legislativo demanda tempo considerável e que disposições da Resolução CONANDA N. 170/2014 prevê o lançamento de edital para escolha dos novos conselheiros tutelares no período de seis meses antes da data fixada em lei para o pleito;

Considerando ainda que a Municipalidade estará adequada a legislação de regência no menor espaço de tempo possível,

DECRETA:

Art. 1º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência de no mínimo 06 (seis) meses, publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069 de 1990.

Art. 2º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições, o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

Art. 3º No edital de lançamento do processo de escolha será inicialmente exigido dos candidatos o preenchimento dos requisitos mínimos previstos no Art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 4º Após a aprovação e sanção do projeto de lei contendo as adequações relativas ao Conselho Tutelar, deverá ser expedido um edital complementar contendo as regras de divulgação do processo de escolha, as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções, bem como outros requisitos estipulados em Lei Municipal para o preenchimento do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor imediatamente após sua publicação no átrio dos prédios públicos Municipais, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 25 de maio de 2015.

CARLOS ROBERTO DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DA RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2015.

ERRATA DA RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO *Nº 006/2015.*

Processo: **1043/2015**

Assunto: Contratação de serviços de Capacitação e Formação de Pregoeiros – Termo de Referencia, Pregão Presencial/Eletrônico e SRP (Incluindo Decretos nº. 8.250/14 e 7892/13.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a Contratação direta junto a Empresa **LICIDATA CURSOS LTDA – ME – CNPJ nº. 09.237.294/0001-44**, para Contratação de serviços de Capacitação e Formação de Pregoeiros – Termo de Referencia, Pregão Presencial/Eletrônico e SRP (Incluindo Decretos nº. 8.250/14 e 7892/13. O valor total contratado será de R$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentária:

ONDE SE LE PUBLICADO NO DIA 01 DE JUNHO DE 2015 NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIO DE MT Nº 2237

Programa	Dotação Orçamentária	Natureza da Despesa	Valor Total
1948	Manutenção das Atividades de Adm. e Planejamento	3.3.9.0.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 3.870,00

LEIA-SE

Programa	Dotação Orçamentária	Natureza da Despesa	FONTE	Valor Total
1948	Manutenção das Atividades de Adm. e Planejamento	3.3.9.0.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	49	R$ 3.870,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), em favor da Empresa LICIDATA CURSOS LTDA – ME – CNPJ nº. 09.237.294/0001-44, cujo pagamento far-se-á conforme fornecimento, de acordo com a proposta de preços considerada compatível com o interesse público.

Nossa Senhora do Livramento, 29 de maio de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 340/2012

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 340/2012

SETIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL que celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público interno, C.N.P.J/MF Nº 33.683.822/0001-73, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representada pela Prefeita Municipal, *Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO*,brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, como **CONTRATANTE** e De outro lado a empresa **BURITIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA,** Pessoa Jurídica de direito privado**,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 09.101.297/0001-56 e Inscrição Estadual nº 13. 344.901-7, situada à Avenida Perimetral Rogério Silva s/nº, Setor AP-F2, CEP: 78.580-000, na cidade de Alta Floresta/MT, neste ato representada pela sócia-proprietária Senhora **Sonia Maria Suzuki de Campos,** brasileira, divorciada, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 6. 827.559-6 e do CIC/CPF nº. 003.038.588-18, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Os objetos do presente aditivo são os seguintes:

1.1.1 – Prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato original por mais 150 (cento e cinqüenta) dias, passando a vigorar do dia 08/05/ 2015 até a data de 04/10/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 57 inciso II e § 3º da Lei nº 8.666/93e na clausula 4ª do contrato 340/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 – As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

3.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Monte Verde, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nova Bandeirantes – MT, 05 de Maio de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

BURITIS COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº. 004/2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº. 004/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, representada pela Prefeita Municipal, Senhora **Solange Souza Kreidloro,** Brasileira, casada, portador do RG nº. 33.276.249-X SSP/MT, e CPF nº. 270.723.668-30, residente e domiciliado na Rua clevelandia, s/nº, setor Industrial, Nova Bandeirantes–MT. Torna-se público através do presente Edital que se encontra afixado no mural desta Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e demais locais públicos, **Convocação para Audiência Pública no Plenário da Câmara Municipal no dia 10/06/2015 as 19:30 hs** no processo de elaboração e discussão da (LDO) Lei de Diretrizes Orçamentária 2016 e Apresentação da Execução do Primeiro Quadrimestre Jan/Abr de 2015 e ficando a disposição para sanar possíveis duvidas.

Nova Bandeirantes – MT 29 de Maio de 2015.

SOLANGE SOUZA KREIDLORO

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 025/2015

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: 037/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA COM RECURSO DA MAC – MEDIDA DE ALTA COMPLEXIDADE, ORIUNDOS DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 1.825/GM/MS DE 24 DE AGOSTO DE 2015, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, CONFORME RELAÇÃO CONTIDANO ANEXO I OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 17 de Junho de 2015, às 9:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel.: 66-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: **licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br**

Nova Bandeirantes/MT, 01 de Junho de 2015.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 103/2013)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 340/2012 SETIMO TERMO ADITIVO CONTRATUAL QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, PESSOA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, C.N.P.

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 025/2015

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: 037/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA COM RECURSO DA MAC – MEDIDA DE ALTA COMPLEXIDADE, ORIUNDOS DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 1.825/GM/MS DE 24 DE AGOSTO DE 2015, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, CONFORME RELAÇÃO CONTIDANO ANEXO I OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 17 de Junho de 2015, às 9:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel.: 66-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: **licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br**

Nova Bandeirantes/MT, 01 de Junho de 2015.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 103/2013)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 009/2015

DECRETO Nº. 009/2015

Institui o sobre a instrução *normativa SRH - 001 – revisão 01*, regulamenta o ponto biométrico e o controle de freqüência, da administração direta, e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso **JAMAR DA SILVA LIMA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

D E C R E T A :

Art. 1º Para efeitos deste Decreto considera-se:

I -

Jornada de trabalho

: período durante o qual o servidor deverá prestar serviço ou permanecer à disposição da Administração Pública Municipal em que possui exercício, com habitualidade;

II - Ponto: registro diário das entradas e saídas dos(as) servidores(as) por meio do qual se verifica a sua freqüência;

Art. 2º A freqüência da jornada de trabalho do(a) servidor(a) efetivo, ao ocupante de cargo em comissão, admitido em emprego de natureza temporária, ocupante de emprego permanente, far-se-á por meio de registro biométrico de ponto no âmbito da administração direta.

Art. 3º O registro será diário no início e término do expediente, bem como nas saídas e entradas durante o seu transcurso, mediante identificação digital.

§ 1° A identificação do servidor tem caráter pessoal e é intransferível,

Art. 4º O relatório individual do ponto eletrônico conterá todos os registros, e as ocorrências e abonos relativos à freqüência, bem como os afastamentos conterá no Registro de Freqüência – Justificativa Mensal (anexo III).

Art. 5º Compete ao Departamento de Recursos Humanos:

I - Acompanhar, supervisionar e controlar a implementação e a funcionalidade do ponto biométrico;

II - Receber até o 5º (quinto) dia útil os Registros de Freqüência, com suas Justificativas, dos setores pertencentes a cada órgão;

III - Adotar o registro e a apuração de freqüência por meio de Formulário SRH-F001 Registro de Frequência - Justificativa Mensal ,para casos excepcionais que envolvam motivo relevante, devidamente justificado pelo servidor(a) á Chefia Imediata;

Art. 6º É de responsabilidade da chefia imediata do(a) servidor(a) acompanhar e controlar sua freqüência, além de adotar as medidas cabíveis para garantir a fiel execução das Instrução Normativa regulamenta neste Decreto.

Art. 7º Compete ao servidor efetivo, ao ocupante de cargo em comissão, ao admitido em emprego de natureza temporária, ao ocupante de emprego permanente:

I - Conferir a Relatório do Ponto e anexando o Registro de Justificativas até o 3° (terceiro) dia útil do mês subseqüente, avalizando que as ocorrências, abonos e afastamentos estão corretos, assiná-la e entregá-la à chefia imediata.

Art. 8º. O não cumprimento integral da jornada de trabalho mensal até o término do mês subseqüente ao da falta implicará na perda de vencimentos.

Art. 9º. Constituirá falta grave, punível na forma da lei:

I - Causar danos aos equipamentos e programas utilizados para o registro eletrônico de ponto;

II - Registrar a freqüência de outro servidor sob quaisquer circunstâncias; e

III - Não cumprir as normas estabelecidas na Instrução Normativa regulamentada neste Decreto.

Art. 10º. Compete aos Secretários(as) dos órgãos acompanhar e exigir a rigorosa observância das normas estabelecidas para o registro, controle e apuração de freqüência.

Art. 11º. Ao departamento de recursos humanos compete divulgar e cumprir as normas estabelecidas na instrução normativa regulamentada neste decreto, cabendo-lhes orientar os servidores efetivos, ocupantes de cargos em comissão, admitidos em emprego de natureza temporária, ocupantes de emprego permanente, quanto às diretrizes estabelecidas para o registro de freqüência, zelar pela manutenção dos equipamentos e programas utilizados, pela segurança das informações e pela base de dados do sistema eletrônico de ponto.

Art. 12º. O horário de trabalho será cumprido, de segunda a sexta-feira, conforme o anexo IV.

Art. 13º. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 14º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de Junho de 2015.

JAMAR DA SILVA LIMA

PREFEITO MUNICIPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

PORTARIA N.º 118/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: **CONCEDER**, nos termos da legislação vigente ao servidor **RODOLFO FELISBERTO DA SILVA**, portador do RG de nº 9901062 SSP/MT e CPF de nº 044.471.831.10, conforme Lei nº 904/2012 de 03 de janeiro de 2012, a Função Gratificada "**FG – 5**", conforme disposto no Anexo IV da referida lei.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 25 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 115/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: **EXONERAR**, nos termos da legislação vigente o servidor **WILIAN DE OLIVEIRA**, portador do RG nº 1898193-3 SSP/MT e CPF nº 044.931.871.07, do cargo de **COORDENADOR DE AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO - AMT** para o qual foi nomeado pela Portaria nº 086/2015 de 07 de abril de 2015da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 18 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 113/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: CONCEDER, nos termos da legislação vigente, a servidora **MARIA APARECIDA SOARES DE CARVALHO**, portadora do RG nº 522.034 SSP/MT e CPF nº 442.082.781.53, **Afastamento não remunerado** de **LICENÇA PARA ESTUDO**, correspondente a 04 (quatro) anos, no período de 31/05/2015 a 29/05/2019, devendo seu retorno ocorrer no dia 31/05/2019, conforme o disposto no Artigo 117,

caput

e Parágrafo Único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 01 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 120/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 001/2015, homologado em 07/05/2015, conforme relação abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, no Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo de 10 (dez) dias para apresentação da documentação mencionada no Artigo 2º desta Portaria, e assinatura do Contrato Temporário, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, na respectiva função:

ENFERMEIRO

ORD.	NOME	LOCAL DE ATUAÇÃO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
01	IRANI DIONIZIA FERREIRA	DISTRITO COLORADO DO NORTE	5,0	APROVADO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ORD.	NOME	LOCAL DE ATUAÇÃO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
01	POLIANA KEITTE TRAJANO	SEDE	5,5	APROVADO

ORD.	NOME	LOCAL DE ATUAÇÃO	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
01	MARIA ROSANGELA VIEIRA DA SILVA	DISTRITO OURO BRANCO	6,0	APROVADO

ARTIGO 2º: Os convocados deverão apresentar-se no prazo mencionado no Artigo 1º desta Portaria, sob pena de ser considerado desistente da respectiva vaga, munido dos seguintes documentos:

a) Foto 3x4 atualizada;

b) Xérox e documento original da Certidão de Nascimento ou Casamento;

c) Xérox e documento original da Cédula de Identidade;

d) Xérox e documento original do Cartão do CPF;

e) Xérox e documento original do Titulo de Eleitor;

f) Xérox do comprovante de Quitação Eleitoral (Comprovante da Ultima Votação) http://www.tse.gov.br/certidaoquitacao/emissaoCertidaoQuitacao.do

g) Xérox e documento original da Quitação com o Serviço Militar (homens);

h) Xérox e documento original da Carteira de Trabalho - CTPS;

i) Xérox e documento original da Carteira de Motorista (conforme exigência do cargo);

j) Xérox e documento original da Certidão de nascimento dos filhos (se for o caso);

k) Xérox e documento original do comprovante de escolaridade, conforme exigência do cargo;

l) Certidão negativa original de antecedentes criminais dos últimos 05 anos, para maiores de 18 anos; http://tjmt.jus.br/servicos/CertidaoNegativa/EmitirCertidao.aspx

m) Xérox do cartão do PIS/PASEP, ou de qualquer documento emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil constando o número dos mesmos, ou Declaração assinada pelo Candidato Aprovado, afirmando o não cadastramento;

n) Declaração de Bens;

o) Declaração de não infrigência do inciso XVI - art. 37 da Constituição Federal e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária (Não acumulo de cargos);

p) Comprovante de residência atualizado no nome do candidato, Pais (xérox da Certidão de Nascimento) ou Cônjuge (xérox da Certidão de Casamento);

q) Atestado Médico de Saúde, emitido pelos profissionais Clínicos Gerais do Município;

Parágrafo 1º: Fica facultada à Administração Municipal a exigência de outros requisitos constantes do Edital, para fins de contratação se necessário.

Parágrafo 2º: Os convocados para o cargo de ENFERMEIRO e TÉCNICO EM ENFERMAGEM, exercerão suas funções conforme atribuições da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ARTIGO 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 29 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 119/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: **EXONERAR**, a pedido nos termos da legislação vigente a servidora **FRANCIELLI FURTUNATO DA SILVA**, portadora do RG nº 17530385 SSP/MT e CPF nº 024.412.771.97, do cargo de **COORDENADOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA** para o qual foi nomeado pela Portaria nº 030/2015 de 09 de fevereiro de 2015da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 29 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 112/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: CONCEDER, nos termos da legislação vigente, a servidora **ROSELI PEREIRA**, portadora do RG nº 1179252-3 SSP/MT e CPF nº 831.590.701.82, **Afastamento não remunerado** de **LICENÇA PARA ESTUDO**, correspondente a 04 (quatro) anos, no período de 01/05/2015 a 29/04/2019, devendo seu retorno ocorrer no dia 30/04/2019, conforme o disposto no Artigo 117,

caput

e Parágrafo Único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 01 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 114/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: **CONCEDER**, nos termos da legislação vigente ao servidor **DEBORA ELIZIA DE SOUZA**, portador do RG de nº 1.268.833-9 SSP/MT e CPF de nº 998.130.681.91, conforme Lei nº 904/2012 de 03 de janeiro de 2012, a Função Gratificada "**FG – 6**", conforme disposto no Anexo IV da referida lei.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 11 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 117/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: **EXONERAR**, a pedido nos termos da legislação vigente a servidora **JARLENE MARIA SILVA MATOS**, portadora do RG nº 048003272013-3 SESP/MA e CPF nº 049.578.746.97, do cargo de **ATENDENTE COMERCIAL (AGENCIA POSTAL)** para o qual foi nomeado pela Portaria nº 059/2015 de 09 de março de 2015da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 25 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 116/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: **EXONERAR**, a pedido nos termos da legislação vigente o servidor **EDERSON PANINI MARQUES**, portador do RG nº 44.120.874-5 SSP/MT e CPF nº 342.285.098.86, do cargo de **COORDENADOR DE CULTURA** para o qual foi nomeado pela Portaria nº 154/2012 de 16 de outubro de 2012da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT.

ARTIGO 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 25 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 121/2015

O Senhor **VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS**, Prefeito Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º: **CONVOCAR** os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público 002/2014, homologado em 15/09/2014, conforme relação abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte-MT, no Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo de 10 (dez) dias para apresentação da documentação mencionada no Artigo 2º desta Portaria, e assinatura do Contrato Temporário, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, na respectiva função:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

MICROÁREA 36

N.º da Insc.	Nome do Candidato	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0045	andressa alves de araujo	58,00	02

MICROÁREA 37

N.º da Insc.	Nome do Candidato	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
0042	ADRIANA MENDES DE SÁ	74,00	02
0053	paula gonçalves de souza	70,00	03

ARTIGO 2º: Os convocados deverão apresentar-se no prazo mencionado no Artigo 1º desta Portaria, sob pena de ser considerado desistente da respectiva vaga, munido dos seguintes documentos:

a) Foto 3x4 atualizada;

b) Xérox e documento original da Certidão de Nascimento ou Casamento;

c) Xérox e documento original da Cédula de Identidade;

d) Xérox e documento original do Cartão do CPF;

e) Xérox e documento original do Titulo de Eleitor;

f) Xérox do comprovante de Quitação Eleitoral (Comprovante da Ultima Votação) http://www.tse.gov.br/certidaoquitacao/emissaoCertidaoQuitacao.do;

g) Xérox e documento original da Quitação com o Serviço Militar (homens);

h) Xérox e documento original da Carteira de Trabalho - CTPS;

i) Xérox e documento original da Certidão de nascimento dos filhos (se for o caso);

j) Xérox e documento original do comprovante de escolaridade, conforme exigência do cargo (Ensino Fundamental Completo);

k) Certidão negativa original de antecedentes criminais dos últimos 05 anos, para maiores de 18 anos; http://tjmt.jus.br/servicos/CertidaoNegativa/EmitirCertidao.aspx

l) Xérox do cartão do PIS/PASEP, ou de qualquer documento emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil constando o número dos mesmos, ou Declaração assinada pelo Candidato Aprovado, afirmando o não cadastramento.

m) Declaração de Bens;

n) Declaração de não infrigência do inciso XVI - art. 37 da Constituição Federal e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;

o) Comprovante de residência atualizado no nome do candidato, Pais (xérox da Certidão de Nascimento) ou Cônjuge (xérox da Certidão de Casamento). Em caso de aluguel, apresentar Contrato de Locação autenticado em Cartório. (Conforme Artigo 6º da Lei Federal 11.350/2006).

p) Atestado Médico de Saúde, emitido pelos profissionais Clínicos Gerais do Município;

Parágrafo 1º: Fica facultada à Administração Municipal a exigência de outros requisitos constantes do Edital, para fins de contratação se necessário.

Parágrafo 2º: Os convocados para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, exercerão suas funções conforme atribuições da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ARTIGO 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, EM 29 DE MAIO DE 2015.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

IZARU BELARMINO LEITE

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ATA AUDIÊNCIA PUBLICA 1° QUADRIMESTRE 2015

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2014.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1° QUADRIMESTRE DE 2015, PERÍODO DE JANEIRO À ABRIL/2015, CONFORME DETERMINA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR 101/2000.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês 05 (maio) do ano de 2015 (dois mil e quinze), convocados pelo Edital n° 004/2015 de 11/05/2015, reuniram-se nas dependências do Prédio do Legislativo Municipal de Nova Guarita-MT, populares e servidores públicos para participarem da Audiência Pública com a finalidade de apresentar em conformidade com que determina o parágrafo único do Art. 48 da Lei Complementar n° 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas e Gestão Fiscal do 1° quadrimestre do ano de 2015. A audiência iniciou-se no horário das 09h00min, com o Contador da Prefeitura Municipal Sr. Cleomar Dalmolin, apresentado os quadros de receitas e despesas do Executivo Municipal, como também os projetos realizados pelo município no período, em seguida passou a apresentação pela Senhora Maria Franciedna de Oliveira, que apresentou a Prestação de Contas do 1° quadrimestre do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Nova Guarita-MT. O Poder Legislativo no ato representado pelo Senhor Marcos Antonio Pereira, Secretario Administrativo e a senhora Ana Carla Dill Paiano, Contadora, apresentaram a Prestação de Contas do Legislativo Municipal demonstrando os duodécimos recebidos no período, às receitas de recebimentos extra orçamentárias, quadro que apresenta as despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tipo de despesa, quadro que demonstra os gastos com pessoal no período que atingiu o percentual de 57,52% já incluídos os gastos com encargos sociais, que atende o limite constitucional que é 70% com gastos de pessoal. O quadro que apresenta o saldo financeiro existente em 30/04/2015 é no valor de R$ 28.390,50 (vinte e oito mil, trezentos e noventa reais e cinquenta centavos). Nada mais havendo a ser tratada a audiência pública foi encerrada, e solicitada a mim Ana Carla Dill Paiano, Contadora do Poder Legislativo de Nova Guarita, que lavrasse a presente ata, que serve de arquivo dos relatos acontecidos na presente audiência pública, juntamente com a lista de presentes.

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 014/15/SMA/PMNG.

PROCESSO N.º 174/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT;

CONTRATADA: FERNANDA MORAES DA CUNHA;

ESPÉCIE: RESCISÃO;

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS E PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS/VOLANTE;

FUNDAMENTO: ARTIGO 79, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. ° 8.666/93;

ASSINATURA: 29/05/2015.

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO N.º 014/15/SMA/PMNG.

PROCESSO N.º 174/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT;

CONTRATADA: FERNANDA MORAES DA CUNHA;

ESPÉCIE: RESCISÃO;

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCI-

AL – CRAS E PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS/VOLANTE;

FUNDAMENTO: ARTIGO 79, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. ° 8.666/93;

ASSINATURA: 29/05/2015.

EXTRATO CONTRATO Nº. 021/15/SMA/PMNG.

CONTRATO Nº. 021/15/SMA/PMNG.

PRAZO: 2705/15 A 27/08/15

CONTRATADA: JOSELIR CAMARGO DOS SANTOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE OFICINA, MINISTRANDO O CURSO DE ARTESANATO DE MEIA DE SEDA, COM UMA CARGA HORÁRIA TOTAL DE 20 HORAS SEMANAIS, PELO PERÍODO DE 27 DE MAIO DE 2015 A 27 DE AGOSTO DE 2015, COM RECURSOS DO SCVFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS.

VALOR: R$ 2.700,00

DOTAÇÃO: ELEMENTO: 33.90.36.00.00.00; FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 08.244.0008.2033

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 145/2015 - NOMEAÇÃO CARLOS CESAR DE MORAES

PORTARIA Nº 145/2015

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2015, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2015 de 15/01/2015,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 887/2015 de 09/03/2015,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 012/2015 de 05/05/2015, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir desta data **(01/06/2015**), em **Caráter Efetivo** o candidato **CARLOS CESAR DE MORAES,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1177754-0 SSP/MT e CPF. 650.142.781-91, para o cargo de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA – CLASSE A.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 29 de maio de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 144/2015 - NOMEAÇÃO LUCIANO RODRIGUES DA SILVA

PORTARIA Nº 144/2015

Nomeação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2015, para investidura em Cargo Público da Municipalidade.

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **VALMIR LUIZ MORETTO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos das Leis Complementares 021/2005 e 022/2005 do dia 15/12/2005 e demais legislações pertinentes e,

Considerando a realização do Concurso Público para preenchimento dos cargos em provimento efetivo desta Prefeitura estabelecida no Edital 001/2015 de 15/01/2015,

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto 887/2015 de 09/03/2015,

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento,

Considerando o Edital de Convocação 011/2015 de 28/04/2015, e,

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir desta data **(01/06/2015**), em **Caráter Efetivo** o candidato **LUCIANO RODRIGUES DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1890847-0 SEJSP/MT e CPF. 020.717.861-57, para o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS – CLASSE A.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, em 29 de maio de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 034/2015 – ASS – 19/05/15 - Vcto- 19/06/15 - Vlr- 3.960,00 - Contratada: **INÊS BONATTO MIGNOLI DE CARLOS** – OBJ: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA NA OFICINA DE CORTE E COSTURA NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 033/2015 – ASS – 19/05/15 - Vcto- 20/08/15 - Vlr- 5.130,00 - Contratada: **ILACIR GONÇÃLVES PIOVEZAN** – OBJ: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORA NA OFICINA DE BORDADO NO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 031/2015 – ASS – 14/05/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 25.411,66 - Contratada: **RICARDO MIRANDA DE SOUZA E CIA LTDA ME** – OBJ: *AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 030/2015 – ASS – 14/05/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 24.933.41 - Contratada: **COMERCIAL DE ALIMENTOS RS LTDA - ME** – OBJ: *AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 032/2015 – ASS – 14/05/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 25.540,00 - Contratada: **ODIR HERNANDES PIOVEZAN - ME** – OBJ: *AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (GÁS E AGUA) PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 029/2015 – ASS – 14/05/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 12.966,60 - Contratada: **ANTONIO DE SOUZA FERREIRA** – OBJ: *AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 027/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2015 – ASS – 12/05/15 - Vcto- 12/09/15 - Vlr- 12.000,00 - Contratada: **JURITI PROJETOS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA - ME** – OBJ: *CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGENS PLUVIAIS E CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS.*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 025/2015 – ASS – 05/05/15 - Vcto- 30/06/15 - Vlr- 4.567,00 - Contratada: **AÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - ME** – OBJ: *AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO ESCOLAR ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR 201305624 DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – FNDE.*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 097/2015

EMENTA: RETIFICA A PORTARIA **Nº 096/2015.**

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º - Fica retificado a portaria nº 096/2015, constando o cargo descrito e ocupado como “CHEFE DE SETOR DE PESSOAL, MATERIAL, PATRIMÔNIO, DOCUMENTO E ARQUIVO.”

Art. 2º - Ficam inalteradas as demais disposições.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE – 01/06/2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 009/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2015 - SRP Nº. 001/2015

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às *14h00-min (Horário Local), do dia 16 de Junho de 2015*, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº211N, Centro – Nova Marilândia - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 – SRP Nº. 001/2015**, do tipo **Maior desconto por Lote**, para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS/ACESSÓRIOS GENUÍNOS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 08h00min às 11h00min, através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilândia – MT, 01 de Junho de 2015.

JOSE CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 026/2015 – ASS – 08/05/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 494.299,00 - Contratada: **PARECIS MAQUINAS AGRICOLAS LTDA** – OBJ: *PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA – MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 809289/2014 – PROCESSO Nº 2628.1020477-03/2014-MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA ECONOMICA FEDERAL.*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 028/2015 – ASS – 14/05/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 9.837,60 - Contratada: **FRANCISCO DA SILVA SGANZERLA** – OBJ: *AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 036/2015 – ASS – 27/05/15 - Vcto- 27/07/15 - Vlr- 27.000,00 - Contratada: **EXATA CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA EPP** – OBJ: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA O MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2015 – ASS – 25/05/15 - Vcto- 31/12/15 - Vlr- 69.498,00 - Contratada: **WENDER DA SILVA SANTOS - ME** – OBJ: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2015 DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MEDIO DO MUNICIPIO, ATENDENDO AS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DE NOVA MARILANDIA - MT*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 024/2015 – ASS- 05/05/15 –Vcto - 30/06/15 - Vlr- 2.850,63 - Contratada: **MV PAPELARIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA-ME**– OBJ: *AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO ESCOLAR ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR 201305624 DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – FNDE.*

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2015

MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2015.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2015 – ASS- 04/05/15 –Vcto - 04/12/15 - Vlr- 14.700,00 - Contratada: **GEOLENE BARRETO PEREIRA** – OBJ: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO INSTRUTOR DA OFICINA DE MÚSICA (VIOLÃO, TECLADO, CONTRABAIXO, BATERIA, CANTO E CONJUNTO MUSICAL NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.**

NOVA MARILANDIA – MT EM 01 DE JUNHO DE 2015.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015. REGISTRO DE PREÇOS.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015. Registro de preços.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE VEICULO DE COMUNICAÇÃO RADIO DIFUSORA "FM" PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS PÚBLICOS E MATERIAS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá - MT, 01 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 012/2015. REGISTRO DE PREÇOS

A prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, através do pregoeiro e sua comissão de apoio, instituída pela portaria nº 013/2015/GAPRE de 26 de janeiro de 2015, torna publico para o conhecimento de quantos possam interessar o resultado de licitação na modalidade pregão presencial 012/2015, menor preço por item**, cujo Objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA O TRANSPORTES DE PACIENTES E CONDUÇÃO EM VEICULO AMBULANCIA DO DISTRITO DE BRIANORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**,a ser regido pela Lei federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ELIANE CEZARIO DE AMORIM - ME, inscrito no **CNPJ 10.603.301/0001-63 - NIRE 5110167836-5.**

Valor de R$ R$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais).

Nova Maringá - MT, 01 de Junho de 2015.

Atenciosamente

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2014. PREGÃO PRESENCIAL 016/2014.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o *MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,* Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **WT SPEED TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA-ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Av. Amos Bernadino Zanchet, S/N, Centro, Nova Maringá/MT, CEP: 78445-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.985.607/0001-29, representado neste ato porWagner Tolentino de Novaes, inscrito no CPF/MF n.º 704.418.551-72 e RG: 12991562, SSP/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1 – O contrato nº. 017/2014 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com base na Clausula Sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com inicio a partir do dia 29 de maio de 2015 e término em 30 de maio de 2016.

1.2. **- A prorrogação do prazo e da vigência do referido Contrato n.º 017/2014, tem sua fundamentação legal no artigo 57, II e IV da Lei nº 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

02.01 **– F ICA ADITIVADO PARA** EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, O IMPORTE DE R$ 175.440,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS), dividido da seguinte forma:

a) ITEM 01 – o valor mensal de R$ 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais) e um total de R$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais).

b) ITEM 02 – o valor mensal de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e um total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

03.01 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

Nova Maringá

Descriminação do Setor	Dotação	Valor
Administração	03.001.04.122.0030. 2007.339039-51	R$ 60. 000,00
Secretaria de Educação	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Mun. Wilson Ribeiro Unid. I	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Mun. Wilson Ribeiro Unid. II	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Municipal de Educação Infantil Sabrina Rodrigues Antunes	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Mun. de Educ. Infan. Rosa Camacho	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Biblioteca	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Secretaria de Obras	06.001.04.122.0060. 2037.339039-202	R$ 3. 960,00
DETRAN – SEC. DE OBRAS	06.001.04.122.0060. 2037.339039-202	R$ 12. 000,00
Secretaria de Saúde e saneamento	07.001.10.122.0070. 2041.339039-232	R$ 24. 000,00
CENTRO DE FISIOTERAPIA	07.001.10.122.0070. 2041.339039-232	R$ 3. 960,00
PSF do Jardim Mayra	07.002.10.301.0071. 2042.339039-244	R$ 24. 000,00
Sec. Municipal de Assistência Social	09.001.08.122.0090. 2056.339039-326	R$ 3. 960,00
CLUBE DOS VOVÔS	09.002.08.241.0091. 2063.339039-334	R$ 3. 960,00
CRAS	09.002.08.244.0091. 2062.339039-375	R$ 3. 960,00
CRAS BOLSA FAMILIA	09.002.08.244.0091. 2062.339039-375	R$ 24. 000,00
Secretaria Municipal Agricultura	08.001.20.122.0080. 2053.339039-300	R$ 3. 960,00
FEIRA MUNICIPAL	08.001.20.122.0080. 2053.339039-300	R$ 3. 960,00

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

4.2 - **As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.**

Nova Maringá – MT, aos 28 de maio de 2015.

_____ _____

Município de Nova Maringá

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

WT Speed tecnologia em informática-LTDA.

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

Luciana Garcia Harala

CPF nº 786.955.701-34

_____

Roberto de Lima

CPF nº 827.430.611-20

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2014. PREGÃO PRESENCIAL 016/2014.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o *MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,* Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464. 831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 424.993.729.15, portador da Cédula de Identidade nº 3026855-DETRAN/MT, residente e domiciliado nesta cidade de Nova Maringá-MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado **WT SPEED TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA-ME**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Av. Amos Bernadino Zanchet, S/N, Centro, Nova Maringá/MT, CEP: 78445-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.985.607/0001-29, representado neste ato porWagner Tolentino de Novaes, inscrito no CPF/MF n.º 704.418.551-72 e RG: 12991562, SSP/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1 – O contrato nº. 017/2014 celebrado entre as partes supra discriminadas, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com base na Clausula Sétima do mesmo, a contar do primeiro dia após o termino do prazo original, ou seja, com inicio a partir do dia 29 de maio de 2015 e término em 30 de maio de 2016.

1.2. **- A prorrogação do prazo e da vigência do referido Contrato n.º 017/2014, tem sua fundamentação legal no artigo 57, II e IV da Lei nº 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

02.01 **– F ICA ADITIVADO PARA** EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, OBJETO DO PRESENTE CONTRATO, O IMPORTE DE R$ 175.440,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS), dividido da seguinte forma:

a) ITEM 01 – o valor mensal de R$ 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais) e um total de R$ 55.440,00 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e quarenta reais).

b) ITEM 02 – o valor mensal de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e um total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

03.01 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta de recursos do Orçamento Programa do Município à conta da seguinte rubrica orçamentária:

Nova Maringá

Descriminação do Setor	Dotação	Valor
Administração	03.001.04.122.0030. 2007.339039-51	R$ 60. 000,00
Secretaria de Educação	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Mun. Wilson Ribeiro Unid. I	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Mun. Wilson Ribeiro Unid. II	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Municipal de Educação Infantil Sabrina Rodrigues Antunes	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Escola Mun. de Educ. Infan. Rosa Camacho	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Biblioteca	05.001.12.122.0050. 2013.339039-96	R$ 3. 960,00
Secretaria de Obras	06.001.04.122.0060. 2037.339039-202	R$ 3. 960,00
DETRAN – SEC. DE OBRAS	06.001.04.122.0060. 2037.339039-202	R$ 12. 000,00
Secretaria de Saúde e saneamento	07.001.10.122.0070. 2041.339039-232	R$ 24. 000,00
CENTRO DE FISIOTERAPIA	07.001.10.122.0070. 2041.339039-232	R$ 3. 960,00
PSF do Jardim Mayra	07.002.10.301.0071. 2042.339039-244	R$ 24. 000,00
Sec. Municipal de Assistência Social	09.001.08.122.0090. 2056.339039-326	R$ 3. 960,00
CLUBE DOS VOVÔS	09.002.08.241.0091. 2063.339039-334	R$ 3. 960,00
CRAS	09.002.08.244.0091. 2062.339039-375	R$ 3. 960,00
CRAS BOLSA FAMILIA	09.002.08.244.0091. 2062.339039-375	R$ 24. 000,00
Secretaria Municipal Agricultura	08.001.20.122.0080. 2053.339039-300	R$ 3. 960,00
FEIRA MUNICIPAL	08.001.20.122.0080. 2053.339039-300	R$ 3. 960,00

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

4.2 - **As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.**

Nova Maringá – MT, aos 28 de maio de 2015.

_____ _____

Município de Nova Maringá WT Speed tecnologia em informática-LTDA.

JOÃO BRAGA NETO Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Luciana Garcia Harala Roberto de Lima

CPF nº 786.955.701-34 CPF nº 827.430.611-20

LICITAÇÃO
ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 012/2015 – TIPO: REGISTRO DE PREÇOS.

ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 012/2015 – TIPO: REGISTRO DE PREÇOS.

Aos primeiros dias do mês de Junho de 2015, às 16:00 horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, o pregoeiro **Claudio Maciel da Silva,** juntamente com equipe de apoio: **ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA, MICHEL SOUZA CAMPOS, WELDER SOUZA CUNHA E VERA MARIA PADILHA** instituída pela Portaria nº 13/2015 de 26 de Janeiro de 2015, abre a segunda sessão de Pregão para apreciarem e julgarem proposta e Documentação de Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 012/2015, do tipo Registro de preços, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTES DE PACIENTES E CONDUÇÃO EM VEICULO AMBULANCIA DO DISTRITO DE BRIANORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.** Conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão primeiramente cumprimentando os presentes e apresentando a equipe de apoio. Após o credenciamento realizado no dia 27/05/2015 as 08:00hs. O pregoeiro e equipe declara a precluso o prazo recursal. Após analisar a documentação da empresa o Pregoeiro e a Equipe de apoio decidem por unanimidade classificar a proposta apresentada pela mesma como a mais vantajosa para a administração publica e habilita A**EMPRESA ELIANE CEZARIO DE AMORIM**

– ME

- CNPJ – 10.603.301/0001-63. visto que a mesma cumpriu com os requisitos de habilitação exigidos pelo edital de convocação. Classifica sua proposta realinhada no valor de R$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) por quilometro rodado, totalizando o valor R$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais) para os 100.00km licitado. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

MICHEL SOUSA CAMPOS

Membro da Equipe de Apoio

VERA MARIA PADILHA

Membro da Equipe de Apoio

WELDER SOUZA CUNHA

Membro da Equipe de Apoio

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro e comissão de apoio, instituída pela Portaria nº 13/2015 de 26 de Janeiro de 2015, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar em sua sede, no dia 16/06/2015, às 08h00min, situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1140, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO por item, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERARIOS, ASSEPSIA, REMOÇÃO, TANATOPRAXIA, TRANSLADO E AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS E URNAS PARA O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**,** com entrega dos envelopes de documentação e propostas e subsequente abertura dos envelopes, a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal 001/2010 e Decreto Municipal 22/2013.

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação, no endereço supra citado e site www.novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá – MT, 01 de junho de 2015.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015. REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA O TRANSPORTES DE PACIENTES E CONDUÇÃO EM VEICULO AMBULANCIA DO DISTRITO DE BRIANORTE NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, **HOMOLOGO** o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2015.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 013/2015 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

Aos primeiros dias do mês de Junho de 2015, às 16:00 horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, o pregoeiro **Claudio Maciel da Silva,** juntamente com equipe de apoio: **ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA, MICHEL SOUZA CAMPOS, WELDER SOUZA CUNHA E VERA MARIA PADILHA** instituída pela Portaria nº 13/2015 de 26 de Janeiro de 2015, abre a segunda sessão de Pregão para apreciarem e julgarem proposta e Documentação de Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 013/2015, do tipo menor preço global, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando a CONTRATAÇÃO DE VEICULO DE COMUNICAÇÃO RADIO DIFUSORA “FM” PARA DIVULGAÇÃO DOS ATOS PÚBLICOS E MATERIAS INSTITUCIONAIS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**.** Conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da sessão primeiramente cumprimentando os presentes e apresentando a equipe de apoio. Após o credenciamento realizado no dia 27/05/2015 as 08:00hs. O pregoeiro e equipe declara a preclusão de prazo recursal. Após analisar a documentação da empresa o Pregoeiro e a Equipe de apoio decidem por unanimidade **classificar a proposta apresentada pela mesma como a mais vantajosa para a administração publica** e habilita a **EMPRESA ASSOCIAÇÃO CULTURAL e ESPORTIVA DE NOVA MARINGÁ** inscrita no **CNPJ 04.215.881/0001-19**, visto que a mesma cumpriu com os requisitos de habilitação exigidos pelo edital de convocação. Classifica sua proposta realinhada no valor de

R$ 44.400,00

(quarenta e quatro mil e quatrocentos reais), valor global. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente ata, que lida e conforme vai assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA

Pregoeiro

ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

WELDER SOUZA CUNHA

Membro da Equipe de Apoio

MICHEL SOUZA CAMPOS

Membro da Equipe de Apoio

VERA MARIA PADILHA

Membro da Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA N.º161/2015

PORTARIA N.º161/2015

De 01 de Junho de 2015

SÚMULA: FICA EXONERADA, A PEDIDO, A SRA. ÉRICA CRISTINA DOS SANTOS SCHNAUFER, DO CARGO EFETIVO DE ENFERMEIRA, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Fica exonerada, a pedido, a Sra. ÉRICA CRISTINA DOS SANTOS SCHNAUFER, do cargo efetivo de Enfermeira lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde/MT, 01 de Junho de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE GABINETE
PORTARIA Nº 159/2015.

PORTARIA Nº 159/2015.

DE 01 DE JUNHO DE 2015

SÚMULA: “AUTORIZA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA A MOVIMENTAR AS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE NOVA MONTE VERDE”.

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - A Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania de Nova Monte Verde fica autorizada a movimentar as contas do Fundo Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, sempre em conjunto com o Prefeito Municipal, podendo praticar os seguintes atos:

Emitir cheques;

Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

Requisitar talonários de cheques;

Retirar cheques devolvidos;

Endossar cheques;

Cancelar cheques;

Baixar cheques;

Efetuar resgates/aplicações financeiras;

Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

Efetuar transferências por meio eletrônico;

Consultar contas/aplicações programas repasse recursos;

Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;

Solicitar saldos/extratos, exceto investimentos;

Solicitar saldos/extratos de investimentos;

Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;

Emitir comprovantes;

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Monte Verde – MT, 01 de Junho de 2015.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2015.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 138/2014, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas a **AQUISIÇAO DE GAS GLP E VAZILHAMES PARA MANTER OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL QUE FAZEM USO DESTE PRODUTO.** Examinada a proposta constatou-se que a empresa IGUAÇU COMERCIO DE GAS LTDA ME foi vencedora dos itens: 001, 002, 003, 004, 005, por apresentar o menor preço nos itens totalizando o valor global de R$ 502.244,08 (quinhentos e dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e oito centavos) a empresa supracitada atendeu o requisito do processo licitatório.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2015.

Aos 20 (vinte) dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às 08h00-min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 138/2014, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRANSPORTE RURAL EM APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E ASSENTADOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.** Examinada a proposta constatou-se que a empresa NEUZA MARIA MACHADO-ME foi vencedora dos itens: 001, 002, por apresentar o menor preço nos itens totalizando o valor global de R$ 102.600,00 (cento e dois mil e seiscentos reais) a empresa supracitada atendeu o requisito do processo licitatório.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO CP 003-2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2.015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar CONCORRÊNCIA PÚBLICA - objeto: **CONCESSÃO DE USO DE UM ESPAÇO PARA EXPLORAÇÃO DA CANTINA/LANCHONETE DA PRAÇA SUZANETE FERREIRA**. Data de abertura dos envelopes: 03/07/2.015, às 9h00min (Horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e ou/ pelo e-mail: sítio eletrônico: www.novaxavantinamt.com.br .

Nova Xavantina – MT, 02 de junho de 2.015.

WALMIR ARRUDA COSTA **Presidente da CPL**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PP 020-2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2.015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 020/2.015, tendo como objeto: **“**Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de laboratório de análises clínicas ou empresa especializada para, por demanda, mediante apresentação de formulário próprio, emitido pela Secretaria Municipal de Saúde em papel timbrado e assinado por responsável previamente identificado, realizar exames laboratoriais na população de forma a complementar a cota SUS – Sistema único de Saúde**"**, data de abertura dos envelopes 16/06/2.015, às 9h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo sítio eletrônico: www.novaxavantinamt.com.br. ó link Licitação. Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 02 de junho de 2.015.

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO TP 011-2015

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

Resultado resumido do Julgamento da Proposta, da Homologação e Adjudicação

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2.015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público o resultado de habilitação, julgamento, homologação e adjudicação, referente à TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2.015, objeto: Contratação de instituição/empresa para desenvolver e executar oficinas de teatro para atender o Projeto Teatro na Comunidade – Mostra Teatral de Nova Xavantina, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; destinado à ocupação de adolescentes e jovens, no período do contra turno escolar. As oficinas serão realizadas juntamente com os profissionais das respectivas áreas, nas dependências das Escolas Municipais. Empresa habilitada vencedora ARIANE OLIVEIRA FREITAS - EI, com o valor mensal de R$ 2.493,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Nova Xavantina – MT, 01 de junho de 2.015.

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO N.º 035/2015

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa GLOBAL CONCURSOS – ORGANIZAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 19.119.187/0001-75,. Resolvem: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE. VALOR: R$ 22.080,00 *(vinte dois mil e oitenta reais).* VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato será do dia 07 de abril de 2.015 á 31 de dezembro de 2.015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 112/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Exonerar a pedido o servidor **Claudemir Barbosa Soares,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 1290464-3 SSP/MT e do CPF nº 908. 524.351-34, que vem exercendo o cargo de **Técnico de Enfermagem** lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 01 de junho de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 117/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor: **Wanderley Vieira** brasileiro, maior, portador do RG: nº 629.255 SSP/MT e do CPF: nº 535. 814.231-20, servidor publico lotado na **Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento** no cargo de **Auxiliar de Contabilidade,** referente ao período aquisitivo de 2013/2014 a partir do dia 02/06/2015 a 11/06/2015, com retorno no dia 12/06/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de junho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2015, DE 01 DE JUNHO DE 2015

"Nomeia Leiloeiro Público Municipal para conduzir o certame do Leilão no Município de Novo Horizonte do Norte-MT, e dá outras providências".

João Antonio de Oliveira, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º- Nomear o Leiloeiro Público, servidor **Juliano Gamba**, portador da matrícula nº 581, CPF: nº 019.794.091-96 RG: nº 4.310.023 SSP/SC, para conduzir o certame do Leilão Público em data a ser marcada.

Art. 2º- O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o próprio Edital do certame.

Art. 3º- Compete ao Leiloeiro operacionalizar, divulgar, prestar contas, expedir os documentos referentes às arrematações, produzir a Ata circunstanciada e realizar todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a comissão processante no que couber.

Art. 4º- A Comissão de Avaliação Patrimonial de Bens Inservíveis para Leilão desse Poder Público foi nomeada através da Portaria nº 272/2014, e será a comissão processante do presente leilão.

Art. 5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de junho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Srª **Luzimar da Silva Caires** brasileira, maior, portadora do RG: 09425237-84 SSP/MT e do CPF: nº 981.528.741-91, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania** no cargo de **Secretária Municipal de Assistência Social,** referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a partir de 01/06/2015 a 30/06/2015, com retorno no dia 01/07/2015, não restando mais nada referente a esse período.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de junho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias sendo: 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015, ao servidor Sr.: **João Amaro Dutra Simões** brasileiro, maior, portador do RG: nº 11497651 SSP/MT e do CPF:nº 427.779.921-34, lotado na **Secretaria Municipal de Infra-Estrutura** no cargo de **Vigia a partir de 31/05/2015 a 29/06/2015.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir retroagindo seus efeitos a partir de 31/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01de junho de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Nomear **DEIVDI DILENBURG,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 2440052-1 SJSP/MT e do CPF nº 021.404.331-22, aprovado e classificado no concurso público realizado em 08 de setembro de 2013, para exercer o cargo de **Operador de Trator de Pneus** desta Prefeitura.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT em 01 de junho de 2015.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 08/2015

PROCESSO: Nº 19/2015

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET E MANUTENÇÃO GERAL NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO, VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

O senhor Eduardo Penno, Prefeito Municipal de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso, Usando das suas atribuições que lhes são inerentes, respeitando os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de HOMOLOGAÇÃO.

I – O certame aberto pelo pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio/MT, Quanto aos atos praticados, verificou-se que foram realizados conformidade com a lei 8.666/93e o edital, conhecendo-se como legais, legítimos e validos.

II – Diante do exposto, observando-se as formalidades para do efeitos de Adjudicação, considerando os atos do certame validos e conveniente aos interesses Publico, HOMOLOGO o Presente Processo Licitatório nº 19/ 2015, Pregão Presencial nº 08/ 2015, que tem por objeto: O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE INTERNET E MANUTENÇÃO GERAL NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO, VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA., em nome da vencedora abaixo discriminada:

III – Empresa: IVO CESAR GONZAGA DE LIMA - ME, CNPJ: 12.761.952/ 0001-07; Proposta no valor de R$: **68.250,60** (sessenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais), para que a ata nela proferida produza efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência ao interessado, observando os preceitos legais.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, 29 de Maio de 2015.

_____

EDUARDO PENNO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RECISÃO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº. 57/2012

Processo de Licitação nº. 31/2012

Tomada de Preços nº. 10/2012

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 85 (OITENTA E CINCO) MÓDULOS SANITÁRIOS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTO IDELFONSO NO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO-MSD ATRAVÉS DA FUNASA/PAC 2**.**

DISTRATANTE: Município de Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

DISTRATADA: LL CONSTRUTORA LTDA**.**

Motivo: O Município de Novo São Joaquim resolve, nesta data, em cumprimento as obrigações determinados no contrato original nº 57/2012, nas razões de suas faculdades, em dissolver de forma bilateral, quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato de execução de obra firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacionais contidos no mesmo.

2.Em cumprimento ao que determina o Item IX – RECISÃO letra a) e b) do contrato original:

2.2.1. A critério da CONTRATANTE caberá rescisão contratual independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a CONTRATADA:

a) Não cumprir quaisquer das obrigações contratuais.

b) Paralisar a obra, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

Fundamento legal: Esta rescisão se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.66/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 17 de Abril de 2012.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIO DE OBRA

Instrumento Contratual nº: 57/2012

Tipo de Execução: ( ) Direta (x) Indireta

Executor: LL CONSTRUTORA LTDA

Valor: R$ 504.484,94 (quinhentos e quatro mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

Município: Novo São Joaquim – MT

Endereço da Obra: PA Santo Idelfonso.

Natureza da Obra: Construção

Detalhe da Natureza: CONSTRUÇÃO DE 85 (OITENTA E CINCO) MÓDULOS SANITÁRIOS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTO IDELFONSO.

Dimensão (Área): Conforme projeto.

Prazo de Execução:180 (cento e oitenta) dias.

Data de Início: 28/06/2012 Término: 22/05/2015

RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, os serviços ficam provisoriamente recebidos, no aguardo do prazo legal de 90 (noventa) dias, para o recebimento definitivo dos serviços conforme art. 73, da Lei federal nº. 8.666/93. As partes interessadas, por seus representantes abaixo assinados, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para que produza os devidos efeitos legais.

Novo São Joaquim - MT, 29 de Maio de 2.015.

LEONARDO FARIAS ZAMPA

Prefeito Municipal

LL CONSTRUTORA LTDA

Executor da Obra

IGOOR PINHO SILVA

Resp. Técnico

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 54/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: NÃO

PREGÃO PRESENCIAL: Nº NÃO

Objeto: O presente instrumento contratual tem por objeto a execução de serviços profissionais especializados em Medicina do Trabalho, para prestação de serviços médicos na avaliação dos servidores públicos municipais, e emissão do ASO (atestado de saúde ocupacional).

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: CÂNDIDO ROBERTO DE ALMEIDA.

Valor: R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Período de vigência: 18/05/2015 à 31/12/2015 07 (sete) meses, contado da data de sua assinatura.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Maio de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 1123/2015

DECRETO N 1123/2015.

"Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Educação-CME e dá outras providências".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, Estado de Mato Grosso, Srº. **VILSON PIRES** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto na Lei Nº 647 de 16 de dezembro de 2009, e diante da necessidade de reestruturação do referido Conselho, edita o seguinte:

Art. 1º- Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Educação do Município de Paranatinga:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Titular:Eliara Priscila Andrade da Mata – CPF 003.009.141-13

- Suplente:Evanize Rodrigues Siqueira – CPF 892.935.681-87

- Titular: Nelir Renostro Heinen – CPF 563.253.129-53

- Suplente: Valter Sebastião Paula da Silva – CPF 870.411.111-72

b) Representante dos professores da educação básica pública:

- Titular: Silvia Maria de Morais - CPF 021.622.019-09

- Suplente: Jileusa Ferreira dos Reis - CPF: 535.280.181-00

c) Representante dos diretores das escolas básicas públicas:

- Titular: Joana Darc da Silva Borges - CPF: 568.540.131-00

- Suplente: Vicência Paula da Silva - CPF: 667.145.671-20 d) Representante dos servidores técnicos:

- Titular: Uesterdouglas Soares Rocha - CPF: 017.621.741-03

- Suplente:Cléia Terezinha Galvan - CPF: 550.633.571-72 e) Representantes dos pais de alunos das escolas básicas públicas:

- Titular: Luzia de Fátima Campos Ribeiro - CPF: 550.739.561-68

- Suplente: Joana Moreira Faria - CPF: 925.750.801-34

- Titular: Eva Auxiliadora de S. Dantas - CPF: 831.338.011-04

- Suplente: Franciane L. Cavalcante Teza - CPF: 550.538.581-87 f) Representantes dos estudantes da educação básica pública:

- Titular:Leidiane Souza Silva – CPF 060.205.511-30

- Suplente:Keren Ruama Silva Ferreira – CPF 060.196.231-14

- Titular: Maria Rosa Rocha de Freitas– CPF 550.717.591-87

- Suplente:Maria Ferreira da Silva –CPF 632.199.481-20

g) Representante do Conselho Tutelar:

- Titular:Nilce Gomes Cordeiro – CPF 458.334.781-20

- Suplente:Sara Aparecida Marques– CPF 021.345.741-51

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, 29 de maio de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 036/2015, tendo por objeto: REGISTRO DE PREÇO para Futura e Eventual Aquisição de Gás de Cozinha atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O MUNICÍPIO DE PARANATINGA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 15.023.971/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Vilson Pires, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente CONTRATANTE, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 036/2015 para Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVEM registrar os preços da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Empresa vencedora:

Empresa: Marcon e Quissi LTDA

CNPJ: 12.984.061/0001-10

Endereço: AV. Bandeirantes nº 736 – Bairro: Concórdia

Cidade: Paranatinga/MT

CEP: 78.870.000

Seq. Código Descrição

Unidade Valor Unit. Qtde Total

1 334408 CASCO DE BOTIJAO DE 13 KG

UNIDADE R$ 150,000 26,000 R$ 3.900,000

2

7257

GAS (BOTIJAO 13 KG)

UNIDADE R$ 65,000 1.659,000 R$ 107.835,000

3

29082

GAS P45

UNIDADE R$ 240,000 70,000 R$ 16.800,000

TOTAL DO VENCEDOR R$ 128.535,00 (Cento e vinte oito mil quinhentos s e trinta e cinco reais).

Paranatinga, 01 de Junho de 2015

Lúcia Aparecida de França Correa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 040/2015, tendo por objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Pães, Bolos e Salgados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e suas respectivas Secretarias do município de Paranatinga-MT.

O MUNICÍPIO DE PARANATINGA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no C.N.P.J sob o nº 15.023.971/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Vilson Pires, brasileiro, casado, portador do RG: 9001526509 SSP/RS e CPF: 116.140.990-49, residente e domiciliado na Rua Brilhante, 67, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente CONTRATANTE, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 040/2015 para Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVEM registrar os preços da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

2.1. Empresa vencedora:

Empresa: Aparecida Marcia Tomazini – ME

CNPJ: 00.145.325/0001-62

Endereço: Av. Brasil nº 1308 - Centro

Cidade: Paranatinga/MT CEP: 78.870.000

Seq Código Descrição Unidade Valor Unit Quant Total

1 21541 BOLO CONFEITADO COM RECHEIO DE FRUTAS KILO R$ 36,900 1.230,000 R$ 45.387,000

2 30723

PAO DE FORMA FATIADO. UNIDADE R$ 7,000 80,000 R$ 560,000

3 8430

PAO FRANCES KG KILO R$ 13,500 9.883,000 R$ 133.420,500

4 21542

SALGADOS MINI CENTO (ASSADO) UNIDADE R$ 60,000 516,000 R$ 30.960,000

5 21543

SALGADOS MINI CENTO (FRITO) UNIDADE R$ 60,000 4.026,000 R$ 241.560,000

Total vencedor R$ 451.887,50 (quatrocentos e cinquenta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Paranatinga, 01 de Junho de 2015

Lúcia Aparecida de França Correa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 063/2015

Contrato nº. 063/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado (a). TARGETWARE INFORMÀTICA LTDA. Objeto: Contratação de Serviço de LICENÇA DE SOFWARE para uso do DROPBOX Empresarial incluso 5 licenças para período de 12 meses. Valor: R$ 3.864,62 (três mil oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e dois centavos). 29/05/2015 a 29/05/2016.

Paranatinga - MT, 01 de Junho de 2015.

Dpto. Licitação e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 66/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial 037/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em RADIO DIFUSÃO, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias.

VIGÊNCIA: 01/06/2015 A 01/06/2016

CONTRATADO: JP DA SILVA - ME

VALOR DO CONTRATO: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

O Senhor VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidora Elizeth Leopici de Arantes, Matrícula nº 4675, lotado na Secretaria Gabinete do Prefeito, Fiscal do Contrato nº 064/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta; O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Edson Paulo dos Santos , lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 01 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 01 DE JUNHO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA NA SECRETARIA DE GABINETE E PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Elizeth Leopici de Arantes, e Edson Paulo dos Santos declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Elizeth Leopici de Arantes

FISCAL DE CONTRATO

Edson Paulo dos Santos

SUPLENTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, PREGÃO Nº. 36/2015 na modalidade Presencial, cujo objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gás de Cozinha atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. A empresa Marcon e Quissi Foi ven-

cedora do certame com o Valor Global de R$ 128.535,00(cento e vinte e oito mil quinhentos e trinta e cinco mil reais).

Paranatinga-MT, 01 de Junho de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 37/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, PREGÃO Nº. 37/2015 na modalidade Presencial, cujo objeto: Contratação de Empresa Especializada em RÁDIO DIFUSÃO, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações e quantidades discriminadas no anexo I deste Edital. A empresa JP DA SILVA ME Foi vencedora do certame com o Valor Global de R$ 60.480,00 (sessenta mil quatrocentos e oitenta reais).

Paranatinga-MT, 01 de Junho de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 40/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, PREGÃO Nº. 40/2015 na modalidade Presencial, cujo objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de PÃES, BOLOS E SALGADOS para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. A empresa Marcia Aparecida Tomazini ME Foi vencedora do certame com o Valor Global de 459.341,42 (quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Paranatinga-MT, 01 de Junho de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Pregoeira

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 47/2015

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47 /2015**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto contratação de empresa especializada em locação de caminhões pipa para atender o Distrito do Salto da Alegria, Santiago do Norte e Paranatinga atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Obras. Data de abertura: 15/06/2015, segunda–feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h ou pelo site **www.paranatinga.mt.gov.br.** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329.

Paranatinga-MT, 01 de junho de 2015.

Lucia Aparecida de França Correa

Pregoeira

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 117/2015

PORTARIA N° 117 DE 01 DE JUNHO DE 2.015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT; **Srº. VILSON PIRES**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Conceder, nos termos do art 113 e § 4º da Lei Municipal nº 024/1997, Licença para Tratar de Interesse Particular, a servidora Srª. MARIA ELIZABETE BARBOSA DE SOUZA TIRIBA, inscrita no CPF/MF sob o nº 005. 338.081-97 e portadora do RG sob o nº 55488103SSP/SP, pelo período de 02(dois) dois anos, a contar da data do dia 27/05/2015.

II – O afastamento concedido é sem ônus para o Município.

III – Esta Portaria entra em vigor com data retroativa do dia 27/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 01 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 116/2015

PORTARIA Nº 116 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Srº**. **VILSON PIRES**, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei 024/97, e Plano de Cargos Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei 035/2003;

RESOLVE:

Art. 1º

- HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em estagio probatório:

Matricula:	Nome:	Secretaria Municipal de Finanças Cargo:
4213	SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS	CONTADOR

Art. 2º - Conceder ESTABILIDADE o servidor abaixo relacionado, por ter completado três anos de efetivo exercício na Administração Pública Municipal, a partir da data especificada:

Mat.	Nome	Secretaria Municipal de Finanças Cargo:	Estabilidade a partir de:
4213	SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS	CONTADOR	01/06/2015

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 01 de Junho de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO N 1122/2015

DECRETO Nº 1122, DE 29 DE MAIO DE 2015.

"Designa provisoriamente servidores do SEMUSA que menciona, enquadrando-os em função pública, e dá outras providências".

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO, que foi feito a concessão do Sistema de Agua e Esgoto de Paranatinga e consequentemente foi encaminhado ao Poder Legislativo um Projeto de Lei para extinguir o SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO E SANEAMENTO AMBIENTAL – SEMUSA; CONSIDERANDO que os servidores do SEMUSA que não optaram pelo serviço na Concessionária serão aproveitados pela Prefeitura;

CONSIDERANDO que no lotacionograma do Semusa existem cargos sem equivalência na Prefeitura de Paranatinga, especialmente os Operadores de Estação de Tratamento de Água (ETA);

CONSIDERANDO que, conforme prévio diálogo com servidores, representantes do Sindicato dos Servidores e os Nobres Vereadores, nesse caso os critérios para o enquadramento será o nível do concurso (requisito de escolaridade exigido) e a remuneração;

CONSIDERANDO que, será formada uma Comissão, com representantes do Sindicato dos Servidores e os Nobres Vereadores, para efetuar o devido enquadramento;

CONSIDERANDO que, até a conclusão dos trabalhos da Comissão é necessários que os servidores do SEMUSA possam trabalhar em favor da coletividade;

CONSIDERANDO que alguns servidores tem se recusado a executar o serviço designado;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal planejar, projetar e desenvolver mecanismos que visem as garantias dos servidores e resguardar o interesse público;

D E C R E T A

Art. 1º. Fica designada provisoriamente para função pública de fiscal, por 60(sessenta) dias, a partir da presente data, os servidores que eram Operadores de ETA, abaixo nominados:

Adailton Alves de Sousa;

Remy Carvalho Rezende;

Vonábio Cordeiro da Silva;

Junho Martins Siqueira;

Signey Francisco dos Santos.

§ 1º - O cargo designado é compatível com o grau de escolaridade exigido no concurso (fundamental completo) e a remuneração.

§ 2º - Essa designação perdurará até a conclusão dos trabalhos da Comissão de Reenquadramento.

§ 3º - Incumbem as respectivas secretarias municipais, conforme a necessidade e a especialidade, designar provisoriamente cada um servidor para uma das funções de fiscais, entre elas a de postura, tributos ou sanitário.

Art. 2º. O Servidor que não se apresentar no serviço público, no prazo de 24 h (vinte e quatro horas), a partir da publicação do Decreto, será descontado os dias não trabalhados e responderão a procedimento administrativo disciplinar, na forma do Estatuto dos Servidores, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º. O horário de trabalho é o mesmo dos servidores públicos municipais, sendo que o horário é das 07:00horas às 11:00horas e das 13:00horas às 17:00horas, das segundas-feiras às sextas-feiras.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 29 de maio de 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.350.000,00	56.350.000,00	9.630.847,65	17,09	16.235.456,25	28,81	40.114.543,75
RECEITAS CORRENTES	52.870.000,00	52.870.000,00	8.043.097,65	15,21	14.647.706,25	27,71	38.222.293,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.133.000,00	22.133.000,00	3.352.523,20	15,15	5.697.033,04	25,74	16.435.966,96
Impostos	21.908.000,00	21.908.000,00	3.257.506,01	14,87	5.536.838,59	25,27	16.371.161,41
Taxas	225.000,00	225.000,00	95.017,19	42,23	160.194,45	71,20	64.805,55
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.030.000,00	1.030.000,00	21.880,07	2,12	63.821,81	6,20	966.178,19
Contribuições Sociais	880.000,00	880.000,00		0,00		0,00	880.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	150.000,00	150.000,00	21.880,07	14,59	63.821,81	42,55	86.178,19
RECEITA PATRIMONIAL	1.885.000,00	1.885.000,00	75.787,53	4,02	133.020,44	7,06	1.751.979,56
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	1.885.000,00	1.885.000,00	75.787,53	4,02	133.020,44	7,06	1.751.979,56
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	685.000,00	685.000,00	134.880,36	19,69	280.123,90	40,89	404.876,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.829.000,00	26.829.000,00	4.026.039,94	15,01	8.004.416,76	29,83	18.824.583,24
Transferências Intergovernamentais	25.919.000,00	25.919.000,00	3.597.011,63	13,88	7.312.164,79	28,21	18.606.835,21
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	910.000,00	910.000,00	429.028,31	47,15	692.251,97	76,07	217.748,03
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	308.000,00	308.000,00	431.986,55	140,26	469.290,30	152,37	-161.290,30
Multas e Juros de Mora	98.000,00	98.000,00	115.458,32	117,81	131.486,97	134,17	-33.486,97
Indenizações e Restituições	25.000,00	25.000,00	79.364,49	317,46	82.950,89	331,80	-57.950,89
Receita da Dívida Ativa	175.000,00	175.000,00	237.163,74	135,52	254.852,44	145,63	-79.852,44
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00		0,00		0,00	10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.480.000,00	3.480.000,00	1.587.750,00	45,63	1.587.750,00	45,63	1.892.250,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operações de Crédito Internas	5.000,00	5.000,00		0,00			5.000,00
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00		40.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00		0,00			20.000,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00		0,00			20.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.430.000,00	3.430.000,00	1.587.750,00	46,29	1.587.750,00	46,29	1.842.250,00
Transferências Intergovernamentais	70.000,00	70.000,00		0,00			70.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	3.360.000,00	3.360.000,00	1.587.750,00	47,25	1.587.750,00	47,25	1.772.250,00
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00		5.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas	5.000,00	5.000,00		0,00		0,00	5.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.150.000,00	1.150.000,00		0,00		0,00	1.150.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	57.500.000,00	57.500.000,00	9.630.847,65	16,75	16.235.456,25	28,24	41.264.543,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	57.500.000,00	57.500.000,00	9.630.847,65	16,75	16.235.456,25	28,24	41.264.543,75
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	57.500.000,00	57.500.000,00	9.630.847,65	16,75	16.235.456,25	28,24	41.264.543,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00			0,00		
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	57.500.000,00	57.500.000,00	7.535.358,90	13.203.100,51	44.296.899,49	6.271.964,35	11.216.479,19	46.283.520,81	10.317.257,99	0,00
DESPESAS CORRENTES	46.546.700,00	47.015.700,00	7.120.031,19	11.979.979,60	35.035.720,40	5.839.873,43	10.073.855,40	36.941.844,60	9.198.682,07	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.549.000,00	22.158.500,00	3.230.403,98	5.990.255,48	16.168.244,52	3.222.353,98	5.981.188,18	16.177.311,82	5.939.460,16	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	25.000,00			25.000,00			25.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.972.700,00	24.832.200,00	3.889.627,21	5.989.724,12	18.842.475,88	2.617.319,45	4.092.667,22	20.739.532,78	3.259.221,91	
DESPESAS DE CAPITAL	9.062.000,00	8.593.000,00	415.327,71	1.223.120,91	7.369.879,09	432.290,92	1.142.623,79	7.450.376,21	1.118.575,92	0,00
INVESTIMENTOS	8.612.000,00	8.143.000,00	415.327,71	1.123.120,91	7.019.879,09	415.327,71	1.108.920,91	7.034.079,09	1.084.873,04	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	450.000,00	450.000,00		100.000,00	350.000,00	16.963,21	33.702,88	416.297,12	33.702,88	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	36.170,00	36.170,00			36.170,00			36.170,00		
RESERVA DO RPPS	1.855.130,00	1.855.130,00			1.855.130,00			1.855.130,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	57.500.000,00	57.500.000,00	7.535.358,90	13.203.100,51	44.296.899,49	6.271.964,35	11.216.479,19	46.283.520,81	10.317.257,99	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	57.500.000,00	57.500.000,00	7.535.358,90	13.203.100,51	44.296.899,49	6.271.964,35	11.216.479,19	46.283.520,81	10.317.257,99	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	57.500.000,00	57.500.000,00	7.535.358,90	13.203.100,51		6.271.964,35	11.216.479,19		10.317.257,99	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00		0,00		1.150.000,00
RECEITAS CORRENTES	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00		0,00		1.150.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.150.000,00	1.150.000,00	0,00		0,00		1.150.000,00
Contribuições Sociais	1.150.000,00	1.150.000,00					1.150.000,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receitas de Capital Diversas							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	57.500.000,00	57.500.000,00	7.535.358,90	13.203.100,51	100,00	44.296.899,49	6.271.964,35	11.216.479,19	100,00	46.283.520,81	0,00
Legislativa	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	0,00		2.400.000,00	0,00	0,00		2.400.000,00	0,00
Ação Legislativa	2.400.000,00	2.400.000,00				2.400.000,00				2.400.000,00	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	75.000,00	75.000,00	1.300,00	3.400,00	0,03	71.600,00	1.300,00	3.400,00	0,03	71.600,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	75.000,00	75.000,00	1.300,00	3.400,00	0,03	71.600,00	1.300,00	3.400,00	0,03	71.600,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	7.097.000,00	6.854.566,38	952.904,67	1.796.557,56	13,61	5.058.008,82	788.267,35	1.502.958,48	13,40	5.351.607,90	0,00
Planejamento e Orçamento	250.000,00	217.566,38	36.104,84	58.712,14	0,44	158.854,24	28.054,84	50.662,14	0,45	166.904,24	
Administração Geral	5.497.000,00	5.367.000,00	801.054,32	1.522.288,05	11,53	3.844.711,95	644.467,00	1.236.738,97	11,03	4.130.261,03	
Administração Financeira	900.000,00	820.000,00	112.345,51	210.957,37	1,60	609.042,63	112.345,51	210.957,37	1,88	609.042,63	
Controle Interno	120.000,00	120.000,00	3.400,00	3.400,00	0,03	116.600,00	3.400,00	3.400,00	0,03	116.600,00	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	30.000,00	30.000,00				30.000,00				30.000,00	
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	300.000,00	300.000,00		1.200,00	0,01	298.800,00		1.200,00	0,01	298.800,00	
Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Área											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00		40.000,00	0,00	0,00		40.000,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	2.012.000,00	2.012.000,00	231.117,93	395.907,20	3,00	1.616.092,80	193.064,04	350.425,82	3,12	1.661.574,18	0,00
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	280.000,00	247.738,69		809,65	0,01	246.929,04		529,65	0,00	247.209,04	
Assistência Comunitária	1.692.000,00	1.724.261,31	231.117,93	395.097,55	2,99	1.329.163,76	193.064,04	349.896,17	3,12	1.374.365,14	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	3.687.000,00	3.687.000,00	0,00	0,00		3.687.000,00	0,00	0,00		3.687.000,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	3.687.000,00	3.687.000,00				3.687.000,00				3.687.000,00	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Demais Subfunções											
Saúde	9.748.000,00	10.653.500,00	2.669.145,42	4.167.073,59	31,56	6.486.426,41	1.754.645,99	3.063.116,27	27,31	7.590.383,73	0,00
Atenção Básica	7.871.000,00	7.679.500,00	1.078.078,72	1.931.480,49	14,63	5.748.019,51	736.859,93	1.440.195,79	12,84	6.239.304,21	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.267.000,00	2.232.500,00	1.383.578,96	1.960.572,32	14,85	271.927,68	948.018,64	1.486.968,25	13,26	745.531,75	
Suporte Profilático e Terapêutico	210.000,00	310.000,00	119.807,65	121.898,29	0,92	188.101,71	7.278,02	9.198,66	0,08	300.801,34	
Vigilância Sanitária	55.000,00	55.000,00				55.000,00				55.000,00	
Vigilância Epidemiológica	345.000,00	376.500,00	87.680,09	153.122,49	1,16	223.377,51	62.489,40	126.753,57	1,13	249.746,43	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho	503.830,00	503.830,00	0,00	200.000,00	1,51	303.830,00	53.554,96	104.409,94	0,93	399.420,06	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	503.830,00	503.830,00		200.000,00	1,51	303.830,00	53.554,96	104.409,94	0,93	399.420,06	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	14.535.000,00	14.548.933,62	2.153.869,19	3.684.770,08	27,91	10.864.163,54	2.008.966,32	3.456.070,18	30,81	11.092.863,44	0,00
Ensino Fundamental	12.668.000,00	12.666.933,62	1.914.512,13	3.252.476,43	24,63	9.414.457,19	1.769.609,26	3.023.776,53	26,96	9.643.157,09	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	260.000,00	260.000,00				260.000,00				260.000,00	
Educação Infantil	1.557.000,00	1.572.000,00	234.055,88	424.695,30	3,22	1.147.304,70	234.055,88	424.695,30	3,79	1.147.304,70	
Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	50.000,00	5.301,18	7.598,35	0,06	42.401,65	5.301,18	7.598,35	0,07	42.401,65	
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	761.000,00	611.000,00	14.037,10	25.513,71	0,19	585.486,29	14.037,10	25.513,71	0,23	585.486,29	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	761.000,00	611.000,00	14.037,10	25.513,71	0,19	585.486,29	14.037,10	25.513,71	0,23	585.486,29	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	2.690.000,00	2.648.000,00	727.609,58	1.308.398,24	9,91	1.339.601,76	649.956,31	1.196.349,24	10,67	1.451.650,76	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.190.000,00	1.148.000,00	312.008,13	690.191,63	5,23	457.808,37	312.008,13	690.191,63	6,15	457.808,37	
Serviços Urbanos	1.500.000,00	1.500.000,00	415.601,45	618.206,61	4,68	881.793,39	337.948,18	506.157,61	4,51	993.842,39	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00		100.000,00	0,00	0,00		100.000,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	810.000,00	760.000,00	89.737,13	204.552,74	1,55	555.447,26	102.228,78	194.489,01	1,73	565.510,99	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	810.000,00	760.000,00	89.737,13	204.552,74	1,55	555.447,26	102.228,78	194.489,01	1,73	565.510,99	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	890.000,00	580.000,00	0,00	0,00		580.000,00	0,00	0,00		580.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	350.000,00	250.000,00				250.000,00				250.000,00	
Controle Ambiental	500.000,00	290.000,00				290.000,00				290.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	2.060.000,00	2.060.000,00	97.622,07	209.314,15	1,59	1.850.685,85	93.304,74	193.147,25	1,72	1.866.852,75	0,00
Promoção da Produção Vegetal	70.000,00	70.000,00				70.000,00				70.000,00	
Promoção da Produção Animal	1.830.000,00	1.830.000,00	97.597,07	209.289,15	1,59	1.620.710,85	93.304,74	193.147,25	1,72	1.636.852,75	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento	160.000,00	160.000,00	25,00	25,00	0,00	159.975,00				160.000,00	
Extensão Rural											
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	260.000,00	220.000,00	0,00	0,00		220.000,00	0,00	0,00		220.000,00	0,00
Promoção Industrial	260.000,00	220.000,00				220.000,00				220.000,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	540.000,00	440.000,00	17.929,66	31.338,18	0,24	408.661,82	17.929,66	31.338,18	0,28	408.661,82	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	540.000,00	440.000,00	17.929,66	31.338,18	0,24	408.661,82	17.929,66	31.338,18	0,28	408.661,82	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	180.000,00	180.000,00	16.561,10	25.626,20	0,19	154.373,80	17.756,10	25.626,20	0,23	154.373,80	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	180.000,00	180.000,00	16.561,10	25.626,20	0,19	154.373,80	17.756,10	25.626,20	0,23	154.373,80	
Petróleo											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	7.390.000,00	7.390.000,00	394.712,21	750.806,96	5,69	6.639.193,04	395.188,21	749.779,60	6,68	6.640.220,40	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	7.390.000,00	7.390.000,00	394.712,21	750.806,96	5,69	6.639.193,04	395.188,21	749.779,60	6,68	6.640.220,40	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	1.185.000,00	1.200.000,00	168.812,84	299.841,90	2,27	900.158,10	164.801,58	286.152,43	2,55	913.847,57	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1.185.000,00	1.200.000,00	168.812,84	299.841,90	2,27	900.158,10	164.801,58	286.152,43	2,55	913.847,57	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2015
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	0,00	100.000,00	0,76	400.000,00	16.963,21	33.702,88	0,30	466.297,12	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	500.000,00	500.000,00		100.000,00	0,76	400.000,00	16.963,21	33.702,88	0,30	466.297,12	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contingência	36.170,00	36.170,00				36.170,00				36.170,00	
Reserva do RPPS											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	57.500.000,00	57.500.000,00	7.535.358,90	13.203.100,51	100,00	44.296.899,49	6.271.964,35	11.216.479,19	100,00	46.283.520,81	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Paranaíta - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2015

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 154/2015 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 026/2015, levado a efeito às 08h00min horas do dia 27 de Maio de 2015, foram declaradas vencedoras do certame

as empresas MAGNO WILLIAM PEREIRA PRATES 03626387135, inscrita no CNPJ n°. 18.044.758/0001-97 para os itens 01 e 02 e AMANDA EVELLYN FERNANDES PEREIRA 03453908147, inscrita no CNPJ n°. 19. 661.920/0001-89 para os itens 03, 04, 05 e 06.

Paranaíta/MT, 01 de Junho de 2015.

Lizandra Bertolini

Pregoeira

Publique – se

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA N.º 184-2015- LICENÇA PRÊMIO - MAÍZA CARITA BATISTA SILVA DOS ANJOS

PORTARIA Nº 184/2015.

DE 01 DE JUNHO DE 2.015.

Dispõe sobre *licença Prêmio* a Funcionária Pública Municipal, senhora MAÍZA CARITA BATISTA SILVA DOS ANJOS e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DOMUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 **caput** da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO

que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 23/12/2008 à 23/12/2013;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a senhora MAIZA CARITA BATISTA SILVA DOS ANJOS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças, a serem usufruídas no período de 10/06/2015 à 07/09/2015.

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA N.º 183-2015- LICENÇA PRÊMIO - ANTONIO JEOVÁ DE ANICÉSIO

PORTARIA Nº 183/2015.

DE 01 DE JUNHO DE 2.015.

Dispõe sobre *licença Prêmio* ao Funcionário Público Municipal, senhor ANTONIO JEOVÁ DE ANICÉSIO e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DOMUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 **caput** da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO

que o servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 09/02/2009 à 09/02/2014;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao senhor ANTONIO JEOVÁ DE ANICÉSIO, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotado junto à Secretaria Municipal de Finanças, a serem usufruídas no período de 05/06/2015 à 03/09/2015.

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA N.º 182- 2015- FÉRIAS REGULARES- JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS FILHO

PORTARIA Nº 182/2015.

DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/04/2014 à 01/04/2015.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem usufruídas no período de **05/06/2015 à 04/07/2015.**

JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS FILHO

Conselheiro Tutelar

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

DECRETO N.º 035 - 2015 - PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº. 035/2.015. DE 01 DE JUNHO DE 2.015.

DeterminaPonto Facultativoe dá outras providências;

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO; o FERIADO NACIONAL no dia 04 de JUNHO de 2015, de CORPUS CHRISTI;

CONSIDERANDO o Decreto de n.º 2.627/2014 de 02/12/2014 do Governo do Estado, que dispõe sobre a divulgação dos dias de feriado nacional, estadual e ponto facultativo nas repartições públicas do Estado de Mato Grosso, do ano de 2015;

RESOLVE: ART.1º - DECRETAR PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 05/06/2015 (Sexta-feira), exceto os serviços essenciais a população em geral, em especial a Saúde e Limpeza Urbana. PARAGRAFO ÚNICO – Em caso de necessidade ou emergências, poderão ser convocados servidores de qualquer setor das Repartições Públicas Municipal. ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MT.

AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrado nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
LEI COMPLEMENTAR Nº 025, DE 23 DE MAIO DE 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 025, DE 23 DE MAIO DE 2013.

SÚMULA: Ajusta o valor da remuneração dos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1° –Fica autorizado o ajuste da remuneração inicial dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Peixoto de Azevedo, conforme dispõe os anexos I, II e II desta Lei Complementar:

Parágrafo 1º - Anexo I – contempla o quadro da remuneração inicial dos servidores efetivos com a respectiva carga horária e número de vagas;

Parágrafo 2º - Anexo II – contempla o a tabela do enquadramento dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo.

Parágrafo 2º - Anexo III – contempla o quadro de servidores comissionados com a respectiva carga horária e número de vagas.

Art. 2° – Revogando-se a Lei Municipal nº 562/2006 Lei Municipal nº 761/2010 e Lei Municipal nº 848/2012 e demais disposições em contrário.

Art. 3° - Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, ficando a critério da administração sua implantação em até 90 (noventa dias) após a sanção pelo Poder Executivo.

Gabinete do prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo MT, aos 23 dias do Mês de maio de 2013.

Sinvaldo Santos Brito

Prefeito Municipal

ANEXO II – TABELA DOS CARGOS EFETIVOS				
SERVIDOR TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS				
TABELA DE VENCIMENTO BASE				
CARGO: CONTADOR – TNS I				
ADMISSÃO: BEL CIÊNCIAS CONTÁBEIS / CH 30 HS.				
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO A (1,00)	B (1,25)
0 - 3 anos	1	1	3.000,00	3.750,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	3.150,00	3.937,50
6,1 - 9 anos	3	1,1025	3.307,50	4.134,38
9,1 - 12 anos	4	1,157625	3.472,88	4.341,09
12,1 - 15 anos	5	1,215506	3.646,52	4.558,15
15,1 - 18 anos	6	1,276282	3.828,85	4.786,06
18,1 - 21 anos	7	1,340096	4.020,29	5.025,36
21,1 - 24 anos	8	1,40771	4.223,13	5.276,63
24,1 - 27 anos	9	1,477456	4.432,37	5.540,46
27,1 - 30 anos	10	1,551329	4.653,99	5.817,48
30,1 - 33 anos	11	1,628895	4.886,69	6.108,35
33,1 - 36 anos	12	1,71034	5.131,02	6.413,77
TABELA DE VENCIMENTO BASE				
CARGO: CONTROLADOR INTERNO – TNS II				
ADMISSÃO: BEL CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DIREITO, ECONOMIA OU ADMINISTRAÇÃO / CARGA HORÁRIA 30 HS.				
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO A (1,00)	B (1,25)
0 - 3 anos	1	1	3.000,00	3.750,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	3.150,00	3.937,50
6,1 - 9 anos	3	1,1025	3.307,50	4.134,38

9,1 - 12 anos	4	1,157625	3.472,88	4.341,09	
12,1 - 15 anos	5	1,215506	3.646,52	4.558,15	
15,1 - 18 anos	6	1,276282	3.828,85	4.786,06	
18,1 - 21 anos	7	1,340096	4.020,29	5.025,36	
21,1 - 24 anos	8	1,40771	4.223,13	5.276,63	
24,1 - 27 anos	9	1,477456	4.432,37	5.540,46	
27,1 - 30 anos	10	1,551329	4.653,99	5.817,48	
30,1 - 33 anos	11	1,628895	4.886,69	6.108,35	
33,1 - 36 anos	12	1,71034	5.131,02	6.413,77	
SERVIDOR ADMINISTRATIVO NÍVEL MÉDIO – SNM					
TABELA DE VENCIMENTO BASE					
CARGO: Agente Administrativo – SNM I					
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 30 HS.					
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
PROGRESSÃO			A (1,00)	B (1,25)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	3.410,00	4.262,50	4.774,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	3.580,50	4.475,63	5.012,70
6,1 - 9 anos	3	1,1025	3.759,53	4.699,41	5.263,34
9,1 - 12 anos	4	1,157625	3.947,50	4.934,38	5.526,50
12,1 - 15 anos	5	1,215506	4.144,88	5.181,10	5.802,83
15,1 - 18 anos	6	1,276282	4.352,12	5.440,15	6.092,97
18,1 - 21 anos	7	1,340096	4.569,73	5.712,16	6.397,62
21,1 - 24 anos	8	1,40771	4.798,21	5.997,77	6.717,50
24,1 - 27 anos	9	1,477456	5.038,12	6.297,65	7.053,37
27,1 - 30 anos	10	1,551329	5.290,03	6.612,54	7.406,04
30,1 - 33 anos	11	1,628895	5.554,53	6.943,16	7.776,34
33,1 - 36 anos	12	1,71034	5.832,26	7.290,32	8.165,16
TABELA DE VENCIMENTO BASE					
CARGO: Secretária – SNM III					
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 30 HS.					
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
PROGRESSÃO			A (1,00)	B (1,25)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	1.000,00	1.250,00	1.400,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	1.050,00	1.312,50	1.470,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	1.102,50	1.378,13	1.543,50
9,1 - 12 anos	4	1,157625	1.157,63	1.447,03	1.620,68
12,1 - 15 anos	5	1,215506	1.215,51	1.519,38	1.701,71
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.276,28	1.595,35	1.786,79
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.340,10	1.675,12	1.876,13
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.407,10	1.758,88	1.969,94
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.477,46	1.846,82	2.068,44
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.551,33	1.939,16	2.171,86
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.628,89	2.036,12	2.280,45
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.710,34	2.137,92	2.394,48
SERVIDOR ADMINISTRATIVO NÍVEL FUNDAMENTAL – SAF					
TABELA DE VENCIMENTO BASE					
CARGO: Escriturário - SAF I					
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 30 HS.					
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
PROGRESSÃO			A (1,00)	B (1,25)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	2.500,00	3.125,00	3.500,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	2.625,00	3.281,25	3.675,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	2.756,25	3.445,31	3.858,75
9,1 - 12 anos	4	1,157625	2.894,06	3.617,58	4.051,69
12,1 - 15 anos	5	1,215506	3.038,77	3.798,46	4.254,27
15,1 - 18 anos	6	1,276282	3.190,70	3.988,38	4.466,99
18,1 - 21 anos	7	1,340096	3.350,24	4.187,80	4.690,33
21,1 - 24 anos	8	1,40771	3.517,75	4.397,19	4.924,85
24,1 - 27 anos	9	1,477456	3.693,64	4.617,05	5.171,09
27,1 - 30 anos	10	1,551329	3.878,32	4.847,90	5.429,65
30,1 - 33 anos	11	1,628895	4.072,24	5.090,30	5.701,13
33,1 - 36 anos	12	1,71034	4.275,85	5.344,81	5.986,19
TABELA DE VENCIMENTO BASE					
CARGO: Recepcionista - SAF IV					
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 30 HS.					
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
PROGRESSÃO			A (1,00)	B (1,25)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	800	1.000,00	1.120,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	840,00	1.050,00	1.176,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	882,00	1.102,50	1.234,80
9,1 - 12 anos	4	1,157625	926,10	1.157,63	1.296,54
12,1 - 15 anos	5	1,215506	972,41	1.215,51	1.361,37
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.021,03	1.276,28	1.429,44
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.072,08	1.340,10	1.500,91
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.125,68	1.407,10	1.575,96
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.181,96	1.477,46	1.654,74

27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.241,06	1.551,33	1.737,49
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.303,12	1.628,89	1.824,36
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.368,27	1.710,34	1.915,58
SERVIDOR SERVIÇOS GERAIS NÍVEL FUNDAMENTAL – SGF					
TABELA DE VENCIMENTO BASE					
CARGO: Vigia - SGF I					
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 36 HS.					
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
PROGRESSÃO			A (1,00)	B (1,25)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	900,00	1.125,00	1.260,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	945,00	1.181,25	1.323,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	992,25	1.240,31	1.389,15
9,1 - 12 anos	4	1,157625	1.041,86	1.302,33	1.458,61
12,1 - 15 anos	5	1,215506	1.093,96	1.367,44	1.531,54
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.148,65	1.435,82	1.608,11
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.206,09	1.507,61	1.688,52
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.266,39	1.582,99	1.772,95
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.329,71	1.662,14	1.861,59
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.396,20	1.745,24	1.954,67
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.466,01	1.832,51	2.052,41
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.539,31	1.924,13	2.155,03
TABELA DE VENCIMENTO BASE					
CARGO: Zeladora - SGF II					
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 36 HS.					
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
PROGRESSÃO			A (1,00)	B (1,25)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	800	1.000,00	1.120,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	840,00	1.050,00	1.176,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	882,00	1.102,50	1.234,80
9,1 - 12 anos	4	1,157625	926,10	1.157,63	1.296,54
12,1 - 15 anos	5	1,215506	972,41	1.215,51	1.361,37
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.021,03	1.276,28	1.429,44
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.072,08	1.340,10	1.500,91
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.125,68	1.407,10	1.575,95
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.181,96	1.477,46	1.654,75
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.241,06	1.551,33	1.737,49
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.303,12	1.628,89	1.824,36
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.368,27	1.710,34	1.915,58
TABELA DE VENCIMENTO BASE					
CARGO: Copeira - SGF III					
ADMISSÃO: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / CARGA HORÁRIA 36 HS.					
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
PROGRESSÃO			A (1,00)	B (1,25)	C (1,40)
0 - 3 anos	1	1	800,00	1.000,00	1.120,00
3,1 - 6 anos	2	1,05	840,00	1.050,00	1.176,00
6,1 - 9 anos	3	1,1025	882,00	1.102,50	1.234,80
9,1 - 12 anos	4	1,157625	926,10	1.157,63	1.296,54
12,1 - 15 anos	5	1,215506	972,41	1.215,51	1.361,37
15,1 - 18 anos	6	1,276282	1.021,03	1.276,28	1.429,44
18,1 - 21 anos	7	1,340096	1.072,08	1.340,10	1.500,91
21,1 - 24 anos	8	1,40771	1.125,68	1.407,10	1.575,95
24,1 - 27 anos	9	1,477456	1.181,96	1.477,46	1.654,75
27,1 - 30 anos	10	1,551329	1.241,06	1.551,33	1.737,49
30,1 - 33 anos	11	1,628895	1.303,12	1.628,89	1.824,36
33,1 - 36 anos	12	1,71034	1.368,27	1.710,34	1.915,58

TABELA DE VENCIMENTO BASE			
CARGO: Guarda Municipal			
CARGO EM EXTINÇÃO			
NIVEL DE		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO
PROGRESSÃO			A (1,00)
	1	1	907,20

ANEXO III

QUADRO DE PROVIMENTO EM CARGOS COMISSIONADOS

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TNS				
Cargo	Referência	C/H	Remuneração	Total de Vagas
Procurador Jurídico	DAS-I	30 hs	4.500,00	01
Assessor Legislativo	DAS-II	30 hs	2.000,00	01
Assessor de Comunicação	DAS-III	30 hs	1.800,00	01
Chefe de Gabinete	DAS-IV	30 hs	1.700,00	01
Total	-	-	-	04

CARGO EXTINTO	CARGA HORÁRIA	VAGAS

Secretária de Gabinete	**36 horas semanais**	**01**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EDITAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PLANALTO DA SERRA - MT SENHORA GLEICE REGINA PAIVA – CMDCA/2015, NO USO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE É CONFERIDA PELA LEI Nº 479/2015, FAZ PUBLICAR O EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PRIMEIRO PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, PARA O QUADRIÊNIO 2016/2019.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal Nº 479/2015, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2 Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrado a administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e seus respectivos suplentes serão os demais concorrentes conforme o numero de votos recebidos.

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I – a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II – as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV – a regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Em Data Unificada; e

V – as vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

3.1 Reconhecida idoneidade moral;

3.2 Idade superior a vinte e um anos;

3.3 Residir no município; e

3.4 Outros requisitos previstos em Lei Municipal.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais, sendo o atendimento ao publico de 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta. Aos sábados e domingos, feriados e à noite, os conselheiros ficarão em regime de plantão.

4.2. O valor do vencimento será de: R$:1000,00(Hum Mil Reais) bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

73

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas o art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda.

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

8.1 Será autorizada a utilização de material impresso “Santinho” de distribuição gratuita, para campanha do candidato, medindo 0,06 cm de largura por 0,11 cm de comprimento, com foto, nas cores preta e branca ou colorida.

8.2 Ficam proibidos aos candidatos, durante o processo eleitoral, os seguintes atos inflacionais:

I Ceder ou usar, em beneficio do candidato, partido político ou coligação, entidades religiosas, instituições governamentais e não - governamentais e empresas privadas para gerenciar a candidatura dos Conselheiros Tutelares;

II Promessas ou recompensas á população para participar do processo de escolha dos candidatos;

III Fazer ou permitir uso promocional em favor do candidato, de distribuição gratuita de bens ou serviços de caráter social custeados;

IV Distribuição de comes e bebes as reuniões realizadas por candidatos;

V Realizar campanha ou qualquer tipo de divulgação ocupando espaço publico;

VI Elaborar faixas, cartazes ou qualquer tipo de estimulo visual;

VII Utilizar carro de som ou qualquer tipo de estimulo auditivo, para divulgação das candidaturas;

VIII Distribuir folhetos ou santinhos despadronizados durante a campanha ou pleito eleitoral;

IX Distribuição de qualquer tipo de material durante o dia da eleição;

X Abordar pais e alunos durante a saída da escola;

XI Usar qualquer tipo de veiculo próprio ou não, para transporte de eleitores durante o dia da eleição, excetos os autorizados pelo ministério publico.

8.3 A fiscalização de todo o processo eleitoral (inscrição, prova, entrevista, votação, apuração) estará a cargo do ministério publico.

9. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

9.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III – Terceira Etapa: Entrevista psicológica

IV- Quarta Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

V- Quinta Etapa: Formação inicial;

IV- Sexta Etapa: Diplomação e Posse

10. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

10.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data7Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento em meio pessoal (modelo de requerimento deverá ser disponibilizado pelo Município) será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

10.2. A inscrição será efetuada pessoalmente na Secretaria de Assistência Social Gestão e Trabalho situada à Rua Serra Azul s/n Bairro Nossa Senhora Aparecida (CPA) , logo após a publicação do Edital do Processo de Escolha dos pretendentes à função de conselheiro tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente– CONANDA.

10.3 As inscrições serão realizadas no período 02 a 19 de junho de 2015 das 07:00hs as 11:00hs e das 13:00hs as 17:00hs , de acordo com o prazo estabelecido no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Planalto da Serra MT.

10.4 A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

10.5 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar documentos originais e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé.

10.6 Não será efetuada inscrição na falta de quaisquer documentos. É vedada a entrega dos documentos necessários à inscrição após o encerramento das inscrições.

11. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO

11.1 Preenchimento da ficha de inscrição

11.2 Certificado de antecedentes criminais, cível e criminal da justiça comum;

11.3 Cópia da Cédula de identidade e do CPF;

11.4 Cópia do comprovante de residência acompanhado de declaração de que reside no município a pelo menos um ano ou já residiu no município mais de um ano.

11.5 Cópia de certificado de quitação militar para candidatos do sexo masculino;

11.6 Cópia do titulo eleitoral.

11.7 Declaração de não filiação a partido político;

11.8 Cópia de declaração ou certificado de conclusão escolar.

12. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

12.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 02 (dois) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação.

13. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

13.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

13.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.E ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS M

13.3. O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

13.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

13.5. No dia 29 de junho de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

13.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

14 . DA TERCEIRA – ETAPA – DA ENTREVISTA PSICOLÓGICA

Parágrafo Único: O profissional que aplicará a avaliação não terá vínculo com o município.

15. DA QUARTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA

UNIFICADA

15.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

15.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, na Escola municipal Plinio Jose de Siqueira conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

15.3. Cada candidato poderá credenciar no máximo 01 (um) fiscal para a eleição e apuração, e este será identificado por crachá, fornecido pelo CMDCA.

15.4 O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

15.5 O candidato terá direito de votar sem permanecer na fila e não poderá permanecer no local da votação.

16. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE

ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

16.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

77

17. DO EMPATE

17.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação, o candidato com idade mais elevada, ressalvado outro critério previsto em Lei Municipal.

18. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

18.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

19. DOS RECURSOS

19.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

19.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo(a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

19.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

19.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

19.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

19.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

20. DA QUINTA ETAPA - FORMAÇÃO

20.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos.

20.2. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentados aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

GUIA DE ORIENTAÇÕEOCESSO ESCOA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TU21. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

21.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 479/2015 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

22.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

22.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

ANEXO I

Cronograma Referente ao Edital 001/2015 do CMDCA

EVENTOS BÁSICOS DATAS

Publicação do Edital	02/06/2015
Inscrições na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.	02/06 a 19/06/2015
Análise dos Requerimentos de inscrições	22/06 e 23/06/2015
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida no mural do CMDCA e outros meios equivalente.	24/06/2015
Prazo para recurso	24/06 a 26/06/2015
Analise e decisão dos pedidos de impugnação	29/07/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética.	01/07/2015
Prova Psicológica (Eliminatória)	03/07/2015
Publicação dos candidatos habilitados para campanha	04/07/2015
Período de campanha	04/07/2015 a 03/10/2015
Eleição Unificada	04/10/2015
Divulgação do resultado da Eleição	04/10/2015
Posse dos Conselheiros	10/01/2016

AVISO EDITAL RP 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. AVISO DE LICITAÇÕES- PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS. PROCESSO Nº 020/2015 PR Nº 011/2015.

O Município de P.da Serra- MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **PR PRESEN-**

CIAL P/ REG. DE PREÇOS Nº 011/2015, tendo como objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT**, com realização prevista para o dia *09/06/2015 ás 09:00 hs* de (Brasília). O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão de Leiloeiros, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101.**CLÁUDIA M S RODRIGUES -- PREGOEIRA**

AVISO DE LICITAÇÕES- CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015. PROCESSO Nº 021/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

AVISO DE LICITAÇÕES- CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015. PROCESSO Nº 021/2015

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015,** Tipo Menor Preço. **Objeto:** *CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE- USB 1, PADRÃO 01 (EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA) NA COMUNIDADE RURAL DO VALE DO PACÚ NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT,* com realização prevista para o dia **06/07/201**5 **ás 09:00 hs (horário de Brasília)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101. **JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA- PRESIDENTE.**

AVISO EDITAL CC 001/2015 POSTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

AVISO DE LICITAÇÕES- CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015. PROCESSO Nº 021/2015

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015,** Tipo Menor Preço. **Objeto:** *CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE- USB 1, PADRÃO 01 (EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA) NA COMUNIDADE RURAL DO VALE DO PACÚ NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT,* com realização prevista para o dia **06/07/201**5 **ás 09:00 hs (horário de Brasília)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101. **JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA- PRESIDENTE.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 106/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **16/06/2015**, *às 08h00min*, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° 11/2015, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto tia Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LAVAGEM E DESINFECÇÃO DA HOTELARIA CIRÚRGICA E HOSPITALAR DO PAM E DAS UBS.

DIA DA ABERTURA: 16/06/2015 às 08h00min.

Poconé/MT, 02 de junho de 2015.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR a Senhora **LELIANE GILDA EVANGELISTA DE MORAES,** Portadora do RG 15.3953-8 SSP/MT, *inscrita no CPF 001.182. 001-27, para exercer* o cargo INTERINO de OUVIDORA MUNICIPAL*,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 01 de junho de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 042/2015

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO POR FORÇA DO FERIADO DE CORPUS CHRISTI NA CIDADE DE POCONÉ E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica determinado "**Ponto Facultativo" nas repartições públicas municipais, exceto os serviços essenciais,** no dia 05 de junho do ano de 2015 (sexta feira) em razão do feriado de Corpus Christi, exceto os serviços essenciais.

ARTIGO 2º - O expediente municipal retornará ao normal a partir das 07:00 horas do dia 08 de Junho de 2015 (segunda feira).

ARTIGO 3º -

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 29 de Maio de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 044/2015

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE VENCIMENTO PARA O PAGAMENTO DE IPTU "COTA ÚNICA" NA CIDADE DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica determinadoo vencimento para pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, "Cota Única" com 20% (vinte por cento) de desconto até 30.06.2015.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 01 Junho de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

Prefeita Municipal de Poconé

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 041/2015

DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO PARA A "II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA" DO MUNICÍPIO DE POCONÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º - Ficaconvocada a **"II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa"** de Poconé, para o dia 11 (onze) de junho de 2015, no SESC-CAP, das 07:30 horas até ás 17:00 horas.

Art. 2º - O Tema Central da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será: **"PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO DA PESSOA IDOSA-POR UM BRASIL DE TODAS AS IDADES".**

Art. 3º - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e na sua ausência ou impedimento legal, pelo Vice-presidente.

Comissão Organizadora:

Regina Lúcia de Arruda – Presidente do COMDIPI.

Mariete Alves da Silva – Vice Presidente do COMDIPI.

Marcela Almeida – Secretaria Executiva dos Conselhos.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Poconé 29 de maio de 2015.

Urbano Ramos de Sene

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL EMPREGO E RENDA

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº145/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar a servidora "Lucimeire da Silva", CPF 775.375. 991-49, como fiscal dos Contratos realizados e a serem realizados específicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, exercício 2015, de acordo com a Lei Nº 8.666/93 e Instrução Normativa Sistema de Compras e Licitação – SCL Nº02/2012.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de maio de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº146/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar o servidor "Vanderlei José Pimenta", CPF 477.119. 301-00, como fiscal dos Contratos realizados e a serem realizados específicos da Secretaria Municipal de Turismo, exercício 2015, de acordo com a Lei Nº 8.666/93 e Instrução Normativa Sistema de Compras e Licitação – SCL Nº02/2012.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de maio de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor **VALDEMIR TEXEIRA DA SILVA,** Portador do RG 002.334 SSP/MT, *inscrita no CPF 142.864.161-00, para exercer* o cargo de *ASSESSOR TÉCNICA EDUCACIONAL,* desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 01 de junho de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor **ITAMAR LOURENÇO DA SILVA,** Portador do RG 885007 SSP/MT, *inscrita no CPF 570.264.161-20, para exercer INTERINAMENTE* o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 01 de junho de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 106/2015, de 15/04/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **15/06/2015**, **às 08h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° 11/2015, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto tia Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS E TONNER PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE POCONÉ/MT.

DIA DA ABERTURA: **15/06/2015 às 08h00min.**

Poconé/MT, 02 de junho de 2015.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº144/2015

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Designar a servidora “Márcia Gomes Ávila”, CPF 514.616.331-68, como fiscal dos Contratos realizados e a serem realizados específicos da Secretaria Municipal de Saúde, exercício 2015, de acordo com a Lei Nº 8.666/93 e Instrução Normativa Sistema de Compras e Licitação – SCL Nº02/2012.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 29 de maio de 2015.

Nilce Mary Leite (Meire Adauto)

PREFEITA MUNICIPALDE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

RESULTADO PREGÃO N.061/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º137/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS AGRICOLAS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO.

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 001/2015 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 061/2015, cujo certame se deu às 08h do dia 01/06/2015; sagrou vencedora a empresa FERRAGENS RIBEIRO LTDA, vencedora dos itens 02,05, 06,07,11,12,13,14,17,19,21,22,23,25,27,28,29,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,44,45,50,52,53,54,55,60,61,62,63,64,65,66,69,70,71,73,74,79, 80,83,84,86,92,95,102,103,106,107,108,125,127,129, 131,132,133,137,138,139,140,143,146,147,148,149,151,152,153,155,156 ,158,159,160,165,167,168,169,170,171,172,173,174,175,176,179,184,186,193,194,195,197,198 e 209, com valor total de R$16.711,32 (dezesseis mil setecentos e onze reais e trinta e dois centavos). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, José Garcia dos Santos Neto ou site www.pontes-e-lacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 01 de junho de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

CANCELAMENTO PREGÃO 062/2015

REGISTRO DE PREÇOS

(PROCESSO N.138/2015-PMPL)

O Município de Pontes e Lacerda, através do seu Pregoeiro Oficial **JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO**, torna publico, para conhecimento de interessados, o Cancelamento do Pregão n.062/2015, conforme Parecer Juridico n.107/2015, opino pelo cancelamento do procedimento em epigrafe. Pontes e Lacerda/MT, 01 de junho de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA MAIO/2015

Decreto nº 097/2015

Declara ponto facultativo na data de 05/06/2015

Data: 01/06/2015

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS DE CONVÊNIO PREFEITURA 2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 001/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA - APEF

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DESTE CONVÊNIO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PELO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA - APEF, TENDO POR OBJETIVO A EXECUÇÃO DO PROJETO CIDADÃO CAMPEÃO, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER

DISPOSIÇÕES GERAIS: LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº. 1.403/2013

VALOR: R$ 72.600,00

DATA: 11/05/2015

PRAZO: 11/11/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA MAIO/2015

Decreto nº 096/2015

Dispõe sobre a nomeação dos membros do CONSELHO PREVIDENCIÁRIO do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de PONTES E LACERDA - PREVI-LACERDA, e dá outras providências

Data: 29/05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB. DE RESULTADO CONC. 01/2015 PNHR

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

CONCORRENCIA 01/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO 077/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião através do presidente da CPL e equipe de apoio, torna público aos interessados o resultado da **CONCORRENCIA 01/2014**

Do objeto definido como CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE 50 UNIDADES HABITACIONAL NA LINHA DE FORNTEIRA DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL PNHR.

A mesma foi declarada como **FRUSTRADA**.

Porto Esperidião-MT, 29 de Maio de 2015-**RONEY BATISTA CARDOSO-COORD. DA CPL.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 00036/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

Data.: 01/06/2015
Hora.: 09:30:42
Página.: 1 de 2

Decreto N° 00036/2015
Data: 22/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 84.470,43 (oitenta e quat
ro mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta e três centavos)
Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de su
as atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 529/2014 (QUE ESTIMA
A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA-MT. PARA O EXERCICIO DE 2.015).
).

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Suplementar n
o valor de R$ 84.470,43 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta reais e quarenta e três centavos), pa
ra atender as seguintes dotações:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050.0.1 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.1030 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS POSTOS DE SAUDE
4.4.90.51.00.00 - 0102000000 - Obras e Instalações R$ 52.069,77
(cinquenta e dois mil, sessenta e nove reais e setenta e sete centavos)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.060.0.2.08.244.0140.1041 - CONSTRUÇÃO DO PREDIO DO CRAS
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 28.518,92
(vinte e oito mil, quinhentos e dezoito reais e noventa e dois centavos)
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
08.080.0.1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
08.080.0.1.20.606.0050.1045 - ADQUIRIR PATRULHA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRICOLA
4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 3.881,74
(três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos)

T O T A L R$ 84.470,43

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os
recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou tota
l de dotações orçamentarias ou de creditos adicionais, autorizados em Lei;

02 - GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS
02.020 - GABINETE DO PREFEITO
02.020.0.1.04.122.0020.2006 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 3.881,74
(três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos)
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.122.0020.1028 - AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
4.4.90.52.00.00 - 0102000000 - Equip.e Material Permanentes R$ 12.069,77
(doze mil, sessenta e nove reais e setenta e sete centavos)
05.050 - FMS - GESTAO SUS
05.050.0.5.10.302.0020.2033 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO
3.3.90.30.09.00 - 0102000000 - Material Farmacologico R$ 7.000,00
(sete mil reais)
3.3.90.30.22.00 - 0102000000 - Material de Limpeza e Producao R$ 5.000,00
(cinco mil reais)
3.3.90.30.39.00 - 0102000000 - Material para Manutencao de Ve R$ 15.000,00
(quinze mil reais)
3.3.90.30.99.00 - 0102000000 - Outros Materiais de Consumo R$ 13.000,00
(treze mil reais)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060 - DEPARTAMENTO DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
06.060.0.1.23.695.0160.1039 - RECUPERAÇÃO E URBANIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO PARAGUAI
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
09.090 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL
09.090.0.1.04.122.0040.1062 - ADEQUAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS PARA MELHORIA NA ACESSIBILIDADE
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 1.042,50
(um mil, quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 1.563,72
(um mil, quinhentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 521,25
(quinhentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
09.090.0.1.15.451.0040.1050 - CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUARIA
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 500,00
(quinhentos reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 999,96
(novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 2.000,00
(dois mil reais)
4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 500,00
(quinhentos reais)
4.4.90.51.00.00 - 0224054000 - Obras e Instalações R$ 500,00
(quinhentos reais)
09.090.0.1.17.452.0040.1056 - IMPLANTAR A COLETA E DISPOSIÇÃO DO LIXO DOMICILAR
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 2.085,00
(dois mil e oitenta e cinco reais)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 616,49
(seiscentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos)
09.090.0.1.26.451.0040.2073 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS VIAS URBANAS
3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 4.925,00
(quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais)
3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Fisica R$ 5.212,50
(cinco mil, duzentos e doze reais e cinquenta centavos)
3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros S.Terc.-P.Juridica R$ 4.925,00
(quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais)

T O T A L R$ 84.470,43

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 22 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 00035/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA
MATO GROSSO

Data.: 01/06/2015
Hora.: 09:33:03
Página.: 1 de 1

Decreto N° 00035/2015
Data: 22/05/2015
Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 798.328,76 (setecentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos)
Mauro Andre Businaro, Prefeito Municipal de Porto Estrela,MATO GROSSO, no uso de su as atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei n° 4.320/64, e Lei Municipal n° 529/2014 (QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA-MT. PARA O EXERCICIO DE 2.015).
).

DECRETA:

Art. 1° - Fica aberto no Orçamento do Municipio um Crédito Adicional Suplementar n o valor de R$ 798.328,76 (setecentos e noventa e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos), para atender as seguintes dotações:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.050.0.1 - FMS - ATENÇÃO BASICA
05.050.0.1.10.301.0100.1030 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS POSTOS DE SAUDE
4.4.90.51.00.00 - 0223054000 - Obras e Instalações R$ 449.328,76
(quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos)
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
06.060.0.2.08.244.0140.1041 - CONSTRUÇÃO DO PREDIO DO CRAS
4.4.90.51.00.00 - 0224054000 - Obras e Instalações R$ 349.000,00
(trezentos e quarenta e nove mil reais)

T O T A L R$ 798.328,76

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo n° 43, §1°, III da Lei Federal n° 4.320/64, os resultantes de anulação parcial ou tota l de dotações orçamentarias ou de creditos adicionais, autorizados em Lei;

T O T A L R$ 0,00

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis posições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA
Estado de MATO GROSSO
Em 22 de maio de 2015.

Mauro Andre Businaro
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
ANEXO II - RREO 2° BIM EXERCICIO 2015

MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**10.785.175,22**	**10.777.575,22**	**1.936.727,92**	**3.918.537,60**	**2.061.419,79**	**3.580.106,99**	100,00	**33,21**	**7.197.468,23**
LEGISLATIVA	**625.945,80**	**625.945,80**	**89.753,51**	**204.599,27**	**94.462,25**	**185.764,31**	5,18	**29,67**	**440.181,49**
Ação Legislativa	625.945,80	625.945,80	89.753,51	204.599,27	94.462,25	185.764,31	5,18	29,67	440.181,49
ADMINISTRAÇÃO	**2.945.282,15**	**2.894.282,15**	**555.219,95**	**1.302.041,07**	**597.202,63**	**1.048.163,54**	29,27	**36,21**	**1.846.118,61**
Administração Geral	2.662.682,74	2.611.682,74	513.445,54	1.212.141,42	562.098,57	964.934,24	26,95	36,94	1.646.748,50
Administração Financeira	184.609,41	184.609,41	29.334,49	62.541,66	22.664,14	55.871,31	1,56	30,26	128.738,10
Controle Interno	74.012,50	74.012,50	12.439,92	27.357,99	12.439,92	27.357,99	0,76	36,96	46.654,51
Formação de Recursos Humanos	23.977,50	23.977,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.977,50
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**525.640,85**	**583.140,85**	**129.932,46**	**231.616,97**	**135.778,84**	**225.211,45**	6,29	**38,62**	**357.929,40**
Administração Geral	340.395,00	364.895,00	88.841,13	171.432,98	93.431,39	166.927,46	4,66	45,74	197.967,54
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.360,75	62.860,75	2.920,84	9.191,97	3.028,45	9.191,97	0,25	14,62	53.668,78
Assistência Comunitaria	123.385,10	153.885,10	38.170,49	50.992,02	39.319,00	49.092,02	1,37	31,90	104.793,08
Lazer	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	**398.235,00**	**398.235,00**	**22.280,34**	**39.780,76**	**22.280,34**	**39.780,76**	1,11	**9,98**	**358.454,24**
Previdência do Regime Estatutário	235.813,50	235.813,50	22.280,34	39.780,76	22.280,34	39.780,76	1,11	16,86	196.032,74
Reserva de Contingência	162.421,50	162.421,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.421,50
SAÚDE	**2.911.581,64**	**2.957.580,44**	**560.583,85**	**1.095.521,96**	**592.010,42**	**1.063.826,80**	29,71	**35,96**	**1.893.753,64**
Administração Geral	219.184,32	416.501,45	114.288,17	241.126,22	119.351,66	229.126,22	6,39	55,01	187.375,23
Atenção Básica	1.246.430,86	1.348.929,66	257.398,96	476.760,45	277.831,33	460.741,89	12,86	34,15	888.187,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.248.500,72	980.183,59	154.047,68	306.503,20	156.038,00	302.826,60	8,45	30,89	677.356,99
Suporte Profilático e Terapêutico	112.798,49	112.798,49	18.115,79	39.232,06	20.540,24	39.232,06	1,09	34,78	73.566,43
Vigilância Sanitária	18.741,75	30.241,75	7.675,49	17.091,84	9.191,43	17.091,84	0,47	56,51	13.149,91
Vigilância Epidemiológica	65.925,50	68.925,50	9.057,76	14.808,19	9.057,76	14.808,19	0,41	21,48	54.117,31
EDUCAÇÃO	**2.427.303,51**	**2.420.102,71**	**451.109,53**	**843.049,07**	**496.972,67**	**827.681,25**	23,11	**34,20**	**1.592.421,46**
Ensino Fundamental	2.156.484,74	2.158.385,94	409.284,50	766.090,93	451.275,96	759.123,11	21,20	35,17	1.399.262,83
Ensino Superior	17.467,50	17.467,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.467,50
Educação Infantil	211.089,53	201.987,53	41.825,03	76.958,14	45.696,71	68.558,14	1,91	33,94	133.429,39
Educação de Jovens e Adultos	16.210,87	16.210,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.210,87
Educação Especial	24.550,87	24.550,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.550,87
Lazer	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
CULTURA	**49.070,50**	**42.570,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**42.570,50**
Difusão Cultural	49.070,50	42.570,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.570,50
URBANISMO	**42.127,50**	**37.627,50**	**0,00**	**10.128,00**	**0,00**	**10.128,00**	0,28	**26,91**	**27.499,50**
Infra-estrutura Urbana	9.000,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
Serviços Urbanos	33.127,50	33.127,50	0,00	10.128,00	0,00	10.128,00	0,28	30,57	22.999,50
SANEAMENTO	**131.160,40**	**138.160,40**	**36.144,82**	**64.328,21**	**38.397,58**	**59.822,69**	1,67	**43,29**	**78.337,71**
Serviços Urbanos	15.689,62	15.689,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.689,62
Saneamento Básico Urbano	115.470,78	122.470,78	36.144,82	64.328,21	38.397,58	59.822,69	1,67	48,84	62.648,09
GESTÃO AMBIENTAL	**18.765,00**	**15.265,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**15.265,00**
Preservação e Conservação Ambiental	18.765,00	15.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.265,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**15.429,00**	**10.429,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**10.429,00**
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	15.429,00	10.429,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.429,00
AGRICULTURA	**163.501,32**	**154.501,32**	**21.964,68**	**33.171,72**	**14.448,23**	**25.427,62**	0,71	**16,45**	**129.073,70**
Administração Geral	99.350,45	107.050,45	12.600,58	23.807,62	12.828,23	23.807,62	0,66	22,23	83.242,83
Promoção da Produção Vegetal	37.832,12	21.132,12	9.364,10	9.364,10	1.620,00	1.620,00	0,04	7,66	19.512,12
Abastecimento	9.755,00	9.755,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.755,00
Extensão Rural	16.563,75	16.563,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.563,75
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**59.328,75**	**30.828,75**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**30.828,75**
Turismo	59.328,75	30.828,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.828,75
TRANSPORTE	**66.720,00**	**63.822,00**	**10.901,85**	**10.901,85**	**10.901,85**	**10.901,85**	0,30	**17,08**	**52.920,15**
Infra-estrutura Urbana	31.275,00	20.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.275,00
Transporte Rodoviário	35.445,00	43.547,00	10.901,85	10.901,85	10.901,85	10.901,85	0,30	25,03	32.645,15
DESPORTO E LAZER	**72.277,52**	**72.277,52**	**2.959,05**	**7.481,97**	**3.087,10**	**7.481,97**	0,20	**10,35**	**64.795,55**
Desporto Comunitário	62.895,02	62.895,02	2.959,05	7.481,97	3.087,10	7.481,97	0,20	11,89	55.413,05
Lazer	9.382,50	9.382,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.382,50
ENCARGOS ESPECIAIS	**134.731,28**	**134.731,28**	**55.877,88**	**75.916,75**	**55.877,88**	**75.916,75**	2,12	**56,34**	**58.814,53**
Serviço da Dívida Interna	134.731,28	134.731,28	55.877,88	75.916,75	55.877,88	75.916,75	2,12	56,34	58.814,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**198.075,00**	**198.075,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**198.075,00**
Reserva de Contingência	198.075,00	198.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.075,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**429.378,75**	**436.978,75**	**73.530,98**	**147.037,32**	**73.530,98**	**147.037,32**			**289.941,43**
TOTAL (III) = (I+II)	**11.214.553,97**	**11.214.553,97**	**2.010.258,90**	**4.065.574,92**	**2.134.950,77**	**3.727.144,31**		**33,23**	**7.487.409,66**

(Continua)

MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**429.378,75**	**436.978,75**	**73.530,98**	**147.037,32**	**73.530,98**	**147.037,32**	100,00	**33,64**	**289.941,43**
LEGISLATIVA	**15.470,35**	**15.470,35**	**1.577,58**	**3.402,23**	**1.577,58**	**3.402,23**	2,31	**21,99**	**12.068,12**
Ação Legislativa	**15.470,35**	**15.470,35**	**1.577,58**	**3.402,23**	**1.577,58**	**3.402,23**	2,31	**21,99**	**12.068,12**
ADMINISTRAÇÃO	**79.127,16**	**79.127,16**	**14.506,52**	**29.510,67**	**14.506,52**	**29.510,67**	20,07	**37,29**	**49.616,49**
Administração Geral	**69.857,25**	**69.857,25**	**13.168,78**	**26.344,24**	**13.168,78**	**26.344,24**	17,91	**37,71**	**43.513,01**
Administração Financeira	**3.069,91**	**3.069,91**	**311,44**	**622,88**	**311,44**	**622,88**	0,42	**20,28**	**2.447,03**
Controle Interno	**6.200,00**	**6.200,00**	**1.026,30**	**2.543,55**	**1.026,30**	**2.543,55**	1,72	**41,02**	**3.656,45**
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**16.575,75**	**16.575,75**	**2.083,34**	**4.808,60**	**2.083,34**	**4.808,60**	3,27	**29,00**	**11.767,15**
Administração Geral	**13.344,00**	**13.344,00**	**2.083,34**	**4.808,60**	**2.083,34**	**4.808,60**	3,27	**36,03**	**8.535,40**
Assistência à Criança e ao Adolescente	**1.042,50**	**1.042,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**1.042,50**
Assistência Comunitaria	**2.189,25**	**2.189,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**2.189,25**
SAÚDE	**79.152,04**	**81.752,04**	**13.099,62**	**25.207,37**	**13.099,62**	**25.207,37**	17,14	**30,83**	**56.544,67**
Administração Geral	**5.000,00**	**15.000,00**	**6.026,54**	**11.434,81**	**6.026,54**	**11.434,81**	7,77	**76,23**	**3.565,19**
Atenção Básica	**35.000,30**	**35.000,30**	**5.736,26**	**10.692,96**	**5.736,26**	**10.692,96**	7,27	**30,55**	**24.307,34**
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	**36.742,98**	**26.742,98**	**811,92**	**2.029,80**	**811,92**	**2.029,80**	1,38	**7,59**	**24.713,18**
Vigilância Sanitária	**573,38**	**3.173,38**	**524,90**	**1.049,80**	**524,90**	**1.049,80**	0,71	**33,08**	**2.123,58**
Vigilância Epidemiológica	**1.835,38**	**1.835,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**1.835,38**
EDUCAÇÃO	**134.311,62**	**134.311,62**	**24.262,26**	**48.348,08**	**24.262,26**	**48.348,08**	32,88	**35,99**	**85.963,54**
Ensino Fundamental	**122.738,13**	**122.738,13**	**21.938,12**	**44.440,28**	**21.938,12**	**44.440,28**	30,22	**36,20**	**78.297,85**
Educação Infantil	**10.426,73**	**10.426,73**	**2.324,14**	**3.907,80**	**2.324,14**	**3.907,80**	2,65	**37,47**	**6.518,93**
Educação de Jovens e Adultos	**573,38**	**573,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**573,38**
Educação Especial	**573,38**	**573,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**573,38**
CULTURA	**1.720,12**	**1.720,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**1.720,12**
Difusão Cultural	**1.720,12**	**1.720,12**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**1.720,12**
SANEAMENTO	**3.263,03**	**3.263,03**	**510,62**	**1.173,69**	**510,62**	**1.173,69**	0,79	**35,96**	**2.089,34**
Serviços Urbanos	**656,78**	**656,78**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**656,78**
Saneamento Básico Urbano	**2.606,25**	**2.606,25**	**510,62**	**1.173,69**	**510,62**	**1.173,69**	0,79	**45,03**	**1.432,56**
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**860,06**	**860,06**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**860,06**
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	**860,06**	**860,06**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**860,06**
AGRICULTURA	**3.263,03**	**3.263,03**	**296,20**	**740,50**	**296,20**	**740,50**	0,50	**22,69**	**2.522,53**
Administração Geral	**2.606,25**	**2.606,25**	**296,20**	**740,50**	**296,20**	**740,50**	0,50	**28,41**	**1.865,75**
Promoção da Produção Vegetal	**656,78**	**656,78**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**656,78**
COMÉRCIO E SERVIÇOS	**521,25**	**521,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**521,25**
Turismo	**521,25**	**521,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**521,25**
DESPORTO E LAZER	**1.651,32**	**1.651,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**1.651,32**
Desporto Comunitário	**1.651,32**	**1.651,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00	**0,00**	**1.651,32**
ENCARGOS ESPECIAIS	**93.463,02**	**98.463,02**	**17.194,84**	**33.846,18**	**17.194,84**	**33.846,18**	23,01	**34,37**	**64.616,84**
Serviço da Dívida Interna	**93.463,02**	**98.463,02**	**17.194,84**	**33.846,18**	**17.194,84**	**33.846,18**	23,01	**34,37**	**64.616,84**

Mauro Andre Businaro Prefeito	Gilmar Zanella Contabilista CRC SP-254481/O-6 T-MT	Claudia Costa Bernardes Tesoureiro(a)

(Continua)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
ANEXO I - RREO 2° BIM EXERCICIO 2015

MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e p I°) **1,00**

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXC. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**11.026.053,97**	**11.026.053,97**	**2.031.352,83**	**0,18**	**4.442.207,86**	**0,40**	**6.583.846,11**
RECEITAS CORRENTES	12.649.568,30	12.649.568,30	2.318.477,62	0,18	4.836.812,16	0,38	7.812.756,14
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	374.592,56	374.592,56	82.091,89	0,22	150.195,08	0,40	224.397,48
IMPOSTOS	360.131,62	360.131,62	63.976,91	0,18	119.155,06	0,33	240.976,56
TAXAS	14.460,94	14.460,94	18.114,98	1,25	31.040,02	2,15	-16.579,08
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	271.708,83	271.708,83	84.614,90	0,31	148.482,47	0,55	123.226,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVI-PORTO	188.000,00	188.000,00	57.852,03	0,31	111.950,71	0,60	76.049,29
CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o custeio do serviço de Iluminação Púb	83.708,83	83.708,83	26.762,87	0,32	36.531,76	0,44	47.177,07
RECEITA PATRIMONIAL	124.180,35	124.180,35	144.431,46	1,16	332.251,80	2,68	-208.071,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	124.180,35	124.180,35	144.431,46	1,16	332.251,80	2,68	-208.071,45
RECEITAS DE SERVIÇOS	2.090,00	2.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.090,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.818.807,41	11.818.807,41	2.003.849,61	0,17	4.194.714,84	0,35	7.624.092,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.818.807,41	11.818.807,41	2.003.849,61	0,17	4.169.066,22	0,35	7.649.741,19
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	25.648,62	0,00	-25.648,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.189,15	58.189,15	3.489,76	0,06	11.167,97	0,19	47.021,18
MULTAS, JUROS E MORA	803,44	803,44	647,26	0,81	647,26	0,81	156,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.713,08	5.713,08	791,25	0,14	4.371,71	0,77	1.341,37
RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA	30.828,04	30.828,04	1.576,05	0,05	2.042,61	0,07	28.785,43
Receitas decorrentes de aportes periodicos para amortiz. D	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
RECEITAS DIVERSAS	20.644,59	20.644,59	475,20	0,02	4.106,39	0,20	16.538,20
RECEITAS DE CAPITAL	134.149,75	134.149,75	13.500,00	0,10	245.850,00	1,83	-111.700,25
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operação de Crédito Externas Contratuais relativo a Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	13.500,00	0,00	245.850,00	0,00	-245.850,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	13.500,00	0,00	245.850,00	0,00	-245.850,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	134.149,75	134.149,75	0,00	0,00	0,00	0,00	134.149,75
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	134.149,75	134.149,75	0,00	0,00	0,00	0,00	134.149,75
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (II)	**188.500,00**	**188.500,00**	**74.571,67**	**0,40**	**145.568,10**	**0,77**	**42.931,90**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	**11.214.553,97**	**11.214.553,97**	**2.105.924,50**	**0,19**	**4.587.775,96**	**0,01**	**6.626.778,01**
OPERAÇÃO DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)				**0,00**		**0,00**	**0,00**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS				0,00		0,00	0,00
Mobiliária				0,00		0,00	0,00
Contratual				0,00		0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS				0,00		0,00	0,00
Mobiliária				0,00		0,00	0,00
Contratual				0,00		0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III +IV)	**11.214.553,97**	**11.214.553,97**	**2.105.924,50**	**0,19**	**4.587.775,96**	**0,41**	**6.626.778,01**
DÃ‰FICIT (VI)			**29.026,27**		**0,00**		
TOTAL (VII) = (V + VI)	**11.214.553,97**	**11.214.553,97**	**2.134.950,77**	**0,19**	**4.587.775,96**	**0,41**	**6.626.778,01**
SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES (UTILIZADOS							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

(continua)

(Continuação)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**11.214.553,97**	**0,00**	**11.214.553,97**	**2.010.258,90**	**4.065.574,92**	**2.134.950,77**	**3.727.144,31**	**0,33**	**7.487.409,66**
DESPESAS CORRENTES	10.109.821,80	34.949,06	10.144.770,86	1.967.017,36	3.965.754,33	2.080.954,23	3.628.012,72	0,36	6.516.758,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.343.577,14	14.916,72	6.358.493,86	1.155.128,97	2.310.296,72	1.155.128,97	2.309.278,16	0,36	4.049.215,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	33.443,64	5.000,00	38.443,64	6.398,16	12.252,82	6.398,16	12.252,82	0,32	26.190,82
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.732.801,02	15.032,34	3.747.833,36	805.490,23	1.643.204,79	919.427,10	1.306.481,74	0,35	2.441.351,62
DESPESAS DE CAPITAL	744.235,67	-34.949,06	709.286,61	43.241,54	99.820,59	53.996,54	99.131,59	0,14	610.155,02
INVESTIMENTOS	636.751,19	-34.949,06	601.802,13	24.968,00	63.329,00	35.723,00	62.640,00	0,10	539.162,13
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	107.484,48	0,00	107.484,48	18.273,54	36.491,59	18.273,54	36.491,59	0,34	70.992,89
RESERVA DE CONTIGENCIA	360.496,50	0,00	360.496,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.496,50
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (IX)	**429.378,75**	**7.600,00**	**436.978,75**	**73.530,98**	**147.037,32**	**73.530,98**	**147.037,32**	**0,34**	**289.941,43**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**11.643.932,72**	**7.600,00**	**11.651.532,72**	**2.083.789,88**	**4.212.612,24**	**2.208.481,75**	**3.874.181,63**	**0,33**	**7.777.351,09**
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTOS (XII) - (X XI)	**11.643.932,72**	**7.600,00**	**11.651.532,72**	**2.083.789,88**	**4.212.612,24**	**2.208.481,75**	**3.874.181,63**	**0,33**	**7.777.351,09**
SUPERÃ¥VIT (XIII)						**0,00**	**713.594,33**		
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	**11.643.932,72**	**7.600,00**	**11.651.532,72**	**2.083.789,88**	**4.212.612,24**	**2.208.481,75**	**4.587.775,96**	**0,39**	**7.777.351,09**

MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE MARCO/ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	**188.500,00**	**188.500,00**	**74.571,67**	**0,40**	**145.568,10**	**0,77**	**42.931,90**
Receita de Contribuições	188.300,00	188.300,00	68.171,11	0,36	133.310,07	0,71	54.989,93
Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	6.400,56	32,00	12.258,03	61,29	-12.058,03
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**188.500,00**	**188.500,00**	**74.571,67**	**0,40**	**145.568,10**	**0,00**	**42.931,90**

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	**429.378,75**	**7.600,00**	**436.978,75**	**73.530,98**	**147.037,32**	**73.530,98**	**147.037,32**	**0,34**	**289.941,43**
DESPESAS CORRENTES	361.540,62	7.600,00	369.140,62	62.734,30	125.443,96	62.734,30	125.443,96	0,34	243.696,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	335.915,73	2.600,00	338.515,73	56.336,14	113.191,14	56.336,14	113.191,14	0,33	225.324,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.624,89	5.000,00	30.624,89	6.398,16	12.252,82	6.398,16	12.252,82	0,40	18.372,07
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	67.838,13	0,00	67.838,13	10.796,68	21.593,36	10.796,68	21.593,36	0,32	46.244,77
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	67.838,13	0,00	67.838,13	10.796,68	21.593,36	10.796,68	21.593,36	0,32	46.244,77
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**429.378,75**	**7.600,00**	**436.978,75**	**73.530,98**	**147.037,32**	**73.530,98**	**147.037,32**	**0,34**	**289.941,43**

Mauro Andre Businaro Prefeito	Gilmar Zanelia Contabilista CRC SP-254481/O-6 T-MT	Claudia Costa Bernardes Tesoureiro(a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/LICITAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº: 010/2015

EXTRATO 1º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº: 010/2015

BENEFICIÁRIO: *E. S. S. BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES*

OBJETO: Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Município de PORTO ESTRELA – MT.

VALOR R$: R$ 377.332,68

VIGÊNCIA: 22/05/2015 À 19/10/2015

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

06 – 1041 – 4.4.90.51.00.00-0100 – Obras e Instalações

4.4.90.51.00.00-0224 – Obras e Instalações

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO EXECUTIVO N.º 041/2015

(**QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA NOMENCLATURA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A CRIAÇÃO DO ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**).

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, no uso de suas atribuições legais, especialmente das que lhe é conferida em Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2013, Dispõe Sobre alteração dos artigos 11,12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, e outras Providências.

DECRETA:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Direta, subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo, competem observados os princípios, desempenho das atribuições enumerados na Lei Municipal Complementar n.º 044/2013.

Art. 2º. O Prefeito Municipal, por Decreto, baixará as respectivas atribuições e competências dos órgãos e organograma, observado o presente Decreto e a legislação hierarquicamente superior, enumerados no art. 3º deste Decreto.

Art. 3º. Integram a estrutura os seguintes órgãos do Poder Executivo:

A. Órgãos de Assessoramento:

I. Gabinete do Prefeito Municipal;

- Prefeito Municipal
- Vice-Prefeito Municipal
- Chefe de Gabinete
- Assessoria de Gabinete
- Assessoria de Prestação de Contas

II - Controladoria do Município;

B. Órgãos Auxiliares:

I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- Tesoureiro
- Assessor Técnico do APLIC
- Coordenadoria de Cadastro, Tributação e Arrecadação
- Coordenadoria de Planejamento de Aquisições
- Coordenadoria de Contabilidade
- Coordenadoria de Recursos Humanos
- Coordenadoria de Tesouraria
- Coordenadoria de Ouvidoria
- Coordenadoria de Instrução Processual
- Departamento de Transporte
- Departamento do Controle de Estoque e Abastecimento
- Departamento de Fiscalização
- Departamento de Compras
- Departamento de Patrimônio
- Departamento de Orçamentos de Bens e Serviços
- Divisão do Setor Administrativo
- Setor de Departamento de Água e Esgoto
- Setor de Almoxarifado

C. Órgãos de Administração Específica:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.

- Assessoria de Programas e Projetos
- Departamento de Transporte Escolar
- Divisão de Planejamento Escolar
- Divisão de Limpeza Pública
- Divisão de Esportes
- Setor de Esportes
- Setor de Limpeza Publica

II - Secretaria Municipal de Saúde

- Assessoria de Vigilância Sanitária
- Coordenadoria de Informação de Sistema de Saúde
- Coordenadoria de Assistência Farmacêutica e Responsabilidade Técnica
- Coordenadoria de Sala de Vacina
- Departamento de Farmácia Básica
- Divisão Odontológica
- Divisão de Transporte de Pacientes
- Divisão de Regulação
- Setor de Regulação

III - Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

- Assessoria de Recursos e Convênios Social
- Divisão do Programa Bolsa Família
- Divisão de Limpeza
- Divisão de Apoio Administrativo
- Divisão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Setor de Limpeza

IV - Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico

- Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais de Agricultura
- Setor Técnico de Agricultura Familiar

V - Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

- Coordenador de Manutenção de Rede Elétrica
- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Obras Públicas
- Coordenadoria do Departamento de Água e Esgoto (DAE)
- Coordenadoria de Oficina
- Coordenadoria de infra estrutura
- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Estradas Vicinais
- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Vias Públicas
- Departamento de serviços Públicos
- Departamento de Infra-Estrutura
- Divisão de Serviços Urbanos
- Divisão de Controle de Manutenção de Veículos
- Setor de Limpeza Pública

D. Órgãos Consultivos.

I. Conselhos Municipais constituídos em Lei.

Art. 4º. O quadro de órgãos do Executivo Municipal é o constante do Anexo I do presente Decreto, observados os preceitos da Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2.013.

Art. 5º. O Controle reger-se-á diretrizes estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, através do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º. Os serviços de apoio referentes à pessoal, suprimentos, patrimônio, documentação, equipamentos, informática e transportes oficiais reger-se-ão por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 7º. Os serviços de execução orçamentária e financeira serão regidos por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 8º. Fica criado organograma da estrutura administrativa através dos anexos II a VIII.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da Folha de Pagamento do mês 05/2015, revogando as disposições em contrário, em especial o **Decreto nº 033/2015, de 18 de Maio de 2015.**

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 25 de Maio de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 66/2015 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

KRIEGER & CIA LTDA – ME

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2015.

PRAZO DO CONTRATO:

31 de Dezembro de 2015. VALOR DO CONTRATO: R$ 106.455,00 (Cento e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 092015.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01/06/2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 69/2015 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

S. A. FERREIRA – ME

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2015.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2015.

VALOR DO CONTRATO: R$ 93.424,00 (Noventa e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 09/2015.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01/06/2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 68/2015 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA - MEI

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2015.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2015.

VALOR DO CONTRATO: R$ 20.702,50 (Vinte mil setecentos e dois reais e cinquenta centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 09/2015.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01/06/2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 67/2015 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

ADILSON RUTZEN - ME

OBJETO DO CONTRATO:

FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2015.

PRAZO DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2015.

VALOR DO CONTRATO: R$ 58.779,88 (Cinquenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 09/2015.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01/06/2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

Objeto: FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015,

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E CULTURA.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Forma de execução:

..... INDIRETA

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXI, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, ADJUDICA o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

ADILSON RUTZEN – ME

CNPJ N° 07.202.767/0001-42

Valor Total

R$ 58.779,88

(Cinquenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)

KRIEGER & CIA LTDA - ME

CNPJ N° 02.901.026/0001-36

Valor Total

R$ 106.455,00

(Cento e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

S. A. FERREIRA ME

CNPJ N° 09.368.202/0001-65

Valor Total

R$ 93.424,00

(Noventa e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais)

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA - MEI

CNPJ N° 16.749.399/0001-48

Valor Total

R$ 20.702,50

(Vinte mil setecentos e dois reais e cinquenta centavos)

Adjudico o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 01 de Junho de 2015.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015

Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:

..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, HOMOLOGA o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 001/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

Empresa vencedora:

SÃO LUCAS PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS E ATIVIDADES HOSPITALARES LTDA- EPP

CNPJ n° 10.287.337/0001-85

Valor total

R$: 58.621,00

(Cinquenta e oito mil seiscentos e vinte e um reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos – MT, 01 de Junho de 2015.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

Objeto: FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS, EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E CULTURA.

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Forma de execução:

..... INDIRETA

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, HOMOLOGA o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pela Comissão Municipal de Licitação, instituída pela portaria Nº. 218/2014 de 13 de março de 2014.

Empresas Vencedoras:

ADILSON RUTZEN – ME

CNPJ N° 07.202.767/0001-42

Valor Total

R$ 58.779,88

(Cinquenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos)

KRIEGER & CIA LTDA - ME

CNPJ N° 02.901.026/0001-36

Valor Total

R$ 106.455,00

(Cento e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

S. A. FERREIRA ME

CNPJ N° 09.368.202/0001-65

Valor Total

R$ 93.424,00

(Noventa e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais)

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA - MEI

CNPJ N° 16.749.399/0001-48

Valor Total

R$ 20.702,50

(Vinte mil setecentos e dois reais e cinquenta centavos)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos/MT, 01 de Junho de 2015.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

EXTRATO RESUMIDO

CONTRATO Nº. 063/2015

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

W.D. TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA – ME

CNPJ sob nº. 02.962.493/0001-76

OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, TRATORES E DEMAIS MAQUINÁRIOS EM GERAL, DE FORMA FRACIONADA ATENDENDO A DEMANDA CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA DO CONTRATO:---------- 21 de Maio de 2015.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de Dezembro de 2015.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 423.000,00

---------- (Quatrocentos e vinte e três mil reais).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 21/2015.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 21/05/2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, TRATORES E DEMAIS MAQUINÁRIOS EM GERAL, DE FORMA FRACIONADA ATENDENDO A DEMANDA CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 001/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

Empresas vencedoras:

>>>

W. D. TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ sob nº. 02.962.493/0001-76

>>> Valor global de R$: 423.000,00 (Quatrocentos e vinte e três mil reais)

>>> INOVA COMERCIO DE MAQUINS E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ sob nº. 10.780.756/0001-54

>>> Valor global de R$: 58.500,00 (Cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos – MT, 21 de Maio de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015

Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA SERVIÇOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Repartições interessadas:

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:

..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c. c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, ADJUDICA o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

SÃO LUCAS PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS E ATIVIDADES HOSPITALARES LTDA- EPP

CNPJ n° 10.287.337/0001-85

Valor total

R$: 58.621,00

(Cinquenta e oito mil seiscentos e vinte e um reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 01 de Junho de 2015.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227/2015

PORTARIA Nº 227/2015

De: 29 de Maio de 2015

"Designa os servidores efetivos responsáveis pela fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores efetivos responsáveis pela fiscalização de contratos das Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, conforme segue:

Fábio Junior Silva Pedroso – Secretaria de Finanças;

Veridiana Silvério de Almeida – Secretaria de Administração;

Débora Kreutzfeldt Zeferino – Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável;

Edevaldo de Souza Arcanjo – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

Dirce Rezer dos Santos – Secretaria de Assistência Social;

Vanea Aparecida Cupaioli – Secretaria de Meio Ambiente, Turismo e Cultura;

Hélio Rezer – Secretaria de Infraestrutura;

Alencar Rabuske Neuckamp – Secretaria de Saúde e Secretaria de Planejamento, Tecnologia e Informática;

Elizabete Marta Krebs Lopes – Secretaria de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 476/2014 de 04 de Novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 29 de Maio de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

s em contrário, em especial a Portaria nº 476/2014 de 04 de Novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 29 de Maio de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EDITAL

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT – CMDCA, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 011/91, faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, pela Lei Municipal nº 497 de 2014 do CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2 Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de condições com os demais pretendentes.

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e vagas ilimitadas para suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade como disposto editada pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do primeiro Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I – a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II – as regras do Processo de Escolha em Data Unificada, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III – as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV – a regulamentação quanto as fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Em Data Unificada; e

V – as vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

3.1 Reconhecida idoneidade moral;

3.2 Idade mínima de vinte e um anos;

3.3 Residir no município de Porto dos Gaúchos há pelo menos dois anos;

3.4 Ter nível médio completo, na data da inscrição;

3.5 Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais.

4.2. O valor do vencimento será de: R$: 1.040,13. Bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº8. 069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos.

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda.

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem.

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

7.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

I - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

II - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

III - Terceira Etapa: Dia do Processo de Escolha em Data Unificada;

IV - Quarta Etapa: Formação inicial;

V - Quinta Etapa: Diplomação e Posse.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento e pessoalmente (o requerimento será disponibilizado pelo Município no ato da inscrição), e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

9.2. A inscrição será efetuada pessoalmente no Centro de Referência e Assistência Social, logo após a publicação do Edital do Processo de Escolha dos pretendentes à função de conselheiro tutelar conforme previsto na Resolução nº 170/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

9.3 As inscrições serão realizadas no período de 08:00 horas de 02 de Junho de 2015 às 17:00 horas de 19 de Junho de 2015, de acordo com o prazo estabelecido no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Porto dos Gaúchos/MT.

9.4 A veracidade das informações prestadas na Inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9.5 Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos em duas vias para fé e contrafé.

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 04 (Quatro) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação. Não havendo recursos, a lista de candidatos habilitados poderá ser publicada nesse prazo.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 05 (cinco) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11.3. O candidato impugnado terá 05 (cinco) dias após a data de publicação da lista dos habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015.

11.5. No dia 03 de Agosto de 2015, será publicada a lista de candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

11.6. O candidato não habilitado terá o prazo de 48 horas após a data da publicação para apresentar recurso a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

12. DA TERCEIRA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

12.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

12.2. O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, das 08h às 17h, horário local, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação.

12.3. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio do Diário Oficial ou equivalente e outros instrumentos de comunicação. .

13. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

13.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

14. DO EMPATE

14.1. Em caso de empate, terá preferência na classificação o candidato com idade mais elevada, persistindo o empate o candidato que residir a mais tempo no município.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

15.1. Ao final de todo o Processo de Escolha em Data Unificada, a Comissão Especial divulgará no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos cinco conselheiros tutelares titulares e seus respectivos suplentes escolhidos em ordem decrescente de votação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste Edital.

16.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo (a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

16.3. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

16.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

16.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa.

16.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer, com cópia ao Ministério Público.

17. DA QUARTA ETAPA - FORMAÇÃO

17.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos e a mesma possui caráter eliminatório. Necessitando ter um total de 75% de presença nessa formação.

17.2. Nessa etapa haverá uma entrevista Psicológica, também com presença obrigatória.

17.3. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentados aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

18. DA QUINTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

18.1 A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada no dia 10 de janeiro de 2016, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 497/2014 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

19.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares.

19.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

CRONOGRAMA REFERENTE AO EDITAL 001/2015 DO CMDCA

EVENTOS BÁSICOS	DATAS
Publicação do Edital	02/06/2015
Inscrições na sede do CRAS das 08:00h às 11:00h/ 13:00h ás 17:00 h	02/06 a 19/06/ 2015
Análise de pedidos de Registro de Candidatura	22/06 a 26/06/ 2015
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas e Indeferidas no mural do CRAS e outros meios equivalente	26/06/2015
Prazo para recurso	29/06/2015 a 03/07/2015
Prazo para a Defesa	06/07 a 08/07/ 2015
Divulgação do resultado dos recursos	17/07/2015
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética.	03/08/2015
Divulgação do local e horário Do processo de escolha Unificada, no mural do CRAS.	18/09/2015
Divulgação do Resultado da Eleição	Imediatamente após a Apuração
Posse dos Conselheiros	10 de Janeiro de 2016

Nilce de Fátima Rodrigues Batista

Presidente do CMDCA

DECRETO Nº 035/2015

De: 01 de Junho de 2015.

"Concede Ponto Facultativo no dia 05 de Junho de 2015, em virtude do feriado de Corpus Christi do dia 04 de Junho de 2015".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, Sr. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo o dia 05 de Junho de 2015 Em virtude do Feriado de Corpus Christi do dia 04 de Junho de 2015, nos órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 2º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde a preservação e funcionamento dos serviços essenciais afetos à sua responsabilidade área e competência.

Art. 3 – A pasta de Educação seguirá o calendário letivo, elaborado pelas instituições municipais de ensino e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EXTRATO RESUMIDO

CONTRATO Nº. 065/2015

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

INOVA COMERCIO DE MAQUINS E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ sob nº. 10.780.756/0001-54

OBJETO DO CONTRATO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, TRATORES E DEMAIS MAQUINÁRIOS EM GERAL, DE FORMA FRACIONADA ATENDENDO A DEMANDA CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

DATA DO CONTRATO:

---------- 21 de Maio de 2015.

PRAZO DO CONTRATO:---------- Até 31 de Dezembro de 2015.

VALOR DO CONTRATO:---------- R$: 58.500,00

---------- (Cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº. 21/2015.

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 21/05/2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, TRATORES E DEMAIS MAQUINÁRIOS EM GERAL, DE FORMA FRACIONADA ATENDENDO A DEMANDA CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **ADJUDICA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 001/2015 de 05 de Janeiro de 2015.

Empresas vencedoras:

>>>

W. D. TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ sob nº. 02.962.493/0001-76

>>> Valor global de R$: 423.000,00 (Quatrocentos e vinte e três mil reais)

>>> INOVA COMERCIO DE MAQUINS E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ sob nº. 10.780.756/0001-54

>>> Valor global de R$: 58.500,00 (Cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

Adjudica o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos – MT, 21 de Maio de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 040/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT

CONTRATADA: MOVÉIS E CIA COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA LTDA

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MOVEIS DE ESCRITÓRIOS**

VALOR: R$ 55.026,00 (CINQUENTA E CINCO MIL E VINTE E SEIS REAIS).

VIGÊNCIA: 12 MESES.

DATA: 22/05/2015.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 185

PORTARIA Nº 185 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *LUCIANA XAVIER ALVES*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 184

PORTARIA Nº 184 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *LIZETE XAVIER CARDOSO*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 183

PORTARIA Nº 183 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *LIANE DESIDERIO PERES*, para o cargo de Merendeira, na Secretaria de Educação, a partir do dia 02/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 181

PORTARIA Nº 181 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **LAZARA MORAES DA SILVA PAIM**, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 180

PORTARIA Nº 180 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *LAURA GIOVANA SILVA DE BRITO*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 25/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 160

PORTARIA Nº 160 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *EDINEY DE BRITO*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 163

PORTARIA Nº 163 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *ELENIR PAIM*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 186

PORTARIA Nº 186 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *LUCINEIDE ALVES DA SILVA*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 176

PORTARIA Nº 176 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JONAS ALVES DIAS*, para o cargo de Agente de Serviços Urbanos, na Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 23/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 190

PORTARIA Nº 190 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *MARCIO BRU RE*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 166

PORTARIA Nº 166 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *FABIANA DE SOUZA REGIS*, para o cargo de Apoio Operacional, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 190

PORTARIA Nº 190 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *MARCIO BRU RE*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 175

PORTARIA Nº 175 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JOICY THAMILLIS DE SOUZA LOPES*, para o cargo de Monitor de Creche, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 172

PORTARIA Nº 172 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JAQUELINE ALVES MAGALHÃES*, para o cargo de Agente de Serviços Urbanos, na Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 25/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 167

PORTARIA Nº 167 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *FATIMA BENEDITA DA ANUNCIAÇÃO*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 188

PORTARIA Nº 188 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia cargo em comissão, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a *Sra.* **MAISA ALVES LEITE**, para o cargo de Coordenador de Agricultura, na Secretaria de Agricultura, a partir do dia12/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 158

PORTARIA Nº 158 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **DENER CLAYTON XAVIER MARTINS**, para o cargo de Guarda, na Secretaria de Administração, a partir do dia 12/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 171

PORTARIA Nº 171 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de **JACIRA WA UTOMODZATSI,** para o cargo de Merendeira, na Secretaria de Educação, a partir do dia 19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 165

PORTARIA Nº 165 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *ELIS REGINA BELO DO NASCIMENTO*, para o cargo de Merendeira, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 164

PORTARIA Nº 164 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *ELIAS GALVÃO DA SILVA*, para o cargo de Guarda, na Secretaria de Educação, a partir do dia 01/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 187

PORTARIA Nº 187 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *LUZIENE ZENAIDE CONCEIÇÃO DE ARRUDA*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 159

PORTARIA Nº 159 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *DIONÍZIA MESSIAS DOS SANTOS*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 162

PORTARIA Nº 162 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *ELAINE APARECIDA ALMEIDA DA SILVA*, para o cargo de Apoio Operacional, na Secretaria de Educação, a partir do dia 02/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 179

PORTARIA Nº 179 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *KAMILLA DI PAULA SOARES DA SILVA*, para o cargo de Monitor de Creche, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189

PORTARIA Nº 189 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *MARCIA ADRIANA NUNES DE A. OLIVEIRA*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 170

PORTARIA Nº 170 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *HUGNÉIA OLIVEIRA FARIAS*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 182

PORTARIA Nº 182 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *LEIDINAURA ALVES REGO*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 174

PORTARIA Nº 174 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JOÃO LINO TSINHONE TSERENHIS RU*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 178

PORTARIA Nº 178 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JUSCÉLIA ROSA DA SILVA*, para o cargo de Apoio Operacional, na Secretaria de Educação, a partir do dia 02/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 173

PORTARIA Nº 173 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JÉSSICA TAÍS MENDES DE SOUZA*, para o cargo de Monitor de Creche, na Secretaria de Educação, a partir do dia 23/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 161

PORTARIA Nº 161 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *EDIVIRGENS ALVES DE ALMEIDA*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 09/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 169

PORTARIA Nº 169 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *GEANANCI FERNANDES DE OLIVEIRA*, para o cargo de Monitor de Creche, na Secretaria de Educação, a partir do dia 23/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 173

PORTARIA Nº 173 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JÉSSICA TAÍS MENDES DE SOUZA*, para o cargo de Monitor de Creche, na Secretaria de Educação, a partir do dia 23/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168

PORTARIA Nº 168 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *FLEIK IMONE GONÇALVES NUNES*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia 19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 177

PORTARIA Nº 177 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Registra a contratação temporária, na forma que menciona.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 113, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município de Poxoréu,

RESOLVE:

Art. 1º. – Registrar a contratação temporária de *JOSÉ MARIA TSI RUIPI TSIMITSUTE*, para o cargo de Professor, na Secretaria de Educação, a partir do dia19/02/2015.

Art. 2º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu, MT, 27 de Fevereiro de 2015.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Esta Portaria foi publicada no saguão da Prefeitura de Poxoréu, nos termos do art. 108 da Lei Orgânica Municipal em 27/02/2015 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM conf. Lei nº 1041/06 de 31/05/06.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 039/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

CONTRATADO: TECNOESTE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRA

VALOR: R$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

DATA: 22/05/2015

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

PRESIDENETE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 309/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 01 de abril de 2015 a 30 de abril de 2015, a Servidora Adriana Matias Rodrigues Malvessi, nomeada pela Portaria n° 638/2013 de 01 de outubro de 2013, como Assessora Legislativa da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 325/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora SONIA DAGNA LEMES."

A Secretária de Administração do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal nº. 403 de 03 de outubro de 2006, que alterou a Lei Municipal nº. 355 de 25 de agosto de 2005, que rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA,* **a servidora Sra.Sonia Dagna Lemes, efetiva no cargo de AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR,** lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, com vencimentos integrais, a partir de 13 de abril de 2015 e término em 11 de julho de 2015, conforme processo administrativo do FEMPAS, sob o n.º 2015.05.00025R9.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 13 de Abril de 2015.

_____

Lidiane Magdalena Führ Secretária Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 329/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato Administrativo nº. 25/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **VALTER SANTOS DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 328321 SSP/MS e inscrito no CPF sob n° 057.328.811-15, para acompanhamento e fiscalização do contrato Administrativo nº. 25/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 24 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 303/2015

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Instrução Normativa nº. 015/GS/SEDUC/2012,

R E S O L V E :

Artigo 1° - Nomeia membros para comporem a Comissão Municipal de Transporte Escolar do Município de Querência - MT, da seguinte forma:

Samário Noleto de Sousa Representante dos Alunos

CPF: 832.662.671-68

Amite S. Almeida dos Santos Suplente

CPF: 037.426.751-09

Clodoaldo Amaro da Silva Representante dos Pais

CPF: 951.241.951-34

Helena Maria Coelho Suplente

CPF: 353.006.711-34

Marcos A. Amorim Represent. da Assessoria Pedagógica

CPF: 988.723.620-91

Ana Maria Vicente Nascimento Suplente

CPF: 406.111.951-87

Leomar Koler Represent. dos Professores Estaduais

CPF: 025.998.089-79

Marta Vieira Silva Kuhn Suplente

CPF: 505.589.865-87

Cácia Regina Kmitta Represent.dos Professores Municipais

CPF: 894.260.701-25

Arlete Ap. Pizzi Ziliotto Suplente

CPF: 916.145.979-87

Manoel Vicente Neto Represent. Poder Executivo Municipal

CPF: 433.450.261-04

Daniela Cristina Paim Suplente

CPF: 033.349.661-27

Mareci Pinto Fucks Represent. do Conselho do FUNDEB

CPF: 453.988.870-68

Mônica F. de Almeida Arend Suplente

CPF: 894.519.881-49

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de janeiro de 2015, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 326/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 24/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar a Servidora **ADRIANA MATIAS RODRIGUES MALVES-SI,** portadora da cédula de identidade nº. 15027007 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 966.824.341-20, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 24/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto a Prestação de serviços como Motorista, para situações transitórias para a Aldeia Indígena Ngôwere no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 16 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 306/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO - MATERNIDADE à servidora NEIDE ALVES FERNANDES GUIARO."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO - MATERNIDADE, à servidora NEIDE ALVES FERNANDES GUIARO, contratada no cargo de Agente de Combate as Endemias, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 01 de Abril de 2015 e término em 29 de Julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 331/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato Administrativo nº. 27/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **VALTER SANTOS DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 328321 SSP/MS e inscrito no CPF sob n° 057. 328.811-15, para acompanhamento e fiscalização do contrato Administrativo nº. 27/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 24 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 305/2015

EXONERA COORDENADOR PEDAGÓGICO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme a Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1°

- Exonerar a partir de 01 de Abril de 2015, o Servidor LEANDRO TOMAZI, do Cargo de Coordenador Pedagógico do quadro de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, nomeado pela Portaria nº. 275/2013 de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 336/2015

Dispõe sobre a prorrogação da concessão do benefício de SALARIO – MATERNIDADE a servidora WESDRA CAETANO DA COSTA.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº. 067/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico do Município de Querência-MT.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias *o* benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, a servidora **WESDRA CAETANO DA COSTA**, Professora (Cargo alterado pela Lei Complementar nº. 073/2014), lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos a partir de 25 de abril de 2015 e término em 23 de junho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 27 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
CONTRATO DE LOCAÇÃO 043/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 043/2015

Os signatários deste instrumento, **MUNICIPIO DE QUERÊNCIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Interno, inscrito no CNPJ Nº 37. 465.002/0001-66, com sede na Avenida Cuiabá, Quadra 01, Lote 09, Setor C, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na Avenida Leste n. 567, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 5027154383 e inscrito no CPF sob o n. 437.706.300-68, doravante denominado de LOCATÁRIO, e de outro lado o Sr. *ADÃO LARI CAUMO*, CPF nº 368.748.840-34, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, 313, Bairro Setor A, Quadra 17, Lote 06, CEP: 78.643-000, neste Município de Querência – MT, doravante denominado LOCADOR, conforme Processo Licitatório n. 045/2015, Pregão Presencial n. 035/2015.

1 - OBJETO DA LOCAÇÃO

Locação de Sala Comercial em alvenaria com no mínimo 1802m² com dois banheiros, uma dispensa e uma copa para uso da Secretaria Municipal de Agricultura/ IPAM-ISA / EMPAER.

2 - VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO

A Locatária pagará ao Locador o valor total de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)**, divididos em 12 parcelas no valor de 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, cujo pagamento será depositado na** Conta Corrente 7.152-8, Agência 3942-X, Banco do Brasil em Nome de Adão Lari Caumo**, até o dia 5º (quinto) dia de cada mês subsequente ao vencido.**

3 - PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação é de 12 (doze) meses, com início no dia 01 de Junho de 2015 e término em 31 de maio de 2016.

Querência – MT, 01 de Junho de 2015.

_____

MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA

GILMAR REINOLDO WENTZ

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CONTRATADA

ADÃO LARI CAUMO

CPF: 368.748.840-34

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 308/2015

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede **Licença-Prêmio** por assiduidade, no período de 01 de Abril de 2015 a 29 de junho de 2015, a Servidora **VERANI NECKEL BOLLES,** nomeada pelo Decreto nº. 288/1999 de 05 de Janeiro de 1999, como Técnica de Enfermagem da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao período aquisitivo de 2011 a 2015.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária:

06 – Secretaria de Saúde

06.02 – Setor de Saúde

2.055 – Manutenção e Encargos com o Setor de Saúde

209-3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 304/2015

EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar a partir de 01 de Abril de 2015, **Lucely de Sousa Cruz Torres,** do Cargo de Secretária Municipal de Administração e Planejamento, do quadro de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, nomeada pela Portaria nº. 724/2014 de 09 de dezembro de 2014.

Art. 2

° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 313/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 01 de Abril de 2015 a 30 de Abril de 2015, a servidora **MILENA MISTURA,** nomeada pelo Decre-

to n° 1.070/2011 de 21 de Outubro de 2011, como Psicóloga da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2.013.

Art. 2°-

As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 319/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Venda de Serviços de Consultorias nº. 23/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **ERIVALDO DA CUNHA SANTOS,** portador da cédula de identidade nº. 060515 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 274. 303.161-15, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Venda de Serviços de Consultorias nº. 23/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto promover o desenvolvimento da atividade leiteira através da implantação do Projeto Balde Cheio no Município de Querência.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 09 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 333/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato Administrativo nº. 29/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **VALTER SANTOS DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 328321 SSP/MS e inscrito no CPF sob n° 057. 328.811-15, para acompanhamento e fiscalização do contrato Administrativo nº. 29/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 24 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 302/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE GESTOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS DO SISTEMA DE CONVENIOS DO GOVERNO FEDERAL - SICONV DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA – MT.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, com base na Portaria Interministerial 507 de 24 de novembro de 2011.

R E S O L V E :

Art. 1° - Fica nomeada a Servidora **PAULA RODRIGUES DE MELO CASTRO,** portadora da Cédula de Identidade n° 3783875-2 DGPC/GO e inscrita no CPF n° 847.519.671-34, para a função de Gestora de Projetos e Convênios do Sistema de Convênios do Governo federal, podendo este representar a parte convenente em todas as ações referentes ao SICONV.

Art. 2º - De acordo, com o parágrafo XVI, do artigo 6º da Portaria 507/ 2011, é de competência do Gestor de Projetos e Convênios no SICONV.

I – Realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de todos os convênios cadastrados, bem como tomada de contas especial dos mesmos, quando couber.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 322/2015

EXONERA CHEFE DE DEPARTAMENTO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme a Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar a partir de 10 de Abril de 2015, **JOICE RAMOS LUIZ,** do Cargo de Chefe de Departamento, do quadro de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, nomeada pela Portaria nº. 299/2013 de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2

° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 10 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 330/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato Administrativo nº. 26/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **VALTER SANTOS DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 328321 SSP/MS e inscrito no CPF sob n° 057. 328.811-15, para acompanhamento e fiscalização do contrato Administrativo nº. 26/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 24 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 340/2015

Concede Licença para tratar de Interesses Particulares

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme o Art. 129 da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Licença a partir de 01 de abril de 2015, para tratar de interesses particulares de 2 (dois) anos a servidora **FRANCIELE DUTRA DE MELLO**, nomeada pelo Decreto n° 987/2011 de 01 de Fevereiro de 2011, como Professora de Pedagogia da Prefeitura Municipal de Querência – MT.

Art. 2°-A Licença a que se refere o artigo anterior é comprovada com pedido da interessada.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 30 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 339/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 32/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar a Servidora **ELIANE COSTA**, portadora da Cédula de Identidade n° 760.385-SSP/MT e inscrita no CPF sob o n° 514.310.411-49, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 32/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto execução de reforço de fundação do castelo d'água e cobertura na entrada social da Creche do Setor F, no Município de Querência - MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 30 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
CONTRATO DE LOCAÇÃO 042/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 042/2015

Os signatários deste instrumento, **MUNICIPIO DE QUERÊNCIA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Interno, inscrito no CNPJ Nº 37. 465.002/0001-66, com sede na Avenida Cuiabá, Quadra 01, Lote 09, Setor C, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na Avenida Leste n. 567, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 5027154383 e inscrito no CPF sob o n. 437.706.300-68, doravante denominado de LOCATÁRIO, e de outro lado o Sr. *ARCILDO MARTENS*, CNPJ nº 15.075.989/0001-70, residente e domiciliado na Avenida Leste, s/ nº, Setor Industrial II, Qd. 01, Lt. 07, CEP: 78.643-000, neste Município de Querência – MT, doravante denominado LOCADOR, conforme Processo Licitatório n. 045/2015, Pregão Presencial n. 035/2015.

1 - OBJETO DA LOCAÇÃO

Locação de Depósito fechado em alvenaria e coberto com no mínimo de 180m², com duas entradas com portões de 5m de largura para acesso de veículos grandes, e com piso cimentado, para utilização como depósito de pneus velhos, recolhidos, na cidade para uso da Secretaria de Serviços Urbanos.

2 - VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO

A Locatária pagará ao Locador o valor total de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, divididos em 12 parcelas no valor de 3.000,00 (três mil reais) mensais, cujo pagamento será depositado na** Conta Corrente

18.004-1, Agência 3942-X, Banco do Brasil em Nome de Arcildo Martens**, até o dia 5º (quinto) dia de cada mês subsequente ao vencido.**

3 - PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação é de 12 (doze) meses, com início no dia 01 de Junho de 2015 e término em 31 de maio de 2016.

Querência – MT, 01 de Junho de 2015.

_____

MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA

GILMAR REINOLDO WENTZ

PREFEITO MUNICIPAL

_____

CONTRATADA

ARCILDO MARTENS

CNPJ: 15.075.989/0001-70

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 317/2015

NOMEIA GERENTE ADJUNTO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme preceitua o anexo I da Lei Complementar n° 75/2014 de 01 de Setembro de 2014.

R E S O L V E :

Art. 1° - Nomear a partir do dia 02 de Abril de 2015, o Sr. **SOLY PEREIRA JUNIOR,** portador da cédula de identidade nº. 2555473-5 SSP/RS, e inscrito no CPF nº. 012.921.710-73, como Gerente Adjunto, enquadrando-o no anexo I, Cargo de Provimento em Comissão da Lei Complementar n° 75/2014, de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2°

- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03.01 – Secretaria de Administração e Planejamento

2.009 – Manutenção e Encargos da Secretaria Municipal de Administração.

33-3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 02 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 318/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços de Locação de Sistemas nº. 22/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **VANTUIL DONIZETE DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade n° M-7.546.043 SSP/MG e inscrito no CPF n° 612. 717.566-68, para acompanhamento e fiscalização do contrato de prestação de serviços de Locação de Sistemas nº. 22/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto Contratação dos serviços de locação de sistemas integrados de gestão pública, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 07 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 316/2015

EXONERA GERENTE ADJUNTO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar a partir de 02 de Abril de 2015, **BEN HUR DE ALMEIDA BARROS,** do Cargo de Gerente Adjunto, do quadro de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, nomeado pela Portaria nº. 636/2013 de 01 de outubro de 2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 02 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 057/2013

TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2013.*

SÉTIMO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 057/2013 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa DESTESA TERRA CONSTRUÇÕES LTDA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 057/2013 de 24/09/2013, referente ao processo licitatório nº 103/2013.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Originário n. 057/2013.

CLAUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

2.1 Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais

60 (sessenta)

dias corridos a partir de 26 de Maio de 2015, vencendo no dia 27 de Julho de 2015.

Querência – MT, 25 de Maio de 2015.

_____

Município de Querência - MT

GILMAR REINOLDO WENTZ

Prefeitura Municipal

_____

DESTESA TERRA CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATADA

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 315/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 01 de Abril de 2015 a 20 de Abril de 2015, a Servidora **VANUZA FREITAS FERNANDES CORANDIM,** nomeada pelo Decreto nº. 989/2011 de 02 de fevereiro de 2011, como Técnica de Enfermagem da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°-As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 338/2015

EXONERA SERVIDORA EFETIVA

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme a Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1°- Exonerar, a partir de 30 de Abril de 2015, a Servidora LORISETE PAVAN GIRELI, nomeada pelo Decreto n° 544/2006 de 02 de Fevereiro de 2006, como Agente de Nutrição, do quadro de Servidores efetivos da Prefeitura Municipal.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 30 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 314/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 01 de Abril de 2015 a 30 de Abril de 2015, a Servidora

ROSANA DA SILVA,

nomeada pelo Decreto n° 304/99 de 01 de Abril de 1999, como Agente de Serviços Diversos da Saúde da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao ano de 2.014, cargo alterado pela Lei Complementar nº. 037/2008.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 307/2015

EXONERA COORDENADORA PEDAGÓGICA

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme a Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar a partir de 01 de Fevereiro de 2015, a Servidora **FRANCIELE DUTRA DE MELLO,** do Cargo de Coordenadora Pedagógica do quadro de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, nomeada pela Portaria nº. 294/2014 de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2

° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 320/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regi-

me Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 09 de Abril de 2015 a 28 de Abril de 2015, a servidora

MARCIELA ANGELA PREUSS,

nomeada pelo Decreto n° 543/2006 de 01 de Fevereiro de 2006, como Professora da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 09 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 337/2015

DESTITUI COMPLEMENTO SALARIAL

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1° - Destituir o complemento Salarial a partir de 30 de Abril de 2015, da Servidora ZELMA DA SILVA PREHL, nomeada pela Portaria nº. 511/2013 de 10 de julho de 2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 30 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO Nº 612/2015

Notifica os proprietários de terrenos baldios para procederem a limpeza de seus terrenos.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e o amparo legal da Lei Municipal nº 803/2014 de 09 de setembro de 2014,

NOTIFICA os proprietários dos imóveis relacionados abaixo, para que procedam a limpeza dos terrenos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta notificação no Diário Oficial.

Urbano Boesing, quadra 11, lote 02, Setor E; Alexandro Martins dos Santos, quadra 03, lote 01, Residencial Parque Imperial; Diomildo José dos Santos, quadra 02, lote 14,17, Residencial Parque Imperial; Marilia Rosa Galvão, quadra 07, lote 03, Residencial Parque Imperial; Aldeneide Rodrigues de Oliveira Costa, quadra 11, lote 10, Residencial Parque Imperial; Marcir Rech, quadra 05, lote 16, Residencial Parque Imperial; Eudenes Soares de Carvalho, quadra 10, lote 18. Residencial Parque Imperial; José Paulino Junior, quadra 07, lote 03, Setor H; Everson Martins Baptista, quadra 01, lote 31, Setor Nova Querência; Luzia Maria de Jesus, quadra 47, lote 06, Setor Nova Querência; Sebastiana Vital de Macedo, quadra 33, lote 24, Setor Nova Querência; Keane da Silva Leite, quadra 54, lote 18, Setor Nova Querência; Guilherme Langhi de Souza, quadra 35, lote 21, Setor Nova Querência; Sirlei Souza, quadra 20, lote 01, Setor Nova Querência; Cássio Marcel Costa, quadra 21 lote 06, Setor Nova Querência; Gustavo Dal Forno Gianluppi, quadra 42, lote 03,04, Setor Nova Querência; Joyciley Araújo Silva, quadra 14, lote 14, Residencial Parque Imperial; Edezvaldo José dos Santos, quadra 02, lote 13, Residencial Parque Imperial; Rogerio Fernando da Silva, quadra 08, lote 02, Residencial Parque Imperial; Adriana Cristina Carvalho, quadra 10, lote 19, Residencial Parque Imperial; Luclecia Cardoso da Costa, quadra 03, lote 19, Residencial Parque Imperial; Nelsom Honorio de Oliveira, quadra 21, lote 03,04, Setor H; Rafael Filho Farias Fernandes, quadra 16, lote 07, Setor H; Aline Pinela Riva, quadra 33, lote 08, Setor Nova Querência; Joana D'ark Monteiro Luz, quadra 55, lote 11, Setor Nova Querência; Damião Costa de Araújo, quadra 23, lote 08,09, Setor G; Sergio Batista Silva de Souza, quadra 26, lote 07, Setor G; Dayson Flavio Macedo, quadra 02, lote 02, Setor H; Oscar Nobuhiro Ishida, quadra 19, lote 04, Setor H; Damião Costa de Araújo, quadra 12, lote 03,04, Setor H; Sirlene Alves Pereira Nalon, quadra 26, lote 30, Setor Nova Querência; Irene Fernandes de Souza, quadra 37, lote 18, Setor Nova Querência; Luziano Moraes Borges, quadra 33, lote 21, Setor Nova Querência; Valdeci Ribeiro da Silva, quadra 17, lote 12, Residencial Parque Imperial; João Batista Pereira Pintos, quadra 02, lote 11,12, Residencial Parque Imperial; Marco Roberto dos Santos Silveira, quadra 23, lote 17, Setor Nova Querência; Querência Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda, quadra 47, lote 19, Setor Nova Querência; Elonir Franceschi, quadra 18, lote 08, Setor G; Flávia Ferreira Megda, quadra 31, lote 08, Setor E; Tiago Enore Brasil, quadra 14, lote 19, Residencial Parque Imperial; Defend Produtos e Serviços Agropecuários Ltda, quadra ID, lote 42. Setor Industrial; Neuza Cirqueira Pina, quadra 14, lote 16, Residencial Parque Imperial; Waldemir Cosmo da Rocha, quadra 04, lote 06, Setor Industrial II; Elaci Inácia Wagner, quadra 18, lote 17, Setor G; Terezinha de Jesus Sousa da Silva, quadra IF, lote 21, Setor Industrial; Marise Gartner, quadra 23, lote 12, Residencial Parque Imperial; Jair Roberto Petry, quadra 19, lote 09, Residencial Parque Imperial; Eliezer Alencar de Moura, quadra 19, lote 15, Residencial Parque Imperial; Aparecida Orbilem Santos Carvalho de Faria, quadra 19, lote 10, Residencial Parque Imperial; Lucilene da Dores de Abreu, quadra 15, lote 04, Residencial Parque Imperial; Jeanderson Rogerio Pinheiro Felizardo, quadra 14, lote 20, Residencial Parque Imperial; José Carlos Batista dos Santos, quadra 15, lote 02, Residencial Parque Imperial; Igreja Batista El Shadai, quadra 02, lote 16, Residencial Parque Imperial; Nilda Campos Kroth, quadra 10, lote 06,Residencial Parque Imperial; Suzana Rodriques da Silva, quadra 17, lote 20, Residencial Parque Imperial; Wenes Souza Leite, quadra 15, lote 14, Residencial Parque Imperial; Vanderlea Hohn, quadra 15, lote 13, Residencial Parque Imperial; Querência Centro Automotivo Ltda – ME, quadra ID, lote 39, Setor Industrial; Terezinha de Fátima Lauxen, quadra 17, lote 14, Residencial Parque Imperial; Iria Maria Rohden, quadra 14, lote 18, Residencial Parque Imperial; Edilson Gomes Fouz, quadra 21, lote 19, Residencial Parque Imperial; Jorge Conceição da Silva, quadra 17, lote 15, Residencial Parque Imperial; Manfredo A. Desbessel, quadra 17, lote 19, Residencail Parque Imperial; Marcos Alexandre Ruppenthal Elgert, quadra 21, lote 08, Residencial Parque Imperial; André Fernando Bronstrup, quadra 21, lote 18, Residencial Parque Imperial; Rogério Ribeiro Martins, quadra 24, lote 13, Residencial Parque Imperial; Juliana de Brito, quadra 18, lote 15, Residencial Parque Imperial; Leandro Cabral Arantes, quadra 22, lote 12, Residencial Parque Imperial; Luiz Edemar Pfeifer, quadra 23, lote 11, Residencial Parque Imperial; Silval Pereira de Souza, quadra 01, lote 17, Setor Industrial II; Mário José Feldkircher, quadra IE, lote 09, Setor Industrial; Edemar Gerson Knutzen, quadra 04, lote 11, Setor Industrial II; João Fernando Arnoni Lanzoni, quadra 18, lote 12, Residencial Parque Imperial; Francisco Mantovani Ribeiro de Mendonça, quadra 18, lote 13, Residencial Parque Imperial; Paulo Mantovani Ribeiro de Mendonça, quadra 18, lote 14, Re-

sidencial Parque Imperial; Gilmar Martins Oliveira, quadra 18, lote 19,20, Setor Parque Imperial; Cleudiane Silveira de Souza, quadra 19, lote 11, Residencial Parque Imperial; Flávio Rodrigues Guimarães, quadra 20, lote 01,02, Residencial Parque Imperial; Fernando Didomenico, quadra 20, lote 04, Residencial Parque Imperial; Cleomar Santos Pinto, quadra 20, lote 20, Residencial Parque Imperial; Vera Teresinha Feldkircher, quadra 19, lote 06, Residencial Parque Imperial; Almir Rogério Ferro Chaves, quadra 21, lote 16, Residencial Parque Imperial; Renan Martes Begozzi, quadra 22, lote 02, Residencial Parque Imperial; Elair Casali, quadra 22, lote 09, Residencial Parque Imperial; Rosenilza de Fátima Freitas, quadra 22, lote 10, Residencial Parque Imperial; Darli Isabel Ferrazzo, quadra 22, lote 16, Residencial Parque Imperial; Adelar Luis Dieter e Outros, quadra 24, lote 08, Residencial Parque Imperial; Protasio Francisco Theisen, quadra 24, lote 12, Residencial Parque Imperial; Helio de Souza Cabral e Outro, quadra 02, lote 09, Setor Industrial I; Igor Cavalheiro Binsfeld, quadra 01, lote 03, Setor Industrial I; Norma Baumgratz, quadra 21, lote 06, Residencial Parque Imperial; Sergio Dirceu Wolfer, quadra IF, lote 39-A, Setor Industrial; Beno Inácio Petry, quadra ID, lote 26, Setor Industrial; Benedito Clóvis Manfrin, quadra ID, lote 30, Setor Industrial; Transportadora Vale da Serra Ltda, quadra ID, lote 18, Setor Industrial; Delcio Nivaldo Wentz, quadra IF, lote 34, Setor Industrial; José Eli Maggioni, quadra ID, lote 22-A, Setor Industrial; Erai Maggi Schaffer e Outros, quadra IC, lote 24,26, Setor Industrial; Joselito Barrachi Marzinotti, quadra IC, lote 44, Setor Industrial; Elidio Borgato, quadra IC, lote 48, Setor Industrial; MPM Participações Ltda, quadra IA, lote 26,28, Setor Industrial; Frigotur Viagens e Turismo Ltda, quadra 07, lote 11, Setor Industrial II; Agropecuária Calupa Ltda, quadra 08, lote 08, Setor Industrial II.

Constatado o não atendimento desta notificação, o contribuinte será multado no valor de 05 (cinco) UPMF (unidade padrão fiscal municipal), conforme preceitua a supra citada lei.

OBS: se o imóvel notificado estiver limpo na data de publicação desta, favor desconsiderar a notificação.

Querência, MT, 01 de junho de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

_____

Edison Feres Prado

Secretário Municipal de Serviços Urbanos

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 334/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato Administrativo nº. 30/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **VALTER SANTOS DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 328321 SSP/MS e inscrito no CPF sob n° 057. 328.811-15, para acompanhamento e fiscalização do contrato Administrativo nº. 30/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 24 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 321/2015

EXONERA SERVIDOR EFETIVO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme a Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar, a partir de 10 de Abril de 2015, o Servidor

LEOMAR KOLER,

nomeado pelo Decreto n° 543/2006 de 01 de Fevereiro de 2006, como Professor de Português, do quadro de Servidores efetivos da Prefeitura Municipal.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 10 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 327/2015

EXONERA ADMINISTRADOR DISTRITAL

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar a partir de 17 de Abril de 2015,

AURI AFONSO KOLLING,do Cargo de Administrador Distrital, do quadro de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, nomeado pela Portaria nº. 416/2013 de 13 de maio de 2013.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 17 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 328/2015

NOMEIA ADMINISTRADOR DISTRITAL

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1° - Nomear a partir de 20 de Abril de 2015, o Sr. ENILTON MARQUES DE SOUZA, portador da Cédula de Identidade n° 2.284.667 SSP/GO e inscrito no CPF sob o n° 401.552.501-91, como Administrador Distrital do Distrito Coutinho União, município de Querência, em conformidade com a Lei Municipal 422/2007, alterada pela Lei Municipal 727/2013.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação:

02 – Gabinete do Prefeito

02.01 – Gabinete do Prefeito

2.005 – Manutenção e Encargos com o Gabinete do Prefeito.

17-3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 20 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 312/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 01 de Abril de 2015 a 30 de Abril de 2015, a Servidora **MARINÊS ANTONINHA WINTER**, nomeada pelo decreto 543/2006 de 01 de Fevereiro de 2006, como Agente de Serviços Diversos da Saúde da Prefeitura Municipal de Querência – MT, referente ao ano de 2.014, cargo alterado pela Lei Complementar nº. 037/2008.

Art. 2°-

As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 332/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato Administrativo nº. 28/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar o Servidor **VALTER SANTOS DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade n° 328321 SSP/MS e inscrito no CPF sob n° 057.328.811-15, para acompanhamento e fiscalização do contrato Administrativo nº. 28/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2015 no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 24 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 311/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências, e nos termos da Lei Municipal nº. 410/2006.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 01 de Abril de 2015 a 30 de Abril de 2015, a servidora **LUCIMAR SOFIRES DE ARAUJO**, nos termos da Lei Municipal nº. 410 de 29 de dezembro de 2006, como Agente de Combate as Endemias da Prefeitura Municipal de Querência - MT, referente ao ano de 2.014.

Art. 2°-

As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 323/2015

EXONERA GERENTE ADJUNTO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Exonerar a partir de 10 de Abril de 2015,

WILIEN SOBCZAK,

do Cargo de Gerente Adjunto, do quadro de Provimento em Comissão da Prefeitura Municipal, nomeado pela Portaria nº. 258/2015 de 05 de fevereiro de 2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 10 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 335/2015

"Dispõe sobre a designação do Fiscal de contrato para o contrato de Prestação de Serviços nº. 31/2015, celebrado pela administração pública municipal de Querência – MT."

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO, que a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública.

R E S O L V E :

Art. 1° Designar a Servidora **MÔNICA FERREIRA DE ALMEIDA AREND**, portadora da Cédula de Identidade n° 10945415 SSP/MT e inscrita no CPF sob n° 894.519.881-49, para acompanhamento e fiscalização do contrato de Prestação de Serviços nº. 31/2015.

Art. 2° O Contrato acima citado, tem por objeto implantação de Software CONTABILIDADE/LALUR/DEPRECIAÇÃO na Secretaria Municipal de Educação, no Município de Querência – MT.

Art. 3° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 29 de Abril de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 310/2015

CONCEDE FÉRIAS INDIVIDUAIS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme Art. 96 da Lei Municipal Complementar n° 067/2014, de 07 de Abril de 2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência – MT, na forma que estabelece e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1° - Concede Férias Individuais no período de 01 de Abril de 2015 a 30 de Abril de 2015, ao Servidor JOÃO GUERRA, nomeado pela Portaria nº. 036/1993 de 01 de Julho de 1993, como Agente de Serviços I da Prefeitura Municipal de Querência – MT., referente ao ano de 2.013.

Art. 2°- As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da Dotação - Pessoal Civil.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 044/2014

TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2014.*

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 44/2014 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa G.MARQUES DA CRUZ-ME, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 044/2014 de 23/07/2014, referente ao processo licitatório nº 082/2014.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo do Contrato Originário n. 044/2014.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.

2.1 Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir de 26 de maio de 2015, vencendo no dia 27 de julho de 2015.

Querência – MT, 25 de Maio de 2015.

.....

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

CONTRATANTE

.....

G.MARQUES DA CRUZ-ME

CNPJ/MF, sob o n. 37.465.002/0001-66

CONTRATADO

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 324/2015

Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ILENE JANICE BALZ.

A Secretária de Administração do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal nº. 403 de 03 de outubro de 2006, que alterou a Lei Municipal nº. 355 de 25 de agosto de 2005, que rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Concedero benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. ***ILENE JANICE BALZ***, efetiva no cargo de PROFESSORA (cargo alterado pela Lei Complementar nº. 073/2014), lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 12 de Abril de 2015 e término em 10 de julho de 2015, conforme processo administrativo do FEMPAS, sob o n.º **2015.05.00003R7**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Querência - MT, 13 de Abril de 2015.

_____

Lidiane Magdalena Führ Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

VALIDADE: Da data de sua Assinatura é de 12 meses a contar a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período.

12 (Doze) meses consecutivos.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, reuniram-se a Municipalidade de Reserva do Cabaçal/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 01.367.788/0001-31, situada na Av. Mato Grosso, 221, Centro em Reserva do Cabaçal - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. TARCISIO FERRARI, brasileiro, casado, portador do R.G nº 348.149 SSP/MT e do CPF: nº 567. 672.001-82, assistido pelo Pregoeiro Manoel Evangelista dos Santos, portador do RG nº 562170-4 SSP/MT e do CPF 441.734.071-49 e Equipe de apoio designada pela Portaria nº 29/2015 de 6 de fevereiro de 2015, que conduziram o Pregão Presencial nº 15/2015, nos termos da Lei Federal nº 8.666/ 93 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, RESOLVE registrar os preços para Aquisições futuras e fracionadas de cartucho de toner de diversas marcas e modelos e cartuchos de tinta para impressoras em geral para atender todos os órgãos da prefeitura municipal de Reserva do Cabaçal, dos itens conforme consta no Anexo I do edital do Pregão Presencial com Registro de Preços nº 15/2015, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada no certame acima numerado. Foi identificada a empresa GEOTEC SISTEMA DE INFORMATICA, inscrita no CNPJ nº. 05.612.121-0001-08, com sede na Av. São Paulo, Nº 782, Bairro Centro, São Jose dos Quarto Marcos - MT, tendo como seu representante a Sr. Rodrigo Franco, portador do RG 23.938.185-3 SSP-SP e do CPF 135.854.678-90.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CARTUCHO DE TONER DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS E CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORAS EM GERAL PARA ATENDER TODOS OS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT**.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade 12 (Doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Reserva do Cabaçal – MT, não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços poderá ser usada pelo órgão relacionado na presente licitação, e outros não previstos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

3.2. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CAR. TONNER HP - PT 2612 A / 1020	65	R$ 50,00	R$ 3.250,00
2	CAR. TONNER HP - CB540 A / CE 320 A	24	R$ 90,00	R$ 2.160,00
3	CAR. TONNER HP - CB541 A / CE 321	12	R$ 90,00	R$ 1.080,00
4	CAR. TONNER HP - CB542 A / 322 A	12	R$ 90,00	R$ 1.080,00
5	CAR. TONNER HP - CB543 A / CE 323 A	12	R$ 90,00	R$ 1.080,00
6	CAR. TONNER HP - 3125 / PHASER 3125 xerox	10	R$ 95,00	R$ 950,00
7	CAR. TONNER HP UNIVERSAL 285	344	R$ 50,00	R$ 17.200,00
8	CAR. TINTA SAMSUMG ML - 2851 ND	10	R$ 400,00	R$ 4.000,00
9	CAR. TINTA SAMSUMG ML – 101	30	R$ 400,00	R$ 12.000,00
10	HP LASER JET PRO 400 COLOR M451 dw CE410A, CE411A, CE412A, CE413A	80	R$ 110,00	R$ 8.800,00
11	CAR.TONER HP LASER JET 3051 A- SANSUNG ML3051 ND	12	R$ 180,00	R$ 2.160,00
12	CART.TONER SANSUNG SCX 4300	5	R$ 90,00	R$ 450,00
13	TONNER PRETO BK T6641 / EPSON L555	10	R$ 112,00	R$ 1.120,00
14	TONNER AMARELO Y T6644 / EPSON L555	10	R$ 112,00	R$ 1.120,00
15	TONNER MAGENTA M T6643 / EPSON L555	10	R$ 112,00	R$ 1.120,00
16	CAR. TONNER HP 83 A	230	R$ 75,00	R$ 17.250,00
17	CAR. TONNER KA 3ECA 142752 IMPRESSORA PANASONICIC KX MB1530	5	R$ 512,50	R$ 2.562,50
18	CAR. TONNER KX FAT 410 A IMPRESSORA PANASONICIC	5	R$ 523,50	R$ 2.617,50
		VALOR		R$ 80.000,00

3.3. Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 15/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. O fornecimento dos itens ora licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

3.5. No caso da impossibilidade da entrega do material ora licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço do primeiro, para o fornecimento deste material, e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO E DAS DOTAÇÕES

4.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretarias Solicitantes.

4.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado o pagamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

43. Se a Nota Fiscal Eletrônica for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 4.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

4.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

4.5. As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios e de programas consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

SECRETARIAS E DEPTOS DOTAÇÕES VALOR DISPONIVEL

Administração	(075) 03-001-2.013-3390.30	R$
Finanças	(096) 04-001-2-016-3390.30	R$
Obras	(116) 05-001-2.022-3390.30	R$
Dae	(189) 05-002-2.067-3390.30	R$
Educação Ensino Fundamental	(224) 06-002-2.029-3390.30	R$
Educação Ensino Infantil	(281) 06-002-2.042-3390-30	R$
Saúde	(359) 07-002-2.055-3390.30	R$
PSF	(374) 07-002-2.057-3390.30	R$
PAB – Fixo	(377) 07-002-2.059-3390-30	R$
Vigilância Sanitária	(397) 07-002-2.064-3390.30	R$
EDC – End. Control. Doenças	(404) 07-002-2.066-3390.30	R$
Reordenamento e Fortalecimento de Vinculo	(437) 08-002-2.070-3390.30	R$
Ação Social	(451) 08-002-2.074-3390.30	R$ R$
IGD – SUAS	(457) 08-002-2.094-3390.30	R$
PAIF	(460) 08-002-2.100-3390.30	R$
IGD-M	(465) 08-002-2.101-3390.30	R$
FUPIS	(468) 08-002-2.104-3390.30	R$
CONSELHO TUTELAR	(483) 08-003-2.079-3390.30	R$
Depto. De Turismo	(496) 10-001-2.080-3390.30	R$
Divisão de Cultura	(506) 10-002-2.084-3390.30	R$
Divisão de Esportes	(525) 10-003-2.087-3390.30	R$
Departamento Agropecuário	(560) 11-001-2.083-3390.30	R$
Fundo de Meio Ambiente	(570) 11-002-2.116-3390.30	R$

CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Ordem de Fornecimento pela Secretaria Responsável.

5.3. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado na Ordem de Fornecimento.

5.4. O prazo de entrega será imediato a contar do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, e deverá ser entregue nos locais especificados pelas secretarias solicitantes.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1. Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 15/2015 e todos os seus anexos.

6.2. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

6.3. Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

6.4. Fornecer e arcar com as despesas relativas ao transporte dos materiais, até o local de entrega;

6.5. Aceitar nas mesmas condições previstas na presente ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente estimado, servindo como base de cálculo para as alterações, os preços unitários constantes na proposta vencedora;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Uma vez firmada a ata de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa de mercado.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

g) Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital;

7.2. Caberá à Administração, à cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

7.3. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, ao critério da Administração.

8.2. A recusa injustificada das detentoras desta Ata, em retirar a Ordem de Fornecimento no prazo de 02

(dois) dias úteis, contados a partir da convocação, implicará na aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor da mesma.

8.3. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Fornecimento, a Administração poderá aplicar, à detentora da ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) - ADVERTÊNCIA: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha corrigido;

b) - MULTA MORATÓRIA: no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) - MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) - SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.4 - Poderão ser aplicadas às disposições das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

8.5 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente na forma da lei.

8.6 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei 8.666/93.

8.7 - As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

8.8 - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

8.9 - Considerar-se-á justificado o atraso na entrega dos materiais somente nos seguintes casos:

a) greves;

b) epidemias;

c) enchentes;

d) escassez, falta de materiais e/ou mão-de-obra no mercado;

CLÁUSULA IX - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

9.1. Considerando o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

9.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

9.3. Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

9.3.1. Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

CLÁUSULA X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e demais normas pertinentes.

10.2. A cada fornecimento do objeto, será emitido recibo, nos termos do art. 73, II, “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA XI - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração, quando:

11.1.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2. A detentora não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

11.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.2. A comunicação do cancelamento será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita

por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

11.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial com Registro de Preços nº 15/2015 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Araputanga-MT, com expressa renúncia de qualquer outro.

12.3. Com tudo dado por certo e correto, solicita a aposição primeiramente dos representantes legais e segundamente do pregoeiro e da equipe de apoio, além de duas testemunhas que a tudo assistiram.

Nada mais havendo a ser tratado a sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Reserva do Cabaçal – MT, 27 de maio de 2015.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

_____

EMPRESA

CNPJ nº 05.612.121-0001-08

GEOTEC SISTEMA DE INFORMATICA

TESTEMUNHAS:

NOME: NOME:

CPF nº: CPF nº:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
LEI Nº. 717/2015

. DATA: 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO E PARCELAMENTO ESPECIAL DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA, ORIGINÁRIOS DAS AÇÕES FISCAIS INICIADAS PELO FISCO MUNICIPAL.

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° Os créditos tributários municipais inscritos em dívida ativa, executados ou não, que tenham se originado de ações fiscais iniciadas pelo Município de Ribeirão Cascalheira-MT com a finalidade de recuperar receitas de

IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano; Alvará de Licenciamento e Taxas

, poderão ser pagos ou parcelados a requerimento do (a) interessado (a), pessoa física ou jurídica, nos termos desta lei.

Art. 2° Para fazer jus aos benefícios desta lei, o(a) interessado(a) deverá formalizar sua opção, mediante a apresentação de requerimento específico constante do Anexo I, preenchido e assinado, com firma reconhecida, pelo(a) executado(a), autuado(a) ou seu representante legal, protocolizado na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira.

Parágrafo único: Os prazos e épocas em que o (a) interessado (a) terá direito a requerer o parcelamento serão definidos por ato do prefeito municipal.

Art. 3° O débito objeto de pagamento ou parcelamento será consolidado na data da apresentação do requerimento de que trata o artigo anterior, correspondendo ao valor do débito principal, corrigido monetariamente, aplicando-se os seguintes percentuais de desconto de multa e juros de mora.

I – Para os créditos tributários e as taxas, que dispõe o artigo 1° desta Lei, equivalentes até 1 (uma) UPF-MT - Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso, que atualmente corresponde a R$ 107,10 (cento e sete reais e dez centavos), conforme Portaria n° 226/2014 da SEFAZ, o pagamento será apenas à vista, e com desconto de 30% (trinta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

II – Para os créditos tributários e as taxas, que dispõe o artigo 1° desta Lei, equivalentes até 4 (quatro) UPFs-MT, o pagamento poderá ser parcelado em até 2 (duas) vezes, e com desconto de 20% (vinte por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

III - Para os créditos tributários e as taxas, que dispõe o artigo 1° desta Lei, equivalentes, ou acima de 5 (cinco) UPFs-MT, o pagamento poderá ser parcelado em até 4 (quatro) vezes, e com desconto de 10% (vinte por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

Parágrafo único: Para os créditos tributários com a finalidade de recuperar receitas de ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, os débitos poderão ser pagos ou parcelados a requerimento do (a) interessado (a), pessoa física ou jurídica, nos termos da Lei Complementar Municipal de n° 692/2016, regulamentada pelo Decreto Lei n° 1469/2014.

Art. 4° Após consolidado, o crédito tributário, objeto de ação fiscal ou execução fiscal será confessado em caráter irrevogável e irretratável pelo interessado (a).

Art. 5° Caso o executado já tenha oposto embargos à execução fiscal ou ajuizado qualquer outra medida judicial tendente a desconstituir o crédito tributário ou declarar a inexistência de relação jurídica entre os sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária, o requerimento de que trata o art. 2° deverá estar obrigatoriamente acompanhado de cópia da petição de desistência da ação ou do recurso eventualmente interposto.

§1° O requerimento de parcelamento implicará automaticamente na desistência de qualquer defesa administrativa apresentada ao órgão municipal responsável pelo respectivo julgamento em primeira ou segunda instância.

§2° O crédito tributário terá a sua exigibilidade suspensa até o pagamento da última parcela pactuada, de acordo com o que determina o art. 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional, após o que o mesmo será considerado extinto e arquivado o processo administrativo ou judicial que lhe deu origem.

§3° Na pendência do presente parcelamento o Município fica autorizado a expedir Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPEN aos devedores interessados, em relação ao débito objeto da execução ou ação fiscal cuja exigibilidade esteja suspensa de acordo com o parágrafo segundo.

Art. 6° A opção pelo parcelamento do débito não exclui a incidência de juros de mora e correção monetária sobre o montante do débito objeto do parcelamento, aplicando-se a ele os mesmos índices previstos no Código Tributário Municipal para a correção dos créditos tributários municipais.

Art. 7° Como condição para o deferimento do parcelamento, o (a) interessado (a) deverá proceder ao recolhimento da primeira parcela no 5° (quinto) dia útil subsequente à data em que tenha sido protocolizado o pedido de parcelamento do débito, vencendo-se as demais parcelas mensalmente a partir desta data.

Art. 8º Caso o (a) interessado (a) ou responsável tributário tenha sido citado da ação de execução fiscal, o requerimento de que trata o artigo 2° será instruído também com a cópia dos comprovantes de pagamento dos valores correspondentes aos honorários advocatícios fixados pelo juízo da execução e as eventuais custas ou despesas processuais antecipadas pela Fazenda Pública Municipal.

Art. 9º. A adesão do (a) interessado (a) ao parcelamento de que trata a presente lei implica na interrupção da prescrição, no que se refere aos contribuintes que ainda não foram citados da ação de execução fiscal proposta pelo Município de Ribeirão Cascalheira, conforme disposto no artigo 174, inciso IV, do Código Tributário Nacional.

Art. 10°. O inadimplemento de qualquer parcela implica na imediata exclusão do optante do presente programa de parcelamento, prosseguindo-se a cobrança nos seus ulteriores trâmites legais conducentes à satisfação do crédito tributário, desprezando-se os eventuais descontos de multa e juros de mora concedidos ao optante.

Art. 11°. O optante que vier a ser excluído do presente programa de parcelamento em virtude de inadimplência ficará impedido de aderir a qualquer outra modalidade de parcelamento até que seja regularizada sua situação fiscal.

Art. 12°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Ribeirão Cascalheira, 20 de maio de 2015.

Reynaldo Fonseca Diniz

Prefeito Municipal

ANEXO I

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira

Requerente:
CPF/CNPJ:
Procurador(a)/Representante legal:
Endereço:
Processo administrativo/judicial:
CDA(s):

O contribuinte acima identificado vem através do presente requerimento solicitar sua inclusão no programa de pagamento e parcelamento de que trata a Lei Municipal nº _____, de ___de _____, de 2015, para pagamento do débito da seguinte forma:

à vista, no valor total de R$ _____ (_____ _____);

____ (_____) vezes, sendo a primeira parcela no valor de R$ _____ (_____) e as demais no valor de R$ _____ (_____),

totalizando R$ _____ (_____ _);

Fica o contribuinte ciente de que o presente requerimento implica na confissão irrevogável e irretratável do débito, bem como na renúncia ao direito sobre o qual se funda toda e qualquer defesa, administrativa ou judicial, tendente a anular o crédito tributário contra si constituído.

Declara ainda o contribuinte interessado ter ciência de todas as regras relativas ao ingresso e permanência no aludido programa, sobretudo no que se refere ao fato de que o descumprimento das condições assumidas acarretará automaticamente o prosseguimento do processo de cobrança na via judicial, desconsiderando-se os eventuais descontos concedidos.

Ribeirão Cascalheira, ___ de _____ de 2015.

Requerente

GABINETE
LEI 718/2015

LEI Nº 718/2015

DATA: 20 DE MAIO DE 2015.

"Regulamenta a Lei nº 706/2014, de 07 de outubro de 2014, que dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal e vegetal no Município de Ribeirão Cascalheira, MT".

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1o – A presente Lei estabelece as normas que regulam, em todo o território do município de Ribeirão Cascalheira - MT, a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária para produtos de origem animal, destinadas a preservar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos e a saúde e os interesses do consumidor, conforme previsão contida no Art. 24º, da Lei nº 706/2014, de 07 de outubro de 2014.

Art. 2o

– Os princípios a serem seguidos na Lei Regulamentar são:

I – Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II – Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III – Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 3o – Ficam sujeitos à inspeção e fiscalização previstas nesta Lei regulamentar, os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados e os produtos das abelhas e seus derivados.

Parágrafo único – A inspeção e a fiscalização a que se refere o caput deste artigo abrangem, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção ante e post mortem dos animais, a recepção, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, embalagem, rotulagem, armazenamento, expedição e trânsito de quaisquer

matérias-primas e produtos de origem animal.

Art. 4o – A inspeção a que se refere o artigo anterior são privativas do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado a Secretaria de Agricultura, do Município de Ribeirão Cascalheira - MT, sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio municipal.

§1o – A Secretaria de Agricultura de Agricultura do Município de Ribeirão Cascalheira -MT poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios, Estado de Mato Grosso e a União, poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa).

§2o – Após a adesão do SIM ao Suasa, os produtos poderão ser destinados também ao comércio estadual e interestadual, de acordo com a legislação federal que constituiu e regulamentou o Suasa.

§3o – A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária da Saúde do Município de Ribeirão Cascalheira - MT, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei no 8. 080/1990.

§4o – A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 5o – As ações do SIM contemplam as seguintes atribuições:

I – coordenar e executar as atividades de inspeção e fiscalização industrial e sanitária dos estabelecimentos registrados ou relacionados, dos produtos de origem animal comestíveis ou não e seus derivados;

II – verificar a aplicação dos preceitos do bem-estar animal e executar as atividades de inspeção ante e post mortem de animais de abate;

– manter disponíveis registros nosográficos e estatísticas de produção e comercialização de produtos de origem animal;

IV – elaborar as normas complementares para a execução das ações de inspeção, fiscalização, registro, relacionamento e habilitação dos estabelecimentos, bem como registro, classificação, tipificação, padronização e certificação sanitária dos produtos de origem animal;

V – verificar a implantação e execução dos programas de autocontrole dos estabelecimentos registrados ou relacionados;

VI – coordenar e executar os programas de análises laboratoriais para monitoramento e verificação da identidade, qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal;

VII – executar o programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes em produtos de origem animal;

VIII – elaborar e executar programas de combate à fraude nos produtos de origem animal;

IX – verificar os controles de rastreabilidade dos animais, matérias-primas, ingredientes e produtos ao longo da cadeia produtiva; e

X – elaborar programas e planos complementares às ações de inspeção e fiscalização.

Art. 6o – A presente Lei Regulamentar e demais atos complementares que venham a ser expedidos devem ser executados em todo o território municipal.

Art. 7o – A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1o – A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

I – entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 2o – Nos demais estabelecimentos que constam nesta Lei regulamentar a inspeção será executada de forma periódica.

I – os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente do SIM, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art. 8o – A inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos de origem animal abrange os seguintes procedimentos:

I – a inspeção ante e post-mortem das diferentes espécies animais;

II – a verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos dirigido ao atendimento dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade do produto específico;

III – a verificação do rótulo ou rotulagem dos produtos destinados à venda;

IV – os resultados dos exames microbiológicos, histológicos, toxicológicos, físico-químicos ou sensoriais e as respectivas práticas laboratoriais aplicadas nos laboratórios próprios ou conveniados dos estabelecimentos inspecionados, utilizados na verificação da conformidade dos seus processos de produção;

V – a verificação dos controles de resíduos de produtos veterinários e contaminantes ambientais utilizados pelos estabelecimentos industriais;

VI – as informações inerentes ao setor primário com implicações na saúde animal, ou na saúde pública;

VII – o bem-estar animal no carregamento antes e durante o transporte, na quarentena, e no abate.

Art. 9o – A concessão de inspeção pelo SIM isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou sanitária federal, estadual ou municipal para produtos de origem animal.

Art. 10o – Para fins desta Lei regulamentar são adotadas as seguintes definições:

I – análise de controle: análise efetuada pelo estabelecimento para controle de processo e monitoramento da qualidade das matérias-primas, ingredientes e produtos;

II – análise fiscal: análise efetuada por laboratório de controle oficial ou credenciado ou pela autoridade sanitária competente, em amostras colhidas pela Inspeção Municipal;

III – análise pericial: análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova quando o resultado da amostra de fiscalização for contestado por uma das partes envolvidas, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado; ou de amostras colhidas em caso de denúncias, fraudes ou problemas endêmicos constatados a partir da fiscalização no município.

IV – animais exóticos: todos aqueles pertencentes às espécies da fauna exótica, criados em cativeiro, cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro, aquelas introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado, e também aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e das suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em território brasileiro;

V – animais silvestres: todos aqueles pertencentes às espécies das faunas silvestres, nativas, migratórias e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou das águas jurisdicionais brasileiras;

VI – auditoria: procedimento de fiscalização realizado sistematicamente por equipe designada pela Vigilância Sanitária Municipal, funcionalmente independente, para avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos e administrativos da inspeção oficial e do estabelecimento;

VII – Boas Práticas de Fabricação – BPF: condições e procedimentos higiênico– sanitários e operacionais sistematizados aplicados em todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a qualidade, conformidade e inocuidade dos produtos de origem animal, incluindo atividades e controles complementares;

VIII – desinfecção: procedimento que consiste na eliminação de agentes infecciosos por meio de tratamentos físicos, biológicos ou agentes químicos;

IX – equivalência de sistemas de inspeção: estado no qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes sistemas de inspeção ainda que não sejam iguais as medidas aplicadas por outro serviço de inspeção, permitem alcançar os mesmos objetivos de inocuidade e qualidade dos produtos, na inspeção e fiscalização, estabelecidos neste regulamento e de acordo com o Suasa.

X – fiscalização: procedimento oficial exercido pela autoridade sanitária competente, junto ou indiretamente aos estabelecimentos de produtos de origem animal, com o objetivo de verificar o atendimento aos procedimentos de inspeção, aos requisitos previstos na presente Lei Regulamentar e em normas complementares;

XI – higienização: procedimento que consiste na execução de duas etapas distintas, limpeza e sanitização;

XII – inspeção: atividade de fiscalização executada pela autoridade sanitária competente junto ao estabelecimento, que consiste no exame dos animais, das matérias-primas e dos produtos de origem animal; na verificação do cumprimento dos programas de autocontrole, suas adequações às operações industriais e os requisitos necessários à sua implementação; na verificação da rastreabilidade, dos requisitos relativos aos aspectos higiênicos, sanitários e tecnológicos inerentes aos processos produtivos; na verificação do cumprimento dos requisitos sanitários na exportação e importação de produtos de origem animal; na certificação sanitária, na execução de procedimentos administrativos e na verificação de demais instrumentos de avaliação do processo relacionados com a segurança alimentar, qualidade e integridade econômica, visando o cumprimento do disposto na presente Lei Regulamentar e em normas complementares;

XIII – laboratório de controle oficial: laboratório próprio do município, ou laboratório público ou privado credenciado e conveniado com os serviços de inspeção equivalentes para realizar análises, por método oficial, visando atender às demandas dos controles oficiais;

XIV – legislação específica: atos normativos emitidos pelo SIM, ou por outros órgãos oficiais e responsáveis pela legislação de alimentos e correlatas;

XV – limpeza: remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou outro material indesejável das superfícies das instalações, equipamentos e utensílios;

XVI – memorial descritivo: documento que descreve, conforme o caso, as instalações, equipamentos, procedimentos, processos ou produtos relacionados ao estabelecimento de produtos de origem animal;

XVII – norma complementar: ato normativo emitido pelo SIM, contendo diretrizes técnicas ou administrativas a serem executadas durante as atividades de inspeção e fiscalização junto aos estabelecimentos ou trânsito de produtos de origem animal, respeitadas as competências específicas;

XVIII – padrão de identidade: conjunto de parâmetros que permitem identificar um produto de origem animal quanto à sua origem geográfica, natureza, característica sensorial, composição, tipo ou modo de processamento ou modo de apresentação;

XIX – Procedimento Padrão de Higiene Operacional – PPHO: procedimentos descritos, implantados e monitorados, visando estabelecer a forma ro-

tineira pela qual o estabelecimento industrial evita a contaminação direta ou cruzada do produto, preservando sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações industriais;

XX – produto de origem animal: aquele obtido total ou predominantemente a partir de matérias-primas comestíveis ou não, procedentes das diferentes espécies animais, podendo ser adicionado de ingredientes de origem vegetal e mineral, aditivos e demais substâncias permitidas pela autoridade competente;

XXI – produto de origem animal comestível: produto de origem animal destinado ao consumo humano;

XXII – produto de origem animal não comestível: produto de origem animal não destinado ao consumo humano;

XXIII – programas de autocontrole: programas desenvolvidos, implantados, mantidos e monitorados pelo estabelecimento, visando assegurar a inocuidade, a qualidade e a integridade dos seus produtos, que incluem BPF, PPHO ou programas equivalentes reconhecidos pelo SIM;

XXIV – qualidade: conjunto de parâmetros mensuráveis (físicos, químicos, microbiológicos e sensoriais) que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido em legislação específica, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e tecnológicos;

XXV – rastreabilidade: capacidade de detectar no produto final a origem e de seguir o rastro da matéria-prima e produtos de origem animal, de um alimento para animais, de um animal produtor de alimentos ou de uma substância a ser incorporada em produtos de origem animal, ou em alimentos para animais ou com probabilidade de o ser, ao longo de todas as fases de produção, transformação e distribuição;

XXVI – Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade – RTIQ: documento emitido pelo SIM (órgão municipal de agricultura), mediante ato normativo, com o objetivo de fixar a identidade e as características e padrões mínimos para a qualidade que os produtos de origem animal devem atender.

XXVII – Sanitização: aplicação de agentes químicos, biológicos ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, equipamentos e utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, visando assegurar um nível de higiene microbiologicamente aceitável;

XXVIII – Supervisão: procedimento de fiscalização realizado sistematicamente por equipe designada pelo Serviço de Inspeção Municipal, funcionalmente independente, para avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos e administrativos da inspeção oficial e do estabelecimento.

XXIX – Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados, destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais) – aqueles destinado ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 5 toneladas de carnes por mês.

b) estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/ bubalinos/ equinos) – aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 toneladas de carnes por mês.

c) Fábrica de produtos cárneos – aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 5 toneladas de carnes por mês.

d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado – enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de 4 toneladas de carnes por mês.

e) estabelecimento de ovos – destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 dúzias/mês.

f) Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas – destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 toneladas por ano.

g) estabelecimentos industrial de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos na presente Lei Regulamentar destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 litros de leite por mês.

XXX – Instalações referem-se a toda a área “útil” do que diz respeito à construção civil do estabelecimento propriamente dito e das dependências anexas.

XXXI – Equipamentos referem-se a tudo que diz respeito ao maquinário e demais utensílios utilizados nos estabelecimentos.

XXXII – Agroindustrialização é o beneficiamento, processamento, industrialização e/ou transformação de matérias-primas provenientes de exploração pecuárias, pesca, aquícolas, extrativistas, incluído o abate de animais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações física, química ou biológica.

I. CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 11 – Os estabelecimentos para produtos de origem animal são classificados em:

I – para carnes e derivados;

II – para pescado e derivados;

III – para ovos e derivados;

IV – para leite e derivados; e

V – para produtos das abelhas e derivados.

Parágrafo único. A designação “estabelecimento” abrange todas as classificações de estabelecimentos para produtos de origem animal previstas na presente Lei Regulamentar.

Art. 12 – Os estabelecimentos para leite e derivados são classificados em:

I – Propriedades Rurais, compreendendo Fazenda Leiteira e Estábulo Leiteiro;

II – Estabelecimentos Industriais, compreendendo Granja Leiteira, Usina para Beneficiamento, Fábrica para Laticínios, Queijaria e Entreposto para Laticínios.

§1o – Entende-se por Propriedades Rurais aquelas destinadas à produção de leite para posterior processamento em estabelecimento industrial sob fiscalização e inspeção sanitária oficial.

I – as propriedades rurais devem atender às normas complementares.

§2o – Entende-se por Estabelecimentos Industriais os destinados à recepção, transferência, refrigeração, beneficiamento, industrialização, manipulação, fabricação, maturação, fracionamento, embalagem, rotulagem,

acondicionamento, conservação, armazenagem e expedição de leite e seus derivados.

Art. 13 – Os estabelecimentos industriais para leite e derivados são classificados em:

I – Granja Leiteira;

II – Usina de Beneficiamento;

III – Fabrica de Laticínios;

IV – Queijaria;

V – Entreposto de Laticínios.

§1o – Entende-se por Granja Leiteira o estabelecimento destinado à produção, pasteurização e envase de leite para o consumo humano direto e à elaboração de derivados lácteos, a partir de leite de sua própria produção e/ou associados.

§2o – Entende-se por Usina de Beneficiamento o estabelecimento que tem por finalidade principal a recepção, pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite destinado ao consumo humano direto.

§3o – Entende-se por Fábrica de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção de leite e derivados para o preparo de quaisquer derivados lácteos.

§4o – Entende-se por Queijaria o estabelecimento localizado em propriedade rural, destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção, ou de seus associados.

I – a propriedade rural, caracterizada por se situar em área rural do município, deve ser reconhecida oficialmente como livre de tuberculose e brucelose;

II – a Queijaria deve estar obrigatoriamente vinculada a um Entreposto para Laticínios registrado no SIM, ou possuir estrutura própria de maturação em escala proporcional à produção da Queijaria, na qual será finalizado o processo produtivo com MUNICIPAL (SIM) toalete, maturação, embalagem, rotulagem e armazenagem do queijo, garantindo-se a rastreabilidade.

§5o – Entende-se por Entreposto de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção, toalete, maturação, classificação, fracionamento, acondicionamento e armazenagem de derivados lácteos.

I – permite-se a armazenagem de leite para consumo humano direto, desde que o Entreposto de Laticínios possua instalações que satisfaçam as exigências da presente Lei Regulamentar.

Art. 14 – Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

I – Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais;

II – Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais;

III – Fábrica de produtos cárneos.

§1o – Entende-se por estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais o que possui instalações, equipamentos e utensílios específicos para o abate das diversas espécies de aves e outros pequenos animais, manipulação, industrialização, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição dos seus produtos e derivados sob variadas formas, dispondo de frio industrial e podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não Comestíveis.

§2o – Entende-se por estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais o que possui instalações, equipamentos e utensílios específicos para o abate das diversas espécies de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e outros grandes e médios animais, manipulação, industrialização, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição dos seus produtos e derivados sob variadas formas, dispondo de frio industrial e podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

§3o – Entende-se por Fábrica de Produtos Cárneos o estabelecimento que possui instalações, equipamentos e utensílios para recepção, manipulação, elaboração, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição de produtos cárneos para fins de industrialização, com modificação de sua natureza e sabor, das diversas espécies animais de abate e, em todos os casos, possuir instalações de frio industrial, podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

Art. 15 – Os estabelecimentos de pescado e derivados são classificados em: I – Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado;

II – Estação Depuradora de Moluscos Bivalves.

§1o – Entende-se por Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado o estabelecimento que possui dependências, instalações e equipamentos para recepção, lavagem, insensibilização, abate, processamento, transformação, preparação, acondicionamento e frigorificação, com fluxo adequado à espécie de pescado a ser abatida, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.

§2o – Entende-se por Estação Depuradora de Moluscos Bivalves o estabelecimento que possui dependências próprias para recepção, depuração, embalagem e expedição de moluscos bivalves.

Art. 16 – Os estabelecimentos de ovos e derivados:

Parágrafo único – Entende-se por Estabelecimentos de Ovos Comerciais aquele destinado à recepção, ovoscopia, classificação, acondicionamento, identificação, armazenagem e expedição de ovos em natureza, facultando-se a operação de classificação para os ovos que chegam ao Entreposto já classificados, acondicionados e identificados, podendo ou não fazer a industrialização, desde que disponha de equipamentos adequados para essa operação.

Art. 17 – Estabelecimento de extração e/ou Beneficiamento de produtos das abelhas:

§1o – Entende-se por Unidade de Extração e/ou Beneficiamento de Produtos das Abelhas o estabelecimento destinado à extração, classificação, beneficiamento, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, exclusivamente a granel, dos produtos das abelhas.

I – O estabelecimento poderá industrializar e embalar produtos das abelhas em pequenas embalagens, devendo para isso, dispor de instalações e equipamentos adequados para tal.

§2o – Permite-se a utilização de Unidade de Extração Móvel de Produtos das Abelhas montada em veículo, provida de equipamentos que atendam às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, operando em locais previamente aprovados pela Inspeção Municipal, que atendam às condições estabelecidas em normas complementares e deverá ser relacionada junto ao SIM.

II. DO REGISTRO E RELACIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS.

Art. 18 – Nenhum estabelecimento pode realizar comércio municipal com produtos de origem animal sem estar registrado ou relacionado no SIM .

§1o – O Título de Registro é o documento emitido pelo chefe do SIM ao estabelecimento, depois de cumpridas as exigências previstas na presente Lei Regulamentar.

§2o – O Título de Relacionamento é o documento emitido pelo chefe do Serviço de Inspeção Municipal ao estabelecimento depois de cumpridas as exigências previstas na presente Lei Regulamentar.

Art. 19 – Devem ser registrados os seguintes estabelecimentos:

I – Granja Leiteira; Usina de Beneficiamento; Fábrica de Laticínios; Entreposto de Laticínios.

II – Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais; Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais; Fábrica de produtos cárneos.

III – Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado; Estação Depuradora de Moluscos Bivalves.

IV – Estabelecimentos de Ovos Comerciais e Derivados.

V – Unidade de Extração e/ou Beneficiamento de Produtos das Abelhas.

§1o – A Queijaria quando ligada à Entreposto de Laticínios deve ser relacionada junto ao Serviço de Inspeção e deve ser registrada quando executar as operações previstas para o Entreposto de Laticínios.

§2o – Unidade de Extração de Produtos das Abelhas deve ser relacionada junto ao Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 20 – O estabelecimento deve ser registrado de acordo com sua atividade industrial e, quando este possuir mais de uma atividade industrial, deve ser acrescentada uma nova classificação à principal.

Art. 21 – A existência de varejo na mesma área da indústria implicará no seu registro no órgão competente, independente do registro da indústria no Serviço de Inspeção Municipal e as atividades e os acessos serão totalmente independentes, tolerando-se a comunicação interna do varejo com a indústria apenas por óculo.

Art. 22 – Para a solicitação da aprovação de construção de estabelecimentos novos é obrigatório a apresentação dos seguintes documentos:

I – requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal;

II – laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pelo SIM;

III – Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA no 385/2006;

Parágrafo único – Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA no 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

IV – Documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento.

V – apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

VI – planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII – memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

VIII – boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

§1o O pedido de aprovação prévia do terreno deve ser instruído com o laudo de inspeção elaborado por servidor do SIM.

§2o Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Art. 23 – As plantas ou croquis a serem apresentadas para aprovação prévia de construção devem ser assinados pelo proprietário ou representante legal do estabelecimento e pelo engenheiro responsável pela elaboração e conter:

I – planta baixa ou croqui de cada pavimento na escala de 1:100 (um por cem);

II – planta baixa ou croqui com leiaute dos equipamentos na escala de 1:100 (um por cem);

§1o As convenções de cores das plantas ou croqui devem seguir as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§2o Nos casos em que as dimensões dos estabelecimentos não permitam visualização nas escalas previstas em uma única prancha, estas podem ser redefinidas nas escalas imediatamente subsequentes.

§3o – Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

Art. 24 – O estabelecimento solicitante de aprovação dos projetos não pode dar início às construções sem que as mesmas tenham sido previamente aprovadas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 25 – A construção dos estabelecimentos deve obedecer a outras exigências que estejam previstas em legislação municipal, desde que não colidam com as exigências de ordem sanitária ou industrial previstas nesta Lei Regulamentar ou atos complementares expedidos pelo SIM.

Art. 26 – Nos estabelecimentos de produtos de origem animal, destinados à alimentação humana, para fins de registro ou relacionamento e funcionamento, exceto para unidade móvel de extração, é obrigatória a apresentação prévia de boletim oficial de análise da água de abastecimento, atendendo os padrões de potabilidade estabelecidos pelo órgão competente.

§1o – Nos casos em que o estabelecimento é servido por rede de abastecimento pública ou privada, as análises prévias da água de abastecimento não se fazem necessárias.

§2o – Onde não for constatada a potabilidade da água, e o caso permitir, mediante autorização do Serviço de Inspeção Municipal, se fará necessário a implementação de equipamento de cloração da água de abastecimento.

Art. 27 – Para a instalação do Serviço de Inspeção Municipal, além das demais exigências fixadas nesta Lei Regulamentar, o estabelecimento deve apresentar os Programas de Boas Práticas de Fabricação – BPF e de Procedimento Padrão de Higiene Operacional – PPHO, ou programas considerados equivalentes pelo SIM, para serem implementados no estabelecimento em referência.

Art. 28 – Finalizadas as construções do projeto industrial aprovado, apresentados os documentos exigidos na presente Lei Regulamentar, a Inspeção Municipal deve instruir o processo com laudo final higiênico-sanitário e tecnológico do estabelecimento, sempre que possível acompanhado de registros fotográficos, com parecer conclusivo para registro no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 29 – Cumpridas as exigências da presente Lei Regulamentar será autorizado o funcionamento do estabelecimento e será instalado o Serviço de Inspeção, concomitantemente deverá ser encaminhada a emissão do Título de Registro no SIM.

Art. 30 – Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por período superior a 6 (seis) meses, só poderá reiniciar os trabalhos mediante inspeção prévia de todas as dependências, instalações e equipamentos, respeitada a sazonalidade das atividades industriais.

Parágrafo único – Será cancelado o registro ou relacionamento do estabelecimento que interromper seu funcionamento pelo prazo de 3 (três) anos.

III. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 31 – O estabelecimento deverá ser instalado afastado dos limites da via pública, preferentemente a 5 m (cinco metros), com entradas laterais que permitam a movimentação e circulação de veículos transportadores de matérias-primas e veículos transportadores de produtos, quando possível com entradas independentes.

Parágrafo único – As dependências que por sua natureza produzam mau cheiro devem estar localizadas de maneira que os ventos predominantes e a situação topográfica do terreno não levem em direção ao estabelecimento poeiras ou emanações.

Art. 32 – Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem satisfazer às seguintes condições básicas e comuns, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis:

I – Dispor de terreno com área suficiente para construção das instalações industriais e demais dependências, quando necessárias;

II – As vias de acesso e áreas que se encontram dentro dos limites do terreno do estabelecimento deverão ter uma superfície compacta, ou pavimentada, apta para o trânsito de veículos, com meios que permitam a sua limpeza e o escoamento adequado das águas;

III – Todas as salas deverão possuir iluminação e ventilação naturais adequadas em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;

IV – A iluminação artificial far-se-á por luz fria, com dispositivo de proteção contra estilhaços ou queda sobre produtos, observando-se um mínimo de intensidade luminosa de 300 lux nas áreas de manipulação e de 500 lux nas áreas de inspeção, considerando-se os valores medidos ao nível das mesas, plataformas ou locais de execução das operações;

V – Possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado, devendo ser construídos de modo a facilitar a higienização, a coleta das águas residuais e sua drenagem para a rede de esgoto;

VI – As paredes e separações deverão ser revestidas ou impermeabilizadas, com material adequado, devendo ser construídas de modo a facilitar a higienização, com ângulos entre paredes e pisos arredondados e revestidos com o mesmo material de impermeabilização;

VII – As paredes deverão ser lisas, de cor clara, resistentes e impermeabilizadas, como regra geral, até a altura mínima de dois metros e quando forem azulejadas devem ser rejuntadas com cimento ou massa apropriada, mantendo espaçamento mínimo entre si.

VIII – As portas de acesso de pessoal e de circulação interna deverão ser do tipo vai-vem ou com dispositivo para se manterem fechadas, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de fácil abertura, de modo a ficarem livres os corredores e passagens.

IX – O material empregado na construção das portas deverá ser impermeável, resistente às higienizações e não oxidável;

X – As janelas deverão ser de caixilhos não oxidáveis, com parapeitos em plano inclinado (chanfrados) e impermeabilizadas (ângulo de 45o), providas de telas milimétricas não oxidáveis à prova de insetos e removíveis, sendo dimensionadas de modo a propiciarem suficiente iluminação e ventilação naturais;

XI – Possuir forro de material adequado em todas as dependências onde se realizem trabalhos de recebimento, manipulação e preparo de matérias-primas e produtos comestíveis e nas dependências onde não exista forro a superfície interna do telhado deve ser construída de forma a evitar o acúmulo de sujidade, o desprendimento de partículas e proporcionar perfeita vedação à entrada de pragas, não sendo recomendável o uso de pintura no forro das dependências onde as carcaças estiverem sendo manipuladas e que ainda não receberam a proteção de embalagem, exceto quando houver a garantia de que a tinta usada é atóxica e que não existe a possibilidade de sua escamação.

XII – O forro será dispensado nos casos em que a cobertura for de estrutura metálica, refratária ao calor solar e proporcionar perfeita vedação à entrada de insetos, pássaros etc, ou quando forem usadas telhas tipo fibro-cimento fixadas diretamente sobre vigas de concreto armado.

XIII – Quando as vigas forem de madeira, estas deverão estar em bom estado de conservação e serem pintadas com tinta óleo ou outro material aprovado pela inspeção.

XIV – O telhado de meia-água é permitido, desde que possa ser mantido o pé direito à altura mínima de 3,00 m para as dependências correspondentes em novas construções, ou mínimo de 2,60 m em casos de construções já existentes, desde que aprovados os projetos junto ao Serviço de Inspeção Municipal, com exceção das salas de abate que deverão obedecer a altura mínima prevista nesta Lei Regulamentar.

XV – O piso deve ser construído de material impermeável, liso e antiderrapante, resistente a choques, atritos e ataques de ácidos, com declive de 1,5 a 3% (um e meio a três por cento) em direção às canaletas, para a perfeita drenagem.

XVI – Na construção dos pisos poderão ser usados materiais do tipo “gressit”, “korodur”, cerâmica industrial, cimento ou outros materiais, desde que aprovados pela Inspeção.

XVII – Nas câmaras frigoríficas, a inclinação do piso será orientada no sentido das ante câmaras e destas para o exterior, não se permitindo no local, instalações de ralos coletores.

XVIII – Dispor de rede de esgoto adequada em todas as dependências, projetada e construída de forma a facilitar a higienização e que apresente dispositivos e equipamentos a fim de evitar o risco de contaminação industrial e ambiental;

XIX – A rede de esgotos em todas as dependências deve ter dispositivos adequados, que evite refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligados a tubos coletores e este ao sistema geral de escoamento, dotado de canalização e instalações para retenção de gorduras, resíduos e corpos flutuantes, bem como de dispositivos de depuração artificial e dotados de caixas de inspeção.

XX – Os estabelecimentos que adotarem canaletas no piso com a finalidade de facilitar o escoamento das águas residuais, estas poderão ser cobertas com grades ou chapas metálicas perfuradas, não sendo permitido qualquer outro material, como pranchões de madeira.

XXI – As canaletas devem medir 0,25 m (vinte e cinco centímetros) de largura e 0,10 (dez centímetros) de profundidade, tomada esta em seus pontos mais rasos e terão fundo côncavo, com declive mínima de 3% (três por cento) em direção aos coletores e suas bordas reforçadas com cantoneiras de ferro.

XXII – Os esgotos de condução de resíduos não comestíveis deverão ser lançados nos condutores principais através de piletas e sifões.

XXIII – A rede de esgoto sanitário, sempre independente da rede de esgoto industrial, também estará sujeita à aprovação da autoridade sanitária competente.

XXIV – Em abatedouros a canaleta de sangria será construída em alvenaria, inteiramente impermeabilizada com reboco de cimento alisado ou outro material adequado, ou coletado em recipientes adequados para tal fim.

XXV – O sangue quando não for terceirizado, será cozido, visto que jamais poderá ser lançado “in natura” nos efluentes da indústria.

XXVI – Não será permitido o retorno das águas servidas, permitindo-se a confluência da rede das águas servidas dos pré-resfriadores para condução de outros resíduos não comestíveis, desde que comprovadamente tais conexões não promovam nenhum inconveniente tecnológico e higiênico sanitário.

XXVII – Dispor de equipamentos e utensílios adequados, de fácil higienização, resistentes à corrosão, não tóxicos e que não permitam o acúmulo

de resíduos, sendo que a localização dos equipamentos deverá atender a um bom fluxo operacional evitando a contaminação cruzada.

XXVIII – dispor de dependências, instalações e equipamentos para manipulação de produtos não comestíveis, quando for o caso, devidamente separados dos produtos comestíveis, devendo os utensílios utilizados para produtos não comestíveis ser de uso exclusivo para esta finalidade;

XXIX – Deverá existir barreira sanitária completa em todos os acessos ao interior da indústria constituída de lavador de botas com escova, lavatórios de mãos que não utilizem o fechamento manual e sabão líquido inodoro.

XXX – Dispor de rede de abastecimento de água, com instalações apropriadas para armazenamento e distribuição, suficiente para atender as necessidades do trabalho industrial e as dependências sanitárias e, quando for o caso, dispor de instalações para tratamento de água;

XXXI – Dispor de rede diferenciada e identificada para água não potável, quando esta for utilizada para combate de incêndios, refrigeração e outras aplicações que não ofereçam risco de contaminação aos alimentos;

XXXII – Dispor de água fria e, quando necessário de água quente com temperatura mínima de 85oC, em quantidade suficiente em todas as dependências de manipulação e preparo;

XXXIII – A instalação de caldeira, quando necessário, obedecerá as normas específicas quanto à sua localização e sua segurança.

XXXIV – Nas seções onde são manipulados carnes e vísceras deverão dispor de lavatórios de mãos com torneiras acionadas à pedal, joelho ou outro meio que não utilize o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.

XXXV – Possuir instalação de frio em número e área suficientes, segundo a capacidade e a finalidade do estabelecimento;

XXXVI – Os equipamentos e utensílios, tais como mesas, calhas, carrinhos, caixas, bandejas e outros continentes que recebam produtos comestíveis, serão de superfície lisa, de fácil higienização e sem cantos angulares, de chapa de material inoxidável, permitindo-se o emprego de material plástico apropriado às finalidades, ou ainda outro material que venha a ser aprovado pelo Serviço de Inspeção e, de um modo geral, devem manter-se lisas as superfícies dos equipamentos que estejam ou possam vir a estar em contato com as carnes, incluindo soldaduras e juntas.

XXXVII – Os carros e/ou bandejas para produtos não-comestíveis poderão ser construídos em chapa galvanizada e pintados de cor vermelha com a inscrição “não comestíveis”.

Art. 33 – Os estabelecimentos deverão ainda atender aos seguintes requisitos em relação às instalações:

I – As dependências auxiliares, quando forem necessárias, poderão ser construídas em anexo ao prédio da indústria, porém com acesso externo e independente das demais áreas da indústria.

II – dispor de uma única unidade de sanitário/vestiário para estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte com até 8 trabalhadores, sendo que poderá ser utilizado sanitários já existentes na propriedade, desde que não fiquem a uma distância superior à 40 m (quarenta metros) e o piso entre o sanitário/vestiário e o prédio industrial seja pavimentado, e acima de 8 trabalhadores o sanitário e vestiário deverão ser proporcional ao número de pessoal, de acordo com a legislação específica, com acesso indireto à área de processamento, com fluxo interno adequado e independentes para as seções onde são manipulados produtos comestíveis, de acesso fácil, respeitando-se as particularidades de cada seção e em atendimento às BPF.

III – Os sanitários terão sempre à sua saída lavatórios de mãos com torneiras que não utilizem o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.

IV – Estabelecimentos agroindustriais rural de pequeno porte com até 8 trabalhadores, são dispensados de dispor de refeitório, podendo ser utilizado a casa da propriedade e acima disso, o refeitório será instalado convenientemente, de acordo com a legislação específica, proibindo-se que outras dependências ou áreas dos estabelecimentos sejam usadas para tal finalidade.

V – O sistema de lavagem de uniformes e outras, deve atender aos princípios das boas práticas de higiene, seja em lavanderia própria, terceirizada ou outra forma de lavagem.

Art. 34 – Qualquer ampliação, remodelação ou construção no estabelecimento registrado ou relacionado, em suas dependências e instalações, só pode ser feita após aprovação prévia dos projetos pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 35 – Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produtos de origem animal, sem que esteja completamente instalado e equipado para a finalidade a que se destine.

Parágrafo único – As instalações e os equipamentos de que tratam este artigo compreendem as dependências mínimas, equipamentos e utensílios diversos, em face da capacidade de produção de cada estabelecimento, conforme a presente Lei Regulamentar.

Art. 36 – O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade e produto e de diferentes cadeias produtivas, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade ou tipo de produção para depois iniciar a outra.

Parágrafo único – O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não seguirão as normas previstas nesta Lei Regulamentar, devendo os mesmos seguir a legislação pertinente.

IV. AS CONDIÇÕES DE HIGIENE

Art. 37 – Os estabelecimentos são responsáveis por assegurar que todas as etapas de fabricação dos produtos de origem animal são realizadas de forma higiênica, a fim de obter produtos inócuos, que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse econômico do consumidor.

Parágrafo único – O controle dos processos de fabricação deve ser desenvolvido e aplicado pelo estabelecimento, o qual deve apresentar os registros sistematizados auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênicosanitários e tecnológicos estabelecidos na presente Lei Regulamentar.

Art. 38 – Todas as dependências, equipamentos e utensílios dos estabelecimentos, inclusive reservatórios de água e fábrica e silos de reservatório de gelo, devem ser mantidos em condições de higiene, antes, durante e após a elaboração dos produtos.

§1o – Durante os procedimentos de higienização nenhuma matéria–prima ou produto deve permanecer nos locais onde está sendo realizada a operação de limpeza;

§2o – Os produtos utilizados na higienização deverão ser previamente aprovados pelo órgão competente;

Art. 39 – Os equipamentos e utensílios devem ser higienizados de modo a evitar a contaminação cruzada entre aqueles utilizados no acondicionamento de produtos comestíveis daqueles utilizados no acondicionamento de produtos não comestíveis.

Art. 40 – Os estabelecimentos devem ser mantidos livres de pragas e vetores.

§1o O uso de substâncias para o controle de pragas só é permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante conhecimento do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2o É proibida a permanência de cães e gatos e de outros animais nos estabelecimentos.

Art. 41 – Os funcionários envolvidos de forma direta ou indireta em todas as etapas de produção ficam obrigados a cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade dos produtos.

Parágrafo único – Os funcionários que trabalham em setores em que se manipule material contaminado, ou que exista maior risco de contaminação, devem praticar hábitos higiênicos com maior frequência e não circular em áreas de menor risco de contaminação, de forma a evitar a contaminação cruzada.

Art. 42 – A embalagem produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro – Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 43 – É proibida em toda a área industrial, a prática de qualquer hábito que possa causar contaminações nos alimentos, tais como comer, fumar, cuspir ou outras práticas anti-higiênicas, bem como a guarda de alimentos, roupas, objetos e materiais estranhos.

Parágrafo único – Deve ser prevista a separação de áreas ou a definição de fluxo de funcionários dos diferentes setores nas áreas de circulação comuns, de forma a evitar a contaminação cruzada.

Art. 44 – Durante todas as etapas de elaboração, desde o recebimento da matéria-prima até a expedição, incluindo o transporte, é proibido utilizar utensílios que pela sua forma ou composição possam comprometer a inocuidade da matéria-prima ou do produto, devendo os mesmos ser mantidos em perfeitas condições de higiene e que impeçam contaminações de qualquer natureza.

Art. 45 – Os funcionários que trabalham na indústria de produtos de origem animal devem estar em boas condições de saúde e dispor de atestado fornecido por médico do trabalho ou autoridade sanitária oficial do município.

§1o – Nos atestados de saúde de funcionários envolvidos na manipulação de produtos deve constar a declaração de que os mesmos estão “aptos a manipular alimentos”.

§2o – O funcionário envolvido na manipulação de produtos deve ser imediatamente afastado do trabalho sempre que fique comprovada a existência de doenças que possam contaminar os produtos, comprometendo sua inocuidade.

§3o – Nos casos de afastamento por questões de saúde, o funcionário só poderá retornar às atividades depois de apresentar documento de saúde que ateste sua aptidão a manipular alimentos.

Art. 46 – Todo o pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde o recebimento até a expedição, deverá usar uniformes claros, em perfeito estado de higiene e conservação, sendo: calça, jaleco, gorro, boné ou touca e botas.

§1o – Quando utilizados protetores impermeáveis, estes deverão ser de plástico transparente ou branco, proibindo-se o uso de lona ou similares.

§2o – O avental, bem como quaisquer outras peças de uso pessoal, serão guardados em local próprio, sendo proibida a entrada de operários nos sanitários, portando tais aventais.

Art. 47 – Câmara frigorífica, ante-câmara e túnel de congelamento, quando houverem, devem ser higienizados regularmente, respeitadas suas particularidades, pelo emprego de substâncias previamente aprovadas pelo órgão competente.

Art. 48 – Nos estabelecimentos de leite e derivados é obrigatória a rigorosa lavagem e sanitização de vasilhames e dos veículos transportadores de matérias-primas e produtos.

Art. 49 – Nos estabelecimentos de produtos das abelhas que recebem matéria-prima em baldes ou tambores, é obrigatória a rigorosa lavagem e sanitização dos vasilhames para sua devolução.

V. OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 50 – Ficam os proprietários de estabelecimentos sob Inspeção Municipal obrigados a:

I – cumprir todas as exigências que forem pertinentes contidas na presente Lei Regulamentar;

II – fornecer os dados estatísticos de interesse do Serviço de Inspeção, na forma por ela requerida, alimentando o sistema informatizado do sistema de inspeção, no máximo até o décimo dia útil de cada mês subsequente ao vencido e sempre que for solicitado pelo respectivo serviço de inspeção;

III – dar aviso antecipado de 12 (doze) horas, no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos sob inspeção permanente, mencionando sua natureza, hora de início e de provável conclusão;

IV – dar aviso antecipado de 24 (vinte e quatro) horas no mínimo, nos estabelecimentos sob inspeção periódica, sobre a paralisação ou reinício parcial ou total das atividades industriais, troca ou instalação de equipamentos e expedição de produtos que requeiram certificação sanitária;

V – manter locais apropriados para recebimento e guarda de matérias-primas e produtos que necessitem de re-inspeção, bem como para sequestro de carcaças ou partes de carcaça, matérias-primas e produtos suspeitos;

VI – fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não haja instalações para sua transformação imediata;

VII – manter em dia o registro do recebimento de animais, matérias-primas e insumos, especificando procedência e qualidade, produtos fabricados, saída e destino dos mesmos, que deverá estar disponível para consulta do Serviço de Inspeção, a qualquer momento;

VIII – manter equipe regularmente treinada e habilitada para execução das atividades do estabelecimento;

IX – garantir o livre acesso de servidores à todas as instalações do estabelecimento para a realização dos trabalhos de inspeção, fiscalização, supervisão, auditoria, colheita de amostras, verificação de documentos ou outros procedimentos de inspeção previstos na presente Lei Regulamentar;

X – realizar imediatamente o recolhimento dos produtos elaborados e eventualmente expostos à venda quando for constatado desvio no controle de processo, que possa incorrer em risco á saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 51 – Cancelado o registro ou o relacionamento, os materiais pertencentes ao Governo Municipal, inclusive de natureza científica, os documentos, certificados, lacres e carimbos oficiais serão recolhidos pelo Serviço de Inspeção.

Art. 52 – No caso de cancelamento de registro ou relacionamento de estabelecimento, fica o mesmo obrigado a inutilizar a rotulagem existente em estoque, sob supervisão do Serviço de Inspeção.

Art. 53 – Os estabelecimentos devem apresentar toda documentação solicitada pelo Serviço de Inspeção, seja ela de natureza contábil, analítica ou registros de controle de recebimento, estoque, produção, comercialização ou quaisquer outros necessários às atividades de fiscalização.

Art. 54 – O Serviço de inspeção junto aos estabelecimentos de abate deve, ao final de cada dia de atividade, fornecer aos proprietários dos animais

que tenham sido abatidos, laudo onde constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas durante a realização da inspeção sanitária.

§1o Os estabelecimentos onde os abates tenham sido efetuados, ficam responsáveis pela entrega, mediante recibo, dos mencionados laudos aos proprietários dos animais, retornando cópias com o recebido para arquivo no Serviço de Inspeção.

§2o – A notificação mencionada aos proprietários dos animais abatidos não dispensa o Serviço de Inspeção, de encaminhar mapas mensais com os resultados das inspeções sanitárias aos órgãos oficiais responsáveis pela sanidade animal. (igual ao artigo 108)

Art. 55 – Todos os estabelecimentos de leite e derivados e de produtos das abelhas e derivados devem registrar diariamente, as entradas, saídas e estoques de matérias-primas e produtos, especificando origem, quantidade, resultados de análises de seleção, controles do processo produtivo e destino.

§1o – Em estabelecimentos de leite e derivados, quando do recebimento de matéria-prima a granel, devem ser arquivados, para fins de verificação do serviço de inspeção, a etiqueta-lacre e o boletim de análises.

§2o – Os estabelecimentos de leite, produtos lácteos ou de produtos das abelhas que recebem matérias-primas devem manter atualizado o cadastro desses produtores em sistema de informação adotado pelo Serviço de Inspeção Municipal.

VII. INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS

1) Inspeção industrial e sanitária de carnes e derivados

Art. 56 – Nos estabelecimentos sob Inspeção Municipal é permitido o abate de bovídeos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, aves domésticas e lagomorfos, bem como de animais exóticos, animais silvestres e pescado, usados na alimentação humana, desde que atendidas às demais disposições da presente Lei Regulamentar.

§1o – O abate de diferentes espécies em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos adequados para a finalidade.

§2o – O abate pode ser realizado desde que seja evidenciada a completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

1.a – Inspeção Ante Mortem

Art. 57 – A entrada de animais em qualquer dependência do estabelecimento deve ser feita com prévio conhecimento do Serviço de Inspeção.

§1o – Por ocasião da chegada de animais, a Inspeção deve verificar os documentos de procedência e julgar as condições físicas e sanitárias de cada lote, registrando em documento específico.

§2o – Qualquer caso suspeito implica no exame clínico dos animais envolvidos, procedendo-se, quando necessário, ao isolamento de todo o lote e aplicando-se ações de sanidade animal que cada caso exigir.

§3o – Quando da recepção de animais fora do horário normal de funcionamento ou na ausência de funcionário da Inspeção, desde que documentados e identificados, estes devem ser desembarcados e alojados em instalações apropriadas e exclusivas, onde aguardarão avaliação pela Inspeção.

I – Os animais que chegarem em veículos transportadores lacrados por determinações sanitárias, só podem ser desembarcados na presença da Inspeção.

Art. 58 – Quando houver suspeita de doenças infecto-contagiosas de notificação imediata determinada pelo setor competente pela sanidade animal, além das medidas já estabelecidas, cabe à Inspeção proceder como se segue:

I – notificar ao setor competente pela sanidade animal;

II – isolar os animais suspeitos e manter o lote sob observação enquanto se aguarda definição das medidas epidemiológicas de sanidade animal a serem adotadas; e

III – determinar a imediata desinfecção dos locais, equipamentos e utensílios que possam ter tido contato com resíduos dos animais ou qualquer outro material que possa ter sido contaminado, atendendo as recomendações estabelecidas pelo setor competente.

Art. 59 – Nos casos em que no ato da inspeção ante mortem os animais sejam suspeitos de zoonoses, enfermidades infecto-contagiosas ou tenham apresentado reação inconclusiva ou positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deve ser realizado em separado dos demais animais, adotando-se as medidas profiláticas cabíveis.

Parágrafo único – No caso de suspeita de outras doenças não previstas na presente Lei Regulamentar, o abate deve ser realizado também em separado, para melhor estudo das lesões e verificações complementares.

Art. 60 – Os estabelecimentos são obrigados a adotar medidas para evitar maus tratos aos animais, aplicando ações que visam à proteção e bem-estar animal, desde o embarque na propriedade de origem até o momento do abate.

Art. 61 – É proibido o abate de animais que não tenham permanecido em descanso, jejum e dieta hídrica, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Parágrafo único – O descanso, jejum e dieta hídrica dos animais devem atender às normas complementares.

Art. 62 – Além do exame por ocasião da chegada ao estabelecimento, os lotes de animais devem ser ainda examinados momentos antes do abate.

§ 1o – este exame deve ser realizado preferencialmente pelo mesmo inspetor encarregado pela inspeção post mortem.

§2o – Qualquer caso suspeito implica no exame clínico do animal ou animais, procedendo-se de acordo com as medidas estabelecidas na presente Lei Regulamentar e normas complementares.

Art. 63 – Nenhum animal ou lote pode ser abatido sem autorização da Inspeção.

Art. 64 – Deve ser evitado, a critério da Inspeção, o abate de:

I – fêmeas em estado de gestação;

II – aves que apresentem repleção do trato gastrintestinal.

Art. 65 – As fêmeas em gestação ou de parto recente, não portadoras de doença infectocontagiosa, podem ser retiradas do estabelecimento, para melhor aproveitamento.

Parágrafo único – As fêmeas com sinais de parto recente ou aborto só podem ser abatidas no mínimo 10 (dez) dias depois do parto, desde que não sejam portadoras de doença infecto-contagiosa, caso em que são julgadas de acordo com a presente Lei Regulamentar.

Art. 66 – Animais com sinais clínicos de paralisia decorrente de alterações metabólicas ou patológicas devem ser destinados ao abate de emergência.

Parágrafo único – No caso de paralisia decorrente de alterações metabólicas é permitido retirar os animais para tratamento.

Art. 67 – É proibido o abate de suídeos não castrados ou de animais que mostrem sinais de castração recente.

Parágrafo único – É permitido o abate de animais castrados por métodos não cirúrgicos, desde que o processo seja aprovado pelo setor competente.

Art. 68 – Quando no exame ante mortem forem constatados casos isolados de doenças não contagiosas, que pela presente Lei Regulamento permitam o aproveitamento condicional ou impliquem na condenação total do

animal, o mesmo deve ser abatido ao final do abate ou em instalações próprias para este fim.

Art. 69 – Os animais de abate que apresentam alterações de temperatura, hipotermia ou hipertermia, podem ser condenados levando-se em consideração as condições climáticas, de transporte e os demais sinais clínicos apresentados, a critério da Inspeção.

Parágrafo único – O presente artigo não se aplica às espécies de abate em que não é realizada a termometria.

Art. 70 – A existência de animais mortos ou impossibilitados de locomoção, em veículos transportadores, nas instalações para recepção e acomodação de animais ou em qualquer dependência do estabelecimento, deve ser imediatamente levada ao conhecimento da Inspeção, para providenciar o sacrifício ou necropsia, bem como determinar as medidas que se façam necessárias.

Parágrafo único – As necropsias devem ser realizadas em local específico.

Art. 71 – Quando a Inspeção autorizar o transporte de animais mortos ou agonizantes para a Necropsia deve ser utilizado veículo ou continente especial, apropriado, impermeável e que permita desinfecção logo após seu uso.

§1o – No caso de animais mortos com suspeita de doença infecto-contagiosa deve ser feito o tamponamento das aberturas naturais do animal antes do transporte, de modo a ser evitada a disseminação das secreções e excreções.

§2o – Confirmada a suspeita, o animal morto deve ser incinerado ou autoclavado em equipamento próprio, público ou privado que permita a destruição do agente.

I – As aves necropsiadas podem ser encaminhadas ao setor ou estabelecimento que processa produtos não comestíveis.

§3o – Concluídos os trabalhos de necropsias, o veículo ou continente utilizado no transporte, o piso da dependência e todos os equipamentos e utensílios que entraram em contato com o animal devem ser lavados e desinfetados.

Art. 72 – A Inspeção levará ao conhecimento do setor competente pela sanidade animal o resultado das necropsias que evidenciarem doenças infecto-contagiosas, remetendo, quando necessário, material para diagnóstico aos laboratórios oficiais ou credenciados, conforme recomendações do setor em questão.

Art. 73 – O lote de animais no qual se verifique qualquer caso de morte natural só deve ser abatido depois do resultado da necropsia, respeitadas as particularidades das diferentes espécies de abate.

Parágrafo único – Considerando-se as particularidades de cada espécie, deve ser realizada a necropsia sempre que a mortalidade registrada no lote de animais, até o momento do abate, for considerada superior àquela estabelecida nas normas complementares ou quando houver suspeita clínica de enfermidades, a critério da Inspeção.

Art. 74 – A inspeção ante mortem de répteis se aplica aos jacarés e quelônios.

§1o – Na inspeção ante mortem de jacarés, devem ser observados os seguintes critérios:

I – quando apresentem estado de caquexia, devem ser abatidos em separado ou no final do processo normal de abate e condenados;

II – quando oriundos de confinamento e apresentem lesões provenientes de canibalismo, podem ser afastados do abate para recuperação; e

III – quando apresentem outras lesões ou afecções não provenientes de canibalismo, devem ser separados para melhor avaliação e destino.

§2o – Na inspeção ante mortem de quelônios, devem ser observados:

I – os aspectos sanitários e nutricionais no casco;

II – a inspeção visual e tátil da carapaça, plastrão, pontes, narinas, olhos, pele e garras; e

III – a presença de secreções leitosas ou purulentas nas narinas, edemas generalizados dos membros, feridas e abrasões na pele, presença de ectoparasitas, letargia e dificuldade de movimentação, não retração dos apêndices quando manipulados, conjuntivites infecciosas, ceratoconjuntivites, ceratites, exoftalmia, ou outras doenças e afecções, devendo ser abatidos em separado.

Art. 75 – A inspeção ante mortem de anfíbios se aplica às rãs.

I – na inspeção ante mortem, as rãs devem apresentar postura normal, olhos vivos, pele úmida e brilhante; e

II – os animais que apresentem sinais de contusão ou esmagamento, edema generalizado, apatia, abdômen inchado, hemorragias pelas aberturas naturais ou pele, manchas avermelhadas, ulcerações na pele, cabeça encolhida ou outras afecções, devem ser abatidos em separado.

Art. 76 – A inspeção de pescado abrange os procedimentos de depuração, insensibilização, sangria, abate e transporte de peixes de cultivo, realizados em propriedade rural, fazenda de cultivo ou equivalente, considerando os preceitos de bem-estar animal e risco mínimo de veiculação e disseminação de doenças, e, ainda outros procedimentos equivalentes aos aplicados para as demais espécies animais de abate, definidos na presente Lei Regulamentar e em normas complementares.

Art. 77 – O estabelecimento é obrigado a fornecer, previamente ao abate, a documentação necessária para a verificação pelo serviço de inspeção das condições sanitárias do lote e programação de abate, constando dados referentes à rastreabilidade, número de animais ingressos no estabelecimento, procedência, espécie, sexo, idade, meio de transporte, hora de chegada e demais exigências previstas em legislação específica.

1.b – Processo de abate de animais

Art. 78 – Matança de emergência é o abate dos animais que chegam ao estabelecimento em precárias condições de saúde, impossibilitados de atingirem a dependência de abate por seus próprios meios, bem como dos que foram excluídos do abate normal, após exame ante mortem.

Parágrafo único – Devem ser abatidos de emergência animais doentes, que apresentem sinais de doenças infectocontagiosas de notificação imediata, agonizantes, contundidos, com fraturas, hemorragia, hipotermia ou hipertermia, impossibilitados de locomoção, com sinais clínicos neurológicos e outros estados, a critério da Inspeção.

Art. 79 – Nos casos de dúvida no diagnóstico de processo septicêmico, a Inspeção realizará colheita de material para exame bacteriológico, principalmente quando houver inflamação dos intestinos, úbere, útero, articulações, pulmões, pleura, peritônio ou lesões supuradas e gangrenosas.

Parágrafo único – Quando se tratar de animais com sinais clínicos neurológicos, a Inspeção poderá realizar colheita de material para envio a laboratórios oficiais ou credenciados para diagnóstico, atendendo ao disposto em normas complementares.

Art. 80 – É proibida a matança de emergência na ausência de funcionário da Inspeção.

Art. 81 – São considerados impróprios para consumo humano os animais que, abatidos de emergência, se enquadrem nos casos de condenação previstos na presente Lei Regulamentar ou a critério da Inspeção.

Art. 82 – As carcaças de animais abatidos de emergência que não foram condenadas podem ser destinadas ao aproveitamento condicional ou, não havendo qualquer comprometimento sanitário, liberadas, conforme previsto na presente Lei Regulamentar, a critério da Inspeção.

Art. 83 – Animais que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados, podem ser aproveitados, a critério da Inspeção.

Parágrafo único – Nesses casos, a Inspeção deve avaliar a quantidade de sangue retida na musculatura, fenômenos congestivos das vísceras, sobretudo fígado, rins, baço e do tecido subcutâneo, verificar se a face interna da pele está ressecada, avaliando ainda a presença de congestão hipostática, se a ferida de sangria tem ou não suas bordas infiltradas de sangue, a coloração da parede abdominal e odor no momento da evisceração, além de outros sinais e informações que obtenha, para julgar se a sangria e a evisceração foram ou não realizadas a tempo.

Art. 84 – Só é permitido o abate humanitário de animais, utilizando-se prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria.

§1o – Os métodos empregados para cada espécie animal devem ser aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, cujas especificações e procedimentos devem ser disciplinados em normas complementares.

§2o – É facultado o abate de animais de acordo com preceitos religiosos quando destinados total ou parcialmente ao consumo por comunidade religiosa que os requeira.

I – Os estabelecimentos autorizados a realizar abate de animais para atender preceitos religiosos deverão dispor de instalações, equipamentos e utensílios adequados a esta finalidade e as operações deverão ser executadas em consonância com o disposto na presente Lei Regulamentar.

Art. 85 – Antes de chegar à dependência de abate, os animais devem passar por banho de aspersão com água suficiente para promover a limpeza e remoção de sujidades, conforme normas complementares.

Parágrafo único – O banho de aspersão pode ser dispensado atendendo às particularidades de cada espécie.

Art. 86 – A sangria deve ser a mais completa possível e realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores ou por outro método aprovado pelo SIM.

Parágrafo único – Nenhuma manipulação pode ser iniciada antes que o sangue tenha escoado o máximo possível, respeitando o período mínimo previsto em normas complementares.

Art. 87 – As aves podem ser depenadas por quaisquer dos seguintes processos:

I – a seco;

II – após escaldagem em água previamente aquecida e com renovação; ou

III – outro processo autorizado pelo SIM.

Parágrafo único – A depenagem pode ser seguida ou não de imersão em substâncias adesivas.

Art. 88 – É obrigatória a depilação completa de toda a carcaça de suídeos pela prévia escaldagem em água quente ou processo similar aprovado pelo SIM, sempre que for entregue ao consumo com pele.

§1o – A operação depilatória pode ser completada manualmente ou por meio de equipamento apropriado e as carcaças devem ser lavadas após a execução do referido processo.

§2o – É proibido o chamuscamento de suídeos sem escaldagem e depilação prévias.

§3o – Pode ser autorizado o emprego de coadjuvantes de tecnologia na água de escaldagem, a juízo do SIM.

Art. 89 – A Inspeção pode determinar a interrupção do abate ou a redução na velocidade de abate aprovada, sempre que julgar necessário, até que sejam sanadas as deficiências observadas.

Art. 90 – A evisceração deve ser realizada em local que permita pronto exame das vísceras, de forma que não ocorram contaminações.

§1o – A evisceração não deve ser retardada.

§2o – Caso ocorra retardamento da evisceração, as carcaças e vísceras serão julgadas a critério da Inspeção, de acordo com o disposto em normas complementares.

§3o – A Inspeção deve aplicar as medidas preconizadas nesta Lei Regulamentar, no caso de contaminação das carcaças no momento da evisceração.

Art. 91 – Quando se tratar de partes de carcaças destinadas ao consumo humano, estas devem manter correspondência com a carcaça ou grupo de carcaças e suas vísceras e não podem ser aproveitadas ou condenadas antes da avaliação da Inspeção.

§1o – A cabeça, antes de removida do corpo do animal, deve ser marcada para permitir identificação com a respectiva carcaça e suas vísceras, respeitando-se as particularidades de cada espécie.

§2o – É de responsabilidade do estabelecimento a manutenção da correlação entre carcaça e vísceras e o sincronismo entre estas nas linhas de inspeção.

Art. 92 – É permitida a insuflação como método auxiliar no processo tecnológico da esfola e desossa das espécies de abate, desde que previamente aprovada pelo SIM.

§1o – O ar utilizado na insuflação deve ser submetido a um processo de purificação de forma que garanta a sua qualidade física, química e microbiológica final, devendo ser monitorado regularmente por meio de análises laboratoriais.

§2o – É permitida a insuflação dos pulmões para atender às exigências de abate segundo princípios religiosos.

Art. 93 – As carcaças ou partes de carcaças, quando submetidas a processo de resfriamento pelo ar, devem ser penduradas em câmaras específicas e dispostas de modo que haja suficiente espaço entre cada peça, e entre elas e as paredes, colunas e pisos.

Parágrafo único – É proibido depositar carcaças e produtos diretamente sobre o piso.

Art. 94 – É proibido recolher novamente às câmaras, sem conhecimento e avaliação da Inspeção, produtos e matérias-primas delas retirados e que permaneceram em condições inadequadas de temperatura, podendo, desta forma, acarretar perdas de suas características originais de conservação.

Art. 95 – A Inspeção deve verificar o cumprimento dos procedimentos de desinfecção de dependências e equipamentos na ocorrência de doenças infecto-contagiosas, no sentido de evitar contaminações cruzadas.

1.c – Inspeção Post Mortem – Aspectos gerais

Art. 96 – A inspeção post mortem consiste no exame da carcaça, partes da carcaça, cavidades, órgãos, vísceras, tecidos e linfonodos, realizada por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário, e demais procedimentos definidos em normas complementares, específicas para cada espécie animal.

Art. 97 – Todos os órgãos, vísceras e partes de carcaça devem ser examinados na dependência de abate, imediatamente depois de removidos das carcaças, assegurada sempre a correspondência entre eles.

Art. 98 – Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para o consumo devem ser assinalados pela Inspeção e julgados após exame completo.

§1o – Tais carcaças, partes de carcaça e órgãos não podem ser subdivididos ou removidos para outro local, sem autorização expressa da Inspeção.

§2o – Quando se tratar de doenças infecto-contagiosas, o destino dado aos órgãos não deve ser mais brando do que aquele dado à respectiva carcaça.

§3o – As carcaças, partes de carcaças, ou órgãos condenados ficam sequestrados pela Inspeção e são conduzidos ao destino adequado por meio

de chutes, carrinhos especiais ou outros recipientes apropriados e identificados para este fim.

§4o – Todo material condenado deve ser desnaturado ou sequestrado pela Inspeção quando não possa ser processado no dia do abate ou nos casos em que forem transportados para transformação em outro estabelecimento.

Art. 99 – As carcaças julgadas em condições de consumo devem ser marcadas com carimbos previstos na presente Lei Regulamentar, sob supervisão da Inspeção.

Parágrafo único – Pode ser dispensado o uso de carimbo em aves, lagomorfos e pescados, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 100 – O Serviço de Inspeção nos estabelecimentos de abate deve disponibilizar aos proprietários dos animais que tenham sido abatidos, laudo em que constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas durante a realização da inspeção sanitária.

§1o – Os estabelecimentos onde os abates tenham sido efetuados ficam responsáveis pela entrega, mediante recibo, dos mencionados laudos aos proprietários dos animais, retornando cópias acusando o recebimento para arquivo na Inspeção local.

§2o – A notificação mencionada aos proprietários dos animais abatidos não dispensa o Serviço de Inspeção de fornecer os resultados das inspeções sanitárias aos órgãos oficiais responsáveis pela sanidade animal. (Igual ao artigo 61)

Art. 101 – É proibida a remoção, raspagem ou qualquer prática que possa mascarar lesões das carcaças ou órgãos antes do exame da Inspeção.

Art. 102 – Após a divisão da carcaça em duas metades ao longo da coluna vertebral, a Inspeção deve examinar visualmente as faces medial e lateral das meias-carcaças, com ênfase na observação da pele, serosa abdominal e torácica, superfícies ósseas expostas, linfonodos superficiais e a medula espinhal, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 103 – Durante os procedimentos de inspeção ante e post mortem, o julgamento dos casos não previstos na presente Lei Regulamentar fica a critério da Inspeção, que deve direcionar suas ações principalmente para a preservação da inocuidade do produto, da saúde pública e da sanidade animal.

Parágrafo único – Quando houver dúvida sobre o diagnóstico a ser firmado, deve ser colhido material e encaminhado para exame laboratorial.

Art. 104 – Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaça e órgãos que apresentem abscessos múltiplos ou disseminados com repercussão no estado geral da carcaça.

I – devem ser condenadas carcaças, partes de carcaça ou órgãos que sejam contaminadas acidentalmente com material purulento;

II – devem ser condenadas as carcaças com alterações gerais como caquexia, anemia ou icterícia decorrentes de processo purulento;

III – devem ser destinadas a tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças que apresentem abscessos múltiplos em vários órgãos ou partes da carcaça, sem repercussão no estado geral desta, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

IV – podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos múltiplos, em um único órgão ou parte da carcaça, com exceção dos pulmões, sem repercussão nos linfonodos ou no estado geral da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

V – podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos localizados, depois de removidos e condenados os órgãos e as áreas atingidas.

Art. 105 – Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose ou lesões localizadas nos locais de eleição com repercussão no estado geral da carcaça.

I – quando as lesões são localizadas, comprometendo os pulmões, mas sem repercussão no estado geral da carcaça, permite-se o aproveitamento condicional desta para esterilização pelo calor, depois de condenados os órgãos lesados;

II – quando a lesão é discreta e limitada à língua, comprometendo ou não os linfonodos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada para esterilização pelo calor, depois da remoção e condenação da língua e seus linfonodos;

III – quando as lesões são localizadas, sem comprometimento dos linfonodos e outros órgãos, e a carcaça encontra-se em boas condições de nutrição, esta pode ser liberada para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

IV – devem ser condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão óssea for discreta e estritamente localizada, sem supuração ou trajetos fistulosos.

Art. 106 – Deve ser condenada a carcaça de animais acometidos de afecções extensas do tecido pulmonar, em processo agudo ou crônico, purulento, necrótico, gangrenoso, fibrinoso, associado ou não com outras complicações e com repercussão no estado geral da carcaça.

§1o – A carcaça de animais acometidos de afecções pulmonares ou pleurais em processo agudo ou em fase de resolução, abrangendo o tecido pulmonar, com exsudato e com repercussão na cadeia linfática regional, porém sem repercussão no estado geral da carcaça, deve ser destinada ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção.

§2o – Nos casos de aderências pleurais sem qualquer tipo de exsudato, resultantes de processos patológicos resolvidos e sem repercussão na cadeia linfática regional, a carcaça pode ser liberada para o consumo, após a remoção das áreas afetadas.

§3o – Os pulmões que apresentem lesões patológicas de origem inflamatória, infecciosa, parasitária, traumática ou pré-agônica devem ser condenados, sem prejuízo do exame das características gerais da carcaça.

Art. 107 – Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem septicemia, piemia, toxemia ou viremia, cujo consumo possa causar toxinfecção, infecção ou intoxicação alimentar.

Art. 108 – Animais que tiverem reagido positivamente a testes diagnósticos para brucelose devem ser abatidos separadamente e suas carcaças, órgãos e vísceras devem ser encaminhados de acordo com avaliação da inspeção.

§1o – Devem ser condenadas as carcaças de animais sorologicamente positivos, quando em estado febril no exame ante mortem.

§2o – Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças que apresentem lesões localizadas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§3o – Devem ser condenados o úbere, o trato genital e o sangue de animais que tenham apresentado reação positiva a teste diagnóstico, mesmo na ausência de lesões indicativas de brucelose, podendo a carcaça ser liberada para consumo em natureza.

Art. 109 – Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais em estado de caquexia.

Art. 110 – Devem ser condenadas as carcaças portadoras de carbúnculo hemático, inclusive peles, chifres, cascos, pêlos, órgãos, vísceras, conteúdo intestinal, sangue e gordura, impondo-se a imediata execução das seguintes medidas:

I – não podem ser evisceradas as carcaças de animais com suspeita de carbúnculo hemático;

II – quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, impõe-se imediatamente a desinfecção de todos os locais que possam ter tido contato com resíduos do animal, tais como áreas de sangria, pisos, paredes,

plataformas, facas, serras, ganchos, equipamentos em geral, bem como o uniforme dos funcionários e qualquer outro material que possa ter sido contaminado;

III – uma vez constatada a presença de carbúnculo, o abate deve ser interrompido e imediatamente iniciada a desinfecção;

IV – recomenda-se para desinfecção o emprego de uma solução de hidróxido de sódio a 5% (cinco por cento), hipoclorito de sódio a 1% (um por cento) ou outro produto com eficácia comprovada;

V – devem ser tomadas as precauções necessárias junto aos funcionários que entraram em contato com o material carbunculoso, aplicando-se as regras de higiene e desinfecção pessoal com produtos de eficácia comprovada, devendo ser encaminhados ao serviço médico como medida de precaução;

VI – todas as carcaças e partes de carcaças, inclusive pele, cascos, chifres, órgãos, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados;

VII – a água do tanque de escaldagem de suínos por onde tenha passado animal carbunculoso deve ser desinfetada e imediatamente removida para o esgoto.

Art. 111 – Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais acometidos de Carbúnculo sintomático.

Art. 112 – Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhado de alterações musculares.

§1o – Podem ser destinadas à salga, tratamento pelo calor ou condenação total, a critério da Inspeção, as carcaças com alterações por estresse ou fadiga dos animais.

§2o – Devem ser condenadas as carcaças cujas carnes se apresentem flácidas, edematosas, de coloração pálida, sanguinolenta e com exsudação e sejam provenientes de animais que tenham sido abatidos quando em estado febril.

Art. 113 – Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaças, órgãos e vísceras com aspecto repugnante, congestas, com coloração anormal ou com degenerações.

Parágrafo único – São também condenadas as carcaças em processo putrefativo, que exalem odores medicamentosos, urinários, sexuais, excrementícios ou outros considerados anormais.

Art. 114 – Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras sanguinolentos ou hemorrágicos, uma vez que a alteração seja consequência de doenças ou afecções de caráter sistêmico.

Parágrafo único – Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção Municipal, as carcaças, órgãos e vísceras de animais mal sangrados.

Art. 115 – Devem ser condenados os fígados com cirrose atrófica ou hipertrófica.

Parágrafo único – Podem ser liberadas as carcaças, desde que não haja comprometimento das mesmas.

Art. 116 – Devem ser condenados os órgãos com alterações como congestão, infartos, degeneração gordurosa, angiectasia, hemorragias ou coloração anormal, relacionados ou não a processos patológicos sistêmicos.

Art. 117 – As carcaças, partes de carcaça ou órgãos que apresentem área extensa de contaminação por conteúdo gastrintestinal, urina, leite, bile, pus ou outra contaminação de qualquer natureza, devem ser condenadas quando não for possível a remoção completa da área contaminada.

§1o – Nos casos em que não seja possível delimitar perfeitamente as áreas contaminadas, mesmo após a sua remoção, as carcaças, suas partes ou órgãos devem ser destinadas à esterilização pelo calor.

§2o – Quando for possível a remoção completa das áreas contaminadas, as carcaças, partes de carcaça ou órgão podem ser liberadas.

§3o – No caso de aves e lagomorfos, devem ser condenados os cortes que entrarem em contato com o piso e materiaisestranhos em qualquer fase do processo.

Art. 118 – Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem contusão generalizada ou múltiplas fraturas.

§1o – Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor as carcaças que apresentarem lesões extensas, mas sem o comprometimentode toda a carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§2o – Podem ser liberadas as carcaças que apresentem contusão, fratura ou luxação localizada, depois de removidas econdenadas as áreas atingidas.

Art. 119 – Devem ser condenadas as carcaças que no exame post mortem apresentem edema generalizado.

Parágrafo único – Nos casos discretos e localizados devem ser removidas e condenadas as partes das carcaças e órgãosque apresentem infiltrações edematosas.

Art. 120 – Devem ser condenadas as carcaças de animais parasitados por Oesophagostomum sp, quando houver caquexia.

Parágrafo único – Podem ser liberados os intestinos ou partes dos intestinos que apresentem nódulos em pequeno número.

Art. 121 – Euritrematose – devem ser condenados os pâncreas infectados por parasitas do gênero Eurytrema.

Art. 122 – Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais parasitados por Fasciola hepatica, quando houver caquexia ou icterícia.

Art. 123 – Gestação – devem ser condenados os fetos procedentes do abate de fêmeas gestantes.

§1o – A fim de atender hábitos regionais, a Inspeção pode liberar para consumo, fetos bovinos que demonstrem desenvolvimento superior a 7 (sete) meses, desde que estes e as fêmeas das quais procedam apresentem bom estado sanitário.

§2o – É proibido o emprego de carne de fetos na elaboração de produtos cárneos.

Art. 124 – Devem ser condenadas as línguas que apresentem glossite.

Art. 125 – Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem cisto hidático, quando houver caquexia.

Parágrafo único – Podem ser liberados órgãos e vísceras que apresentem lesões periféricas, calcificadas e circunscritas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 126 – Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem icterícia.

Parágrafo único – Podem ser liberadas as carcaças de animais que apresentem gordura de cor amarela decorrente de fatores nutricionais ou características raciais.

Art. 127 – Devem ser condenadas as carcaças provenientes de animais sacrificados após a ingestão acidental de produtos tóxicos ou em virtude de tratamento por substância medicamentosa.

§1o – Quando a lesão for restrita aos órgãos e sugestiva de intoxicação por plantas tóxicas, pode ser dado à carcaça aproveitamento condicional ou liberação para o consumo, a critério da Inspeção.

§2o – Nos casos em que fique evidenciada a falta de informações sobre o cumprimento do prazo de carência do uso de drogas, a Inspeção pode sequestrar os lotes de animais ou produtos até que sejam realizadas análises laboratoriais que permitam decisão acerca de sua destinação.

Art. 128 – Lesões cardíacas – devem ser condenados os corações com lesões de miocardite, endocardite e pericardite.

§1o – Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças de animais com lesões cardíacas, sempre que houver repercussão no seu estado geral.

§2o – Podem ser liberadas as carcaças de animais com lesões cardíacas, desde que não haja comprometimento da carcaça, a critério da Inspeção.

Art. 129 – Lesões renais – devem ser condenados os rins com lesões tais como nefrites, nefroses, pielonefrites, uronefroses, cistos urinários ou outras infecções, devendo-se ainda verificar se estas lesões estão ou não relacionadas a doenças infecto-contagiosas ou parasitárias, bem como se acarretam alterações na carcaça.

Parágrafo único – Excetuando-se os casos de lesões relacionadas a doenças infecto-contagiosas, dependendo da extensão da lesão, deve-se condenar a área atingida, liberando-se o restante do rim e a respectiva carcaça.

Art. 130 – Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões inespecíficas generalizadas em linfonodos de distintas regiões, com comprometimento do estado geral da carcaça.

I – no caso de lesões inespecíficas progressivas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, condena-se a área de drenagem destes linfonodos, com o aproveitamento condicional da carcaça para esterilização pelo calor;

II – no caso de lesões inespecíficas discretas e circunscritas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, a área de drenagem deste linfonodo deve ser condenada, liberando-se o restante da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 131 – Magreza – podem ser destinadas ao aproveitamento condicional, as carcaças, órgãos e vísceras de animais livres de qualquer processo patológico, a critério da Inspeção.

Art. 132 – Devem ser condenadas ou destinadas à esterilização pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, sempre que houver comprometimento sistêmico.

§1o – Podem ser liberadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, quando não houver comprometimento sistêmico, depois de removida e condenada a glândula mamária.

§2o – As glândulas mamárias devem ser removidas intactas, de forma a não permitir a contaminação da carcaça por leite, pus ou outro contaminante, respeitando-se as particularidades de cada espécie e a correlação das glândulas com a carcaça.

§3o – As glândulas mamárias que apresentem mastite ou sinais de lactação, bem como as de animais reagentes à brucelose, devem ser condenadas.

§4o – O aproveitamento da glândula mamária para fins alimentícios pode ser permitido, depois de liberada a carcaça.

§5o – É proibido o emprego de glândula mamária na elaboração de produtos cárneos.

Art. 133 – Devem ser condenadas as partes de carcaças ou órgãos invadidos por larvas.

Art. 134 – Devem ser condenados os fígados com necrobacilose nodular.

Parágrafo único. Quando a lesão coexistir com outras alterações que levem ao comprometimento da carcaça, esta e os respectivos órgãos e vísceras também devem ser condenados.

Art. 135 – Devem ser condenados os órgãos, vísceras e partes que apresentem parasitoses não transmissíveis ao homem, podendo a carcaça ser liberada desde que não haja comprometimento da mesma.

Art. 136 – Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor, as carcaças de animais que apresentem sinais de parto recente ou aborto, desde que não haja evidência de infecção.

Art. 137 – Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa por Sarcocystis spp.

§1o – Entende-se por infecção intensa a presença de cistos em incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§2o – Entende-se por infecção leve a presença de cistos localizados em um único ponto da carcaça ou órgão, devendo a carcaça ser destinada à pasteurização, após remoção da área atingida.

Art. 138 – Devem ser condenadas as carcaças de animais com infestação generalizada por sarna, com comprometimento no seu estado geral.

Parágrafo único. Quando a infestação for discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser liberada, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 139 – Teleangiectasia maculosa do fígado – devem ser condenados os fígados que apresentem lesão generalizada.

Parágrafo único – Podem ser liberados os fígados que apresentem lesões discretas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 140 – As carcaças de animais portadores de tuberculose devem ser condenadas quando:

I – no exame ante mortem o animal apresentar-se febril;

II – for acompanhada de caquexia;

III – apresentem lesões tuberculósicas nos músculos, nos ossos ou nas articulações, ou ainda nos linfonodos que drenam a linfa dessas partes;

IV – apresentem lesões caseosas concomitantes em órgãos ou serosas do tórax e abdômen;

V – apresentem lesões miliares ou perláceas de parênquimas ou serosas;

VI – apresentem lesões múltiplas, agudas e ativamente progressivas, identificadas pela inflamação aguda nas proximidades das lesões, necrose de liquefação ou presença de tubérculos jovens;

VII – apresentem linfonodos hipertrofiados, edemaciados, com caseificação de aspecto raiado ou estrelado em mais de um local de eleição;

VIII – existir tuberculose generalizada caseosa ou calcificada, e sempre que houver evidência de entrada do bacilo na circulação sistêmica.

§1o – A tuberculose é considerada generalizada quando, além das lesões dos aparelhos respiratório, digestório e seus linfonodos correspondentes, forem encontrados tubérculos numerosos distribuídos em ambos os pulmões ou lesões no baço, rins, útero, ovário, testículos, cápsulas suprarenais, cérebro e medula espinhal ou suas membranas.

§2o – As carcaças podem ser destinadas à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas, quando:

I – os órgãos apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas, limitadas a linfonodos do mesmo órgão;

II – os linfonodos da carcaça ou cabeça apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas;

III – existirem lesões concomitantes em linfonodos e órgãos pertencentes à mesma cavidade.

§3o – Carcaças de animais reagentes positivos a teste de diagnóstico para tuberculose devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que não se enquadrem nas condições previstas nos incisos I a VIII do caput do presente artigo.

§4o – Pode ser liberada a carcaça que apresente apenas uma lesão tuberculósica discreta, localizada e completamente calcificada em um único órgão ou linfonodo, depois de condenadas as áreas atingidas.

§5o – Devem ser condenadas as partes das carcaças ou órgãos que se contaminem com material tuberculoso, por contato acidental de qualquer natureza.

Art. 141 – Nos casos de aproveitamento condicional a que se refere a presente Lei Regulamentar, os produtos devem ser submetidos, a critério da Inspeção, a um dos seguintes tratamentos:

I – pelo frio em temperatura não superior a -10oC (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias;

II – salga em salmoura com no mínimo 24oBe (vinte e quatro graus Baumé), em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias;

III – pelo calor, por meio de:

a) pasteurização em temperatura de 76,6oC (setenta e seis graus e seis décimos de graus Celsius) no centro térmico da peça, por no mínimo 30 (trinta) minutos;

b) fusão pelo calor em temperatura mínima de 121oC (cento e vinte e um graus Celsius);

c) esterilização pelo calor úmido, com um valor de F0 igual ou maior que 3 (três) ou a redução de 12 (doze) ciclos logarítmicos (12 log10) de Clostridium botulinum, seguido de resfriamento imediato.

§1o – A aplicação de qualquer um dos tratamentos condicionais anteriormente citados deve garantir a inativação ou destruição do agente envolvido.

§2o – Podem ser utilizados processos diferentes dos propostos, desde que se atinja ao final as mesmas garantias, com embasamento técnico-científico e aprovação do DIPOA ou seu equivalente do Suasa nos estados, Distrito Federal e municípios.

§3o – Na inexistência de equipamento ou instalações específicas para aplicação do tratamento condicional determinado pela Inspeção, deve ser adotado sempre um critério mais rigoroso.

1.d- Inspeção Post Mortem de Aves e Lagomorfos

Art. 142 – Na inspeção de aves e lagomorfos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos Gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 143 – Quando os países importadores exigirem a presença de vísceras torácicas aderentes à carcaça, a inspeção ante mortem deve ser executada individualmente e a post mortem limitada aos caracteres externos das carcaças e exame das vísceras abdominais.

Art. 144 – As aves que, no exame post mortem, apresentem lesões ou forem suspeitas de tuberculose, pseudo-tuberculose, leucoses, influenza aviária, doença de Newcastle, bronquite infecciosa, hepatite por corpúsculo de inclusão, cólera aviária, doença de Gumboro, septicemia em geral, aspergilose, candidiase, síndromes hemorrágicas, erisipela, estafilococose, listeriose, doença de Marek, diátese exsudativa e clamidiose devem ser totalmente condenadas.

Parágrafo único – Aves portadoras de laringotraqueíte infecciosa, criptosporidiose, tifose aviária, pulorose, paratifose, coccidiose, ente ohepatite, histomoniase, espiroquetose, coriza infecciosa, bouba aviária, micoplasmose, sinovite infecciosa quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza pronunciada, devem ser condenadas.

Art. 145 – As carcaças de aves ou órgãos que apresentem evidências de processo inflamatório ou lesões características de artrite, aerossaculite, coligranulomatose, dermatose, dermatite, celulite, pericardite, enterite, ooforite, hepatite, salpingite, síndrome ascítica, miopatias e discondroplasia tibial devem ser julgadas com o seguinte critério:

I – quando as lesões forem restritas a uma parte da carcaça ou somente a um órgão devem ser condenadas apenas as partes afetadas;

II – quando a lesão for extensa, múltipla ou houver evidência de caráter sistêmico, carcaças e vísceras devem ser totalmente condenadas.

Art. 146 – Nos casos de endo e ecto parasitoses quando não houver repercussão na carcaça, as vísceras ou partes afetadas devem ser condenadas.

Art. 147 – Devem ser condenadas totalmente as carcaças e vísceras com lesões provenientes de canibalismo com envolvimento extensivo repercutindo na carcaça.

Parágrafo único – Não havendo comprometimento sistêmico, a carcaça pode ser liberada após a retirada da parte acometida.

Art. 148 – Devem ser totalmente condenadas as carcaças e vísceras de aves que apresentem lesões mecânicas extensas, incluindo as devido à escaldagem excessiva.

Parágrafo único – As lesões superficiais determinam a condenação parcial com liberação do restante da carcaça e das vísceras.

Art. 149 – Devem ser condenadas as aves, inclusive de caça, que apresentem alterações putrefativas, exalando odor sulfídrico-amoniacal, revelando crepitação gasosa à palpação ou modificação de coloração da musculatura.

Art. 150 – As carcaças, órgãos e vísceras de lagomorfos que, na inspeção post mortem, apresentem lesões de doença hemorrágica dos coelhos, mixomatose, tuberculose, pseudo-tuberculose, piosepticemia, toxoplasmose, espiroquetose, clostridiose e pasteurelose devem ser condenadas.

Art. 151 – As carcaças de lagomorfos que apresentem lesões de necrobacilose, aspergilose ou dermatofitose podem ter aproveitamento parcial, removendo-se as partes lesadas, desde que não haja comprometimento sistêmico da carcaça.

Art. 152 – As carcaças, órgãos e vísceras de lagomorfos com ocorrência de endo e ectoparasitoses transmissíveis ao homem ou aos animais, ou com comprometimento da carcaça, devem ser condenadas.

Parágrafo único – Quando não houver comprometimento da carcaça, devem ser condenadas as vísceras ou partes afetadas.

Art. 153 – Na avaliação dos atributos de frescor de lagomorfos, respeitadas as peculiaridades de cada espécie, devem ser verificadas as seguintes características sensoriais:

I – Anfíbio – carne de rã:

1. odor suave e característico da espécie;

2. cor rosa pálida na carne, branca e brilhante nas proximidades das articulações;

3. ausência de lesões e elementos estranhos; e

4. textura firme, elástica e suculenta.

II – Répteis:

1. a carne de jacaré deve apresentar odor característico da espécie, cor branca rosada, ausência de lesões e elementos estranhos e textura macia com fibras musculares dispostas uniformemente; e

2. a carne de quelônios deve apresentar odor próprio e suave, cor característica da espécie, livre de manchas escuras e textura firme, elástica e tenra.

§1o – As características sensoriais a que se refere o presente artigo são extensivas, no que for aplicável, às demais espécies de pescado usadas na alimentação humana.

§2o – O pescado deve ser avaliado por pessoal capacitado, utilizando-se uma tabela de classificação e pontuação, de acordo com normas complementares.

§3o – Nos casos em que a avaliação sensorial revele dúvidas acerca do frescor do pescado, deve-se recorrer a exames complementares, físico-químicos ou microbiológicos.

1.e – Inspeção Post Mortem de Bovídeos

Art. 154 – Na inspeção de bovídeos, aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem – Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 155 – Hemoglobinúria bacilar dos bovinos, varíola, septicemia hemorrágica e febre catarral maligna devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de bovinos acometidos dessas doenças.

Art. 156 – Cisticercose bovina – devem ser condenadas as carcaças com infecções intensas por Cysticercus bovis.

§1o – Entende-se por infecção intensa quando são encontrados 2 (dois) ou mais cistos, viáveis ou calcificados, localizados em 3 (três) locais de eleição, sendo que obrigatoriamente 1 (um) local deve ser a musculatura da carcaça.

§2o – Permite-se, depois de removidas as áreas atingidas, o aproveitamento condicional das carcaças e demais tecidos envolvidos, nas seguintes situações:

I – esterilização pelo calor ou pasteurização, quando forem observados mais de 1 (um) cisto, viável ou calcificado, e menos do que o considerado na infecção intensa, considerando a pesquisa em todos os locais de eleição;

II – tratamento pelo frio em temperatura não superior a -10oC (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias ou salga em salmoura com no mínimo 24oBe (vinte e quatro graus Baumé) em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias quando for observado 1 (um) cisto viável, considerando a pesquisa em todos os locais de eleição;

III – podem ser aproveitadas para consumo humano as carcaças que apresentem 1 (um) único cisto já calcificado, após remoção e condenação dessa parte.

§3o O diafragma, seus pilares e o esôfago, assim como outros pontos passíveis de infecção, devem receber o mesmo destino dado à carcaça.

§4o Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição devem atender ao disposto nas normas complementares.

1.f – Inspeção Post Mortem de Equídeos

Art. 157 – Na inspeção de equídeos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem – Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 158 – Meningite cérebro-espinhal, encefalomielite infecciosa, febre tifóide, durina, mal de cadeiras, azotúria, hemoglobinúria paroxística, garrotilho e quaisquer outras doenças e alterações com lesões inflamatórias ou neoplasias malignas – devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de equídeos acometidos dessas doenças.

Art. 159 – Anemia infecciosa equina – devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras quando observadas lesões indicativas de um processo agudo.

Parágrafo único – Quando se tratar de uma infecção crônica, as carcaças podem ser liberadas para consumo, desde que não apresentem sinais de icterícia, depois de removidos os órgãos alterados.

Art. 160 – Mormo – devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais nos quais, em que forem constatadas lesões indicativas da ocorrência de mormo.

I – quando identificadas as lesões na inspeção post mortem, o abate deve ser prontamente interrompido e imediatamente higienizados todos os locais, equipamentos e utensílios que possam ter tido contato com resíduos do animal ou qualquer outro material potencialmente contaminado, atendendo às recomendações estabelecidas pelo setor competente pela sanidade animal;

II – devem ser tomadas as precauções necessárias junto aos funcionários que entraram em contato com o material contaminado, aplicando-se as regras de higiene e desinfecção pessoal com produtos de eficácia comprovada, devendo ser encaminhados ao serviço médico como medida de precaução;

III – todas as carcaças ou partes de carcaças, inclusive peles, cascos, órgãos, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados.

1.g – Inspeção Post Mortem de Ovinos e Caprinos

Art. 161 – Na inspeção de ovinos e caprinos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem – Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 162 – Cenurose – devem ser condenadas as carcaças de animais portadores de Coenurus cerebralis, quando acompanhadas de caquexia.

Parágrafo único – Os órgãos afetados, cérebro ou medula espinhal, devem sempre ser condenados. Art. 200. Cisticercose ovina – devem ser condenadas as carcaças com infecções intensas pelo Cysticercus ovis.

§1o – Entende-se por infecção intensa quando são encontrados cistos localizados em 2 (dois) ou mais locais de eleição, como masseteres, língua, esôfago ou coração, sendo que obrigatoriamente 1 (um) local deve ser a musculatura da carcaça.

§2o – Permite-se, depois de removidas as partes atingidas, a esterilização pelo calor das carcaças e demais tecidos envolvidos, quando forem observados mais de um cisto e menos do que o considerado na infecção intensa, considerando- se a pesquisa em todos os pontos de eleição.

§3o – A carcaça pode ser liberada para consumo após removida a parte atingida, quando for observado no máximo 1 (um) cisto, considerando-se a peo squisa em todos os pontos de eleição.

Art. 163 – Linfadenite caseosa – devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem lesões de linfadenite caseosa em linfonodos de distintas regiões, com ou sem comprometimento do estado geral da carcaça.

§1o – As carcaças com lesões localizadas, caseosas ou em processo de calcificação devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que permitam a remoção e condenação da área de drenagem dos linfonodos atingidos.

§2o – As carcaças de animais com lesões calcificadas discretas nos linfonodos podem ser liberadas para consumo, depois de removida e condenada a área de drenagem destes linfonodos.

§3o – Em todos os casos em que se evidencie comprometimento dos órgãos e vísceras, estes devem ser condenados.

1.h – Inspeção Post Mortem de Pescado

Art. 164 – Na inspeção de pescado aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem – Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 165 – Nas espécies de pescado para abate, são realizados na inspeção post mortem de rotina:

I – observação dos caracteres sensoriais e físicos do sangue por ocasião da sangria e durante o exame de todos os órgãos;

II – exame de cabeça, narinas e olhos;

III – exames visual e táctil do casco, carapaça, plastrão e pontes;

IV – exame dos órgãos internos e da cavidade onde estão inseridos; e

V – exame geral da carcaça, serosas e musculatura superficial e profunda acessível.

Art. 166 – Entende-se por pescado os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis, equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana.

§1o – Os dispositivos previstos na presente Lei Regulamentar são extensivos aos gastrópodes terrestres destinados à alimentação humana.

§2o – O pescado deve ser obrigatoriamente identificado com a denominação comum da espécie, respeitando-se a nomenclatura regional, sendo facultada a utilização do nome cientifico.

Art. 167 – Considera-se como pescado íntegro, em natureza, apenas o pescado fresco.

§1o – Pescado fresco é aquele que não foi submetido a qualquer outro processo de conservação, a não ser a ação do gelo ou métodos de conservação de efeito similar, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

§2o – O gelo utilizado na conservação do pescado deve ser produzido a partir de água potável ou de água do mar limpa.

Art. 168 – O pescado, depois de submetido ao congelamento, deve ser mantido em câmara frigorífica que possua condições de armazenar o produto a temperaturas não superiores a -18oC (dezoito graus Celsius negativos) no seu centro térmico, com exceção das espécies congeladas em salmoura destinadas à elaboração de conservas, que podem ser mantidas a temperaturas não superiores a -9oC (nove graus Celsius negativos) no seu centro térmico.

§1o – O descongelamento sempre deve ser realizado em equipamentos e em condições apropriados, de forma a garantir a inocuidade e qualidade do pescado.

I – uma vez descongelado, o pescado deve ser mantido sob as mesmas condições de conservação exigidas para o pescado fresco;

II – desde que atendidas as condições de conservação exigidas para o pescado fresco, o pescado poderá ser submetido ao recongelamento.

Art. 169 – No transporte de espécies de pescado vivas devem ser atendidos os conceitos de segurança e bem-estar animal, estabelecidos em normas complementares.

Art. 170 – Qualquer que seja o meio de transporte utilizado para o pescado fresco, respeitadas as peculiaridades das diferentes espécies, este deve ser realizado em veículos ou contentores isotérmicos, acondicionado em recipientes impermeáveis, lisos e de fácil higienização, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

Art. 171 – O pescado congelado, com exceção daquele congelado em salmoura e destinado como matéria-prima para a elaboração de conservas, deve, durante o transporte, ser mantido a uma temperatura constante não superior a -18oC (dezoito graus Celsius negativos), em todos os pontos do produto, tolerando-se um aumento de até 3oC (três graus Celsius).

Art. 172 – É obrigatória a lavagem prévia do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a industrialização, respeitadas as particularidades das espécies, com água corrente sob pressão suficiente para promover a limpeza, remoção de sujidades e microbiota superficial.

Art. 173 – Para preservação da inocuidade e qualidade do produto, respeitadas as particularidades das espécies, sempre que necessário o Serviço de Inspeção Municipal exigirá a sangria e a evisceração do pescado utilizado como matéria- prima para consumo humano direto ou para a industrialização.

Art. 174 – Na avaliação dos atributos de frescor do pescado, respeitadas as peculiaridades de cada espécie, devem ser verificadas as seguintes características sensoriais:

I – peixes:

a) superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico e reflexos multicores próprios à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;

b) olhos claros, vivos, brilhantes, luzentes, convexos, transparentes, ocupando toda a cavidade orbitária;

c) brânquias ou guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes com odor natural, próprio e suave;

d) abdômen com forma normal, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;

e) escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;

f) carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;

g) vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas, peritônio aderente à parede da cavidade celomática;

h) ânus fechado;

i) odor próprio, característico da espécie.

II – crustáceos:

a) aspecto geral brilhante, úmido;

b) corpo em curvatura natural, rígida, artículos firmes e resistentes;

c) carapaça bem aderente ao corpo;

d) coloração própria à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;

e) olhos vivos, proeminentes;

f) odor próprio e suave; e

g) as lagostas, siris e caranguejos devem ser preservados vivos e vigorosos.

III – moluscos:

a) bivalves:

1. devem ser preservados vivos, com valvas fechadas e com retenção de água incolor e límpida nas conchas;

2. odor próprio e suave;

3. carne úmida, bem aderente à concha, de aspecto esponjoso, de cor característica de cada espécie.

b) cefalópodes:

1. pele lisa e úmida;

2. olhos vivos, proeminentes nas órbitas;

3. carne firme e elástica;

4. ausência de qualquer pigmentação estranha à espécie; e

5. odor próprio.

c) gastrópodes:

1. carne úmida, aderida à concha, de cor característica de cada espécie;

2. odor próprio e suave; e

3. devem ser preservados vivos e vigorosos;

Art. 175 – As determinações sensoriais, físicas, químicas e microbiológicas para caracterização da identidade, qualidade e inocuidade do pescado, seus produtos e derivados devem ser estabelecidas em normas complementares.

Art. 176 – O julgamento das condições sanitárias do pescado resfriado, do congelado e do descongelado deve ser realizado de acordo com as normas previstas para o pescado fresco, naquilo que lhes for aplicável.

Art. 177 – Considera-se impróprio para o consumo humano, o pescado:

I – em mau estado de conservação e de aspecto repugnante;

II – que apresente coloração, odor ou sabor anormais;

III – portador de lesões, doenças ou substâncias que possam prejudicar a saúde do consumidor;

IV – que apresente infecção muscular maciça por parasitas;

V – tratado por antissépticos ou conservadores não autorizado pelo Serviço de Inspeção Municipal;

VI – recolhido já morto, salvo quando capturado em operações de pesca;

VII – que apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica;

VII – apresente outras alterações que o tornem impróprio, a juízo da inspeção; ou,

VIII – quando não se enquadrar nos limites estabelecidos em normas específicas para o pescado fresco.

Parágrafo único – O pescado nas condições deste artigo deve ser condenado, identificado, desnaturado e descaracterizado visualmente, podendo ser transformado em produto não comestível, considerando os riscos de sua utilização e de acordo com o disposto em norma de destinação.

Art. 178 – É vedado a recepção e o processamento do pescado capturado ou colhido em desacordo com as legislações ambientais e pesqueira.

Art. 179 – Permite-se o aproveitamento condicional, conforme as normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal, do pescado que se apresentar:

I – injuriado, mutilado, deformado, com alterações de cor ou presença de parasitos localizados; ou

II – proveniente de águas suspeitas de contaminação ou poluídas, considerando os tipos e níveis de contaminação informados pelos órgãos competentes.

Art. 180 – Nos estabelecimentos de pescado é obrigatória a verificação visual da presença de parasitas.

Parágrafo único – O monitoramento deste procedimento deve ser executado por funcionário do estabelecimento e comprovado por registros auditáveis, utilizando-se um plano de amostragem representativo do lote, levando-se em consideração o tipo de pescado, área geográfica e sua utilização, realizada com base nos procedimentos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, incluindo, se necessário, a transiluminação.

Art. 181 – Nos casos de aproveitamento condicional o pescado deve ser submetido, a critério da Inspeção, a um dos seguintes tratamentos:

I – congelamento;

II – salga; e

III – calor.

Art. 182 – Os produtos da pesca e da aquicultura infectados com endoparasitas com risco para a saúde pública não podem ser destinados ao consumo cru sem que sejam submetidos previamente ao congelamento à temperatura de -20oC (vinte graus Celsius negativos) por 24 (vinte e quatro) horas ou a – 35oC (trinta e cinco graus Celsius negativos) durante 15 (quinze) horas.

Parágrafo único – Podem ser aceitos outros binômios para o tratamento térmico descrito, desde que aprovado pelo Serviço de Inspeção Municipal, com respaldo científico.

Art. 183 – O pescado, partes dele e órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para consumo devem ser identificados e conduzidos a um local apropriado, com instalações específicas, onde devem ser inspecionados, considerando o risco de sua utilização.

1.i – Inspeção Post Mortem de Suídeos

Art. 184 – Na inspeção de suídeos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem – Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 185 – Afecções de pele – as carcaças que apresentem afecções de pele, tais como eritemas, esclerodermia, urticárias, hipotricose cística, sarnas ou outras dermatites, podem ser liberadas para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas acometidas, desde que a musculatura se apresente normal.

Parágrafo único – As carcaças acometidas com sarnas, em estágios avançados, demonstrando sinais de caquexia ou extensiva inflamação na musculatura, devem ser condenadas.

Art. 186 – Devem ser condenadas as carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos ou hipertrofia da membrana sinovial, acompanhada de caquexia.

§1o – As carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos, hipertrofia da membrana sinovial, sem repercussão no seu estado geral, devem ser destinadas à pasteurização.

§2o – As carcaças com artrite sem reação em linfonodos e sem repercussão no seu estado geral podem ser liberadas para o consumo, depois de retirada a parte atingida.

Art. 187 – Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa pelo Cysticercus celullosae.

§1o – Entende-se por infecção intensa a presença de cistos em quantidades superiores à infecção considerada leve, após incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§2o – Entende-se por infecção leve a presença de 1 (um) cisto vivo ou 2 (dois) cistos calcificados após incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§3o – Nos casos de infecção leve, as carcaças podem ser destinadas para aproveitamento condicional, devendo-se realizar um dos seguintes tratamentos:

I – frio em temperatura não superior a -10oC (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias;

II – esterilização pelo calor;

III – salga em salmoura saturada em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias.

§4o – As carcaças que apresentem um único cisto calcificado podem ser aproveitadas para consumo humano, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

§5o – Os órgãos, com exceção da língua, coração, porções musculares do esôfago e os tecidos adiposos, podem ser liberados após exame, desde que considerados isentos de infecção.

§6o – Pode ser permitido o aproveitamento de tecidos adiposos procedentes de carcaças com infecções intensas para a fabricação de banha, por fusão pelo calor, condenando-se as demais partes.

§7o – Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição devem atender ao disposto em normas complementares.

Art. 188 – Devem ser condenadas as carcaças de animais criptorquidas ou que tenham sido castrados, quando for comprovado, por meio de testes específicos a presença de forte odor sexual.

Parágrafo único. As carcaças com leve odor sexual podem ser destinadas à fabricação de produtos cárneos cozidos.

Art. 189 – Erisipela – devem ser abatidos em separado os suídeos que apresentem casos agudos, com eritema cutâneo difuso detectados na inspeção ante mortem.

§1o – Nos casos previstos no caput deste artigo, bem como nos animais com múltiplas lesões de pele ou artrite complicadas por necrose ou quando houver sinais de efeito sistêmico, as carcaças devem ser totalmente condenadas.

§2o – Nos casos localizados de endocardite vegetativa por erisipela, sem alterações sistêmicas, ou nos casos de artrite crônica, a carcaça deve ser destinada para pasteurização, após condenação do órgão ou partes atingidas.

§3o – No caso de lesão de pele discreta e localizada, sem comprometimento de órgão ou carcaça, esta deve ser destinada para pasteurização, após remoção da área atingida.

Art. 190 – As carcaças de suínos que apresentem lesões granulomatosas localizadas e restritas a apenas um sítio primário de infecção, tais como nos linfonodos cervicais ou nos linfonodos mesentéricos ou nos linfonodos mediastínicos, julgadas em condição de consumo, podem ser liberadas após condenação da região ou órgão afetado.

Parágrafo único – As carcaças suínas em bom estado, com lesões em linfonodos que drenam até dois sítios distintos, sendo linfonodos de órgãos distintos ou com presença concomitante de lesões em linfonodos e um órgão, devem ser destinadas a esterilização pelo calor, após condenação das partes atingidas.

Art. 191 – Devem ser condenadas as carcaças de suínos acometidas de peste suína.

§1o – Quando os rins e linfonodos revelem lesões duvidosas e, desde que se comprove lesão característica de peste suína em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também é total.

§2o – Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer outro foco de supuração, implicam igualmente em condenação total.

§3o – Quando as lesões forem discretas e circunscritas a um órgão ou tecido, inclusive nos rins e linfonodos, a carcaça deve ser destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes acometidas.

Art. 192 – Devem ser destinadas ao aproveitamento condicional, por meio de tratamento térmico pelo frio, as carcaças acometidas de Trichinella spirallis.

Parágrafo único – O tratamento térmico pelo frio deve atender aos seguintes binômios de tempo e temperatura:

I – por 30 (trinta) dias a -15oC (quinze graus Celsius negativos);

II – por 20 (vinte) dias a -25oC (vinte e cinco graus Celsius negativos); ou

III – por 12 (doze) dias a -29oC (vinte e nove graus Celsius negativos).

Art. 193 – Todos os suídeos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa, bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem, devem ser condenados.

1.j – Outros aspectos relativos ao Abate

Art. 194 – Os rins destinados ao preparo de produtos cárneos devem ser previamente abertos e a seguir abundantemente lavados.

Art. 195 – No coração das espécies em que se fizer necessária a aplicação de incisões para realização da inspeção, deve- se verificar a existência de coágulos sanguíneos, os quais devem ser retirados.

Art. 196 – A Inspeção deve determinar medidas especiais quanto às condições de retirada e subsequentes cuidados para aproveitamento do encéfalo.

Art. 197 – Os estômagos de ruminantes destinados à alimentação humana devem ser rigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento.

§1o – Na fase de pré-cozimento, permite-se o branqueamento de estômagos de ruminantes pelo emprego de peróxido de hidrogênio, cal ou sua combinação com carbonato de sódio, além de outras substâncias aprovadas pelo órgão competente da Saúde e permitidas pelo Serviço de Inspeção Municipal, devendo os mesmos ser lavados com água, depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

§2o – Permite-se a extração da mucosa do abomaso para produção de coalho.

Art. 198 – Entende-se por produtos de triparia as vísceras abdominais consideradas como envoltórios naturais, tais como o estômago, intestinos e a bexiga, após receberem os tratamentos tecnológicos específicos.

Parágrafo único – Podem ainda ser utilizados como envoltórios o peritônio parietal, o epíplon e a pele de suíno, devidamente depilada.

Art. 199 – Os produtos de triparia não podem ser empregados como matéria-prima na composição de produtos cárneos, sendo permitido seu uso apenas como envoltório natural para produtos cárneos embutidos.

§1o – Para seu aproveitamento é necessário que sejam raspados e lavados, considerando-se como processos de conservação a dessecação, a salga ou outros aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

§2o – Permite-se o tratamento dos intestinos com coadjuvantes de tecnologia, desde que aprovados pelo órgão competente da Saúde e permitidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, devendo os mesmos ser lavados com água depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

Art. 200 – Os produtos de triparia destinados ao consumo e à produção de envoltórios devem ser inspecionados, principalmente quanto à sua integridade, estado de conservação e toalete.

Art. 201 – É proibido o uso de tonsilas, glândulas salivares, ovários, baço, testículo, linfonodos, nódulos hemolinfáticos e outras glândulas como matéria-prima para o preparo de produtos cárneos.

Art. 202 – Permite-se o aproveitamento de glândulas e outros órgãos, cartilagens, mucosas e bile das diversas espécies animais de abate como matéria-prima destinada à elaboração de enzimas e produtos opoterápicos, bem como de sangue fetal para a obtenção de soro, desde que disponham de instalações e equipamentos apropriados, observadas as disposições da legislação específica.

1) Inspeção industrial e sanitária de ovos e derivados

Art. 203 – Entende-se por ovos, sem outra especificação, os ovos de galinha.

Parágrafo único – Os ovos de outras espécies devem denominar-se segundo a espécie de que procedam.

Art. 204 – Ovos frescos ou submetidos a processos de conservação aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, só podem ser expostos ao consumo humano quando previamente submetidos à inspeção e classificação previstos no presente Regulamento.

Art. 205 – Entende-se por ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo e se enquadrem na classificação estabelecida no presente Regulamento.

Art. 206 – Os ovos recebidos no Estabelecimento de Ovos Comerciais devem ser provenientes de estabelecimentos avícolas relacionados ou cadastrados junto ao serviço oficial competente.

§1o – Os Estabelecimentos de Ovos Comerciais devem manter uma relação atualizada dos fornecedores.

§2o – Os ovos recebidos nestes estabelecimentos devem chegar devidamente identificados e acompanhados de uma ficha de procedência, de acordo com o modelo estabelecido em normas complementares.

Art. 207 – Após a classificação dos ovos, o estabelecimento dever manter registros auditáveis e disponíveis ao Serviço de Inspeção.

Parágrafo único. Os registros devem abranger dados de rastreabilidade, quantidade de ovos classificados por categoria de qualidade e de peso e outros controles, conforme exigência do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 208 – Os estabelecimentos de ovos e derivados devem executar os seguintes procedimentos, que serão verificados pela Inspeção:

I – garantir condições de higiene em todas as etapas do processo;

II – armazenar e utilizar embalagens de maneira a assegurar a inocuidade do produto;

III – realizar exame pela ovoscopia em câmara destinada exclusivamente a essa finalidade;

IV – medir a altura da câmara de ar com instrumentos específicos;

V – classificar e pesar os ovos com equipamentos específicos;

VI – executar os programas de autocontrole; e

VII – implantar programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes em ovos provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução.

Art. 209 – Os ovos destinados ao consumo humano devem ser classificados em ovos de categorias “A” e “B”, de acordo com as suas características qualitativas.

Parágrafo único – A classificação dos ovos por peso deve atender as normas específicas.

Art. 210 – Ovos da categoria “A” devem apresentar as seguintes características qualitativas:

I – casca e cutícula de forma normal, lisa, limpas, intactas;

II – câmara de ar com altura não superior a 6mm (seis milímetros) e imóvel;

III – gema visível à ovoscopia, somente sob a forma de sombra, sem contorno aparente, movendo-se ligeiramente em caso de rotação do ovo, mas regressando à posição central;

IV – clara límpida e translúcida, consistente, sem manchas ou turvação e com as calazas intactas; e

V – cicatrícula com desenvolvimento imperceptível.

Art. 211 – Ovos da categoria “B” devem apresentar as seguintes características:

I – ovos considerados inócuos, mas que não se enquadrem nas características fixadas na categoria “A”;

II – ovos que apresentem manchas sanguíneas pequenas e pouco numerosas na clara e na gema; ou

III – ovos provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução que não foram submetidos ao processo de incubação.

a) estes ovos devem ser reclassificados em local específico, previamente ao processo de lavagem, acondicionados e identificados.

Parágrafo único. Os ovos da categoria “B” serão destinados exclusivamente à industrialização.

Art. 212 – Os ovos limpos trincados ou quebrados que apresentem a membrana testácea intacta devem ser destinados para a industrialização, tão rapidamente quanto possível.

Art. 213 – É proibida a utilização de ovos sujos trincados para a fabricação de produtos de ovos.

I – é proibida a lavagem de ovos sujos trincados.

Art. 214 – Os ovos destinados para a produção de produtos de ovos devem ser previamente lavados e secos antes de serem processados.

Art. 215 – Os ovos devem ser armazenados e transportados em condições que minimizem as grandes variações de temperatura.

Art. 216 – São considerados impróprios para consumo os ovos que apresentem:

I – alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;

II – mumificação ou que estejam secos por outra causa;

III – podridão vermelha, negra ou branca;

IV – contaminação por fungos, externa ou internamente;

V – cor, odor ou sabor anormais;

VI – sujidades externas por materiais estercorais ou que tenham estado em contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;

VII – rompimento da casca e que estiverem sujos;

VIII – rompimento da casca e das membranas testáceas;

IX – contaminação por substâncias tóxicas; ou

X – apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica;

Parágrafo único – São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que forem submetidos ao processo de incubação ou por outras causas a critério da Inspeção.

Art. 217 – Os ovos considerados impróprios para o consumo humano devem ser condenados, podendo ser aproveitados para uso não comestível, desde que a industrialização seja realizada em instalações apropriadas e sejam atendidas as especificações do produto não comestível que será fabricado.

Art. 218 – É proibido o acondicionamento de ovos em uma mesma embalagem quando se tratar de:

I – ovos frescos com ovos submetidos a processos de conservação; e

II – ovos de espécies diferentes.

Art. 219 – Os aviários, granjas e outras propriedades avícolas nas quais estejam grassando doenças zoonóticas com informações comprovadas pelo setor competente pela sanidade animal não podem destinar sua produção de ovos ao consumo.

2) Inspeção industrial e sanitária de leite e derivados

Art. 220 – A inspeção de leite e seus derivados, além das exigências previstas na presente lei Regulamentar, abrange a verificação:

I – do estado sanitário do rebanho, do processo de ordenha, do acondicionamento, da conservação e do transporte do leite;

II – das matérias-primas, do processamento, do produto, da estocagem e da expedição;

III – das instalações laboratoriais, dos equipamentos, dos controles e dos processos analíticos; e

IV – dos programas de autocontrole implantados.

Art. 221 – Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.

§1o – O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.

§2o – Permite-se a mistura de leite de espécies animais diferentes, desde que conste na denominação de venda do produto e seja informada na rotulagem a porcentagem do leite de cada espécie.

Art. 222 – Entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Art. 223 – Entende-se por leite de retenção o produto da ordenha obtido no período de 30 (trinta) dias que antecedem a parição prevista.

Art. 224 – Entende-se por leite individual o produto resultante da ordenha de uma só fêmea e, por leite de conjunto, o resultante da mistura de leites individuais.

Art. 225 – Entende-se por gado leiteiro todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Art. 226 – O gado leiteiro deve ser mantido sob controle veterinário, abrangendo os aspectos discriminados a seguir e outros estabelecidos em legislação específica:

I – regime de criação;

II – manejo nutricional;

III – estado sanitário dos animais, especialmente das vacas em lactação, e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mastite e outras doenças que possam comprometer a inocuidade do leite;

IV – controle dos produtos de uso veterinário utilizados no rebanho;

V – qualidade da água destinada aos animais e da utilizada na higienização de instalações, equipamentos e utensílios;

VI – condições higiênicas dos equipamentos e utensílios, locais da ordenha, currais, estábulos e demais instalações que tenham relação com a produção de leite;

VII – manejo e higiene da ordenha;

VIII – condições de saúde dos ordenhadores para realização de suas funções, com comprovação documental;

IX – exame do leite de conjunto e, se necessário, do leite individual; e

X – condições de refrigeração, conservação e transporte do leite.

Parágrafo único – É proibido ministrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção Láctea com prejuízo da saúde animal e humana.

Art. 227 – Os diversos setores do SIM (Órgão municipal de agricultura), respeitando-se as suas competências, atuarão em conjunto para verificar, sempre que necessário, a execução dos controles referidos no artigo anterior.

Art. 228 – O Serviço de Inspeção Municipal colaborará com o setor competente pela sanidade animal na execução de um plano para controle e erradicação da tuberculose, da brucelose ou de quaisquer outras doenças dos animais produtores de leite.

Art. 229 – É obrigatória a obtenção de leite em condições higiênicas, abrangendo o manejo do gado leiteiro e os procedimentos de ordenha, conservação e transporte.

§1o – Logo após a ordenha, manual ou mecânica, o leite deve ser filtrado por meio de utensílios específicos previamente higienizados.

§2o – O leite cru mantido na propriedade rural deve ser conservado sob temperatura e período definidos em normas complementares.

§3o – O vasilhame ou equipamento para conservação do leite na propriedade rural até a sua captação deve permanecer em local próprio e específico, mantido em condições adequadas de higiene.

Art. 230 – Entende-se por tanque comunitário o equipamento de refrigeração por sistema de expansão direta, utilizado de forma coletiva exclusivamente por produtores de leite, para conservação do leite cru refrigerado na propriedade rural.

Parágrafo único – Excepcionalmente, o tanque comunitário poderá ser instalado fora da propriedade rural, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 231 – É proibida, nas propriedades rurais, a padronização ou o desnate parcial ou total do leite.

Art. 232 – É proibido o envio a qualquer estabelecimento industrial do leite de fêmeas que, independente da espécie:

I – pertençam à propriedade que esteja sob interdição;

II – não se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição;

III – estejam no último mês de gestação ou na fase colostral;

IV – apresentem diagnóstico clínico ou resultado de provas diagnósticas que indiquem a presença de doenças infectocontagiosas que possam ser transmitidas ao ser humano pelo leite;

V – estejam sendo submetidas a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante; ou

VI – receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do leite.

Art. 233 – A captação e transporte de leite cru diretamente nas propriedades rurais deve atender ao disposto em normas complementares.

§1o – Para fins de rastreabilidade, na captação de leite por meio de carro-tanque isotérmico, deve ser colhida amostra do leite de cada produtor ou tanque comunitário previamente à captação, identificada e conservada até a recepção no estabelecimento industrial.

§2o – É permitido o transporte do leite em latões da propriedade até a instalação industrial, onde o mesmo será processado, desde que conservado em temperatura de até 4oC e garantida a sua rastreabilidade.

Art. 234 – Após a captação do leite cru na propriedade rural, é proibida qualquer operação envolvendo essa matéria-prima em locais não registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 235 – Os estabelecimentos que recebem leite cru de produtores rurais são responsáveis pela implantação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.

Art. 236 – A análise das amostras de leite colhidas nas propriedades rurais para atendimento ao programa nacional da qualidade do leite é de responsabilidade do estabelecimento que primeiramente receber o leite dos produtores, e abrange:

I – contagem de células somáticas (CCS);

II – contagem bacteriana total (CBT);

III – composição centesimal;

IV – detecção de resíduos de produtos de uso veterinário; e

V – outras que venham a ser determinadas em normas complementares.

Parágrafo único – Devem ser seguidos os procedimentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, para a colheita de amostras.

Art. 237 – Considera-se leite normal o produto que apresente:

I – características sensoriais (cor, odor e aspecto) normais;

II – teor mínimo de gordura de 3,0g/100g (três gramas por cem gramas);

III – teor mínimo de proteína de 2,9g/100g (dois inteiros e nove décimos de gramas por cem gramas);

IV – teor mínimo de lactose de 4,3g/100g (quatro inteiros e três décimos de gramas por cem gramas);

V – teor mínimo de sólidos não gordurosos de 8,4g/100g (oito inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);

VI – teor mínimo de sólidos totais de 11,4g/100g (onze inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);

VII – acidez titulável entre 0,14 (quatorze centésimos) e 0,18 (dezoito centésimos) expressa em gramas de ácido lático/ 100 ml;

VIII – densidade relativa a 15oC (quinze graus Celsius) entre 1,028 (um inteiro e vinte e oito milésimos) e 1,034 (um inteiro e trinta e quatro milésimos) expressa em g/ml; e

IX – índice crioscópico entre -0,530oH (quinhentos e trinta milésimos de grau Hortvet negativos) e – 0,550oH (quinhentos e cinquenta milésimos de grau Hortvet negativos), equivalentes a -0,512oC (quinhentos e doze milésimos de grau Celsius negativos) e a -0,531oC (quinhentos e trinta e um milésimos de grau Celsius negativos), respectivamente. §1o – Para ser considerado normal, o leite cru oriundo da propriedade rural deve se apre-

sentar dentro dos padrões para contagem bacteriana total e contagem de células somáticas dispostos em normas complementares.

§2o – O leite não deve apresentar substâncias estranhas à sua composição, tais como agentes inibidores do crescimento microbiano, neutralizantes da acidez, reconstituintes da densidade ou do índice crioscópico.

§3o – O leite não deve apresentar resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

Art. 238 – A análise do leite para sua seleção e recepção no estabelecimento industrial deve abranger as seguintes especificações e outras determinadas em normas complementares:

I – características sensoriais (cor, odor e aspecto);

II – temperatura;

III – teste do álcool/alizarol;

IV – acidez titulável;

V – densidade relativa a 15oC (quinze graus Celsius);

VI – teor de gordura;

VII – teor de sólidos totais e sólidos não gordurosos;

VIII – índice crioscópico;

IX – pesquisa de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes;

X – pesquisa de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade e conservadores; e

XI – pesquisa de outros indicadores de fraudes que se faça necessária.

Art. 239 – O estabelecimento industrial é responsável pelo controle das condições de recepção do leite, bem como pela seleção da matéria-prima destinada à produção de leite para consumo humano direto e industrialização, conforme padrões analíticos especificados na presente Lei Regulamentar e em normas complementares.

Parágrafo único – Após as análises de seleção da matéria-prima e detectada qualquer não conformidade na mesma, a empresa receptora será responsável pela destinação, de acordo com o disposto na presente Lei Regulamentar e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 240 – A Inspeção Municipal, quando julgar necessário, realizará as análises previstas nas normas complementares ou nos programas de autocontrole.

Art. 241 – Considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru quando:

I – provenha de propriedade interditada por setor competente do SIM (Órgão municipal de agricultura);

II – apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica, inibidores, neutralizantes de acidez, reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, conservadores ou outras substâncias estranhas à sua composição;

III – apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância;

IV – revele presença de colostro; ou

V – apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único – O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento, bem como toda a quantidade a que tenha sido misturado, deve ser descartado e inutilizado pela empresa, sem prejuízo da legislação ambiental.

Art. 242 – Considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru quando:

I – não atenda aos padrões para leite normal;

II – coagule pela prova do álcool/alizarol na concentração estabelecida em normas complementares;

III – apresente fraudes diferentes das previstas no artigo anterior; ou

IV – apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único – O leite em condições de aproveitamento condicional deve ser destinado pela empresa de acordo com o disposto na presente Lei Regulamentar e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 243 – O processamento do leite após a seleção e a recepção em qualquer estabelecimento compreende as seguintes operações, entre outros processos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal:

I – pré-beneficiamento do leite compreendendo, de forma isolada ou combinada, as etapas de filtração sob pressão, clarificação, bactofugação, microfiltração, padronização do teor de gordura, termização (préaquecimento), homogeneização e refrigeração; e

II – beneficiamento do leite compreendendo os processos de pasteurização, ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) e esterilização.

§1o – Permite-se o congelamento do leite para aquelas espécies em que o procedimento seja tecnologicamente justificado, estabelecido em normas complementares.

§2o – É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 244 – Entende-se por filtração a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante passagem sob pressão por material filtrante apropriado.

Parágrafo único – Todo leite destinado ao processamento industrial deve ser submetido à filtração antes de qualquer outra operação de pré-beneficiamento ou beneficiamento.

Art. 245 – Entende-se por clarificação a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante centrifugação ou outro processo tecnológico equivalente aprovado pelo Serviço de Inspeção Municipal;

Art. 246 – Entende-se por termização (pré-aquecimento) a aplicação de calor ao leite em aparelhagem própria com a finalidade de reduzir sua carga microbiana, sem alteração das características do leite cru.

§1o – Considera-se aparelhagem própria aquela provida de dispositivo de controle de temperatura e de tempo, de modo que o produto termizado satisfaça às exigências da presente Lei Regulamentar.

§2o – O leite termizado deve:

I – ser refrigerado imediatamente após o aquecimento; e

II – manter as reações enzimáticas do leite cru.

§3o – É proibida a destinação de leite termizado para a produção de leite para consumo humano direto.

Art. 247 – Entende-se por pasteurização o tratamento térmico aplicado ao leite com o objetivo de evitar perigos à saúde pública decorrentes de microrganismos patogênicos eventualmente presentes, promovendo mínimas modificações químicas, físicas, sensoriais e nutricionais.

§1o – Permitem-se os seguintes processos de pasteurização do leite:

I – Pasteurização lenta, que consiste no aquecimento indireto do leite de 63 a 65oC (sessenta e três a sessenta e cinco graus Celsius) por 30 (trinta) minutos, dispondo de mecanismo que garanta a homogenização da temperatura do leite, em aparelhagem própria; e

II – Pasteurização rápida, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar de 72 a 75oC (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§2o – Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§3o – É obrigatória a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle de temperatura, termômetros e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico e sanitário da operação.

I – Para o sistema de pasteurização rápida, essa aparelhagem deve ainda incluir válvula para o desvio de fluxo do leite com acionamento automático e alarme sonoro.

§4o O leite pasteurizado destinado ao consumo humano direto deve ser refrigerado imediatamente entre 2oC e 4oC (dois e quatro graus Celsius)

§5o – Para o leite de consumo humano, permitem-se os seguintes tipos de pasteurização e envase:

I – Pasteurização rápida e envase automático em circuito fechado no menor prazo possível e distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4oC (quatro graus Celsius), desde que os equipamentos utilizados sejam experimentalmente testados, conforme o presente Regulamento;

II – Pasteurização lenta e envase automático, semi-automático, ou similar, pós pasteurização, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4oC (quatro graus Celsius);

III – Pasteurização lenta do leite pré-envasado, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4oC (quatro graus Celsius).

§6o – É permitido o armazenamento frigorífico do leite pasteurizado em tanques isotérmicos providos de termômetros e agitadores automáticos a temperatura de 2oC a 4oC (dois a quatro graus Celsius).

§7o – O leite pasteurizado deve apresentar prova de fosfatase alcalina negativa e prova de peroxidase positiva.

§8o – É proibida a repasteurização do leite para consumo humano direto.

Art. 248 – Entende-se por processo de ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 130 a 150oC (cento e trinta a cento e cinquenta graus Celsius), durante 2 a 4 (dois a quatro) segundos, mediante processo de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a temperatura inferior a 32oC (trinta e dois graus Celsius) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas.

§1o – Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§2o – É permitido o armazenamento do leite UHT em tanques assépticos e herméticos previamente ao envase.

Art. 249 – Entende-se por processo de esterilização o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 110 a 130oC (cento e dez a cento e trinta graus Celsius) durante 20 a 40 (vinte a quarenta) minutos, em equipamentos próprios.

Parágrafo único – Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

Art. 250 – São fixados os seguintes limites superiores de temperatura aplicados ao leite:

I – conservação e expedição no Posto de Refrigeração: 4oC (quatro graus Celsius);

II – conservação na Usina de Beneficiamento ou Fábrica de Laticínios antes da pasteurização: 4oC (quatro graus Celsius);

III – refrigeração após a pasteurização: 4oC (quatro graus Celsius);

IV – estocagem em câmara frigorífica do leite pasteurizado: 4oC (quatro graus Celsius);

V – entrega ao consumo do leite pasteurizado: 7oC (sete graus Celsius); e

VI – estocagem e entrega ao consumo do leite UAT (UHT) e esterilizado: temperatura ambiente.

Art. 251 – O leite termicamente processado para consumo humano direto pode ser exposto à venda quando envasado automaticamente, semi-automático ou outro sistema similar, por meio de circuito fechado ou não, processado pela pasteurização lenta, pré ou pós envase, em embalagem inviolável e específica para as condições previstas de armazenamento.

§1o – Os equipamentos de envase devem conter dispositivos que garantam a manutenção dos padrões de qualidade e identidade para o leite, embalagens conforme estabelece esta Lei Regulamentar.

§2o O envase do leite para consumo humano direto pode ser realizado em qualquer estabelecimento de leite e derivados desde tenha estrutura adequada para essa operação e não interfira nas demais operações do estabelecimento, conforme previsto na presente Lei Regulamentar.

Art. 252 – O leite pasteurizado deve ser transportado preferencialmente em veículos isotérmicos com unidade frigorífica instalada.

Parágrafo único – para um raio de até 100 km em torno do local de processamento permite-se o transporte em veículos não-isotérmicos e sem unidade frigorífica instalada, desde que garantam a manutenção de temperatura no local de entrega não superior há 7oC (sete graus Celsius).

Art. 253 – É proibida a comercialização e distribuição de leite cru para consumo humano direto em todo território municipal, nos termos da legislação.

Art. 254 – O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como integral, deve apresentar os mesmos requisitos do leite normal, com exceção do teor de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 255 – O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como padronizado, semidesnatado ou desnatado, deve satisfazer às exigências do leite integral, com exceção dos teores de gordura, de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 256 – Os padrões microbiológicos dos diversos tipos de leite devem atender às normas complementares.

Art. 257 – Quando as condições de produção, conservação e transporte, composição, contagem de células somáticas ou contagem bacteriana total não satisfaçam ao padrão a que se destina, o leite pode ser utilizado na obtenção de outro produto, desde que se enquadre no respectivo padrão.

Parágrafo único – Deve ser atendido o disposto na presente Lei Regulamentar e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 258 – Permite-se a mistura de leites de qualidades diferentes, desde que prevaleça o de padrão inferior para fins de classificação e rotulagem.

3) Inspeção industrial e sanitária de produtos das abelhas e derivados

Art. 259 – A inspeção de produtos das abelhas e seus derivados, além das exigências já previstas na presente Lei Regulamentar, abrange a verificação:

I – da extração, do acondicionamento, da conservação, da origem e do transporte dos produtos das abelhas;

II – do processamento, da armazenagem e da expedição; e

III – dos programas de autocontrole implantados.

Art. 260 – As análises de produtos das abelhas, para sua recepção e seleção no estabelecimento processador, devem abranger as características sensoriais e as análises determinadas em normas complementares e legislação específica, além da pesquisa de indicadores de fraudes que se faça necessária.

Art. 261 – O mel e o mel de abelhas sem ferrão, quando submetidos ao processo de descristalização, pasteurização ou desumidificação, devem respeitar o binômio tempo e temperatura e demais dispositivos constantes em normas complementares.

Art. 262 – São considerados alterados e impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, os produtos das abelhas que evidenciem:

I – características sensoriais anormais;

II – a presença de resíduos estranhos decorrentes de falhas nos procedimentos higiênico-sanitários e tecnológicos; ou

III – a presença de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

§1o – Em se tratando de mel e mel das abelhas sem ferrão, são também considerados alterados os que evidenciem fermentação avançada, hidroximetilfurfural acima do estabelecido em legislação específica e flora microbiana capaz de alterá-los.

§2o – Em se tratando de pólen apícola, pólen das abelhas sem ferrão, própolis e próp olis das abelhas sem ferrão são também considerados alterados os que evidenciem flora microbiana capaz de alterá-los.

§3o – Em se tratando de geléia real, é também considerada alterada a que evidencie conservação inadequada, indícios de colheita realizada após 72 (setenta e duas) horas, flora microbiana capaz de alterá-la e a presença de microrganismos patogênicos.

Art. 263 – São considerados alterados e impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, os derivados de produtos das abelhas, que evidenciem:

I – características sensoriais anormais;

II – matéria-prima em desacordo com as exigências definidas para cada produto das abelhas usado na sua composição;

III – a presença de resíduos estranhos decorrentes de falhas nos procedimentos higiênico-sanitários e tecnológicos; ou

IV – microrganismos patogênicos.

Parágrafo único – Em se tratando de composto de produtos das abelhas com adição de ingredientes, são também considerados alterados os que evidenciem o uso de ingredientes permitidos que não atendam às exigências do órgão competente.

Art. 264 – São considerados fraudados (adulterados ou falsificados) os produtos das abelhas que:

I – apresentem substâncias que alterem a sua composição original;

II – apresentem aditivos;

III – apresentem características de obtenção a partir de alimentação artificial das abelhas;

IV – houver a subtração de qualquer dos seus componentes, em desacordo com a presente Lei Regulamentar ou normas complementares;

V – forem de um tipo e se apresentem rotulados como de outro;

VI – apresentem adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou

VII – tenham sido elaborados a partir de matéria-prima imprópria para processamento.

Parágrafo único – Em se tratando de mel e mel de abelhas sem ferrão são também considerados fraudados os que evidenciem a adição de açúcares.

Art. 265 – São considerados fraudados (adulterados ou falsificados) os derivados de produtos das abelhas que:

I – forem de um tipo e se apresentem rotulados como de outro;

II – apresentem adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou

III – tenham sido elaborados a partir de matéria-prima imprópria para processamento.

§1o – Em se tratando de composto de produtos das abelhas sem adição de ingredientes, são também considerados fraudados os que evidenciem a presença de aditivos ou quaisquer outros ingredientes não permitidos.

§2o – Em se tratando de compostos de produtos das abelhas com adição de ingredientes, são também considerados fraudados os que evidenciem o uso de ingredientes não permitidos ou de ingredientes permitidos em quantidade acima do limite estabelecido em legislação específica.

Art. 266 – Os produtos das abelhas e derivados alterados, fraudados ou impróprios para o consumo humano, na forma como se apresentam, podem ter aproveitamento condicional quando previstos em normas complementares.

Art. 267 – Os estabelecimentos de produtos das abelhas que recebem matérias-primas de produtores rurais devem manter atualizado o cadastro desses produtores em sistema de informação adotado pelo Serviço de Inspeção Municipal e conforme normas complementares.

Art. 268 – Os produtos das abelhas sem ferrão devem ser procedentes de criadouros, na forma de meliponários, autorizados pelo órgão ambiental competente.

VIII ESTABELECIMENTO PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

Art. 269 – Para fins desta Lei Regulamentar:

I – No estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais podem ser abatidas e industrializadas as diversas espécies de aves, coelhos, rãs, répteis e outros pequenos animais.

§1o O abate de diferentes espécies, inclusive de médios animais, em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos específicos para a finalidade.

§2o O abate pode ser realizado desde que seja evidenciada a completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

II – Estão incluídas nas aves as espécies como: peru, frango, pombo, pato, marreco, ganso, perdiz, chucar, codorna, faisão e outras aves.

III – Entende-se como carne de aves a parte muscular comestível das aves abatidas, declaradas aptas a alimentação humana por inspeção veterinária oficial antes e depois do abate.

IV – Entende-se como carcaça o corpo inteiro de uma ave após insensibilização ou não, sangria, depenagem e evisceração, onde o papo, traquéia, esôfago, intestinos, cloaca, baço, órgãos reprodutores, pulmões tenham sido removidos, sendo facultativa a retirada dos rins, pés, pescoço e cabeça.

V – Entende-se por corte a parte ou fração da carcaça com limites previamente especificados pelo Serviço de Inspeção Municipal, com osso ou sem osso, com pele ou sem pele, temperados ou não, sem mutilações e/ou dilacerações.

VI – Entende-se por recorte a parte ou fração de um corte.

VII – Entende-se como miúdos as vísceras comestíveis o fígado sem a vesícula biliar, o coração sem o saco pericárdio e a moela sem o revestimento interno e seu conteúdo totalmente removido.

VIII – Entende-se por pré-resfriamento o processo de rebaixamento da temperatura das carcaças de aves, imediatamente após as etapas de evisceração e lavagem, realizado por sistema de imersão em água gelada ou

passagem por túnel de resfriamento, obedecidos os respectivos critérios técnicos específicos.

IX – Entende-se por resfriamento o processo de refrigeração e manutenção da temperatura entre 0oC (zero grau centígrado) a 4oC (quatro graus centígrados positivos) dos produtos de aves (carcaças, cortes ou recortes, miúdos e/ou derivados), com tolerância de 1oC (um grau) medidos na intimidade dos mesmos.

X – Entende-se por congelamento o processo de congelamento e manutenção a uma temperatura não maior que -12oC, dos produtos de aves (carcaças, cortes ou recortes, miúdos ou derivados) tolerando-se uma variação de até 2oC (dois graus centígrados), medidos na intimidade dos mesmos.

XI – Entende-se por temperado o processo de agregar ao produto da ave condimentos e/ou especiarias devidamente autorizados pelo Serviço de Inspeção Municipal, sendo posteriormente submetido apenas a refrigeração (resfriamento ou congelamento).

Art. 270 – Não será autorizado o funcionamento ou construção de estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais quando localizado nas proximidades de outros estabelecimentos que, por sua natureza, possam prejudicar a qualidade dos produtos destinados à alimentação humana, que são processados nesses estabelecimentos de abate.

Art. 271 – Os equipamentos fixos, tais como, escaldadores, depenadeiras, calhas de evisceração, pré-resfriadores, tanques e outros, deverão ser instalados de modo a permitir a fácil higienização dos mesmos e das áreas circundantes, guardando-se um afastamento mínimo de 60 cm (sessenta centímetros) das paredes e 20 cm (vinte centímetros) do piso, com exceção da trilhagem aérea que deverá guardar a distância mínima de 30 cm (trinta centímetros) das colunas ou paredes.

Art. 272 – O estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais deve dispor de instalações composta de seção de recepção; seção de sangria; seção de escaldagem e depenagem; seção de evisceração; seção de depósito; seção de expedição; seção de sub-produtos.

Parágrafo único – Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte a sangria poderá ser realizada na seção de escaldagem e depenagem, o depósito de produtos poderá ser na seção de expedição, e a seção de sub-produtos poderá ser dispensada desde que os sub-produtos sejam retirados do estabelecimento imediatamente.

Art. 273 – A recepção das aves será em plataforma coberta, devidamente protegida dos ventos predominantes e da incidência direta dos raios solares.

Parágrafo único – A critério do serviço de inspeção, essa seção poderá ser parcial ou totalmente fechada, atendendo as condições climáticas regionais, desde que não haja prejuízo para a ventilação e iluminação.

Art. 274 – Os contentores e/ou estrados, após vazios, deverão ser encaminhados para a higienização e desinfecção e depositados em local adequado ou devolvidos para o veículo de transporte das aves.

Art. 275 – A sangria pode ser realizada em “túnel de sangria”, com as aves contidas pelos pés, apoiados em trilhagem aérea, ou sangria em funil.

Art. 276 – O sangue deverá ser recolhido em calha própria, de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada com cimento liso, denominada “calha de sangria”.

Art. 277 – O sangue coletado deverá ser destinado para industrialização como não comestível, ou outro destino conveniente a critério da Inspeção, podendo, quando não existir graxaria, ser cozido.

Art. 278 – A seção de sangria deverá dispor obrigatoriamente de lavatórios acionados a pedal ou outros mecanismo que impeça o uso direto das mãos.

Art. 279 – A escaldagem e depenagem poderão ser realizadas em instalações comuns às duas atividades, separadas através de paredes das demais áreas operacionais, podendo ser na mesma área da sangria, desde que esta operação não interfira nas outras atividades.

Art. 280 – O ambiente da escaldagem e depenagem deverá possuir ventilação suficiente para exaustão do vapor d’água proveniente de escaldagem e da impureza em suspensão, recomendando-se o emprego de “lantennins”, coifas ou exaustores, quando a ventilação natural for insuficiente, podendo ser dispensado de forro nesta dependência.

Art. 281 – A escaldagem deverá, obrigatoriamente, ser executada logo após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo, ajustados às características das aves em processamento, não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

Art. 282 – Serão condenadas, total ou parcialmente, as aves quando se verificarem falhas na escaldagem que demonstrem alterações nas carcaças ou parte de carcaças pelo uso de altas temperaturas ou tempo prolongado na execução desta operação.

Art. 283 – Quando a escaldagem for executada em tanque, o mesmo deverá ser construído de material inoxidável, a água de escaldagem deverá ser renovada a cada hora (1,5 litros por ave) e em seu volume total a cada turno de trabalho ou à juízo da Inspeção.

Art. 284 – A depenagem deverá ser processada logo após a escaldagem, sendo proibido o seu retardamento.

Art. 285 – Não será permitido o acúmulo de penas no piso devendo, para tanto, haver o recolhimento contínuo das mesmas para o exterior da dependência.

Art. 286 – Os trabalhos de evisceração deverão ser executados em instalação própria, isolada da área de escaldagem e depenagem, compreendendo desde a operação de corte de pele do pescoço, até a “toalete final” das carcaças.

Parágrafo único – Nessa seção poderão também ser efetuadas as fases de pré-resfriamento, gotejamento, processamento, embalagem primária, classificação e armazenagem, desde que a área permita a perfeita acomodação dos equipamentos e não haja prejuízo higiênico para cada operação.

Art. 287 – Antes da evisceração, as carcaças deverão ser lavadas em chuveiros de aspersão ou pistola, dotados de água sob adequada pressão, com jatos orientados no sentido de que toda a carcaça seja levada, inclusive os pés, sendo que os chuveiros poderão ser localizados no início da calha de evisceração e no final, antes do pré-resfriamento.

Art. 288 – A evisceração, não automatizada, será obrigatoriamente realizada com as aves suspensas pelos pés e pescoços em ganchos de material inoxidável, presos em trilhagem aérea ou em mesas de evisceração.

Art. 289 – As operações de evisceração deverão, ainda, observar os cuidados necessários para evitar o rompimento de vísceras e o contato das carcaças com superfícies contaminadas.

Art. 290 – A trilhagem aérea, quando houver, será disposta sobre a calha a uma altura tal que não permita que as aves aí dependuradas possam tocar na calha ou em suas águas residuais.

Art. 291 – As etapas de evisceração compreendem:

a – cortes da pele do pescoço e traquéia;

b – extração de cloaca;

c – abertura do abdômen;

d – eventração (exposição das vísceras);

e – inspeção sanitária;

f – retirada das vísceras;

g – extração dos pulmões;

h – “toalete” (retirada do papo, esôfago, traquéia, etc.);

i – lavagem final (externa e internamente);

Art. 292 – Não será permitida a retirada de órgãos e/ou partes de carcaças antes que seja realizada a inspeção “postmortem”.

Art. 293 – A calha de evisceração, quando houver, deverá apresentar declive acentuado para o ralo coletor e dispor de água corrente a fim de permitir remoção contínua dos resíduos para o exterior da dependência e dispor de pontos d’água (torneiras) localizadas em suas bordas.

Art. 294 – As vísceras não comestíveis serão lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores ou diretamente para a seção de subprodutos não comestíveis (graxaria).

Parágrafo único – No caso de mesa de evisceração serão depositadas em bombonas próprias.

Art. 295 – As vísceras comestíveis serão depositadas em recipientes de aço inoxidável, material plástico ou similar, após previamente preparadas e lavadas, sendo que a moela deve ser aberta e retirado o seu conteúdo imediatamente e após serão acondicionadas em recipientes adequados e resfriadas, podendo ser utilizado gelo.

Art. 296 – Todas as partes comestíveis (coração, fígado, moela, pés e cabeça), quando retirados na evisceração para fins comestíveis, deverão ser imediatamente pré-resfriados em resfriadores contínuos por imersão obedecendo ao princípio da renovação de água contracorrente e a temperatura máxima de 4oC, ou em pré-resfriadores fixos com água gelada ou água com gelo, desde que atendida a determinação de renovação da água.

Art. 297 – A gordura cavitária e de cobertura da moela, poderá ser utilizada para fins comestíveis quando retirada durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

Art. 298 – Os pulmões serão obrigatoriamente retirados e depositados junto com as vísceras não-comestíveis.

Art. 299 – Após a evisceração as carcaças devem receber uma lavagem final por aspersão, de modo que as superfícies internas e externas sejam limpas eficazmente.

Art. 300 – Não será permitida a entrada de carcaças no sistema de pré-resfriamento por imersão, quando contenham no seu interior água residual de lavagem por aspersão e/ou qualquer tipo de contaminação visível nas suas superfícies externas e internas.

Art. 301 – O recolhimento de ovários de aves (reprodutoras ou poedeiras comerciais) será permitido desde que:

a) A coleta seja realizada somente após a liberação das aves por parte da Inspeção, desde que sejam observados todos os princípios básicos de higiene recomendados.

b) O produto seja resfriado imediatamente após a coleta, a uma temperatura de 4oC ou inferior e seja armazenado e transportado sob refrigeração (0oC) e destinado exclusivamente para pasteurização.

Art. 302 – O pré-resfriamento é opcional e poderá ser efetuado através de:

a) aspersão de água gelada;

b) imersão em água por resfriadores contínuos, tipo rosca sem fim;

c) resfriamento por ar (câmaras frigoríficas);

d) imersão em tanque com água gelada:

e) outros processos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 303 – A renovação de água durante os trabalhos, nos resfriadores contínuos tipo rosca sem fim ou fixos, deverá ser constante, na proporção mínima de 1,5 l (um e meio litros) por ave.

Art. 304 – No sistema de pré-resfriamento por aspersão a água utilizada deve apresentar os padrões de potabilidade da Portaria 36/90 do Ministério da Saúde.

Art. 305 – A temperatura da água do sistema de pré-resfriamento por aspersão não deve ser superior a 4oC.

Art. 306 – A água de renovação do sistema de pré-resfriamento por imersão poderá ser hiperclorada, permitindo-se no máximo 5 ppm de cloro livre; no entanto será obrigatoriamente clorada, devendo apresentar cloro residual livre entre 0,5 à 1,00 ppm.

Art. 307 – A temperatura da água residente, medida nos pontos de entrada e saída das carcaças do sistema pré-resfriamento por imersão, não deve ser superior a 16oC e 4oC, respectivamente no primeiro e último estágio, observando-se o tempo máximo de permanência das carcaças no primeiro de trinta minutos.

Art. 308 – Cada tanque do sistema pré-resfriadores contínuos por imersão deve ser completamente esvaziado, limpo e desinfetado no final de cada período de trabalho (quatro horas) ou, quando se fizer necessário, a juízo da Inspeção. Art. 309 – A temperatura das carcaças no final do processo de pré-resfriamento deverá ser igual ou inferior a 7oC, tolerando- se a temperatura de 10oC para as carcaças destinadas ao congelamento imediato.

Art. 310 – Os miúdos devem ser pré-resfriados em resfriadores, por imersão, obedecendo a temperatura máxima de

4oC e renovação de água, na proporção mínima de 1,5 (um e meio) litros por quilo.

Art. 311 – Quando empregada a injeção de ar nos tanques de pré-resfriamento por imersão para efeito de movimentação de água (borbulhamento), deverá o mesmo ser previamente filtrado.

Art. 312 – O gotejamento é destinado ao escorrimento da água da carcaça decorrente da operação de pré-resfriamento.

Art. 313 – Ao final da fase de gotejamento a absorção da água nas carcaças não deverá ultrapassar a 8% de seu peso.

Art. 314 – O gotejamento deverá ser realizado imediatamente ao pré-resfriamento, com as carcaças suspensas pelas asas ou pescoço, em equipamento de material inoxidável, dispondo de calha coletora de água de gotejamento.

Parágrafo único – Processos tecnológicos diferenciados que permitam o escorrimento da água excedente nas carcaças de aves decorrente da operação de pré-resfriamento por imersão poderão ser autorizados, desde que aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 315 – As mesas para embalagem de carcaças serão de material liso, lavável, impermeável e resistente, com bordas elevadas e dotadas de sistema de drenagem.

Art. 316 – Os miúdos e/ou partes de carcaças, sejam ou não comercializados no interior das mesmas, receberão embalagem própria, sendo obrigatoriamente a cabeça embalada individualmente.

Art. 317 – Uma vez embaladas primariamente o acondicionamento de carcaças em embalagens secundárias será feito em continentes novos e de primeiro uso, sendo que tal operação pode ser feita na seção de embalagem primária.

Parágrafo único – Poderá ser permitida, para fins de acondicionamento e/ou transporte, a reutilização de caixas ou recipientes construídos de material que possibilite adequada higienização.

Art. 318 – Os estabelecimentos que realizarem cortes e/ou desossa de aves podem fazer essa etapa na mesma seção de evisceração e embalagem primária, desde que com temperatura ambiente não superior a 15oC e de maneira tal que não interfiram com o fluxo operacional de evisceração, embalagem e classificação.

Parágrafo único – A temperatura das carnes manipuladas nesta seção não poderá exceder 7oC.

Art. 319 – Os estabelecimentos que realizam a produção de carne temperada podem realizar esta operação junto a Seção de evisceração e emba-

lagem, desde que não interfira no fluxo operacional da Seção, como também não comprometa sob o aspecto higiênico-sanitário.

Art. 320 – O estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais deverá dispor de um sistema de resfriamento para resfriar e manter resfriado todos os animais abatidos até sua comercialização.

Parágrafo único – O sistema adotado deverá ser proporcional a capacidade de abate e produção.

Art. 321 – As carcaças depositadas no sistema de resfriamento deverão apresentar temperatura de no máximo 5oC (cinco graus centígrados).

Art. 322 – As carcaças congeladas não deverão apresentar, na intimidade muscular, temperatura superior a -12oC (doze graus centígrados negativos), com tolerância máxima de 2oC (dois graus centígrados).

Art. 323 – A seção de expedição terá as seguintes características:

I – área dimensionada unicamente para pesagem quando for o caso e acesso ao transporte;

II – totalmente isolada do meio ambiente através de paredes, dispondo somente de aberturas (portas ou óculos) nos pontos de acostamento dos veículos transportadores, bem como entrada (porta) de acesso à seção para o pessoal que aí trabalha.

Art. 324 – Os subprodutos não comestíveis serão armazenados em sala própria para que sejam retirados periodicamente.

Art. 325 – O gelo utilizado na indústria, especialmente no pré-resfriamento de carcaças e miúdos, deverá ser produzido com água potável preferentemente no próprio estabelecimento.

Parágrafo único – O equipamento para fabricação do gelo deverá ser instalado em seção a parte, localizado o mais próximo possível do local de utilização.

Art. 326 – A “casa de caldeira”, quando necessária, será construída afastada 3 metros de qualquer construção, além de atender às demais exigências da legislação específica.

Art. 327 – Quando necessárias, as instalações destinadas à lavagem e desinfecção de veículos transportadores de animais vivos e engradados, serão localizadas no próprio estabelecimento, em área que não traga prejuízo de ordem higiênico sanitária.

Art. 328 – O consumo médio de água em matadouros avícolas poderá ser calculado tomando-se por base o de 30 (trinta) litros por ave abatida, incluindo-se aí o consumo de todas as seções do matadouro, permitindo-se volume médio de consumo inferior, desde que preservados os requisitos tecnológicos e higiênico-sanitários previstos na presente Lei Regulamentar, mediante aprovação prévia da Inspeção.

Parágrafo único – Deverá ser instalado mecanismo de dosagem de cloro da água de abastecimento industrial caso água não tenha potabilidade comprovada.

IX ESTABELECIMENTOS PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO PARA MÉDIOS E GRANDES ANIMAIS

Art. 329 – Estabelecimento de abate e industrialização para médios e grandes animais é o estabelecimento dotado de instalações com dimensões e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, industrialização, preparo, conservação, armazenagem e expedição das carnes de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e outros grandes e médios animais, e seus derivados sob variadas formas, devendo possuir instalações de frio compatível com a capacidade de abate.

§1o O abate de diferentes espécies, incluídos grandes, médios e pequenos animais, em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos específicos para a finalidade, com completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

§2o – O tipo de abate referido acima poderá ser realizado em sistema de trilhagem aérea manual ou no modelo estacionário, no qual o abate do animal seguinte só pode ocorrer após o término das operações do animal anterior.

Art. 330 – Deverá ser indicado no momento de protocolar o projeto, as estratégias de destinação das carcaças ou parte destas condenadas pela inspeção sanitária.

Art. 331 O estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais deve dispor de instalações composta de curral de espera dos animais; box de insensibilização; seção de matança; seção de bucharia e triparia; seção de processamento; seção de resfriamento e/ou congelamento; seção de expedição; seção de sub-produtos.

§ 1o – Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte a bucharia e triparia poderá ser na seção de matança, o resfriamento e/ou congelamento de produtos poderá ser na seção de expedição, e a seção de sub-produtos poderá ser dispensada desde que os subprodutos sejam retirados do estabelecimento imediatamente.

§2o – Quando o estabelecimento efetuar a industrialização das carnes deverá ter estrutura adequada, de acordo com as exigências definidas nesta Lei Regulamentar.

Art. 332 – Os animais deverão ficar em currais livres de barro por um período determinado pelo inspetor sanitário antes de serem insensibilizados.

Art. 333 – Em caso de abate misto no mesmo dia, os bovinos não poderão ficar no mesmo curral dos suínos ou ovinos ou caprinos, sendo que os ovinos e caprinos são os únicos que podem ser alojados no mesmo curral.

Art. 334 – Os animais, com exceção dos ovinos, antes da insensibilização deverão ser lavados sobre piso impermeável com água potável sob pressão de forma que os jatos atinjam todas as partes do animal com uma pressão adequada e com canalização das águas residuais.

Art. 335 – Os boxes de insensibilização serão de construção em concreto armado de superfície lisa e com as partes móveis metálicas.

Art. 336 – Em todos os locais onde são realizadas as operações deverão dispor de lavatórios de mãos com torneiras que não utilizem o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.

Art. 337 – A mesa de inspeção de vísceras vermelhas deverá ter rebordo de no mínimo 0,05 m de altura, orifício para drenagem das águas servidas e esgoto canalizado.

Art. 338 – Deverá haver fonte de água fria nas mesas de inspeção que propiciem a lavagem das vísceras e água a 85 oC em abundância para a higienização das mesas.

Art. 339 – A sala de matança terá área suficiente para a sustentação dos equipamentos necessários aos trabalhos de sangria, esfola, evisceração, inspeção de carcaças e vísceras, toalete, lavagem de carcaças, quais sejam: canaleta, plataformas, pias, mesas, além da área disponível para circulação de pessoas e carros, quando necessários.

Art. 340 – As operações de sangria, esfola e/ou depilação e evisceração, poderão ser realizadas em ponto fixo.

Art. 341 – No caso de abate estacionário todas as operações serão realizadas em ponto fixo até a liberação da carcaça pela inspeção para o resfriamento.

Art. 342 – Quando necessária, a área de vômito deverá localizar-se ao lado do box de atordoamento e destina-se à recepção dos animais insensibilizados que daí serão imediatamente alçados e destinados à sangria.

Art. 343 – O trilho, quando necessário, na sala de abate, terá altura mínima adequada no ponto de sangria e esfola, de maneira à assegurar no míni-

mo uma distância de 0,75 m (setenta e cinco centímetros) da extremidade inferior do animal (focinho) ao piso.

Parágrafo único – Na câmara de resfriamento, o trilho ou os penduradores, terão altura suficiente para não permitir o contato das meias carcaças com o piso.

Art. 344 – Quando necessárias, as plataformas serão em número suficiente para realizar as operações de troca de patas, esfola, serra, evisceração, inspeção, toalete, carimbagem e lavagem das carcaças, construídas em metal, de preferência ferro galvanizado ou aço inoxidável, antiderrapante e com corrimão de segurança.

Art. 345 – As cabeças deverão ser dependuradas em gancheiras próprias, desarticuladas a mandíbula e língua, lavadas e inspecionadas em mesa.

Art. 346 – A lavagem da cabeça é feita com o auxílio de uma mangueira em cuja extremidade ajusta-se um cano bifurcado, que se introduz nas narinas e na cabeça, sendo que tal dispositivo pode ser substituído por pistola própria apta à introdução nas narinas.

Art. 347 – As meias-carcaças deverão ser lavadas com água sobre pressão antes destas ingressarem no sistema de resfriamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2015 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

PROCESSO N° 084/2015

PREGÃO PRESENCIAL R.P - N° 048/2015

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo sistema de Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Detonação de Rocha atendendo as necessidades da Secretaria de Obras do Município de Rondolândia/MT**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3. 555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010, 207/2013 de 25/01/2013 e 1.067 de 24/03/2015 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº1. 044/2015, de 05 de Janeiro de 2015.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177 .

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 16/05/2015

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 01 de Junho de 2015.

_____

Luciene Souza Santos

Pregoeira

Decreto n° 1.044/2015

De acordo:

_____

Fabio Frazão Vila Nova

Advogado – OAB n° 2684/RO

Procurador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

ROSARIO PREVI
PORTARIA 079/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição *a servidora* Sra. EDINA TRAJANO SILVA."

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com o Art. 80, I, II, III e IV da Lei Municipal nº 975 de 15 de Abril de 2004, que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rosário Oeste/ MT, e Tabela dos Professores constante da Lei Municipal n.º 1.297 de 05 de setembro de 2012; e Lei n° 1.360 de 20 de fevereiro de 2014 que dispõe sobre a recomposição geral anual das remunerações dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora Srª. EDINA TRAJANO SILVA, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 115.628-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 346.302.281-87, servidora Efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "08", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º *2012. 04.00052P*, a partir de 01/06/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rosário Oeste - MT, 02 de junho de 2015.

MARIA NILDECI BEZERRA RIBEIRO Secretária Municipal de Administração

Homologo:

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2015

OBJETO: AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL/ALCOOL COMUM, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E OLEO DIESEL S-10), FORNECIDO POR EMPRESA DISTRIBUIDORA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALOR: R$ 125.362,32 (CENTO E VINTE E CINCO MIL, TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)

CASTELO BRANCO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 10 DE ABRIL DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM SEUS USUÁRIO DOS SUS, EM FUNÇÃO DA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA – PPI, ATRAVÉS DE CONSULTAS PARA ATENDER A DEMANDA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE ROSARIO OESTE

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2014

VALOR: R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

PRAZO: 12(DOZE) MESES

LUIZ FERNANDO GUIMARAES DE AMORIM

CONTRATADO

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 14 DE MAIO DE 2015.

ROSARIO PREVI
PORTARIA 078/2015

***"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição* a servidora Sra. BERENICE LOURENÇA MENDES TEIXEIRA.**

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com o Art. 80, I, II, III e IV da Lei Municipal nº 975 de 15 de Abril de 2004, que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rosário Oeste/MT, e Tabela dos Professores constante da Lei Municipal n.º 1.297 de 05 de setembro de 2012; e Lei n° 1.360 de 20 de fevereiro de 2014 que dispõe sobre a recomposição geral anual das remunerações dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º.

Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a servidora Srª. BERENICE LOURENÇA MENDES TEIXEIRA, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n.º 0459261-1 - SJ/MT, inscrita no CPF sob o n.º 344.400.031-68, servidora Efetiva no cargo de Professora, Classe "C", Nível "06", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º *2015.04.00016P*, a partir de 01/06/2015, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rosário Oeste - MT, 01 de Junho de 2015.

MARIA NILDECI BEZERRA RIBEIRO Secretária Municipal de Administração

Homologo:

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

O Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua pregoeira oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇO**, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto federal nº 9.892 de 23/01/2013, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93 e suas modificações no dia *16* **de Junho de 2015, às 9h30m**, na sala do Departamento de Licitações, localizado à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, em Rosário Oeste, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRAFICOS, PLACAS, ADESIVOS, BANNER PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.** Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividades estejam em consonância com o objeto e demais cláusulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 08h às 14h00 (horário local) ou ainda no endereço eletrônico www.rosariooeste.mt.gov.br (link licitação). Duvidas no email: licitacaorosario@hotmail.com

Rosário Oeste – MT, 01 de Junho de 2015.

Andreia Viviane Souza de Almeida

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

a)Espécie: Inexigibilidade de Licitação; b) Objeto: *"Contratação de Empresa Especializada para aquisição de Tubos Metálicos Corrugados em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos";* c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 25, inciso I; d) **Processo: Nº 004/2015**; e) Valor: R$ 323.500,00 (trezentos e vinte e três mil e quinhentos reais); f) **Autorização: em 01/06/2015**, por Wemerson Adão Prata; g) **Ratificação: em 01/06/2015**, por Wemerson Adão Prata.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LEI Nº 528, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento programa do município e da outras providências."

Wemerson Adão Prata, Prefeito Municipal de Salto Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o plenário da Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º **-** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento programa do município para o corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 317.418,26 (Trezentos e Dezessete Mil Quatrocentos e Dezoito Reais e Vinte e Seis Centavos), nas seguintes dotações: orçamentárias:

Órgão/Unidade/Func. Programa/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
06	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
002	Departamento de Administração Escolar	
12.365.0042.1114	Construção de Creche.	
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	

Fontes de Recursos	0.1.22.540000	277.418,26
Fontes de Recursos	0.1.00.000000	40.000,00
	Total	317.418,26

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior serão utilizados recursos resultantes de:

I- Excesso de arrecadação, conforme Art. 43, § 1°, inciso II da lei 4.320/64, oriundo do convênio n. 702262/2010 firmado entre o Ministério da Educação e esta prefeitura no valor total de:

Valor: R$ 277.418,26 (duzentos e setenta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e vinte e seis centavos)

Fonte: 0.1.22.540000 Transferência de Convênio da União.

II - Recurso resultante da anulação total ou parcial de dotações, conforme Art. 43, § 1°, inciso III da lei 4.320/64, conforme abaixo:

Órgão/Unidade/Func. Program/Proj/Ativ/ Elemento de Despesa	Descrição	Valor
09	Secretaria Municipal de Finanças.	
002	Departamento de Finanças e Contabilidade.	
04.123.0006.2097	Reserva de Contingência.	
9.9.99.99.00 Fonte: 0.1.00.000000	Reserva de Contingência	40.000,00
	Total	40.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto do Céu-MT, 01 de Junho de 2015.

Wemerson Adão Prata

Prefeito

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO ITEM.

OBJETO: "**Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços em análise de água, sendo análise Agrotóxica, Bacteriológica e análise Físico – Químico em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde Salto do Céu – MT";** do tipo **MENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, do Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às **09h00-min, do dia 17/06/2015**.

LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

, regida pelas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/2002, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 01 de Junho de 2015.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 094/2015

PORTARIA Nº 094/2015

DATA: 01 de Junho de 2015.

SÚMULA: Revoga a Portaria Nº 109/2014 e nomeia novo FISCAL do contrato Nº 029/2014.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia ao Sr. JOÃO MALINSKI JUNIOR, como novo **FISCAL** e ao Sr. OTONIO DE OLIVEIRA DOROTEU como **SUPLENTE** do Contrato Nº 029/2014, firmado com a empresa *SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA*, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PAC-2, no município de Santa Carmem.

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 109/2014 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Junho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

PESSOAL
PORTARIA Nº 092/2015

PORTARIA Nº 092/2015

DATA: 01 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: Exonera a Srª MELISSA THABATTA PIERONI ROSA do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º - Exonera a Srª MELISSA THABATTA PIERONI ROSA do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria de nº 134/2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 01 DE JUNHO DE 2015.

Registre-se e Publique-se

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº029/2015

DECRETO Nº029/2015

DATA: 01 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: Declara Ponto Facultativo no Município de Santa Carmem-MT.

Alessandro Nicoli , Prefeito Municipal de Santa Carmem , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

ART.1º- Fica Decretado Ponto Facultativo no Município de Santa Carmem-MT, no dia 05/06/2015 (sexta -feira) aos órgãos públicos municipais.

ART.2º-Excluem-se da medida prevista no artigo 1º,os órgãos que trabalham em regime de escala e que por sua natureza não admitem paralisação, tais como, coleta de lixo e limpezas de vias públicas, os serviços realizados pela Secretaria de Saúde Municipal e serviços de recuperação de estradas vicinais.

ART.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM- ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 01 DE JUNHO DE 2015.

Registre-se e Publique-se

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

PESSOAL
ERRATA

ERRATA

O Art. 1º da Portaria nº82/2015 *onde se lê*:

Nomeia o Srº ROBERTO CARLOS DA SILVA, passará a vigorar com a seguinte Redação:

Nomeia o Srº MARCIO ROGERIO BEE.

SETOR DE DIVISÃO
PORTARIA Nº 093/2015

PORTARIA Nº 093/2015

DATA: 01 de Junho de 2015.

SÚMULA: Nomeia novo FISCAL do contrato Nº 019/2015.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

ART. 1º- Nomeia ao Sr. JOÃO MALINSKI JUNIOR, como novo **FISCAL** e ao Sr. OTONIO DE OLIVEIRA DOROTEU como **SUPLENTE** do Contrato Nº 019/2015, firmado com a empresa *G. LANZARINA-ME*, referente ao **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA VISANDO A APURAÇÃO E MONITORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DOS VALORES DE ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL) NO MUNICIPIO DE SANTA CARMEM-MT.**

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

SANTA CARMEM-MT, 01 de Junho de 2015.

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº590/2015

LEI Nº590/2015

DATA: 01 DE JUNHO DE 2015.

Súmula: Dispõe sobre a atualização do cargo de cargo de AS (Agente de Saúde), para ACS (agente Comunitário de Saúde) no Quadro de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de Santa Carmem – MT.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Considerando a nomenclatura atribuída as Agentes de Saúde que foram efetivados partir da Emenda Constitucional nº 51/2006;

Considerandonecessidade de adequação dos vencimentos dos Agentes de Saúde e agora, Agentes Comunitários de Saúde do Município;

Resolve:

Art.1º Fica o poder Executivo autorizado a realizar atualização do cargo de agentes de saúde da Lei 391/2009 para o cargo de Agente Comunitário de saúde da Lei 434/2011.

Art. 2º. Os servidores que terão alterada a nomenclatura do cargo para Agente Comunitário de Saúde deverão preencher os requisitos atinentes ao cargo previsto na Lei 434/2011;

Parágrafo Primeiro – Os servidores que não solicitarem os reenquadramentos ou não comprovarem o atendimento dos requisitos para a alteração permanecerão nos seus respectivos cargos até que fiquem extintos pela ocasião da vacância.

Parágrafo Segundo - O disposto no caput do artigo anterior somente se efetiva e passa a produzir efeitos ao servidor que solicitar a alteração e atender os seguintes requisitos:

I. - comprovar ter concluído o ensino médio mediante apresentação de diploma ou certificado de conclusão de curso, expedido por instituição de ensino de acordo com os requisitos previstos na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996;

§ 1º - A solicitação da transformação, por meio de requerimento específico subscrito pelo servidor, e a comprovação da conclusão do ensino médio de que trata o inciso I deverão ser direcionadas ao órgão competente da Prefeitura Municipal que analisará o pedido no prazo de 30 dias a contar do protocolo.

§ 2º - Indeferido o pedido de que trata o parágrafo anterior em razão da não comprovação da exigência prevista no inciso I poderá o servidor público, na posse de novos documentos, a qualquer tempo renovar a solicitação.

§ 3º - O servidor que não tiver concluído o ensino médio por ocasião da promulgação desta lei, mas o fizer posteriormente, poderá, a qualquer tempo, solicitar a transformação nos termos do caput e incisos deste artigo.

Art. 3º - O servidor que usufruir desta alteração terá seus vencimentos fixados na Tabela I do Nível de Ensino Médio da Lei Municipal nº 576/2014, sendo enquadrados no nível cujo valor dos vencimentos sejam iguais ou imediatamente superior ao valor percebido no cargo anteriormente ocupado junto à função efetiva no quadro do Município.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Carmem/MT,01 de Junho de 2015.

Alessandro Nicoli

Prefeito Municipal

PESSOAL
PORTARIA Nº 091/2015

PORTARIA Nº 091/2015

DATA: 29 DE MAIO DE 2015.

SÚMULA: Exonera a Srª LORESI SALETE NICOLI DA CRUZ do cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ALESSANDRO NICOLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º - Exonera a Srª LORESI SALETE NICOLI DA CRUZ do cargo de SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria de nº 89/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

ESTADO DE MATO GROSSO

EM, 29 DE MAIO DE 2015.

Registre-se e Publique-se

ALESSANDRO NICOLI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 066/2014

Contratado: VANESSA PAVAN

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO

Nova Vigência: 07/05/2015 a 07/05/2016

DECRETO MUNICIPAL N.º 040/2015

DE 01 DE JUNHO DE 2015

SÚMULA: "DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 05 DE JUNHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve emitir o seguinte:

DECRETO

Art. 1º -

Fica decretado Ponto Facultativo no dia 05 de junho, em virtude do Feriado Nacional no dia 04 (Corpus Christi).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 01 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se

_____

Bruno Lapenna Garcia

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE MAIO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **034/2014**

Contratado: RUTE DOS SANTOS

Cargo: **RECEPCIONISTA**

Data de Encerramento: 27/05/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 081/2014

Contratado: MARCIO ADRIANO DA SILVEIRA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de CONTADOR

Nova Vigência: 14/05/2015 a 14/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO CONTRATO MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 054/2015

Contratado: CHRISTIANO TABORDA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**

Valor Mensal: R$ **1.346,30**

Vigência: 20/05/2015 a 20/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO CONTRATO MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 055/2015

Contratado: OLADIA ADRIANA GONÇALVES OLIVI

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**

Valor Mensal: R$ **2.742,48**

Vigência: 20/05/2015 a 20/05/2016

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112/2015

DE 01 DE JUNHO DE 2015

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE NOMEAÇAO DA Sra. CATIANA PEREIRA VALENCIO MOREIRA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Sra.

CATIANA PEREIRA VALENCIO MOREIRA

, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1556149-6 SSP/MT, e CPF nº 941069161-34, do Cargo em Comissão de ASSESSORIA SECRETARIA.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 064/2014

Contratado: MARCIO SEBASTIAO DA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de MOTORISTA CAT "C"

Nova Vigência: 07/05/2015 a 07/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 067/2014

Contratado: ATILIO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nova Vigência: 07/05/2015 a 07/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE MAIO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **045/2015**

Contratado: GEISIANE DA SILVA PIMENTA

Cargo: *SERVIÇOS GERAIS*

Data de Encerramento: 11/05/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 0111/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 0111/2015

DE 01 DE JUNHO DE 2015.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA NORINETHE FRANCA FERNANDES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

conceder licença saúde a servidora NORINETHE FRANCA FERNANDES.

Art. 1º - Fica concedido à licença saúde a servidora NORINETHE FRANCA FERNANDES portador do RG nº: 8182062 SSP/MT e inscrito no CPF nº: 616.168.341-53, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, sendo assim fica afastado no período de: 26/05/2015 A 24/07/2015.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na da data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE JUNHO DE 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 073/2014

Contratado: EDNEIA NOGUEIRA DA COSTA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nova Vigência: 09/05/2015 a 09/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE MAIO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **0103/2014**

Contratado: LUIZ CARLOS CZEMOLA

Cargo: *MOTORISTA CAT "C"*

Data de Encerramento: 15/05/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 071/2014

Contratado: MILTON BENEDITO DA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de PROFESSOR LIC. PLENA

Nova Vigência: 08/05/2015 a 08/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE MAIO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **094/2015**

Contratado: CHRISTIANO TABORDA

Cargo: *AUXILIAR ADMINISTRATIVO*

Data de Encerramento: 19/05/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 - REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 - REGISTRO DE PREÇO

Objeto: **Registro de preço para eventual aquisição** *contratação de empresa do ramo para a prestação de serviços técnicos e consultoria na gestão da atenção básica em saúde, gerenciamento financeiro do bloco de atenção básica financiamento do SUS, planejamento das ações de atenção básica verificação dos instrumentos de planejamento, projeto e programas Ministério da Saúde na Atenção básica, protocolos assistências, treinamento da utilização blocos de financiamentos, organização dos re-*

*cursos humanos em saúde, padronização de matérias nas unidades básicas de saúde, captação de recursos, assessoria em licitação na área de saúde***.**Data de abertura: 16/06/2015 às 08:00 horas – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal.Podendo ser solicitado pelos interressados pelo fone:(65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 01 de junho de 2015.

Artemio Syperreck

Pregoeiro

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADIAMENTO DE CERTAME - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE CERTAME - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

Objeto: **Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cobertura fotográfica e filmagem de eventos institucionais, elaboração de informativos dos atos de gestão com publicação em site de grande circulação regional; criação, elaboração e desenvolvimento de artes gráficas; e locação de equipamentos de sonorização para eventos de pequeno e médio porte (exceto para bandas).**

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação acima descrita que a data para realização do certame foi adiada para o dia 15 de junho de 2015, às 08:00 horas, no mesmo local indicado inicialmente.

A alteração dá-se em virtude em razão de alteração do termo de referencia.

Fica esclarecido, outrossim, que permanecem inalteradas as de-mais condições estabelecidas no respectivo Edital.

Santa Rita do Trivelato/MT, 29 de maio de 2014.

ARTEMIO SYPERRECK

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 085/2014

Contratado: CLAUDETE MOREIRA FAGUNDES FERRON

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nova Vigência: 26/05/2015 a 26/05/2016

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT, torna publico para conhecimento do interessado, que aderiu a Ata de Registro de Preços N°028/2014, Pregão Para Registro de Preços n°035/2014, da Prefeitura Sapezal, com amparo ao art.22 do decreto N°7.892 de 23/01/2013, informamos ainda, que essa adesão visa atender a Prefeitura Municipal de Santa Rita do TRIVELATO-MT em nossas necessidades de aquisição de materiais esportivos para atender as secretarias, conforme descrição abaixo:

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: ESPORTES LUCIANO LTDA-ME CNPJ N° 08.954.824/0001-02.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	MARCA MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
04	Bola esportiva de futsal Max 500,32 gomos 61-64 cm, 410-440 g, camara airbility costurada pu miolo slip removível e lubrificado.	UNID	20	**Penalty**	R$ 176,00	R$ 3. 520,00
11	Bola esportiva de futsal, Max 500,32 gomos 61-64 cm, 410-440 g, camara airbility termotec pu miolo slip removível e lubrificado.	UNID	10	**Penalty**	R$ 178,50	R$ 1. 785,00
15	Bola esportiva de Futebol de Campo Victoria 68-70 cm, 410-440 g camara Airbility Termotec pu, miolo slip removível e lubrificado.	UNID	10	**Penalty**	R$ 112,00	R$ 1. 120,00
22	Bola esportiva de Voleibol Pro 7.0, 18 gomos, 65-67 cm, 260-280 G camara airbility, matrizada microfibra, pu miolo slip removível e lubrificado.	UNID	10	**Penalty**	R$ 270,00	R$ 2. 700,00
24	Bola esportiva de Voleibol Pro 6.0, 18 gomos, 65-67 cm, 260-280 G camara airbility, matrizada microfibra, pu miolo slip removível e lubrificado.	UNID	20	Penalty	R$ 262,00	R$ 5. 240,00
28	Bola esportiva de Handebol Suécia H2L 32 gomos 54-56 cm, 325-400g costurada pu, miolo removível.	UNID	10	Penalty	R$ 194,00	R$ 1. 940,00
34	Bola esportiva de basquete 7.4 75-78 cm 600-650 g, câmara airbility, matrizada, microfibra miolo slip removível e lubrificado.	UNID	10	Penalty	R$ 268,00	R$ 2. 680,00
43	Bola oficial de vôlei matizada com 18 gomos, confeccionada em PVC 65-67 cm, 260-280 g, camara airbility matrizada, PVC miolo slip system removível e lubrificado.	UNID	10	Penalty	R$ 82,00	R$ 820,00
49	Bola de borracha Iniciação n°12 57-59 cm,250-270 G matrizada,borracha,miolo slip removível.	UNID	10	Penalty	R$ 27,80	R$ 278,00
59	Troféu com 88 cm de altura com base octogonal em polímero metalizado na cor dourada com 21 cm de largura e 16 cm de altura com uma deusa estatueta de deusa da vitoria metalizada na cor dourada quatro colunas com frisos metalizados na cor prata uma base de madeira octogonal na cor preta.	UNID	10	Vitoria	R$ 210,00	R$ 2. 100,00
69	Rede de vôlei -4 lonas 4 mm confeccionado em algodão.tamanho oficial rede com duas lonas de algodão reforçadas metálico e revestimento interno em couro sintético nas pontas para amarração lona superior com 7 cm de largura e lona inferior com 5 cm de largura.	UNID	06	Panque	R$ 102,00	R$ 612,00
130	Material esportivo. Pares de redes para futebol sete 6 mm composição em polietileno de alta densidade com proteção UV dimensões aproximadas 6,2x2,3x1,8	UNID	06	Master	R$ 447,00	R$ 2. 682,00
		TOTAL				R$25. 477,00

Valor Total Aderido: R$25.477,00(vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e sete reais).

Santa Rita do Trivelato-Mt, 01 de junho de 2015.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 070/2014

Contratado: TAMIRES CAVALCANTE DA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de RECEPCIONISTA

Nova Vigência: 08/05/2015 a 08/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: 073/2014

Contratado: NIVALDO PEREIRA DA SILVA

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de ZELADORA

Nova Vigência: 09/05/2015 a 09/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO CONTRATO MAIO 2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº 053/2015

Contratado: JORANDIR PEDRO DE PINHO

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MOTORISTA CAT "C"**

Valor Mensal: R$ **1.246,58**

Vigência: 18/05/2015 a 18/05/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE MAIO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **033/2014**

Contratado: BRUNA FERNANDES BORGES

Cargo: *ASSISTENTE SOCIAL*

Data de Encerramento: 18/05/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADOR

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso.

DISTRATO Nº009/2015.

DATA EMISSÃO: 01/06/15

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT – CNPJ nº 04.253.983/0001-29

CONTRATADA: ELEANDRO MACHADO DA VEIGA - ME,

CNPJ Nº **05.438.170/0001-76**,

OBJETIVO: OBJETO E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS AREAS; CONTABIL, PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO, RECURSOS HUMANOS, ROTINA ADMINISTRATIVA, APLIC E DEMAIS OBRIGAÇÕES PARA COM O TRIBUNAL DE CONTAS.

PRAZO:

19/05/2015 A 31/12/2015

VALOR GLOBAL CONTRATO: **R$ 30.800,00 (Trinta Mil e Oitocentos Reais).**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE MAIO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **082/2014**

Contratado: ANA PAULA DE SOUZA MENEZES

Cargo: *AGENTE ADMINISTRATIVO*

Data de Encerramento: 06/05/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE MAIO 2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **074/2014**

Contratado: EDNEIA NOGUEIRA DA COSTA SILVA

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Data de Encerramento: 21/05/2015

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
CONVOCAÇÃO E POSSE

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 008/2015 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015

O Sr. **HUGO GARCIA SOBRINHO**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015**, realizado no dia 29/03/2015 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

SERVIÇOS GERAIS

NOME	CLAS
ZILDO APARECIDO DA SILVA	4º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 01 de Junho de 2015.

_____

_____

MONIQUE EMANUELLA MARCANZONI HUGO GARCIA SOBRINHO
Presidente da Comissão Organizadora Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2015

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO O AVISO PARA O SEGUINTE OBJETO: **SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO Á CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE, ORÇAMENTO, FINANCEIRO E CONTROLE INTERNO , Conforme Anexo – I (Termo de Referência).**

DATA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME ESTÁ PREVISTA PARA O DIA **16/06/2015 ÁS 09h00min.**

NO SEGUINTE ENDEREÇO: AV. SANTO ANTONIO, 245-CENTR0-SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT - SALA DE LICITAÇÃO.

A RETIRADA DO EDITAL PODERÁ SER FEITA GRATUITAMENTE APARTIR DO DIA 02/06/2015, NO ENDEREÇO ACIMA DESCRITO E POR E-MAILS **licitação_leverger@outlook.com** / **licitacao@leverger.mt.gov.br**.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES, ENTRAR EM CONTATO NOS TELEFONES: (65) 3341-1346 E (65) 33411-1685 E NOS E-MAILS: **licitação_leverger@outlook.com** / **licitacao@leverger.mt.gov.br**

SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, 01 DE JUNHO DE 2015.

VITORIO MASSARU HAYAMA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPIFICADO Nº 002/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPIFICADO Nº 002/2015

DEFERIMENTOS E INDEFERIMENTOS DAS INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste – MT, no uso de suas atribuições legais, *TORNA PÚBLICO* o Deferimento e Indeferimentodas inscrições do Processo Seletivo Simplificado, conforme ANEXO I, aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2015.

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO	DEFERIMENTO
73	AGENTE ADMINISTRATIVO	THIAGO MENDES COELHO	704.597.371-39	DEFERIDO
6	AGENTE ADMINISTRATIVO	JOSE EDUARDO DA SILVA OLIVEIRA	654.926.411-15	DEFERIDO
29	AGENTE ADMINISTRATIVO	RUTH BERTHIELY DE RAUJO REGES	059.319.431-45	DEFERIDO
32	AGENTE ADMINISTRATIVO	SONIA MAISA ALVES DE OLIVEIRA	936.895.941-20	DEFERIDO
39	AGENTE ADMINISTRATIVO	LUCIONE TAVARES DA COSTA	377.481.061-34	DEFERIDO
53	AGENTE ADMINISTRATIVO	LUCINEI MARISA RYL BERTUOL	957.034.031-20	DEFERIDO
56	AGENTE ADMINISTRATIVO	JESSICA DAYANA DA SILVEIRA VIEIRA	062.104.711-29	DEFERIDO
64	AGENTE ADMINISTRATIVO	ANGELICA FRANCA DIAS	993.183.001-82	DEFERIDO
72	AGENTE ADMINISTRATIVO	LEONARDO SOUSA WA ROVEDENE	038.120.041-86	DEFERIDO
2	AGENTE ADMINISTRATIVO	LEILIANE TAFAREL DOS SANTOS	032.806.151-43	DEFERIDO
75	AGENTE ADMINISTRATIVO	POLLYANA SANTOS FONSECA	107.058.026-04	DEFERIDO
88	AGENTE ADMINISTRATIVO	THAYS GONCALVES DE ALMEIDA	047.018.261-03	DEFERIDO
93	AGENTE ADMINISTRATIVO	MAICON WASHINGTON RODRIGUES MOREIRA	018.960.011-06	DEFERIDO
100	AGENTE ADMINISTRATIVO	THIARA RUBIA DA SILVA CRUZ	015.201.781-07	DEFERIDO
103	AGENTE ADMINISTRATIVO	WANDERSON FARIAS DE SOUZA	033.959.251-61	DEFERIDO
107	AGENTE ADMINISTRATIVO	ROSIANE DE OLIVEIRA	019.225.181-31	DEFERIDO
85	AGENTE ADMINISTRATIVO	SUZIMAR BRUNETTA	006.134.001-43	DEFERIDO
33	ASSISTENTE SOCIAL	ROZELI ALMEIDA DA SILVA	007.713.181-97	DEFERIDO
70	ASSISTENTE SOCIAL	LUZIMARA TAFAREL	004.054.321-86	DEFERIDO
96	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA JOSE PEREIRA SALDANHA	460.798.741-72	DEFERIDO
74	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	LUSIENE GOMES MENDONCA	632.205.551-87	DEFERIDO
77	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ERICA COSTA DE CASTRO	041.579.201-04	DEFERIDO
71	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ANTONIA LEONICE DA SILVA SOUSA	059.265.671-30	DEFERIDO
78	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	VALDENICE OLIVEIRA NASCIMENTO SILVA	030.723.621-81	DEFERIDO
82	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	JHENIFER LOUIZE SILVA ALMEIDA	051.195.111-63	DEFERIDO
69	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SIMONE CANDIDA DA CRUZ	031.504.951-05	DEFERIDO
68	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ENEKELES MENDES DA SILVA	038.944.081-70	DEFERIDO
67	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ALEXSSANDRO FERREIRA DA SILVA	004.335.561-70	DEFERIDO
63	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SANDRA MATEUS DOS SANTOS	047.225.649-14	DEFERIDO
90	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	DANIELE APARECIDA DE ALMEIDA	033.671.611-79	DEFERIDO
91	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	LUCINEIA DE JESUS SOUZA	047.660.491-52	DEFERIDO
104	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	FABIANA DA SILVA	013.017.331-21	DEFERIDO
105	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MICHELI FONSECA MENDES	038.570.021-07	DEFERIDO
109	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APARECIDA ALVES DA SILVA	037.796.866-86	DEFERIDO
110	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELCA NOGUEIRA PEREIRA	022.869.701-81	DEFERIDO
4	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GIRLAINE PEREIRA MATIAS	048.525.021-70	DEFERIDO
20	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	NILDA ALVES DE SANTANA GONCALVES	848.934.861-87	DEFERIDO

28	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AUXILIADORA AMANDA DOS SANTOS	054.296.291-89	DEFERIDO
27	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	IVANIA DE JESUS SANTOS	054.296.291-89	DEFERIDO
26	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ANA MARIA PEREIRA DE ABREU	046.103.541-36	DEFERIDO
24	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CARMEM SIMONE DE SOUZA MACHADO	031.783.621-85	DEFERIDO
23	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	NILZA ALVES SANTANA CHAVEIRO	000.725.531-46	DEFERIDO
22	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	THAIS LOPES DE ANDRADE	755.746.911-91	DEFERIDO
21	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	WESLEY VILELA TEIXEIRA	000.961.471-05	DEFERIDO
31	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	JAKELINE RAYELE GOMES SILVA DE MORAES	054.465.991-01	DEFERIDO
19	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	PAULA REGINA FERREIRA	891.745.344-91	DEFERIDO
18	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	DULCILEI BRANDAO LOPES	531.591.281-72	DEFERIDO
16	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ROSENY MACEDO DE SOUZA	954.929.921-04	DEFERIDO
13	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	DIVINA CELIA JACINTO DE LIMA	666.766.491-87	DEFERIDO
12	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MARIA APARECIDA COSER DOS SANTOS	594.797.369-34	DEFERIDO
62	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CAMILA DE LIMA ESTULANO	044.721.671-66	DEFERIDO
10	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIZETE MENESES DOS SANTOS	042.357.571-64	DEFERIDO
9	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MARIA ZITA MENDES DA SILVA	369.233.972-00	DEFERIDO
7	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	RENATA SILVERIO CALHAO	897.811.801-10	DEFERIDO
47	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	VITORIA SANTOA FARIA	016.229.331-33	DEFERIDO
60	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	KAUANI DIAS ARAUJO	060.734.541-12	DEFERIDO
59	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	NATHALIA SANTOS OLIVEIRA	056.552.571-90	DEFERIDO
58	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GILSIONE APARECIDA DORNELA TAVARES	042.334.601-64	DEFERIDO
57	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	JESSICA RAMOS GOMES	032.704.981-28	DEFERIDO
54	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ALEXANDRE BRANDAO DUARTE	046.594.351-99	DEFERIDO
51	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ANA LUCIA PEREIRA DE ABREU	012.234.671-80	DEFERIDO
48	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON	046.675.401-92	DEFERIDO
37	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	JAQUELINE HILDA FRANQUIM	039.423.281-00	DEFERIDO
41	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	GRASIELLA MARIA DE JESUS	888.551.391-34	DEFERIDO
44	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	KELMA THAMARA CORREA DA SILVA	059.918.161-31	DEFERIDO
43	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	JANAINA GARCIA SUZARTE DOS SANTOS	012.373.941-12	DEFERIDO
42	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	036.154.681-55	DEFERIDO
38	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MARIA DE LOURDES POLICARPO DA CONCEICAO	059.145.423-83	DEFERIDO
40	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	BARBARA MARIA DE OLIVEIRA	054.828.931-03	DEFERIDO
46	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	LUSILENE GOMES FERREIRA MENDONCA	837.041.401-04	DEFERIDO
98	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	VALERIA CRISTINA VIEIRA SANTANA	036.653.711-39	DEFERIDO
8	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	RONILDO NOGUEIRA DE SOUSA CRUZ	016.063.171-80	DEFERIDO
3	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	ROBSON LUCENA LEMOS	029.634.651-90	DEFERIDO
92	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	ANDREIA JAKQUELINE MICHALSKI DE SOUZA	843.853.911-49	DEFERIDO
83	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	NELSON CANDIDO PEREIRA	332.037.769-87	DEFERIDO
1	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	RICARDO BALTAZAR DE JESUS	006.617.221-71	DEFERIDO
97	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA	022.869.731-05	DEFERIDO
76	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	MARCELO BERBARDES SILVANO	919.536.269-04	DEFERIDO
87	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	IVO PEREIRA DOS SANTOS	395.600.741-72	DEFERIDO
14	PROFESSOR CLASSE A	NILCE PEBANO SEREDI	046.103.131-03	DEFERIDO
30	PROFESSOR CLASSE A	NOLMA NOGUEIRA DA SILVA	029.484.126-17	DEFERIDO
61	PROFESSOR CLASSE A	MODESTO TSEREHITE	362.592.841-87	DEFERIDO
89	PROFESSOR CLASSE A	EDMUNDO OMONI EDI WARY	719.033.481-53	DEFERIDO
95	PROFESSOR CLASSE A	FRANCISCA DAS CHAGAS SANTOS PEREIRA	881.343.853-20	DEFERIDO
102	PROFESSOR CLASSE A	VERA LUCIA DOS SANTOS LUIZ AZZOLINI	005.538.611-31	DEFERIDO
80	PROFESSOR CLASSE B	LICIENE SILVA DE OLIVEIRA	987.527.401-10	DEFERIDO
81	PROFESSOR CLASSE B	MARIA DE JESUS GOUVEIA DA SILVA	000.707.133-75	DEFERIDO
84	PROFESSOR CLASSE B	JESIANE PINELE DE LIMA	024.596.541-62	DEFERIDO
79	PROFESSOR CLASSE B	MARTA MARIA CUSTODIO DOS SANTOS FORNAZA	884.402.499-34	DEFERIDO
66	PROFESSOR CLASSE B	EDILAINE CRISTINA DA SILVA	002.858.931-90	DEFERIDO
55	PROFESSOR CLASSE B	AMARINEI CANEDO COUTINHO	452.927.101-30	DEFERIDO
86	PROFESSOR CLASSE B	SELDA ADELINI FACHIANO	015.205.051-59	DEFERIDO
94	PROFESSOR CLASSE B	SUELY MONTES CANABRAVA	839.654.161-20	DEFERIDO
101	PROFESSOR CLASSE B	ROSENIL DOS SANTOS	378.624.301-82	DEFERIDO
106	PROFESSOR CLASSE B	IRINEIA DA ROSA ARAUJO	011.612.621-30	DEFERIDO
108	PROFESSOR CLASSE B	DAIANE PEREIRA DA SILVA BATISTA	957.838.731-87	DEFERIDO
52	PROFESSOR CLASSE B	MARCILENE BERNARDES TAFAREL	010.553.391-24	DEFERIDO
50	PROFESSOR CLASSE B	EUFRESINA JESUS DE OLIVEIRA	405.400.301-04	DEFERIDO
49	PROFESSOR CLASSE B	RUDINETE SOUZA FERREIRA DE PAULA	253.585.611-53	DEFERIDO
45	PROFESSOR CLASSE B	CARMEM LUCIA VERGINIA DA SILVA DOS SANTOS	858.454.691-04	DEFERIDO
36	PROFESSOR CLASSE B	KELLY CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA	036.918.481-50	DEFERIDO
35	PROFESSOR CLASSE B	SONEIDE DOS REIS BARBOSA	011.528.721-33	DEFERIDO
34	PROFESSOR CLASSE B	TELMA RIBEIRO DA SILVA	702.172.971-53	DEFERIDO
17	PROFESSOR CLASSE B	WELBER LOPES PEREIRA	034.622.191-97	DEFERIDO
11	PROFESSOR CLASSE B	MARLI APARECIDA NASCIMENTO DA SILVA	966.958.891-04	DEFERIDO
25	TECNICO EM ENFERMAGEM	DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO	964.623.881-53	DEFERIDO
5	TECNICO EM ENFERMAGEM	EDNA MARIA RODRIGUES	963.356.881-15	DEFERIDO
99	TECNICO EM ENFERMAGEM	THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ	020.177.961-74	DEFERIDO
15	TECNICO EM ENFERMAGEM	ADRIANA DAMACENA MOURA	620.875.331-72	DEFERIDO
65	TECNICO EM ENFERMAGEM	MARIA CARDOSO DOS SANTOS	507.811.039-91	DEFERIDO

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Antônio do Leste - MT, 01 de junho de 2015.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL Nº 001/2015

Dispõe sobre a regulamentação do Processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar do município de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, para a gestão compreendida entre 2016/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Santo Antonio do Leste, usando as atribuições que lhe conferem o Artigo 139 da Lei Federal 8.069/90 de 13 de junho de 1990, a Resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA e das Leis Municipais 065/2002 e suas alterações, INFORMA a toda comunidade em geral que haverá escolha para Conselheiros Tutelares do município de Santo Antonio do Leste – MT, e regulamenta o processo de eleição.

1 – DAS INSCRIÇÕES

Período: dia 01/06/2015 a 12/06/2015

Horário: 07h30min às 10h30min das 13h30min às 16h30min na Secretaria de Assistência Social (Rua A, 367, Jardim Santa Inês, Fone: 3488-1080).

2 – DOS REQUISITOS BÁSICOS E DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO:

2.1- reconhecida idoneidade moral escrita de próprio punho;

2.2- idade superior a 21 (vinte e um) anos;

2.3 - residir no município no mínimo 02 anos;

2.4 - noções básicas de informática (Cópia de Certificados de Cursos de Informática, acompanhados dos originais para conferência);

2.5 - Para inscrever-se o candidato deverá apresentar os seguintes documentos originais acompanhado de uma cópia legível, a saber:

A) cédula de identidade;

B)

título de eleitor do Município;

C) comprovação de residência no município e declaração de que é residente no município há mais de dois (02) anos;

D) certificado de conclusão de nível médio;

E) certidão negativa Cível e Criminal expedida pela justiça comum, federal e eleitoral;

F) Uma foto 3 X 4 colorida e recente.

G) Certidão de que não exerce cargo político e de não ter sido penalizado com a destituição do Conselho Tutelar e também de não condução ao cargo de Conselheiro Tutelar por uma vez;

H) Declaração de Não Servidor Publico;

3 – DAS ATRIBUIÇÕES E DOS DEVERES DO CARGO

3.1 - Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

A) Fiscalização das entidades governamental e não governamentais que mantenham programas em regime de orientação e apoio sócio-familiar, em meio aberto, colocação sócio-familiar, abrigo liberdade assistida, semiliberdade e internação, fazendo cumprir as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

B) Zelar pelo efetivo atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

C) Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, todos da Lei Federal nº 8.069/90;

D) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, da Lei Federal nº 8.069/90;

E) Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

I – requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

II – representar, junto à autoridade judiciária, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

F) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os Direitos da Criança e do Adolescente;

G) Encaminhar a autoridade judiciária aos casos de sua competência;

H) Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentro as previstas no artigo 101, de I a VI da Lei Federal nº 8.069/90, para o adolescente autor do ato infracional;

I) Expedir notificações;

J) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

K) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

L) representar, em nome da pessoa e da família contra a violação dos direitos previstos nos artigos 220, § 3º, inciso II e 221 da Constituição Federal;

M) Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

4 – ETAPAS:

4.1 - Inscrição dos candidatos;

4.2 - Prova de Conhecimentos: Avaliação escrita e psicológica (de caráter eliminatório)

4.3 - Eleição.

5 – DO CRONOGRAMA DE DATAS

Data de Publicação do Edital: 01/06/2015

Inscrições: 01/06/2015 a 12/06/2015

Publicação do resultado das inscrições: 15/06/2015

Recurso das inscrições: 16/06/2015 e 17/06/2015

Publicação do resultado definitivo das inscrições: 19/06/2015

Aplicação da Prova Escrita: 05/07/2015 as 08h00min às 11h00min

Gabarito preliminar: 06/07/2015

Recurso contra o gabarito: 07/07/2015 a 09/07/2015

Analise do recurso: 10/07/2015 a 15/07/2015

Resultado do gabarito oficial: 17/07/2015

Aplicação da Avaliação Psicológica: 03/08/2015 a 07/08/2015

Resultado da Avaliação Psicológica: 12/08/2015

Convocação de Registro de Candidatura: 17/08/2015

Programa Eleitoral: 24/08/2015 a 30/09/2015

Eleições Unificadas: 04/10/2015

Publicação do Resultado das Eleições: 05/10/2015

Posse dos Conselheiros: 10/01/2016

6 - DAS VAGAS E DO SUBSIDIO E DA CARGA HORÁRIA

6.1 - Serão destinadas 05 (cinco) vagas de Conselheiros Titulares, sendo 05 (cinco) candidatos mais votados e serão considerados suplentes os 05 (cinco) imediatamente.

6.2 - Em caso de empate na classificação terá preferência, sucessivamente o candidato que tiver maior nota na Prova Escrita, seguindo para o de maior idade.

6.3 - O valor do subsídio mensal para o cargo de Conselheiro Tutelar é de R$ 1.101,58 (hum mil cento e um reais e cinqüenta e oito centavos), conforme Lei Municipal nº 065/2002.

6.4 - A jornada de trabalho do Conselho Tutelar é em caráter de dedicação exclusiva, com plantões, em escala, divididos em noturno, feriado e fins de semana.

6.5 - O exercício da função de Conselheiro Tutelar exige, além de carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, ou seja no plantão, sua participação, a critério da maioria dos membros do Conselho, e sua eventual presença em atos públicos quando for a benefício da criança e do adolescente.

7 – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

As provas serão elaboradas sobre o conteúdo da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

8 – DA PROVA E DO RECURSO

8.1 - A prova de conhecimento será escrita, constituída de 20 questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente A prova constará de questões de múltipla escolha, com 04 alternativas cada questão, sendo cada questão no valor de 05 pontos, no total de 100 pontos.

8.2 - Os candidatos que não obtiverem 60 pontos, ou seja, 60% de acertos geral, serão considerados inaptos.

8.3 - A prova será aplicada no dia 05/07/0215 Escola Municipal Domingos Azzolini das 8h às 11:00.

8.4 - O candidato deverá chegar 30 (trinta) minutos antes do início das provas, sendo que o portão será fechado às 7h e 50 minutos.

8.5 - O candidato terá 03 (três) horas para realizar a prova;

8.6 - Os nomes dos candidatos estarão fixados em uma lista na porta da respectiva sala onde o mesmo fará a prova.

8.7 - O fiscal de Sala na entrada do candidato coletará a assinatura na lista de presença, devendo o candidato apresentar um documento oficial de identificação com foto (Carteira de Trabalho, Carteira Profissional, Carteira de Identidade e ou Carteira de Habilitação).

8.8 - No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a Matéria.

8.9 - Em hipótese alguma, haverá prova fora do local e horário determinados, ou segunda chamada para as provas;

8.10 - Será excluído do processo de escolha qualquer candidato que, por qualquer motivo faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, portar objetos eletrônicos ou ainda utilizar-se de consulta não permitida.

8.11 - O candidato, portador de deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos), o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade;

8.12 - As provas e os gabaritos serão entregues aos fiscais de sala em envelopes lacrados contendo a quantidade de provas por candidato em cada sala.

8.13 - Ao receber o gabarito o candidato deverá conferir se seu nome e documento de identificação encontram-se corretos e assiná-los.

8.14 - As provas e gabaritos deverão ser entregues na saída ao fiscal de sala e após corrigidas pelos responsáveis e entregues ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.15 - O candidato no dia da prova deverá portar documento de identificação com foto, caneta transparente preta ou azul e deverá entrar na sala e deixar o celular ou outro aparelho eletrônico com o fiscal de sala.

8.16 - Os 03 (três) últimos candidatos deixarão a sala juntos.

8.17 - As 11 (onze) horas pontualmente serão recolhidas todas as provas.

8.18 - Os resultados do gabarito preliminar da prova escrita será divulgado no dia 06/07/2015 através de publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, no site da Prefeitura de Santo Antonio do Leste, no jornal de circulação local e no Mural da Prefeitura e do CRAS.

8.19 - O período para apresentação de recurso contra o gabarito será do dia 07/07/2015 a 08/07/2015 após a publicação do seu resultado.

8.20 - O Recurso será julgado pela Comissão e o resultado publicado no Diário Oficial do Município em até 09/07/2015 a 13/07/2015 e será divulgado o gabarito oficial no dia 24/07/2015 após o protocolo do Recurso.

8.21 - O mandato do Conselho Tutelar, será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

9 – DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica será de caráter eliminatório, e será aplicada por um profissional devidamente qualificado na área de Psicologia. Com avaliação e acompanhamento da Comissão que decidirá pela aptidão ou não do candidato. A avaliação psicológica será aplicada no período de 03/08/2015 a 07/08/2015 na sede do Conselho Tutelar.

10 – DO PROCESSO DE ELEIÇÃO

10.1 - Dos Votantes:

A) Poderão votar todos os eleitores acima de 16 anos, com título eleitoral do município de Santo Antonio do Leste – MT, que estão quites com as obrigações eleitorais;

B) Para o exercício do voto, o cidadão deverá apresentar-se no local de votação munido de seu título de eleitor e documento de identidade que contenha foto;

C) Cada eleitor poderá votar em 01 (um) candidato;

D) Não será permitido o voto por procuração;

10.2 - Da Campanha Eleitoral:

A) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de entrevistas, e distribuição de panfletos;

B) É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública ou particular;

C) O material de divulgação das candidaturas não poderá vincular o nome de patrocinadores, financiadores ou similares;

D) Caberá ao candidato fiscalizar a veiculação da sua campanha em estrita obediência a este edital.

10.3 - Propaganda Eleitoral:

A) A propaganda dos candidatos somente será permitida após a divulgação da lista dos candidatos aprovados, isto é, aptos a exercer a função de Conselheiro Tutelar segundo a avaliação psicológica.

B) Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir denúncias referentes à propaganda eleitoral podendo determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação de candidatura;

C) A propaganda eleitoral pessoal será realizada sob a responsabilidade dos candidatos.

D) Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá denunciar à Comissão Eleitoral sobre a existência de propaganda irregular, conforme artigo 10.4.

E) Tendo a denúncia indício de procedência, a Comissão Eleitoral determinará que a candidatura envolvida apresente defesa no prazo de 24 horas, pós notificação;

F) Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que deverá ser apresentado em 02 (dois) dias;

G) Indeferido o registro da candidatura, o candidato será notificado para, querendo, no prazo de 24 horas após a publicação da lista das candidaturas deferidas, apresentarem recurso;

§ 1º – A notificação a que se refere este artigo será feita através da fixação da lista dos candidatos que tiveram a sua inscrição indeferida e será afixada no hall da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste e no CRAS e no site da Prefeitura;

Parágrafo único: Da decisão da Comissão Eleitoral, caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá ser apresentado no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação da decisão.

H) Toda a apuração será feita na Escola Municipal Domingos Azzolini, sob a fiscalização da Comissão Eleitoral, que decidirá quanto a impugnação de votos e urnas quando for o caso;

I) Urnas que tiverem votos impugnados deverão ser devidamente apuradas e ao final lacradas;

§ 2º – Na ata de apuração deverá constar o número de votos impugnados e a indicação de que os mesmos se encontram em separado;

§ 3º – A ata de apuração deve ficar anexa à urna apurada;

J) Comissão Eleitoral decidirá, em definitivo, os recursos quanto à validade de votos e violação de urna;

K) Do resultado final da eleição cabe recurso ao Conselho Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente, o qual deverá ser apresentado em 48horas a contar da data de sua publicação oficial;

§ 4º – O recurso deverá ser formulado por escrito e devidamente fundamentado;

§ 5º–O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente decidirá sobre os recursos apresentados em reunião convocada exclusivamente para este fim;

L) Os recursos e impugnações não terão efeito suspensivo.

10.4 - Das Proibições

É vedada a propaganda nos veículos de comunicação ou quaisquer outros tipos de anuncio em beneficio de um ou mais candidatos, resguardado os estabelecidos pela Comissão Eleitoral, de forma igualitária.

De acordo com a Resolução n. 170 de 2014 do CONANDA, no Art. 8º - A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

A) É vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

B) Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição;

C) É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista definitiva das candidaturas;

D) É vedada a utilização de faixas, outdoors e outros meios não previstos neste edital;

E) É vedado ao conselheiro tutelar promover campanha durante o exercício de sua jornada de trabalho;

F) É vedada a formação de chapas de candidatos; cada candidato deverá concorrer individualmente;

G) É vedado aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar promoverem campanha para qualquer candidato.

H) É vedada a fixação de placas, faixas e afins em locais públicos, de acordo com a Lei 9.504/1994, Art. 37: Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados.

I) De acordo como Art. 21 da Lei 637/2006 § 5º, acrescido pela Lei 1020/2012, “no processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor”.

10.5 - Da votação:

A) O local de votação será: Escola Municipal Domingos Azzolini

B) A votação ocorrerá no período de 08:00h (oito) às 17:00 h (dezessete horas) do dia 04/10/2015;

C) Às 17 h (dezessete horas) do dia da eleição serão fechados os portões ficando somente presentes os que se encontrarem nas filas de votação, para assegurar-lhes o direito de votar;

D) Os candidatos poderão fiscalizar ou indicar um fiscal para o acompanhamento do processo de votação e apuração;

E) O nome do fiscal deverá ser indicado à Comissão Organizadora com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do dia da votação;

F) No dia da votação o fiscal deverá estar identificado com crachá;

G) Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e procederá a votação;

H) O votante que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação.

I) No local de votação, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente indicará as Mesas Receptoras que serão compostas por 01 (um) Presidente e 02 (dois) Mesários, bem como os respectivos suplentes. Não poderão ser nomeados Presidentes e Mesários os candidatos e seus cônjuges, bem como seus parentes, ainda que por afinidade.

J) Todo empregado e ou servido público que for convocado para trabalhar nas eleições terá um dia de folga para cada dia trabalhado nas eleições. Para ter direito a folga descrita no parágrafo anterior o cidadão deverá apresentar declaração expedida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo do salário, vencimento, ou qualquer vantagem.

K) Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a indicação da junta Apuradora bem como coordenar a apuração dos votos, garantida, em todas as fases, a fiscalização do Ministério Público.

L) Fica proibido o transporte de eleitores até o local de votação por carros particulares.

10.6 - Mesa de votação

A) As mesas de votação serão compostas por membros do CMDCA e/ou servidores municipais, devidamente cadastrados;

B) Não poderá compor a mesa de votação o candidato inscrito e seus parentes, por consangüinidade ou afinidade, até o segundo grau ou seu cônjuge ou companheiro.

10.7 - Compete à mesa de votação:

A) Solucionar, imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorra durante a votação;

B) Lavrar a ata de votação, anotando eventuais ocorrências;

C) Realizar a apuração dos votos, lavrando a ata específica;

D) Remeter a documentação referente ao processo de escolha à Comissão Organizadora Eleitoral.

10.8 - Apuração e da proclamação dos eleitos:

A) Concluída a votação, os membros da mesa de votação deverão lavrar a Ata de Votação e, em seguida, iniciar a contagem dos votos, obrigatoriamente com a presença de fiscais devidamente credenciados;

B) Lavrada a ata de apuração, os responsáveis pela contagem dos votos, encaminharão o mapa de votação à Comissão organizadora;

C) A Comissão Organizadora, de posse de todos os mapas do processo de escolha, fará a contagem final, em seguida, proclamará os nomes dos eleitos, afixando boletins do resultado onde ocorreu a apuração final;

D) O resultado deverá ser publicado oficialmente, abrindo prazo para interposição de recursos;

E) O processo de apuração e da proclamação dos eleitos ocorrerá sob supervisão do CMDCA;

F) Os cinco primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos e serão empossados como conselheiros tutelares titulares, ficando os seguintes, observados a ordem decrescente de votação, como suplentes.

G) Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

I – apresentar melhor desempenho na prova de conhecimento;

II – tiver maior idade.

11 - DOS IMPEDIMENTOS

11.1 - São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, nos termos do artigo 140 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);

11.2 - Estende-se o impedimento do Conselheiro em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude na Comarca, Foro Regional ou Distrital;

11.3 - Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação. O outro eleito será reclassificado como 1º (primeiro) suplente, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento.

12- DOS RECURSOS

12.1 - Será admitido recurso quanto:

A) Ao deferimento e indeferimento da inscrição do candidato;

B) Ao resultado das provas (gabarito);

C) A realização da eleição;

D) Ao resultado final.

12.2 - Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no item 12.1 deste Edital, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor;

12.3 - Os recursos deverão ser entregues na sede do CMDCA;

12.4 - O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito;

12.5 - Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado;

12.6 - Os candidatos deverão enviar o recurso em 02 vias (original e 01 cópia). Os recursos deverão ser digitados;

12.7 - O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso;

12.8 - O gabarito divulgado poderá será alterado, em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo;

12.9 - Na ocorrência do disposto nos itens 12.7 e 12.8, poderá haver, eventualmente, alteração de classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova;

12.10 - As decisões dos recursos serão dadas a conhecer aos candidatos por meio de divulgação no mural da Prefeitura Municipal, no CRAS e ficarão disponibilizados durante todo o período da realização do processo de escolha.

13 – DA POSSE

A Posse dos Conselheiros Titulares ocorrerá no dia 10/01/2016, para um mandato de 04 (quatro) anos.

14 – DA PUBLICAÇÃO

Todos os Atos deste processo de Escolha serão amplamente divulgados no mural da Prefeitura, do CRAS e do Conselho Tutelar.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão Especial responsável pelo Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Santo Antonio do Leste – MT, 29 de Maio de 2015.

Maria Silva Tavares

Presidente CDMCA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2015

AVISO DE LICITAÇÃO *PROCESSO Nº 021/2015/CPL/PP*

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, para **a aquisição de Equipamento Analisador Hematológico, em conformidade com as respectivas especificações contidas no edital e Termo de referência anexo I, Destinados A Atender As Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às 08:00 horas do dia 22 de Junho de 2015, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: (licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).

Santo Antonio do Leste – MT, 01 de Junho de 2015.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 002/2015

De 12 de Janeiro de 2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIA Nº. 017/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2015

AVISO DE LICITAÇÃO *PROCESSO Nº 020/2015/CPL/PP*

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, para **a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de: auxiliar de serviços gerais/limpeza e coletor de lixo/gari e prestação de serviços de segurança e vigilância desarmada, em conformidade com as respectivas especificações contidas no edital e Termo de referência anexo I, Destinados A Atender As Necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT e suas Secretarias Municipais.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às

08:00 horas do dia 19 de Junho de 2015

, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 horas as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: (licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).

Santo Antonio do Leste – MT, 01 de Junho de 2015.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 002/2015

De 12 de Janeiro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 036/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL E J M BARBIERO - ME.

Objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E TRANSFUSÃO DE HEMOTERAPICOS.

Vigência do Contrato: 26/05/2015 A 26/05/2016.

Procedimento: PREGÃO Nº 032/2014.

Secretaria: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
REALINHAMENTO DE PREÇO PREGÃO Nº 001/2015.

TERMO DE REALINHAMENTO DE PREÇO

Ata de Registro de Preços nº 01/2015

REAJUSTE DE PREÇO DO LOTE II *DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 01/2015*

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2015

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial C/ SRP nº: 01/2015, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes deste Termo de Realinhamento de Preços da Ata de Registro de Preços n°: 01/2015, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir: FORNECEDOR: MT COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA, inscrita no CNPJ n° 04.275.611/0003-65, estabelecida à Av. Prefeito André Antônio Maggi, n° 1.869, Loteamento Cidezal I, Sapezal/MT, neste ato representada pelo Sr. VANDERLEI MURILO BIANCHI, portador do RG n° 545706 SSP/RO e CPF n° 840.433.181-20, residente em Sapezal/MT.

1 - Considerando a Cláusula Décima Primeira da Ata de Registro de Preço nº 001/2015**,** com validade 12 (doze) meses, Pregão Presencial nº: 001/2015, Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual

AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL COMUM (S500), OLEO DIESEL S-10 E ARLA 32; Artigo 65 da Lei 8666/93, considerando, ainda, a solicitação de reajuste feito pela empresa, tendo em vista o reajuste no custo do combustível de R$ 0,046 (zero virgula zero quarenta e seis centavos), majoração esta comprovada através de notas fiscais apresentadas pela Fornecedora. Considerando ainda que a Gerenciadora através de seus prepostos, ao proceder diligência nos postos de abastecimento localizados no Município pode constatar que o preço ofertado pela empresa Fornecedora se encontra dentro dos valores praticados no mercado, conforme orçamentos em anexo.

Posto isto, verificamos que realmente os preços tiveram elevação no último mês (maio/2015), conforme Notas Fiscais do fornecedor e orçamentos de postos concorrentes em anexo. O presente termo será publicado: na imprensa Oficial do Município.

1.1 - PLANILHA COM VALOR REGISTRADO ANTERIORMENTE:

Item	Qd	Unidade	Descrição	V. Unitário	V. Total
29 a 51	713.500	Litros	OLEO DIESEL COMUM	R$ 3,02	R$ 2.154.770,00

1.2 - PLANILHA COM VALOR ATUALIZADO/REAJUSTADO:

Item	Qd	Unidade	Descrição	V. Unitário	V. Total
29 a 51	713.500	Litros	OLEO DIESEL COMUM	R$ 3,06	R$ 2.183.310,00

1.2 - O Critério utilizado para o reajuste do valor da Ata de Registro de Preço *nº 01/2015* teve por base as Notas Fiscais apresentadas pelo Fornecedor.

1.3 - Ficam inalterados todos os demais itens, dentro das mesmas normas e procedimentos previstos na Ata de Registro de Preço nº: 01/2015.

Sapezal - MT, 26 de maio de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - JURÍDICO
DECRETO N° 057/2015

DECRETO Nº 057/2015

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

DECRETA:

Art.1º. – Ficam nomeados os membros abaixo, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, em conformidade com a Lei Municipal 1. 130/2014.

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Titular – Selvino Luis Marchetti - CPF: 778.606.089-87
Suplente – Erlande Martins Pereira CPF: 460.298.771-00
Titular – Ilda Maria de Campos Alves CPF: 571.700.701.97
Suplente – Alexandre Roman Parada CPF: 973.574.301-97
Titular – Aguinaldo de Souza Ferreira– CPF: 819.640.562-68
Suplente – Fernando José dos Santos CPF: 279.005.868-73
Titular – Marisa Guadanin CPF: 824.087.691-91
Suplente – Nivaldo Marques CPF: 459.728.261-00
Titular - Suzan Carla Peres– CPF: 976.852.401-49
Suplente – Giovano Pereira de Carvalho – CPF: 778.633.561-72
Titular – Geovana Gomes da Silva– CPF: 028.885.371-76
Suplente – Conceição Aparecida Carpiné Favini – CPF: 331.754.469-49
Titular – Eduardo Botelho Neves– CPF: 804.485.181-04
Suplente –– Charles Barbosa de Queiroz– CPF: 017.445.551-84
REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO
Titular – Elaine Maria Schneider - CPF: 616.421.261-87
Suplente – Maria Carolina Ghedin - CPF: 616.483.531-34
REPRESENTANTES ESCOLHIDO ENTRE PROPRIETÁRIOS DE HOTÉIS, POUSADAS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES
Titular – Adriana da Silva Putkammer CPF: 970.711.371-53
Suplente – Luciana Santos Gomes de Oliveira - CPF: 970.735.391-00
REPRESENTANTES INDICADOS PELAS ENTIDADES REPRESENTANTES DO COMERCIO.
Titular – Rosane Aparecida Moretti - CPF: 764.977.049-49
Suplente – Marco Mossini - CPF: 977.043.180-04
Titular – Ricardo Luis Maggi Zanette - CPF: 032.889.759-04
Suplente – Alceu Neves dos Santos - CPF: 406.231.141-00
REPRESENTANTES ESCOLHIDO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
Titular – Paulo Adriano Cervo - CPF: 531.333.341-91
Suplente – Sandra Cristina Nunes Cervo - CPF: 649.649.304-91
REPRESENTANTES ESCOLHIDO ENTRE AS ASSOCIAÇÕES E CLUBES ESPORTIVOS
Titular – Jorge Arturo V. Salgado - CPF: 742.263.981-49
Suplente – Fabio Luis Biondo - CPF: 253.501.598-60
Titular – Antonio Carlos Furlan - CPF: 240.233.379-00
Suplente – Nilmar Gavilan Leal - CPF: 930.013.041-20
REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES INDÍGENAS
Titular – Silmara Correia da Silva Terena - CPF: 058.523.441-84
Suplente – Tarcisio Nambiquara - CPF: 020.749.041-42
Titular – Ronaldo Zokezomaiake - CPF: 883.493.901-82
Suplente – Pedro Paulo Rodrigo Okezokemae - CPF: 034.391.041-17

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, 28 dias do mês de maio de 2015.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

GABINETE
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO Nº. 001/2015 CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

De acordo com o Capitulo IX item 9.5 – do Edital de Abertura do Concurso Público n° 001/2014, os candidatos aos cargos de: PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – 30 horas, TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – 30 horas, nomeados no Edital n° 001/2015, e que solicitaram, mediante requerimento próprio, passar para o final da lista dos aprovados, e concorrer um novo chamamento uma só vez, que poderá ou não se efetivar no período de validade deste Concurso Público, conforme a reclassificação que segue:

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA – 30 Horas		
Clas.	Nome do Candidato	**Reclassificação**
35	JOSE CICERO DOS SANTOS	*82*
37	ANA PAULA DA SILVA	**83**

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ADMINISTRADOR ESCOLAR – 30 Horas		
Clas.	Nome do Candidato	**Reclassificação**
1	BRUNA SAMANDA FERNEDA	03

Sinop-MT, 29 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 325/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Designa o servidor Joel Meyer para a função de Fiscal do Contrato nº. 038/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor o servidor Joel Meyer, matrícula 9129, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº. 038/2015, referente à Dispensa de Licitação nº 007/2015, para a locação de um imóvel comercial em alvenaria situado a Rua dos Manacás nº. 2330 (quadra 27 lotes 08-09-26-27-10 e 25-A), Setor Industrial Sul na cidade de Sinop, destinado a instalação da Sede da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
DESPACHO

Analisando os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 700/2014, destinada à apurar fatos e responsabilidades envolvendo o servidor EUCLIDES SALVIANO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

Em face do apurado pela Comissão de Sindicância e em consonância com o Parecer Jurídico nº 0398/2014 – AJU;

ACOLHO pela abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 29 de maio de 2015.

_____

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
DESPACHO

Analisando os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 741/2014, destinada à apurar fatos e responsabilidades envolvendo a servidora ROSELAINE MARIA SAUER DIDONE, lotado na Secretaria Municipal de Educação;

Em face do apurado pela Comissão de Sindicância e em consonância com o Parecer Jurídico nº 0037/2015 – AJU;

ACOLHO pela abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 29 de maio de 2015.

_____

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 310/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Exonera, por Término de Contrato de Trabalho, os servidores que mencionam.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, por Término de Contrato de Trabalho os servidores que mencionam.

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
11377	ANA MARIA CEBALHO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/05/2015
11373	EDNA DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	14/05/2015
11371	ELINETE CORDEIRO VITOR	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	04/05/2015
11379	ARMEZINA RUFINO CAMARGO	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR - TEMP	31	12/05/2015
11364	CATIA SUELI DOS SANTOS	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	27/05/2015
11366	IVANETE CORCINI ROCHA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	27/05/2015
11363	TATIANE VIEIRA DA SILVA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	27/05/2015
11103	KELLEY REGIANE DE MATOS VILLA	27 - MEDICO CLINICO GERAL 40 HS - TEMPOR.	26	20/05/2015
11381	ANETE MARIA MOTA MARIA	534 - MEDICO CLINICO GERAL 30 HS - TEMPOR.	26	04/05/2015
11382	MADELAINE MARIA BARROS ROCHA	534 - MEDICO CLINICO GERAL 30 HS - TEMPOR.	26	04/05/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO Nº. 001/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso, **CERTIFICA** para os devidos fins, que referente ao Edital de Nomeação nº. 001/2015, do Concurso Publico n°. 001/2014 válido no período compreendido entre **23 de Abril a 23 de maio de 2015**, não compareceram para assumir sua vaga os seguintes candidatos:

CLASS	NOME	CARGO
1	CAROLINE MARI DE OLIVEIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
12	EMILIA MARIA DA SILVA E SOUZA	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
15	GENICE WENTZ	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
21	ALESSANDRA AGENOR DE MOURA	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
32	MARIA PRICILA RAIMUNDO	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
34	ROSETE LOPES FRANCA MACIEL	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
40	JEANE SILVA BEZERRA SMANHOTO	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
54	CAROLINA STEFANELLO PIRES	PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 HS
3	JULIO CEZAR DE SOUZA GOMES	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 h
6	VALDINEI ANDRES	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 h
9	TOVAR HELENO CHIODELLI	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 h
10	JONATAS FERREIRA DE CARVALHO	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 h
11	CLEUTON PEREIRA LIMA	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 h
12	MARCELO ROBERTO DA SILVA DUTRA	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CIDADE 40 h
1	MARCELO BALASTRELLI	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CAMPO 40 h
4	CARLOS ROBERTO DE ANDRADE	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CAMPO 40 h
6	JAIRO LICZKOWSKI	MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR CAMPO 40 h
12	MARIA JOSE PERREIRA DE ALMEIDA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR 40 h
6	JOCIMARA DE PAULA ANDRADE	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA 40 h
1	FABIO KAWATI	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA - 30H

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Sinop-MT, 29 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 327/2015

DATA: 29 de maio de 2015

SÚMULA: Nomeia a Comissão Eleitoral Organizadora do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar do município de Sinop, Estado de Mato Grosso.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 1.296/2010 e alterada pela Lei Municipal nº. 1.751/2012;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Comissão Eleitoral Organizadora do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar do município de Sinop, Estado de Mato Grosso, conforme segue:

I. Representantes Governamentais

a) Vanis Salete Serafini

b) Ana Paula Martini

c) Neli Bergamaschi Perin

II. Representantes Sociedade Civil Organizada

a) Marilda Aparecida Santos Assenção

b) Claudia Queiroz

c) Neuzete Costa de Almeida Lima

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 304/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Determina abertura de Processo Administração destinada a apurar os fatos e responsabilidade envolvendo o servidor ERIK FABIAM.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º Determina a abertura de Processo Administrativo disciplinar pela Comissão Processante instituída pela Portaria nº. 644/2014, para apurar os fatos e responsabilidades envolvendo o servidor ERIK FABIAM.

Art. 2º Dar a Comissão prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo dos fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223 da Lei n° 254/93.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 307/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Torna pública a Entrada em Exercício, no quadro TEMPORARIO, dos servidores que mencionam.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro Temporário, dos servidores que mencionam:

MATR.	NOME	CARGO	CE	ADMISSÃO
11756	ADRIANE DALLA VECCHIA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	25/05/2015
11753	ANA MARIA CEBALHO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/05/2015
11754	ANNES MARIA RODRIGUES DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	20/05/2015
11750	DEBORA RIBEIRO COELHO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/05/2015
11755	LEIDE APARECIDA DOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/05/2015
11748	MARIA CONCEICAO THEODORO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	22/05/2015
11758	MATEUS RIBEIRO DE SOUZA	971 - AUXILIAR DE NUTRICAO - TEMP	29	18/05/2015
11749	NILZA NEIRE DA SILVA SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/05/2015
11752	SELMA PEREIRA CARVALHO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	19/05/2015
11751	SONIA REGINA RODRIGUES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	20/05/2015
11757	TANIA BATISTA DE MENDONCA DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/05/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA N° 330/2015.

DATA: 01 de junho **de 2015.**

SUMULA: Modifica a Portaria nº 071/2014, de 07 de fevereiro de 2014, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Modificar a Portaria nº 071/2014, de 07 de fevereiro de 2014, que designou os Gestores de Dotações Orçamentárias de cada Secretaria Municipal e do Gabinete.

Art. 2º. O inciso III do art. 1º da Portaria nº 071/2014 passa a vigorar conforme segue:

"III – Angela Maria S. Marquetti – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;"

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO-GROSSO.

Em, 01 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
DESPACHO

Analisando os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 626/2014, destinada à apurar fatos ocorridos no Departamento de Transporte Escolar, da Secretaria Municipal de Educação;

Em face do apurado pela Comissão de Sindicância e em consonância com o Parecer Jurídico nº 0393/2014 – AJU;

ACOLHO pela abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 29 de maio de 2015.

_____

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 309/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Exonera, a pedido do quadro efetivo, os servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro efetivo os servidores que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
6044	ANNES MARIA RODRIGUES DA SILVA	942 - TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40 HS	30-02	20/05/2015
7181	ANTONIO CESAR GOMES SILVA	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRACAO ESCOLAR	30-02	12/05/2015
4044	CLEONICE MARIA CLEMENTINO SILVA	238 - ZELADOR	5	12/05/2015
5569	DENISE DA SILVA E SOUZA	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	12/05/2015
11650	JEFFERSON RODRIGUES DE LIMA	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	18/05/2015
6387	JOANA RODRIGUES MOREIRA LEITE	377 - PROF. LIC. EM LETRAS 40 HS	29	12/05/2015
8706	ROGER MARCOS RODRIGUES COSTA	527 - TECNICO DE MANUTENCAO EM INFORMATICA	19	04/05/2015
5065	SIDNEI GONCALVES DOS SANTOS	679 - EDUCADOR SOCIAL 40 HS	67	15/05/2015
11722	THAINARA ALVES DE OLIVEIRA	1016 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRACAO ESCOLAR	30-02	26/05/2015
4751	YARA BEATRIZ SCHWEINBERGER FROHLICH	227 - TECNICO DE ENFERMAGEM	16	13/05/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA N.º 283/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) *ZONILDE OLIVA DEPINTOR***."**

A Diretor (a) Executivo (a) do PREVISINOP - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de SINOP, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). **ZONILDE OLIVA DEPINTOR**, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 20HS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 26/05/2015 e término em 24/06/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º **2015.05.13541R2**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

SINOP - MT, 27/05/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE
DESPACHO

Analisando os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 702/2014, destinada à apurar fatos e responsabilidades envolvendo o servidor JAIME ANHON, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

Em face do apurado pela Comissão de Sindicância e em consonância com o Parecer Jurídico nº 0409/2014 – AJU;

ACOLHO pela abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 29 de maio de 2015.

_____

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 321/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora VILMA TERESA KLAUCH.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora VILMA TERESA KLAUCH, ocupante do cargo de Auxiliar Manutenção de Infraestrutura, Referência CE-31, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 323/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora MARIA ALVES FERREIRA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora MARIA ALVES FERREIRA, ocupante do cargo de Cozinheira, Referência CE-05, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 123/2015

DATA: 28 de maio de 2015.

SÚMULA: Declara ponto facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal o dia **05/06/2015**, **sexta-feira**, exceto para os serviços considerados essenciais e imprescindíveis à comunidade.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os feriados civis do Decreto Municipal nº 005/2015, de 06 de janeiro de 2015, em especial o dia 04 de junho (quinta-feira), **Corpus Christi** – feriado nacional;

D E C R E T A:

Art. 1º. Ponto facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal no dia 05/06/2015, sexta-feira.

Art. 2°. O disposto no presente Decreto não se aplica aos serviços considerados imprescindíveis à comunidade como coleta de lixo, saúde e os trabalhos desenvolvidos pela Guarda Municipal de Trânsito e no Aeroporto Municipal Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Art. 3º. Caberá a Secretaria Municipal de Saúde a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos à sua respectiva área de competência.

Art. 4º. A pasta da Educação seguirá o calendário letivo elaborado pelas instituições municipais de ensino e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 317/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, ocupante do cargo Prof. Lic. em Pedagogia 40 h, Referência CE-29, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 316/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora IVONE MICHELAN FARIA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora IVONE MICHELAN FARIA, ocupante do cargo Prof. Lic. em Pedagogia 40 h, Referência CE-29, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 305/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Determina abertura de Processo Administração destinada a apurar os fatos e irregularidades ocorridos na EMEB Valter Kunze.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º Determina a abertura de Processo Administrativo disciplinar pela Comissão Processante instituída pela Portaria nº. 644/2014, para apurar os fatos e irregularidades ocorridos na EMEB Valter Kunze.

Art. 2º Dar a Comissão prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo dos fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223 da Lei n° 254/93.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 318/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora SEBASTIANA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora SEBASTIANA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde, Referência CE-69, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 313/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Exonera, do quadro temporário, o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, do quadro temporário, o servidor que menciona.

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
11578	CESAR MENDES	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	22/05/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 302/2015

DATA: 27 de maio de 2015

SÚMULA: Nomeia a Comissão Mista de acompanhamento do processo de inscrição dos servidores interessados no Programa Habitacional dos Servidores Público Municipal – Condomínio Portal do Servidor.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no §3º do art. 5º da Lei nº 2119/2015, de 12 de maio de 2015, que conferiu nova redação à Lei nº 1888/2013, de 22 de outubro de 2013;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Comissão Mista de Acompanhamento do processo de inscrição dos servidores interessados no Programa Habitacional dos Servidores Públicos Municipais, conforme segue:

I – Roberto Trevisan de Oliveira – Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos;

II – Carlão Coca – Cola – Vereador, representante do Poder Legislativo;

III – Ulisses Alves Barbosa – representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 27 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 328/2015

DATA: 01 de junho de 2015

SÚMULA: Determina abertura de Processo Administração destinada a apurar os fatos e responsabilidade envolvendo a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO O. SCHRODES.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º Determina a abertura de Processo Administrativo disciplinar pela Comissão Processante instituída pela Portaria nº. 644/2014, para apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO O. SCHRODES.

Art. 2º Dar a Comissão prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo dos fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223 da Lei n° 254/93.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 312/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Exonera, a pedido do quadro Comissionado, os servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro Comissionado os servidores que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CC	EXONERAÇÃO
10893	ALCEU JOSE DE CHAVES	923 - SUPERV. DE DEPTO DE SAUDE BUCAL	8-A	04/05/2015
10892	DUTRA CANDIDO	773 - ASS. DIV. DE CRIDAC	04	04/05/2015
11077	TAIGUER NICOLE RIBEIRO PEXE	838 - COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON	08	29/05/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 306/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Determina abertura de Processo Administração destinada a apurar os fatos e irregularidades ocorridos na Creche União.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º Determina a abertura de Processo Administrativo disciplinar pela Comissão Processante instituída pela Portaria nº. 644/2014, para apurar os fatos e irregularidades ocorridos na Creche União.

Art. 2º Dar a Comissão prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo dos fatos apurados, conforme o que dispõe o art. 223 da Lei n° 254/93.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 329/2015

DATA: 01 de junho de 2015

SÚMULA: Exonera, do quadro comissionado, o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, do quadro comissionado, o servidor que menciona.

Matrí.	Nome	Cargo	CC	Data
10739	MAURO GLUZEZAK	SUPERV. COMUNICAÇÃO SOCIAL	08-A	22.05.2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 303/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Designa o servidor Alcides Board para a função de Fiscal do Contrato nº. 037/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Alcides Board, matrícula 1479, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº. 037/2015, referente à Ata de Registro de Preço nº 023/2015 e Pregão Presencial nº 011/2015 – SRP 014/2015, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de borracharia para atender a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 322/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora IRES TEREZINHA ZABOT.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora IRES TEREZINHA ZABOT, ocupante do cargo de Auxiliar Manutenção de Infraestrutura, Referência CE-31, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 324/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, o servidor VALENTIN ANTONIO SEREGHETTI.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade o servidor VALENTIN ANTONIO SEREGHETTI, ocupante do cargo de Operador de Trator Esteira, Referência CE-14, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 311/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Exonera, a pedido, do quadro temporário, os servidores que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, do quadro Temporário, os servidores que menciona:

MAT	NOME	CARGO	CE	EXONERAÇÃO
11541	DAPHINE DOROSO BUOSI	1032 - MULTI MEIOS DIDATICOS- TEMP	30-02	26/05/2015
11456	ADRIANA ARZA MALALA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11585	ANTONIA FERNANDES DE ALMEIDA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	18/05/2015
11474	CELOIDE HOFFMANN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11527	CRISTINA MOMOLI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11432	EDNA QUEIROZ RAMOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11586	ELEN POLIANA DA SILVA GRACIANO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11426	ELIDA GOMES DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11444	ELIZAMARA FEDERLE	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11518	ERIKA CAROLINA MATIAS LUCATELLI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11457	FABIO LEANDRO MACHADO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11440	JESSICA SIMPLICIO DE SOUSA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11531	JORGE JOSE KLAUCH	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11538	JULIANA ANDREIA PICOLI	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11468	KEILA CARNEIRO DA SILVA OLIVEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	13/05/2015
11430	KELY ELOIR DE CAMPOS SANTOS	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11638	LARISSA RAIANY LIRA DOS SANTOS NOGUEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11547	LETICIA CAROLINE LOPES SIQUEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11532	LUCIANA APARECIDA ANDRADE FENILI GAZDA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11466	LUCIANI MARIA NERI DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11534	LUIZ DA SILVA SOARES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11471	MARIA HELENA KANASHIRO OGAWA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11418	MARIANE ASSMANN	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11501	MICHELI RAQUEL MARSCHALL	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11473	POLIANA ACS TEODORO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11640	POLIANA TRINDADE BLAUTH	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11462	PRISCILA MARENGO SEGRILLO	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11453	REJANE TEIXEIRA DA SILVA BARBOSA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11477	ROSANGELA GOMES MOREIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11583	ROSEANI DO CARMO WERNER	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	25/05/2015
11436	ROSILENE DA SILVA FERNANDES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11587	ROSIMEIRE DA SILVA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11554	SIRLEI SPIES	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11451	SUELI FRANCISCO DE OLIVEIRA	970 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS-INT	29	12/05/2015
11595	RENATA ALVES DO VALE DA SILVEIRA	971 - AUXILIAR DE NUTRICAO - TEMP	31	12/05/2015
11617	LINDALVA PEREIRA DA SILVA	972 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTR	14	12/05/2015
11423	EDNILSON JOSE DA SILVA FERNANDES	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	12/05/2015
11483	HORACIO GREGORIO DA SILVA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	12/05/2015
11472	JUVENAL ANTONIO DE SOUZA	974 - MOTORISTA IV - TEMP	14	12/05/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº. 122/2015

DATA: 27 de maio de 2015 SÚMULA: Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop – AGER Sinop e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições contidas no art. 8º, Capítulo V – Do Conselho Consultivo, da Lei nº 2036/2014, de 16 de setembro de 2014;

D E C R E T A:

Art. 1°. O Conselho Consultivo da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop – AGER Sinop fica composto pelos seguintes membros, conforme segue:

I – Juventino Silva – Diretor Presidente da AGER Sinop;

II- Teodoro Moreira Lopes – representante do Poder Executivo;

III – Cláudio Martins Guilherme – representante das entidades reguladas;

IV- Francisco Antônio Brito – representante da União das Associações de Bairros de Sinop – USAMB;

V – Francisco Specian Júnior – representante do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Compete ao Conselho Consultivo da AGER Sinop:

I - conhecer das resoluções internas da AGER Sinop e das relativas à prestação dos serviços públicos delegados;

II - aconselhar quanto às atividades de regulação desenvolvidas pela AGER Sinop;

III - apreciar os relatórios anuais da Diretoria Executiva;

IV - conhecer dos valores de tarifas e preços públicos relativos aos serviços públicos delegados;

V - examinar críticas, denúncias e sugestões feitas pelos usuários e, com base nestas informações, fazer proposições à Diretoria Executiva;

VI - requerer informações relativas às decisões da Diretoria Executiva;

VII - produzir, anualmente ou quando oportuno, as apreciações e críticas sobre a atuação da AGER Sinop, encaminhando-as à Diretoria Executiva e ao Prefeito Municipal;

VIII - tornar acessível ao público em geral seus atos e manifestações;

IX - elaborar seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo exercerá suas competências em caráter consultivo, de forma a auxiliar a Diretoria Executiva quando se fizer necessário.

Art. 3º. O mandato dos Conselheiros será de 03 (três) anos, não sendo remunerados pelo exercício desta função.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 27 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 124/2015

DATA: 29 de maio de 2015.

SÚMULA: Revoga o Decreto nº 269/2010, de 30 de novembro de 2010.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Laudo emitido pelo Engenheiro Civil Ronaldo José da Silva – CREA 9868 – VD/MT, acerca da conclusão das obras de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais do Loteamento Jardim Safira;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 269/2010, de 30 de novembro de 2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 308/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Torna pública a Entrada em Exercício, no quadro Efetivo, do servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro Efetivo, do servidor que menciona:

MATR.	NOME	CARGO	CE	ADMISSÃO
11694	ADRIANA ARZA MALALA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11725	ADRIANA DA SILVA LEITE	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	08/05/2015
11656	ANA LUCIA FERREIRA BOEING	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	11/05/2015
11693	ANGELA MARIA RODRIGUES FLORIANO	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	12/05/2015
11654	ANTONIA FERNANDES DE ALMEIDA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	19/05/2015
11705	ANTONIO CESAR GOMES SILVA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11697	ANTONIO RAIMUNDO DE OLIVEIRA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11719	BIANCA MARRONE DA SILVA ALVES	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	07/05/2015
11688	CAROLINE DE CASTRO PALMA	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	12/05/2015
11665	CELOIDE HOFFMANN	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11737	CLAUDIO SOARES JARDIM	964 - MOTORISTA IV	14	05/05/2015
11659	CRISTIANE KAMINSKI	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	12/05/2015
11679	CRISTINA MOMOLI	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11736	DELIO NILTON TONIN	964 - MOTORISTA IV	14	05/05/2015
11675	DENISE DA SILVA E SOUZA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11735	EDILSON CARNEIRO GARCIA	964 - MOTORISTA IV	14	07/05/2015

11717	EDNA APARECIDA DA SILVA FERNANDES	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	07/05/2015
11681	EDNA QUEIROZ RAMOS	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11733	EDNILSON JOSE DA SILVA FERNANDES	964 - MOTORISTA IV	14	13/05/2015
11661	ELEN POLIANA DA SILVA GRACIANO	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11663	ELIDA GOMES DA SILVA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11672	ELIZAMARA FEDERLE	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11709	ELSON GLUCKSBERG	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11652	ERIKA CAROLINA MATIAS LUCATELLI	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11669	FABIO LEANDRO MACHADO	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11726	FATIMA APARECIDA DIAS	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	07/05/2015
11716	HELEN FERNANDA DA SILVA MACHADO	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	08/05/2015
11738	HORACIO GREGORIO DA SILVA	964 - MOTORISTA IV	14	13/05/2015
11711	HOSANA NEVES SOUZA	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	19/05/2015
11727	IVAN DE SOUZA DIAS	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	14/05/2015
11671	IVETE TERESINHA PAPPEN GONCALVES	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	05/05/2015
11734	IVO JOSE DE SOUZA	964 - MOTORISTA IV	14	07/05/2015
11651	JAMES ANDRADE PINHEIRO	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	12/05/2015
11728	JEFERSON FERAREZE	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	12/05/2015
11650	JEFFERSON RODRIGUES DE LIMA	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	12/05/2015
11666	JESSICA SIMPLICIO DE SOUSA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11731	JOAO PEDRO DA SILVA	964 - MOTORISTA IV	14	22/05/2015
11744	JODERSON VITOR BERTOLINO DOS SANTOS	1016 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	25/05/2015
11706	JOELMA DOS SANTOS DIAS	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	19/05/2015
11707	JORGE JOSE KLAUCH	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11743	JOSIEL DOS SANTOS	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	26/05/2015
11687	JULIANA ANDREIA PICOLI	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11724	JULIANE APARECIDA ALVES PINTO	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	06/05/2015
11739	JUVENAL ANTONIO DE SOUZA	964 - MOTORISTA IV	14	13/05/2015
11704	KATIA DOS SANTOS SANTANA ZANATO	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11696	KEILA CARNEIRO DA SILVA OLIVEIRA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	14/05/2015
11689	KEILA DIAS DA COSTA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	06/05/2015
11686	KEINE MARTINS DE SOUZA	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	11/05/2015
11708	KELY ELOIR DE CAMPOS SANTOS	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11683	LARISSA RAIANY LIRA DOS SANTOS NOGUEIRA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11718	LARRUBIA DA FONSECA	1031 - AUX DE COORD PEDAGOGICA 30 HS	30-01	20/05/2015
11648	LECILA GHIRALDI ROSA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11701	LEILA CAMPOS DE PAIVA	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	07/05/2015
11677	LETICIA CAROLINE LOPES SIQUEIRA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11723	LINDALVA PEREIRA DA SILVA	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	13/05/2015
11678	LUCIANA APARECIDA ANDRADE FENILI GAZDA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11699	LUCIANI MARIA NERI DA SILVA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11698	LUCILENE DOS SANTOS	1016 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	18/05/2015
11685	LUIZ DA SILVA SOARES	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11653	MAGALI REGINA TREVISOL ANTONIOLLI	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11673	MAIBY GISELE WAGNER	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11732	MAIQUIS NOBRE DE MACEDO	964 - MOTORISTA IV	14	06/05/2015
11729	MARCIANO DE OLIVEIRA	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	07/05/2015
11740	MARCIO ANTUNES BARBOSA	964 - MOTORISTA IV	14	08/05/2015
11695	MARIA HELENA KANASHIRO OGAWA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11715	MARIA MAGALHAES DE VARGAS	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	13/05/2015
11664	MARIANE ASSMANN	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11660	MARLISE RIEGER	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	07/05/2015
11700	MICHELI MARCANSONI	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11658	MICHELI RAQUEL MARSCHALL	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11684	MIKAELY DE ARAUJO LIMA	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	15/05/2015
11703	MIRIAM ALVES MARTINS	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	04/05/2015
11714	NADINE LIMA DA SILVA	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	12/05/2015
11670	PAULO HENRIQUE PICCOLI	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	08/05/2015
11668	POLIANA ACS TEODORO	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11690	POLIANA TRINDADE BLAUTH	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11676	PRISCILA MARENGO SEGRILLO	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11741	RAFAELA DEPINE GROTTO	1031 - AUX DE COORD PEDAGOGICA 30 HS	30-01	06/05/2015
11674	REJANE TEIXEIRA DA SILVA BARBOSA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11720	RENATA ALVES DO VALE DA SILVEIRA	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	13/05/2015
11745	RHAMOM GUTHERRES SILVA DE JESUS	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	26/05/2015
11667	ROSANGELA GOMES MOREIRA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11692	ROSEANI DO CARMO WERNER	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	26/05/2015
11742	ROSIELI DE LIMA PALHÃO GRITTI	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	25/05/2015
11680	ROSILENE DA SILVA FERNANDES	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11721	SAMILA APARECIDA DA SILVA	1031 - AUX DE COORD PEDAGOGICA 30 HS	30-01	07/05/2015
11662	SIRLEI SPIES	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11657	SOELI BATISTA DA SILVA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	06/05/2015
11655	SOLANGE GARCIA DA VEIGA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	05/05/2015
11713	SOLANGE POSSAN TEIXEIRA	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	07/05/2015
11691	SUELI FRANCISCO DE OLIVEIRA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	13/05/2015
11722	THAINARA ALVES DE OLIVEIRA	1031 - AUX DE COORD PEDAGOGICA 30 HS	30-01	12/05/2015
11712	TOMAZIA MARIA DOS SANTOS MOREIRA	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	07/05/2015

11682	VANDA LUCIA WELTER STRAPASSON	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	07/05/2015
11702	WAGNER LUIZ DE SOUZA BURIOLLA FILHO	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30-02	06/05/2015
11730	WAGNER WELLINGTON SCHVEITZER	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRA-ESTR	31	22/05/2015
11710	ZEONIR DA SILVA DIAS PETRY	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	07/05/2015

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as atribuições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 315/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Torna sem efeito a Portaria nº. 227/2015 de 30 de abril de 2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria nº. 227/2015 de 30 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
DESPACHO

Analisando os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 705/2014, destinada à apurar fatos ocorridos no Departamento de Patrimônio, da Secretaria Municipal de Administração;

Em face do apurado pela Comissão de Sindicância e em consonância com o Parecer Jurídico nº 0038/2015 – AJU;

ACOLHO pela abertura de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 29 de maio de 2015.

_____

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 319/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora TEREZINHA ALVES NOGUEIRA.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora TEREZINHA ALVES NOGUEIRA, ocupante do cargo Prof. Lic. em Pedagogia 30 h, Referência CE-29, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento aos termos da Lei 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, torna público o resultado da Tomada de Preço nº 002/2015, referente à Contratação para Execução de Obra de Cabeamento Estruturado e Adequação da Sede da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso no Município de Sinop/MT, atendendo solicitação da Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos. Empresa vencedora: BS LINK INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF 07.535.908/0001-49. Homologada em 1º de junho de 2015. Sinop, 1º de junho de 2015.

Adriano dos Santos

Presidente da C.P.L.

Portaria nº 001/2015

GABINETE
PORTARIA Nº 326/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Altera o inciso I do Art. 1°, da Portaria n° 300/2015, de 26 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o inciso I do Art. 1°, da Portaria n° 300/2015, de 26 de maio de 2015, conforme segue:

"Art. 1º. (...)

I – Ronan Leandro Borba – mat. nº 7902: Gabinete e Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos;"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº. 314/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Destituir o servidor que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Destitui o servidor que menciona, a partir de 04 de maio de 2015:

MATRICULA	NOME	CARGO	CC
710	VALENTIN ANTONIO SEREGHETTI	CH. DEPTO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	07

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 28 de maio de 2015

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº. 2126/2015

DATA: *01 de junho de 2015.*

SÚMULA: Dispõe sobre a extinção da Autarquia de Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop – SAAES, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta Lei extingue a autarquia do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop – SAAES, criada pela Lei nº 892/2005, de 16 de dezembro de 2005, e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Ficam instituídas as vagas e transferidos os cargos integrantes do Quadro de Provimento Efetivo da Autarquia Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop – SAAES, especificados no Anexo I para o Quadro de Pessoal da Prefeitura de Sinop com as respectivas referências salariais.

Art. 3º. A transferência de que trata esta Lei não soma ao limite prudencial, vez que não há criação de cargos ou vagas, mas tão somente a transferência de um órgão para outro.

Art. 4º. A transferência de cargos e vagas disposta no art. 2º não caracteriza rescisão, exoneração, nova admissão, interrupção ou suspensão do vínculo do exercício do órgão público.

Art. 5º. Aos servidores efetivos transferidos pela presente Lei é assegurado tratamento uniforme no que se refere à concessão de índices de reajustes, de outros tratamentos remuneratórios ou no que concerne ao desenvolvimento de carreiras, aplicação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, bem como, a revisão geral de vencimentos básicos e a reposição da remuneração em decorrência de alteração do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo único. A transferência abrange também os servidores efetivos que estiverem em usufruto de licença para tratar de assuntos particulares prevista na Lei 254/93, de 29 de março de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 6º. Ficam criados no Lotacionograma do Quadro de Provimento Efetivo da Lei nº 568/99 e suas alterações posteriores, os cargos e as vagas de Encanador, Vigia, Zelador, Auxiliar de Saneamento, Técnico de Saneamento, Auxiliar de Serviços Gerais e Gari, relacionadas nos Anexos II e VI da presente Lei, para recepcionar os cargos transferidos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop/MT – SAAES.

§1º. Os cargos ocupados de que trata o **caput** serão extintos quando ocorrerem a sua vacância, assegurando aos seus ocupantes todos os direitos e vantagens estabelecidos, inclusive sua promoção, conforme Anexo III.

§2º. As vagas de provimento efetivo não ocupadas, relacionadas no Anexo IV, ficam extintas a partir da edição da presente Lei.

Art. 7º. Ficam extintos os cargos comissionados constantes no Anexo V desta Lei.

Art. 8º. Transferem-se para a Prefeitura Municipal de Sinop as competências, o acervo e a gestão orçamentária e financeira dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da autarquia em extinção conforme o disposto no artigo 1º.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento será a responsável pelo disposto no

caput

.

Art. 9º. Os bens móveis e imóveis serão incorporados ao patrimônio da Prefeitura Municipal, excetuando-se os bens móveis, utensílios e equipamentos constantes no Anexo VII que serão incorporados ao patrimônio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Sinop – AGER Sinop, autarquia criada pela Lei Municipal nº 2036/2014, de 16 de setembro de 2014.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 10. Os direitos e obrigações decorrentes de Lei, Ato Administrativo ou Contrato, bem como as demais obrigações pecuniárias, inclusive as Receitas da Autarquia em extinção, passam a ser da Prefeitura Municipal de Sinop.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 11. As receitas auferidas pela extinta autarquia devem ser depositadas em conta do Tesouro Municipal a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 12. As contas bancárias em nome da autarquia em extinção, bem como os respectivos saldos, deverão ser transferidas para a administração da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 13. Os processos em trâmite referentes às Licenças Ambientais em nome da Autarquia serão transferidos para a administração da Prefeitura.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 14. Os processos em trâmite referentes à Servidão Administrativa e Titularidades em nome da Autarquia serão transferidos para a administração da Prefeitura Municipal de Sinop.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 15. Os processos jurídicos em trâmite em nome da Autarquia serão transferidos para a administração da Prefeitura.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 16. Os processos em trâmite referentes aos Convênios em nome da Autarquia serão transferidos para a administração da Prefeitura Municipal de Sinop.

Parágrafo único. A Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos, através do Departamento de Convênios, será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 17. Os processos referentes aos Recursos Humanos, fichas funcionais e todo o acervo relativo aos servidores da Autarquia serão transferidos para a administração da Prefeitura.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, será a responsável pelo disposto no caput.

Art. 18. Os processos referentes aos Projetos de Engenharia da Autarquia serão transferidos para a administração da Prefeitura Municipal de Sinop.

Parágrafo único. O Núcleo de Projetos de Desenvolvimento Urbano - PRODERUBS será o responsável pelo disposto no caput.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP.

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 01 de junho de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS TRANSFERIDOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT		
CARGO	REFERÊNCIA SALARIAL	VAGAS
Encanador	CE-16	12
Vigia	CE-05	03
Auxiliar de Laboratório	CE-10	01
Auxiliar Administrativo	CE-07	03
Zeladora	CE-05	01
Auxiliar de Saneamento	CE-06	01
Técnico de Saneamento	CE-13	01
Operador de Retro-escavadeira	CE-57	02
Operador Braçal	CE-06	02
Engenheira Química	CE-25	01
Desenhista Projetista	CE-16	01
Auxiliar de Serviços Gerais	CE-06	01
Motorista II	CE-10	01
Motorista III	CE-16	01
Engenheiro Sanitarista	CE-25	01
Gari	CE-05	01
Contador	CE-25	01
Tefonista	CE-06	01

ANEXO II

CARGOS E VAGAS DE PROVIMENTO EFETIVO CRIADOS EM VIRTUDE DA TRANSFERÊNCIA DO SAAES

LOTACIONOGRAMA GERAL

I – Quadro Efetivo:

CARGO	REFERÊNCIA SALARIAL	VAGAS
Encanador	CE-16	12
Vigia	CE-05	03
Zelador	CE-05	01
Auxiliar de Saneamento	CE-06	01
Técnico em Saneamento	CE-13	01
Auxiliar de Serviços Gerais	CE-06	01
Gari	CE-05	01

ANEXO III

CARGOS COLOCADOS EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM

LOTACIONOGRAMA GERAL

I – QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	REFERÊNCIA SALARIAL	VALOR
Encanador	CE-16	R$ 1.880,72
Vigia	CE-05	R$ 934,05
Zelador	CE-05	R$ 934,05
Auxiliar de Saneamento	CE-06	R$ 977,21
Técnico em Saneamento	CE-13	R$1.502,06
Auxiliar de Serviços Gerais	CE-06	R$ 977,21
Gari	CE-05	R$ 934,05

ANEXO IV

VAGAS EFETIVAS EXTINTAS DO SAAES – NÃO OCUPADAS

Cargo	Nº de Vagas Extintas
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	01
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	01
ENCANADOR	04
OPERADOR DE RETRO-ESCAVADEIRA	02
OPERARIO BRAÇAL	08
ZELADOR	01
TOTAL DE VAGAS	19

ANEXO V

CARGOS COMISSIONADOS EXTINTOS

Cargo	Referência	Vagas
Diretor de Administração e Finanças do SAAES	CC 09	01
Diretor de Operações do SAAES	CC 09	01
Diretor de Comercialização do SAAES	CC 09	01
Assessor Jurídico do SAAES 40hs	CC 09	02
Coordenador de Depto. Assist. Social e Portal da Transparência	CC 08	01
Coordenador de Depto. de Licitação	CC 08	01
Coordenador de Depto. de Recursos Humanos	CC 08	01
Coordenador de Depto. de Compras	CC 08	01
Coordenador de Depto. Estoque e Almoxarifado	CC 08	01
Coordenador de Depto. de Rede de Água	CC 08	01
Coordenador de Depto. de Rede de Esgoto	CC 08	01
Assessor de Comunicação do SAAES	CC 07	01
Chefe de Depto. de Expedientes e Atos	CC 07	01
Diretor Presidente do SAAES	CC 11	01
Assistente de Divisão	CC 03 A	01
Chefe de Depto. Eng. e Projetos do SAAES	CC 07	01
Chefe de Depto. de Eletromecânica	CC 07	01
Chefe de Depto. de Operação de Água	CC 07	01
Assistente de Depto. de Licitação	CC 05	02
Assistente Div. de Fiscalização de Obras	CC 03	01
Assistente de Depto. de Contábil	CC 05	01
Assistente de Depto. de Op. de Rede de Água	CC 05	01
Assistente de Depto. de Manut. Rede de Água	CC 05	01
Assistente de Div. de Administração	CC 03	01
Assistente de Div. de Almoxarifado	CC 03	01

ANEXO VI

DA CARACTERIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS

DE PROVIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS

CARGO: ENCANADOR

REFERÊNCIA SALARIAL: CE-16

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética: Montar, instalar e conservar sistemas de tubulações de material metálico ou não metálico, roscando, soldando ou furando, utilizando-se de instrumentos apropriados, para possibilitar a condução de ar, água, vapor e outros fluídos, bem como a implantação de redes de água e esgoto.

b) Descrição Analítica:

• Estudar o trabalho a ser executado analisando desenhos, esquemas, especificações e outras informações, para programar o roteiro de operações;

• Marcar os pontos de colocação das tubulações, uniões e furos nas paredes, muros e escavações do solo, utilizando-se de instrumentos de traçagem ou marcação para orientar a instalação do sistema projeto;

• Executar a instalação de rede primária e secundária de água e esgoto em obras públicas de construção civil, abrindo valetas no solo ou rasgos em paredes, para introduzir tubos ou partes anexas, de acordo com as determinações dos croquis, esquemas ou projetos;

• Executar os serviços de consertos e manutenção de equipamentos hidráulicos, efetuando a substituição ou reparação de peças, para mantê-los em bom funcionamento;

• Testar as redes hidro-sanitárias instaladas ou os equipamentos reparados, utilizando ferramentas específicas, para garantir sua funcionalidade;

• Elaborar o orçamento de material hidráulico, baseando-se nos projetos e obras, para aquisição do que é necessário.

• Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Jornada: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito ao trabalho externo.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: 1º Grau Incompleto.

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas, especialmente prática comprovada como encanador.

CARGO: VIGIA

REFERÊNCIA SALARIAL: CE-05

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética:

Exercer vigilância em logradouros e próprios municipais.

b) Descrição analítica:

Exercer vigilância em locais previamente determinados;

Realizar ronda de inspeção em intervalos fixados, adotando providências tendentes a evitar roubos, incêndios, danificações nos edifícios, praças, jardins, materiais sob sua guarda, etc.;

Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando, quando necessário, as autorizações de ingresso;

Verificar se as portas, janelas e demais vias de acesso estão devidamente fechadas, investigando quaisquer condições anormais que tenha observado;

Responder às chamadas telefônicas e anotar recados;

Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada;

Acompanhar funcionários, quando necessário no exercício de suas funções;

Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Jornada: 40 horas semanais

b) Especial: Sujeito ao trabalho em regime de plantões, uso de uniforme e atendimento ao público.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Alfabetizado.

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CARGO: ZELADOR

REFERÊNCIA SALARIAL: CE-05

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética:

Executar serviços internos e externos de manutenção e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, etc.

b) Descrição analítica:

Executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios;

Zelar pela manutenção de jardins de inverno e de exteriores;

Zelar pela higiene dos sanitários; caixa de água, mobiliário, instalações diversas, cortinados;

Eventualmente preparar, servir refeições, lanches, cafés, água, chá;

Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Jornada: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito a trabalho externo, atendimento ao público e uso de uniforme.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Alfabetizado.

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

REFERÊNCIA SALARIAL: CE-06

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética:

Realizar trabalhos braçais que exijam alguma especialização.

b) Descrição analítica:

Conduzir equipamentos técnicos ao local de trabalho;

Executar tarefas auxiliares, tais como: fabricação e colocação de cabos em ferramentas, montagem e desmontagem de motores, máquinas e caldeiras, equipamentos em geral;

Confecção e conserto de capas e estofamentos, operar máquinas de pequeno porte, serras, cortador de grama, máquinas de fabricar telas de arame e similares;

Acender forjas;

Auxiliar serviços de jardinagem;

Cuidar de árvores frutíferas;

Limpar estátuas e monumentos;

Vulcanizar e recauchutar pneus e câmaras;

Auxiliar na preparação do asfalto;

Manejar instrumentos agrícolas;

Executar serviços de lavoura (plantio), colheita, preparo do solo, adubações, pulverização, etc.;

Zelar pelo funcionamento e limpeza dos equipamentos utilizados ou em uso;

Executar trabalhos auxiliares em qualquer Secretaria do Poder Público Municipal;

Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Jornada: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito a trabalhos externos

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: 1º Grau Incompleto.

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CARGO: GARI

REFERÊNCIA SALARIAL: CE-05

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética:

Executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de vias, logradouros e próprios municipais.

b) Descrição Analítica:

Executar serviços internos e externos de limpeza e conservação;

Fazer coleta de lixo, efetuar serviços de capina em geral;

Varrer, escovar, lavar, remover lixos e detritos de vias, logradouros públicos e próprios municipais;

Zelar pela conservação e limpeza dos sanitários, cuidar de currais, terrenos baldios e praças;

Proceder a lavagem de máquinas e veículos de qualquer natureza, bem como a limpeza de peças e oficinas.

Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Jornada: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito a uso de uniforme e equipamentos de proteção individual.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: Alfabetizado.

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CARGO: TÉCNICO DE SANEAMENTO

REFERÊNCIA SALARIAL: CE-13

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética:

• Fiscalizar e inspecionar estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais e públicos, para advertir, multar, apreender produtos, quando necessários, visando preservar a saúde da comunidade.

b) Descrição Analítica:

• Inspecionar estabelecimentos comerciais, industriais, feiras, mercados etc., verificando as condições sanitárias, para garantir a qualidade do produto;

• Colher amostras de alimentos e embalagens, interditando-os e encaminhando-os para análise sanitária no Instituto Adolfo Lutz - IAL;

• Lavrar auto de infração, expedir intimação e aplicar penalidade de advertência, quando necessário, visando preservar a saúde da comunidade;

• Encaminhar as amostras de fontes naturais como poços, minas, cactólicos, bicas etc.,

para análise dos pedidos relacionados com serviços individuais de abastecimento de água;

• Receber solicitação de alvará e caderneta de controle sanitário para os estabelecimentos comerciais e/ou industriais, fazendo os registros e protocolos para expedição do respectivo documento;

• Vistoriar a zona rural no que diz respeito ao saneamento, orientando sobre a adução de água potável, destino de dejetos e uso adequados de agrotóxicos, para manter a saúde da população;

• Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Jornada: 40 horas semanais.

b) Especial: Sujeito a trabalho externo e plantões; responsabilidade e supervisão sobre equipes de trabalho; participar de cursos de treinamento e reciclagem.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: 2º Grau.

b) Habilitação: Conhecimentos necessários ao bom desenvolvimento de suas tarefas, bem como treinamento específico na função.

c) Carteira profissional do CRQ

CARGO: AUXILIAR DE SANEAMENTO

REFERÊNCIA SALARIAL: CE-06

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética:

Auxiliar na fiscalização e inspeção de estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais e públicos, para advertir, multar, apreender produtos, quando necessários, visando preservar a saúde da comunidade.

b) Descrição Analítica:

Auxiliar na inspeção de estabelecimentos comerciais, industriais, feiras, mercados etc., verificando as condições sanitárias, para garantir a qualidade do produto;

Auxiliar na coleta de amostras de alimentos e embalagens, interditando-os e encaminhando-os para análise sanitária no Instituto Adolfo Lutz - IAL;

Auxiliar no encaminhamento das amostras de fontes naturais como poços, minas, cactólicos, bicas etc., para análise dos pedidos relacionados com serviços individuais de abastecimento de água;

Auxiliar na vistoria da zona rural no que diz respeito ao saneamento, orientando sobre a adução de água potável, destino de dejetos e uso adequados de agrotóxicos, para manter a saúde da população;

Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Jornada: 40 horas semanais.

b) Especial: Atendimento ao público; uso de uniforme; sujeito ao trabalho externo; necessidade de cursos de treinamento e reciclagem.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Instrução: 1º Grau.

b) Habilitação: Conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas; Noções de informática.

ANEXO VII

BENS MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS TRANSFERIDOS PARA AGER SINOP	
Número Patrimônio	Descrição
259	Lixeiro Eucatex
262	Armário Torre c/ Luminária em MDF
263	Armário Torre c/ porta de alumínio em MDF
264	Balcão Baixo MDF 0,90 X 0,45 X 0,74
269	Gaveteiro MDF c/ 02 Gavetas 01 Pasta Suspensa
270	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito

272	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
273	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
274	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
275	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
276	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
277	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
278	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
296	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
519	Cadeira Business Press. Sport Light SML Couro Preto
732	TV 42P Led Full HD Modo Hotel LG
782	Cortina Duble Vision Basic Cor Preta Dupla Face
783	Cortina Duble Vision Basic Cor Preta Dupla Face
784	Cortina Duble Vision Basic Cor Preta Dupla Face
785	Cortina Duble Vision Basic Cor Preta Dupla Face
786	Cortina Duble Vision Basic Cor Preta Dupla Face
787	Cortina Duble Vision Basic Cor Preta Dupla Face
790	Mesa Light n/n 1,60 x 0,60 x 0,72
791	Mesa Console Vidro 2,1 x 1,80 x 0,80 x 0,75
792	Mesa Reunião Oval 2,50 x 1,05 x 0,75
793	Armário Baixo 0,90 x 0,43 x 0,74
227	Aparelho de Not Book Marca SONY
445	Aparelho Tel. s/fio LUMI INTELBRAS NS 8C0801240778
482	Evaporadora LG 18.000 BTUS (Parte do ar condicionado)
483	Condensadora LG 18.000 BTUS
768	HD STANDALONE DVR 16 Canais s/HD - INTELBRAS
85	Ar Condicionado ELETROLUX 10000 BTUS
86	Aparelho Telefônico
112	Persiana Vertical
132	Cadeira Fixa
148	Cadeira Presidente
150	Mesa L
187	Balcão Porta Baixo
307	Lixeiro Plástico Para Escritório
358	Suporte Para CPU c/ Rodízio cinza/preto
373	Armário MDF 3,50 x 2,5
518	Suporte CPU Light c/ Rodízio - Ovo/PT
520	Armário Light p/ alta Cinza/preto 1,60 x 0,90 x 0,38
662	Mesa Reunião redonda 1,20 x 1,20 nog/nog Painel 25mm
663	Cadeira Evidence Secr. Gir. s/braço marrom
664	Cadeira Evidence Secr. Gir. s/braço marrom
665	Cadeira Evidence Secr. Gir. s/braço marrom
666	Cadeira Evidence Secr. Gir. s/braço marrom
764	Armário 02 portas 170 x 75 x 32 CH 26 - LUNASA
184	Condicionador de ar SPRINGER SPLIT 11500
474	Projetor Mult Power Lite
476	Tela de Projeção Tripé 2,0 x 2,0
477	Nobreak STAY BIVOLT
480	Computador CORE 2 DUO 2,806 HZ HD 250 GIGA SATA, 2 GIGA MEM CD/DVD RW, Monitor 19 pol.
510	Servidor HP QUAD CORE 2.0 GHZ 4GB MEM. 02HDS 146GB 15000 RPM
516	Aparelho Wireless Trendnet 300 MB
562	Monitor 18,5 polegadas LED
571	Computador Dual Core 2GB MEM 500GB HD (com MEM 2GB DDR Extra)
728	Nobreak 600 VA
805	Scanner FUJITSU IX500
806	Telefone s/fio KXTG402LBT c/Id.+Secretária Eletrônica 1. 9GH
107	Persianas Verticais
108	Persianas Verticais
152	Cadeiras 03 Lugares
308	Lixeiro Plástico para Escritório
318	Mesa para Escritório s/ Gaveta cinza
325	Gaveteiro fixo c/ 02 Gavetas cinza/preto em pós-fórmica
333	Teclado Retrátil cinza p/ mesa de escritório em pós-fórmica
339	Armário p/ escritório porta baixa cinza/preto 0,80 x 0,33 x 1,57 pós-fórmica
346	Mesa para escritório cinza/preto
351	Suporte para CPU c/ rodízio cinza/preto
368	Longarina c/ assento encosto 03 lugares cinza/preto
369	Mesa para máquina de escrever
453	Tela Figurativa Paisagem (quadro)
462	Revisteiro
753	Bebedouro Coluna ICY 127 v - MASTERFRIO
754	Cadeira Giratória Secret. Injetada - WANDAFLEX
175	Condicionador de ar SPLIT CARRIER 12000
423	Central Telefônica
506	Kit Gabinete composto pelos componentes Processador INTEL DUAL CORE, Placa Mãe, Memória 2G, Disco Rígido, CD/RW, DVD/RW, Teclado, Mouse, Caixa de Som
563	Monitor 18,5 LED
629	Computador CORE I3 4 GB de Memo. HD DE 500, GB Monitor 18,5 KIT TEC
717	Ultrabook HP 14 Core I3 500HD 4G Memória
769	Câmera Infra 20M DOME 600L - CITROX
804	Câmera Infra 20M 600L - CITROX
774	Câmera Infra 30M 600L - CITROX
775	Câmera Infra 30M 600L - CITROX
776	Câmera Infra 30M 600L - CITROX
114	Persiana Vertical
675	Estante de Aço 1,80x0, 92x0, 30 Bege
676	Estante de Aço 1,80x0, 92x0, 30 Bege
677	Estante de Aço 1,80x0, 92x0, 30 Bege
139	Arquivo 04 gavetas
636	Armário alto Light BP - 15 0,90 x 0,40 X 1,58 CZ/PT
99	Aparelho Telefônico Premium
136	Mesa L
147	Balcão Porta Baixo
240	Mesa Soft 1.00
288	Cadeira Secretária Fixa Pé Palito
315	Mesa para Escritório s/ gaveta cinza 1,26 x 0,70 x 0,75 pós-fórmica
323	GAVETEIRO FIXO C/ 02 GAV CINZA/PRETO EM PÓS FORMICA
330	Conexão Redonda p/ mesa de Escritório cinza/preto 0,70 x 0,70 em pós- fórmica
332	Teclado Retrátil cinza para mesa de escritório em pós-fórmica
354	Suporte para CPU c/ rodízio cinza/preto
357	Suporte para CPU c/ rodízio cinza/preto
359	Suporte para CPU c/ rodízio cinza/preto
529	Cadeira Executiva c/ regulagem a gás cinza/mescla
610	Armário 500 p. alta MMW-513 CZ/PT
611	Armário 500 p. alta MMW-513 CZ/PT
639	Cadeira Executiva – com ass./enc. CZ PT e base secr. gira c/ regulagem a gás
645	Cadeira Executiva - preto
704	Armário Light p. alta CZ/CZ 1,60 x 0,90 x 0,40
742	Mesa Light 150 x 60 x 75 c//gav. e sup. teclado - WANDAFLEX
197	Calculadora EL 1801
216	Nobreak 600 WA
508	Impressora Multifuncional Laser SCX-4521 FL SAMSUNG
532	Aparelho Telefônico Premium
561	Monitor 18,5 pol. LED
566	Monitor 18,5 pol. LED
606	Câmera de Vídeo HANDYCAM HDR CX 150 HD 16 GB
630	Computador Core I3 04 GB de Memo. HD de 500 GB, leitor de cd kit tec.
631	Nobreak 600 VA mono
632	Nobreak 600 VA mono
634	Nobreak 600 VA mono
695	Computador Core I5 04 GB de memória, HD de 500 GB, leitor de cd, kit tec.
711	Computador INTEL CORE I5 3,00 GHZ 500 HD 4G memória (s/m)
712	Computador INTEL CORE I5 3,00 GHZ 500 HD 4G memória (s/m)
716	Computador INTEL CORE I5 3,00 GHZ 500 HD 4G memória (s/m)
717	Ultrabook HP 14 CORE I3 500 HD 4G memória
723	Nobreak 600 VA
727	Nobreak 600 VA
796	Condicionador de ar 220 v 12.000 BTUS - LG
105	Persianas Verticais
237	Mesa Soft 1.2
239	Gaveteiro Fixo c/ 02 gavetas
241	Mesa Soft 0,80
242	Conexão Redonda
246	Cofre
283	Cadeira Secretária Fixa pé palito
293	Cadeira Secretária Fixa pé palito
340	Armário p/ escritório porta baixa cinza/preto 0,80 x 0,33 x 1,57 pós-fórmica
349	Suporte p/ CPU c/ rodízio cinza/preto
365	Balcão baixo cinza/preto
550	Armário alto Light BP - 15 cinza/preto
789	Cadeira Executiva base giratória Back Sistem Couris
192	Impressora Bema Tech MP 20 MI

193	Impressor de Cheque DP 20
230	Condicionador de ar Springer 10000
251	Aparelho Pleno INTELBRAS
473	Fragmentadora Small
543	Computador Core I3 4GB Memória 500GB HD
544	Monitor 18,5 Polegadas Led
726	Nobreak 600 VA
372	Armário MDF 3,00 x 2,50
763	Armário 02 portas 170 x 75 x 32 CH 26 - LUNASA
127	Mesa L c/ 01 gaveteiro fixo e 01 Teclado Retrátil
271	Cadeira Secretária fixa pé palito
731	TV 42p Led Full HD modo hotel LG
343	Mesa p/ escritório cinza/preto 0,80 x 0,60 x 0,75 em pós-fórmica
394	Cadeira secretária giratória
465	Arquivo de aço W 3 4 gaveta
515	Balcão Ligth baixo cz/pt 0,88 x 0,90 x 0,385
612	Armário 500 p. alta MMW-513 cz/pt
694	Cadeira Executiva Giratória cinza/mescla
17	Condicionador de ar ELETROLUX 7500 BTUS
65	Arquivo Quatro Gavetas
509	Impressora Multifuncional Laser SCX-4521 FL SAMSUNG
574	Impressora Multifuncional Laser Collor
590	Condensador e Evaporador KOS 07FC 2HX - Komeco Princess
653	Monitor LED 18,5 AOC E950SW Widescreen (preto)
655	Nobreak Ragtech 600 V A Monovolt preto
658	CPU Dual Core 4 G, HD500 - Fonte ATX
598	Mesa Soft 1,00 x 0,60 c/ gav. fixo Light 02 gavetas cinza/preto
600	Cadeira Secretária fixa pé palito cinza/mescla
249	Aparelho Pleno Intelbrás
455	Processador Celeron c/ placa mãe/ memória/teclado/mouse/ gabinete ATX
458	Monitor LCD 15"
591	Condensador e Evaporador KOS 07FC 2HX - Komeco Princess
592	Motor DZ Condominium Bivolt Industrial 1000 KG 1HP

GABINETE
PORTARIA Nº. 320/2015

DATA: 28 de maio de 2015

SÚMULA: Transfere para a inatividade, a servidora MARIA DA LUZ DOMINGUES TODESCATTO.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Transferir para a inatividade a servidora MARIA DA LUZ DOMINGUES TODESCATTO, ocupante do cargo Auxiliar de Nutrição, Referência CE-31, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de maio de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 449, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Concede Licença Prêmio aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio aos servidores efetivos que menciona com espeque no art. 122 da Lei Complementar nº 140/2011:

MATRICULA	NOME	QUINQUÊNIO	PERIODO	
202	Elizabet Muller Marcondes	01.11.07 a 01. 11.12	04.05.15 a 01. 08.15	03 meses
567	Antonia Minetto Machado	19.09.09 a 19. 09.14	04.05.15 a 01. 08.15	03 meses
2160	Eliane Vicentina do Rosário	05.03.07 a 05. 03.12	03.05.15 a 01. 07.15	02 meses
614	Izabela Rogoski	17.11.04 a 17. 11.14	04.05.15 a 02. 07.15	02 meses
3099	Maria Aparecida A. Gimenes	18.01.10 a 18. 01.15	11.05.15 a 08. 08.15	03 meses
502	Marly Azevedo Poli	16.02.08 a 16. 02.13	04.05.15 a 01. 08.15	03 meses

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2015.

Dilceu Rossato

Prefeito Municipal de Sorriso

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 051, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

Dilceu Rossatto, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Fica aberto Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 41,I da lei 4.320/64 no valor de R$ 1.150,00, para atender a seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0023.2001.33.90.36.00.00.00 – Outros serviços de terceiros - pessoa física R$ 1.150,00

Art. 2º Para atender ao credito adicional suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação do orçamento vigente, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, à seguinte rubrica:

01.001.031.0023.1002.44.90.52.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente – R$ 1.150,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 27 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 05/2015

DATA: 29 DE MAIO DE 2015

APROVA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA À PARTICIPAÇÃO DE CONSELHEIRO DE DIRIETOS NA OFICINA DE COMO CAPTAR E COMO GERIR RECURSOS DO FIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, de Sorriso - MT, em reunião ordinária realizada em 12 de maio de 2015, conforme Ata n° 09/2015 - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Complementar n° 025, de 18 outubro de 2005, e

CONSIDERANDO:

A Lei Complementar n° 025, de 18 outubro de 2005, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, o Conselho Tutelar e dá outras providências;

O Plano de Ação e de Aplicação ano 2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

O Ofício Circular Nº 004/2015/Escola de Conselhos/MT, datado de 27 de abril de 2015, o qual solicita a participação de Conselheiros de Direitos na oficina de como captar e como gerir os recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, a ser realizado no dia 03 de junho de 2015 das 08:00 as 17:00 horas, pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, localizado na Rua 5 Q 132 - Centro Político Administrativo, Cuiabá - MT.

Resolve:

Art. 1° Aprovar após ouvir a PLENÁRIA com concordância expressa de todos os Conselheiros Municipais conforme ata circunstanciada do dia 12 de maio de 2015, a utilização de recursos financeiros, no valor total de R$ 400,00 (quatrocentos reais), do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, será para a oficina de como captar e como gerir os recursos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, a ser realizado no dia 03 de junho de 2015 das 08:00 as 17:00 horas, pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, localizado na Rua 5 Q 132 - Centro Político Administrativo, Cuiabá - MT, sujeito às legislações administrativas pertinentes.

Art. 2° O valor aprovado a ser repassado pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, à participação de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é de R$ 400,00 (quatrocentos reais), em que o Poder Executivo:

I - ficará responsável em tomar conhecimento e dar cumprimento às obrigações definidas em convênios ou contratos firmados pela Prefeitura e que digam respeito à Política de Atendimento à criança e ao adolescente mantendo controle dos contratos e convênios firmados com instituições governamentais e não governamentais;

II - emitirá e assinará notas de empenho, cheques e ordens de pagamento das despesas do FIA;

III - manterá os controles necessários à execução das receitas e despesas do FIA.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMDCA, Estado de Mato Grosso, aos 29 de maio de 2015.

MARISTELA ZANATA

Presidente do CMDCA

LB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 448, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Exonera o servidor comissionado que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar o servidor comissionado que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
5629	Gilmar Luiz Zanatta	Chefe de Seção	30.05.2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 01/2015

DATA: 29 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, INSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ORGANIZADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Sorriso - COMDIS, no uso das atribuições legais e regimental, e

CONSIDERANDO:

I - A convocação da 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, por meio da Resolução nº 22, de 17 de abril de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema "**Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as Idades**", que objetiva enfatizar a necessidade de colocar a temática da pessoa idosa no cenário político, a qual será realizada em dezembro de 2015, no Distrito Federal - Brasília;

II - A realização da 4ª Conferência Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, no período de 25 a 27 de agosto de 2015, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso;

III - O Estatuto do Idoso, Lei Federal n° 10.741, de 1º de outubro de 2003; e

IV - A Lei Estadual nº 131, de 17 de julho de 2003.

Resolve:

Art. 1º Convocar para a 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema "**PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO DA PESSOA IDOSA – POR UM BRASIL DE TODAS AS IDADES"**.

Art. 2º Estabelecer o período de 26 de junho de 2015 para a realização da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 3º

Instituir a Comissão Organizadora, sob a coordenação do Presidente e do Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Sorriso - COMDIS, com composição paritária entre representantes do governo municipal e da sociedade civil organizada (entidades não governamentais), composta pelos seguintes representantes:

I – JULIANO PIRES - Presidente do COMDIS.

II – ALAN AZEVEDO FERNANDES - Vice Presidente do COMDIS.

III – FERNANDA RODRIGUES SILVA MARINHO - Membro.

IV – MARCILENE LOPES DE OLIVEIRA - Membro.

V – CIRCE IONE PIANESSO DA SILVA - Membro.

VI – FRANCISCARLOS ALCÂNTARA - Membro.

VII – LUIZ BUSATA - Membro.

VIII – CECÍLIA BREZOLIN CRESTANI - Membro.

Art. 4º A Comissão Organizadora poderá convidar profissionais do setor público e privado, que desenvolvem atividades relacionadas ao tema objeto da 3ª Conferência Municipal, quando entender relevante para a consecução das suas finalidades.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS, proporcionará o apoio administrativo, financeiro e logístico, através de sua dotação orçamentária, necessário ao funcionamento da Comissão Organizadora da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 6º Compete à Comissão Organizadora:

I - definir o Plano de Ação e metodologia de trabalho.

II - elaborar documento contendo as diretrizes para a realização da Conferência.

III - elaborar a proposta metodológica e a programação da Conferência.

IV - propor metodologia de sistematização das propostas provenientes da Conferência.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Sorriso - COMDIS garantirá a participação da sociedade sorrisense na 3ª Conferência Municipal, representada pelas entidades governamentais e entidades não governamentais, bem como, terão o direito de participar, na condição de delegados da 4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, em Cuiabá/MT.

Parágrafo único. Poderão participar representantes Entidades, Unidades, Secretarias, Órgãos, Movimentos, Associações, Conselhos, OAB, Polícia Militar, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Profissionais do Setor Público e Privado, entre outros.

Art. 8º Garantir-se-á também a participação de idosos do município na 3ª Conferência Municipal, bem como, terão o direito de participar, na condição de delegados da 4ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, em Cuiabá/MT.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do COMDIS,

Sorriso - MT, aos 21 de maio de 2015.

JULIANO PIRES

Presidente do COMDIS

LB

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 071/2015

DATA: 1º DE JUNHO DE 2015

EXONERA O SENHOR MARCIO FERNANDO RUGINSKI DO CARGO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Senhor **MARCIO FERNANDO RUGINSKI**, portador do RG nº 1306169-0 SSP/MT, CPF nº 005.609.021-82, do Cargo de Secretário Executivo, do Quadro dos Cargos de Livre Nomeação e Exoneração da Câmara Municipal de Sorriso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO, Estado de Mato Grosso, em 1º de junho de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 443, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Nomeia a **Srª. Débora dos Santos Silva** secretária da Escola Municipal Jardim Amazônia e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Lei Complementar nº 139/2011, e demais funções próprias do exercício da Secretaria Escolar, definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012,

Considerando o Ofício nº 668/2015 – SEMEC;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Srª. Débora dos Santos Silva Secretária da Escola Municipal Jardim Amazônia;

Art. 2º

A Secretaria é a repartição onde se executa os serviços burocráticos do estabelecimento.

Art. 3º Tem como objetivo do Secretário:

I – Das pastas ativas dos alunos e das passivas dos ex-alunos;

II – Dos livros de atas e pontos;

III – Das pastas contendo a documentação dos professores;

Art. 4º São atribuições do Secretário:

I – Cumprir e fazer cumprir as determinações de seus superiores;

II – Distribuir as tarefas decorrentes de encargos da secretaria aos seus auxiliares;

III – Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, resoluções e demais documentos;

IV – Redigir correspondências que lhe forem confiadas: ofícios, circulares, etc;

V – Apresentar à Direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

VI – Efetuar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas referentes a matricula, transferência e conclusão de curso;

VII – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretaria;

VIII – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos.

IX – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

X – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretária;

XI – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos;

XII – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 447, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Revoga Portarias e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar as Portarias:

Nº DA PORTARIA	DATA
052	2012
189	20.02.2015
197	20.02.2015
337	13.04.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 051, DE 27 DE MAIO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

Dilceu Rossatto, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Fica aberto Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 41,I da lei 4.320/64 no valor de R$ 1.150,00, para atender a seguinte dotação orçamentária:

01.001.01.031.0023.2001.33.90.36.00.00.00 – Outros serviços de terceiros - pessoa física R$ 1.150,00

Art. 2º Para atender ao credito adicional suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação do orçamento vigente, nos termos do art. 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, à seguinte rubrica:

01.001.031.0023.1002.44.90.52.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente – R$ 1.150,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 27 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 446, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Nomeia a **Srª Roseni de Fátima Calota** secretária da Escola Municipal Leôncio Pinheiro da Silva e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Lei Complementar nº 139/2011, e demais funções próprias do exercício da Secretaria Escolar, definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012,

Considerando o Ofício nº 668/2015 – SEMEC;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Srª Roseni de Fátima Calota secretária da Escola Municipal Leôncio Pinheiro da Silva;

Art. 2º A Secretaria é a repartição onde se executa os serviços burocráticos do estabelecimento.

Art. 3º Tem como objetivo do Secretário:

I – Das pastas ativas dos alunos e das passivas dos ex-alunos;

II – Dos livros de atas e pontos;

III – Das pastas contendo a documentação dos professores;

Art. 4º São atribuições do Secretário:

I – Cumprir e fazer cumprir as determinações de seus superiores;

II – Distribuir as tarefas decorrentes de encargos da secretaria aos seus auxiliares;

III – Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, resoluções e demais documentos;

IV – Redigir correspondências que lhe forem confiadas: ofícios, circulares, etc;

V – Apresentar à Direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

VI – Efetuar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas referentes a matricula, transferência e conclusão de curso;

VII – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretaria;

VIII – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos.

IX – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

X – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretária;

XI – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos;

XII – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos ao dia 05 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 445, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Nomeia o **Sr. Ubirajara dos Santos Silva** secretário do Centro de Educação Infantil Jardim Amazônia e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Lei Complementar nº 139/2011, e demais funções próprias do exercício da Secretaria Escolar, definidas pela Secretaria Municipal

de Educação e Cultura, bem como no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012,

Considerando o Ofício nº 668/2015 – SEMEC;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Sr. Ubirajara dos Santos Silva secretário do Centro de Educação Infantil Jardim Amazônia;

Art. 2º

A Secretaria é a repartição onde se executa os serviços burocráticos do estabelecimento.

Art. 3º Tem como objetivo do Secretário:

I – Das pastas ativas dos alunos e das passivas dos ex-alunos;

II – Dos livros de atas e pontos;

III – Das pastas contendo a documentação dos professores;

Art. 4º São atribuições do Secretário:

I – Cumprir e fazer cumprir as determinações de seus superiores;

II – Distribuir as tarefas decorrentes de encargos da secretaria aos seus auxiliares;

III – Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, resoluções e demais documentos;

IV – Redigir correspondências que lhe forem confiadas: ofícios, circulares, etc;

V – Apresentar à Direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

VI – Efetuar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas referentes a matricula, transferência e conclusão de curso;

VII – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretaria;

VIII – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos.

IX – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

X – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretária;

XI – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos;

XII – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SORRISO

O **MUNICÍPIO DE SORRISO** convida a população em geral, para a 1ª. Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico, que se realizará no dia **17 de junho 2015**, quarta-feira, *das 19:00 às 21:00 horas*, no Plenário da Câmara Municipal de Sorriso, localizado na Av. Porto Alegre, 2615 - Centro, nesta cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso. Na oportunidade será apresentado o Relatório com o **DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**, quando haverá a apresentação da situação destes serviços públicos no Município. O MUNICÍPIO DE SORRISO, divulga, ainda, que, na data de publicação deste aviso, para atendimento das exigências legais, encontram-se disponibilizados no endereço eletrônico www.sorriso.mt.gov.br os documentos pertinentes a elaboração do PLANO DE SANEAMENTO.

Prefeitura Municipal de Sorriso, 01 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 056, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia ordenador de despesas, e dá outras providências

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o disposto no Parágrafo único, do Art. 46, da Lei Orgânica de Sorriso que faculta ao Prefeito Municipal delegar através de Decreto, a seus auxiliares, funções administrativas que não sejam de sua competência privativa;

Considerando o inciso IV, do Art. 48, da Lei Orgânica de Sorriso que atribui aos Secretários Municipais praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência nos termos do Parágrafo único, do Art. 46, da Lei Orgânica de Sorriso a Sra. **DANIELA MOSCON ZAMIGNAN PELIZON** brasileira, casada, matrícula 5640, portador do RG nº. 1100650-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 824.667.771-34, residente na Rua dos Desbravadores, 3515, Bairro Centro, Sorriso – MT, SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA, para atuar como Ordenadora Financeira de Despesas em substituição ao Prefeito Municipal, na sua ausência, no âmbito da Prefeitura Municipal de Sorriso-MT.

Art. 2º Fica, ainda, estabelecido que, no exercício da competência ora delegada, deverão ser observadas, rigorosamente, as normas de administração orçamentária, financeira, contabilidade e controle interno, bem como toda a legislação pertinente a matéria e procedimentos internas da Prefeitura.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de maio de 2015.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 444, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Nomeia a **Srª. Elissandra Alves Azevedo** secretária da Escola Municipal Papa João Paulo II e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Lei Complementar nº 139/2011, e demais funções próprias do exercício da Secretaria Escolar, definidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como no Art. 5º da Lei Complementar nº 162/2012,

Considerando o Ofício nº 668/2015 – SEMEC;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Srª. Elissandra Alves Azevedo Secretária da Escola Municipal João Paulo II;

Art. 2º

A Secretaria é a repartição onde se executa os serviços burocráticos do estabelecimento.

Art. 3º Tem como objetivo do Secretário:

I – Das pastas ativas dos alunos e das passivas dos ex-alunos;

II – Dos livros de atas e pontos;

III – Das pastas contendo a documentação dos professores;

Art. 4º São atribuições do Secretário:

I – Cumprir e fazer cumprir as determinações de seus superiores;

II – Distribuir as tarefas decorrentes de encargos da secretaria aos seus auxiliares;

III – Organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, resoluções e demais documentos;

IV – Redigir correspondências que lhe forem confiadas: ofícios, circulares, etc;

V – Apresentar à Direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

VI – Efetuar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas referentes a matricula, transferência e conclusão de curso;

VII – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretaria;

VIII – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos.

IX – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

X – Utilizar adequadamente e conservar os bens materiais designados à secretária;

XI – Organizar a escrituração Escolar do estabelecimento, bem como a organização dos arquivos, de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos;

XII – Tratar com educação e respeito, pais, alunos, professores e demais segmentos da Escola;

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 441, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Nomeia fiscal de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora Cassiane Pellizzaro como fiscal do contrato nº 055/2015, do Processo Licitatório do Pregão Presencial nº 039/2015 (Ata de Registro de Preços nº 079/2015) cujo objeto é aquisição de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, com a finalidade de tapar buracos nas ruas e avenidas do município de Sorriso-MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 22 de maio de 2015.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 442, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Nomeia fiscal de contrato e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o servidor Fábio César Beltrame como fiscal do contrato do Pregão Presencial nº 062/2015 com a finalidade de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de placar eletrônico para os Ginásios Esportivos Domingão, Flor do Cerrado e Fermino Maleski do município de Sorriso-MT, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVITE PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE SORRISO

O **MUNICÍPIO DE SORRISO** convida a população em geral, para a 1ª. Audiência Pública do Plano Municipal de Saneamento Básico, que se realizará no dia **17 de junho 2015**, quarta-feira, *das 19:00 às 21:00 horas*, no Plenário da Câmara Municipal de Sorriso, localizado na Av. Porto Alegre, 2615 - Centro, nesta cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso. Na oportunidade será apresentado o Relatório com o **DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO**, quando haverá a apresentação da situação destes serviços públicos no Município. O MUNICÍPIO DE SORRISO, divulga, ainda, que, na data de publicação deste aviso, para atendimento das exigências legais, encontram-se disponibilizados no endereço eletrônico www.sorriso.mt.gov.br os documentos pertinentes a elaboração do PLANO DE SANEAMENTO.

Prefeitura Municipal de Sorriso, 01 de junho de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 440, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Exonera o servidor comissionado que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar o servidor comissionado que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
4505	Roberto Kulka	Chefe de Seção	28.05.2015

Art. 2º

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 28 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 450, DE 29 DE MAIO DE 2015.

Concede licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe a Lei Complementar nº 140/2011 de 26 de agosto de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder licença prêmio em pecúnia aos servidores que menciona:

MAT.	NOME	QUINQUÊNIO
558	Adilson Francisco de Mello	17.09.09 a 17.09.14
2379	Claudia Augusta Jahn	12.08.08 a 12.08.13
1623	Eliane Camara Lopes Maria	01.03.06 a 01.03.11
1610	Elke Natalia Amorin S. Lauxen	01.03.06 a 01.03.11
207	Eraldo Antonio Sfredo	19.10.09 a 19.10.14
1641	Inez Rosa Herramann	01.03.06 a 01.0311
605	Inezita Turra Santi	02.02.09 a 02.02.14
43	João Pedro Monteiro da Silva	22.02.09 a 22.02.14
70	Joni Roberto Bischoff	03.11.09 a 03.11.14
88	José dos Santos Monteiro	02.05.02 a 02.05.07
47	José Francisco de Souza	01.09.09 a 01.09.14
1332	José Raimundo Correia Filho	17.12.08 a 17.12.13
1747	Juliana Alves dos Reis	11.04.06 a 11.04.11
235	Juliano Pires	11.02.04 a 11.02.09
124	Lenira Arsego	01.02.06 a 01.02.11
481	Maria da Conceição B. De Lima	01.07.09 a 01.07.14
488	Marilda Esteves Borges Moraes	26.05.09 a 26.05.14
1557	Marli Apolinario Picolli	01.03.06 a 01.03.11
1654	Noadir Josefina Tedesco Funez	01.03.06 a 01.03.11
162	Odair Antonio Tasso	04.02.09 a 04.02.14
13	Rogerio Aparecido da Silva	02.02.09 a 02.02.14
108	Solenir Callegaro Gobbi	02.02.04 a 02.02.09
540	Silvana Perin Faccio	02.02.09 a 02.02.14
3095	Sonia Ap. De Souza Dupin	10.01.10 a 10.01.15
3	Ginaldo Oliveira Magalhães	16.11.09 a 16.11.14
469	Leonice Aparecida M. Freitas	20.02.04 a 20.02.09
36	Evangelista Alves da Costa	02.02.04 a 02.02.09

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de maio de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/ 2015

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA RECUPERAÇÃO DE RECEITAS PROVENIENTE DOS FUNDOS FESP, FETHAB E FUNGEFAZ E DIFERENÇAS DO REPASSE CONSTITUCIONAL DO ICMS PARA O MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA**, **NA FORMA DE CONTRATO DE RISCO.** Aberto em 29 de Maio de 2015, às 9h00h, tendo como vencedora a empresa: **A. N. DE SIQUEIRA & SIQUEIRA LTDA /CNPJ Nº 04.332.831/0001-11, com valor estimado de** *R$ 675.000,00(seiscentos e cinquenta mil reais),* **com percentual de 18%(dezoito por cento) para recuperação das diferenças do repasse constitucional. São Félix do Araguaia - MT, 29 de Maio de 2015. Magda A. Alves Silva-Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 34/2015 - DE 01 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO , no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

Considerando a resolução de nº. 01/2015 do Conselho Municipal de Educação de são José do Povo.

Decreta:

Art. 1° - Instituir a 1° conferencia Municipal de Educação, com instalação pública solene no dia 03 de junho de 2015.

Art. 2° - O tema central da 1° conferencia Municipal de Educação é o plano municipal de educação (2015-2025).

Art. 3° - Delegar ao Secretário Municipal de educação no uso de suas atribuições para:

Parágrafo 1° - Estabelecer a estrutura organizacional da conferencia.

Parágrafo 2° - Indicar pessoal técnico e administrativo para coordenar e executar trabalhos que dizem respeito ao êxito da conferencia.

Parágrafo 3° - Firmar instrumentos de parceria com entidades públicas e privadas no sentido de apoiar e patrocinar a realização da conferencia.

Art. 4° - Os recursos necessários para a realização a conferência correção por conta da secretaria Municipal de educação.

Art. 5° - este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 01 de Junho de 2015;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 027/2015 – COMPRA DIRETA

Contratado (a): A. C. ARAÚJO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS E PUBLICAÇÃO LTDA – EPP.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Prazo do Contrato de nº 027/2014 no que concerne a Cláusula Sétima, alterando sua vigência por mais 90 (noventa) dias, que passa a ter o termo final em 24 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PORTARIA N° 087/2015, DE 5 DE MAIO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO NA ÁREA DE ARQUITETURA E ENGENHARIA.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhorita ISABELA ROSA APONE, Engenheira Civil, CREA-MT/029610, para o exercício da função de Fiscal dos Serviços de **elaboração de Projeto de Arquitetura e Engenharia para regularização do PAM (Pronto Atendimento Municipal e PSFs (Posto de Saúde Familiar),** em São José do Rio Claro-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro/MT, 5 de maio de 2015.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE CONVENIO Nº. 04/2015

CONVENIO QUE SE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT E CASA DE APOIO A FAMILIA – C.A.A.F.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO -** Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro, São José do Rio Claro – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 15.024.037/0001-27, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. NATANAEL CASAVECHIA, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG sob o nº 0583523-2 SSP/MT e do CPF nº 419.757.581-53, residente e domiciliado na Rua Santo Amaro n° 124, são José do Rio Claro – MT, simplesmente denominado **CONVENENTE** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO CASA APOIO A FAMÍLIA**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n. 0 05.249.554/0001-40, com sede à Rua São Cristovão, n.0 558, Bairro Dom Aquino, cidade de Cuiabá/MT- CEP: 78.015-150, neste ato representada pela sua Presidente Sra. ANA MARIA LEANDRO DA SILVA, brasileira, divorciada, Agente de Saúde, portadora da Carteira de Identidade RG n. 0 1539011-0- SSP/MT, inscrita no CPF sob n. 0 286.464.522-04, residente e domiciliada em Cuiabá/MT, doravante denominado**CONVENIADA**, resolvem firmar o presente CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que será regido pelas clausulas e condições que se seguem, em conformidade com a Lei 1054/2015:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente TERMO DE PARCERIA tem por objeto o atendimento de pacientes usuários do SUS com Tratamento Fora do Domicilio - TFD, para os serviços de hospedagem, alimentação e transporte, consoante dispositivos da Lei Municipal n.º1054/2015, que: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE PARCERIA COM A CASA DE APOIO A FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS";

CLÁUSULA SEGUNDA

– DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

2.1 DA CONVENENTE

2.1.1. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da CONVENIADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei 8.666/93;

2.1.2 A CONVENENTE por meio de seus prepostos deverá acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo impugnar os serviços que estejam mal executados, os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da CONVENIADA;

2.1.3 Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº. 8.666/93;

2.1.4 Efetuar os pagamentos devidos à CONVENIADA pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente convênio;

2.1.5 Denunciar as infrações cometidas pela CONVENIADA e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2.1.6 Rescindir unilateralmente o convênio nos casos previstos na Lei 8.666/93, com aviso prévio de 30 dias;

2.1.7 Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela CONVENIADA e que haja conveniência para a CONVENENTE.

2.2 DA CONVENIADA

2.2.1 A CONVENIADA assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados no caso de descumprimento do pagamento das parcelas deste contrato, quando a inadimplência ultrapassar a 60 (sessenta) dias.

2.2.2 Executar todos os serviços objetos deste contrato de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2.2.3 Executar todos os serviços objeto deste contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela CONVENENTE, sob as penas da Lei nº. 8.666/93.

2.2.4 Responsabilizar-se pela correção imediata dos problemas por ventura ocorridos por falhas humanas;

2.2.5 Atender a todas as exigências deste contrato e executar todos os serviços contratados assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE REAJUSTE

3.1. O valor do serviço conveniado é o de R$ 50,00 (cinquenta reais) o dia por pessoa, sendo que o custo dos serviços de hospedagem, alimentação e transporte será no valor estimado de R$ 2.500,00(doismil e quinhentos reais) mensais, observando que todos os encargos, custos, despesas e incidências, diretas e indiretas que recaiam sobre a hospedagem estão in-

clusos neste preço, cujo pagamento será efetuado Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal, de acordo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. As despesas com o presente TERMO DE PARCERIA não poderãoultrapassar o valor de R$ 20.000,00(vinte mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

3.3 O pagamento será mensal, com vencimento até o dia 10(dez) do mês subsequente, condicionado a prestação de Contas pelo Secretário de Saúde.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Convênio é celebrado por prazo determinado iniciando-se na data da assinatura do presente Convênio finalizando em 31/12/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, com exceção de seu objeto, onde será conferida a dotação respectiva.

CLAUSULA QUINTA - DA MODIFICAÇÃO

5.1 O presente termo poderá ser modificado, através de aditivo, com exceção de seu objeto.

CLAUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas de locação dos trabalhos da CONVENIADA, constantes no objeto deste contrato, correrão por conta de recursos próprios na seguinte dotação orçamentária:

06.001.10.302.0030.2070.3.3.50.43.00.00 – Subvenções Sociais.

CLAUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O acompanhamento da execução deste convênio ficará a cargo da servidor(a) Srª. Maria Carolina Alorcon, nomeada através de portaria, especialmente designada para este fim, em cumprimento ao determinado no art. 68 da lei nº. 8.666/93.

7.2 A Servidora designada anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste convênio, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

7.2.1 Fiscalizar e atestar a execução deste convênio, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste convênio.

7.2.2 comunicar eventuais falhas na execução deste convênio, cabendo a CONVENIADA adotar as providências necessárias.

7.2.3 garantir a CONVENIADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a execução do mesmo.

7.2.4 emitir pareceres em todos os atos da administração relativos à execução do convênio, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

7.2.5 Prestar contas mensais direcionadas por oficio à Secretaria de Finanças, informando detalhadamente o uso do Convênio, especialmente com relatório quantitativo dos pacientes que se beneficiaram do convenio, até o dia 10 do mês subsequente.

7.3 A fiscalização exercida pela CONVENENTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONVENIADA pela completa e perfeita execução do convênio.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABIVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita

b) Multas;

c) Declaração de idoneidade;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o capitulo IV, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

8.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais;

8.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,5% sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das clausulas do contrato;

b) 2% sobre o valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONVENIADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as peradas e danos que der causa;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública federal, estadual e municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) De qualquer sanção imposta a CONVENIADA poderá no prazo máximo de 05 dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONVENENTE, devidamente fundamentado.

As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente.

CLAUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 A rescisão do presente contrato poderá ocorrer de forma:

a) Amigável – por acordo entre as partes;

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93

c) Judicial – nos termos da legislação processual

9.1.1 A CONVENIADA reconhece os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

10.1.1 Unilateralmente pela administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhorar adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei.

10.1.2 – Por acordo das partes

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços.

10.1.3 outros casos previstos na Lei 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS:

11.1 Aplica-se a Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores e o Código Civil ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1 A CONVENIADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

14.1 Este convênio será rescindido por inadimplemento de qualquer de suas clausulas ou por consenso das partes, apurados os haveres se houver e expedidas as quitações que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Rio Claro - MT, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente.

E por estarem, entre si, justas e contratadas, as partes assinam o presente CONVÊNIO em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

São José do Rio Claro – MT, 07 de maio de 2015.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CONVENENTE

_____

CASA DE APOIA À FAMILIA – C.A.A.F

ANA MARIA LEANDRO DA SILVA

CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

_____

CPF:

_____

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 099/2015

PORTARIA Nº. 099/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Estatuto do Servidor Publico, Art. 106, item III letra A, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença por motivo de casamento para a Servidora Publica Municipal, ROSA PATRICIA MEIRELES, no período de 14 de maio a 22 de maio de 2015, exercendo o cargo de Recepcionista.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 097/2015

PORTARIA Nº. 097/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação para CLASSE “B” Nível “02”, O Sr. JEDERSON ANDRÉ DOS SANTOS SANTANA, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo de Aux. Administrativo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

LEI MUNICIPAL Nº 599/2015

LEI MUNICIPAL nº 599/2015 De 26 DE MAIO DE 2015.

Cria o Conselho Municipal de Educação, integrando o Conselho do FUNDEB como Câmara e dá outras providências.

RAQUEL CAMPOS COELHO, Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

A**rt. 1º** Observadas às diretrizes e bases para a organização da educação nacional, as políticas e planos educacionais da União e do Estado do Mato Grosso, conforme a Lei de Diretrizes e Bases de acordo com o artigo 11 fica criado o Conselho Municipal de Educação de São José do Xingu – CME.

§ 1º. O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) passa a integrar o Conselho Municipal de Educação, constituindo uma de suas Câmaras.

§ 2º. O Conselho Municipal de Educação de São José do Xingu será composto por duas Câmaras:

I. Câmara de Educação Básica;

II. Câmara do FUNDEB.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação, regulamentado em Regimento Interno, é órgão colegiado vinculado através de gestão democrática ao Conselho Estadual de Educação e tem função mobilizadora, fiscalizadora, consultiva, propositiva, de controle social e de assessoramento aos demais órgãos e instituições da rede de Educação do Município.

Parágrafo único. O Regimento Interno será elaborado ou revisado pelo Conselho, sendo aprovado através de parecer por dois terços dos conselheiros titulares.

Art. 3º Compete ao Conselho:

I. promover a participação da sociedade civil no planejamento, no acompanhamento e na avaliação da educação municipal;

II. zelar pela qualidade pedagógica e social da educação na rede municipal de ensino;

III. zelar pelo cumprimento da legislação vigente no CEE;

IV. participar da elaboração e acompanhar a execução e a avaliação do Plano Municipal de Educação de São José do Xingu – MT;

V. assessorar os demais órgãos e instituições da rede Municipal de Educação no diagnóstico dos problemas e deliberar a respeito de medidas para aperfeiçoá-lo;

VI. manter intercâmbio com os demais Conselhos de Educação dos municípios e do Estado do Mato Grosso ;

VII. acompanhar o recenseamento e a matrícula da população em idade escolar para a educação infantil e ensino fundamental, em todas as suas modalidades;

VIII. mobilizar a sociedade civil e o Estado para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, no sistema regular de ensino;

IX. dar publicidade quanto aos atos do Conselho Municipal de Educação;

X. mobilizar a sociedade civil e o Estado para a garantia da gestão democrática nos órgãos e instituições públicas da rede municipal de Ensino;

XI. acompanhar, controlar e fiscalizar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XII. conferir e emitir pareceres quanto as prestações de contas referentes ao Fundo;

XIII. supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito do município, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo.

§1º Cada Câmara cuidará das matérias a ela pertinentes.

§2º As matérias pertinentes a uma câmara serão estudadas e aprovada sem primeira instância por ela e, posteriormente, ratificadas pelo Conselho Pleno.

§ 3º As matérias não ratificadas pelo Conselho Pleno, serão objeto de reexame.

§ 4º Os Pareceres aprovados pelo Conselho Pleno serão assinados pelos presidentes do Conselho e da respectiva câmara, e será homologado pelo secretário.

Art. 4º

O Conselho Municipal de Educação será composto por 14 (quatorze) membros titulares representantes da sociedade civil e do Poder Público, eleitos por seus pares e indicados pelas suas respectivas entidades e nomeados, por ato do Prefeito Municipal.

§ 1º Os membros do Conselho serão distribuídos da seguinte forma:

I - Câmara da Educação Básica: (5)

a) 1 (um) representantes da Secretaria Municipal da Educação;

b) 1 (um) representante do magistério Público Municipal;

c) 1 (um) representante dos Diretores de Unidades de Educação e Ensino da Rede Pública Municipal;

e) 1 (um) representante dos Conselhos Escolares Municipais ou equivalentes;

f) 1 (um) representante das Escolas Privadas, sendo de uma instituição que mantenha Educação Infantil, se houver, e quando não houver será a vaga destinada a 1 (um) representante do magistério Público Municipal;

II - Câmara do FUNDEB, nos termos da Lei nº 11.494, de 2007:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

e) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, quando houver;

f) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipal, que não sejam servidor público municipal;

g) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, que não sejam servidor público municipal.

§2º Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

§3º O Presidente do Conselho Municipal de Educação será indicado pelo plenário, por eleição aberta, com maioria absoluta, para um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

§4º As Câmaras elegerão seus respectivos Presidentes a cada ano, permitida uma recondução.

§5º A eleição do Presidente da Câmara do FUNDEB será nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§6º Cabe ao Presidente do Conselho Municipal de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias antes de findar o mandato dos conselheiros, mobilizar as instituições para convocação das assembléias que escolherão os novos representantes para a composição das Câmaras.

§7º - No caso do presidente não cumprir o disposto no parágrafo acima competirá ao Secretário Municipal de Educação executar a ação.

§8º Os representantes da Secretaria Municipal serão indicados pelo Secretário.

Art. 5º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação:

I. cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários;

II. tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III. estudantes que não sejam emancipados; e

IV. pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poderes Executivo Municipal.

Art. 6º Quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato, fica vedada:

I. sua exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

II. a atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho;

III. o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 7º O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Educação terá duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§1º O conselheiro pode ser substituído a qualquer tempo por interesse

do segmento, órgão ou entidade representada ou, ainda, por afastamento definitivo conforme critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho, ressalvados os casos previstos na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§2º Ocorrendo vaga no Conselho Municipal de Educação, será nomeado novo membro que completará o mandato do anterior.

Art. 8º Ao final do mandato, no máximo 40% (quarenta por cento) dos conselheiros de cada câmara, poderão ser reconduzidos ao Conselho.

Parágrafo único. A recondução se dará através de eleição secreta realizada pelo próprio Conselho e ratificada pelo segmento, órgão ou entidade

representada, em conformidade com o Regimento Interno do CME – São José do Xingu - MT.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria da Educação garantirá infra-estrutura e condições logísticas adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecerá ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo Conselho.

Art. 10. Os membros do Conselho Municipal de Educação de São José do Xingu – MT, deverão residir no Município de São José do Xingu.

Art. 11 Ficam expressamente revogadas as disposições em contrário.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM, 26 DE MAIO DE 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 093/2015

PORTARIA Nº. 093/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE DEMISSÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedida a Demissão da Servidora, LUZIA SANTOS MIRANDA SILVA, exercendo o cargo de Faxineira, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Social, neste município de São Jose do Xingu – MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus a partir do dia 20/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, publique-se

PORTARIA Nº.102/2015

PORTARIA Nº.102/2015

DE 01 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A LICENÇA PREMIO PARA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 77 do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido a Licença Premio a servidora, DAURA SOUSA COSTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, efetiva no cargo de Agente Administrativa, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período 01/06/2015 a 30/01/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 01 de junho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, publique-se

PORTARIA Nº. 101/2015

PORTARIA Nº. 101/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação para CLASSE “B” Nível “02”, O Sr. ELMIDIO ALVES DOS SANTOS, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 100/2015

PORTARIA Nº. 100/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação para CLASSE “B” Nível“02” a Sra, MARIA APARECIDA NUNES OLIVEIRA, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Aux. de Serviços Gerais.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 094/2015

PORTARIA Nº. 094/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR..

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença para tratar de assuntos de interesses particulares da Servidora, MARLUZA MEDRADA FRANÇA, lotada na Secretaria Municipal de Saude, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período de 10 de maio de 2015 à 10 de maio de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 10/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

DECRETO Nº 086/2015

DECRETO Nº 086/2015.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora, **MÔNICA DA SILVA RODRIGUES**, do cargo em Comissão de Secretaria Municipal de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de junho de 2015

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 087/2015

DECRETO Nº 087/2015

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SERVIDORA EM CARGO DE COMISSÃO.

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª Raquel Campos Coelho, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora, **NAIARA PIAU FERREIRA DE ANDRADE**, no cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, para prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Parágrafo Único: como remuneração ser-lhe – a atribuído, o valor de R$ 3. 871,76 (três mil oitocentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal

Em, 01 de junho de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº. 095/2015

PORTARIA Nº. 095/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação para Nível “02” a Sra CLAUDIA ALVES RIBEIRO, Servidora Pública Municipal, exercendo o cargo de Técnica de Enfermagem.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

PORTARIA Nº. 096/2015

PORTARIA Nº. 096/2015

DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR PUBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceitua o Plano de Cargos e carreiras, a seção III, Art. 47, inciso III e Anexo III da Lei 490/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Elevação para Nível “02”, O Sr. PEDRO RODRIGUES DE FREITAS NETO, Servidor Público Municipal, exercendo o cargo de Guarda.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita

Em, 26 de maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2015

DE 28 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS

CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO

PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE

SÃO JOSÉ DO XINGU-MT.

Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr.ª RAQUEL CAMPOS COELHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo

com o que determina o art. 37, II da Constituição Federal e o disposto nos arts. 247 e 248 da Lei Complementar nº 007/2004, convoca:

Os aprovados no Concurso Público Municipal n° 001/2013, abaixo relacionados, deverão comparecer até o dia 28 de JUNHO de 2015, no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, no horário de 08:00h às 12:00h – 13:00 as 18:00, para assumir suas funções, apresentando a seguinte documentação constante no Edital n° 001/2013 do Concurso Público:

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

O candidato classificado no concurso público de que se trata este Edital será contratado até o limite estabelecido para o cargo pelo qual optou por concorrer, desde que atendida às seguintes exigências:

a) Ter-se classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado que tenha adquirido a igualdade direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n° 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art.12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional n° 19, de 04/06/1998- art.3°);

c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, se do sexo masculino;

e) Estar em pleno de seus direitos civis e políticos;

f) Ter nível compatível com a exigida para o cargo;

g) Ter, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos;

h) Ter aptidão física e mental para exercício das atividades devidamente comprovada por meio de exame;

i) Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da posse;

j) Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente para os cargos que assim exigem;

k) Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais;

1ª FASE:

I) Apresentar cópias com seus respectivos originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Titulo Eleitoral, Certidão de Nascimento ou Casamento, Carteira de Trabalho, PIS/PASEP, comprovante da última votação, reservista e carteira profissional e respectiva inscrição no órgão competente, diploma ou certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo devidamente autenticado em cartório.

m) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vinculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

n) Comprovante de endereço;

o) Certidão negativa de débito municipal;

p) Declaração de antecedentes criminais, (WWW.jfmt.jus.br) (WWW.tjmt.gov.br) do domicilio;

q) Declaração de não acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88,

2ª FASE

r) Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	COLOCAÇÃO
0427	MONICA DA SILVA RODRIGUES	TEC.DE EMFERMAGEM	1ª

OBS: o não comparecimento do (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data especificada, e a apresentação da documentação completa prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à administração o direito de convocar outro candidato.

São José do Xingu, 28 de Maio de 2015.

Raquel Campos Coelho

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PREVIQUAM
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-CARTA CONVITE 002/2015
PREVIQUAM

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação comunica a quem possa interessar que, após abertura e julgamento das Proposta apresentadas á Licitação realizada em 26/05/2015, na Modalidade Carta a Convite de n° 02/2015,

1 Objetivo:

Contratação de Empresa, para prestação de serviços de consultoria e assessoria na área contábil, objetivando o acompanhamento da execução orçamentária, balancetes mensais, quadrimestres e balanço geral, incluindo consultoria para atendimento das exigências do PASEP, Patrimônio dados para o APLIC / TCE.MT, enfim tudo relacionado a consultoria contábil para o Previquam.

foi "VENCEDORA" de acordo com o Mapa Comparativo a empresa: **DRP CONTABILIDADES (MEI)** que propôs um valor de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) por mês, perfazendo um valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro Mil Reais) no período de 12 (doze) meses. **PREVIQUAM** – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – MT, aos 26 de Maio de 2015.

Gabriel Pereira de Souza

PRESIDENTE/CPL-Previquam

SECRETARIA DE FAZENDA
ADESÃO

O senhor **CARLOS ROBERTO BIANCHI**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e com autorização da Empresa: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrita CNPJ 01.016.616/0001-13, sediada Av. da Feb, 2255, Manga, Varzea Grande/MT, Cep 78.115-000**. ADERIR a atermo de Adesão a Ata de Registro de Preços nº 46 do Pregão Presencial de nº 55/2014, junto a Prefeitura Municipal de Nova Lacerda. Objeto: Aquisição de um Veiculo Novo 0 Km tipo VAN de passageiro, Ducato Multi TA 15+1.

SECRETARIA DE FAZENDA
ADESÃO

O senhor **CARLOS ROBERTO BIANCHI**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e com autorização da Empresa: **NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA sediada na Rodovia Presidente Dutra, KM / 300,5, Resende - Rio de Janeiro Cep 27537-000**. ADERIR a atermo de Adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão 105/2015, junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais / MG. Objeto: Aquisição de um Veiculo Novo 0 Km tipo Nissan Frontier SV ATTACK 4X4 2.5 16V Turbo Diesel.

PREVIQUAM
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-CARTA CONVITE 002/2015
PREVIQUAM

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CARTA CONVITE N.º 02/2015

Ref.

Objetivo:

Contratação de Empresa, para prestação de serviços de consultoria e assessoria na área contábil, objetivando o acompanhamento da execução orçamentária, balancetes mensais, quadrimestres e balanço geral, incluindo consultoria para atendimento das exigências do PASEP, Patrimônio dados para o APLIC / TCE.MT, enfim tudo relacionado a consultoria contábil para o Previquam

.

DRP CONTABILIDADES (MEI) que propôs um valor de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) por mês, perfazendo um valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro Mil Reais) no período de 12 (doze) meses. PREVIQUAM – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – MT, aos 26 de Maio de 2015.

Nos termos do Artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8.666/93 e as suas alterações, Levando em Consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, Homologo a Licitação supra citada.

São Jose dos Quatro Marcos - MT, 01 de Junho de 2015.

LUCIENE SOARES BONFIM RICCI

Diretora Executiva/Previquam

PREVIQUAM
TERMO DE ADJUDICAÇÃO CARTA CONVITE N.º 02/2015 - PREVIQUAM

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CARTA CONVITE N.º 02/2015-PREVIQUAM

Nos termos do Artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8.666/93 e as sua alterações, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, Adjudico o objeto da licitação supra citada.

Objetivo:

Contratação de Empresa, para prestação de serviços de consultoria e assessoria na área contábil, objetivando o acompanhamento da execução orçamentária, balancetes mensais, quadrimestres e balanço geral, incluindo consultoria para atendimento das exigências do PASEP, Patrimônio dados para o APLIC / TCE.MT, enfim tudo relacionado a consultoria contábil para o Previquam.

Adjudico o objeto desta licitação a empresa:

DRP CONTABILIDADES (MEI)

que propôs um valor de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) por mês, perfazendo um valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro Mil Reais) no período de 12 (doze) meses. PREVIQUAM – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – MT, aos 26 de Maio de 2015.

São Jose dos Quatro Marcos - MT, 01 de Junho de 2015.

LUCIENE SOARES BONFIM RICCI

Diretora Executiva/Previquam

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CPL Nº 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CPL Nº 27/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã-(MT)

Contratado: Márcia da Silva Costa. C.P.F n°. 038.786.664-70

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Social, para atender a população no CRAS na Secretaria de Ação Social. Decorrente do pregão presencial nº 15/2015.

Valor do contrato **R$ 16.800,00**-Assinatura contr. em 29/05/2015- vigência até 31/12/2015.

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2015

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2015 da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por meio da Portaria de nº 236/2015, publicada em 17 de abril do corrente ano, no jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Jornal da AMM, usando de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015: - Divulgação dos Gabaritos das Provas Objetivas; PROFESSOR SUBSTITUTO – Licenciatura Plena em Pedagogia Pedagogia/Magistério e/ou Leigo QUESTÕES 01 D 02 A 03 C 04 B 05 D 06 A 07 D 08 B 09 C 10 B 11 A 12 C 13 C 14 C 15 C 16 B 17 D 18 C 19 D 20 D 21 A 22 A 23 A 24 D 25 B 26 A 27 D 28 C 29 B 30 D PROFESSOR – Licenciatura Plena em História QUESTÕES 01 D 02 B 03 C 04 B 05 D 06 A 07 D 08 B 09 C 10 B 11 A 12 C 13 C 14 C 15 C 16 B 17 D 18 C 19 D 20 D 21 C 22 D 23 A 24 B 25 C 26 D 27 B 28 A 29 NULO 30 D PROFESSOR – Licenciatura Plena em Letras QUESTÕES 01 D 02 A 03 C 04 B 05 D 06 A 07 D 08 B 09 C 10 B 11 A 12 C 13 C 14 C 15 C 16 B 17 D 18 C 19 D 20 D 21 B 22 C 23 A 24 D 25 A 26 D 27 D 28 A 29 B 30 A APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA QUESTÕES 01 B 02 A 03 D 04 C 05 A 06 A 07 A 08 B 09 C 10 C 11 D 12 C 13 C 14 D 15 B 16 D 17 C 18 A 19 B 20 C 21 B 22 D 23 A 24 A 25 D 26 B 27 D 28 C 29 D 30 B APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO QUESTÕES 01 B 02 A 03 D 04 C 05 A 06 A 07 A 08 B 09 C 10 C 11 D 12 C 13 C 14 D 15 B 16 D 17 C 18 A 19 B 20 C 21 A 22 A 23 A 24 C 25 B 26 B 27 D 28 C 29 D 30 B TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL QUESTÕES 01 B 02 B 03 C 04 C 05 D 06 D 07 A 08 C 09 A 10 C 11 D 12 C 13 C 14 D 15 B 16 D 17 C 18 A 19 B 20 C 21 C 22 C 23 B 24 C 25 B 26 B 27 B 28 C 29 C 30 A E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei. Prefeitura de Tabaporã, em 02 de junho de 2015. Ilson Ferreira Costa Presidente da Comissão Portaria nº 236/2015 Suely Soares da Silva José Luzia M. da Fonseca Membro Titular Secretário Portaria nº 236/2015 Portaria nº236/2015 VISTO: PERCIVAL CARDOSO NOBREGA ADAIR JOSÉ SCHNEIDER Prefeito Municipal Secretário Mun. de Educação e Cultura JESSIKA ALINE LEITE TOME Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 983, DE 26 DE MAIO DE 2015

"Dispõe sobre a Recomposição Geral anual da Remuneração e do subsidio do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal do Município de Tabaporã , Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovada a recomposição geral anual da remuneração e do subsidio do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal referente ao

período de 01/05/2014 à 30/04/2015, o percentual **13,01% (treze virgula zero um por cento)** a ser pago da seguinte forma:

I - 9,00% na folha de pagamento do mês de maio de 2015 **aos Profissionais da Educação, regidos pelas Leis Mun. 836/2011 c/c 838/2011 e 859/2011, aos Profissionais da Saúde, regidos pelas Leis Mun. 842/2011 c/c 855/2011, e a todos os demais servidores efetivos regidos pelas Leis Mun. 840/2011 c/c 849/2011 e 856/2011, da Prefeitura Municipal;**

II- e mais 4,01%, na folha de pagamento de Agosto de 2015, em diante, aos servidores acima citados, fechando-se os 13,01%;

Paragrafo único - Exclusivamente aos profissionais da Educação, na folha de pagamento do mês de agosto, serão pagos mais 4,01% retroativo a maio, na folha de pagamento do mês de setembro, 4,01% retroativo a junho e na folha de pagamento do mês de outubro 4,01% retroativo a julho, de acordo com o Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - Os servidores que tiveram reajustes do salário mínimo através do artigo 2º do Decreto Federal nº 8.381, de 29/12/2014, terão uma recomposição de **4,16% (Quatro virgula Dezesseis por Cento)** a ser pago na folha de pagamento do mês de maio de 2015.

Art. 3º -

Fica estendido o disposto no Art. 1º, desta Lei, aos inativos e pensionistas, com direito a paridade.

Art. 4º - Fica estipulado que a data base para reajustes dos servidores do município será no mês de maio de cada ano, tendo como parâmetro para o reajuste índices que sirvam de correção salarial.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão a conta de dotação orçamentárias próprias de conformidade com a Lei Municipal n.º 967/2014(LOA 2015), e amparadas pelas Leis Municipal n.º 836/2011 c/c 838/2011 e 859/2011 (PCCS Educação), Lei Municipal n.º 842/2011 c/c 855/2011 (PCCS Saúde) e Lei Municipal n.º 840/2011 c/c 849/2011 e 856/2011 (PCCS Administração).

Art. 6º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 26 de Maio de 2015

PERCIVAL CARDOSO NÓBREGA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CPL Nº 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CPL Nº 27/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tabaporã-(MT)

Contratado: Márcia da Silva Costa. C.P.F n°. 038.786.664-70

OBJETO: Prestação de serviço de Assistência Social, para atender a população no CRAS na Secretaria de Ação Social. Decorrente do pregão presencial nº 15/2015.

Valor do contrato **R$ 16.800,00**-Assinatura contr. em 29/05/2015- vigência até 31/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 370/GP/2015 DE 29/05/2015 - INSTITUI COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO 003/2015

PORTARIA Nº 370/GP/2015 DE 29/05/2015

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE

Art. 1º - INSTITUIR, Comissão para a realização do Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2015, destinado a contratações de Profissionais para atuarem na Secretaria Municipal de Educação.

PRESIDENTE DA COMISSÃO

MATRÍCULA	NOME	CARGO
103047	MARIA DAS GRAÇAS SOUTO	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBRO-REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MATRÍCULA	NOME	CARGO
004392	GUSTAVO PORTO FRANCO PIOLLA	PROCURADOR DO MUNICIPIO

MEMBROS-REPRESENTANTES DA SAD

MATRÍCULA	NOME	CARGO
103061	CRISTIANE DURAES DE OLIVEIRA	RECEPCIONISTA
004800	ANDREIA GIMENES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II

MEMBROS-REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO

MATRÍCULA	NOME	CARGO
001512	JANINE CRISTINA GRUBER NOGUEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II
002116	MARIA DE FATIMA A. DE BRITO OLIVEIRA	PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL
103313	EDILAINE GUTJAHR	TECNICO EM APOIO INFANTIL

MEMBRO-REPRESENTANTES DO SSERP

MATRÍCULA	NOME	CARGO
00989	JOSE ANTONIO GARCIA NETO	MOTORITA

MEMBRO-REPRESENTANTES DOS GESTORES

MATRÍCULA	NOME	CARGO
003955	JUCINEIDE DOS SANTOS ZAFFONATO	PROF. SERIES FINAIS

MEMBRO-REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRÍCULA	NOME	CARGO
002116	MARIA DE FATIMA A. DE BRITO OLIVEIRA	PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL

MEMBRO-REPRESENTANTE DO SINTEP

MATRÍCULA	NOME	CARGO
001456	FRANCISCA ALDA FERREIRA DE LIMA	PROF. ANOS INICIAIS

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se o presente ato.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, 39º aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Prof. FABIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

MARIA DAS GRAÇAS SOUTO

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 004/2015 - P S 001/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 004/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor *Fábio Martins Junqueira,* no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 001/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Administração.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 02/06/2015 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

676 -PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1° SEGMENTO/ANOS INICIAIS-ZONA RURAL				
Nº	INSCRIÇÃO Nº	NOME	PROVA OBJETIVA	SITUAÇÃO
2	315	PATRICIA APARECIDA SILVA SPOLADOR	65	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 03/06/2015 e 05/06/2015 das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;

v) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”, para os cargos de Motorista;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 01 de Junho de 2015.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 035, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 035, DE 1º DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 22, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

O Vereador **ROMER SATOR YAMASHITA,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 006 de 21 de junho de 1994 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º – O artigo 1º da Portaria nº 22, de 1º de abril de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º –

Fica instaurado Processo Administrativo Especial para Reconhecimento de Dívida n.º 002/2015, em função do requerimento de pagamento, feito pelas Empresas: Rádio Tangará Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.355.205/0001-52; Rádio Pioneira, inscrita no CNPJ sob o nº 00.965.970/0001-21; Jornal Diário de Cuiabá Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.117.579/001-65; Leani Ruppel ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.450.315/0001-05; Agencia JJ de Melo, inscrita no CNPJ 04.922.997/0001-98 e **Rede Médio Norte de Comunicações ltda., inscrita no CNPJ 02.394.582/0002-44,** a fim de apurar a existência de dívida referente a eventuais serviços prestados, perante esta instituição.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria, que entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, ao 1º (primeiro) dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

SAMAE/LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 013/2015/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO E DO ATERRO SANITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT**. A abertura do certame está prevista para **as 08h00min do dia 18 de Junho de 2015**. O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT, na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 01 de Junho de 2015.

PABLO RODRIGO PEREZ SELLE

Coordenador do Setor de Licitação - SAMAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 136/GP/ 2015 de 10.02.2015, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **16 DE JUNHO DE 2015, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350-N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço unitário. Objeto: *REGISTRO DE PREÇOS,* para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA, RECONDICIONAMENTO E FORNECIMENTO DE CARTUCHOS E TONNERS PARA ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 03 de Junho de 2015**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra-MT, 01 de Junho de 2015. Tatiana Ávila Grigoletti- Pregoeira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE ABERTURA DO P S 003/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º *003/2015*

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a abertura e as normas estabelecidas para a realização de Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1

O Processo Seletivo Simplificado realizar-se-á sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação e Cultura com validade para o ano letivo de 2015.

1.2 A seleção destina-se à contratação e formação de cadastro de reserva de profissionais para substituição durante o ano de 2015, os servidores efetivos conforme os casos previstos na Lei Complementar nº 103/2006 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar nº 159/2011 e Lei Complementar nº 182/2013.

1.3 A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá exame intelectual, de caráter classificatório, somatório e eliminatório, para aferir conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de prova objetiva e prova de títulos.

1.4 Por cadastro de reserva entende-se o conjunto de candidatos aprovados e classificados relacionados na listagem que contém o resultado final da seleção. O cadastro de reserva somente será aproveitado mediante a abertura de novas vagas, ou substituições, nos respectivos cargos, observado o prazo de validade referenciado no item 1.2, do presente Edital.

1.5 Os horários mencionados no presente edital e nos demais a serem publicados para a seleção, obedecerão ao horário oficial local.

2 DAS VAGAS, CARGOS, FORMAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS

2.1 Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Vagas	Ampla	PNE	Cargo	Formação	Zona	Carga Horária	Salário R$
Cadastro de reserva			Professor Matemática	Licenciatura Plena em Matemática	Urbana e Rural	De 3**0 até 40 horas aulas**	2.356,50 à 3. 142,00
01	01	---	Professor Língua Portuguesa e Língua Estrangeira	Licenciatura Plena em **Linguagens ou Letras**	Urbana e Rural	De 30 até 40 horas aulas	2.356,50 à 3. 142,00
Cadastro de reserva			Professor História	Licenciatura Plena em História	Urbana e Rural	De 3**0 até 40 horas aulas**	2.356,50 à 3. 142,00

Cadastro de reserva			Motorista – zona rural	Ensino Fundamental com CNH categoria D	Rural	40 horas semanais	878,07
02	02	---	Vigia	Ensino Fundamental Incompleto	Urbana	40 horas semanais	688,78
01	01	---	Nutricionista	Ensino Superior em Nutrição e Registro no Conselho (CRN)	Urbana	40 horas semanais	3.413,77

2.1.1 Os cargos de motoristas destinam-se ao atendimento do Transporte Escolar da zona rural deste Município.

2.1.2 Os contratados para o cargo de Vigia deverão receber complemento constitucional enquanto a sua remuneração for inferior ao salário mínimo vigente.

3. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Para se inscrever o candidato deverá ler o Edital em sua íntegra, preencher as condições para inscrição especificadas a seguir e cumprir as determinações deste Edital.

a) Ter na data de convocação idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

c) Estar quite com a Justiça Eleitoral;

d) Possuir no ato da contratação, a habilitação exigida para o cargo conforme o item 2 e a documentação comprobatória determinada no item - 15 Da Contratação, constante neste edital;

e) Não ter respondido a processo criminal com condenação e sentença transitada em julgado;

f) Não tenha sofrido sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

g) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4 DA INSCRIÇÃO

4.1 A inscrição do Candidato implicará em conhecimento prévio e na tácita aceitação das normas estabelecidas neste Edital.

4.2 A taxa de inscrição terá o valor discriminado na tabela abaixo:

NÍVEL SUPERIOR R$ 40,00 (Quarenta reais)

NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL R$ 20,00 (Vinte reais)

4.3 As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela internet, no site www.tangaradaserra.mt.gov.br, durante o período das 09h00 do dia 02 de Junho de 2015, até às 14h00 do dia 15 de Junho de 2015, com vencimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal até o dia 15 de Junho de 2015 que poderá ser pago em qualquer agência bancária.

4.4 Após o horário de encerramento das inscrições citado no subitem anterior, a ficha de inscrição e o DAM não estarão mais disponíveis no site, onde não será possível realizar qualquer alteração.

4.5 Na impossibilidade de acesso particular à internet, o candidato poderá efetuar sua inscrição no terminal disponibilizado, no local e horários informados abaixo:

LOCAL	ENDEREÇO	HORÁRIO/DIA
Biblioteca Municipal	Avenida Brasil nº 376-E Centro, Tangará da Serra – MT.	07h30Min às 10h30Min 13h30Min às 16h30Min Segunda a Sexta

4.5.1 É vedada a inscrição condicional, fora do prazo de inscrições, via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

4.6 Para efetuar a inscrição, o candidato deverá:

a) Acessar o site www.tangaradaserra.mt.gov.br, durante o período de inscrição;

b) Localizar no site o “link” correlato à Seleção (Processo Seletivo SEMEC);

c) Ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição nos moldes previstos neste Edital;

d) Imprimir o DAM – Documento de Arrecadação Municipal e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária.

4.7 As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

4.8 O candidato inscrito não deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correção e a veracidade dos dados cadastrais informados no ato da inscrição, sob as penas da lei.

4.9 A Administração não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.10 O Candidato poderá inscrever-se somente para um cargo.

4.11 Havendo inscrições do mesmo candidato em mais de um cargo será validada a última inscrição realizada no valor da taxa de inscrição efetivamente paga.

5 DA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 Estarão isentos da taxa de inscrição os candidatos que:

a) For doador regular de sangue, conforme Lei Federal 7.713/2002;

b) Estiver desempregado, conformei Lei 8.795/2008 ou receber até 1 e ½ salário mínimo vigente, conforme Lei 8.795/2008.

5.2 Para ter direito à isenção da taxa de inscrição o candidato deverá:

a) efetuar a inscrição via internet no site da organizadora: www.tangaradaserra.mt.gov.br;

b) imprimir a ficha de inscrição;

c) preencher requerimento de isenção de taxa constante no Anexo IV, disponibilizado no posto facilitador indicado no item 4.5;

d) apresentar documentação comprobatória conforme item 5.3 no local e horário definido no item 4.5, no período de 02 à 08 de Junho de 2015.

5.3 São admitidos como documentos hábeis à isenção de taxa de inscrição:

5.3.1 Os Doadores Regulares de Sangue: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; documento padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, no qual o doador faz a sua doação.

5.3.2 **Na condição do item 5.1 b: estiver desempregado, conformei Lei 8.795/2008 ou receber até 1 e ½ salário mínimo vigente, conforme Lei 8. 795/2008.**

a) empregados de empresas privadas: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia; identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente em branco.

b) servidores públicos: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF, e cópia do contracheque referente ao mês de Outubro/2014.

c) pensionistas: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício fornecido pela Instituição pagadora; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

d) estagiários: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia do Contrato de Estágio; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

e) autônomos: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; declaração dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação, anotação do último contrato e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

g) desempregados: cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; declaração de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas conforme modelo do Anexo V; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho, da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho.

h) Empregado de pessoa física, cópia do documento oficial de identidade; cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas que contenham fotografia; identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente em branco.

5.4 A cópia dos documentos comprobatórios relacionados no subitem anterior, deverão ser entregue no local e horário estabelecido no item 4.5, pessoalmente ou por terceiro mediante procuração com firma reconhecida em cartório, até o último dia do período para o pedido de isenção da taxa de inscrição previsto no item 5.2 d).

5.4.1 **Não haverá prorrogação do período para a entrega ou envio da documentação.**

5.5 Será publicado no mural da Sede Administrativa desta municipalidade, no site www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, a relação contendo os pedidos de isenção de taxa deferidos e indeferidos no dia 09 de Junho de 2015.

6 DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO E LOCAL DE PROVA

6.1 O candidato deverá acessar o site www.tangaradaserra.mt.gov.br, no dia 17 de Junho de 2015, para consultar a confirmação de sua inscrição mediante a publicação do Edital de Homologação das inscrições deferidas e indeferidas.

6.2 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

6.3 Considera-se indeferida a inscrição preliminar do candidato que:

a) não efetuar o pagamento da taxa de inscrição;

b) prestar informações inverídicas quando do preenchimento da ficha de inscrição;

c) omitir dados ou preencher incorretamente a ficha de inscrição;

d) efetuar o pagamento do **DAM** após o prazo estabelecido.

6.4 Os locais e horários de prova serão divulgados no site da organizadora www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt no dia 19 de Junho de 2015.

7 DA INSCRIÇÃO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

7.1 Ao candidato Portador de Necessidades Especiais serão reservados 10% (dez por cento) das vagas ofertadas em cargos pré-definidos, conforme item 2 deste edital, desde que a deficiência seja compatível com o cargo. As vagas serão preenchidas na forma do § 2º, do artigo 5.º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 1990 e do Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

7.1.1 Na aplicação deste percentual serão desconsideradas as partes decimais inferiores a 0,5 (cinco décimos) e arredondadas aquelas iguais ou superiores a tal valor;

7.1.2 O candidato Portador de Necessidades Especiais deverá observar os cargos e vagas oferecidas para portadores de necessidades especiais. Caso venha a inscrever-se em cargos que não possuem vagas destinadas a portadores necessidades especiais, será automaticamente incluído na lista geral de candidatos.

7.1.3 As vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação nesta Seleção ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

7.1.4 Os portadores de necessidades especiais, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria, participarão da Seleção em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

7.2 Para concorrer às vagas destinadas aos candidatos portadores de necessidades especiais, o candidato deverá, no ato de inscrição, declarar-se Portador de Necessidades Especiais conforme Anexo III e entregar laudo médico até o dia 15 de Junho de 2015 às 14h00 no posto facilitador conforme endereço contido no subitem 4.5, original ou cópia autenticada, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando o nome da doença, a espécie e o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente do Código Internacional de Doenças (CID), bem como à provável causa da deficiência, e requerimento fornecido no posto facilitador.

7.3 O laudo médico, original ou cópia autenticada, terá validade somente para esta seleção e não será devolvido, tampouco será fornecida cópia desse laudo.

7.4 O candidato Portador de Necessidades Especiais poderá requerer, na forma do subitem 8.2 deste edital e no ato de inscrição, tratamento diferenciado para os dias de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1° e 2°, do Decreto n.° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto n.° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2004.

7.5 O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se Portador de Necessidades Especiais, se aprovado e classificado na Seleção, terá seu nome publicado em lista à parte e, caso obtenha classificação necessária, figurará também na lista de classificação geral.

7.6 O candidato que se declarar Portador de Necessidades Especiais, caso aprovado e classificado na seleção, será convocado para submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, que verificará sua qualificação como Portador de Necessidades Especiais, o grau da deficiência e a capacidade para o exercício do respectivo cargo e que terá decisão determinativa sobre a qualificação, nos termos do Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 1999 e alterado pelo Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2004.

7.7 A inobservância do disposto nos subitens 7.1 a 7.6 deste edital ou o não comparecimento ou a reprovação na perícia médica acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de necessidades especiais.

7.8 A conclusão da perícia médica referida no subitem 7.6 deste edital acerca da incapacidade do candidato para o adequado exercício da função fará com que ele seja eliminado da Seleção.

7.9 Quando a junta médica concluir pela inaptidão do candidato, havendo recurso, constituir-se-á junta pericial para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo candidato.

7.10 A junta pericial deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados, a partir da data de realização do novo exame.

7.11 Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica referenciada no item anterior.

7.12 O candidato que não for qualificado pela perícia médica como Portador de Necessidades Especiais, nos termos do art.4o do Decreto Federal no 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal no 5.296, de 02/12/2004, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas a candidatos em tal condição e passará a concorrer juntamente com os demais candidatos.

7.13 O candidato que for qualificado pela perícia médica como Portador de Necessidades Especiais, mas a deficiência da qual é portador seja considerada, pela perícia médica, incompatível para o exercício das atribuições do cargo, será considerado INAPTO e, consequentemente, eliminado da seleção, para todos os efeitos.

8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE AS INSCRIÇÕES

8.1 É vedada a transferência para terceiros do valor pago da taxa de inscrição.

8.2 Os Candidatos que necessitarem de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização da prova, portadores de necessidades especiais ou não, deverão solicitá-lo e preencher requerimento indicando a necessidade específica, encaminhando juntamente com o requerimento, a documentação necessária, pessoalmente ou por procurador no local estabelecido no subitem 4.5, até o dia 15 de Junho de 2015 às 14h00.

8.2.1 O requerimento deve constar solicitação detalhada da condição especial, com expressa referencia ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, quando for o caso, bem como a qualificação completa do candidato e especificação do cargo para o qual está concorrendo.

8.3 Os candidatos que não fizerem a solicitação da condição especial até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, não terão a condição atendida.

8.4 A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, e prévia comunicação.

9 DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

9.1 Serão aplicados exames de habilidades e conhecimentos, mediante aplicação de prova objetiva de caráter classificatório, somatório e eliminatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do ANEXO I deste edital, e prova de títulos de caráter somatório conforme quadro abaixo.

Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total
20 pontos	**80 pontos**	**100 pontos**

9.2 Da prova de títulos:

9.2.1 A contagem de pontos dos títulos e certificados (original e cópias) será realizada no local e horário indicado no item 4.5 – Biblioteca Municipal, nos dias 11, 12 e 15 de junho de 2015.

9.2.2 O candidato deverá comparecer para a contagem de pontos dos títulos e certificados munido com a cópia da ficha de inscrição e comprovante de pagamento.

9.2.3 Títulos e Certificados válidos para contagem:

	TÍTULOS E/OU CERTIFICADOS	PONTOS
a)	**Ensino Fundamental**	**2,0 pontos;**
b)	**Ensino Médio**	**4,0 pontos;**
c)	**Ensino Magistério**	**5,0 pontos;**
d)	**Licenciatura Plena;**	**6,0 pontos;**
e)	**Pós Graduação (Especialização);**	**8,0 pontos;**
f)	**Mestrado**	**9,5 pontos;**
g)	**Tempo de Serviço prestados para esta municipalidade na função para a qual está se inscrevendo;**	**0,5 ponto por ano, sendo considerado 01 ano quando cumprido acima de 06 (seis) meses do contrato no ano de referência mediante documento de comprovação, com limite de 3,0 pontos;**
h)	**Cursos Certificados na área à partir de 01/01/2012, exceto os itens i), j), k) e l);**	**0,5 ponto para cada 40 horas com limite de 3,0 pontos;**
i)	**Formação Continuada em Rede (Instrução Normativa 001/2014/SEMEC) com participação de 100%;**	**3,0 pontos;**
j)	**Formação Continuada em Rede (Instrução Normativa 001/2014/SEMEC) com participação igual ou superior à 80%;**	**2,0 pontos;**
k)	**Formação Continuada em Rede (Instrução Normativa 001/2014/SEMEC) com participação igual ou superior a 50%;**	**1,0 pontos;**
l)	**Formação Continuada no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no ano de 2014;**	**1,0 pontos;**
m)	**Certidão emitida pelo Cartório Eleitoral de que trabalhou nas Eleições Gerais/2014;**	**0,5 ponto;**

9.2.4 Contam-se pontos somente para a maior graduação, no que se refere aos itens a), b), c), d), e), f) do presente Edital.

9.2.5 Na hipótese de inscrição de candidato com formação em Doutorado, será acrescido 5,0 pontos ao item f).

9.2.6 A prova de títulos é de caráter somatório, sendo que a não apresentação dos títulos não elimina o(a) candidato(a) da seleção.

9.5 Da prova objetiva:

9.5.1 A prova objetiva, de caráter somatório, classificatório e eliminatório, terá 20 (vinte) questões de múltipla escolha que versarão sobre o Conteúdo Programático constante no Anexo I deste Edital, sendo 20 (vinte) questões de Conhecimentos Gerais e Específicos, valendo 4,00 (quatro pontos) cada questão.

9.5.2 Em cada questão de múltipla escolha constarão 04 (quatro) alternativas dentre as quais somente 01 (uma) estará correta.

9.5.3 O tempo de duração da Prova Objetiva será de 03 (três) horas para todos os cargos, já incluído o tempo para preenchimento da folha de resposta.

9.5.4 Caso haja questão anulada, será concedida a pontuação da referida questão a todos os candidatos.

9.5.5 Serão considerados classificados os candidatos que atingirem 30% de acertos na Prova Objetiva.

10 DA PRESTAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova Objetiva será realizada no dia 21 de Junho de 2015, com início às 08h00 e término às 11h00 (horário local), em locais que serão divulgados oportunamente na internet, no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br e **www.diariomunicipal.com.br/amm-mt**.

10.2 Será vedada a realização das provas fora do local designado.

10.3 Não será permitido o ingresso de Candidatos, em hipótese alguma, no estabelecimento, após o fechamento dos portões.

10.4 O candidato poderá comparecer ao local designado para as provas com antecedência de meia hora, visto que o candidato deverá estar dentro da sala de realização da prova no horário indicado no item 10.1, munido de:

a) ficha de inscrição ou cópia do comprovante de pagamento da taxa;

b) original de documento de identidade pessoal;

c) caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

10.5 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Passaporte brasileiro; Identidade para Estrangeiros; Carteiras Profissionais expedidas por órgãos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, valem como documento de identidade, Carteira de Trabalho, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97).

10.6 A ficha de inscrição não terá validade como documento de identidade.

10.7 Não serão aceitos protocolos, nem cópias dos documentos citados, ainda que autenticados, ou quaisquer outros documentos diferentes dos acima definidos.

10.8 Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

10.9 Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

10.10 No dia de aplicação das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer nos locais das provas, com armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, relógio do tipo data bank, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador e outros). Caso o candidato leve alguma arma e/ou algum aparelho eletrônico, estes deverão ser entregues à Coordenação/Fiscais de sala. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

10.11 A Administração não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

10.12 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

10.13 No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova, a Comissão procederá à inclusão do referido candidato, com a apresentação de documento de identificação pessoal, e do comprovante de pagamento original.

10.14 Poderá ser admitido o ingresso de Candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das Provas, apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de Candidatos afixada na entrada do local de Provas. Nestes casos, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, um documento de identificação.

10.15 Sem a apresentação do documento de identificação o candidato não poderá realizar sua prova mesmo que seu nome conste na relação oficial de inscritos na seleção e apresente o comprovante de inscrição.

10.16 O candidato deverá assinalar as respostas das questões objetivas na folha de respostas, preenchendo os alvéolos, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. O preenchimento da folha de respostas, único documento válido para a correção da prova objetiva, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas, contidas na capa do caderno de prova e na folha de respostas.

10.17 Em hipótese alguma, haverá substituição da folha de resposta por erro do candidato.

10.18 Os prejuízos advindos de marcações, feitas incorretamente na folha de respostas, serão de inteira responsabilidade do candidato.

10.19 Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível.

10.20 Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de Candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o Candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

10.21 Iniciadas as provas, o candidato somente poderá retirar-se da sala após decorridos 45 (quarenta e cinco) minutos do tempo da prova Objetiva, levando consigo o caderno de prova.

10.22 Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.

10.23 Será, automaticamente, excluído da Seleção o candidato que:

a) apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados;

b) não apresentar o documento de identidade exigido no subitem 10.6 deste Edital;

c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;

e) for surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou estiver utilizando livros, notas, impressos não permitidos e calculadoras;

f) estiver portando durante as provas qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação;

g) lançar mão de meios ilícitos para executar as provas, seja qual for;

h) não devolver a folha de respostas;

i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou ser descortês com qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

j) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital.

10.24 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

10.25 É proibida a permanência do candidato nos locais de prova após o término e entrega do cartão de resposta.

10.26 O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia 22 de Junho de 2015, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Administração e no site www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

10.27 O edital de classificação será divulgado a partir do dia 26 de Junho de 2015, publicado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e no site www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

11 DO DESEMPATE

11.1 Em caso de empate, a Comissão de Processo Seletivo deverá decidir levando-se em conta os critérios de acordo com a ordem abaixo relacionada:

11.1.1 Maior número de acertos na prova objetiva;

11.1.2 Maior idade (ano, mês, dia).

12 DO RESULTADO FINAL

12.1 O Resultado Final do Processo Seletivo será publicado a partir do dia 01 de Julho de 2015 na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e no site www.tangaradaserra.mt.gov.br, www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e em jornal de circulação diária.

13 DOS RECURSOS

13.1 Será assegurado ao candidato o direito a recursos quanto a homologação das inscrições, gabarito da prova objetiva, edital de classificação e perícia médica.

13.2 Os recursos deverão ser protocolados, com as devidas fundamentações, no setor de Protocolo Geral na sede da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, situada à Avenida Brasil nº 2350-N, Jardim Europa, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.

13.3 O prazo recursal será de 02 (dois) dias úteis, respeitando o horário de atendimento previsto no item 13.2, a contar da publicação do edital do fato gerador do recurso.

14. DA CONVOCAÇÃO

14.1 Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão convocados de acordo com sua classificação, através de Edital de Convocação, a ser divulgado no site www.tangaradaserra.mt.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

14.2 O candidato que não comparecer no prazo estipulado de 02 (dois) dias úteis em Edital de Convocação, será automaticamente desclassificado.

14.3 É de responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações dos Editais de Convocação.

15 DA CONTRATAÇÃO

15.1 Existindo desistência/eliminação do candidato ou criação de novas vagas, o Município promoverá tantas convocações e contratações quanto forem necessárias.

15.2 No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos (originais e cópias) abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria “D”, para os cargos de Motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Comprovante de residência;

i) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

j) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

k) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

l) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

m) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

n) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

o) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

p) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

q) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2014);

r) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

s) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

t) Carteira profissional e certidão negativa do respectivo conselho da categoria;

15.3 A contratação somente será efetivada mediante a apresentação da documentação descrita no item 15.2 e cumprimento de todos os requisitos estabelecidos no presente edital.

15.4 O Pessoal contratado submeter-se-a ao regime jurídico Administrativo – Processo Seletivo e ao Regime Geral de Previdência Social.

16. DA ATRIBUIÇÃO DE AULAS

16.1 O processo de atribuição de aulas obedecerá à ordem de classificação dos candidatos de acordo com o Resultado Final da seleção.

16.2 É facultado a administração municipal contratar os candidatos com carga horária inferior à prevista neste edital quando necessário para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

16.2.1 Aos candidatos que forem atribuídas carga horária inferior ao estabelecido neste Edital, a carga horária será complementada quando houver a necessidade, a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

16.2.2 O candidato contratado com carga horária inferior ao Estabelecido neste Edital deverá declarar no ato da contratação disponibilidade para complementação da carga horária caso seja necessário.

16.3 Na hipótese do servidor efetivo retornar às suas funções, o candidato que estiver contratado para a substituição deste servidor, poderá ser remanejado para outra lotação existente no momento, desde que isto ocorra concomitantemente, formalizado através de Termo Aditivo do Contrato Pessoal ou ser rescindido antes do término da vigência do contrato nos termos do Item 17.1.

17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1 O Contrato Temporário poderá ser extinto antecipadamente em virtude de:

a) Quando o contratado der justo motivo para sua rescisão, apurado através de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar.

b) A pedido do contratado, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias.

c) Pelo contratante quando insubsistente os motivos que fundamentaram a contratação ou na hipótese de inadimplemento da cláusula ou condição contratual.

d) Na comprovação de terceirização das aulas.

e) Na falta de 03 (três) dias consecutivos ou 05 (cinco) dias alternados, exceto nos casos previstos em lei.

f) Com o retorno de servidor efetivo afastado/licenciado ou convocação do concurso público;

g) Pelo término do prazo contratual;

h) Qualquer ato de inexecução contratual praticado pelo candidato, este ficará impedido de participar de qualquer processo seletivo realizado por esta municipalidade durante 02 (dois) anos.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Administração e Comissão definida pela Portaria nº 370/GP/2015.

18.2 É de responsabilidade exclusiva do Candidato o acompanhamento das etapas deste Processo Seletivo através do meio de divulgação acima citado.

Tangará da Serra – MT, 01 de Junho de 2015.

Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Iolanda Cristina do Nascimento Garcia

Secretária Municipal de Educação e Cultura

ANEXO I

1.CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º, 7º, 8º e 9º ANOS).

1.1 CONHECIMENTOS GERAIS: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (atualizada), Fundeb, Parâmetros Curriculares Nacionais (anos finais do Ensino Fundamental, Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, Estatuto da Criança e do Adolescente e Resolução 009/2014 do Conselho Municipal de Educação; Projeto Político Pedagógico, Currículo, Planejamento, Sistema de Avaliação; Conteúdos Conceituais, Atitudinais e Procedimentais, As Concepções de Aprendizagem, numa perspectiva sócio – interacionista.

1.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA - Leitura e compreensão de textos, ideias principais e secundárias; relação entre as ideias; Vocabulário: sinônimos e antônimos. Instrumentos Linguísticos: emprego das classes de palavras, concordância nominal e verbal; regência

nominal e verbal, colocação de termos e orações no período; transformação de termos em orações e vice-versa. Sistema ortográfico: novo acordo. Período Simples e Período Composto. Classificação das orações. Discurso direto, indireto e indireto livre. Figuras de sintaxe. Metodologia de Ensino aplicada a Disciplina de Língua Portuguesa.

1.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE MATEMÁTICA - Conjuntos Numéricos: operações e propriedades. Principais sistemas de unidade de medida: comprimento, superfície, volume, massa, tempo e ângulo. Noções elementares de matemática comercial e financeira; Proporcionalidade; Regra de três simples e composta; Média Aritmética simples e ponderada; Porcentagem, juros simples e composto. Progressões aritméticas e geométricas. Geometria Analítica; Ponto; Reta; Circunferência. Funções de 1º e 2º graus; Funções exponenciais e logarítmicas; Equações e Inequações do 1º e 2º graus; Funções trigonométricas; Equações e inequações trigonométricas. Arranjo, combinação e permutação. Matrizes, sistemas lineares. Geometria Plana; História da Matemática; Resolução de Problemas. Metodologia de Ensino aplicada a Disciplina de Matemática.

1.4 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE HISTÓRIA - Lei 11.645/08 História das relações sociais, da cultura e do trabalho. História das relações de poder: nações, estados, povos e culturas. História do Brasil – Período Colonial, Imperial e Republicano. História de Mato Grosso – Período Colonial, Imperial e Republicano. História do Município de Tangará da Serra. Atualidades sobre os acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais. Metodologia de Ensino Aplicada a Disciplina de História.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: VIGIAS.

2.1 Português: **Interpretação Textual, Encontros vocálicos e consonantais, sinônimos e antônimos, ortografia, substantivos, pronomes, oração e sujeito; Matemática: Noções sobre conjunto, sistema de numeração, operações fundamentais, resolução de problemas envolvendo as quatro operações, introdução à geometria, ponto, reta, plano, semi-reta. Conhecimentos Gerais: Demografia do município de Tangará da Serra, vegetação, relevo, hidrografia do município de Tangará da Serra, localização do Brasil no Continente e no Mundo, As desigualdades sociais;**

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: MOTORISTA – ZONA RURAL.

3.1 Português: interpretação e gramática, vocálicos e consonantais, sinônimos e antônimos, ortografia, substantivos, pronomes; Matemática: raciocínio lógico, noções sobre conjunto, sistema de numeração, operações fundamentais, resolução de problemas envolvendo as quatro operações; Conhecimentos Gerais: Segurança no trabalho, noções de Ética no Trabalho, conhecimentos correlatos a área de motorista, demografia do município de Tangará da Serra, Vegetação, Relevo; Hidrografia do município de Tangará da Serra;

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: NUTRICIONISTA.

4.1 Unidades de alimentação e nutrição – estrutura física; aquisição, recebimento e armazenamento de alimentos; distribuição de refeições e cozinha dietética; limpeza e desinfecção; HACCP; pessoal: higiene e segurança; nutrição normal: definição, leis da alimentação; recomendações de nutrientes e planejamento dietético; diagnósticos antropométricos: indicadores e padrões de referência; vantagens, desvantagens e interpretação; dietoterapia nas enfermidades do sistema cardiovascular; dietoterapia nos distúrbios metabólicos: obesidade, diabete, melito, dislipidemias; carências nutricionais: desnutrição energético-proteica e anemias nutricionais; dietoterapia das doenças renais; terapia nutricional enteral e parenteral; avaliação do estado nutricional de indivíduo saudável em todas as fases do ciclo de vida e momentos fisiológicos; ANVISA RDC nº 216 de 15 de Setembro de 2004; Regulamento técnico de boas práticas para serviço de alimentação; RDC 380 – atribuições do nutricionista em várias áreas de atuação; Interação entre medicamentos e nutrientes; Ética e legislação profissional.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

No quadro a seguir, selecionar o tipo de prova e/ou o tratamento especial necessário(s).

( ) Outras _____

_____

_____

_____

_____ _____

Local e data Assinatura do candidato

ANEXO III

REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O(a) candidato(a) _____, CPF n.° _____, candidato(a) ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas no cargo de _____, nos termos do Edital n.° 004/2014, vem requerer vaga especial como PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

Nessa ocasião, o(a) referido(a) candidato(a) apresentou LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: marcar com X no quadrículo, caso necessite de Prova Especial ou não.

Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário.

( ) NÃO NECESSITA de PROVA ESPECIAL e/ou de TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA de PROVA e/ou de CUIDADO ESPECIAL.

OBSERVAÇÃO: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, tais como miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

_____ _____

Local e data Assinatura do candidato

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA

Eu, _____, CPF nº _____, venho através deste requerer Isenção da Taxa de Inscrição para o cargo de _____ referente ao Processo Seletivo nº 003/2015 para Contratação de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Tangará da Serra, ____ de _____ de 2015.

_____ _____

Local e data Assinatura do candidato

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGADO

Eu, _____, CPF nº _____, declaro para os devidos fins que estou desempregado(a), não exerço atividade como autônomo(a), não participo(a) de sociedade profissional e minha situação econômica não me permite arcar com o valor da taxa de inscrição referente ao Processo Seletivo nº 003/2015 para Contratação de Profissionais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem prejuízo do sustento próprio ou de minha família.

Tangará da Serra, ____ de _____ de 2015.

_____ _____

Local e data Assinatura do candidato

SAMAE/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015/ SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 014/ 2015/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA DE OPERAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO, AO QUE TANGE A DINÂMICA DE FLUXO, MANOBRAS E PROGRAMAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, CONTROLE DE SISTEMA DE COLETA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA OPERAÇÃO REMOTA DOS PONTOS DE ABASTECIMENTO, PLANEJAMENTO E REARRANJO DE REDES, CONTROLE DE PRODUÇÃO E PERCAS DO SISTEMA, OTIMIZAÇÃO DE USO ENERGÉTICO E OPERACIONAL DO SAMAE, BEM COMO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ATRAVÉS DE COMODATO,** a empresa **V. F. BEREGULA ME, CNPJ: 11.180.588/0001-29.**

Tangará da Serra/MT, 01 de Junho de 2015.

Pablo Rodrigo Perez Selle

Coordenador do Setor de Licitação do SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO 109/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 109/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: **DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 2.449,02

VIGÊNCIA 28/05/2015 A 18/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, E **À FUNDAÇÃO ALBERGUE – CASA NOSSA SENHORA DO AMPARO, DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.**

Pelo presente Termo de Convênio **O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Clóves Felício Vettorato,101, Centro, CEP 78505-000, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.978.212/0001-00, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO**, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO,** e à **FUNDAÇÃO ALBERGUE – CASA NOSSA SENHORA DO AMPARO,** pessoa jurídica de direito público, situada no Município e Comarca de Terra Nova do Norte-MT, devidamente inscrito no CNPJ sob n.º 24.672.362/0001-97, situado na Avenida Pau Brasil, nº 55, Bairro Dom Benjamim em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pela sua Presidenta a Sra.

VILMA FELIPETTO

, portadora do RG nº 263.871 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n.º 280.294.291-34, domiciliada na Rua Campo Grande, nº 108, Centro de Terra Nova do Norte/MT, neste ato chamado simplesmente de CONVENIADO, resolvem desenvolver Termo de Convênio a fim de REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS AO CONVENIADO, objetivando prestar auxilio financeiro e complementar despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente e serviços, e observadas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Repassar valores para atender as despesas com custeio, gêneros alimentícios, limpeza, material de expediente, manutenção, e serviços que forem necessárias para a manutenção da FUNDAÇÃO ALBERGUE – CASA NOSSA SENHORA DO AMPARO, DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

O valor do presente Termo de Convênio é de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 1º – Para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, a PREFEITURA transferirá os recursos obedecendo ao seguinte Cronograma de Desembolso:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	META	VALOR
Maio	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00
Junho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00
Julho	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00
Agosto	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00
Setembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00
Outubro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00
Novembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00
Dezembro	Repasse de recursos financeiros será de	R$ 500,00

§ 2º - A liberação dos valores referidos no presente artigo será feita na ordem de 08 (oito) parcelas mensais no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) pagas até o último dia útil de cada mês, encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2015, para apoio e custeio das despesas destinadas ao pagamento da manutenção e complementar despesas com gêneros alimentícios, de limpeza e de material de expediente, serviços e manutenção.

§ 3º - Os recursos serão liberados pelo Município até o último dia útil de cada mês, para a CONVENIADA, através de depósito bancário diretamente na conta corrente a ser indicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes deste ato, correrá à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria, de acordo com a autorização legislativa contida na Lei Municipal nº 1180/2014 de 04 de Dezembro de 2014 – LOA 2015, cuja rubrica é a seguinte:

0402.08.019.08.243.0014.2115.3390.39.00.00 MANUTENÇÃO DE CASAS DE APOIO E RETAGUARDA.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – A vigência deste Termo de Convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS SALDOS – O valor fornecido pelo Município em favor da conveniado decorrente do presente Termo, será destinado exclusivamente para atender objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Prestação de Contas dos Recursos constantes neste Termo de Convênio deverá ser apresentada à PREFEITURA até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao repasse, financeiro, contendo as seguintes peças:

a) Relatório de Execução Físico-Financeiro;

b) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferido da aplicação dos recursos do mercado, quando for o caso e os saldos;

d) Extrato da Conta Bancária específica do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária, quando for o caso;

e) Cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente atestados, recebidos e identificados com o número do Termo de Convênio;

f) Devolução do saldo do recurso, no final da vigência do convênio, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS – Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do CONVENIADO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS SALDOS NÃO UTILIZADOS NO MÊS – Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, o CONVENIADO poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste Termo de Convênio.

CLAÚSULA OITAVA –DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DO CONVENIADO

I - Compete ao Município:

a) Acompanhar a realização deste convênio através da Prefeitura/ Diretoria de Convênios e Prestações de Contas, com objetivos de fiscalização e avaliação para cumprimento do objeto deste convênio;

b) Liberar os recursos após a apresentação da prestação de contas da parcela anteriormente recebida;

c) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa do CONVENIADO;

d) Não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio sem notificar o CONVENIADO previamente.

e) Receber as prestações de contas que serão submetidas ao Tribunal de Contas do Estado

II - Compete ao CONVENIADO:

a) Aplicar os recursos financeiros dentro do objetivo proposto a que se refere à Cláusula Primeira;

b) Apresentar à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, a prestação de contas dos recursos recebidos até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao repasse;

c) Movimentar conta específica em Instituição Financeira Oficial.

d) Devolver ao MUNICÍPIO a parcela ou saldo de parcelas recebidas que por ventura não foram utilizados no objetivo proposto, devidamente atualizado.

e) Facilitar a supervisão e a fiscalização do MUNICÍPIO, permitindo-lhe efetuar acompanhamento dos serviços, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos.

f) Manter sob sua guarda os documentos de despesas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As faturas, recibos, notas fiscais, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENIADO, devidamente identificados com número do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, a disposição dos órgãos de controle interno e externo, no prazo de 5 (cinco) anos contados da aprovação da prestação ou tomada de contas da PREFEITURA, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO - Objetivando garantir o permanente e contínuo acompanhamento das ações originárias dos objetivos deste Termo de Convênio, a fiscalização por parte do MUNICÍPIO ocorrerá pela Diretora de Convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO - O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos participes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições nele estipuladas, especialmente no tocante a:

I - Utilização, pelo CONVENIADO, dos recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO em desacordo com os objetivos e condições estabelecidos neste instrumento de Termo de Convênio;

II - Falta de apresentação, pelo CONVENIADO, da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES – Será objeto de termo aditivo qualquer alteração necessária pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO – Fica eleito o foro da Comarca de Terra Nova do Norte - MT para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Convênio.

E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Terra Nova do Norte - MT, 18 de Maio de 2015.

Milton Jose Toniazzo

Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT

Vilma Felipetto

Presidente da Fundação Albergue – Casa Nossa Senhora do Amparo

de Terra Nova do Norte/MT

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____

EXTRATO DE CONTRATO 102/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 102/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: V.L. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 1.796,25

VIGÊNCIA: 27/05/2015 A 18/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 108/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 108/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: AUTO PEÇAS PAVAN LTDA -EPP

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS, OBSERVADAS AS NORMAS ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO N°. 48/2014 E SEUS ANEXOS, BEM COMO A PROPOSTA DA CONTRATADA, QUE INTEGRAM E COMPLETAM ESTE CONTRATO, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, OBEDECIDAS AS DISPOSIÇÕES PERTINENTES DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

VALOR: R$ 2.875,00

VIGÊNCIA: 28/05/2015 A 16/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 108/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 108/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: AUTO PEÇAS PAVAN LTDA -EPP

OBJETO: O OBJETO DESTE CONTRATO É O FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS, OBSERVADAS AS NORMAS ESTABELECIDAS NO EDITAL DO PREGÃO N°. 48/2014 E SEUS ANEXOS, BEM COMO A PROPOSTA DA CONTRATADA, QUE INTEGRAM E COMPLETAM ESTE CONTRATO, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, OBEDECIDAS AS DISPOSIÇÕES PERTINENTES DA LEI Nº. 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

VALOR: R$ 2.875,00

VIGÊNCIA: 28/05/2015 A 16/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 101/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 101/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS

VALOR: R$ 2.648,40

VIGÊNCIA 27/05/2015 A 18/07/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 110/2015

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 110/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: REOLON & REOLON -ME

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS A SER UTILIZADA PELO GABINETE DO PREFEITO

VALOR: R$ 440,24

VIGÊNCIA 27/05/2015 A 05/06/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
AVISO DE RESULTADO PP001/2015 - VERA - PREVI

Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Vera, Vera-Previ

AVISO DE RESULTADO

OBJETO: "*Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de consultoria na área previdenciária na execução administrativa, contábil, orçamentária, financeira, patrimonial , pelo período de 12 (doze) meses*.**"**

Comunicamos que conforme Edital publicado através do endereço jornal eletrônico do município AMM, referente ao Pregão Presencial 001/2015, tipo menor preço Global, cuja abertura se deu em 01/06/2015, pela ausência de licitantes foi declarada Licitação Deserta pela Pregoeira e Equipe de Apoio de Licitação.

Vera – MT, 01de Junho de 2015.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA

Publique-se e afixe-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
PORTARIA 219/2015 - DILAÇÃO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

PORTARIA N. **219/2015.**

DATA: 26 de maio de 2015.

SÚMULA: Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão do processo administrativo n. 001/2015 em desfavor da empresa **G. G. DO PRADO** pelo descumprimento das normas de direito administrativo e cláusulas contratuais firmados no instrumento n. 51/2011 e da outras providências.

NILSO JOSE VIGOLO, Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que se são conferidas por lei e em consonância com o disposto na Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Considerando o ofício n. 001/2015 da comissão processante no processo administrativo 001/2015 solicitando a dilação do prazo para conclusão da responsabilidade pelo descumprimento das cláusulas do instrumento contratual instrumento n. 51/2011;

RESOLVE:

ART. 1º. Deferir a prorrogação por 60 dias para a conclusão do Processo Administrativo n. 001/2015, determinando desde já urgência no cumprimento do procedimento, haja vista a natureza da verba Federal envolvida no caso;

ART. 2º.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE VERA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 26 DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2015.

Nilso Jose Vigolo

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

L E I N º 1.191 / 2 0 1 5

"**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI 659/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**".

A câmara municipal de Vila Bela da Ss. Trindade, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o vereador, *EDCLAY LOPES COELHO* propôs o plenário aprovou e o prefeito municipal de Vila Bela da Ss. Trindade sanciona a seguinte lei:

Art.1º - Altera a redação dos incisos do Art. 18 da Lei Municipal nº 659/2004, que "Dispõe sobre a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências" correlatas, passam a conter a seguinte redação;

I – a nacionalidade brasileira;

II – reconhecida idoneidade moral;

III – Idade superior a 21 anos;

IV – residir no município;

V – o domicílio eleitoral na circunscrição;

VI – estar quites com a justiça eleitoral e o serviço militar;

VII – esta em pleno gozo de aptidões física e mental para o exercício da função, comprovada por atestado médico;

VIII – não ter sido apenado com a perda de mandato de Conselheiro Tutelar, nos termos definidos nesta Lei, durante os cinco anos antecedentes à eleição;

IX – não ocupar outro cargo eletivo ou função em órgão público;

X – ter o segundo grau completo;

Art. 2º - Revoga a redação do Art 2º da Lei 746/2007, que "dispõe sobre alterações da Lei 659/2004 e suas alterações posteriores e dá outras providências".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor retroagindo na data da publicação do Edital nº 001/2015. Dispõe sobre a regulamentação do Processo de escolha em Dara unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, estado do Mato Grosso, para a gestão compreendida entre 2016/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
CONTRATO N° 005/2015 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATO Nº 005/2015

Termo de contrato para aquisição de material

De consumo, que entre si celebram entre si a

Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima

Trindade, doravante denominada de

CONTRATANTE e Maldonado & Oliveira

Almeida Ltda – ME, CNPJ 11.280.902/0001-

45, doravante CONTRATADA.

CONTRATANTE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 15.023.294/0001-44, localizada na Rua Bispo de Oliveira, 258 – Centro – Vila Bela da Ss. Trindade, neste ato representado por seu Vereador Presidente, Sr. ELIAS DA CONCEIÇÃO SILVA, brasileiro, convivente/solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade nº 562744 SSP/MT, inscrito no CPF: 488.035.701-44, residente e domiciliado na Gleba Ricardo Franco, neste município.

CONTRATADA

MALDONADO & OLIVEIRA ALMEIDA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.280.902/0001-45, título do estabelecimento: MERCADO SANTO ANTONIO, vencedora da Tomada de Preço 002/2015, com sede na Av. do Contorno, s/nº - Cohab Nova – Vila Bela da Ss. Trindade, neste ato representado pelo Sr. ROOSEVELTE ROMAN MALDONADO, brasileiro, comerciante, casado, portador da identidade nº 36.073.016-4 SSP/SP, pos-

suidor do CPF 318.507.741-53, residente e domiciliado na Av. do Contorno, s/nº - Cohab Nova – neste município.

Por este instrumento celebram o presente contrato sob a égide da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, visando o fornecimento de produtos de materiais de consumo, nos termos e condições a seguir definidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a aquisição de materiais de consumo (copa e limpeza), para manutenção das atividades da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade. O regime de entrega dos materiais de consumo será realizado de forma parcelada conforme as necessidades de consumo da Câmara Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FONTE DE RECURSO

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos de Dotação Orçamentária: 01.031.1020.02001.3.3.90.30.00.00 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal – Material de Consumo do exercício 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

1. DO DIREITO Constituem direito de a CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma convencionada. 2. DAS OBRIGAÇÕES a) Entregar os materiais de acordo com as especificações e prazo do edital e do presente contrato. b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação. c) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quantos as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos, sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais. d) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES E MULTAS

A CONTRATADA, que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e demais Municípios e será descredenciado do SICF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores semelhantes mantido por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 anos, sem prejuízo de multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Serão aplicadas, subsidiariamente as penalidades descritas nos artigos 77, 78, 79, 80, 86, 87, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

a- Este contrato poderá ser rescindido, por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei 8.666/93. b- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE. c- Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua recisão, conforme o art. 77, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado a Tomada de Preço 002/2015, a proposta do vencedor à Lei nº 10.520/2002 e à Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OMISSÕES

Este contrato rege-se pela Lei 8.666/93, inclusive em suas omissões.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO DO CONTRATO

Nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, o Gestor do contrato será o Secretário de Administração e Finanças, MICHEL LEITE COELHO e como Fiscal do Contrato a Servidora DELAMARES BONFIM DE MORAES COELHO, designada pela Portaria 006/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será a partir da data de assinatura deste documento até o dia 31.12.2015, podendo ser prorrogado a critério da Câmara Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR

O valor do presente contrato é de R$ 30.007,84 (trinta mil, sete reais e oitenta e quatro centavos), que a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA de acordo com a cláusula décima segunda do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O pagamento da despesa será efetuado pela Secretaria de Administração e Finanças, observando os procedimentos legais, após entrada da Nota Fiscal ou Fatura no setor solicitante para o devido atesto de recebimento.

Referido pagamento será efetuado até o 10 (décimo) dia útil de prazo, após a entrega do documento fiscal na Secretaria de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

Vila Bela da Ss. Trindade/MT, 29 de maio de 2015.

_____

_____

CONTRATANTE CONTRATADA

_____

PROCURADOR LEGISLATIVO

_____

_____

GESTOR DO CONTRATO FISCAL DO CONTRATO

_____

_____

1. TESTEMUNHA 2. TESTEMUNHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 142/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão Luciana Silva Dantas, Auxiliar de Gabinete no gabinete do vereador Antonio Gonçalo Pedroso Maninho de Barros.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

PORTARIA Nº 198/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo n° 285622/2015,

RESOLVE:

Reconduzir a servidora *ROSALINA DE MORAIS SANTOS*, ao cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais** do **Município de Várzea Grande - MT,** declarado vago por posse em cargo público inacumulável através da **Portaria nº 471/2014**, em razão da exoneração da mesma no novo cargo, conforme consta do Processo Administrativo Comum mencionado, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com **efeito retroativo a partir de 02/02/2015**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

PORTARIA Nº 234/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 308028/2015,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (01/06/2014 a 01/06/2016) concedido ao servidor *LUIZ ALBERTO CALONGA ARGUELIO*, Matrícula 29528, exercendo o cargo de Guarda Municipal, **retornando às atividades laborais na Secretaria da Guarda MUnicipal, com efeito retroativo a partir de 01/05/2015.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

PORTARIA Nº 231/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 302493/2015,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (04/08/2014 a 04/08/2016) concedido à servidora *LEIDE LAURA DA SILVA*, Matrícula 26977, exercendo o cargo de Técnico de Desenvolvimento Educacional, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo a partir de 31//03/2015.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

PORTARIA Nº 235/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 308028/2015,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (07/04/2014 a 07/04/2016) concedido ao servidor **ROBERTO CARLOS DA SILVA**, Matrícula 40110, exercendo o cargo de Agente de Segurança e Manutenção, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Administração, com efeito retroativo a partir de 19//05/2015.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL Nº009/2015 8º CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

EDITAL Nº009/2015 8º CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO, Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande ,Estado de Mato Grossa , criada pela LEI Nº1733/1997 e alterada pela LEI Nº 1.866/1998, no desempenho de suas atribuições legais e em conformidade com o *Edital Nº001/2014 do 1º* **processo seletivo simplificados** conforme resultado final , ambos publicados no sites da REDE CETEPS e no sites do DAE.VG e no Jornal Oficial dos Municípios. AMM-MT

Resolve convocar os candidatos abaixo relacionados, para a apresentação da documentação necessária conforme ANEXO I e ANEXO II, para a contratação temporária com prazo determinados no cargo, conforme resultado final da classificação , para comparecer junto ao:**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – DAE . VG** Av. Julio Campos , nº,2599 **Bairro:** Jardim dos estados - várzea grande - MT

Ponto de Referência: próximo a rodoviária - VG

HORÁRIO: Das 9:00 às 11:00 horas manha e 14horas as 17 horas tarde

PRAZO: --- 03 DE JUNHO 2015 A 30 DE JUNHO DE 2015

RELAÇÃO DA 8º CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COM PRAZO DETERMINADOS

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE										
OPÇÃO DE VAGA: 9- ELETROMECÂNICO										
CL	INSC.	NOME	DT. NASC	LP	MAT	CG	CE	TIT	TP	SITUAÇÃO
4	047293	JOSE MARIA DE ARRUDA	11/10/1988	3,00	2,00	3,00	4,00	3	15,00	CLASSIFICADO

Publique-se, registre-se e cumpra-se

Várzea Grande-MT, 02 de Maio de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

Diretor Presidente

ANEXO I

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. Os requisitos básicos para investidura nos cargos são, cumulativamente, os seguintes:

a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1°, artigo 12, da Constituição Federal;

c) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;

d) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

e) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;

f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

g) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovado através da apresentação de original e cópia do respectivo documento, observado o ANEXO I deste Edital;

h) estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, por Perícia Médica Oficial;

i) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;

j) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal;

k) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos;

l) Comprovar registro e situação regularizada junto ao órgão ou conselho de classe correspondente a sua formação profissional, quando for o caso;

m) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de abertura do Concurso Público;

n) apresentar declaração de bens

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (copias e originais)

01	RG
02	CPF
03	PIS/PASEP (CARTEIRA DO TRABALHO)
04	Título de eleitor;
05	Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral
06	Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável;
07	Certidão de Nascimento dos dependentes menores e maiores CPF
08	Documento de quitação com o serviço militar;
09	Comprovante de Endereço Atual
10	Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal
11	Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes
12	Declaração de filiação (nome de pai e mãe com CPF)
13	02 (duas) Fotos recentes 3x4
14	Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente emitidos pelas Prefeitura Cuiabá, de várzea grande e do estado SAD
15	Comprovar registro e situação regularizada junto ao órgão ou conselho de classe correspondente a sua formação profissional, quando for o caso
16	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação
17	Certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual
18	Certidão negativa de antecedentes criminais da justiça federal
19	Carteira do trabalho
20	Atestado de boa saúde física e mental

DECRETO Nº. 30/2015.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE/MT.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando as disposições contidas na lei federal nº 8.080 de 1990;

Considerando as disposições contidas no §1º do artigo 1º da lei federal nº8142 de 1990;

Considerando as disposições do artigo 21 da lei complementar estadual nº. 22 de 1992;

Considerando as deliberações contidas na resolução de nº 05/2015 do Conselho Municipal de Saúde - CMS de Várzea Grande.

Decreta:

Art. 1º - Fica convocada a **VI Conferência Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT**, a realizar-se de **24 a 25 de junho de 2015**, conforme deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, com a promoção e realização do referido Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Saúde desenvolverá seus trabalhos sob o tema centrais

SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS: DIREITO DE NOSSA GENTE

, com os seguintes eixos temáticos:

I – Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;

II – Participação e Controle Social;

III – Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;

IV – Financiamento do SUS e relação Público-Privado;

V – Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

VI – Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS;

VII – Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS: Valorizando as experiências exitosas;

VIII – Reformas Democráticas e Populares do Estado.

Parágrafo único – Os eixos temáticos de que trata o caput serão desenvolvidos mediante a formação dos seguintes grupos de trabalho (GT):

1. Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade.

1.1 Participação e Controle Social.

1.1.1Reformas Democráticas e Populares do Estado.

2. Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde

2.1 Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS: Valorizando as experiências exitosas;

2.2 Informação, Educação e política de Comunicação do SUS.

3. Financiamento do SUS e relação Público-Privado.

3.1 Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde.

Art. 3º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Art.4º - O (a) Secretário (a) municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno que norteará a conferência.

Art.5º - As despesas com a realização da VI Conferência Municipal de Saúde ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde e de outras fontes de recursos estadual e/ou federal destinados às ações de gestão da saúde.

Art.6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal “Couto de Magalhães” em Várzea Grande – MT, 29 de maio de 2015.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 140/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR do cargo em comissão PAULO GUILHERME DA COSTA RIBEIRO, Assessor Técnico Legislativo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.28/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa Posto 10 Limitada. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado na lei Federal 8666/93 e suas alterações, no Decreto n.7.892/13, no Edital e anexos do Pregão Eletrônico/Registro de Preços n.18/14, na Ata de Registro de Preço n.18/2014, bem como nos documentos constantes do Processo Gespro n.307496/2015. OBJETO: Fornecimento de combustíveis (etanol comum, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel s10), em rede de postos credenciados, com a implantação e a operação de sistema informatizado e integrado, via internet, e tecnologia de pagamento por meio de cartão microprocessado (com chip ou magnético), visando à gestão de consumo de combustíveis, sem taxa de administração, para atender a frota de veículos e máquinas do Município de Várzea Grande/MT e demais veículos que venham a ser adquiridos, incorporados ou alugados.VALOR GLOBAL: O valor será de acordo com o preço médio estabelecido pela ANP e percentual de desconto registrado, conforme o saldo remanescente da referida Ata, no valor global de até R$ 1.505. 301,22 (um milhão quinhentos e cinco mil trezentos e um reais e vinte e dois centavos). UO: Secretaria Municipal de Administração. DO: 04.01.04. 122.0101. P/A: 2.203. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0999. UO: Secretaria Municipal de Educação. DO: 08.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0001. UO: Secretaria Municipal de Educação. DO: 08.03.12.361.0103. P/A: 2.209. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0107. Secretaria Municipal de Educação. DO: 08.01.12.122.0002. P/A: 2.165. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0001. UO: Secretaria Municipal de Assistência Social. DO: 11.02.08.244.0042. P/A: 1.087. ND: 3.3. 90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0302. UO: Secretaria Municipal de Assistência Social. DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 2.112. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0302. UO: Secretaria Municipal de Assistência Social. DO:11. 02.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0999. UO: Secretaria Municipal de Saúde. DO: 09.02.10.301.0003. P/A: 2.168. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 00002. UO: Secretaria Municipal de Saúde. DO: 09.02.10.305.0021. P/A: 2.179. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0205. UO: Secretaria Municipal de Saúde. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0204. UO: Secretaria Municipal de Saúde. DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.30.00. 00.00 – MC. Fonte: 0304. UO: Secretaria Municipal de Saúde. DO: 09.02. 10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MC. Fonte: 0002. VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias ou até a próxima licitação ser finalizada.

DATA DE ASSINATURA: 27/05/2015.

SIGNATÁRIOS:

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

OLINDO PASINATO NETO

Secretário Municipal de Administração

POSTO 10 LIMITADA

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
ATO NOMEAÇÃO

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 011/2.015

Eduardo Abelaira Vizotto, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe

são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, resolve **NOMEIA**, com efeito, a partir de 01/06/2015, no cargo em comissão DGA, o servidor abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

DELCI BALEEIRO SOUZA JUNIOR PROCURADOR CHEFE DGA - 3

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2015

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 137/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão Fredinei Francisco da Silva, Assistente de Gabinete no gabinete do vereador Waldir Bento da Costa.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 135/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão JAIRA ÂNGELA DA SILVA, Auxiliar da Divisão de Arquivo Geral.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

PORTARIA Nº. 050/2015.

"Dispõe sobre a concessão de pensão por morte ao Sr. **HENRIQUE ROSALIA DA SILVA FILHO**."

A Presidente do PREVI-VAG - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº. 2014.07.10173P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do artigo 40, § 7º, II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, e dos artigos 7º. I, 24, II e 25, I da Lei Municipal nº. 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º - Conceder a totalidade do benefício de Pensão por Morte, vitalícia, ao Senhor **HENRIQUE ROSALIA DA SILVA FILHO**, brasileiro, viúvo, portador da cédula de identidade RG nº. 0016541-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 241.820.011-68, em decorrência do falecimento do seu cônjuge, Sra. **REGINA CELIA GERALDO**, ex-servidora municipal que exercia o cargo de professora, nível 8, classe C , sob a matrícula nº 39409.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos a 26/09/2014, conforme disposto no artigo 25, I da Lei 2.719/2004.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 26 de maio de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo:

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 139/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR do cargo em comissão Luciana Silva Dantas, Auxiliar de Gabinete, do gabinete do vereador Pedro Paulo Tolares.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 44/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º -Considerar **ponto facultativo** dia **05/06/15 (Sexta - Feira).**

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de Junho 2015.

Vereador *CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO*

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1ºSecretário

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
ATO EXONERAÇÃO

ATO DE EXONERAÇÃO N.º 010/2015

Eduardo Abelaira Vizotto, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, EXONERA, com efeito à partir de 01 de junho de 2015, do cargo em comissão DGA, o (a) servidor(a) abaixo relacionado lotado no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

LUCIANO PORTUGUES PROCURADOR CHEFE DGA - 3

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 01 de junho de 2015. EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 141/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR no cargo em comissão MIRIAN MARTINS DE SOUZA, Assessor Técnico Legislativo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

ATO Nº. 513/2015.

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

NOMEAR Elviston Eulálio da Anunciação, no cargo em comissão de Subsecretário – DNS 2, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir de 19 de maio de 215.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de maio de 2015.

Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 232/2015

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 305824/2015,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus para exercer cargo comissionado (a partir de 07/01/2013) concedido à servidora *ELIZABETE BRITEZ SOUZA*, Matrícula 13872 (2° cadeira), exercendo o cargo de Professora I a IV, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo a partir de 06//05/2015.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de maio de 2015.

Olindo Pasinato Neto

Secretário Municipal de Administração

interino

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 138/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR do cargo em comissão MIRIAN MARTINS DE SOUZA, Auxiliar de Gabinete, do gabinete do vereador Antonio Gonçalo Pedroso Maninho de Barros.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

PORTARIA N.º 049/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Pensão por Morte** em favor da filha inválida **Sheila Ramos Maciel** e da viúva *Eudes Ramos da Silva Maciel* em decorrência do falecimento do servidor **José Braz Maciel**"

A Presidente do PREVI-VAG - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 2015.07.10523P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do artigo 40, § 7º, II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, e dos artigos 7º. I, 24, II e 25, I da Lei Municipal nº. 2.719/2004, que rege a Previdência Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte, em decorrência do falecimento do servidor **Sr. José Braz Maciel**, brasileiro, casado, portador da CTPS MT 88591, inscrito no CPF sob o n.º 107.645.771-15, efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Viação Obras e Urbanismo, matriculado sob o n.° 23601, com proventos integrais, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) em favor da filha

SHEILA RAMOS MACIEL

, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2350433.1- SEJUSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 751.607.731-34 e 50% (cinquenta por cento) ao cônjuge Sra. EUDES RAMOS DA SILVA MACIEL, brasileira, viúva, portadora do RG n.º695.116 - SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 629.874.451-72, conforme processo administrativo do PREVIVAG n.º 2014.07.09776P, a partir da data de falecimento do servidor, até posterior deliberação.

Art. 2º A pensão relativa à viúva EUDES RAMOS DA SILVA MACIEL é vitalícia, e a relativa à filha SHEILA RAMOS MACIEL é temporária, enquanto a mesma permanecer na condição de dependente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 26 de maio de 2015.

Terezinha J. R. Milani

Presidente

Homologo: Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 136/2015

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR do cargo em comissão ANTONIO BRUNO PEREIRA LEITE, Assistente de Gabinete, do gabinete do vereador Waldir Bento da Costa.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de Junho de 2015.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1ºSecretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL 019/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2759/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 019/2015.

OBJETO: Futura e Eventual Contratação de Empresa para prestação de serviços de recapagem de pneus para caminhões, tratores e máquinas das Secretarias de Desenvolvimento e Infra Estrutura, de acordo Termo de Referência.

Data e Horário de Inicio do Recebimento do Credenciamento, das Propostas de Preço e Documentos de Habilitação: 17/06/2015 às 08h00min.

Data e Horário de Encerramento do Credenciamento, do Recebimento das Propostas de Preço e Documentos de Habilitação: 17/06/2015 às 08h25-min.

Data e Horário do Inicio do Certame: 17/06/2015 às 08h30min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 01 de junho de 2015.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL 020/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2759/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 020/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa para Fornecimento de madeira para a Secretaria Municipal de Infra Estrutura, Educação e Desenvolvimento, de acordo Termo de Referência.

Data e Horário de Inicio do Recebimento do Credenciamento, das Propostas de Preço e Documentos de Habilitação: 18/06/2015 às 08h00min.

Data e Horário de Encerramento do Credenciamento, do Recebimento das Propostas de Preço e Documentos de Habilitação: 18/06/2015 às 08h25-min.

Data e Horário do Inicio do Certame: 18/06/2015 às 08h30min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 01 de junho de 2015.

Ivania Cezira Volpi **Pregoeira**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Contratação de empresa para fornecimento e instalação de sinalização vertical em semipórticos em varias ruas e avenidas no Munícipio de Água Boa-MT.
Favorecido	VC Construções e Incorporações Ltda
Prazo de Execução	45 dias
Valor Global	R$ 148.500,00 (cento e quarenta e oito mil reais)
Fundamento Legal	Art. 24, inciso V da Lei n°. 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 013/2015.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 013/2015, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 01 de junho de 2015.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Jun 01 22:31:29 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)